Universidade de São Paulo
Murilo Leal Pereira Neto

A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”
Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo
A fábrica, o bairro, o sindicato e a política
(1950-1964)
Vol I

São Paulo
2006

Universidade de São Paulo
Murilo Leal Pereira Neto

A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”
Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo
A fábrica, o bairro, o sindicato e a política
(1950-1964)
Vol I

Tese apresentada ao Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a obtenção
do título de Doutor em História

Orientadora: Prof^a Livre Docente
Zilda Márcia Grícoli Iokoi

São Paulo
2006

Dedico este trabalho à minha avó Lea Leal,
sempre presente,
com amor.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a seriedade profissional, a solidariedade, o amor de muita gente, a quem fico devendo muito e quero expressar minha reconhecimentto.

Agradeço à minha orientadora e amiga, Professora Zilda Iokoi, pela renovação da oportunidade de trabalharmos juntos, pela orientação ao mesmo tempo inspirada e justa. Sem ela, minhas idéias teriam ficado em rascunho.

Agradeço aos colegas e amigos do grupo de orientação da Professora Zilda pela oportunidade de compartilharmos tantas idéias, labores e afetos. A elaboração do presente trabalho se deu na construção coletiva de horizontes de conhecimento. Agradeço à Cassiana Buso Ferreira, Cláudia Delboni, Cláudia Moraes, Edvaneide Barbosa, Janaína Teles, Maria Cecília Martinez, Hélio Braga, Mário Sérgio, Maurício Cardoso, Odair da Cruz Paiva, Silvanir Miranda, Sílvio Pereira. Um agradecimento especial a Sidney de Oliveira Pires Jr, amigo de leituras de *O Capital* e de muitos sonhos, a quem espero ver recuperado em breve.

Agradeço aos membros da Banca de Qualificação, Professores Paulo Fontes e Gildo Marçal Brandão que, com sua leitura e orientação minuciosa, abriram caminho para um encaminhamento adequado do trabalho. Paulo Fontes, além de examinador rigoroso, mostrou-se um amigo atencioso e pude aprender muito com sua experiência e suas reflexões.

Agradeço aos Professores Michael Hall, Claudio H.M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e ao pesquisador Dainis Karepovs que, como parte dos compromissos de trabalho da seção paulista do Grupo de Trabalho (GT) Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História (ANPUH), se dispuseram a ler o texto apresentado no Exame de Qualificação e ofereceram sugestões decisivas para uma atualização das leituras e enfoques adotados.

Agradeço aos professores e amigos do núcleo de mestrado interdisciplinar da Universidade do Grande ABC (UniABC), Palmira Petratti, João do Prado Ferraz de Carvalho e Fabrício do Nascimento, pelo apoio e sugestões nos momentos difíceis em que este trabalho estava sendo concluído e nem sempre pude estar presente. A estatura desses

profissionais não se adequou ao figurino mesquinho da instituição que, como vem fazendo rotineiramente, extinguiu o mestrado e nos demitiu a todos.

A pesquisa que deu origem a este trabalho teria sido impossível sem a dedicação e o trabalho competente de profissionais de diversas áreas, responsáveis pela organização, preservação e garantia de acesso aos materiais dos arquivos que guardam os registros de nossa memória social. Agradeço à Fátima Fernandes Vacari, do Centro de Memória Sindical, ao José Krinkillis (Castelo), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, à Eliana Martins Pereira, do DIEESE, à Viviane Ferreira Pó, Supervisora do Arquivo Geral da Câmara Municipal de São Paulo e às funcionárias da Biblioteca, à dedicada equipe de funcionários e funcionárias do Arquivo do Estado, aos funcionários do IBGE, aos funcionários do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da UNESP, especialmente ao amigo Luís.

Agradeço aos dirigentes sindicais que, compreendendo a importância da memória e da reflexão histórica para a vida presente, colaboraram de forma inestimável com esta pesquisa, especialmente ao Sr. Fortunato Américo Silvestre, Presidente da Associação dos Trabalhadores Aposentados de São Paulo (ATMASP), ao Sr. Sérgio Marques, Presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo e o Dr. Antônio Rosela, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e sr. João Bonifácio, da Associação dos Aposentados Têxteis de São Paulo.

Agradeço a todos os colaboradores que, com os seus depoimentos, permitiram-me novos olhares sobre o passado.

Finalmente, agradeço com especial carinho e reconhecimento às pessoas mais próximas, que não mediram esforços para me ajudar. Sei que o fizeram por amor e pela consciência de contribuir com uma boa causa. À minha mãe, Maria Christina Diniz Leal, que prestou grande apoio material e revisou pacientemente quase todo o volumoso material redigido, corrigindo erros e, ainda hoje, tentando me ensinar a escrever; a meu pai, Cláudio Murilo Leal, que revisou parte do material, aconselhou-me sabiamente e, principalmente, manteve acesa a chama em mim do amor à literatura; à minha avó Lea Leal, que fez tudo o que esteve ao seu alcance para me ajudar materialmente e incentivar; à minha esposa, Anna Paula Nunes, que sempre me apoiou, revisou parte do material, presenteou-me com importantes ferramentas de trabalho, como o Dicionário Histórico-Biográfico da FGV,

colaborou na elaboração de gráficos e tabelas e na pesquisa; à eterna amiga Professora Sílvia Beatriz Adoue, incansável militante das melhores causas, que revisou parte do material, ofereceu generosamente muitas idéias e manteve aberta sua preciosa biblioteca; ao meu filho Olavo, que ajudou na elaboração do gráfico constante no Anexo.

A todos e todas, minha eterna gratidão.

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1 – Quantidade e percentuais de operários em Na capital em relação à População total do município.....	500
Tabela 2 – Percentual de trabalhadores e da produção industrial em São Paulo (estado) em relação ao Brasil.....	500
Tabela 3 – Crescimento da população no Estado e no município de São Paulo.....	500
Tabela 4 – Crescimento do número de trabalhadores urbanos e rurais no Brasil e em São Paulo (estado).....	500
Tabela 5 – Crescimento percentual da população urbana e rural do Brasil e de São Paulo (estado) entre 1940 e 1960.....	500
Tabela 6 – Variação do número de operários nos setores metalúrgico e têxteis Em São Paulo (Município).....	501
Tabela 7 – Variação do número de operários nos setores metalúrgico e têxteis Em São Paulo (Município).....	501
Tabela 8 - Percentual de crescimento da força de trabalho em São Paulo (município) entre 1950 e 1960.....	501
Tabela 9 – Migrantes nacional registrados na Hospedaria dos Imigrantes entre 1950-1959.....	501
Tabela 10 – Progressão dos salários nominais de têxteis e metalúrgicos e do Salário mínimo.....	502
Gráfico 1 .- Variação da concentração de operários por fábrica em têxteis e metalúrgicos.....	503.

Sumário

PARTE I

Determinações

Capítulo 1- Espaços de produção.....	29
1.1. Migração.....	32
1.2. Crescimento dos metalúrgicos, redução dos têxteis e outras mudanças.....	39
1.3. Formação profissional.....	45
1.4. Mulheres e jovens.....	55
1.5. Características do trabalho industrial em São Paulo.....	59
Capítulo 2 - Espaços de re-produção.....	73
2.1. O “padrão periférico” de crescimento urbano.....	75
2.2. Condições de moradia.....	82
2.3. Transporte.....	90
2.4. Casa própria.....	93
2.5. Bairros operários ou populares?.....	97

PARTE II

Práticas: lutas, reivindicações, organizações

Capítulo 3

3.1. A luta pelo tempo.....	102
3.2. A luta contra o aumento da exploração da força de trabalho.....	115
3.3. Luta de mulheres e jovens.....	136
3.4. Luta contra o despotismo patronal.....	142
3.5. Resistência individual à superexploração e ao despotismo patronal: a “vingança imediata”.....	155
3.6. Campanhas salariais.....	157

Capítulo 4

Lutas fabris, campanhas salariais e outras pelejas

4.1. Do “favor” à reivindicação: os “de baixo” cobram a fatura abaixo-assinados, petições, comícios por melhorias urbanas.....	162
---	-----

4.2. A luta tem que ser vista: outras formas de dar publicidade às demandas imediatas.....	169
4.3. Motins e “quebra-quebras”: o problemas dos transportes.....	173
4.4. Congressos e Plenárias.....	182
4.5. O movimento autonomista.....	189
4.6. Os sindicatos e a questão da moradia.....	192
4.7. Fome, sonegação e escassez de alimentos. A “economia moral da plebe”.....	193
4.8. Causas dos problemas de abastecimento e da carestia.....	199
4.9. A luta pelo congelamento de preços.....	201
4.10. Órgãos e medidas governamentais e pressões populares na área do abastecimento.....	204
4.11. Quanto subiu a carestia? Briga pelos índices de custo de vida.....	211
4.12. Convenções, mesas redondas: o movimento popular afia as armas da crítica na luta contra a carestia.....	217
4.13. A luta contra a carestia vai às ruas: greves e passeatas.....	228
Capítulo 5	
As greves gerais - 5.1. A Greve dos 300 mil.....	240
5.2. A greve de 2 de setembro de 1954.....	257
5.3. A Greve dos 400 mil: o carnaval da vitória.....	264
5.4. Uma greve “com ares de rebelião popular”.....	267
5.5. A luta pelo pagamento.....	285
5.6. A greve pelo 13º salário.....	286
5.7. A Greve do 700 mil: the answer, my friend, is blowing in the wind.....	299
5.8. As “greves gerais políticas”.....	312
Capítulo 6	
Formas de organização	
6.1. Comissões de salário, de solidariedade e de fábrica.....	321
6.2. Piquetes de greve.....	335
6.3. O STIFT-SP e o STIMMME-SP: os sindicatos.....	338
6.4. As correntes sindicais.....	349

6.5. As intersindicais.....	357
6.6. As Sociedade Amigos de Bairro (SAB) e outras organizações de bairro.....	364

PARTE III

Representações: política e cultura

Capítulo 7

Cultura operária e popular

7.1. O calendário operário.....	370
7.2. O dia do trabalhador metalúrgico.....	371
7.3. Páscoa e Dia das Mães.....	372
7.4. O Primeiro de Maio.....	373
7.5. Festas juninas.....	381
7.6. Campanhas salariais: poesia e festa.....	383
7.7. Aniversário do Sindicato.....	386
7.8. Piqueniques de final de ano.....	389
7.9. Lazer operário e popular.....	390
Capítulo 8 – Representações políticas e formas de consciência.....	411
8.1.. Candidaturas operárias e partido dos trabalhadores.....	413
8.2. Jânio Quadros/Porfírio da Paz, os trabalhadores e a política.....	439
8.3. Formas de consciência.....	444
8.3.1. O repertório dos dominantes	444
8.3.2. O repertório dos dominados.....	453
Conclusões.....	466
Bibliografia e outras fontes consultadas.....	471

ANEXOS

Anexo 1 – Quadro sinótico das campanhas salariais de metalúrgicos e têxteis.....	482
Anexo 2 – Tabelas e gráficos.....	500
Anexo 3 – Informações sobre os colaboradores entrevistados.....	504
Anexo 4 – Imagens.....	507

Apresentação

O presente trabalho tem por finalidade reexaminar o papel social da classe operária e demais classes populares na cidade de São Paulo, no período da chamada “República populista”, entre os anos de 1950 a 1964. Desafios políticos e científicos se entrelaçaram na determinação dessa escolha.

A passagem dos anos 1980 para os anos 1990 foi marcada por drásticas definições no cenário sócio-político internacional, que nos levaram a refletir sobre o dilema do século XX, qual seja, o de se viver em liberdade sem igualdade ou, ao contrário, viver sob maior igualdade sem liberdade. Não apenas o Muro de Berlim foi derrubado e a Alemanha reunificada em bases capitalistas, mas toda a Europa oriental se reconverteu ao capitalismo; a URSS se dissolveu e vários partidos comunistas mundo afora trocaram de nome e programa, enquanto os partidos socialistas passavam de armas e bagagens para o campo do neoliberalismo. O que teria ocorrido?

No Brasil, quando esta pesquisa foi projetada, o PT ainda não conquistara o governo federal. Mas já havia dado sinais suficientes de que muito se distanciara da condição de representação política de trabalhadores mobilizados e desejosos de reformas socializantes que fora um dia. O movimento sindical, por seu turno, passara a ações defensivas, às vezes aceitando “perder os anéis para conservar os dedos”.

A magnitude dessas mudanças parece ser importante o suficiente para obrigar uma tradição de pensamento comprometida com a práxis social – como desafio para o conhecimento tanto quanto para a ação transformadora – a revisar muitos de seus pressupostos. Afinal, foi Marx quem ensinou: “É na prática que se torna necessário que o homem prove a verdade, isto é, a realidade e a capacidade do seu pensamento neste mundo e para o nosso tempo”.¹

Alguns mobilizaram as atenções de sua crítica às direções e organizações políticas: lideranças burocratizadas, reformistas ou simplesmente corruptas teriam abandonado o projeto socialista. Outros, procuraram explicações nas mudanças da estrutura de produção: a robotização, a informatização e as diversas modalidades de reestruturação produtiva teriam alterado de tal maneira a natureza do trabalho produtivo que não apenas os seus

¹MARX, K.; ENGELS, F. “Teses sobre Feuerbach”, In: *Antologia filosófica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

agentes teriam perdido relevância histórica, mas a própria categoria “trabalho” teria deixado de explicar a dinâmica social. Outros, ainda, descobriram o caráter “ontologicamente reformista” da classe operária.²

Sem descartar a validade de nenhum desses caminhos de investigação, preferimos orientar o foco de nossas atenções para o estudo dos processos de formação da experiência social, política e cultural do sujeito histórico identificado pela teoria marxista como agente principal da transformação social, o proletariado.

As pesquisas sobre os trabalhadores no Brasil, por sua vez, vêm experimentando uma renovação significativa em decorrência, tanto de mudanças de paradigma de análise, como de situações novas na história nacional. A recepção de autores como E.P. Thompson, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, os estudos de “brazilianistas” como John French e Joel Wolfe, as aproximações com a antropologia muito contribuíram para a abertura de novas possibilidades de investigação. Simultaneamente, o avanço dos programas encaminhados por governos neoliberais contra direitos sociais e trabalhistas conquistados por gerações anteriores – rotulados cinicamente como “herança da Era Vargas” ou resquícios de “populismo” – parece ter despertado na consciência social um maior interesse pela história da construção desse patrimônio – de bens materiais, como as empresas estatais, e de direitos. Talvez se possa cogitar, ainda, que a constatação de que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o “sindicalismo autêntico” não representaram a radical novidade que pareciam ser no começo dos anos 1980 – o que não significa que não tenham trazido o novo – propiciou uma reação crítica a este pensamento, digamos, oficial, do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), buscando-se continuidades na história do movimento operário onde só se viam rupturas. Os títulos de dois trabalhos são sugestivos desta nova perspectiva: *O ‘novo’ olha para trás; a história como arma na disputa sindical no início dos anos oitenta*, de Paulo Fontes e *Admirável velho sindicalismo*, de Antônio Luigi Negro.

A influência da historiografia marxista britânica, especialmente de Thompson e Hobsbawm, produziu o paradoxal efeito de desestimular formas de análise que adotavam a formação das classes trabalhadoras “tradicionais”, como uma espécie de modelo ideal a estabelecer as expectativas em relação ao que se deveria encontrar no Brasil. Constatava-se, assim, que a classe trabalhadora brasileira NÃO conquistara autonomia sindical, NÃO

² GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*, p. 38.

forjara uma consciência de classe socialista, NÃO se diferenciara da massa popular e assim por diante. Os ingleses ensinaram a diferenciar classe trabalhadora de movimento sindical ou partidário, a valorizar as formas variadas pelas quais a experiência social vai sendo elaborada e representada pelas classes, a compreender a classe como fenômeno histórico em movimento e não como uma consequência estática das estruturas econômicas.

Assim, pareceu-nos pertinente elaborar um projeto de pesquisa capaz de reexaminar a presença do proletariado urbano na história recente do país, a partir de novas perspectivas. Algumas opções de análise foram feitas. Em primeiro lugar, cabe dizer que, valorizando-se o plano de investigação aberto pela historiografia mais recente, buscou-se o mergulho em uma densa rede de fontes, a fim de assegurar a riqueza necessária de evidências para tornar possível a reavaliação de certas afirmações generalizantes sobre o que foi o proletariado brasileiro, pouco calçadas em pesquisas empíricas. Ao mesmo tempo, não se pretendeu acrescentar mais uma pesquisa monográfica à rica bibliografia já existente sobre a história de categorias específicas de trabalhadores, como químicos, bancários, metalúrgicos ou têxteis. Portanto, a delimitação do campo de pesquisa priorizou o estudo comparativo das duas categorias mais numerosas e atuantes do operariado paulista nos anos 1950 e 60: metalúrgicos e têxteis.

Em segundo lugar, como não se tomava organizações sindicais ou representações políticas como se fossem expressão privilegiada ou absoluta da classe, não se pretendeu reconstruir a história de um sindicato ou partido, mas sim das múltiplas experiências, muitas vezes pouco formalizadas, quase invisíveis, pelas quais os trabalhadores metalúrgicos e têxteis foram tecendo suas táticas defensivas, suas redes de comunicação, seu poder de luta, suas formas de consciência, seus laços de solidariedade, suas noções políticas. Portanto, nossa pesquisa tentou mapear as lutas sindicais, mas também as organizações por local de trabalho, as comissões de solidariedade, a organização dos piquetes, a preparação das festas e os contatos com os movimentos de bairro.

Em terceiro lugar, recusamos a noção de populismo como uma categoria explicativa suficiente, principalmente quando associada à idéia de manipulação das massas por frações das elites, ausência de consciência de classe, heteronomia e impotência da classe trabalhadora e das classes populares para agirem como sujeitos históricos. Partimos da

hipótese de que, caso não chegássemos, ao final da pesquisa, a um conceito substituto, de toda a forma a noção de populismo teria que ser revista quanto aos seus conteúdos.

Não obstante, os estudos sobre o populismo, certamente, legaram-nos conhecimentos valiosos, como, também, um conjunto de interpretações e idéias que deveriam ser reexaminadas e, eventualmente reelaboradas. Uma delas diz respeito à heterogeneidade de nosso proletariado e à falta de delimitação clara de seu mundo – por assim dizer – em relação ao das classes populares, resultando disto formas de “consciência popular”, mais do que de classe. Ora, tanto esta questão quanto a evidência de que, em mais de uma conjuntura de grande mobilização popular em nossa história, verificou-se a emergência articulada de lutas sindicais e de bairro, sugeriam a conveniência de se organizar uma pesquisa que conjugasse o estudo do trabalhador com o estudo do morador de periferia. Portanto, uma pesquisa que articulasse a investigação do que se passava no “mundo da produção” com a esfera da “reprodução”.

Essas reflexões permitiram, então, que delimitássemos como tema de pesquisa a história da classe operária de São Paulo (metalúrgicos e têxteis) nas esferas da fábrica, do sindicato, dos bairros e da política.

Os problemas analisados nesta pesquisa são os da organização, das lutas, da cultura e das formas de consciência do proletariado urbano e das classes populares. O contexto em que estas questões são examinadas é o do Brasil no período em que se apresentavam os problemas da arrancada desenvolvimentista, das formas populistas de governo, do padrão periférico de crescimento urbano e dos impasses que levaram à imposição de uma ditadura civil-militar e do projeto da “modernização conservadora”.³

O recorte cronológico adotado é, de certa forma, uma opção tradicional, o que não deixa de trazer a vantagem de permitir o diálogo com toda uma bibliografia que trata da república populista ou, para outros, simplesmente república democrática. Entretanto, pode-se dizer que há justificativas intrínsecas à natureza do próprio tema que impõem este balizamento cronológico. Nosso período é delimitado, no início, pela Greve dos 300 Mil,

³ A idéia de uma burguesia comprometida, por igual, com o atraso e o progresso, tendendo a promover uma modernização restrita ao âmbito econômico, e mantendo uma dominação autocrática no âmbito social e político está presente em FERNANDES, F., *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, p. 204, 206 e 220. A idéia também é defendida por Dreyfus para se referir especificamente ao projeto pelo qual a nova “elite orgânica” consolidou a liderança política das frações multinacionais e

em março-abril de 1953, e pelas eleições para a Prefeitura de São Paulo – realizadas a 22 de março, dando a vitória a Jânio Quadros-Portúrio da Paz – marcos bastante visíveis de mudanças que vinham se processando na relação de forças no interior do movimento sindical e da politização da questão urbana. O período se encerrou com o golpe civil-militar de 1964, quando as possibilidades abertas no começo da década anterior se fecharam definitivamente.

O título deste trabalho faz uma óbvia alusão ao estudo já clássico de Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Consideramos, porém, que nenhuma ideologia inventada pelos “de cima” é simplesmente introjetada e reproduzida “pelos de baixo”, sem um trabalho de reinvenção efetuado a partir de condições de vida e referências culturais próprias. Como lembra Certeau, todo consumo é, também, de certa forma, uma produção.⁴

O “vulcão do inferno”, por um lado, faz uma referência a essa situação social em que a experiência operária é elaborada e, por outro, alude a uma velha metáfora e à atmosfera em que foi pensada. “Vulcão do inferno” foi a alcunha atribuída pelos metalúrgicos à Siderúrgica Intrepida, em decorrência das péssimas condições de trabalho oferecidas, como veremos no Capítulo 1. A associação entre o inferno e circunstâncias penosas de trabalho, porém, parece ter ocorrido ao espírito de muita gente, pois Maria Roldan, trabalhadora e dirigente sindical dos frigoríficos da *Swift* em Berisso, Argentina, referiu-se, em entrevista a James, ao seu local de trabalho como “inferno negro”.⁵ A representação do estado de moradia nos bairros periféricos de São Paulo na época também foi associada ao martírio das trevas. Um morador caracterizou a Vila Maria à reportagem do Última Hora, em 1958, como “o inferno chamado de bairro” e o mesmo jornal, após

associadas dentro da classe dominante. Cf: DREYFUSS, R.A., 1964: *a conquista do Estado*; ação política, poder e golpe de classe, p. 232.

⁴ A idéia de um trabalhismo “reinventado” é apresentada como título de um tópico do artigo de Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, Cf.: SILVA, F.T.; NEGRO, A.L., “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, p. 90. Em *Linhas de Montagem*, Negro desenvolve o argumento: “Como toda a máquina, a invenção da máquina trabalhista que Vargas criou carecia do complemento da reinvenção dos trabalhadores. Porém, nas mãos dos trabalhadores e da aliança PTB-PCB – é o que se defende aqui -, tal complemento podia ser um verdadeiro suplemento”. Cf: *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*, p.164.

⁵ JAMES, D., “Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de gênero”, In: BATALHA, C.H.M. et. al. (Org.), *Culturas de classe*, p.287-317.

descrever a péssima situação da Vila Sônia, concluiu: “Eis o eterno calvário da população da cidade que mais cresce no mundo”.⁶

Em um artigo recente sobre a forma literária de *O Capital*, Francis Wheen, por sua vez, lembrou que as citações de Dante eram recurso freqüente adotado no texto para descrever as condições de trabalho na indústria inglesa. Ao referir-se às fábricas de palitos de fósforo, Marx avaliou: “(...) Dante teria descoberto que os piores horrores de seu Inferno são superados nesta indústria”.⁷ Assim, também lembramos que a imaginação literária pode estar associada ao espírito científico e os dois ao compromisso com os que, no seu sofrimento, denunciavam que a história não acabou.

Um primeiro conjunto de fontes consultadas é representado pelos jornais sindicais e de fábrica. Neste tópico foi pesquisada a coleção completa de *O Metalúrgico*, alguns exemplares esparsos de *O Trabalhador Têxtil* e alguns jornais de comissões de fábrica vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro. Todos estes documentos são, certamente, documentos/monumentos, “verdadeiros” e “falsos” ao mesmo tempo, desafiando a crítica histórica a incorporá-los à construção do conhecimento do passado e ao mesmo tempo ultrapassá-los, desmontando-os como versão acabada do passado.⁸

Os jornais sindicais são, primeiramente, porta-vozes da posição sindical defendida pela diretoria do sindicato e, mais do que isto, são veículos de construção de uma determinada visão de mundo. Assim, por exemplo, no período de predomínio dos sindicalistas “ministerialistas” no Sindicato dos Metalúrgicos, *O Metalúrgico* veiculou um discurso “higienista”, moralista e patronal.⁹ Quando venceu o grupo de esquerda, formado por comunistas e socialistas, prevaleceu um discurso nacionalista, desenvolvimentista e mobilizador. Alguns traços em comum, porém, permaneceram em ambos os momentos: a exaltação da grandeza do Sindicato, dos eventos por ele organizados, e das glórias da categoria.

⁶ Cf.: “Vila Maria que espera eleições espera outubro para vingar-se”, *Última Hora* Nº1.921, 17 jul. 1958, 1º Caderno, p. 9; “Toda a Vila Sônia, uma trincheira de verdadeira ‘terra de ninguém’”, *Última Hora* Nº1.908, 2 jul. 1958, 1º Caderno, p. 7.

⁷ WHEEN, F. “*O Capital*, obra com status de literatura”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2006, Cultura, p. D8. Francis Wheen é jornalista e escritor britânico.

⁸ LE GOFF, Jacques *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 548

⁹ Mantemos a expressão, empregada na época, para designar a corrente da burocracia sindical formada no período do Estado Novo, composta, em muitos casos por dirigentes impostos pela ditadura. Era a corrente vinculada umbilicalmente ao Estado, especificamente ao Ministério do Trabalho.

Mas, a imprensa sindical é muito mais do que porta-voz de uma Diretoria. Embora controlado por uma censura explícita,¹⁰ *O Metalúrgico*, por exemplo, não podia deixar de veicular manifestações variadas enviadas por operários, fossem artigos analíticos, poemas ou denúncias, como tampouco podia abafar dissonâncias – que vinham à tona, por exemplo, quando a oposição era criticada, mesmo que a ela não fosse concedida a palavra.

Os pequenos jornais das comissões de fábrica, por sua vez, apreendidos pelo DOPS e espalhados por seus milhares de dossiês, são documentos preciosos de aspectos do cotidiano fabril, tratados do ponto de vista das organizações de base do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Caracterizam-se por justapor artigos contendo a visão partidária com outros bem específicos, tratando de problemas imediatos. As considerações críticas que vêm sendo formuladas pela bibliografia mais recente à idéia do Partido Comunista como um todo homogêneo, controlado por uma cúpula partidária todo-poderosa, permitem-nos valorizar estes jornais como representativos tanto da linha partidária, quanto da vivência real dos problemas do chão da fábrica.

Próxima à imprensa sindical, temos a imprensa partidária e desta foram consultados alguns exemplares de *Notícias de Hoje*, jornal diário do PCB que circulou em São Paulo no período. Como veículo de uma orientação partidária, o jornal não podia ser expressão de diferentes correntes do movimento operário – como o jornal sindical, onde é possível encontrar artigos defendendo ardorosamente o ponto de vista da luta de classes ao lado de outros pregando a paz social. A “construção” mais importante a que visava *Notícias de Hoje* talvez fosse a da “linha justa”, da representatividade do partido e das entidades a ele ligadas e da superioridade dos países socialistas. Assim, as alianças políticas, candidaturas e projetos políticos apoiados pelo PCB aparecem sempre com grande destaque e como um grande sucesso. Além disso, certas atividades controladas pelo partido não são apresentadas como tal – buscando-se provocar no leitor a impressão de se tratarem de movimentos “de base” e de grande repercussão. Um corretivo para este viés é, obviamente, o cruzamento com evidências fornecidas por outra documentação. Assim, por exemplo, somos levados a

¹⁰ Em abril de 1951 a Redação de *O Metalúrgico* festejou a decisão da nova Diretoria, tendo Joaquim Ferreira à frente, de suspender a censura que vinha sendo exercida há dez anos sobre o jornal. A partir de então a supervisão das matérias a serem publicadas ficava “a cargo do senhor Diretor Responsável”. Cf: “Um gesto democrático”, *O Metalúrgico* Nº 95, abr. 1951, p. 7. Entretanto, em outubro de 1953 o controle foi restabelecido. Uma nota publicada avisava que as colaboração teriam que antes receber autorização da

desconfiar da representação efetiva atribuída às atividades dos comitês femininos de bairro noticiadas no jornal, na medida em que poucos registros são encontrados no restante da documentação a respeito, assim como verificamos carecer de fundamento a ampla adesão popular noticiada às candidaturas de André Nunes Jr e Nelson Rusticci para a Prefeitura de São Paulo em 1953 e de Vladimir de Toledo Piza para o governo do Estado em 1954, ambas derrotadas por Jânio Quadros. Por outro lado, o perfil operário e popular do jornal – no decorrer da Greve dos 300 mil sua tiragem saltou de 5 para 25 mil exemplares¹¹ – permitia-lhe noticiar eventos como a proibição de um piquenique em prol da imprensa popular, o espancamento de um operário em uma fábrica em Santo André, ou a agenda de assembléias de inúmeros sindicatos – assuntos ignorados pela grande imprensa.

Outro órgão de imprensa amplamente consultado foi o jornal *Última Hora*. Estreitamente ligado a Getúlio Vargas, mais do que órgão de imprensa, o jornal participou dos acontecimentos como sujeito político – conforme reconheceu seu editor-presidente, Samuel Wainer ao registrar em sua biografia: “O jornal participava ativamente da política paulista e, de vez em quando, dava notáveis demonstrações de força”.¹² De fato, *Última Hora* apoiou candidaturas, dissolveu passeatas, organizou congressos de entidades de bairro – como verificaremos no corpo do presente trabalho. Em seu auditório, acolheu reuniões históricas, como a de Jean Paul Sartre, com dirigentes sindicais em 1960 ou a de Samuel Wainer com os organizadores da Marcha da Fome, em 1959. Considerando a permanente luta interna pelo controle do PTB e as sucessivas divisões e rupturas verificadas nesse partido, é lícito imaginar que tanto Vargas quanto Jango e, eventualmente, mesmo Juscelino Kubitschek – como ocorreu no caso da Marcha da Fome – tenham-se valido do jornal como instrumento de intervenção na política de São Paulo, paralelamente ao PTB, hipótese a pedir investigação mais verticalizada.

Ao mesmo tempo, cabe notar que o jornal, de fato, tinha significativa inserção no meio operário, tendo, por exemplo, sido registrado como o mais lido entre os operários e ferramenteiros pela pesquisa realizada em 1963, por Leôncio Martins Rodrigues.¹³ Em nossa pesquisa selecionamos algumas colunas, como a *Coluna dos Trabalhadores*, assinada

Diretoria “que julgará da conveniência das respectivas publicações”. Cf.: “Aviso da Redação”, *O Metalúrgico* Nº 125, out 1953, p.1.

¹¹ COSTA, H., *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, p.164.

¹² WAINER, Samuel. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*, p. 282

¹³ RODRIGUES, L.M., *Industrialização e atitudes operária: estudo de um grupo de trabalhadores*, p. 15.

por Itamaraty Feitosa Martins, as colunas responsáveis pela cobertura do noticiário dos bairros, *Tendinha de Reclamações*, *Fala do Povo* e *São Paulo Aflita*, esta última assinada por Paulo Antônio e a cobertura das grandes greves de 1953, 1957 e 1963, amplamente noticiadas pelo jornal. No corpo deste trabalho, no Capítulo 4, apresentamos mais algumas considerações sobre a visão oferecida pelo jornal a respeito da população dos bairros periféricos, suas demandas e o tipo de soluções que se faziam necessárias.

Outra série de documentos consultados é constituída pelas atas das reuniões de diretoria dos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos, bem como as atas das assembléias gerais das duas categorias. As primeiras representam um registro fortemente padronizado e tratam de medidas administrativas e ações assistenciais – sendo, portanto, mais representativas desta área da vida sindical. Não obstante, guardam, às vezes, momentos decisivos da vida sindical pelo ângulo das discussões e reações dos dirigentes – podendo ser lembradas, neste sentido, as discussões registradas nas diretorias de ambos os sindicatos sobre a participação das comissões de salário nas negociações com empresários e governo, nas campanhas salariais de 1952 e 1953, momento de ruptura da hegemonia dos “ministerialistas” no movimento sindical.

As atas das assembléias gerais, por sua vez, embora representem, também, um registro muito padronizado, captam às vezes melhor do que outros testemunhos disponíveis, as falas do operário comum, devendo-se a isto a sua riqueza. Muito significativas neste aspecto, são algumas atas de assembléias metalúrgicas do início dos anos 1950, quando era feito um registro estenográfico bastante completo dos vários discursos – procedimento abandonado logo depois.

Também foram consultados os Anais da Câmara Municipal de São Paulo. Foram analisadas transcrições de discursos no Grande e no Pequeno Expediente, assim como Requerimentos e Indicações. Foram, ainda, consultados o Regimento Interno da Câmara, alguns processos gerados pelos Requerimentos, além de um banco de dados com informações sobre boa parte dos vereadores eleitos no período pesquisado – contendo dados referentes à filiação partidária, votos recebidos, naturalidade e profissão. O critério de seleção dos discursos pesquisados foi temático. Privilegiamos temas relacionados ao movimento sindical e às demandas dos bairros periféricos. Tivemos algumas gratas surpresas como a transcrição de abaixo-assinados encaminhados pela população dos bairros

periféricos, reivindicando melhorias. Ainda considerando toda a formalidade própria a um documento deste teor, o mesmo é revelador das formas de argumentação, das imagens e valores elaborados pela população de maneira a apresentar como legítimas suas demandas ao poder público.

Foi, porém, pelos discursos de vereadores das mais variadas colorações políticas que pudemos vislumbrar uma das formas pelas quais os problemas urbanos e do trabalho repercutiam e eram tratados na esfera pública. A forma como um vereador constrói sua argumentação sobre a legitimidade do protesto de operários de uma fábrica têxtil – por exemplo – contra a intensificação dos ritmos de trabalho pode ser surpreendentemente reveladora da vigência e aceitação de idéias e valores, constitutivos das práticas de solidariedade operária pelo restante da sociedade, em determinado momento.

Tratando-se, por outro lado, a Câmara Municipal, de uma importante “caixa de ressonância” das tensões e vibrações das correntes de opinião da sociedade, a leitura dos discursos dos vereadores e das deliberações tomadas, também foi importante para a reconstrução da “atmosfera” política, de um determinado momento. Representou, para dar um exemplo, sinal infalível de que algo começava a mudar na consciência social, a verificação de que o apoio praticamente unânime, com doação de recursos, conferido à Greve dos 400 mil, em outubro de 1957, se transformara em apoio à dura repressão – com cerco e isolamento do Sindicato dos Metalúrgicos – à greve pela aprovação da lei do 13º salário, em dezembro de 1961 – após, portanto, a crise da renúncia de Jânio Quadros.

Outra fonte de pesquisa importante, foi a recuperação dos documentos dos arquivos da polícia política – o DOPS. Inicialmente cabe recapitular que registros policiais ou de inquisidores foram usados com habilidade por historiadores, seja para reconstruir a visão de mundo de comunidades camponesas nos inícios da era moderna, seja para reunir informações sobre participantes em motins urbanos. Como já foi observado, parte do que se registrou sobre as classes populares no passado foi com o objetivo de controlá-las – não restando às vezes ao pesquisador outra alternativa senão trabalhar com esses documentos, empreendendo sua crítica como documentos-monumentos que são. Cabe, portanto, aqui, o mesmo cuidado a ser observado na análise de quaisquer documentos produzidos por determinadas instituições: revelam mais sobre a instituição que os produziu e de como a mesma entendeu e agiu sobre outros espaços e personagens do que “da realidade”.

A documentação produzida pelo DOPS tem sido consultada com resultados bastante positivos em trabalhos voltados para a reconstrução da história das lutas sindicais e populares no Brasil – podendo ser lembrados, entre outros, *Linhas de Montagem*, de Antonio Luigi Negro; *Classes Populares e Cultura Política no Pós Guerra*, de Adriano Luiz Duarte e *Comunidade Operária e Migração Nordestina*, de Paulo Fontes, *Intolerância e Resistência* – a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil, de Zilda Márcia Gricoli Iokoi. A documentação em questão é constituída não apenas pelos relatórios produzidos por investigadores, mas também pelo material apreendido – permitindo, deste modo, o acesso a documentos únicos, como jornais de fábrica impressos a mimeógrafo, fotografias de passeatas populares, pequenos panfletos distribuídos pelos sindicatos, além de recortes de jornal pertinentes aos acontecimentos investigados.

Não podem, entretanto, ser esquecidas as advertências de Marcos Napolitano sobre a “produção da suspeita” operada pela “comunidade de informações”. Trata-se do procedimento de “potencializar situações”, “criar conspirações” e produzir perfis suspeitos de forma a justificar a eterna vigilância dos serviços de repressão. Este viés, por exemplo, transformou em perigoso comunista um católico filiado ao PSB, como Remo Forli. Muitas das informações colhidas nos dossiês puderam ser cruzadas com outras fontes, como Atas dos sindicatos ou notícias de jornal, permitindo a comparação, portanto, com outras versões. Quando um relatório policial foi utilizado como fonte, quase sempre que foi informado ao leitor, no próprio texto e não apenas em notas de rodapé, tratar-se do olhar da polícia. Cabe observar, porém, que, mesmo se tratando do ponto de vista de um policial, o ângulo de sua visão lançou luz sobre detalhes não captados por outros registros. Trata-se do episódico, do fragmentário, do pormenor desimportante para o repórter, para o secretário de uma assembléia ou para o vereador que depois falará da tribuna da Câmara, mas que restitui parte do tecido de tempos perdidos. Quem mais se lembraria de registrar que a Sociedade Amigos do Jardim Monte Kemel, com certeza, era apolítica, pois afixara um cartaz em sua sede social com os dizeres: “É proibido discutir assuntos políticos neste recinto”? E quem mais tomaria anotações sobre um comício para cento e cinquenta pessoas promovido pela Federação da Sociedade Amigos de Bairro de São Paulo tendo como palanque a carroceria de um caminhão com chapa de Poá numa longínqua avenida no Jardim Santo Antônio? Trata-se, aqui, dos “informantes”, às vezes infiltrados nas organizações populares e de

esquerda, cujo olhar, ao mesmo tempo marcado por arraigados preconceitos, também estava adestrado para a tarefa de registrar com detalhes o observado.¹⁴

Finalmente, foram colhidos dezoito depoimentos de colaboradores: quatro com operários e operárias têxteis, um com um antigo funcionário do Sindicato desta categoria, oito com metalúrgicos e cinco com membros de associações ou jornais de bairro. O vínculo com estes colaboradores estabeleceu-se pelas associações de aposentados, vinculadas aos respectivos sindicatos, no caso das duas categorias de trabalhadores aqui estudadas e pelas associações de moradores ou jornal de bairro, nos demais casos. O único critério estabelecido na seleção dos colaboradores foi o de pertencimento ao universo pesquisado no período delimitado. Algumas informações sobre os entrevistados encontram-se no Anexo 1.

Cabe dizer que não trabalhamos rigorosamente com a metodologia da história oral, que prevê um projeto de pesquisa específico e procedimentos como a textualização e a transcrição. Considerando tais restrições, poderíamos classificar o procedimento adotado nas entrevistas como próximo a uma “história oral temática”, combinado com algo de história oral de vida.¹⁵ Ou seja, as entrevistas foram direcionadas por algumas perguntas visando ao esclarecimento de uma temática previamente estabelecida por nós, com espaço, porém, para relatos da história familiar e individual. Buscou-se nos depoimentos aquilo que eles podem oferecer: o registro da memória individual, inserida na rede da memória coletiva. Ou seja, procurou-se a reconstrução do vivido tal como foi captado pela memória e reconstruído no passar do tempo. Nenhuma informação factual relevante foi estabelecida isoladamente pelos depoimentos. A riqueza dos mesmos não decorre, obviamente, de sua precisão ou veracidade, mas do fato de revelar a dimensão subjetiva e pessoal da experiência social, tal como foi conservada pela memória individual. Apenas esta poderia acrescentar, por exemplo, aos conhecimentos que já temos sobre as operações dos piquetes de greve, a lembrança de uma pedra jogada no telhado dos escritórios de uma fábrica, ou descrever o uso de fogões à lenha e o trânsito de cobras nas ruas da periferia rural em plena metrópole.

¹⁴ IOKOI, Z.M.G., *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 152.

¹⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*, p. 42

A ampla bibliografia disponível em português, inglês e espanhol não foi e nem poderia ser esgotada, mas conservou-se a disposição de continuar tentando. Cabe dizer que, além dos trabalhos que poderiam ser classificados como pertencentes ao que foi designado como escola da “interpretação sociológica”, de leitura indispensável para a delimitação de elementos da problemática geral da pesquisa, como também das oposições a serem observadas, foram importantes as incursões na bibliografia mais recente afinada com a perspectiva thompsoniana e da “história vista de baixo”. Entre estes últimos vale lembrar títulos como *Em busca da memória*, de Hélio da Costa; o clássico *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes; *Linhas de montagem*, de Antônio Luigi Negro; a coletânea *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*; *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*, de Jorge Ferreira; *O ABC dos operários*, de John French, entre outros. A pesquisa das interseções entre a vida no bairro e o mundo da fábrica tem sido privilegiada em alguns estudos importantes, infelizmente nem sempre publicados como mereciam. Entre eles, vale citar: *Comunidade operária, migração nordestina: São Miguel Paulista (1945-1966)* e *Trabalhadores e cidadãos*, ambos de Paulo Fontes; *Cultura popular e cultura política no pós-guerra* e *Cidadania e exclusão*, ambos de Adriano Luiz Duarte; *O bairro à sombra da chaminé*, de Antônia Sarah Aziz Rocha; *Nós do Quarto Distrito*; a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas, de Alexandre Fortes. Continuam sendo fundamentais os estudos verticalizados sobre categorias e mesmo indústrias específicas, encontrando-se, entre eles, o clássico estudo antropológico *Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, de José Sérgio Leite Lopes e monografias como *O sindicato dos têxteis em São Paulo: História (1933-1957)*, de Márcia Mendes de Almeida; *O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*, de Maria Helena Simões Paes e *Organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, de Carmen Lúcia Evangelho Lopes. Dispomos, ainda, de um conjunto de estudos sobre a emergência da questão urbana em São Paulo, responsáveis pela reconstrução e interpretação dos processos de crescimento periférico da metrópole, com suas formas de segregação espacial e social, gerando conflitos específicos e movimentos sociais característicos. Nesse conjunto de estudos, podem ser citados *Classes populares e protesto urbano*, de José Álvaro Moisés; *A espoliação urbana*, de Lúcio Kowarick; as coletâneas *As lutas sociais e a cidade*, organizada por Lúcio Kowarick; *São Paulo, o povo em movimento*, organizada por Vinícius

Caldeira Brant e Paul Singer; *Cidade, povo e poder*, organizado por José Álvaro Moisés; a obra coletiva *São Paulo, crescimento e pobreza*; *A cidade e a lei*, legislação urbana, política e territorialidade na cidade de São Paulo, de Raquel Rolnik; *A produção capitalista da casa(e da cidade) no Brasil industrial*, organizado por Ermínia Maricato; *Origem da habitação social no Brasil*, arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria, de Nabil Bondouki; *Reivindicações populares urbanas*; um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo, de Maria da Glória Gohn e *Cidade de Muros*; crime, segregação e cidadania em São Paulo, de Teresa Caldeira Pires do Rio.

Este trabalho foi dividido em três partes. A primeira, denominada *Determinações*, contém dois capítulos. No Capítulo 1, *Espaços de produção*, tentei reconstituir as condições estruturais da indústria de São Paulo sobre as quais se fez a experiência operária. A dinâmica do crescimento industrial, as características específicas dos setores têxtil e metalúrgico, os problemas de aprendizado das qualificações para o trabalho, as condições de trabalho, produtividade, higiene, segurança, bem como os diferentes regimes de remuneração foram aí tratados. No Capítulo 2, *Espaços de re-produção*, tratei da participação do operariado na expansão periférica de São Paulo, caracterizada pelo sistema de auto-construção das “casas domingueiras”. Adotando como matriz teórica a noção de “espoliação urbana”¹⁶, tentei reconstituir as péssimas condições de moradia experimentadas por essa população, bem como analisar suas causas estruturais.

A segunda parte foi denominada *Práticas: lutas, reivindicações, organizações* e abrange os capítulos de 3 a 6. O Capítulo 3, *Lutas fabris, campanhas salariais e outras pelejas*, reconstrói as principais lutas travadas no chão da fábrica por operários e operárias seja individualmente ou organizados em comissões de fábrica ou conselhos sindicais, contra a superexploração da força de trabalho, a precariedade e as formas despóticas de gestão da produção. Espero ter apresentado elementos para uma revisão da suposição de que o movimento operário do período, atrelado ao “sindicalismo populista”, não enfrentou questões como cadências produtivas, jornadas de trabalho ou sistema de promoção. O Capítulo 4, *Lutas de bairro e contra a carestia*, reconstrói as muitas formas de luta organizadas nos bairros periféricos no enfrentamento da “questão urbana”: abaixo assinados, comícios, visitas às autoridades, denúncias à imprensa, motins, culminando com

¹⁶ KOWARICK, L. *A espoliação urbana*.

os movimentos autonomistas e a elaboração de “planos gerais” para a cidade nas grandes plenárias e convenções que começaram a se organizar no final da década de 1950. Também analisamos as lutas contra a carestia de vida, que vieram a representar, em decorrência de sua própria natureza, o “ponto de encontro” de todos os movimentos operários e populares do período: sindical, de bairro, de mulheres, estudantil. Dedicamos o Capítulo 5 exclusivamente às quatro grandes greves gerais ocorridas no período: a dos 300 mil, em 1953, do dia 2 de setembro de 1954 – pouco após o suicídio de Vargas e em plena crise política -, a dos 400 mil, em 1957 e a dos 700 mil em 1963.

No último capítulo desta unidade tentei reconstituir as múltiplas formas de organização construídas pelos operários e classes populares para tornar eficaz sua força coletiva. Tratamos desde os procedimentos mais informais – como as comissões de fábrica com duração delimitada pelo tempo em que se luta por uma demanda – até as mais formalizadas, como o sindicato. No mesmo capítulo discutimos a atuação das organizações de bairro: sociedade amigos, jornais, associações femininas, organizações maiores como federações e plenárias.

A terceira parte denomina-se *Representações: política e cultura*. No Capítulo 7 tratamos da *Cultura operária e popular*. Discutimos o que se entende por cultura operária e popular e tentamos apresentar algumas de suas manifestações. A primeira delas é o calendário operário, configurando no tempo os contornos de uma cultura, em seguida analisamos a festa e o lazer operário e popular. Tentamos pensar a relação entre a desaparecimento de certas condições para a produção de um lazer e formas de sociabilidade próprias e o declínio de um certo perfil de classe.

No Capítulo 8, procuramos analisar as principais lutas políticas do período e as formas de consciência elaboradas pela classe trabalhadora. A pergunta que orientou a elaboração desta unidade foi: por que a intensa presença operária e popular na cena política não promoveu a constituição de uma representação própria e independente dos trabalhadores – ficando a falsa impressão de que, em todo o período, simplesmente os trabalhadores apoiavam o populismo? Reconstituí as diversas tentativas de promoção de frentes eleitorais a partir dos sindicatos, a atuação política do PCB na política local, o porquê da forte inserção operária e popular da dupla Jânio Quadros-Porfírio da Paz. Também foram analisadas outras formas de participação política dos trabalhadores: as

greves políticas e a luta pela conquista de novas leis, de forma a transformar em direitos universais as reivindicações surgidas na experiência prática dos trabalhadores.

São Paulo,
Agosto de 2006.

Capítulo 1

Espaços da produção

“Eu tinha vindo para ali, para o sertão do Norte, como todos uma hora vêm. Eu tinha vindo quase sem mesmo notar que vinha – mas presado, precisão de agenciar um resto melhor para a minha vida”

João Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

Em janeiro de 1956, mais um migrante nordestino chegava a São Paulo saído de Alagoas, mais precisamente de São Miguel dos Campos. Então com vinte e três anos, José Luis dos Santos logo empregou-se como servente de pedreiro em uma empresa da construção civil. Nove meses depois pedia as contas para ir trabalhar em uma metalúrgica. Tivera êxito em sua estratégia de mudar de emprego - “Aí, toda semana eu faltava um dia pra procurar emprego, pra eu ir trabalhar em outra firma, metalúrgica...”, informou - e, sendo obrigado a esclarecer ao patrão o motivo de sua decisão, afirmou: “...eu arrumei emprego, eu não gosto desse serviço, que esse serviço é sujo...”. Homem de visão, não queria mais os olhos “embotados de cimento e tráfego” e começou a trabalhar como pintor em uma pequena metalúrgica, a Indústria Mecânica Castelo, de vinte operários, onde aprendeu com o próprio dono o ofício de fresador. Dois anos depois, se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Essas e outras aventuras José Luís relatou-me com uma ponta de orgulho, na sala de reuniões na Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos Aposentados de São Paulo (ATMASP), à rua do Carmo, enquanto esperava a vez para cortar o cabelo na barbearia da própria Associação. Talvez ele não tenha conhecido João Miguel Alonso, entrevistado na mesma sala alguns dias depois. Hoje, com 81 anos, corpulento e loquaz, João Alonso chegou com seu simpático bonezinho xadrez, peça usada com certa frequência pelos metalúrgicos aposentados¹ e falou-me de um dia qualquer no final dos anos 30, quando

¹ Hobsbawm no artigo “A formação da cultura da classe operária britânica” refere-se ao “famoso bonezinho chato e com pala, que se tornou o uniforme virtual do trabalhador britânico no lazer (...)” e volta a mencionar esta peça da indumentária como característica de um estilo de vida operária no artigo “O fazer-se da classe operária, 1870-1914”. Cf.: HOBBSAWM, E.. *Mundos do trabalho*, p. 262. A verificação da frequência do uso do boné é um estudo mais acurado da indumentária dos operários metalúrgicos ontem e hoje requereria uma pesquisa específica que não realizamos. Esta nota decorre tão somente da observação em situação de entrevista. Ainda assim, consideramos válido lançar a questão: o boné estaria tão-somente protegendo cabeças calvas do frio paulistano ou, também, revelaria um componente de identidade proletária?

tomou uma decisão séria: “A minha família, camponesa, trabalhava na lavoura, eu trabalhava com a minha família e tudo o mais, lá dentro da nossa propriedade. Mas depois eu, com quinze, dezesseis anos, falei pro meu pai: ‘Eu preciso me profissionalizar e aqui não tem condição’. Aí eu vim para São Paulo”. Ambos, além de milhares de outros e outras, joões, josés e marias, no curso dos anos 1940, 50 e 60, para ficarmos nas balizas do presente estudo, passariam a pertencer à categoria metalúrgica ou têxtil, a participar da construção de uma classe, a influenciar no processo da industrialização brasileira, fazendo história.

A industrialização foi capaz de multiplicar sua produção 27 vezes entre 1938 e 1980, “em um ritmo não igualado por nenhum outro país” e, ao final desse processo, o Brasil havia mudado estruturalmente: “...passamos a contar, em nosso território, com quase toda a base industrial então existente no mundo, articulada em um sistema complexo e versátil, embora portador de fraquezas e contradições...”.² Ainda que possamos enfeixar os anos de 1930 a 1980 em um longo período de industrialização por substituição de importações, as estatísticas mostram que a década de 1940 foi aquela em que as mudanças estruturais se faziam mais intensamente em nossa história, seguida pela década de 1930 e a de 1950.³ O Brasil deixava de ser um país tradicionalmente agrícola. Esta atividade econômica recuou de uma participação de 44,6% no PIB, no começo do século XX, para o percentual de 16,9% em 1960, enquanto a indústria cresceu de 11,6% em 1900 para 29,9% em 1960.⁴ Os números são eloqüentes, mas apenas traduzem em quantidades e nos permitem situar no tempo o desenrolar de um gigantesco processo que implicou migrações, crescimento e mudanças urbanas, desconstrução e reconstrução de identidades coletivas, lutas de classe, de gênero e etnias, desestruturação e reestruturação de alianças políticas e de formas de dominação, controle e resistência. Uma verdadeira epopéia vivida por *ulisses* anônimos.

² BENJAMIN, C. Et al. *A Opção brasileira*, p. 25. Colistete, por sua vez, observa que a taxa de 7,5% de crescimento anual da produção brasileira entre 50 e 60 estava acima da maioria dos países industrializando, sendo rivalizada, apenas pelas economias do leste asiático. Cf: COLISTETE, R. *Labour Relations and industrial performance in Brazil*; Greater São Paulo, 1945-60, p. 4

³ BONELLI, R., “Nível de atividade e mudança estrutural”, In: IBGE. *Estatísticas do século XX*, p. 374

⁴ Ibid., p. 333. Segundo Baer de 1947 a 1961 o produto real nacional cresceu 128%, sendo que a indústria cresceu 262% e a agricultura 87%. Cf: BAER, W. *Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil*, p. 70.

Assim, se os avanços na industrialização vinham se acumulando desde o começo do século XIX,⁵ foi particularmente após a Segunda Guerra que este esforço começou a processar-se de maneira geral e continuada. Segundo Baer, apenas a partir dos anos 1950 as medidas favoráveis à industrialização “se converteram em instrumentos conscientes para promover a formação de um complexo industrial”.⁶ Portanto, foi justamente a partir do momento em que a classe operária pôde fazer-se mais presente, social e politicamente, que se completou o arcabouço de condições para nosso deslanche industrial. Isto ocorreu no segundo governo Vargas.⁷

Há controvérsias entre os autores sobre o maior papel da burocracia estatal ou do empresariado na propulsão da industrialização brasileira no pós-guerra, mas poucos reconhecem a importância do papel da classe trabalhadora, o que não significa, porém, que a mesma estivesse ausente dos embates sociais e políticos definidores do escopo de nossa industrialização. Quando se discute se este processo foi capitaneado por uma burocracia estatal “iluminista” ou por uma burocracia aliada a empresários empreendedores, fica oculto o outro sujeito, a classe operária. Sujeito que, com seu voto, permitiu o retorno de Vargas ao poder em 1950 e a implementação de uma política econômica que implicou perdas ao setor agrícola.⁸ Sujeito que, com sua presença, obrigara os industriais, nos anos 20, ainda fortemente ligados ao comércio de importação e à produção agrícola, a forjar mais consistentemente sua própria consciência de classe. Referindo-se às lutas operárias naqueles anos, Dean assinala: “Não obstante, a luta com os trabalhadores compeliu os industriais a se definirem mais claramente, a se organizarem e adotarem certas atitudes de

⁵ Cabe assinalar a importância do estabelecimento do regime republicano e do Encilhamento nesse processo. Cf.: BAER, W. Op. cit., p. 15, DEAN, Warren, D. *A industrialização de São Paulo*, p. 75; STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*, p. 41, 91-99.

⁶ BAER, W. Op. cit., p. 50 e 56

⁷ A industrialização dos anos 30 fora, ainda, uma industrialização “defensiva”. Segundo DEAN: “A mudança mais notável no ambiente econômico da década de 30 foi a crescente intervenção do governo. Mas essa intervenção não se propunha acelerar o processo da industrialização: as alternativas da economia de exportação ainda não se haviam esgotado (...) Os controles impostos à economia eram medidas ditadas pelo desespero, constante ação de retaguarda que mais visava a salvar um sistema existente do que a tentar criar um sistema novo”. Op. cit., p. 219.

⁸ Um dos autores que assinalam a transferência de recursos da agricultura para a indústria é BAER, Op. cit., p. 195. José de Souza Martins criticou esta política como “colonialismo interno” promovido pelo Estado desenvolvimentista para propiciar os recursos necessários à industrialização e ao desenvolvimento. MARTINS, José de Souza, *Capitalismo e Tradicionalismo*, p. 63.

classe. É interessante observar, por exemplo, que os enormes esforços empreendidos para sujeitar os operários precedessem as lutas em torno da deflação e a política tarifária”.⁹

O escopo de nossa industrialização e, mais, a construção do Brasil contemporâneo, foram influenciados pela classe operária de múltiplas formas, como pretendemos demonstrar. Cabe lembrar, porém, que este sujeito coletivo construiu-se e reconstruiu-se condicionado, aprisionado, determinado. Assim, o processo de nossa auto-construção nacional resultou extremamente desigual.

1.1.Migração

José Luís veio do interior de Alagoas, João Alonso do interior de São Paulo. Outros vieram da Bahia, de Minas Gerais, Pernambuco ou Ceará. Tantas origens, tantas trajetórias... Muitos fizeram da profissão de metalúrgico o seu destino. De todos os 1.204.549 migrantes nacionais que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes do Departamento de Imigração de Colonização de São Paulo entre 1950 e 1959, 12,9% eram alagoanos como o sr. José Luís.¹⁰ Entre 1950 e 1960 a população da Grande São Paulo cresceu a um percentual de 5,6% ao ano, sendo que 3,7% deste crescimento deveu-se a chegada de migrantes. Muitos, como João Alonso, vindos do interior do Estado, pois de todos os brasileiros natos que residiam na cidade de São Paulo em 1950, 85% vinham do interior.¹¹

O movimento rural-urbano feito pelos dois entrevistados mencionados objetivava seus projetos de vida e ao mesmo tempo fazia parte da mudança estrutural e histórica que significou a urbanização do Brasil naquele período.¹²

A grande maioria dos migrantes deixava atividades agrícolas para se empregar na indústria ou nos serviços em expansão em São Paulo, formando a nova periferia que se

⁹ DEAN, W. Op. cit., p. 180.

¹⁰ DIEESE. *Revista do DIEESE*, Ano I, Nº 6, Fevereiro 62, p. 23. Ver Anexo 2, Tabela 9. Segundo Paulo Fontes, na década de 1950, São Paulo recebeu quase 1 milhão de indivíduos, representando aproximadamente 60% do crescimento do município. Cf.: FONTES, P. *Comunidade operária, migração modesta e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945-1966), p.8.

¹¹ DUARTE, A L., *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*, p. 211.

¹² Cf.: ANEXO 2, Tabelas 3, 4 e 5. As tabelas elaboradas são bastante simples e não acrescentam informações novas sobre o que já se sabe a respeito do crescimento urbano, concentração industrial em São Paulo, êxodo rural. Foram confeccionados apenas para ilustrar quantitativamente os argumentos apresentados. A Tabela 3 demonstra a concentração populacional no município de São Paulo em relação ao Estado de 1940 a 1960; a Tabela 4 esclarece, em números absolutos, sobre o crescimento da população urbana e rural no

expandia. Para o período 1941 a 1949, Paiva apresenta o percentual de 93,97% provenientes de atividades agrícolas.¹³ Nos anos 1960, o índice caíra para pouco mais de 80%.¹⁴ O perfil dessa mão-de-obra caracterizava-se por uma “quase inexistente experiência industrial” e “índices bastante baixos de educação formal”.¹⁵ As tentativas de elucidação dos múltiplos significados desse gigantesco processo migratório têm consumido um considerável trabalho intelectual de cientistas de diversas áreas e gerado interpretações várias, particularmente quando associadas às análises sobre o populismo.¹⁶

Não ignorando a riqueza de matizes das interpretações elaboradas nos anos 1950 e 60, podemos afirmar que um dos traços comuns entre os trabalhos pioneiros dos sociólogos argentinos, o trabalho dos membros do “Grupo de Itatiaia” no Brasil e a “interpretação sociológica” dos pesquisadores paulistas é a idéia de que o processo de urbanização e industrialização da América Latina no pós-guerra produziu uma massa popular e não classes sociais bem definidas.¹⁷ Tal perspectiva vem sendo refutada por diversos autores, a partir de ângulos variados. Cabe apresentar aqui algumas análises que vêm chamando a atenção para a efetivação de formas mais ou menos rápidas de integração do migrante de origem rural a valores e comportamentos considerados próprios da classe operária. Tratam-se de autores que vêm descortinando a realidade social à qual os números relativos a migração aludem em sua fria linguagem, desvelando, assim, características pouco conhecidas desse processo.

Brasil e em São Paulo de 1940 a 60, evidenciando um intenso crescimento da população urbana e a Tabela 5 apresenta a mesma informação em percentuais.

¹³ PAIVA, O.C. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*, p.255.

¹⁴ FONTES, P.. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*, p. 27.

¹⁵ Idem, p. 27. Quanto aos índices de educação formal, no período de 1950 e 1959 os índices mais altos de migrantes analfabetos entrados em São Paulo verificaram-se em 1952: 96% e os mais baixos em 1950: 70%. Cf: KRAUSE, W.P. “Migração e imigração” In: *Revista do DIEESE*, Nº 9, Julho-agosto de 1962, p. 21.

¹⁶ Boas sínteses do percurso de análises podem ser encontradas em: GOMES, A. C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*; MATTOS, M.B. “Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil”. In: *Tempos Históricos*, V. 5 e 6 e , MACKINON, M.M. & PETRONE, M.A., “Los complejos de la Cenicienta”. In: *Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la Cenicienta*.

¹⁷ Juarez Brandão Lopes, por exemplo, afirma: “Grande parte dessas pessoas – tanto na classe média como nas inferiores – é de origem rural recente. No meio urbano, da impossibilidade de agir na base de laços e padrões tradicionais do seu mundo de origem, resulta extrema pulverização social, no que diz respeito ao comportamento político (...) O povo nessa situação é simplesmente manobrado para aquisição e preservação de poder por líderes que se originam nos grupos das camadas superiores da hierarquia social” Cf: LOPES, J.R.B., *Desenvolvimento e mudança social*, p. 87 e 88. Formulação idêntica pode ser encontrada em: RODRIGUES, L.M., *Industrialização e atitudes operárias*, p. 80.

A partir dos resultados de pesquisa realizada entre o final de 1972 e o início de 1975 com operários de uma fábrica de tecidos do Rio de Janeiro, Vera Maria Candido Pereira concluiu:

Assim, não encontramos na FT [Fábrica Têxtil] o comportamento conformista e fatalista que alguns autores afirmam caracterizar especialmente os operários de origem agrícola, assim como seu ativismo concreto se opõe ao descontentamento e pessimismo impotente que outros estudos apontam.

À dupla frustração sentida por esses operários – aquela expressa na “ilusão da cidade” e a decorrente da perda do controle sobre seu ritmo de vida e de trabalho imposto pelo regime fabril – acrescenta-se o forte sentimento de integração no meio operário, tanto como uma forma de suprir os laços de parentesco e de amizade, deixados em seu local de origem, como é entre eles que mais se revela a consciência de produtor (...)¹⁸

Na mesma direção vão as reflexões de Odair da Cruz Paiva, a partir de sua pesquisa com operários da indústria Nitro Química:

Na fábrica, muitos dos desafios na busca da sobrevivência eram reedições de outros já conhecidos. Sua inserção na dinâmica do trabalho naquela indústria, por vezes, não trouxe compensações que atendessem às expectativas de muitos trabalhadores, como também elas não foram atendidas quando de sua inserção no campo.

Assim, embora estes trabalhadores não tivessem uma experiência anterior de trabalho fabril, os elementos que os auxiliaram a criticá-lo estavam informados pelas suas expectativas com relação à inserção no novo. Transformaram-se em sujeitos que se apropriaram rapidamente dos mecanismos de luta – a greve, a sabotagem, a organização sindical – constitutivos dos embates na relação capital-trabalho no mundo urbano.¹⁹

Também estudando a Nitro Química e o bairro de São Miguel Paulista, Paulo Fontes refutou, com densa pesquisa, a idéia de que os migrantes nordestinos desembarcavam no planalto de Piratininga sem vínculos ou referências, vindo a constituir uma massa heterônoma em situação de disponibilidade política. Ao contrário: estavam inseridos, desde o local de origem, numa complexa rede de parentesco, amizade, vizinhança e solidariedade que assegurava-lhes a própria viagem, moradia, informações, referências culturais, empregos e contatos. Esses migrantes traziam um sonho muito específico de “progresso” no meio urbano, associado à expectativa de acesso a equipamentos, serviços, melhores salários, o que podia alimentar um comportamento reivindicativo e não apenas, como antes

¹⁸ PEREIRA, V.M.C., *No coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*, p. 148.

se supunha, a acomodação ao novo status de trabalhador urbano.²⁰ Também engendravam um orgulho profissional próprio, apesar da falta de qualificação industrial, baseado na experiência de que os nordestinos não recusavam nenhum tipo trabalho e, portanto, eram responsáveis pelo progresso de São Paulo. A pesquisa de Fontes comprovou, ainda, uma forte adesão ao Partido Comunista, em São Miguel Paulista nos anos 50 e 60.²¹

Portanto, o desafio é compreender as múltiplas formas historicamente construídas de pertencimento ao universo da classe operária, pois parece certo dizer que os operários migrantes também afirmaram sua presença no mundo urbano e do trabalho, reconstruindo laços e aspectos de suas identidades “camponesas”.²² Assim, por exemplo, São Miguel Paulista foi, simultaneamente, uma cidadela mineira²³, nordestina²⁴, e uma base sólida para a atuação de Partido Comunista, do Sindicato dos Químicos e palco de grandes greves e intensas lutas. Da mesma forma, o aliciamento massivo de trabalhadores em zonas rurais para trabalharem na Companhia Têxtil Paulista, em Pernambuco, e mesmo a reprodução do

¹⁹ PAIVA, O C., Op. cit., p. 274.

²⁰ Em artigo publicado em 1962 na *Revista do DIEESE*, Krause observava que 85% dos migrantes chegados a São Paulo entre 1959 provinham dos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco e Alagoas, sendo os três últimos considerados como regiões mais adiantadas no nordeste. Observa, então o autor: “Para tal situação várias respostas poderiam ser dadas: maior nível educacional e portanto desejos de melhores condições de vida da população nos Estados mais adiantados”. Cf. *Revista do DIEESE*, no. 9, julho-agosto de 1962, p. 19.

²¹ FONTES, Op. cit..

²² José de Souza Martins, em perspectiva analítica diferente da que ora adotamos, pois o sociólogo não se refere neste texto específico à problemática da formação da identidade da classe trabalhadora, traz elucidações importantes sobre esse mecanismo: “Não são poucos os moradores das cidades, especialmente nas periferias pobres, que têm uma relação tensa com a confusa cultura urbana que temos, mais produto da degradação da cidade do que, propriamente, do desenvolvimento urbano. Em consequência, transformam, adaptam e reafirmam sua cultura rural de origem, Essa é uma técnica social auto-protetiva, auto-defensiva, que grupos culturalmente ameaçados costumam adotar. Nos últimos anos, em cidades como São Paulo, ganham vida grupos folclóricos como bumba-meu-boi, grupos de samba-lenço, folias-do-divino e folias de reis, grupos de violeiro, etc.” in: “Educação Rural e desenraizamento da educação” In: *Revista Espaço Acadêmico* 49 – Junho/2005. www.espacoacademico.com.br. Parece-me ser este também o sentido da reflexão de Paulo Fontes, quando afirma: “Entretanto, a migração para as cidades pode ter significado uma revitalização de práticas de vizinhança e auxílio mútuo de origem rural, como o mutirão”. FONTES, P., “Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950”. In: BATALHA, C.H.M. Et al., *Culturas de classe*, p., 386.

²³ Antonia Sarah Aziz Rocha afirma que os mineiros formavam o seu próprio “reduto habitacional” na Vila Eiras: “Até a denominação das ruas e praças desta vila reportavam seus moradores à lembrança de suas cidades de origem”. Cf.: *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química Brasileira de São Miguel Paulista (1935 a 1960)*, p. 20.

²⁴ Segundo Odair da Cruz Paiva: “...Vendedores ambulantes e suas barracas de doces, quitutes e aguardentes e, junto deste, repentistas, sanfoneiros e artesãos reeditavam, em São Paulo, aspectos de sua cultura e formas de sobrevivência de suas regiões de origem. Na maior parte das vezes, esta cena se desenrolava nas trocas de turno dos operários da Companhia Nitro Química. De um lado, as chaminés, o apito que regulava o tempo dos trabalhadores, os uniformes e o cotidiano da fábrica, seus fiscais e regras; de outro, a reedição de relações

trabalho agrícola nos roçados cedidos pela companhia, além das atividades de caça, pesca, coleta de frutos e lenha, praticadas com intensidade nos anos 1930 e 40, não impediram um intenso processo de lutas sindicais e políticas de 1951 a 57 e de 62 a 64, como demonstra José Sérgio Leite Lopes. Mais: a memória idealizada daquele sistema de exploração da força de trabalho (“fábrica com vila operária”) constituiu-se, a partir dos anos 1950, quando o referido sistema começou a desagregar-se, em componente significativo de uma consciência de classe. Portanto, há circunstâncias em que a afirmação de valores tradicionais em um grupo social não enfraquece formas de consciência “modernas”, como pode ser caracterizada a consciência operária. Edward Thompson oferece uma chave de interpretação interessante para este fenômeno quando afirma:

...ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói sobre o antagonismo econômico direto – resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor –, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata ao capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas. As duas estão, de fato, inter-relacionadas, mas, de modo algum, não se sabe qual das duas será, ao final, a mais revolucionária.²⁵

Portanto, a origem rural recente da maioria dos indivíduos que formariam o operariado de São Paulo nos anos 50 não serve como chave explicativa para as formas de consciência e comportamento político do operariado. Cabe notar, porém que esta proposição não foi construída isoladamente por intelectuais. Ela estava presente na auto-imagem dos próprios militantes sindicalistas. Não deixa de ser surpreendente que em setembro de 1960, em um debate com Jean Paul Sartre, na redação do *Última Hora* de São Paulo, Silvestre Bozzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão, um dos sindicalistas presentes, já tenha apresentado o “modelo” de interpretação do atraso do movimento sindical decorrente da origem camponesa recente do operariado em um esboço bastante firme. Cabe lembrar que apenas quatro anos depois apareceria a primeira obra da escola de “interpretação sociológica” paulista sobre a formação do

sociais e padrões culturais conhecidos pela maioria daqueles trabalhadores. Para alguns, era o encontro entre o sertão e a cidade”. Op. cit., p. 41-42.

²⁵ THOMPSON, E.P., *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, p. 167.

operariado, *Sociedade Industrial no Brasil*, de Juarez Brandão Lopes.²⁶ Diria o sindicalista, esclarecendo o filósofo:

Entendo que o sindicalismo nacional ainda está em estado embrionário. Parece-nos que grande parte de nosso sindicalismo é produto do paternalismo estatal. A nossa legislação é oriunda da “Carta Del Lavoro” italiana. Além disso, 70% do operariado paulista são de origem campesina. Ainda não temos firmada e solidificada uma tradição de classe. A passagem do estado de camponês para o de operário oferece grande mudança na escala social. A classe que mudou está mais ou menos acomodada. Entendo que a classe operária não está sedimentada como classe. E isso é explicável porque estamos num país em fase de desenvolvimento onde ainda existe o mito do “self-made-man” (...) Mesmo assim, não deixam os operários de votar em favor de sua classe para que todos tenham melhores condições de vida para si e seus filhos. Os operários não vêem que suas possibilidades são limitadas.

João Etcheverry, Diretor da *Última Hora*, que atuava como intérprete, afirmou, então: “O sr. Jean Paul Sartre diz que a resposta é muito interessante. Querem aduzir alguma observação à resposta do nosso companheiro Silvestre Bozzo?”, obtendo de Dante Pelacani, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos, o comentário: “Ela é a realidade”.²⁷

Um outro caminho percorrido pela difusão da representação do atraso rural em oposição ao progresso urbano, é sugerido por Adriano Duarte, comentando pesquisas sobre migração desenvolvidas em meados dos anos 50. Segundo o autor:

O que parece estar implícito nas preocupações dos técnicos do Conselho de Imigração é o *tema da modernização*, que opunha o mundo rural atrasado ao urbano avançado. Entretanto, essa polarização encontrou ressonância nos próprios meios populares, seja pela valorização das tradições de luta e

²⁶ FERREIRA, J., “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, J. (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*, p. 71

²⁷ “Três horas de debates sobre os problemas da classe operária no Brasil – UH promove diálogo de Sartre com trabalhadores”. *Última Hora*, Nº 2588, 9, set. 1960, 1º caderno, p. 5. Segundo informações do sr. João Miguel Alonso, Bozzo desapareceu depois do golpe de 64. Quanto ao interesse de Sartre não é de se descartar a hipótese, talvez um pouco atrevida, de que tenha sido o canal pelo qual uma tese esboçada entre sindicalistas tenha conquistado foro de legitimidade acadêmica. Exatamente um ano depois do encontro entre os sindicalistas e Jean Paul Sartre, o Diretor Técnico do DIEESE, José Albertino Rodrigues, publicava um artigo na Revista de Estudos Sócio-Econômicos em que afirmava: “...o trabalhador que se transferiu do campo para a cidade carrega ainda certas formas de comportamento diante do patrão que ele adquirira anteriormente. Mas isto tende a desaparecer, na medida em que se desenrola o trabalho urbano, onde a concentração da mão de obra em grandes unidades produtivas contrasta sobremaneira com a dispersão da mão de obra rural”, Cf: *Revista de Estudos Sócio-econômicos*, Nº 1, setembro 1961, p. 23. O que aparentemente ocorreu posteriormente foi um enrijecimento na “interpretação sociológica” da percepção de um estado passageiro e, por outro lado, multifacetado, de adaptação de universo rural ao urbano como dado estático e unívoco. Os conceitos de “anomia”, “heteronomia” foram, então, avocados e entraram como componentes importantes na racionalidade da explicação sobre o populismo.

consciência de classe, supostamente maiores entre os imigrante e descendentes de europeus, seja pela valorização de suas desenvolvidas habilidade e sua adequada inserção no meio urbano.²⁸

Portanto, a *representação* do fluxo migratório rural-urbano, especialmente aquele processado do nordeste para o sudeste, como uma passagem de um universo de atraso para um universo moderno e progressista se constrói a partir de instituições do Estado, da experiência de dirigentes sindicais e da própria academia.²⁹

Voltando a nossos entrevistados metalúrgicos, constatamos que também reproduzem a referida representação. Falando sobre São Paulo dos anos 50, afirmou o sr. João Alonso, descendente de espanhóis:

...aqui o senhor vê como tinha pouco trabalhador naquela época em São Paulo, por isso que tinha tanto emprego porque não tinha tanto trabalhador na época, o pessoal do Norte e Nordeste ainda não tinha descoberto São Paulo, aí que começou essa invasão da migração...imigração já existia, espanhol, italiano, português, japonês, mas a nossa migração não existia, a nossa migração começou a existir depois, né.

Outro operário metalúrgico entrevistado, sr. Miguel Terribas, também de família espanhola, afirmou:

Vinham aqui tudo passando fome, meu...vinham com uma roupa que dava dó, faziam o que tinha, o que mandavam fazer, faziam. Você vai na feira hoje, só tem nordestino na feira, porque o nordestino não gosta de ser empregado, o nordestino gosta de ser soldado, os nordestinos gostam de ter as coisinhas deles, a banquinha na feira, gosta de ser funcionário público e patrão. Um camarada com quem eu trabalhava dizia: “Ah, fulano está bem de vida, está não sei o quê, mas não passa de ser empregado...”, eles falavam assim, eles não têm aquela visão que nós temos...

Portanto, as oposições camponês-arcaico x operário-moderno ou a noção do “operário-massa”, portador de uma “consciência popular”, não podem ser consideradas como *conceitos*, pois não dispõem do poder de atravessar o mundo das aparências,

²⁸ DAURTE, A.L. Op. cit., p. 221.

²⁹ O conceito de representação aqui empregado tem como referência a obra de Henri Lefebvre, que nos ensina: “Inevitáveis e talvez necessárias, as representações não são, porém, verdadeiras por vocação, por essência. Nem falsas. É uma operação ulterior, uma atividade reflexiva, a que lhes confere verdade e/ou falsidade relacionando-as com as condições de existência de quem as produz. As representações são falsas no que informam e dizem, mas verdadeiras com relação aquilo que as suporta”. Cf: *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*, p. 52.

explicando-o, mas apenas o reproduzem de maneira mais ou menos sofisticada.³⁰ Como representações, devem elas ser explicadas pela investigação do movimento da práxis social total.

Assim, João Alonso e José Luís – um de famílias espanhola, outro, nordestina -, que talvez não tenham se conhecido jamais, foram reunidos pelo pesquisador em sua história. Planejaram procurar emprego em São Paulo, tornaram-se metalúrgicos, seja porque o serviço parecia “mais limpo”, seja porque fosse necessário “ter uma profissão”. A partir de então, teceram seus laços de pertencimento à classe operária. Filiaram-se ao sindicato, participaram de assembleias, fizeram greves, lutaram por seus direitos. O pertencimento à classe, porém, não engendrou uma consciência idealmente nova. Nem o sr. José Luiz esqueceu suas “aventuras de Severino” nem o sr. João Alonso descartou sua explicação dos nordestinos como “invasores”.³¹

1.2. Crescimento de metalúrgicos, redução de têxteis e outras mudanças

Nos anos 40 e 50 a pessoa podia ser convidada por um amigo ou vizinho, ou ir por conta própria. Maneiras diferentes de atender a uma espécie de chamado. O crescimento do setor metalúrgico gerava uma fome de braços. Absorvia a força de trabalho incessantemente, surgiam oportunidades de emprego, possibilidades de melhores salários, de qualificação. O ingresso na categoria associava-se a uma idéia de profissionalização. Em poucas palavras João Alonso condensou sua vida profissional:

Eu vim, enfrentei algum trabalho no começo, não gostei daquilo que eu estava, depois apareceu essa oportunidade para eu vir trabalhar na caldeiraria com um conhecido meu de lá [da região de Catanduva, local de nascimento do entrevistado – Nota do Autor], ele falou: “Não, vamos lá, vai lá aprender o negócio, vamos lá”. E eu fui para lá, comecei a trabalhar, gostava da profissão, fui, estava aprendendo, depois eu fui para a Escola Getúlio Vargas e fui tocando, e aí fiquei um caldeireiro de primeira, já estava dirigindo a minha própria equipe e tudo mais, né?³²

³⁰ Sobre a diferença entre conceito e representação. CF: LEFEBVRE, H., Op. cit., p. 174.

³¹ O termo “aventuras de Severino” foi cunhado por José Sérgio Leite Lopes para interpretar a natureza dos relatos dos tecelões da Companhia Paulista, entre a realidade e o mito, aparentadas, segundo o autor, com as histórias de Pedro Malazartes. Cf.: *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 363. No depoimento do sr. José Luís algumas passagens provocam a mesma impressão. Quanto à imagem dos nordestinos como “invasores”, cabe comentar que esta imagem não leva em conta que, por exemplo, por volta de 1953, 39% dos nordestinos voltavam para o nordeste e que, no final da década cerca da metade dos migrantes do nordeste retornavam às suas regiões de origem. Cf.: FONTES, Paulo, *Comunidade operária...* p. 19. Ou seja, definitivamente São Paulo não foi para muitos o Eldorado de progresso em oposição ao “atraso” de suas regiões de origem.

³² O sr. Osmar Gotardi, metalúrgico e Inspetor de Qualidade da Villares relatou-nos que um vizinho que morava na casa de sua concunhada em Vila Formosa, chefe de usinagem da indústria Simetal lhe disse, num

Algumas características gerais da industrialização brasileira no período estudado a serem destacadas seriam a concentração em São Paulo, o maior dinamismo do crescimento do setor metalúrgico na indústria de transformação e o lento declínio da força de trabalho no setor industrial.

A concentração da quantidade relativa de operários industriais no estado de São Paulo, assim como da produção industrial, em relação ao Brasil, pode ser avaliada pela Tabela 2 (Anexo II). Quase metade dos trabalhadores do setor estavam em São Paulo.

O crescimento do emprego no setor metalúrgico e o declínio no setor têxtil podem ser medidos pela Tabela 6 e ajudam a compreender o enfraquecimento do poder de mobilização da categoria têxtil e mesmo as eventuais alianças de seu sindicato com o empresariado do setor no anos 1950. Cabe acrescentar que, a partir de 1955, a indústria têxtil apresentou com frequência índices negativos de oferta de emprego.³³

A Tabela 8, por sua vez, indica como a força de trabalho tende a se expandir de forma mais lenta no decorrer dos anos 1950, com exceções, como a do setor metalúrgico. Isto deveu-se, em parte, é provável, à intensificação da automatização. A Tabela 1, por sua vez, aponta o encolhimento dos trabalhadores industriais em relação à população total do município de São Paulo no período.

Cabe notar que o crescimento econômico do setor industrial até meados dos anos 1950 criava uma situação de “relativo pleno emprego”, um dado importante para compreendermos a relação de forças entre patrões e empregados no Brasil de então.³⁴ Não existem estatísticas precisas sobre desemprego em São Paulo no período estudado. Alguns estudos apresentam a estimativa de um índice de 1,3 % e outros de 2%. Em algumas conjunturas específicas, como o ano de 1957, a taxa de desemprego subiu muito, atingindo

dia entre 69 e 60: “Vamos, eu te levo pra lá, estuda um pouco e depois eu te levo”. Conclui o sr. Osmar: “E aí começou, né, foi o começo de tudo”.

³³ COLISTETE, R. Op. cit., p 6 e 7. Ver também: *Revista do DIEESE*, no. 6 fevereiro 62, p. 29. Os dados apresentados neste trabalho se restringirão, na maioria das vezes, ao município de São Paulo. Eventualmente apresentaremos dados referentes a Grande São Paulo. Cabe ressaltar, contudo, que as fontes citadas quase sempre trazem, também, dados referentes ao Estado de São Paulo. No anexo elaboramos duas tabelas, a 6 e a 7, comparando variação dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos na década de 1950 a partir de fontes diferentes. Note-se que a Tabela 7 indica um crescimento negativo de 33% da indústria têxtil e foi elaborada a partir de um estudo manuscrito do DIEESE. A Tabela 6 parece mais confiável, pois foi elaborada a partir de pesquisa do SENAI.

³⁴ DIEESE, *Revista de Estudos Sócio-Econômicos*, Ano I, Nº 1, set. 1961, p. 21.

6% da força de trabalho na cidade de São Paulo. O fenômeno afetava mais intensamente algumas categorias, como a têxtil, enquanto os metalúrgicos foram pouco tocados.³⁵

As causas dessas mudanças são bem conhecidas. O crescimento da indústria metalúrgica estava vinculado ao impulso experimentado na produção das indústrias de base, de máquinas, bens duráveis e veículos a motor a partir de meados dos anos 50. De 1955 a 1960 a produção de veículos a motor cresceu 333,5% e a de máquinas 136,1% no Brasil.³⁶ A priorização desses setores nos planos da política econômica foi relevante, inclusive, para uma aproximação entre os metalúrgicos de São Paulo e o governo Kubitschek, bem como por protestos da indústria têxtil, reivindicando maior atenção por parte do governo, sendo neste aspecto apoiada pelo Sindicato dos Têxteis.

Impressionada com a magnitude das mudanças, a Equipe Técnica do DIEESE calculava, de forma exagerada, em 1959: “...o Brasil está assistindo, assim, a uma verdadeira revolução industrial, nos moldes da que se processou nos fins do século XVIII na Inglaterra, nos fins do século XIX nos EUA e na segunda e terceira década deste século na URSS”.³⁷

No que diz respeito ao recuo da indústria têxtil, cabe lembrar que, de acordo com Colistete, este setor ressentia-se de maiores investimentos desde os anos 30 e dava “claros sinais de obsolescência” por volta de 1945, tendo atingido seu limite durante a Segunda Guerra. Um estudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), publicado em 1951, diagnosticava baixa produtividade no setor, atribuindo o fenômeno à organização tradicional do trabalho, à abundância de mão de obra e aos baixos salários e, como causas menores, à resistência operária às mudanças, à rigidez dos contratos de trabalho e à alta rotatividade de mão de obra.³⁸

Entretanto o estudo da CEPAL aparentemente não levava em consideração dois outros fatores importantes. Primeiramente, a mentalidade tradicional do próprio empresariado têxtil, que constituiu-se em verdadeira “oligarquia”, preferindo, nos anos

³⁵ COLISTETE, R., Op. cit. p. 7, 8 e 9.

³⁶ LOPES, C.L.E., p. 14.

³⁷ DIEESE, “Desenvolvimento da indústria têxtil em São Paulo – Contribuição do DIEESE para o Congresso Nacional dos Têxteis”, Equipe Técnica, *Boletim DIEESE*, Nº 7, nov. 1960, Heitor Ferreira Lima qualificava o período como “o mais intenso período de nossa vida industrial”, tendo como característica geral “O crescimento da indústria de bens de produção, isto é, da indústria pesada em geral, das atividades de infraestrutura, etc”. p. 4

³⁸ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 14 e 174.

1930 e 40, a proteção estatal contra a concorrência externa e as pressões operárias do que investimentos com vistas a ganhos de produtividade, o que acabou por fechar-lhe o mercado externo no pós-guerra. Em segundo lugar, a saturação do mercado interno, numa situação que os técnicos do DIEESE qualificavam como de “subconsumo”.

Tendo sido o primeiro ramo industrial a crescer de forma significativa (em 1900 o setor têxtil chegou a abranger 60% do total dos capitais aplicados na indústria³⁹), liderando o processo da industrialização brasileira até meados dos anos 30, a indústria têxtil carregava, nos anos 50, algumas marcas do seu passado.

O perfil tradicional da indústria têxtil – que só iria começar a alterar-se após a Segunda Guerra – se manifesta, por exemplo, em estratégias empresariais baseadas no protecionismo e não na incorporação de tecnologia. Neste sentido, Ribeiro observa: “As práticas empregadas na preservação das condições favoráveis à indústria transformaram os industriais têxteis numa oligarquia à imagem e semelhança da oligarquia agrária”.⁴⁰ Colistete lembra que o “sistema de proteção industrial predominante no Brasil favoreceu o estabelecimento e posterior desenvolvimento de atividades industriais ineficientes”. O mesmo autor menciona que indústrias mais tradicionais obtinham um protecionismo excepcionalmente alto, cabendo à indústria têxtil, em particular, um sistema de impostos aduaneiros que onerava em 93% aproximadamente os produtos importados.⁴¹

Outro aspecto revelador do maior tradicionalismo na indústria têxtil é a mentalidade autoritária de seus dirigentes. Sobre as consequências econômicas do autoritarismo de empresários paulistas como os Crespi e Matarazzo, Dean é particularmente enfático ao atribuir à mesma o desenvolvimento retardado do mercado interno e a falta de interesse no treinamento técnico da mão de obra.⁴² Comparando as atitudes de Otávio Pupo Nogueira, pequeno industrial do ramo têxtil e secretário, por muitos anos, do CIFTSP (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo) e depois do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) com as de Roberto Simonsen, Bárbara Weinstein comenta: “Ao contrário do que acontecia com Simonsen, seus escritos apresentam uma

³⁹ DIEESE. “Desenvolvimento da indústria têxtil em São Paulo – Contribuição do DIEESE para o Congresso Nacional dos Têxteis”... p. 1.

⁴⁰ RIBEIRO, M.A R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*, p. 14

⁴¹ COLISTETE, R., Op; cit., p. 151

⁴² DEAN, W., Op. cit., p.187, 190 e 192.

atitude puramente defensiva das relações sociais dentro da indústria”, mostrando-se muito pessimista em sua atitude em relação ao trabalho e à tecnologia moderna.⁴³

Apesar dessas características, com o início da Segunda Guerra a indústria têxtil pôde dispor inteiramente do mercado interno e expandir-se para fora. Já em 1939 as exportações cresciam 800% em relação a 1938.⁴⁴ Pela primeira vez fizeram-se exportações para o Uruguai e a Argentina. Pipocavam pequenas fábricas de tecido nas cidades do interior.⁴⁵ O Brasil tornava-se um dos maiores exportadores mundiais, conquistando, inclusive, mercado na África.⁴⁶ As bases dessa expansão eram, porém, frágeis. A maquinaria era velha e o uso intensivo da mão de obra fora garantido pela Lei do Esforço de Guerra, que suspendera os direitos trabalhistas a partir de novembro de 1942, tendo começado a aplicar-se também às indústrias têxteis a partir de 1944.⁴⁷ Colistete nos lembra, então, que no pós-guerra, com os importadores estrangeiros voltando-se para seus fornecedores originais e o Japão começando-se a fazer-se presente no mercado internacional, o Brasil virtualmente parou de exportar entre 1952 e 1953.⁴⁸

Por outro lado, José Albertino Rodrigues, afirmou que em 1957 estaria havendo uma “estagnação da capacidade de absorção do mercado consumidor interno”.⁴⁹ Insistiu que, “(...) uma grande questão, que vem se tornando crônica, é uma aparente superprodução de bens de consumo que corresponde, na realidade, a um estado de subconsumo”.⁵⁰

Em face da saturação do mercado interno, uma das alternativas encontradas pela indústria de São Paulo, de maneira geral, o que certamente beneficiou também a têxtil, foi o redirecionamento para as exportações, a partir de 1953. O *lobby* da FIESP obteve, a partir de 1955, junto ao governo federal, bônus para a exportação de seus produtos, que foram renovados em 1957.⁵¹

⁴³ WEINSTEIN, B., *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil: 1920-1964*, p. 41.

⁴⁴ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 11

⁴⁵ STEIN, S., Op. cit., p. 117

⁴⁶ BAER, W., Op. cit., p. 46

⁴⁷ COSTA, H., *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, p. 16 e 17.

⁴⁸ COLISTETE, Op., cit., p. 133.

⁴⁹ RODRIGUES, J.A., *Empresas – Análise Setorial – A indústria têxtil paulista em 1957*, p. 1

⁵⁰ RODRIGUES, J.A. “Situação econômico-social da classe trabalhadora no Brasil (Estudo redigido para o para o III Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de material elétrico do Brasil, realizado em BH de 26 a 29 de julho de 1961”, *Revista de Estudos Sócio-Econômicos*, Nº 1, set., 1961.

⁵¹ COLISTETE, R. Op. cit., p.156. Ver também RODRIGUES, J.A. *Empresas – Análise Setorial – A Indústria Paulista em 1957*, p. 1.

Assim, apesar dos entraves anteriormente mencionados, a indústria têxtil reagiria e trataria de modernizar-se no pós-guerra, passando por uma espécie de “reestruturação produtiva” que teria como consequência demissões, fechamento de fábricas, redução do emprego da mão de obra feminina, mudança na estrutura das qualificações profissionais, intensificação da exploração da força de trabalho. E, certamente, resistências, mudanças e adaptações dos trabalhadores.

Em 1945, com a ajuda do Ministério do Trabalho e da FIESP os industriais começaram a investir em maquinário novo. Joel Wolfe afirma que a FIESP chegou a sondar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) sobre a possibilidade de colaborar na desmontagem e transporte de fábricas italianas inteiras a serem exportadas para São Paulo.⁵² Estes investimentos em maquinário e racionalização do processo de trabalho foram incrementados nos anos 1950. Em consequência, a proporção de teares automáticos chegava a 39,6% no estado de São Paulo em 1960.⁵³ As fábricas pequenas e antigas que não conseguiam acompanhar o processo foram paulatinamente fechando.⁵⁴

O processo de modernização atingiu primeiramente, no imediato pós-guerra, fábricas como a Alpargatas, Moinho Santista e Guilherme Giorgi, além de várias outras. Por sua vez, as fábricas de propriedade dos Crespi, Matarazzo e Jafet não se modernizaram. Wolfe calcula que então, aproximadamente 35% das firmas adotaram novas tecnologias. Outras, como as dos Crespi e Matarazzo, aumentaram sua produtividade adotando esquemas de incentivo e outras formas de otimizar sua produção.⁵⁵ Todo esse processo começou a acarretar, a partir de 1956, um declínio da força de trabalho empregada na indústria têxtil e uma sobrecarga para os que continuavam empregados, sendo obrigados a controlar um número maior de teares ou fiandeiras.⁵⁶

⁵² WOLFE, J. *Working men, working women: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class – 1900-1955*, p. 146

⁵³ COLISTETE, R., Op. cit., p. 133.

⁵⁴ WOLFE, J., Op. cit., p. 147.

⁵⁵ Ibid., p. 146.

⁵⁶ Weisntein observa que “Ao longo da década de 1950, a força de trabalho na indústria têxtil cresceu muito pouco, enquanto que a produção dessa indústria aumentou muito, o que indica um aumento de produtividade” Cf.: Op. cit., p. 277. Colistete parece relativizar o aumento da produtividade quando faz as seguintes considerações: “Finalmente, a indústria têxtil apresentou sérias dificuldades em transformar seus investimentos em novos equipamentos em crescimento das taxas de produtividade nos anos 50, provavelmente devido ao uso inadequado do seu sistema de produção e trabalho”. [Tradução do autor]. COLISTETE, R., Op. cit., p. 149. Observações do mesmo teor podem ser verificadas às pgs. 140 e 141.

No setor metalúrgico as inovações tecnológicas não implicavam em redução do contingente empregado pois, segundo Weinsten: “O crescimento maciço das indústrias metalúrgicas, mecânicas e elétricas de São Paulo (...) fazia com que a demanda absoluta de operários qualificados nesses setores continuasse aumentando, apesar das inovações técnicas”.⁵⁷

1.1.3. Formação profissional

Como vimos pelos depoimentos dos srs. Osmar Gotardi (nota 40) e João Miguel Alonso, o ingresso na categoria dos metalúrgicos estava associado à idéia de profissionalização. Com efeito, o crescimento industrial no pós-guerra produziu uma demanda específica por trabalhadores especializados e semi-especializados, especialmente na indústria metalúrgica.

A título de esclarecimento, podemos adotar aqui a definição apresentada por Colistete segundo a qual as categorias encontradas na força de trabalho industrial em São Paulo dividiam-se em: *trabalhadores não especializados*: sem treinamento formal, que desempenhavam tarefas simples como carregar materiais e freqüentemente estavam sob a direção de trabalhadores mais qualificados; *trabalhadores semi-qualificados* que desempenhavam atividades que requeriam algum tipo de treinamento, normalmente feito na prática ou às vezes em períodos curtos em escolas técnicas. Desempenhavam tarefas simples e rotineiras como os operadores das máquinas de fiação e tecelagem na indústria têxtil ou os operadores de máquinas que requeriam formação mais simples, tais como solda, ou pintura, por exemplo; *trabalhadores especializados*: portadores de formação mais especializada adquirida freqüentemente em de cursos de duração de um ano ou mais; *mestres*: operários com funções estratégicas nos processos de produção no chão da fábrica. Freqüentemente cabia-lhes dois tipos de responsabilidades básicas: técnicas, como controle de qualidade, ajustamento e performance do maquinário e de coordenação da força de trabalho através da distribuição de tarefas, padrões de trabalho, fixação de penalidades e às vezes seleção de novos trabalhadores.⁵⁸

Premido pelas circunstâncias, o SENAI, criado em janeiro de 1942, deixou temporariamente de lado a sua meta primordial de formação de jovens aprendizes para

⁵⁷ WEINSTEIN, B., Op. cit., p. 277

⁵⁸ COLISTETE, R., Op. cit., 12.

concentrar o foco na rápida formação de trabalhadores ou em programas de aperfeiçoamento para operários adultos.⁵⁹

Apesar de todos os esforços do SENAI, mesmo nos anos em que uma maior quantidade de trabalhadores era formada em seus diversos cursos, entre 1955 e 1960, a porcentagem dos mesmos não ultrapassava 2% da força de trabalho industrial no estado de São Paulo e, considerando-se exclusivamente metalúrgicos e têxteis, as duas categorias mais focalizadas pelo SENAI, o percentual não passava de 4% no ano de pico de 1960.⁶⁰ Em contrapartida verifica-se que, mesmo entre os metalúrgicos, 70% dos operários, aproximadamente, eram treinados no próprio local de trabalho.⁶¹ Esta é, portanto, uma característica importante da formação profissional dos metalúrgicos ou têxteis: o aprendizado na prática.

Também é o caso dos trabalhadores da Nitro-Química, estudados por Paulo Fontes.⁶² O autor destaca decorrência deste aprendizado na prática, relevante para a formação dos laços de pertencimento à classe operária, o que é lícito deduzir, também ocorria com têxteis e metalúrgicos. Segundo este autor:

Se aprender na prática abria, de um lado, a possibilidade de promoção e obtenção de melhores salários e condições de vida, de outro, podia servir de espaço para resistência e ampliação das relações de solidariedade no chão da fábrica. Muitas vezes, na troca de experiência com o companheiro de trabalho aprendia-se não apenas o serviço, mas também a burla à fiscalização fabril e a montagem de estratégias informais de resistência individual ou coletiva na busca de um melhor controle do ritmo da produção.⁶³

⁵⁹ WEINSTEIN. B., Op. cit., 136. Foram, então, criados os *Cursos Rápidos de Formação* e os *Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento*. COLISTETE, R., Op. cit., p. 37.

⁶⁰ COLISTETE, R., Op. cit., 41

⁶¹ Ibid., p. 39

⁶² “Aprendia-se a ser operário trabalhando. Era no interior do processo de produção, com as chefias, técnicos e outros operários que ocorria a aprendizagem profissional”. FONTES, P. “Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950”... , p. 376.

⁶³ Ibid., p. 377. É interessante notar que em uma publicação oficial de junho de 1958, a direção de Willys Overland do Brasil enaltecia a rápida capacidade de aprendizagem do operário nacional. Segundo Negro, a publicação reconhecia: “Donos de ‘admirável’ capacidade, operavam máquinas e equipamentos ‘cuja existência há um ano desconheciam’”. NEGRO. A.L., “Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: BATALHA, C.H.M., Op. cit., p.411. O tema da formação na prática também é abordado por RODRIGUES, L.M., *Industrialização e Atitudes Operárias*, p. 48.

Podemos também afirmar que o “aprendizado na prática”, por sua vez, mantinha a maioria dos aprendizes distante do alcance do projeto higienista e disciplinador de instituições como o SENAI (ver capítulo 7).

Parece mesmo correto considerar que o aprendizado na prática tenha sido um dos fatores, juntamente com as comissões de fábrica, a conquista das diretorias dos sindicatos, a formação de entidades intersindicaís, a participação nas eleições, a contribuir para a tessitura daquilo que Joel Wolfe qualifica como o “sistema de relações industriais de fato”, constituído nos anos 1950 em São Paulo, por baixo do sistema formal estabelecido pela CLT, e muito mais favorável aos trabalhadores.⁶⁴

Cabe, ainda, assinalar, que o SENAI não era a única escola de formação técnica freqüentada pelos operários de São Paulo. Em quatro entrevistas realizadas os depoentes informaram terem se formado em uma escola estadual, Getúlio Vargas, situada à rua Piratininga e um depoente, Osmar Gotardi, revelou sua passagem por escolas particulares. Cabe observar, ainda, que o projeto higienista e disciplinador do SENAI e da vanguarda empresarial àquela época foi inteiramente adotado pela Sindicato dos Metalúrgicos até 1952, como veremos posteriormente.

Em nossos depoimentos, temos vários exemplos de como se processava o aprendizado na prática. É o caso de José Luiz dos Santos, que começou como pintor, aprendendo depois a trabalhar na fresa, ou de Ivan Rosa, metalúrgico polidor, que sucintamente relatou: “um colega me ensinou” [o ofício de polidor – Nota do Autor]. Ignez Augusta, por exemplo, aprendeu, em três dias, a operar uma máquina nova para ela na indústria Matarazzo do Belenzinho e Osmar Gotardi explicou como se dava a passagem da categoria de ajudante para a de operário semi-especializado na Villares.

O testemunho e as conclusões de Osmar Gotardi, nos indicam que:

Na Villares era assim, tem muita gente que entra lá como ajudante, não tem condição de pagar uma escola e não tem condição de entrar no SENAI, porque o SENAI é o seguinte: você vai lá, faz um teste de matemática e português, então no português é que o pessoal não passa. Matemática ainda alguns passam e alguns não. Então a pessoa entra lá como ajudante, por exemplo ajudante de sessão, no transporte interno, ele pega um carrinho, ele transporta peças de uma máquina para a outra, arruma a sessão, daí ele começa a ver onde ele pode aprender alguma coisa, aí ele começa, fala: “Olha, eu gostaria de trabalhar naquela máquina, eu acho que sei trabalhar naquela máquina”. Então o chefe:

⁶⁴ WOLFE, J. Op. cit., p.185, 189, 190.

“Quando tiver uma vaga eu te dou”, chama ele e ele vai, aí ele começa a aprender, aí começa a ter um salário melhor como aprendiz, né, aí ele já parte para uma escola, aí ele vai subindo, muitos entram lá ajudante e saem engenheiros lá de dentro, eu conheço gente assim, conheço, para você ver que o brasileiro tem interesse em aprender.⁶⁵

O depoimento do senhor Osmar nos remete ao tema da mobilidade social ascendente, uma das possíveis conseqüências do ingresso do trabalhador de origem rural no universo industrial e da conquista de uma qualificação profissional. Primeiramente, cabe reconhecer que um dos desdobramentos do ciclo de industrialização compreendido entre os anos 30 e 80 foi a possibilidade de ascensão social. Como lembram os autores de *A Opção brasileira*: “Com todas as dificuldades, tratava-se o mais das vezes de uma trajetória que mantinha visível uma perspectiva de fixação e, a médio ou longo prazos, de ascensão social. O núcleo moderno da economia absorvia força de trabalho em ritmo muito superior ao crescimento da população”.⁶⁶ Parece-nos, entretanto, simplificadora, como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho, a conclusão de um autor como Leôncio Martins Rodrigues, de que essa possibilidade de mobilidade permite que o comportamento social do operariado seja qualificado como uma “conduta de mobilidade” em decorrência da qual “as ideologias anticapitalistas que acompanharam a formação da classe operária européia e que conectaram as ações reivindicativas imediatas a uma aspiração mais ampla de remodelação social estarão ausentes na formação do atual proletariado brasileiro”.⁶⁷

Primeiramente, cabe refletir se pode ser uma idealização a impressão de que a aspiração “mais ampla de remodelação social” tenha caracterizado a formação do proletariado europeu, se estivermos pensando em uma adesão consistente ao projeto das vanguardas socialistas e comunistas. Por outro lado, se deixarmos de lado por um instante certos rótulos, é difícil não admitirmos que a luta pelas reformas de base e outras medidas democrático populares, características do começo dos anos 60, tenham correspondido a uma “aspiração mais ampla de remodelação social”.

De toda forma, acompanhando mais de perto a construção do argumento de Leôncio Martins Rodrigues, percebemos que o autor aponta dois tipos de possibilidades de ascensão social: o primeiro pela integração à classe operária de migrantes de áreas

⁶⁵ Depoimento Osmar Gratti

⁶⁶ BENJAMIN, C. Et. al. , Op. cit., p. 80

⁶⁷ RODRIGUES, L.M., Op. cit., p. 85.

agrícolas, o segundo pelo abandono da condição operária e a passagem aos estratos médios. Ambos movimentos, segundo o autor, “...contribuem para dificultar a coesão grupal, a emergência de consciência profissional e de ações coletivas”. Na mesma linha de raciocínio, afirma o autor que a aspiração de melhoria de vida aparenta poder lograr-se mais facilmente por meios individuais do que coletivos. O argumento de que a integração de migrantes de áreas agrícolas à classe operária representa uma forma de mobilidade que dificulta a coesão grupal dos operários já foi revisado em páginas anteriores. Quanto ao caso do ajudante que passa a engenheiro, relatado por Osmar Gotardi, e que se enquadra no segundo modo de ascensão social apresentado por Leôncio, cabe dizer que certamente não foi a forma de mobilidade típica resultante do aprendizado profissional dos operários paulistas. O acesso às universidades foi possível, em alguns casos, para os filhos desses operários, para uma segunda geração, portanto. Mais freqüente era a passagem de aprendiz a condição de operário semi-qualificado ou qualificado. Como em muitos casos o aprendizado era feito na prática, o resultado poderia ser o reforço de uma “cultura de solidariedade”.⁶⁸ Este pode ser um dos fatores que explicam conclusão a que chegou a pesquisa de Michael Löwy e Clara Chucid, desenvolvida entre os delegados ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos realizado no município de Itanhaém, em 1959. Afirmam os autores: “As camadas da classe operária de mais alto status sócio-econômico, maior nível salarial e educacional, são as que tendem a ter atitudes e opiniões mais radicais”.⁶⁹ Parece certo, portanto, concluir que os casos de ascensão social, como o relatado por Osmar Gottardi, de ajudante a engenheiro, constituíam possibilidade para indivíduos, mas não um horizonte aberto à classe operária. A aquisição de uma especialização, por si mesma, não parece ter dificultado a coesão grupal, muitas vezes ocorrendo o contrário, pois esse processo não implicava em uma exclusão do mundo do trabalho, mas, de certa forma, em maior integração no mesmo.

Cabe observar, ainda, que o “aprendizado na prática” parece ter tido a preferência de boa parte do empresariado mais tradicional, o qual optava por manter métodos de gestão e organização do trabalho que lhe assegurassem uma soberania no “chão da fábrica” tão plena quanto possível, livre de ingerências inclusive de instituições como o SENAI,

⁶⁸ Conceito empregado em seu livro por Rick Fantasia, alternativo ao de “consciência de classe”: Cf: *Cultures of solidarity: consciousness, action and contemporary american workers*, p. 3-24.

⁶⁹ LÖWY, M. & CHUCID, C., *Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos*, , p. 32.

portador de valores e idéias do projeto de “modernização conservadora” da vanguarda empresarial. Com efeito, um estudo produzido pelo próprio departamento nacional do SENAI em 1951 concluiria que “...grande número de patrões e de supervisores davam pouco ou nenhum valor à formação oferecida pelo SENAI”, embora entre operários gráficos, têxteis e metalúrgicos a receptividade fosse maior.⁷⁰

Mesmo aqueles empresários mais conscientes da importância da formação profissional e da “educação social” do operariado não tinham como meta atingir a maioria dos trabalhadores. Em relatório de 1941, Roberto Simonsen avaliava ser necessária a formação anual de apenas 15% dos profissionais nas categorias de “técnicos e supervisores”, “operários especializados” e “semiespecializados”.⁷¹ Outro parâmetro podemos encontrar em um estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria), de 1950, que estimava em 10% o percentual de operários qualificados necessários na indústria. Neste mesmo relatório o SENAI teria estimado em 4,4% a necessidade de operários qualificados para o ramo de fiação e tecelagem.⁷² Pesquisa publicada em 1962 pelo DIEESE, a respeito da indústria paulista, indica que a maioria dos operários empregados eram considerados “semi-especializados” (53,2%); sendo 19,3% especializados, 0,4% considerados “técnicos”, 14,8% “braçais” e 12% estavam enquadrados em “outras categorias”, ligadas à administração e serviços auxiliares. Vemos, portanto, que o maior contingente operário estava na categoria dos “semi-especializados”. O pertencimento a essas categorias, entretanto, poderia mudar substancialmente em consequência de mudanças técnicas no processo de trabalho ou de alterações nos critérios classificatórios do SENAI e do Ministério do Trabalho.

Na indústria têxtil, o ano de 1955 representa o ponto de inflexão de uma drástica mudança. Desde, pelo menos, 1949, os percentuais de trabalhadores “semi-especializados”

⁷⁰ WEINSTEIN, Op. cit., p. 201 e 187. Considerando que nosso estudo preocupa-se com a problemática das relações entre “bases” e “vanguarda” operárias, como explicitaremos melhor a partir do capítulo..., talvez seja interessante assinalar como, na fração industrial da burguesia, eram equacionadas essas relações, no que toca ao encaminhamento de projetos de mudanças sociais. Referindo-se aos projetos que embasavam a atuação de órgãos como SENAI e SESI, observa Barba Weinstein: “O processo pelo qual a liderança industrial formulava sua política social e as instituições que a iriam implementar não era de forma alguma consensual, mesmo dentro dos estreitos limites da burguesia industrial. Um pequeno círculo de industriais e administradores, que um observador norte-americano caracterizou como ‘o elemento mais atento entre os patrões’, assumiu o papel de ‘vanguarda’”.

⁷¹ RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 117.

⁷² Ibid., p. 135.

(aproximadamente 54,7%) e especializados (aproximadamente 38%) mantinham-se estáveis. A partir do ano indicado, teve início uma queda impressionante no percentual de qualificados, chegando a 7,2% em 1960, e um aumento de semi-qualificados, que chega a 85,6% nesse mesmo ano.⁷³

O fenômeno explica-se pela introdução de teares e máquinas de fiar automáticas que implicaram uma mudança no padrão de qualificações reconhecidas como necessárias para operar a nova maquinaria,⁷⁴ e o avanço do processo de “racionalização da produção”. As mulheres foram particularmente atingidas, verificando-se uma queda nos percentuais de operárias têxteis qualificadas, a partir de 1949. Em 1958, pela primeira vez, o percentual de homens qualificados ultrapassa o de mulheres na indústria têxtil paulista.⁷⁵ Em decorrência desse processo houve demissões em massa e, muitas vezes, verificou-se a superexploração da força de trabalho que permanecia empregada, obrigada, agora, a suportar o fardo de operar com um número maior de máquinas. Toda essa mudança não decorreu tão somente de novas condições técnicas de produção, mas também de novas relações de força, uma vez que a definição do que era trabalho especializado ou semi-especializado incluía um grau considerável de arbítrio. O governo determinava que o SENAI anualmente reavaliasse as profissões que requeriam um treinamento maior. Segundo Weinstein: “Presume-se que o SENAI baseava suas reclassificações – quase sempre de trabalho especializado para semi-especializado – em critérios puramente ‘técnicos’, como mudanças ‘objetivas’ no processo

⁷³ COLISTETE, R., Op. cit., p. 13. Wolfe também analisa o impacto dos “programas de racionalização” sobre a importância das especializações fabris entre os têxteis”. Cf.: WOLFE, J., Op. cit., p. 153.

⁷⁴ Cf.: COLISTETE, R., Op. cit., p. 17. Com a introdução da maquinaria automática as operárias e operários têxteis perderam poder. Como lembra Wolfe: “As velhas e indiossincráticas máquinas de fiar e teares usados nas fábricas de São Paulo durante a Segunda Guerra não apenas limitaram uma produção eficiente como também fortaleceram o poder dos trabalhadores, que desenvolveram importantes qualificações específica desenvolvidas na própria produção”. Cf: WOLFE, J., Op. cit., p. 145. A importância deste conhecimento prático também pode ser avaliada a partir da descrição feita por Lopes do trabalho dos tecelões na CTP: “...o ‘mistério’ dessas profissões está menos na operação pura e simples da máquina que na vigilância à frágil e delicada matéria-prima que corre no conjunto de máquinas sob a *responsabilidade* destes profissionais e na conseqüente intervenção para adequar o ritmo das máquinas às menores interrupções na produção passíveis de serem obtidas. O segredo é, inclusive, através de um conhecimento intuitivo do funcionamento das máquinas, prever o seu iminente enguiço, seja conseguindo evita-lo, seja chamando de imediato o contramestre...”. LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 317 Weinstein, por sua vez, analisa a diferença de valores atribuídos a este conhecimento prático do tecelão, por parte dos Sindicato dos Têxteis e dos empresários e técnicos do governo em 1939. Cf.: WEINSTEIN, B., Op. cit., p.112. Por sua vez Vera Maria Candido Pereira, tendo pesquisado, como vimos, entre 1972 e 75, pondera que apensar da modernização tecnológica e do planejamento científico, continuava sendo decisiva a experiência no exercício de uma tarefa. Cf.: PEREIRA, V.M.C., Op. cit., p. 95.

⁷⁵ COLISTETE, R., Op. cit., p. 16.

de trabalho, mas ele também era sensível a várias formas de pressão dos industriais quanto a essa questão”.⁷⁶ Ainda segundo a autora, os sindicatos de trabalhadores, por sua vez, pouco interferiam.

Na indústria metalúrgica a introdução de novas tecnologias teve um impacto diferente comparativamente ao que ocorreu na indústria têxtil. Primeiramente pelo fato de que a expansão deste ramo da produção nos anos 1950 compensou a dispensa de força de trabalho resultante da introdução de maquinaria mais moderna em determinados setores, como já foi dito. Em segundo lugar, não se observou uma drástica transformação nas proporções de trabalhadores especializados e semi-especializados. O percentual de trabalhadores especializados na indústria metalúrgica caiu de 38,4% em 1949 para 28,5% em 1960 e o de semi-especializados cresceu de 50,4 para 55,9% no mesmo período, enquanto os trabalhadores não-especializados cresciam de 9 para 14,1%.⁷⁷ Não se deve desconsiderar, entretanto, que estes percentuais variavam de setor para setor. Por exemplo: a exigência de trabalhadores especializados era muito maior na indústria mecânica do que na de material elétrico leve.⁷⁸

Em se tratando de metalúrgicos, a grande mudança estrutural decorreu da instalação das montadoras de veículos a partir de 1957, e das demais indústrias a ela ligadas, especialmente a de auto-peças.⁷⁹ Em um Boletim de fevereiro de 1961, o DIEESE, analisando as características da indústria automobilística, já assinalava: “...necessitando de grande número de operários especializados, oferecia-lhes salários mais altos do que outros setores e abria sucessivas vagas no pessoal técnico dos mesmos que, para não permitir que sua própria produção viesse a ser afetada, viram-se obrigados a elevar também seus níveis de remuneração”. Na mesma publicação avaliava-se que das 11 fábricas de veículos instaladas no Brasil, 10 estavam em São Paulo. Juntamente com as 1.200 fábricas de auto-peças, a indústria automobilística empregava, então, 140 mil pessoas, sendo que 80,55%

⁷⁶ WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 223

⁷⁷ COLISTETE, R., Op. cit., p. 13.

⁷⁸ Ibid., p. 135 e 136.

⁷⁹ Colistete nos informa que em 1958 a FORD inaugurou setores de fundição em Osasco, produção de motores e peças em São Paulo para abastecer a fabricação de automóveis. A GM produziu seu primeiro automóvel nacional em 1958, tendo instalado fábricas em São José dos Campos, também em 1958, e montadora em São Caetano do Sul. Em 1957 A Scania Vabis instalou, em *join-venture* com a brasileira VEMAG, tendo inaugurado sua primeira fábrica em 1959 em São Paulo. Em 1953 a Volkswagen comprava as instalações da fábrica Brasmotor e em 1959 lançava o fusca. Em 1952 instalara-se a Willys do Brasil. Cf.: COLISTETE, R., Op. cit., p. 130, 131,

estavam diretamente ligadas à produção. Uma característica significativa da indústria automobilística era a grande quantidade de operários por fábrica. Em 1960, havia 3.487 por unidade produtiva.⁸⁰ No setor automobilístico, o de auto-peças era o que empregava mais intensamente mão de obra especializada.⁸¹

Acreditamos ser possível assinalar o impacto da indústria automobilística na composição do operariado metalúrgico em três níveis: primeiramente, a nova indústria automobilística em muitos casos instalou-se fora dos velhos centros industriais de São Paulo, localizados em bairros como Brás, Mooca, Lapa, Ipiranga. Atento a esta situação Remo Forli, presidente do Sindicato Metalúrgico, observou em reunião da diretoria de 12 de dezembro de 1958: “É preciso fazer um plano para atendermos os municípios, pois as fábricas metalúrgicas estão se instalando fora da cidade e não podemos atendê-las sem um plano e se não atendermos elas poderão fazer o seu próprio sindicato, o que enfraquecerá o sindicato da Capital”.⁸² Uma de nossas hipóteses de análise sobre o enfraquecimento da ação operária em São Paulo nos anos 1960 decorre da suposição de que o crescimento com dispersão territorial dos metalúrgicos tenha dificultado, naquele contexto, a coordenação da categoria para as lutas mais difíceis.

Em segundo lugar, a indústria automobilística oferecia melhores salários e maiores benefícios. Em terceiro lugar, tinha uma política de pessoal mais coerente com o projeto da “modernização conservadora”, neutralizando, em parte, os conflitos decorrentes de problemas de ausência de refeitórios, vestiários, uniformes, assistência médica, equipamentos mínimos de segurança, problemas tão comuns naquele período.

Finalmente, cabe perguntar, como lidavam os próprios operários com as noções de qualificação? A leitura do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos parece referendar a observação feita por Weinstein a partir do exame do caso dos têxteis: a luta dos sindicatos desenvolvia-se em duas frentes: procuravam elevar o salário mínimo para os operários não-especializados e ao mesmo tempo, manter as “hierarquias salariais” que favoreciam os operários especializados. Em 1959, um congresso têxtil e o jornal dos metalúrgicos apresentavam a mesma avaliação: a alta do custo de vida e o reajuste do salário mínimo

⁸⁰ DIEESE, “Os sindicatos e a política econômica do novo governo”, *Boletim DIEESE*, Nº 10, fev. 1961, p. 12.

⁸¹ COLISTETE, R., p. 138.

⁸² Atas de Reuniões de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, 12, dez. 1958, p. 21 – verso.

havam alterado “profundamente a situação dos trabalhadores especializados” sendo necessário, conseqüentemente, “a celebração de acordos para refazer a hierarquia da mão-de-obra especializada”.⁸³

Pesquisas recentes sugerem que os trabalhadores “não qualificados” pela classificação oficial podiam elaborar seus próprios critérios de valorização profissional, alimentando um orgulho profissional característico. É o que aparece no depoimento do baiano Augusto Ferreira Lima, colhido por Paulo Fontes:

Naquele tempo (...) paulista queria sombra e água fresca, não trabalhava em três horários. Três horários não era com eles(...) ‘Deixa para a baianada trabalhar’, era assim que eles falavam. Então o progresso veio criado pelo homem do Norte, que entrava embaixo do sol a sereno, do galho da água de tudo, caía, morria, mas não afastava, tava ali. Trouxe o progresso para São Paulo...⁸⁴

Antonio Luigi Negro, analisando os *Relatórios Anuais*, *Noticiários* e outros materiais elaborados pela montadora Willys Overland do Brasil, constatou a apropriação pelos operários não qualificados do discurso da companhia que reconhecia a sua dignidade, “deitando elogios sobre sua vontade de aprender, versatilidade e disposição para trabalhar ‘no duro’”. O autor conclui que “enfrentando estranhamentos inclusive dentro do operariado” esses trabalhadores trouxeram para dentro da classe operária duas novas características, sedimentadas ao longo dos anos 1950, 60 e 70: uma identidade marcada pela idéia de povo e a defesa da justiça social associada à dignidade do trabalho manual.⁸⁵

Podemos ver, assim, que a hierarquia entre operários qualificados, semi-qualificados e não qualificados representa um dos recortes a diferenciar a classe operária. A prevalência de uma identidade mais abrangente, de classe, ou a fragmentação do coletivo em interesses e identidades parciais será um dos grandes problemas enfrentados pelo operariado de São Paulo no período estudado e, talvez, pelas classes exploradas em qualquer circunstância. A questão da identidade, porém, só adquire concretude se levarmos em conta a advertência formulada por Henri Lefebvre sobre a diferença entre identidade abstrata e identidade concreta. A primeira define-se pela repetição, pela redundância. A segunda define-se pela “capacidade de resolver as contradições e de dominar o devir; luta

⁸³ “Trabalhadores metalúrgicos: unidos para o reajustamento salarial”, *O Metalúrgico*, Nº 178, Mar 1959, p. 1.

⁸⁴ FONTES, P. “Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais”..., p. 37.

⁸⁵ NEGRO, A. L., Op. cit., p. 430 e 431.

contra o tempo produzindo diferenças mediante as representações”, ou seja “a identidade concreta só se realiza por meio das diferenças”.⁸⁶ Assim, cabe pensar que a manutenção de uma identidade coletiva de classe não poderia se dar pela reiteração de certos valores ou traços supostamente originais como poderiam ser, por exemplo, certas tradições anarquistas herdadas das primeiras gerações do movimento operário. Antes, a identidade concreta teria que ser construída de novo em cada conjuntura, incorporando elementos novos e reiterando o essencial: valores e visões de mundo próprios de quem vive de seu trabalho.

1.4. Mulheres e jovens

A Segunda Guerra Mundial levou, em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos, milhares de mulheres a se incorporarem à força de trabalho fabril. A indústria expandia-se e faltavam braços. No estado de São Paulo, por exemplo, o número de pessoas do sexo feminino trabalhando nas fábricas cresceu de 86.745 em 1939 para 213.586 em 1943 e o seu percentual na composição da força de trabalho subiu de 32,8% para 42,1%.⁸⁷ Ao longo dos anos 50 verificou-se uma redução desta participação, acompanhada, no caso argentino, por exemplo, de um esforço governamental destinado a tornar o “regresso ao lar” uma experiência satisfatória⁸⁸.

A participação feminina na força de trabalho da indústria têxtil de São Paulo foi, desde os seus primórdios, significativa. O recenseamento de 1872 demonstrou que, dos 10.256 operários empregados, 9.514 eram mulheres.⁸⁹ Este quadro levou Jessita Martins Rodrigues a caracterizar “o trabalho têxtil como sendo um trabalho feminino na formação social brasileira”.⁹⁰ O fenômeno pode ser atribuído a dois fatores: à falta de braços para a indústria, em uma sociedade sustentada pelo sistema escravista, e às “qualificações tácitas” adquiridas pelas mulheres na esfera familiar e doméstica e posteriormente exploradas no trabalho fabril, como se fossem inatas. De fato, a destreza, minúcia, rapidez, paciência,

⁸⁶ Outra advertência esclarecedora: “Com efeito, é necessário distinguir a identidade abstrata e vazia da identidade concreta, a saber, a do ser ou do ente ou da coisa que se mantém, que persiste, que persevera em seu ser, que se reconhece através do devir. O princípio de equivalência desempenha um papel imenso no mundo da mercadoria assim como nas relações sociais e no Estado político; assim, não fazem mais do que aplicar a identidade abstrata reduzindo a esta última as identidades concretas: abolindo as diferenças na homogeneidade”. Cf.: LEFEBVRE, H., Op. cit., p. 91, 168 e 235.

⁸⁷ WOLFE, J., Op. cit., p. 103. Weinstein afirma que mulheres jovens e adultas constituíam 40% da mão-de-obra industrial de São Paulo durante a Segunda Guerra. WEINSTEIN, B., Op. cit., p. 149

⁸⁸ Cf.: GIRBAL-BLANCHA, Noemí. “‘El hogar o la fábrica’ De costureras y tejedoras en la Argentina Peronista (1946-1955). In: *Revista de Ciencias Sociales*, no. 6.

⁸⁹ PENA, M. V. J., *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, p. 91.

⁹⁰ RODRIGUES, J. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*, p. 129.

aprendidas nos trabalhos domésticos, e necessárias ao desempenho das operárias têxteis, fazem parte de uma qualificação socialmente banalizada, porque adquirida informalmente, na família.⁹¹

No período que nos interessa mais diretamente, temos, na Grande São Paulo, um total de 68,6% de mulheres na indústria têxtil em 1949, percentual que cai para 62,2% em 1960. Entre os metalúrgicos verifica-se uma participação feminina correspondente a 7,3% da força de trabalho em 1949, chegando a um pico de 9,6% entre 1955 e 1957 e caindo para 8,0% em 1960. É interessante notar que, no setor metalúrgico, as mulheres encontravam-se mais freqüentemente na condição de operárias semi-especializadas (12,7% em 1949 e 12,9% em 1960), sendo insignificante sua presença na categoria dos especializadas (0,2% em 1949 e 1960). Sua força de trabalho era mais largamente empregada nos departamentos de montagem, inspeção, embalagem e expedição.⁹² Essa virtual ausência de trabalhadoras especializadas no setor metalúrgico decorria, em grande parte, do fato de estarem praticamente fechadas as portas do aprendizado profissional formal para os indivíduos do sexo feminino. Como lembra Colistete: “Os programas do SENAI eram planejados explicitamente para reforçar os papéis tradicionais da mulher, encaminhando-as para as especialidades inferiores...”⁹³ Além disso, o SENAI “sempre insistia em proporcionar às suas alunas alguma formação em prendas domésticas” pois ainda que as estatísticas do próprio órgão indicassem que as moças compunham mais da metade da força de trabalho abaixo dos dezoito anos, as atividades do SENAI “partiam do princípio de que a maioria dessas moças iria, ou deveria, sair do emprego, logo que chegassem à idade de casar”.⁹⁴

Quanto aos jovens, entre 14 e 18 anos, representavam uma parcela significativa da classe operária, particularmente no setor têxtil, onde perfaziam uma média de 16,9% entre 1949 e 1960, 81,7% do sexo feminino. Embora menos significativa, a participação de jovens no setor metalúrgico era também importante, mantendo uma média de 9,8% no período indicado e 18,7% do sexo feminino.⁹⁵

⁹¹ KERGOAT, D. “Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *O sexo do trabalho*, p. 84. Ver também: CHABAUD, D., “Problematiques des sexes dans les recherches sur le travail et la famille. *Sociologie du travail*, N^o 3, p. 349, 350.

⁹² COLISTETE, R., Op. cit., p. 18 e 31.

⁹³ Ibid., p., 17 [Tradução do autor]

⁹⁴ WEINSTEIN, B., Op. cit., p.150 e 253.

⁹⁵ COLISTETE, R., p., 20

A presença significativa de mulheres e jovens na força de trabalho industrial, com demandas, posições sociais e visões de mundo em muitos aspectos próprias, trariam a riqueza das diferenças e a ameaça da heterogeneidade ao processo de auto-construção de uma identidade de classe do operariado paulistano. As direções sindicais se debateriam com questões como igualdade salarial, custo de vida, creches, participação feminina na vida sindical, lazer para a juventude e meia-entrada nas casas de diversão ao longo do período abarcado por este estudo, oferecendo respostas diversificadas.

Cabe finalmente mencionar, que embora a produção industrial do estado de São Paulo estivesse pulverizada em inúmeros pequenos estabelecimentos, havia, por outro lado, uma concentração da força de trabalho em grandes empresas, notavelmente no setor têxtil. Dados organizados pelo DIEESE referentes a 1961 indicam que 82% dos estabelecimentos empregavam 10 indivíduos ou menos, totalizando 11% da mão-de-obra empregada, ao passo que 16,5% [ou 1,5% não fica claro] de estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores empregavam 53% da mão-de-obra. A partir dos dados coligidos elaboramos o Gráfico 1 (Anexo II), a fim de ilustrar a progressão da média de operários (as) por empresa nos ramos têxteis e metalúrgico, de 1953 a 1958. Comprova-se que no setor têxtil havia uma concentração maior, apesar de uma queda brusca entre 1956, e 1957 e no metalúrgico uma maior dispersão, embora, neste caso, verifique-se um incremento da concentração de operários por indústria em todo o período.⁹⁶

A indústria têxtil era muito concentrada desde os anos 30. As empresas consideradas grandes, de 500 operários para cima, já então reuniam 82,67% do operariado no estado. As cinco maiores (Votorantim, Cotonifício Crespi, Mariângela, Cotonifício Scarpa e Júpiter) ocupavam 28,15% da força de trabalho.⁹⁷

Quais as conseqüências de tal situação? Por um lado a dispersão maior dos operários metalúrgicos pode ter favorecido, tal como captou Wolfe a partir de entrevistas com operários, um peso maior das relações pessoais entre empregados e patrões, colocados, assim, na condição de “amigos e inimigos”.⁹⁸ Pelo menos é o que podemos deduzir da entrevista do sr. José Luiz dos Santos que, na Indústria Mecânica Castelo, a primeira em que trabalhou, dividiu as figuras do bom e do mau patrão entre os dois sócios proprietários.

⁹⁶ DIEESE, *Revista DIEESE*, Nº 6, fev.1962, p. 29.

⁹⁷ RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 60

⁹⁸ WOLFE, J., Op. cit., p. 84

Por outro lado, a concentração de uma grande quantidade de operários em algumas indústrias parece ter determinado uma situação em que a concentração de trabalhadores por empresa e sua distribuição no espaço da cidade impunham uma certa relação de forças que cabia ao Sindicato interpretar para poder mobilizar a categoria. Lopes nos lembra que nos bairros da Mooca e do Brás estavam concentrados 29,7% dos estabelecimentos do setor metalúrgicos e 31,5% dos operários. Em seguida vinham os bairros de Casa Verde e Santana com 13,5% das empresas e Osasco-Lapa com 11,2%.⁹⁹ Certamente a estratégia de organização dos piquetes nas greves tornava-se imprescindível para a construção de uma “vontade coletiva” de luta, com as grandes indústrias abrindo condições para que as pequenas aderissem ao movimento. O sucesso da “decretação” da greve, como veremos, não se vinculava ao envio de piquetes a partir do Sindicato, mas da intervenção do Sindicato coordenando, por meio de delegados sindicais, comissões centrais de greve, comissões de fábrica, o processo pelo qual, em cada região, eram acionados os mecanismos que permitiam alcançar sucesso na greve, e aí a paralisação das grandes firmas, e, a partir destas, o envio de piquetes às demais, consistia um aspecto fundamental.

Podemos concluir este tópico afirmando que o crescimento industrial do pós-guerra trouxe para as fábricas do planalto de Piratininga gente de diferentes origens, com seus sotaques, costumes, memórias e desejos. A insaciável fome de braços tornava-se notícia, tema de conversa, motivo de um convite, um chamado. Vizinhos levavam seus conhecidos, os amigos ofereciam empregos a seus pares. E assim chegaram mais mulheres, mais jovens. Os que vinham de outros estados se estabeleciam primeiramente nos cortiços ou casas de aluguel próximas às próprias fábricas. Depois, quase sempre com o casamento, reuniam suas poupanças e deviam entrada em um terreno na nova periferia que se expandia, iniciando-se então o penoso processo de construção da casa própria. Tornar-se operário ou operária têxtil ou metalúrgico significava dominar técnicas de trabalho, segredos profissionais, e também formas de resistência, códigos de comportamento há longo tempo estabelecidos. Significava pertencer a um grupo que portava suas tradições de luta e maneiras de ser. Para muitos tratava-se, então, de continuar sendo o que se era e ao mesmo tempo adquirir as características de um novo ser. Alguns estudiosos viram na heterogeneidade da formação da classe operária brasileira um impedimento para o

⁹⁹ LOPES, C.L.E., Op. cit., Tabela XVI

“desenvolvimento de formas de agir tradicionalmente proletárias”.¹⁰⁰ Entretanto, o raciocínio segundo o qual a diversidade, como dado estrutural, automaticamente interdita a solidariedade de classe tem sido questionado por trabalhos mais recentes.¹⁰¹ Faz-se necessário examinar o que os próprios sujeitos fazem com as condições que “a história” lhes impõe.

1.5. Características do trabalho industrial em São Paulo

Os trabalhadores assalariados viviam particularidades decorrentes de variações salariais, de gênero, qualificação, idade e setor da produção onde estavam inseridos.

Na indústria têxtil e no ramo de produção de material elétrico leve, as leis da oferta e da procura se fizeram sentir. Amplas chances de contratar mulheres e jovens com remunerações inferiores eram um fator aproveitado pelos empresários para nivelar os salários por baixo.¹⁰² Não devemos supor, porém, que se reproduziam aqui, com defasagem de tempo, processos ocorridos alhures, já tão bem analisados e denunciados.¹⁰³ Não se tratava da introdução das primeiras máquinas roubando o “saber fazer” de experientes artesãos, rebaixando seus salários e abrindo as portas da manufaturas para suas mulheres e crianças. Na indústria têxtil as mulheres e crianças já estavam lá desde o século XIX e os mecanismos que deprimiam seus salários nos anos 50 e 60 do século XX eram, ao mesmo tempo, os mesmos e outros.

As diferenças salariais dos menores de 18 anos decorriam, em parte, da legislação em vigor. Legalmente o piso mínimo salarial para aprendizes era estabelecido em 50% do salário dos adultos. Na prática, quase todos os trabalhadores menores de idade, fossem aprendizes ou não, eram pagos nesta base. Frequentes, porém, eram as situações de jovens recebendo menos de 50% em relação aos adultos.¹⁰⁴ Além da falta de qualificação e experiência, é lícito supor que fatores “extraeconômicos”, como as hierarquias vigentes em uma sociedade de raízes patriarcais, favorecessem e legitimassem a exploração dos menores de 18 anos. Um exemplo é a condição de se considerar o salário dos jovens, bem

¹⁰⁰ CARDOSO, F.H., *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*, p. 101.

¹⁰¹ KIRK, N., “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA, C.H.M., Op. cit., p. 53

¹⁰² Sobre salários menores nas indústrias de material elétrico, Cf.: COLISTETE, R. Op. cit., p. 23.

¹⁰³ MARX, K. “Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador”, *O Capital*, v. 2, p. 20.

¹⁰⁴ COLISTETE, R., Op. cit., p. 31

como das mulheres, como “complementar” ao do homem, caso muitas vezes falso.¹⁰⁵ A exploração dos jovens foi eventualmente denunciada e combatida pelos sindicatos, mas também é provável que tenha sido, dentro de certos limites, aceita pelo próprio operariado. A origem disso foi o fenômeno do “pai patrão”, já que os imigrantes urbanos e rurais exerciam a compulsão sobre o trabalho dos filhos reafirmando a cultura dominante do patriarcalismo.

Diferenças salariais entre homens e mulheres, perfeitamente legais nos anos 1910 e 20, eram, porém, vedadas por lei nos anos 1950.¹⁰⁶ Como, então, podiam persistir? A lei poderia simplesmente ser violada, e isto ocorria de fato, certamente com mais frequência em situações ou conjunturas em que o controle operário e sindical era menor.¹⁰⁷ Vimos também, na seção anterior, que agências oficiais de formação de mão de obra, como o SENAI, tinham as portas de seus cursos de especialização industrial praticamente fechadas ao público feminino. O regime de pagamento mais amplamente adotado na indústria têxtil era feito “por tarefa”, na denominação de um velho tecelão¹⁰⁸, ou, em outras palavras, “por peça”. A parcela do salário paga por peça produzida era a mesma para homens e mulheres. O exercício de análise feito por Colistete para a fábrica de tecidos Paramount demonstra que, descontadas as diferenças salariais decorrentes do maior absenteísmo e rotatividade da mão de obra feminina, os salários das mulheres ficavam apenas 4% abaixo dos masculinos. O autor conclui que, na indústria têxtil, em condições similares de trabalho, os salários das mulheres tendiam a ser iguais ou mesmo mais elevados do que o dos homens.¹⁰⁹ Ou seja, tal como ocorria com os jovens, causas “extraeconômicas” derrubavam os salários médios das mulheres na indústria. Pois o maior absenteísmo e rotatividade são consequência da “dupla jornada” de trabalho assumida pelas mulheres, na esfera produtiva de mercadorias e

¹⁰⁵ Colistete analisa pesquisa de 1952 segundo a qual os chefes de famílias com baixa qualificação profissional conseguiam prover apenas 66% dos rendimentos do grupo, sendo que 11% dos ingressos deviam-se às esposas, 17% aos jovens e 2% aos outros membros adultos. COLISTETE, R., Op. cit., p. 14

¹⁰⁶ Vera Lúcia Ribeiro afirma que mulheres ocupadas nas mesmas tarefas que os homens recebiam podiam receber salários menores, nos anos 10 e 20. Em média estes eram 64,37% inferiores aos dos homens. RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 170, 171.

¹⁰⁷ COLISTETE, R., Op. cit., p. 28

¹⁰⁸ Entrevista com sr. João Bonifácio. “...Agora, o [salário- n. do Autor] da mulher também era igual o do homem, porque a tecelã, ou o tecelão, toda a vida trabalhou por tarefa (...)Então a máquina começava a fazer assim com o fio, então era por produção, não era por hora que se trabalhava. Ela trabalhava cinco metros, vamos dizer, dez centavos por metros. Ela fazia cem metros, dava dez mil-réis, dez reais hoje, não é isso? Por produção: se ela fazia cinco ela só ia ganhar por cinco”. p. 9.

¹⁰⁹ COLISTETE, R., Op. cit., p. 31

na reprodutiva da força de trabalho, bem como da aceitação social do caráter “complementar” de seus salários.

Essas particularidades sócio-econômicas da força de trabalho feminina e juvenil explicam, em parte, o achatamento salarial na indústria têxtil, comparativamente ao setor metalúrgico e a outros setores da indústria. Segundo estudo do DIEESE, em 1957, por exemplo, a média salarial na indústria têxtil em São Paulo ficaria 11,6% abaixo dos demais setores industriais.¹¹⁰ Não deve ser dada, porém, ênfase excessiva à idéia de que o trabalho realizado por tecelãs e fiandeiras requeria apenas atenção e agilidade, podendo ser aprendido rapidamente, em uma situação em que o nível de renovação tecnológica seria baixo.¹¹¹ Na prática, é bastante provável ter ocorrido, como argumenta Colistete, que a execução satisfatória de muitas tarefas, e a própria produtividade, dependessem de habilidades conquistadas ao longo de muito tempo. Apesar das condições desfavoráveis ao seu desempenho profissional, muitas operárias têxteis eram imprescindíveis em seus postos de trabalho e isso também explica, em parte, a força de sua mobilização no período estudado. Os baixos salários no setor, assim, devem ser compreendidos, ainda segundo Colistete, também à luz das opções feitas pelos industriais, já comentada, de investir pouco em salários e no aperfeiçoamento da mão de obra, respaldados que estavam pela “reserva de mercado” tanto de força de trabalho quanto de tecidos.¹¹²

Outra peculiaridade do perfil salarial dos têxteis era a existência dos dois sistemas de pagamento, por hora e por peça. O sistema por hora é o mais comum hoje na indústria, cabendo assinalar que no ramo têxtil, nos anos 1950, ele era praticado, muitas vezes, de forma mista, com vários tipos de abono. Já o sistema por peça, que parece ter sido o mais praticado na indústria têxtil de então, dava vazão a um enorme leque de diferenças salariais decorrentes de especificidades quanto ao tipo de tecido, qualidade das máquinas, formas de

¹¹⁰ Ainda no mesmo trabalho encontramos a seguinte observação: “...As médias salariais no setor têxtil são sensivelmente inferiores às dos outros setores industriais”. Cf: DIEESE, *Desenvolvimento da indústria têxtil em São Paulo – Contribuição do DIEESE para o Congresso Nacional dos Têxteis*. Equipe Técnica, p. 4. Wolfe comenta: “Muitos trabalhadores têxteis recebiam salários que estavam entre os mais baixos da indústria da cidade”, referindo-se aos anos 40. Cf.: WOLFE, J., Op. cit., p.102. Colistete apresenta tabela comparando salários reais na indústria têxtil e metalúrgica entre 1949 e 1959. Cf: COLISTETE, R., Op., cit., p. 23 A Revista do DIEESE de janeiro de 1962 também apresenta quadro demonstrando que os salários na indústria têxtil encontravam-se sensivelmente abaixo da média nacional na indústria. Cf.: *Revista do DIEESE*. Ano I, Nº 5, Jan. 1962. Tabela IV, p. 43.

¹¹¹ Parece ser esta a interpretação de Ribeiro. Cf. RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p 190, 191. Maria Valéria Juno Pena analisa o fator de baixa inovação tecnológica, Cf.: PENA, M.V.J., Op. cit., p. 143

¹¹² COLISTETE, R., Op. cit., p.24.

organização do trabalho adotadas pelas empresas ou pelos mestres e contra-mestres.¹¹³ As possibilidades de burlas e a margem de conflitos também tendiam a ser maiores. Um exemplo, apenas, dos conflitos que este sistema gerava, pode ser encontrado na greve de protesto desencadeada na Companhia Paulista de Aniagem em fevereiro de 1954. A origem do conflito fora uma inovação introduzida pelo dono da fábrica: cada tecelão ganhou uma agulha para fazer o serviço das serzideiras, quando notasse a falta de um fio. “Ora, desta forma a cada momento os tecelões deveriam parar o serviço e assim perderiam, em média, Cr\$ 800,00 mensais, pois ganham por produção”.¹¹⁴

Como argumenta José Sérgio Leite Lopes, que estudou o caso da Companhia Têxtil Paulista (CTP), no município de Paulista, Pernambuco, empregando um conceito de Marx, os cálculos salariais do salário por produção (ou por peça) passavam...

...pelo ‘laboratório secreto da produção’, isto é, (...) por determinações que somente a administração da fábrica tem acesso e controle, tornando muito mais complicada que no caso do salário por tempo, a base factual para sustentar as reclamações trabalhistas assim como a efetivação de uma eventual fiscalização trabalhista.¹¹⁵

Uma das formas de controle desenvolvidas pelos operários era o uso de uma caderneta com anotações de todas as informações a respeito de sua produção, dos tecidos empregados e dos preços de cada peça. Lopes apresenta um depoimento que mostra este costume em Paulista,¹¹⁶ da mesma forma como confidenciado no depoimento do tecelão João Bonifácio, presidente da Associação dos Aposentados Têxteis de São Paulo: “Dava para controlar, elas tinham uma cadernetinha. Vinha o mestre, media: tantos metros de fio, ela tinha uma cadernetinha. Aí, se o patrão não pagasse, elas iam no sindicato”.¹¹⁷ O uso das cadernetas de controle era apenas um dos muitos “costumes em comum”, presentes na cultura fabril dos têxteis de Pernambuco e de São Paulo.

¹¹³ Colistete cita exemplo de tecelagem com 219 tipos de tecido diferentes cada um com uma taxa de remuneração própria. COLISTETE, R., p. 26

¹¹⁴ “Greve de protesto na Cia Paulista de Aniagem”, *Notícias de Hoje*, Nº 621, 13 fev. 1954, p. 6.

¹¹⁵ LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 305

¹¹⁶ Ibid., p. 372.

¹¹⁷ José Sérgio Leite Lopes narra como a transparência dos preços unitários do salário por produção virou “reivindicação histórica” na CTP sendo conquistada apenas às vésperas do golpe de 64 e logo depois anulada. Cf> Op. cit., p.43. Maria Alice Rosa Ribeiro, analisando o trabalho na indústria têxtil antes de 30 comenta que a fixação dos níveis salariais aparecia nas tabelas, o que não significava que fossem cumpridas. Não havia contratos de trabalho e “as manipulações dos níveis salariais fixados na ‘tabela’ e as arbitrariedades na própria determinação salarial eram práticas rotineiras. Cf.: RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 176.

Do ponto de vista do conjunto da classe trabalhadora industrial, cabe dizer que, ao longo do período, houve uma redução real do volume global dos salários pagos pela indústria. Em 1955 os salários representavam 19,5% das despesas industriais, ao passo que em 1959 esse percentual havia caído para 16,2.¹¹⁸ Cálculos do DIEESE, para uma parte do período enfocado neste estudo, atestam que houve 15% de aumento real de salário entre 1956 e 1959, enquanto o lucro bruto real na indústria chegava a 76% e a produtividade do trabalho industrial subia 37%.¹¹⁹ Outro estudo da mesma entidade afirma que entre 1940 e 1958 houve ganhos de 38,6% no salário médio real para os industriários de todo o Brasil e 44,2% para os de São Paulo.¹²⁰

Vejamos como se comportou o salário dos têxteis e dos metalúrgicos em relação ao salário mínimo – em termos nominais - ao longo do período em questão no município de São Paulo. Cálculos desenvolvidos por Almeida apontam para uma deterioração dos salários dos têxteis, aproximando-se do salário mínimo. A Tabela 10 – baseada em dados do IBGE - traça uma comparação restrita aos anos 1955 a 1957 e confirma um comportamento da média salarial no setor têxtil próxima ao mínimo e uma média mais elevada no setor metalúrgico, especialmente na indústria de materiais de transporte. Almeida atribui o fenômeno às lutas dos trabalhadores pelo reajuste do salário mínimo, à política de Vargas reajustando o salário mínimo em 1951 e 1954 e aos processos de modernização da indústria têxtil, bem como às estratégias dos empresários do setor, promovendo rotatividade de mão de obra a fim de rebaixar os salários.¹²¹

No setor metalúrgico também podia ser encontrada a forma de pagamento por peça, mas prevalecia o pagamento por hora, embora freqüentemente combinado com um adicional de produtividade.¹²² No depoimento apresentado pelo advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, Dr. Cristóvam Pinto Ferraz, em uma Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 1951, até o final da Segunda Guerra Mundial todos trabalhavam por hora, tendo havido posteriormente “uma completa modificação na forma de pagamento de salários dos trabalhadores metalúrgicos”. Ainda segundo o advogado:

¹¹⁸ DIEESE, *Boletim DIEESE*, Nº 7, nov. 1960, p. 4 e 6.

¹¹⁹ RODRIGUES, J.A. “Situação econômico-social da classe trabalhadora no Brasil”, *Revista de Estudos Sócio Econômicos*, Nº 1, set. 1961, p. 24.

¹²⁰ DIEESE, “Orientação da política econômica federal”, *Revista de Estudos Sócio-econômicos*, Nº 3, nov. 1961, p. 45.

¹²¹ ALMEIDA, Op. cit., p. 189.

Eles passaram a ganhar por tarefa. Quando não ganhavam só salários por hora, com sobre-salários e produção que vem quase a dar um salário superior ao salário por hora recebido. Quando não ganhavam nenhuma outra parte de salários à tarefa, eles ganhavam prêmios, ganhavam porcentagem sobre a produção, que vem constituir um novo salário.¹²³

Segundo Dr. Cristóvam, a mudança na estrutura salarial resultou em ganho para os operários. O mesmo depoimento permite entrever que muitas vezes era a iniciativa dos próprios operários o que permitia conquistar ganhos salariais, manipulando a variada estrutura salarial existente de fato, ao largo do que determinava a lei. O advogado argumenta que as melhorias salariais conquistadas depois de 1945 não vieram por determinação legal, mesmo porque o Sindicato não suscitara, desde então, dissídios coletivos, mas “pelo próprio esforço, pela própria dedicação dos operários. Isto porque eles constituíram uma nova especialidade e assim conseguiram superar, pelos seus próprios esforços, as vicissitudes da vida”.

Um artigo de abril de 1956, assinado pelo líder metalúrgico, filiado ao PCB, Eugenio Chemp, permite supor que a variedade de situações salariais existentes de fato no setor metalúrgico era maior do que a já analisada pelos estudos sobre o tema, pois o dirigente afirma que “os contratos no setor metalúrgico têm as mais diversas formas, como, por exemplo: por hora, por dia, por mês, por tonelada, por quilo, por peça, por dúzia, por cento, milheiro, por porcentagem, etc”.¹²⁴ Em 1960 a estrutura salarial dos metalúrgicos continuava variada. É o que se pode inferir da proposta de reajuste salarial apresentada pelo Presidente do Sindicato, Remo Forli, em Assembléia de 14 de outubro daquele ano. O Sindicato levaria para a mesa de negociações a reivindicação de 50% de reajuste sobre todas as modalidades de salário: salário-hora, salário-tarefa ou contrato, prêmio de produção ou abono”.¹²⁵

Um aspecto relevante a ser considerado foi o efeito dos abonos concedidos, não apenas na estrutura salarial como na relação entre operários e patrões. Como lembra Vera Lúcia Vieira, referindo-se a situação dos trabalhadores de São Paulo de maneira geral, os abonos ou outros benefícios equivalentes não eram incorporados ao salário base, o que

¹²² COLISTETE, R., p. 25.

¹²³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos, 30 dez. 1951, p. 1

¹²⁴ CHEMP, E.. “Formas de exploração dos trabalhadores nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 150, mar. 1956, p. 7.

¹²⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos, 14 de out. 1960, p. 1 (verso).

permitia que fossem “objeto de suborno dos patrões que tinham mais possibilidades de coagir os empregados e subordiná-los à sua rotina”. Por outro lado, os trabalhadores passavam a pleitear a incorporação dos “benefícios” ao salário base, além de verem no abono uma possibilidade de ganho salarial “de forma rápida, sem passar pelos trâmites da oficialidade ministerial”.¹²⁶ O depoimento do sr. João Miguel Alonso permite-nos entrever as várias facetas dessa relação:

Em algumas firmas que tinham mais orientação sindical e tinha aquele representante sindical lá dentro e tudo mais, nessas firmas eram mais fáceis a gente conseguir um aumento no meio do ano, porque (...) o acordo dos metalúrgicos terminava em novembro (...) Então mandava duas, três pessoas e eu junto, eu sempre peguei essa comissão e discutia, sentava na mesa com os patrões ali da empresa (...) E eles, então, levantavam o problema: “Não, qual é a reivindicação?” – “A reivindicação é esta: o nosso aumento já está superado, o custo de vida já superou aquele aumento que nós recebemos agora no começo do ano, então nós estamos querendo um reajustamento espontâneo”. Aí eles falavam: “Tá, tá!” Chamavam o chefe da produção ou o engenheiro da firma (...) Então, depois de conversar com os técnicos: - “Como é que nós estamos?” – “Ah, não, estamos produzindo bem!”. Então ele condicionava: “-Eu vou dar o aumento para vocês, mas esse aumento vai ficar condicionado a uma produção maior na firma e até não quero que vocês se neguem a fazer umas duas horas extras a mais”(...) Depois, quando a gente acabava de fazer a discussão com ele, né, ele dizia: “Bom, agora vamos tocar a sereia e vocês param o trabalho, um de vocês vai dizer o que nós conversamos aqui”. E aquilo sempre caía na minha cabeça (...) E daí eu ia lá, subia num caixão lá em cima (...) e falava pros companheiros todos: - “Escuta, nós vamos ter um reajustamento de tanto até o fim do ano, mas esse reajustamento está condicionado a ser descontado naquilo que nós resolvermos no fim do ano [referindo-se ao acordo salarial da categoria em novembro – Nota do Autor] (...) Mas depois, então, que a gente começava a trabalhar, o pessoal condicionava bem, a firma tava bem (...) chegava no fim do ano ele chamava nós outra vez lá: - “Olha, eu estou satisfeito com vocês, a produção aumentou, nós estamos bem, tudo mais, estamos trabalhando bastante, olha, esquece esse aumento que eu dei, o que vier agora no fim do ano vocês vão ganhar”. Não eram todos que faziam isso não, eram algumas firmas mais conscientes. Essa firma que eu estou me referindo era no Tatuapé, a IPEM, Indústria Paulista de Equipamentos e Máquina, trabalhei lá também uns quatro ou cinco anos.

O depoimento refere-se a um abono, mais propriamente a uma antecipação salarial, conquistada fora da data-base, portanto sem a compulsão da lei. A conquista originou-se de

¹²⁶ VIEIRA, V.L., *Cooptação e Resistência*: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, p 69.

uma iniciativa dos próprios operários, que se organizaram em comissão. Conquistaram o abono, bem como posteriormente a sua incorporação aos salários, não sendo descontado do reajuste da categoria, mas em contrapartida comprometeram-se com o aumento da produtividade e a realização de horas-extras. O depoimento sugere, ainda, que a forma como o acordo foi comunicado, com a paralisação dos trabalhos após o toque da sirene e o informe feito pelo representante dos operários, fazia parte de uma certa estratégia de relações de trabalho. A palavra era dada ao operário que se apresentava como uma espécie de fiador da proposta da direção da firma.

Quanto aos níveis salariais, qualquer consulta aos dados disponíveis revela que as médias no setor metalúrgico estavam acima da média da indústria e muito acima da média da indústria têxtil e, ainda, que havia diferenças salariais em cada um dos ramos dentro do setor metalúrgico, como vimos na Tabela 10.

Quanto às diferenças salariais dentro do setor metalúrgico, verifica-se que as indústrias de material de transporte e as mecânicas pagavam melhor, ao passo que nas metalúrgicas e de material elétrico as médias salariais eram inferiores. As causas eram a maior presença de mulheres e jovens nos dois últimos setores, além da maior qualificação necessária para trabalhar nos dois primeiros ramos, notadamente na indústria mecânica, e, finalmente, da forte demanda por trabalho e das políticas salariais adotadas nos setores de material de transporte e das indústria mecânicas.¹²⁷

Tomando-se como parâmetro o salário mínimo de 1958, verificou-se que 30,8% dos metalúrgicos recebiam até um salário mínimo vigente, 80,5% da categoria não ultrapassava 1,62% do salário mínimo vigente e 96,4% recebia até 2,7% salário mínimos. Apenas 0,9% dos metalúrgicos recebia mais de 4,3% salário mínimos.¹²⁸

Pode-se concluir que a política de reajustes adotada para o salário mínimo acabava afetando, indiretamente, toda a escala salarial na indústria, uma vez que mexia com as “hierarquias salariais”. É esta, aliás, a conclusão a que técnicos do DIEESE chegaram em estudo publicado em 19 de agosto de 1955. Tendo constatado que naquele ano, em comparação a 1953 e 54, a hierarquia entre mestres e contra-mestres e trabalhadores “não-qualificados” fora atenuada, os técnicos recomendam: “....ser de conveniência a

¹²⁷ COLISTETE, R., Op. cit., p 23.

¹²⁸ LOPES, C.L.E., Op. cit., p. 16

manutenção de uma certa hierarquia em termos de remuneração, que deve traduzir uma hierarquia de situações, deveres e responsabilidades”.¹²⁹ É a mesma conclusão assinalada por Colistete: “...qualquer mudança nos índices do salário mínimo disparava negociações imediatas com empresários para ajuste dos salários remanescentes, devido a função crucial do valor acordado na hierarquia de qualificações e ingressos em uma organização industrial”.¹³⁰ Assim, não parece tão clara a evidência de que a fixação do salário mínimo rebaixa o nível geral dos salários ao ser a referência para todos os reajustes, como têm sustentado vários autores. O que parece ter, mais nitidamente, impedido reajustes maiores para os trabalhadores especializados, foi a cláusula dos tetos salariais, estabelecida nas negociações diretas entre patrões e empregados, que, embora contestada, nunca foi derrubada. Algumas evidências sugerem que seria importante considerar que, pelo menos em conjunturas mais favoráveis, o vínculo entre o salário mínimo e a escala hierárquica de salários nas indústrias, fazia com que o conjunto do operariado estivesse interessado no reajuste do salário mínimo, ligando, portanto, mais estreitamente, interesses de trabalhadores qualificados e não-qualificados. A conclusão de Francisco de Oliveira, de que a fixação do salário mínimo rebaixa o nível geral dos salários, ao ser a referência, poderia ser melhor avaliada, se analisarmos se os reajustes subsequentes obtidos pelas diversas categorias reproduziam o percentual do reajuste do mínimo ou não.¹³¹

É importante lembrar que as lutas dos trabalhadores organizados no período não apenas pleitearam reajustes salariais, mas questionaram o próprio significado econômico-social do regime de assalariamento, além da legitimidade da base de cálculo do salário mínimo. Mesmo porque fixação dos valores do salário mínimo envolvia um conjunto de noções, instituições e procedimentos complexos, que não podiam legitimar-se somente pela força da lei, sendo objeto de críticas, lutas, negociações, e concessões, que, aliás, muitas vezes prosseguiram após a decretação dos novos índices, com embargos na Justiça por parte de empresários e greves operárias para garantir sua aplicação.¹³² As principais objeções

¹²⁹ LEITE, Renato da Silva; NUSDEO, Fábio; REZEMINI, Lydia. *Pesquisa sobre a situação econômico-financeira das empresas dedicadas à indústria têxtil no Estado de São Paulo e análise estatística dos salários por ela pagos aos mestres e contra-mestres*. 19 de agosto de 1955.

¹³⁰ COLISTETE, R., Op. cit., p. 59.

¹³¹ OLIVEIRA, F., *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, p. 17 e 54

¹³² A Lei 185 de 1936, que instituiu o salário mínimo, caracterizava-o como “o direito do trabalhador de receber, em pagamento de serviço prestado, um salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do país, e em determinada época, as suas necessidades normais de alimentação, vestuário, higiene e transporte” e

levantadas pelo movimento sindical ao salário mínimo eram: a) o salário era calculado sobre uma estimativa das necessidades mínimas do indivíduo, enquanto o operário deveria poder sustentar sua família, sendo assim, o salário mínimo deveria ser familiar e os recursos para custear a diferença deveriam vir do sistema previdenciário, para evitar que as empresas optassem por contratar apenas solteiros; b) os itens constitutivos do cálculo excluía gastos com saúde, recreação, cultura e previdência social, revelando, assim, uma visão discriminatória do operário, pois não previa suas necessidades como cidadão integral; c) os critérios de zoneamento eram freqüentemente questionados como arbitrários.¹³³

Cabe, finalmente lembrar que o salário mínimo, fixado em 1940, teve seu primeiro reajuste em dezembro 1943, mantendo-se, então, congelado por 8 anos, sendo reajustado apenas em janeiro de 1952, na conjuntura efervescente do início do governo Vargas e da retomada das lutas sindicais e populares do pós-guerra. Naquele lapso, seu poder aquisitivo caiu pela metade.¹³⁴ A partir de então o salário mínimo começou a recuperar-se, até 1959, quando atinge seu pico, tendo início um processo descendente, com recuperações até 1964 e um acentuado declínio posterior. É importante notar que o período 1952-1964, portanto praticamente todo o período “populista” do pós-guerra, foi aquele em que o salário mínimo atingiu os maiores valores reais de sua história, constatação que pode ser ilustrada pela força visual dos gráficos.¹³⁵

Além do problema do salário mínimo, as lutas dos operários voltaram-se para o questionamento do sentido e do modo de operacionalizar a noção de produtividade.

estabelecia periodicidade trienal para seus reajustes, salvo no surgimento de situações excepcionais. Cf.: DIEESE, *Boletim do DIEESE*, Ano I, Nº 7, nov., 1960, p. 13. Os percentuais para cada tipo de despesa eram os seguintes: alimentação: 60%; habitação: 16%; higiene: 14%; vestuário: 7% e transporte: 3%. A quota alimentar estabelecida para a fixação dos valores era: 200 gramas de carne, 250 gramas de leite, 100 gramas de arroz, 50 gramas de farinha ou massa, 200 gramas de batata, 300 gramas de legumes, 200 gramas de pão, 200 gramas de café, 3 unidades de frutas, 100 gramas de açúcar, 25 gramas de banha e 25 gramas de manteiga. Cf.: FONSECA, P.C.D., *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 188. O Decreto Lei 2162, de 1940, também criava comissões regionais para estudos e determinação dos valores do salário mínimo, nas quais tinham assento representantes de trabalhadores, patrões e governo. GONZAGA, G; MACHADO, D.C., “Rendimentos e preços”. In: IBGE, Op. cit., p. 469

¹³³ RODRIGUES, José Albertino. “Política salarial no Brasil”. *Boletim DIEESE*, no. 8, dezembro 1960, p. 9.

¹³⁴ Crítica à razão...p. 51, IBGE p. 470, IDEB, p. 122.

¹³⁵ IBGE 459. Segundo os autores, o salário mínimo perdeu 50% do seu poder de compra entre o pico observado no período 58-60 e o final de 2001. Devido a regionalização do salário mínimo, até 1984, quando foi unificado, este fenômeno não foi nacional. Em Salvador a diminuição foi de 20% e em Fortaleza os salários de 2001 eram mais elevados do que os de 1958-1960. Os cálculos de Francisco de Oliveira divergem um pouco dos aqui apresentados, pois o autor assinala o ano de 1957 como o de pico, tendo começado a haver uma deterioração a partir de 1958. Cf: p. 51.

O trabalho já mencionado de Renato Colistete revela que, a partir de 1956, a indústria do estado de São Paulo começou a obter um forte incremento em seus ganhos de produtividade, ao passo que os salários reais agregavam ganhos menores e o percentual dos salários nos custos industriais caía drasticamente. Processo semelhante ocorre na indústria têxtil e na metalúrgica.¹³⁶

Os ganhos de produtividade foram obtidos com a introdução de maquinário tecnologicamente mais avançado, com mudanças nos processos de trabalho, mas também com um aumento da intensidade da exploração da força de trabalho.¹³⁷ Cabe dizer que os padrões de eficiência eram bastante desiguais. Na indústria metalúrgica, em 1961, apenas 9% das empresas examinadas pela ECLA (Economic Commission for Latin America) eram eficientes,¹³⁸ e um estudo do SENAI de 1953 indicava que apenas quatro fábricas dispunham dos equipamentos mais modernos.¹³⁹ As firmas que não podiam acompanhar os padrões de eficiência mais avançados incrementavam sua produção e lucros ampliando a jornada de trabalho de seus operários¹⁴⁰, aumentando, portanto, a extração de mais –valia absoluta, pagando baixos salários, investindo pouco em tecnologia e valendo-se do protecionismo estatal.¹⁴¹

Com relação às condições de trabalho, cabe observar que envolvem um conjunto de fatores, como salubridade - temperatura, barulho, umidade, qualidade do ar -, periculosidade – exposição ao perigo, uso de equipamentos de proteção – e bem estar – existência de bebedouros, qualidade da água, quantidade de banheiros, existência de creches, cantinas, refeitórios, etc. Nos limites deste trabalho podemos elaborar somente alguns parâmetros gerais para a reflexão.

Após examinar minuciosamente itens como a existência de bebedouros, banheiros, exposição a substâncias tóxicas, ruídos, Colistete concluiu que instalações médicas inadequadas, exposição a substâncias perigosas, acidentes, jornada de trabalho extensa, precárias condições de bem-estar produziam uma situação de trabalho abaixo dos padrões e

¹³⁶ LRIP, 144, 145.

¹³⁷ Colistete lembra que a quantidade de horas trabalhadas na indústria aumentou muito a partir de 1958. LRIP, 144. Wolfe afirma que de 1949 a 1959 a produtividade por tear cresceu 80%. Para os trabalhadores aumentou o ritmo de trabalho, o número de máquinas operadas por tecelã ou fiandeira e, conseqüentemente, cresceu a frequência de acidentes no local de trabalho. WWM, p. 177.

¹³⁸ COLISTETE, R. Op. cit., p. 123.

¹³⁹ WOLFE, J. Op. cit., p. 177.

¹⁴⁰ COLISTETE, R. Op. cit., p. 88.

desfavorável para os trabalhadores. As conclusões gerais do autor são nuançadas pela verificação de que indústrias mais tradicionais do setor têxtil, muitas vezes ofereciam condições básicas de bem estar melhores do que as metalúrgicas, embora, por sua vez, as indústrias mais dinâmicas do setor metalúrgico, do setor de material mecânico e de transportes também estivessem melhorando suas condições médicas, de higiene e bem-estar.¹⁴²

Do conjunto de conseqüências das más condições de trabalho sofridas pelos operários metalúrgicos e têxteis, verificamos mais detidamente as doenças profissionais e os acidentes.

O fato do Brasil, nas décadas do pós-guerra, ostentar o título de campeão mundial em acidentes de trabalho na indústria permite-nos vislumbrar os sofrimentos suportados pela classe operária no processo de industrialização acelerada.¹⁴³ Os distúrbios provocados por essa condição podem ser indiretamente percebidos pelos fatos relatados pelo metalúrgico João Trogílio. Segundo ele, na Seção de Estamparia da indústria de Máquinas Piratininga, onde eram freqüentes acidentes com perda de membros, adotou-se o costume de realizar o enterro dos membros amputados no terreno da própria fábrica, em um ritual fúnebre. O costume sugere a vigência de “culturas fabris” específicas, construídas a partir de inúmeros fatores, como as próprias características perigosas do trabalho. Tratava-se aqui, talvez, de uma forma de resistência à banalização dos acidentes, uma forma de elaborar o luto pela amputação e controlar o medo. Certamente era uma forma de prestar solidariedade ao acidentado e, talvez, de marcar eternamente o espaço de trabalho com a presença física dos que ali “ganhavam/perdiam” seus dias, saúde e integridade física. Assim, os conteúdos qualitativos do trabalho, transformado em trabalho abstrato no processo produtivo, reapareciam no cemitério dos membros amputados como o pólo oposto do brilho mágico das mercadorias produzidas.

Em fevereiro de 1954 o Deputado estadual Mário Câmara, do PTB, pronunciou discurso reclamando da Prefeitura medidas para melhorar as condições de higiene e segurança no trabalho dos estabelecimentos de São Paulo, referindo-se aos “5.827 trabalhadores acidentados em diferentes atividades em 1955, muitos dos quais perderam a

¹⁴¹ Ibid., p 151

¹⁴² COLISTETE, R., Op. cit., p. 92.

¹⁴³ WEINSTEIN. B., Op. cit., p. 290.

vida, numerosos ficaram cegos, outros deixaram pernas e braços nas turbinas e outros, ainda, enlouqueceram. Isto sem falar nas vítimas das doenças profissionais, principalmente da tuberculose que, em alguns setores, anualmente representa mais da metade dos casos de acidentes dos operários”.¹⁴⁴

A gravidade e frequência de acidentes na indústria têxtil pôde ser considerada, com base em uma pesquisa de 1948, como muito altas em comparação aos padrões internacionais.¹⁴⁵ A partir de depoimentos de médicos do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e do Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, Vera Maria Cândido Pereira identificou como enfermidades típicas do setor têxtil o estresse nervoso, a tuberculose e os acidentes com correntes elétricas, além de mutilações e mortes causadas pelas quebras das lançadeiras.¹⁴⁶ Os coeficientes de gravidade e frequência de acidentes nas indústrias do setor metalúrgico eram ainda maiores, especialmente nas fundições e indústrias mecânicas.¹⁴⁷ No período enfocado neste estudo, obtivemos a informação de que os acidentes do trabalho no município de São Paulo caíram 9% em 1959, 5% em 1960 e cresceram 12,2% em 1961. Os acidentes mais frequentes, 47,8%, ocorriam com o empregado em movimento, batendo, carregando, empurrando, transportando ou puxando objetos, de onde podemos deduzir que as vítimas mais recorrentes eram os trabalhadores não-qualificados, que exerciam as atividades de carregar e transportar peças. O segundo tipo de acidente mais frequente era aquele resultante de ferimento por material, equipamento, peças ou ferramentas, com 11,6%.¹⁴⁸

A partir de estudo do SESI para a cidade de São Paulo, nos anos 1953-54, Colistete apresenta dados indicativos de que pó orgânico com 30,3% e produtos químicos, com 8,8% eram as substâncias mais perigosas encontradas no ambiente das fábricas têxteis. Ruído e altas temperaturas também eram fontes de enfermidades.¹⁴⁹

Na indústria metalúrgica a exposição a pó carregado de partículas de metais como ferro, aço, cromo, níquel, zinco, manganês e, principalmente, chumbo, era alta, podendo

¹⁴⁴ TOLEDO, Flávio Xavier de. Coluna “A Câmara e a vida da Cidade”, *Última Hora*, Nº.1184, 7, fev., 1956, 1º. Caderno, p. 5.

¹⁴⁵ COLISTETE, R., Op. cit., p 81, 82 e 84

¹⁴⁶ PEREIRA. V.M. C., p. 88. Para os anos 20 e 30 o trabalho Ribeiro identifica como doenças mais frequentes tuberculose, dermatites, dispnéias, cefaléias, pneumonia e anemia. Cf.: RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 119-129.

¹⁴⁷ COLISTETE, R. Op. cit., p. 82 e 83.

¹⁴⁸ DIEESE, *Revista do DIEESE*, Nº 6, fev. 1962, p. 31.

provocar bronquite e câncer. A exposição prolongada ao chumbo gerava cólicas, fadiga, anemia, fraqueza e, finalmente, falência renal. Os operários também tinham contato com fluidos, lubrificantes, óleos, derivados do petróleo, que provocam diversas doenças de pele ou mesmo o câncer. Gases como o óxido de nitrogênio, monóxido de carbono, ozônio e óxidos de metais eram frequentemente aspirados, podendo produzir problemas neurológicos. Partículas de substâncias como benzeno ou etileno aumentavam o risco do câncer ou de problemas neurológicos. O contato com ácido sulfúrico era comum, com pequena proteção ou sem nenhuma. A exposição a sílica, ou derivados, podia provocar silicose, bronquite, enfisema pulmonar e tuberculose.¹⁵⁰

Portanto, quando os trabalhadores metalúrgicos de uma empresa como a Intrepilla¹⁵¹ alcunhavam seu local de trabalho de “o vulcão do inferno”, como Dante também faziam literatura, de alguma maneira. Haviam descido os nove círculos em fatigantes jornadas e, se pudessem ler, talvez compreendessem melhor do que ninguém as palavras do autor da Divina Comédia: “Renunciai às esperanças, vós que entraís”.¹⁵²

¹⁴⁹ COLISTETE, R., Op. cit., p.71-74

¹⁵⁰ COLISTETE, R., Op. cit., p. 76.

¹⁵¹ A Siderúrgica Intrepilla foi alcunhada “Vulcão do Inferno” pela reportagem de *O Metalúrgico*, em decorrência das más condições de trabalho apresentadas. Cf.: “Siderúrgica Intrepilla, vulcão do inferno”, *O Metalúrgico*, Nº 125, out. 1953, p. 9.

¹⁵² ALIGHIERI, Dante. *A Divina comédia*. Abril Cultural, 1979, p. 31.

Capítulo 2

Espaços de re-produção

São Paulo muda de fisionomia da noite para o dia, como um sopro de magia. E a terra de Anchieta continua crescendo e se alastrando. Seus edifícios enormes e suntuosos, depois de acabados são rotulados com nomes pomposos...Mas existe a outra cidade, a cidade que os teimosos não conhecem ou fingem não conhecer. Esta cidade também cresce e se alastra cada vez mais. É a cidade das favelas...é a cidade dos humildes.

Antonio Castelhana, “Miséria e arranha-céus...”. *O Metalúrgico*, nº. 164, julho de 1957.

O senhor João Trogílio me esperava pontualmente no amplo saguão do “Palácio dos Trabalhadores”, à rua Galvão Bueno, 782, no primeiro sábado de dezembro de 2005. No final da entrevista, confidenciou-me: “Mas hoje (...) eu pensei que não ia chegar aqui na hora, porque ela operou, ela não pode se abaixar [referindo-se à esposa, que sofreu cirurgia de cataratas – Nota do Autor] (...) e eu fiquei desesperado: ‘Eu tenho que ir, eu tenho que ir’, aí eu fiz as coisas mais difíceis para ela, eu falei: - ‘Deixa a louça do café que na volta eu lavo’, aí ela falou: ‘Não, eu faço’”. Enquanto conversávamos, dezenas de outros metalúrgicos e metalúrgicas estavam reunidos na assembléia mensal da ATMASP, no oitavo andar. O saguão, ocupado por estandes de uma feira de livros de RPG (Role Playing Game), logo foi tomado por jovens com cabelos coloridos e, alguns, fantasias. Escondidos em uma salinha com paredes de vidro, falávamos de coisas esquisitas.

Assim como outros entrevistados¹, o senhor João Trogílio foi morar com a mãe, três irmãs e dois irmãos em uma espécie de cortiço na Mooca, rua Ana Néri, quando veio para São Paulo em 1940. O pai falecera em 1931 e o menino acostumara-se a trabalhar na roça, desde os sete anos. A família vinha de uma fazenda de café, na região de Catanduva, e permaneceu pouco tempo naquele local, em casa de parente. Mudaram-se para um lugar conhecido como Vila Ferreira, na rua Siqueira Bueno, Belenzinho, onde moraram de

¹ É o caso dos srs. João Miguel Alonso e Miguel Terribas, ambos de famílias espanholas. Nabil Bondouki lembra que no começo do século XX a habitação operária típica era o cortiço, que se apresentava em diversas modalidades: hotel-cortiço, cortiços improvisados nos fundos das casas, casas de cômodas (sobrados convertidos em cortiços), cortiço pátio (o mais comum). Também havia a modalidade “casinha”, parecidas com as das vilas operárias. Cf.: BONDOUNKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria, p. 21.

aluguel. As casas, assim como tantas outras, não dispunham de água encanada, e uma das tarefas de João Trogílio, então com aproximadamente doze anos, era pegar água no poço para a mãe:

Depois eu entrei em fábrica de vidro, eu saía duas horas da fábrica, vinha para casa e minha mãe: ‘- Vai buscar água para lavar roupa’. Aí entrava na fila para pegar água, porque eram dois poços, um já não prestava (...) ficava na fila, levava uma lata d’água e: “- Chega, mãe?”, “Não, mais”, ia lá buscar outro balde, dois baldes de cada lado, “Chega, mãe?”, “Não, vai buscar mais”.²

A família em seguida mudou-se para uma casa com água encanada, morando ainda de aluguel, à rua Siqueira Bueno, no Belenzinho, mas o conforto não era muito:

Tinha meu irmão que trabalhava à noite (...) nós éramos três homens, uma irmã solteira e minha mãe, dormia tudo num cômodo só, meu irmão trabalhava de noite, então dormia numa cama, eu e meu irmão mais novo, minha irmã e minha mãe dormia na outra cama. Era assim, uma vida meio...

O aperto sofrido pela família do sr. João Trogílio era o de muitas outras famílias de trabalhadores. Um texto datado de 1945, assinado por Valêncio de Barros, descrevia a moradia de trabalhadores em São Paulo como: “uma casa escura e apertada, esmagada entre vizinhos, com uma ou duas janelas para a rua, cheia de barulho, poeira e gases nocivos”.³

Uma das formas pelas quais as contradições sociais se projetavam na divisão do espaço urbano revela-se em um estudo publicado na Revista do Arquivo Nacional, citado por Vera Lúcia Vieira. O artigo conclui que as habitações operárias dispunham de apenas 5,6m² por pessoa, quando a média recomendada era de 14m². 96% das residências eram

² É interessante notar que no Belenzinho localizavam-se várias fábricas de vidro nesta época. Segundo o depoimento do sr. Manuel Pitta, antigo morador do bairro e presidente da (SAB) Sociedade Amigos do Belém: “O Belém tinha muitas cristalerias: Multividro, repito, Cristaleria Lusitana, Cristaleria Portugal; e fábricas de tecelagem...”. O sr. Waldemar Mothio, Tesoureiro da SAB à época da entrevista, confirmou a informação, acrescentando dados sobre o trabalho infantil: “A garotada, garotos, iam trabalhar na Nadir Figueiredo e nesses lugares todos, em vidrarias (...) Diz que no Nadir Figueiredo, tinha um forno ali que não funcionava, que quando desconfiavam que vinha vindo algum fiscal do trabalho, tocavam uma campainha lá e a garotada toda se enfiava dentro desse forno, eles ficavam lá dentro, porque não podiam registrar...” p. 14 - 15. Na medida em que a cidade ia crescendo de acordo com o “padrão periférico”, foi diminuindo a quantidade de habitações servidas por rede de água e esgoto. Em 1927 88% das casas tinham água e 69% dispunham de esgoto. Em 1950 apenas 58% tinham água encanada e 39% esgoto. Cf.: BONDOUNKI, N., p. 36). Em 1975 53% dos moradores da Grande São Paulo tinham água encanada e apenas 30% esgoto. COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *São Paulo 1975 crescimento e pobreza*, p. 26 e ROLNIK, R., *A cidade e a lei: legislação urbana, política e territorialidade na cidade de São Paulo*, p. 91

³ WOLFE, J. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working classe, 1900-1955*, p. 106 [Tradução do autor].

super-habitadas e, finalmente, a categoria operários representava 36% das habitações ocupadas, mas sua área correspondia a apenas 14% da superfície total, ao passo que os profissionais liberais e ocupantes de profissões “de mando e direção” ocupavam 18% das habitações, 37% da superfície total.⁴

2.1. O “padrão periférico” de crescimento urbano

A família do sr. João ainda pagou aluguel no endereço seguinte, na Cidade Mãe do Céu, antes de comprar lotes na Vila Antonina, onde se construiu, em regime de mutirão, casas “domingueiras”.⁵ Este ainda não seria o endereço definitivo de João Trogílio, que comprou um terreno de 10x25, junto com o irmão mais novo, no Jardim Maringá. Ali levantou sua casa, e foi expandindo-a a partir de um núcleo central, o “cômodo e cozinha”. “Construía uma parte, parava, depois dali quatro, cinco meses, começava de novo a fazer outra coisa, assim, devagarinho”. João Trogílio ajudara um amigo de Vila Formosa a abrir um poço - que acabou desbarrancando quando tinha oito metros de profundidade. Para construir sua casa, contou com a ajuda dos familiares. Ele próprio, claro, “metia a mão na massa”:

(...) Trabalhava muito, porque naquela época se fazia massa para reboque, a gente fazia, eu também fazia, ficava até meia noite fazendo reboque para ele curtir para a gente chegar no sábado ele tava bom para trabalhar (...)

Explicando porque não participava dos movimentos de bairro, embora assinasse as petições, relatou:

(...) Sempre foi assim: da fábrica para casa, de casa para a fábrica, em casa sempre tinha alguma coisa para fazer, um desaterro, jogar um entulho fora ou qualquer coisa para fazer. Teve uma época que eu aumentei um pouco, só de sábado e domingo, aumentei um pouco a minha casa e eu contratei um pedreiro que nós trabalhava só de sábado e domingo, e eu ficava ali trabalhando, né, depois à noite eu jogava entulho fora, a sujeira fora, assim...

A região era, então, uma zona rural:

⁴ RIBEIRO, V.L., *Cooptação e resistência*, p. 118.

⁵ Segundo Bondouki, as habitações de “autoempreendimento da moradia popular” podiam receber os nomes de “casas domingueiras”, “casas de periferia”, “casas próprias auto-construídas” ou “casas de mutirão”. O processo era mais ou menos semelhante: o morador “...adquire e ocupa o terreno, traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa. Cf.: BONDOUKI, N., *Op. cit.*, p 281.

Onde eu moro hoje, podia atravessar a rua de olhos fechados, era tudo terra, o transporte ali era carroça, tinha também carvoaria na esquina, que eles vendiam aqueles sacos de carvão, porque a turma, a maioria tinha fogão de carvão. Hoje em dia tem que abrir o olho, tem carro pra todo o lado.

O senhor Miguel Terribas, torneiro mecânico da Siderúrgica Aliperti, nos descreveu um quadro semelhante, referindo-se ao bairro da Água Funda na década de 40:

Não tinha padaria, não tinha açougue, não tinha leiteria, não tinha...tinha luz elétrica dentro de casa mas não tinha luz pública, bem dizer fomos morar num lugarzinho retirado, como se fosse interior, lá na Água Funda, ali no Parque do Estado.

Uma estratégia de auto-construção semelhante a do sr. João Trogílio foi adotada pelo metalúrgico, Inspetor de Qualidade, Osmar Gotardi,, nascido em Neves Paulista, e chegado a São Paulo em fevereiro de 1959. Tendo passado pelo aluguel, comprou depois um terreno na Vila Matilde, por volta de 1963. Primeiramente foi feito um desenho:

Eu mesmo que fiz, eu entendo muito de desenho, mas na área metalúrgica, na área de construção, não. Então eu mais ou menos tinha uma noção, eu fiz o desenho, chamei o pedreiro e falei: “-Eu quero uma casa assim”, inclusive tinha que abrir um poço para água, porque não tinha água.

Contratado o pedreiro, começava o trabalho, com o objetivo de construir o núcleo central da casa, que possibilitava a moradia, a partir do qual a casa depois se expandia:

Aí eu chamei o pedreiro, levei lá, me deu o orçamento, eu falei: “-Vamos trabalhar”. Aí eu comecei a comprar o material, ia comprando e fazendo, aí dentro de um ano a casa estava coberta já e eu fui morar na casa, sem terminar, é claro, começou assim. Aí eu terminei ela só por dentro e por fora eu fui fazendo aos poucos e foi aí que comecei.

As condições de moradia eram muito parecidas com aquelas que vislumbramos nas descrições dos srs. João Trogílio e Miguel Terribas. Quando indagado se havia calçamento e iluminação, Osmar Gotardi respondeu:

Não, não, era tudo de terra. O centro da Vila Matilde sim, tinha, mas como era uma periferia da Vila, no caso, eu fui morar em lugar de rua de terra, não tinha nada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, nada, nada. Aí aos poucos foi que chegou a luz, chegou a água...

Portanto, verifica-se que lotes tipicamente rurais eram comercializados para desempenhar funções urbanas, auferindo os loteadores lucros exorbitantes.⁶

O depoimento de João Trogílio sugere também que muitas vezes as casas auto-construídas consumiam a maioria dos recursos e energias dos trabalhadores mergulhados nesse empreendimento, como foi analisado por vários autores.⁷ Isto implicava, também, a necessidade de aumentar a jornada de trabalho formal com horas extras. Segundo João Trogílio: “Porque eu gostava de trabalhar e era a minha segunda casa, eu fiz muita hora extra, eles me chamavam: ‘Fica aí, prepara isso pra amanhã’, eu ficava até onze horas da noite, foi assim que eu fiz a minha casa, com hora extra.”

Mesmo com tantos péréplos pela metrópole, que ajudou a urbanizar, parece que João Trogílio não se sentiu plenamente à vontade em nenhum desses lugares, pois sonhava, depois de aposentado, voltar para o interior, assim como centenas de milhares de outros que vieram para São Paulo e voltaram ou que circularam do interior para a metrópole muitas vezes.⁸ Confidenciou-nos: “Eu gosto do campo e depois eu casei com ela pensando de voltar para o campo, ela não quer saber de campo (...) é o contrário, ela, deu tudo errado (risos)”.

Já em 1944 o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, *O Metalúrgico*, denunciava: “Com o advento dos arranha-céus e prédios de apartamentos, os que vivem de salários insuficientes estão sendo enxotados para os bairros distantes”.⁹ Dois anos antes, um

⁶ KOWARICK, L.; BONDOUKI, N., “Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização”. In: KOWARICK, L. (org.) *As lutas sociais e a cidade*, p. 137. O sr. Durval Gomes, metalúrgico, ajustador Mecânico, nascido em 1935, funcionário da Villares por 40 anos, morou desde a infância no bairro Bosque da Saúde e declarou: “Quando no tempo de criança no bairro lá a minha rua, como muitas ruas lá, não tinha asfalto ainda, não tinha iluminação pública, não tinha água encanada e não tinha esgoto”. A trajetória de sua família não é diferente da de outros entrevistados: família de italianos e espanhóis da região de Piracicaba, veio para São Paulo na década de 1920. Ao casar, em 1968 o sr. Durval mudou-se para um casa na zona Leste, no bairro, também construída com sua participação.

⁷ CALDEIRA, T.P.R., *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, p. 264: “Para as classes trabalhadoras paulistas, suas casas autoconstruídas são claramente seu mais importante projeto de vida e consomem a maioria das suas energias e recursos por muitos anos”. Segundo Maricato: “...os trabalhadores ficam durante anos envolvidos num processo social de construção de suas moradias aos domingos, seja para si ou para seus parentes”. Cf.: “Autoconstrução e arquitetura possível”. In: MARICATO, E. (Org.) *A produção capitalista da casas (e da cidade) no Brasil industrial*, p. 132.

⁸ Como lembra Paulo Fontes: “Diferentemente de um fluxo único que expulsava uma população das regiões ‘atrasadas’ que era atraída para ‘os lugares do progresso’, o processo migratório possuía uma dinâmica mais complexa, comportando também um deslocamento contínuo e circular entre as áreas rurais e urbanas”. FONTES, P. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas social: São Miguel Paulista (1945-1966)*, p. 20.

⁹ PAES, M.H.S. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo – 1932-1951*, p. 150.

professor da Escola de Sociologia e Política apontara uma solução para o problema habitacional que se agravava com as migrações: um lote na zona rural (periferia) podia custar menos do que um aluguel no cortiço.¹⁰ Começava a consolidar-se, na década de 1940, o “padrão periférico” de habitação operária e popular. Entre 1940 e 1950 cerca de 100 mil famílias, mais de 500 mil pessoas, passaram a morar em casas próprias, a maioria em loteamentos periféricos.¹¹

Até os anos de 1950, a casa de aluguel era, ainda, a modalidade mais importante de habitação para a classe trabalhadora.¹² A situação começou a mudar com a intensificação do processo migratório no pós-guerra. O mercado imobiliário para alugueis ficou oficialmente congelado de 1942, quando foi aprovada a Lei do Inquilinato, até 1964, desestimulando a produção de imóveis para a obtenção de renda. Provavelmente o objetivo estratégico dessa lei foi o apontado por Bondouki: redirecionar investimentos para os setores vitais ao projeto desenvolvimentista, ou seja, a indústria de bens de capital e duráveis.¹³ Podemos estimar a importância desta realocação de recursos, da construção civil para a indústria, se lembrarmos que em 1939 as novas construções respondiam por 20% do investimento nacional privado e em 1947 esta porcentagem era avaliada em 47%.¹⁴

Os inquilinos, porém, não estavam seguros com a Lei do Inquilinato. A fim de burlar o congelamento dos alugueis ou para implementar o plano de avenidas do Prefeito

¹⁰ BONDOUKI, N., *Op. cit.*, p. 91. É provável que a proposta da Escola de Sociologia e Política fosse decorrência da colaboração iniciada nos anos trinta, durante a administração do Prefeito Fábio Prado, entre esta instituição e a Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais, subordinada a Secretaria Municipal de Cultura, então dirigida por Mário de Andrade, que contratara o sociólogo Samuel Lowrie, da Universidade do Texas, e desenvolvera a famigerada “Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários de limpeza pública da municipalidade de São Paulo”, que serviu como padrão para o cálculo posterior dos custos de vida no município, atacada duramente pelos sindicatos nos anos 50. Cf. ROLNIK, R., *Op. cit.*, p. 179.

¹¹ BONDOUKI, N. *Op. cit.*, p. 294.

¹² KOWARICK, L.; ANT, C.. “Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo”. In: KOWARICK, L. (Org.), *Op. cit.*, p. 61. Nabil Bondouki afirma que até a década de 30 a classe média também morava de aluguel, Cf.: BONDOUKI, N. *Op. cit.*, p. 83. Em 1945 apenas 25% dos domicílios na cidade eram residências próprias. Para 1940 o índice era o mesmo. DUARTE, A.L. *Cidadania e exclusão*, p., 37. Pesquisa desenvolvida pelo jornal *Última Hora* em 1963, cuja metodologia e abrangência não foi informada, concluiu que 70% dos operários de São Paulo moravam em casas alugada, muitas divididas com mais de uma família. Sala, dois quartos, cozinha e banheiro seria o padrão. Cf: “Vida apertada dos operários: gastos não deixam o salário render mais”. *Última Hora*, Nº 3.598, 11, dez. 1963, segunda edição, p. 3.

¹³ O autor aponta como objetivos da Lei: defesa da economia popular, desestímulo ao capital rentista, redução dos custos de reprodução da força de trabalho, legitimação do Estado populista e aceleração do crescimento industrial. BONDOUKI, N., *Op. cit.* p. 244. 81

Prestes Maia, já tivera início, em meados dos anos 40, uma onda de ações de despejo na capital. Entre 1945 e 1946, 15 mil famílias foram atingidas.¹⁵ Em 1953, estabelecendo a associação tradicional entre casa e estabilidade familiar, dentro de uma visão organicista da sociedade, denunciava o vereador Anselmo Farabulini Jr no Plenário da Câmara dos Vereadores a “insustentabilidade da família, como célula viva, como célula-mater do organismo social” uma vez que “(...) milhares de ações de despejo transitam pelas diversas Varas Cíveis do nosso Fórum”.¹⁶ Estas ações partiram da Prefeitura em virtude da construção das radiais, como a Leste, do alargamento da rua da Consolação, da construção da Avenida Itooró. Portanto, o congelamento dos aluguéis, bem como as mudanças no espaço urbano, privilegiando a circulação de automóveis, acabavam estimulando as ações de despejo, o que tornava, em contrapartida, a construção da casa própria na periferia um empreendimento atraente.

A produção da casa própria nos moldes do “padrão periférico” tinha seus custos muito barateados por razões bem analisadas por Bondouki: “A moradia foi excluída do processo normal de produção de mercadorias e também das regras de ocupação do solo urbano. Transformou-se num sistema de produção doméstica”.¹⁷ A Prefeitura, por sua vez, estava desaparelhada para emitir as diretrizes viárias para todos os loteadores e, mais ainda, para fiscalizar sua aplicação. Lotes irregulares eram a regra e a grilagem de terras era comum.¹⁸ A maneira, portanto, como o problema habitacional era resolvido estava condicionada pela conjuntura do avanço industrial de um capitalismo “de base pobre”, que tinha como uma de suas características a super-exploração da força de trabalho, seja no âmbito da produção de mercadorias, seja no âmbito da reprodução da própria energia vital

¹⁴ ROLNIK, R., Op. cit., p. 193. Segundo Bondouki, foi na segunda metade da década de 40 que os investidores começaram a abandonar o negócio de construção de casa para aluguéis, ao perceberem que a Lei do Inquilinato viera para ficar. BONDOUKI, N. Op. cit., p. 229.

¹⁵ DUARTE, A.L. Op. cit., p. 38 e 52.

¹⁶ Anselmo Farabulini Jr., Contador Técnico e Químico, nasceu em São Paulo em 1921, tendo sido eleito vereador para a legislatura de 1/1/52 a 31/12/55, com 1.784 votos, pelo Partido Republicano. Foi, posteriormente, Deputado Estadual e candidato a Prefeito. “Composição da Câmara Municipal de São Paulo (Dados eleitorais) – 1948-2005, Subsecretaria de Documentação – Supervisão de Biblioteca, São Paulo, maio 2005..

¹⁷ BONDOUKI, N. Op. cit., p. 96.

¹⁸ Ibid., p. 290 e 291. Segundo Tereza Caldeira: “Mesmo as disposições que chegaram a ser adotadas para disciplinar o uso do solo não passaram de letra morta. Os empreendedores continuaram a não equipar seus loteamentos com os serviços de infra-estrutura exigidos pela legislação, mas isso nunca impediu o surgimento de novas áreas loteadas nem a venda dos terrenos”. CALDEIRA, T.P.R., *A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam sobre do poder e dos poderosos*, p. 23.

dos trabalhadores, configurando-se, assim, a situação sintetizada no conceito de *espoliação urbana*. Segundo Kowarick, a *espoliação urbana*: “...é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho”.¹⁹

Também se evidencia, pelos estudos realizados, bem como pelos relatos aqui apresentados, que o engendramento do “padrão periférico” implicou uma dispersão do operariado no espaço. Enquanto moravam de aluguel, os srs. João Trogílio, João Miguel Alonso, Miguel Terribas residiam nas antigas zonas centrais das primeiras indústrias e cortiços operários, formados nas várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, que haviam constituído, no século XIX, a primeira “periferia” de São Paulo, abrigando “fabriquetas, casebres, vilas e cortiços”. Eram os bairros do Bom Retiro, Brás, Barra Funda, Água Branca, Lapa, Ipiranga, Cambuci e Bexiga, Belenzinho.²⁰ Ao comprarem seus terrenos e darem início à empreitada da construção da casa própria, mudavam-se para a “nova periferia”, que se expandia nos anos 1940 e 50, constituída pelos bairros de Osasco, Pirituba, Vila Jaguará, Brasilândia, Nossa Senhora do Ó, Limão, Tucuruvi, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Guaianazes, Ibirapuera, Jabaquara, Indianópolis e Santo Amaro. Capela do Socorro e Parelheiros também começavam a crescer.²¹

É razoável supor que, como argumentam Lucio Kowarick e Clara Ant, “...essa dispersão física contribuiu, ainda que secundariamente, para a desarticulação das lutas sociais”, pois a sociabilidade propiciada pela vida sindical, tanto de metalúrgicos quanto de

¹⁹ KOWARICK, L. *A espoliação urbana*, p. 62. Ver também KOWARICK, L. ; CAMPANÁRIO, M.A., “São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado”, In: KOWARICK, L. (Org.), Op. cit., p. 39. O tema da “espoliação urbana” também é tratado em Nunes e Jacobi como uma “especificidade inerente ao capitalismo periférico “um aspecto das contradições urbanas decorrente4s de num modelo capitalista de desenvolvimento com características nitidamente selvagens”.Cf.: NUNES, E; JACOBI, P. “Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia”, In: MOISÉS, J.A. et. al. *Cidade, Povo e poder*, p. 167. O tema também é tratado como parte da problemática das “contradições urbanas” por Moisés: “A natureza dessas contradições urbanas é fundamental para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos, pois as condições criadas para a acumulação de ‘base pobres’, verificada no Brasil, implicaram, como se sabe, na ativação de mecanismos de super-exploração da força de trabalho e da minimização da participação privada e, em particular, do Estado nos custos de reprodução dessa força de trabalho”, MOISÉS, J.A., *Classes populares e protesto urbano*, p. 410. Adriano Duarte também relaciona *pauperização e espoliação urbana* em DUARTE, A.L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*, p. 36. Finalmente, Maria da Glória Gohn estuda as contradições urbanas em: GOHN, M.G., *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as Associações de Moradores de São Paulo*, p. 12 e 13.

²⁰ ROLNIK, R. Op. cit., p. 78 e 82.

têxteis, transcorria nos limites dos bairros da Mooca, Brás, Belenzinho e Centro. Assim, o Cine São José do Belém, situado no Largo São José do Belém, 155, era o endereço das grandes assembléias têxteis e intersindicais dos anos 1950 e 60. O Estádio Distrital da Mooca, depois rebatizado “Estádio Proletário”, onde realizaram-se, por exemplo, as assembléias intersindicais da Greve dos 400 mil em 1957, manifestações de 1º. de Maio e festas operárias, situava-se à rua Taquari, 549. O Salão do Clube dos Motoristas Profissionais, que abrigou o Quartel General da Greve dos 400 mil e assembléias têxteis, situava-se na rua Jairo Góis, 99, no Brás, paralela à rua Oiapoque, onde encontra-se o Sindicato dos Têxteis. As assembléias têxteis também podiam realizar-se no Cine Brás, à rua Rangel Pestana, 2.079, no Clube Minas Gerais, no Largo da Concórdia, 86, no Clube Turunas Tietê, à Av. Celso Garcia, 2726 ou no Salão Piratininga, na rua da Mooca, 1.060, onde também se realizavam bailes. As assembléias metalúrgicas ocorriam freqüentemente na Cine Oberdã, na Rua Firmino Whitaker, 63, próxima ao Largo da Concórdia - onde também foi sediado o II Congresso Estadual dos Trabalhadores Paulistas, em abril de 1960 - no Salão das Classes Laboriosas, também no centro, ou no próprio sindicato, à rua do Carmo.

Portanto, uma segunda linha de reflexão sobre o espaço, permite-nos pensar que ele é fator constitutivo da experiência de formação da própria classe, pois nele as relações sociais se articulam. Parece certo, como afirma Mike Savage, que o espaço é uma rede social, “...pode ser a base, o *habitat* onde a ação coletiva é criada. Entretanto, o espaço não é apenas o *locus* onde a formação da classe acontece, mas é em si parte deste processo”.²²

O espaço estaria presente na dinâmica da formação da classe em dois sentidos, por um lado “envolveria a construção de *relações de largo alcance*, ligando membros da classe por diferentes lugares”, por outro exigiria “a construção de *laços densos* que permitiram a construção de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organizações formais”[Grifo do Autor].²³ A comunicação entre a dimensão local e a nacional dependeria da ação dos “mediadores espaciais – pessoas capazes de se moverem

²¹ CALDEIRA, T.P.R. *A política dos outros...*p. 19

²² FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina...*p. 8

²³ Ibid., p. 7.

entre as escalas espaciais”.²⁴ Logo, uma classe social não sofre passivamente os efeitos da configuração do espaço ou da dispersão espacial, por exemplo. A preservação de sua coesão pode ser promovida pela prática dos “mediadores espaciais”. Neste sentido é sintomático que os interventores João Ferri e Alfredo Zancarli, tenham tomado, imediatamente após sua posse em 7 de abril de 1964, a providência de fechar as sub-sedes do Sindicato dos Têxteis, no Ipiranga, Lapa e Bom Retiro, pois estas representavam uma das formas de “mediação espacial”, necessárias para a mobilização da categoria.²⁵ Essas duas dimensões assinaladas, a dos *laços densos* e a dos *laços de longo alcance*, devem ser levadas em consideração em sua inter-relação e em suas peculiaridades. Ou seja, tanto o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) quanto a comissão informal de fábrica são dimensões constitutivas relevantes da afirmação de “culturas de solidariedade” e de projetos de futuro de uma classe social.

Cabe considerar o problema da apropriação diferenciada do espaço urbano ainda por um terceiro ângulo, o da segregação social. A segregação é um “elemento estruturador da cidade” desde o século XIX, quando o alvo eram os cortiços e a ideologia urbana, higienizadora.²⁶ No século XXI o alvo são as periferias ou o próprio espaço urbano como tal, e a ideologia, a “fala do crime”. Surgem, então, o que Caldeira denomina de “enclaves fortificados”: condomínios fechados, conjuntos de escritórios, *shoppings centers*.²⁷ O projeto higienista do século XIX, o “padrão periférico” dos anos 40 a 80 aproximadamente, e os “enclaves fortificados” do século XXI têm em comum o esforço em manter as classes sociais fisicamente separadas e as classes populares segregadas nos piores espaços. Na medida em que esta tendência vai se consolidando, um dos fundamentos da democracia é corroído: a “cidade aberta, tolerante às diferenças sociais e às negociações em encontros anônimos...”²⁸

2.2. Condições de moradia.

Vai depressa Maria,

²⁴ KIRK, N. “Cultura: costume, comercialização e classe”, In: BATALHA, CC.H.M. et al, *Culturas de classe*, p. , 42.

²⁵ Livro de Atas de Reuniões da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 9, maio, 1953, p. 154. É revelador que, no decorrer dos anos 50, tenham sido abertas quatro sub-sedes dos têxteis: Ipiranga, Bom Retiro, Lapa e Belém. Quanto aos metalúrgicos, tinham sub-sedes em Osasco, Guarulhos (antes de se tornarem municípios), Lapa e Santo Amaro.

²⁶ Cf.: ROLNIK, R. Op. cit., p. 28a 42. e BONDOUKI, N., Op. cit., p. 20.

²⁷ CALDEIRA, T.P.R., *Cidade de muros...*p. 258.

²⁸ Ibid., p. 307

Antes que fique tarde
 Daqui a pouco escurece,
 Não dá pra avisar ninguém
 Na volta não esquece
 De falar com Dona Irene
 E passar pelo armazém,
 Trazer um pacote de velas
 E um litro de querosene
 Coro: Desta vez não pode acontecer
 O que aconteceu
 Da outra vez
 Foi uma coisa incrível
 O ensaio parou
 Porque faltou combustível.

“Acende o Candieiro”

Adoniran Barbosa

O problema da moradia começava, como vimos, pela própria ocupação do solo. Frequentemente, do ponto de vista legal, o loteamento apresentava diversas irregularidades, podendo, mesmo, se tratar de terra grilada. Em julho de 1955 uma equipe de reportagem do jornal *Última Hora* visitou o bairro do Jabaquara, a convite de sua Sociedade Amigos de Bairro e concluiu: “Pobre não pode adquirir seu trechozinho de terreno no velho ‘Jabuca’ (não nos referimos à parte grã-fina do bairro) porque o ‘grilo’ é constante ameaça”. Um quadro provavelmente bastante fiel da situação legal dos loteamentos e das condições de moradia era traçado: faltava calçamento, o bairro seria o “Reino da Poeira”. Também foi constatada “(...) absoluta falta de plano na abertura das ruas. Foram loteando terrenos, a Municipalidade foi concordando com tudo, não se cuidou da rede de esgotos, das galerias e água fluviais, nem de sarjetas”. Faltava também policiamento e escolas.²⁹

Em uma série de reportagens sobre a grilagem de terras em São Paulo, o jornal *Última Hora* construiu um painel das formas de ocupação do solo e de expansão do “padrão periférico”. “De uns tempos para cá, nos bairros afastados, em virtude do adensamento demográfico” o tamanho dos terrenos vendidos foi sendo reduzido para a

²⁹ “Loteamento: arma secreta dos audaciosos ‘grileiros’”, *Última Hora*, Nº 1.023, 29, jul. 1955, Segundo Caderno, p. 2.

medida de 10x25³⁰ “para tornarem essas terras acessíveis às camadas pobres”. Começava então a construção da casa: “É notório e já constitui norma que pessoas modestas se reúnam para construir um cômodo, sem atenderem ao Código de Obras, sem solicitação de Alvará da Prefeitura Municipal (...) São construções de precária feitura, mas que vão aumentando segundo as economias do proprietário até se transformar em uma boa residência”.³¹ Em outra reportagem, o jornalista Moacir Jorge visitou os bairros de Vila Matilde, Vila Maria, Artur Alvim e constatou, alarmado: “Nunca se poderia imaginar que em lugares próximos à praça da Sé houvesse tantos casos de terrenos grilados. São loteamentos sem prévia aprovação dos Poderes Municipais, sujeitos à revisão de medidas”. Acusa o Departamento de Obras da Prefeitura por permitir que companhias comercializassem os terrenos sem aprovação das plantas.³² Outra reportagem informa que às vezes o loteamento não havia sido aprovado pela Prefeitura, ou a planta apresentada diferia muito do que era realmente construído.³³ A fiscalização municipal também era criticada: “Os fiscais preferem o conforto do centro da cidade e não se dão ao trabalho de comparecer aos locais onde essas terras são postas à venda para a formação de bairros”. Uma estimativa dos lucros com os negócios de terras é apresentada: uma “imobiliária” teria adquirido um terreno por 180 mil cruzeiros, recortando-o em 300 lotes, vendidos a 90 mil cruzeiros cada.³⁴

Como lembra Bondouki: “O final dos anos 40 e início dos anos 50 foram marcados pela problematização da periferia. A Câmara Municipal, reaberta em janeiro de 1948, tornou-se o principal fórum para as reivindicações dos moradores dos loteamentos clandestinos”.³⁵ De fato, foram muitas as denúncias, os requerimentos e indicações, pleiteando melhorias nos bairros periféricos e freqüente a presença de vereadores em inúmeros movimentos de mobilização desses bairros legitimando suas demandas e criando

³⁰ Note-se tratar-se exatamente das medidas do terreno comprado por sr. João Trogílio e o irmão no Jardim Maringá..

³¹ “‘Grilagem’: lei geral na venda de terrenos”, *Última Hora*, Nº 1.111, 11, nov., 1955, 1º caderno, p. 5.

³² JORGE, Moacir. “Loteamentos clandestinos sugam o dinheiro do pobre nos bairros da periferia”, *Última Hora*, Nº 1.116, 18 nov. 1955, 1º. caderno, p. 8.

³³ “‘Arapucas’ fazem nascer cidades clandestinas em toda a capital paulista”, *Última Hora*, Nº 1.695, 19 out. 1957, 1º. Caderno, p. 6.

³⁴ “ ‘Corretores do Diabo’ engodam milhares na periferia”, *Última Hora*, Nº 1.696, 21, out., 1957, 1º. caderno, p. 8. Outra reportagem sobre grilagem de terras é apresentada em *Última Hora*, Nº 1.130, 1º. Caderno, p. 5, sob o título: “Os grileiros tomam conta de Vila Diva”, descrevendo o que ocorrera neste bairro e também denunciando como griladas “as terras marginais ao rio Tietê abrangendo a área da Ponte das Bandeiras, Vila Guilherme, Vila Maria, Tatuapé, Guarulhos, até o limite de Moji das Cruzes”.

³⁵ BONDOUKI, N., Op. cit., p. 299

o que Bondouki chama de “problematização da periferia”. Um discurso do vereador Agenor Mônaco, do PST³⁶, proferido em outubro de 1957, toca no problema dos terrenos clandestinos:

Sr. Presidente, nobres vereadores:

Tivemos a oportunidade, na manhã de ontem, de visitar um dos muitos loteamentos, se não clandestinos, pelo menos vergonhosamente reconhecidos como válidos pelas seções competentes da Secretaria de Obras.

Refiro-me expressamente a Vila Matias, pelos lados de Vila Formosa.

É lamentável, nobres vereadores, o que se passa no setor de loteamentos de áreas na cidade de São Paulo (...) São lotes de 200 metros quadrados, ruas dadas como existentes na planta do loteamento, mas, na realidade, mais tarde, por falta de fiscalização municipal, fechadas, com a venda em lotes do espaço destinado às próprias vias públicas.

(...) Num enriquecimento ilícito estes loteadores vão se beneficiando da incúria governamental no setor de fiscalização da Secretaria de Obras.³⁷

O vereador aqui se refere aos lucros obtidos pelos loteadores, sem tocar no problema da especulação com terras. No processo de loteamento, participavam cinco agentes: o proprietário fundiário, o loteador, o corretor, os moradores e o Estado.³⁸ Desde o começo do século XX notava-se a existência de “vazios urbanos”, isto é, terrenos localizados em zonas centrais e servidas de infra-estrutura e serviços para a especulação imobiliária.³⁹ Nos anos de 1980, calculava-se em 45% a área líquida do município de São Paulo composta por terrenos baldios, dos quais 70% haviam recebido alguma benfeitoria proveniente do investimentos público, valorizando-se.⁴⁰ Este processo de retenção de terras para especulação teve um forte impacto sobre os custos de urbanização, pois as novas porções de terrenos usados em loteamentos tiveram que ser buscadas em regiões mais distantes, ainda desprovidas de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Estas benfeitorias porém, com o adensamento populacional e as pressões decorrentes, tenderam a ser estendidas às novas regiões periféricas a custos elevados.

³⁶ Agenor Palmorino Mônaco era técnico contador e advogado, nascido em São Paulo em 1927. Foi eleito pelo PST na 3ª. legislatura, de 1/1/56 a 31/12/58, com 2.801 votos, na quarta legislatura, de 1/1/60 a 31/12/63, pelo PSP, com 4.380 votos e na 5ª. legislatura, de 1/1/64 a 31/1/69, novamente pelo PST, com 3.843 votos. Fonte: “Composição da Câmara Municipal de São Paulo (Dados Eleitorais) – 1948-2005. Câmara Municipal de São Paulo – Subsecretaria de Documentação – Supervisão de Biblioteca – São Paulo, Maio 2005.

³⁷ 274a. Sessão ordinária realizada em 16 out. 1957. Anais da Câmara dos Vereadores, Vol 23, p. 355.

³⁸ ROLNIK, Raquel, Op. cit., p. 120.

³⁹ BLAY, E.A.. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*, p. 90.

Segundo o vereador Paulo de Tarso, líder da bancada do PDC (Partido Democrata Cristão)⁴¹, quando a Prefeitura aplicava multas, eram penalizados os munícipes e não os loteadores:

As administrações municipais, com exceções que comprovam a regra, têm sido madrastas com os bairros da periferia, enquanto dão toda a atenção aos bairros centrais da cidade, voltam suas costas aos bairros distantes. Os homens dos bairros são apenas chamados a pagar os impostos (...)

(...) Antes de impedir que os homens que trabalham continuem morando nas casas que construíram sem antes ter uma planta, ela deveria saber que esses homens só são lembrados, como disse, pela administração municipal, na hora de pagar impostos.⁴²

Todo o quadro apresentado parece confirmar o veredito de Bondouki sobre a participação do Poder Público na elaboração do “padrão periférico” de crescimento:

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática como um modo de viabilizar uma solução habitacional popular, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários.⁴³

Posteriormente, uma série de pressões sociais e políticas acabavam por obter a oficialização das novas franjas da periferia que ia se expandindo. Este foi o significado da Lei 4371/53, encaminhada pelo Prefeito Jânio Quadros, oficializando quase 2/3 das ruas da capital.⁴⁴

Como viemos demonstrando, a falta de infra-estrutura e equipamentos em um lote rural era quase total, por isso a lista de reivindicações das Sociedades Amigos de Bairros geralmente era bem extensa. Em 1957, João Rúbio, presidente da Sociedade dos Amigos de

⁴⁰ KOWARICK, L. ; CAMPANÁRIO, M. A., Op. cit., p.41 e KOWARICK, L. “O preço do progresso: crescimento, pauperização e espoliação urbana”. In: MOISÉS et al, Op. cit., p. 41.

⁴¹ O vereador Paulo de Tarso Santos foi eleito para a 3ª. legislatura, com 3.084 votos.

⁴² 60ª. Sessão ordinária, realizada em 22/6/56. Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. 12, p. 209. Nota-se aqui a intervenção do Legislativo tendendo a apoiar as ocupações irregulares, legitimando o “padrão periférico”. Seguem-se comentários de outros vereadores sobre os trabalhos da Comissão Orientadora do Plano Diretor, tramitando na Casa.

⁴³ BONDOUKI, N. Op. cit., p. 288. O autor analisa mais minuciosamente os problemas no funcionamento da máquina da Prefeitura para o cumprimento das leis de loteamento às pg.s 290 e 291.

⁴⁴ Ibid., p. 302. Como Governador do Estado Jânio Quadros procede da mesma maneira, oficializando edificações irregulares, Cf: ROLNIK, R., Op. cit., p. 206.

Casa Verde Alta, apresentava as reivindicações do bairro Vila Hespanhola ao “Tendinha de Reclamações”⁴⁵ do jornal *Última Hora*:

“Vila Hespanhola pede: 1- Asfaltamento de suas ruas, 2- Mais condução, 3 – Iluminação, 4 – Rede de Esgotos, 5 – Rede de Águas, 6 – Mais escolas, 7- Um centro de puericultura, 8 – Um posto de saúde, 9 – Melhor policiamento, 10 – Um telefone Público”.⁴⁶

A pauta de reivindicações da Sociedade de Amigos de Vila Gumercindo, em 1953 era, também, numerosa. A reportagem de *Última Hora* caracterizava a população como uma “gente boa e simples, gente apaixonada pelos problemas de seu bairro e que anseia por uma melhoria coletiva, da qual também se beneficiarão” e tornava-se porta-voz de suas demandas por uma linha de ônibus, luz, calçamento, coleta de lixo, distribuição de correspondência, médicos, escolas, obras contra as enchentes.⁴⁷

Enfim, a documentação revela um conjunto de carências e reivindicações já identificadas e estudadas pelos cientistas sociais que se debruçaram sobre a questão urbana. José Álvaro Moisés, por exemplo, listou demandas por: serviços de infra-estrutura: água, esgoto, asfaltamento de ruas, iluminação pública e privada; sistema de transporte coletivo mais rápido e eficiente; sistema educacional; serviços de saúde; equipamentos sociais e culturais: creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de práticas de esportes, áreas verdes.⁴⁸ O que se pode perceber é a organização da população em defesa de melhores condições de vida, ampliando seu sentido de direito, já que exigia do poder público o atendimento de suas necessidades.

As consequências da ausência de uma infra-estrutura de saneamento básico parecem representar o problema mais sentido pelas classes populares na periferia.⁴⁹ Nos textos dos

⁴⁵ Como veremos no Capítulo...eram muitos os jornais e emissoras de rádio que mantinham colunas dedicadas exclusivamente a denunciar os problemas do bairro, pleitear soluções, representar os moradores e mesmo mobiliza-los e organiza-los promovendo Congresso e Convenções. Alguns exemplos eram o serviço “Tendinha de Reclamações” da *Última Hora*, a coluna “Cidade Aflita” no mesmo jornal, a coluna “NH nos Bairros”, do jornal comunista *Notícias de Hoje*, o jornal *Folha do Povo*, o programa “Ronda dos Bairros”, da *Rádio Nacional* ...

⁴⁶ “Vila Espanhola – Retrato de um bairro abandonado”, *Última Hora*, Nº 1.691, 15 jul. 1957, 2º. Caderno, p. 1.

⁴⁷ “Bispos em profusão numa Vila sem Deus”, *Última Hora*, Nº 300, 10, mar, 1953, 2ª edição, p. 6.

⁴⁸ MOISÉS, J.A., “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”, In: MOISÉS, J.A. et. al., Op. cit., p 17

⁴⁹ Embora Adriano Duarte tenha constatado que “...a reivindicação mais freqüente formulada pelos CDPs e pelas sociedades amigos de bairro estava relacionada com os transportes”, a documentação por nós consultada sugere que o saneamento básico – coleta de lixo, água, esgoto – parece vir em primeiro lugar. Cf.: DUARTE, A.D., *Cultura popular e cultura política*, p. 43.

repórteres de *Última Hora*, na denúncia atribuída aos cidadãos, ou interpretada pelos jornalistas, e na fala dos vereadores no plenário da Câmara, as condições de vida dos moradores da periferia pareciam chegar ao limite do tolerável quando não dispunham de sistemas de esgotos, água encanada, coleta de lixo. Percebem-se ecos de um discurso higienista, de certa forma “invertido” e lançado contra o poder público, dando vigor a demanda por infra-estrutura de saneamento básico. Em uma alocução proferida em junho de 1959, o vereador Ary Silva, do PR (Partido Republicano)⁵⁰, traçava um diagnóstico geral do problema:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Um dos problemas mais cruciais de São Paulo, cidade que muito cresce, mas o faz desordenadamente, devido à ausência de um plano diretor de urbanização, diz respeito à sua deficiente rede sanitária. Nós que sempre moramos em bairros, que sempre vivemos o drama das fossas negras, podemos deplorar o abandono criminoso a que foi relegado um dos mais importantes problemas da administração pública pelos poderes competentes (...) Como bem disse notável especialista no assunto, poucos habitantes da grande metrópole, habituados ao meio em que vivem e labutam, terão notado que esta nossa cidade cheira a esgotos provenientes das 300.000 fossas negras que contaminam o solo ou extravasam para as sarjetas; esgotos que são lançados às galerias de água pluviais ou aos inúmeros córregos que cortam a área urbana; esgotos que poluem os rios que cercam a capital. Com essas águas imundas é que todas as chácaras do município são tratadas.

Nessa águas imundas é que milhares de pessoas se banham.⁵¹

Depois de sete anos, parece que nada havia mudado, como podemos depreender do discurso do vereador Davino de Oliveira, do PTB⁵², pronunciado em novembro de 1962:

No desempenho do meu mandato, e em atenção a convite formulado por moradores do bairro do Jardim Laranjeiras, no sub-distrito de Casa Verde, lá estive, ontem pela manhã, a fim de constatar *in loco* as mais sentidas reclamações daqueles munícipes, quanto às deficiências do serviço público. (...)

Mas o problema que mais me impressionou é o relativo ao córrego do Mandaqui, que atravessa o bairro. O curso d'água, completamente entulhado de lixo e detritos de toda ordem, forma uma lagoa de água pútrida, exalando terrível mau cheiro e propiciando meio-ambiente para a proliferação de moscas e insetos de toda ordem que, invadindo as residências, tornam um suplício a vida de seus moradores. Por outro lado,

⁵⁰ Ary Silva era bacharel em Direito, nascido em São Paulo em 1917. Elegeu-se três vezes pelo PR: na 3ª. Legislatura como suplente, com 2.463 votos, na 4ª. com 4.284 votos e na 5ª. com 6.035 votos. In: “Composição da Câmara Municipal de São Paulo “...

⁵¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 494ª Sessão ordinária, 03 jun. 1959, vol 10, p. 20.

⁵² Davino de Oliveira, pernambucano de São Bento, elegeram-se pelo PTB na 3ª, legislatura, com 3.733 votos.

as crianças em sua inocência, desconhecendo o grave perigo a que se expõem, vão banhar-se nessa lagoa, onde se acumulam inclusive, detritos do Hospital de Tuberculose do Mandaqui. É justíssima, portanto, a revolta dos moradores do bairro.⁵³

A falta de uma rede para o escoamento do esgoto acabava por implicar a contaminação do abastecimento de água, que, no mais das vezes, era obtida nos poços cavados pelos próprios moradores. Em 1958, Milton Luiz de Almeida, morador da Vila Maria, reclamava à reportagem de *Última Hora*: “A única água que temos por aqui é de poço, e que água ruim, santo Deus! Já era tempo de Vila Maria ter uma rede de água potável. Afinal de contas, é um dos bairros mais populosos de São Paulo.”⁵⁴

Segundo o depoimento da operária têxtil Ana, não desmentido pela reportagem do *Última Hora*, o DAE (Departamento de Água e Esgotos) obrigava a tapar os poços quando a região era provida de água encanada, mesmo que algumas ruas não o fossem e assim a operária Ana era obrigada a uma rotina semelhante a do sr. João Trogílio: ia procurar água em uma casa, distante 500 metros da sua:

Todos os dias, antes de dirigir-me à fábrica – explica Ana, operária de uma tecelagem próxima – venho buscar um pouco de água para as necessidades mais prementes. Sou obrigada a levantar-me antes de quatro horas da manhã. Isto priva-me das preciosas horas que tenho para descanso.⁵⁵

Mesmo um hospital como o Souza Campos, situado no bairro do Alto da Lapa, era abastecido com água de poço.⁵⁶ Reportagem do *Última Hora* denunciava ameaçadoramente em junho de 1957: “1 milhão e 800 mil paulistanos sob a espreita de um ‘exército de micróbios’!”. A matéria esclarecia que, dos 5.600 quilômetros de ruas existentes na capital, apenas 1.200 dispunham de instalações sanitárias. 232.000 prédios não tinham esgoto.⁵⁷

⁵³ 339ª. Sessão ordinária, 5/11/62. Diário Oficial do Estado no. 246, de 6 nov. 1962, p. 88. In: “Composição da Câmara Municipal de São Paulo ...”

⁵⁴ “Vila Maria que espera eleições - Espera outubro para vingar-se”, *Última Hora*, Nº 1921, 17 jul. 1958, 1º. caderno, p. 9. Vila Maria tinha, em 1953, 70 mil habitantes, segundo a reportagem “Vila Maria, um bairro pobre”, do Jornal *Notícias de Hoje*, Nº 325, 8 mar. 1953.

⁵⁵ “Guerra contra a seca no Alto do Ipiranga”, *Última Hora*, Nº 888, 16 fev. 1955, 2º. caderno, p. 6.

⁵⁶ “Alto da Lapa, um bairro quase isolado do mundo”, *Última Hora*, Nº 1.352, 30 ago. 1956, 2º. caderno, p. 6.

⁵⁷ “Rede de esgotos: foco de doenças a ameaçar S. Paulo”. *Última Hora*, Nº 1594, 21 jun, 1957, 1º. caderno, p. 7.

Outra reportagem informava que 2/3 da população tirava água de rios ou poços e apenas 1 milhão eram servidos de água encanada.⁵⁸

O significado da luta por saneamento básico foi mostrado pela reportagem do jornal comunista *Notícias de Hoje*. Em campanha pelas candidaturas de André Nunes Jr e Nelson Rusticci, Presidente do Sindicato dos Têxteis, para a Prefeitura de São Paulo em março de 1953, denunciava: “Pode-se dizer que Vila Maria está assentada sobre um verdadeiro pântano de água podre”. Água encanada e luz havia apenas na avenida principal, Guilherme Cotching. Uma pesquisa nos livros de óbitos do Cartório de Paz demonstrou que das 612 mortes ocorridas em 1952, 480 eram crianças, “90% em virtude da ablução de águas poluídas”.⁵⁹ Em 1978, uma conferência da OMS (Organização Mundial de Saúde) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), definia que “os cuidados primários de saúde incluem provisão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico”.⁶⁰

2.3. Transporte

O loteamento de zonas semi-rurais na periferia, distantes dos locais de trabalho, criava outro problema, o da ligação viária. Sem o plano de avenidas de Prestes Maia, concebido em 1945, a expansão periférica teria sido impossível.⁶¹ Pouco depois, em 1947, foi criada a CMTC, empresas privadas de ônibus foram estatizadas e os bondes da Light, comprados.⁶² Os investimentos, porém, eram insuficientes e o percurso de casa para o trabalho acabava sendo feito em parte a pé, de bicicleta, em caminhões⁶³, além dos bondes e ônibus lotados.⁶⁴

As reivindicações relacionadas ao transporte, formuladas pelos CDP (Comitês Democráticos e Populares) e SABS (Sociedades de Amigos de Bairros) no final dos anos

⁵⁸ “Desordenado o crescimento da capital de São Paulo”, *Última Hora*, Nº 1.396, 22 out. 1956, 1º. caderno, p. 3.

⁵⁹ “Vila Maria, um bairro pobre”, *Notícias de Hoje*, Nº 325, 8 mar 1953.

⁶⁰ LIMA, N.T., “Habitação e infra-estrutura urbana”, In: IBGE, *Estatísticas do século XX*, p. 118.

⁶¹ Adriano Duarte analisa o plano, composto de três partes: criação das “artérias radiais”, de um “perímetro de irradiação” e das “rings”. Cf: DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 33.

⁶² BONDOUKI, N., Op. cit., p. 93.

⁶³ Segundo o Sr. Durval Gomes, que trabalhava na Villares, na rua Alexandre Levi, no Cambuci, e morava no Bosque da Saúde: “...lá tinha uma condução também que transportava os operários e tal, os funcionários, inclusive essa condução era conhecida, eram caminhões que transportavam a turma lá pelo Cambuci, is para vários bairros da cidade, Ipiranga, Vila Maria, Penha (...) Caminhão, era conhecido como os ‘pau-de-arara’ e eu frequentei muito esse caminhão”.

⁶⁴ Referindo-se ao final dos anos 1940, Vera Lúcia Vieira observa: “Os tipos de condução utilizados para transportes coletivos eram os ônibus, os bondes, os auto-ônibus e os caminhões. Estes últimos eram a única

quarenta, permitem vislumbrar um amplo leque de problemas: demandavam o aumento da quantidade de linhas de ônibus, a extensão das mesmas, retorno a itinerários antigos, ligações com bairros adjacentes, melhoria no estado geral dos coletivos.⁶⁵ A resistência ao aumento das tarifas era, também, forte, levando às vezes aos motins urbanos.

Em uma de suas inúmeras andanças pelos bairros de São Paulo, o vereador João Lousada participou de uma assembléia em Vila Matilde num domingo, na qual se reuniram moradores “dos bairros e vilas entre a Penha e Artur Alvim”. Seu relato posterior no plenário da Câmara mostra uma das razões que tornavam o problema do transporte nevrálgico para os trabalhadores:

A reivindicação mais sentida dos moradores daqueles bairros e vilas é o transporte. A companhia concessionária, que tem a responsabilidade de servir aquela população, vem-se demonstrando ineficiente, fazendo com que grande parte dos moradores, que são operários, por não haver transporte eficiente, perca dias de serviço e, assim sendo, também o domingo e feriados remunerados.

Uma das resoluções tomadas pela grande assembléia foi manter-se em reunião permanente até a solução favorável do caso, isto é, até que haja número suficiente de ônibus na linha. Os organizadores daquela assembléia elaboraram um memorial e colheram assinaturas dos moradores daqueles bairros e vilas, memorial que entregaram ao sr. Prefeito (...) ⁶⁶

A pedido de populares, segundo a Redação, repórteres do *Última Hora* fizeram uma viagem em um ônibus da linha São Caetano-Vila Alpina, descrita como “uma aventura suicida”. O pedido, parcialmente transcrito na matéria, parecia conter a ameaça velada de quebra-quebra: “Venham para os senhores constatar [sic] pessoalmente, o martírio que sofremos já há muito tempo (...) Qualquer dia, porém, deixaremos que se manifeste um sentimento de revolta que já quase não podemos sopitar”. A reportagem justifica a insatisfação dos usuários:

O ônibus faz uma viagem toda acidentada. Arrasta-se sacolejante, por entre os buracos existentes em todo o leito da artéria, que recebeu o nome pomposo de Avenida Califórnia.

De repente, o ônibus caiu num buraco:

forma de acesso dos operários que moravam em regiões ainda não servidas pelas linhas ‘regulares’ de ônibus, já que os bondes circulavam apenas nas regiões centrais da cidade”. VIEIRA, V.L., Op. cit., p. 138.

⁶⁵ DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no após-guerra...*, p. 43.

⁶⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 137^a. sessão ordinária, 19, fev., 1957, Vol 3, p. 156.

Felizmente, não houve propriamente dito um acidente para os passageiros. Ninguém se feriu. Mas todos tiveram que descer e ajudar a tirar o ônibus da “cratera”. Aí, todos têm que enfrentar o tormento de morar em bairros esquecidos pela Prefeitura. Descem do carro e enfrentam o lamaçal, tentando ajudar o motorista e tirar o carro do atoleiro. Todo mundo se suja. Uns sofrem quedas tremendas. Ninguém, porém, olha o sacrifício ou sofrimento. É preciso fazer o ônibus continuar a viagem. Porque senão a que horas vão chegar em casa para o jantar...

O gerente da empresa, Pedro Nery, foi entrevistado, alegando não ter lucros, aproveitando para mandar um recado para o prefeito, William Salem: “É preciso cuidar, urgentemente, das ruas (...) para que possamos trabalhar e, assim, dar condução a um número enorme de operários que são vítimas deste revoltante descaso da Prefeitura”.⁶⁷

Além desse anseios manifestados pela voz dos parlamentares, outros serviços tornavam-se urgentes. A reivindicação da instalação de agências de Correios e linhas telefônicas permite entrever o sentimento de isolamento experimentado pelos moradores da periferia em relação “à cidade”. A segregação social manifestava-se na dificuldade de acesso e comunicação com o centro urbano, onde estavam instalados os melhores equipamentos. Esta era a reclamação de Thomaz Totti, comerciante do bairro da Penha, e membro da Sociedade Amigos das Vilas Reunidas da Penha, à reportagem do *Última Hora*:

Não é somente a falta de uma agência [dos Correios – Nota do Autor] o que nos preocupa, mas também a falta de um telefone público, pois estamos praticamente incomunicáveis com a cidade. O único telefone existente nestas paragens está colocado em uma farmácia, que ao cerrar suas portas impede àqueles que necessitem de um socorro urgente qualquer comunicação com o “exterior”.⁶⁸

A reivindicação por policiamento também aparece nas páginas do *Última Hora*, embora mais esporadicamente, como na reportagem “Tomadas de assalto pelo crime as vilas operárias da capital”. Um morador da Vila Hespanhola, na Casa Verde, afirmou:

Há muito tempo estamos pedindo um maior número de soldados para o policiamento desta vila. Não fomos atendidos. Existem somente quatro soldados para policiar toda a região. Os malandros fazem destas vilas o que querem: assaltam, promovem algazarras, não respeitam as mulheres que são obrigadas a voltar tarde do seu serviço.

⁶⁷ “Aventura suicida viajar nos ônibus da Vila Alpina”, *Última Hora*, Nº 949, 2 maio, 1955, 1º. caderno, p. 7.

⁶⁸ “Cinco mil crianças na rua por falta de escolas!”, *Última Hora*, Nº 956, 10/5/55, 1º. caderno, p. 6.

2.2.4. Casa própria

Qual seria o significado da aquisição da casa própria nas condições descritas acima? Representaria o sucesso de uma aliança entre o sonho de progresso da família trabalhadora e o projeto conservador elaborado desde o Estado Novo, de buscar fundamento da ordem social e política no núcleo familiar, abrigado sob o teto de uma casa própria?⁶⁹ Ou ao contrário, a conquista da casa própria iria “politizar os moradores da periferia, levando-os a reivindicar seus direitos à cidade”?⁷⁰

O tema da casa própria é bastante complexo pois integra-se à problemática da família e da reprodução social. É importante, então, tratarmos esta última questão antes de voltarmos à da casa própria.

A casa, a família, o bairro são os lugares da sociedade onde ocorre o processo da reprodução social, assim como as fábricas são o espaço da produção. É certo que as famílias delegam cada vez mais ao Estado funções reprodutivas, sem perderem, porém, seu papel primordial. Constituindo a família o “elemento básico da organização do modo de vida das classes populares”, segundo Durham, é nela que as deficiências do poder de compra dos salários, o problema da alimentação dos filhos, da educação, do lazer, da saúde verificam-se primeiro e de modo mais intenso.⁷¹

Ou seja, se o trabalho fabril produz as mercadorias, essas “formas elementares” das sociedades capitalistas,⁷² e engendra relações e práticas sociais determinantes, o trabalho doméstico de homens e mulheres, em todas as suas formas, desde a construção da casa até a educação dos filhos, o trabalho, voluntário ou remunerado, para a formação e manutenção

⁶⁹ Cf.: BONDOUKI, N., p. 84. Gabriel Bolaffi cita uma pesquisa patrocinada pelo Institute for International Social Research que revelou ser a casa própria a principal aspiração das populações urbanas brasileiras, como também uma “elevada correlação estatística entre a propriedade da habitação e atitudes políticas conservadoras.” Cf.: BOLAFFI, G., “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”, In: MARICATO, E. (Org.), Op. cit., p. 43. A opinião de Engels, citado por Eva Blay, é bastante clara: “O artesão, tecelão, que possuía uma casa, uma horta, e um pedaço de terra se tornava ‘tranquilo e satisfeito’, apesar da opressão política e econômica. A propriedade lhe dava um espírito de escravo”, Cf.: BLAY, E.A., Op. cit., p. 17.

⁷⁰ CALDEIRA, T.P.R., *Cidade de muros*...p. 230.

⁷¹ PLAMTEMBERG, C.M.; EVERS, T., SPESSART, S., “Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina”, In: MOISÉS, J.A. (Org.), Op. cit., p. 124.

⁷² MARX, K., *O Capital*, vol 1, p. 1

das Sociedades Amigos de Bairros, dentre outras organizações, realizam a “produção antroponômica”.⁷³

Quando se fala em “reprodução social” está se falando em reprodução ampliada do próprio capital, mas, principalmente, em reprodução da força de trabalho e reprodução familiar, biológica.⁷⁴ A esfera da produção de mercadorias, de fato, subordinou a da reprodução social, no sistema capitalista, na medida em que sua lógica invadiu e alterou as esferas da vida cotidiana. O conhecimento social tendeu, então, a deixar a vida cotidiana fora do seu campo de visão, como coisa desconhecida.⁷⁵ Talvez tenham sido as lutas mundiais, iniciadas com o maio de 1968, o acontecimento decisivo a colocar no centro do cenário mulheres e jovens denunciando a “colonização” da vida cotidiana, esfera da reprodução, pela lógica da produção de mercadorias. Este processo de lutas trouxe, em consequência, os problemas da reprodução também para o campo de visão das ciências sociais. Assim, a esfera da produção e a da reprodução deixaram de ser vistas como mundos separados (produção/consumo), mas, além disso, descobriu-se, em profundidade, o trabalho reprodutivo como um trabalho de produção de energia vital, “de toda a riqueza multiforme da produção da energia humana”,⁷⁶ como também de relações sociais, de cultura, indispensáveis à sustentação da totalidade social.⁷⁷

No mesmo campo de reflexões, Michel de Certeau nos revelou que os atos de consumo são, eles mesmos, atos de produção de coisas novas. Mostrou-nos que, o que os consumidores fazem dos bens, materiais ou imateriais, que lhes são destinados, é sempre algo um pouco ou muito diferente do uso projetado pelo produtor. Cabe citar fielmente um fragmento representativo do pensamento do autor:

⁷³ COMBES, D.; HAICAULT, M., “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes”, In: BULPORT, A. K., et. al., *O sexo do trabalho*, p. 31 a 22.

⁷⁴ PLANTEMBERG, C.M., EVERS, T., SPESSART, S., Op. cit., p. 121

⁷⁵ Como assinala Henri Lefebvre: “Assim, [o autor refere-se às análises de Marx sobre o trabalho social e as de Freud sobre a sexualidade – Nota do Autor] é possível que muitas ‘coisas’ (materiais, sociais, mentais) tenham um nome trivial, estejam envolvidas por representações que desviam o intelecto. De tal modo que sua importância permanece durante muito tempo *desconhecida*. O que mostra o papel, ou a função social, do *desconhecimento*. Não seria este o caso do cotidiano, da diferença, ou inclusive da presença e da ausência?” . Cf.: LEFEBVRE, H., *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*, p. 45.

⁷⁶ COMBES, D.; HAICAULT, M., Op. cit., p. 33

⁷⁷ Como lembra Henri Lefebvre: “Por outro lado, foi preciso restituir em toda a sua amplitude o conceito de produção, reduzido pelo economicismo a produção das coisas, ou seja, das mercadorias. A produção abarca as relações sociais, que são produtos, por sua vez. Engendra a autoreprodução (gênese) do ser humano social. O conceito de produção se amplia no da reprodução”. LEFEBVRE, H., Op. cit., p. 27 [Tradução do autor].

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.⁷⁸

Assim, voltando ao tema da casa própria, pode-se dizer que os ideais higienistas contidos, seja nas campanhas profiláticas, seja nas antialcoólicas,⁷⁹ ou os ideais conservadores veiculados pela Igreja Católica, que enfatizavam, todos, a “relação entre a família e a moradia como fundamento da estruturação moral e cristã das classes populares”,⁸⁰ representavam utopias burguesas. A possibilidade de que a aquisição da casa própria por si só tornasse o trabalhador socialmente conservador parece ser uma mágica de improvável sucesso, considerando ser a casa um dos elementos do processo da reprodução social, que se fazia, como vimos nas páginas anteriores, com grandes sacrifícios.

Não é possível desconsiderar que a construção da casa própria prendia o trabalhador às horas extras, à preocupação com a manutenção do emprego e às infundáveis jornadas nos finais de semana. Mais do que isto, parece bastante provável, como aponta Durham, que a casa e a família fossem base para a construção de um projeto de melhoria de vida, cuja viabilidade se apoiava na crença do *progresso*, que “chegava” ao bairro, como apontado em muitos depoimentos, na forma de infra-estrutura, equipamentos, recursos.⁸¹ Progresso que pode também ser representando pelo acesso aos bens de consumo duráveis, com a

⁷⁸ CERTEA, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, p. 39

⁷⁹ Maria Izilda Santos de Matos estudando as campanhas antialcoólicas nos anos 10, 20 e 30 assinala: “As palestras proferidas nas associações do proletariado e sindicatos procuravam incutir-lhes a idéia de horror pelo álcool e jogo, a necessidade de uma vida regrada, marcada pela economia e poupança, únicos meios de propiciar paz, conforto e felicidade à família”. Cf.: MATOS, M.I.S., *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, p. 41.

⁸⁰ BONDOUKI, N., Op. cit., p. 120 e 124. Bondouki assevera que a Fundação Casas Populares, criada no 1º de Maio de 1946, “fez do atendimento habitacional um instrumento para isolar os setores mais ‘radicais’ da classe trabalhadora”. Por outro lado, o 1o. Congresso Panamericano de Habitação Popular defendeu as casas individuais, no lugar dos cortiços, como a forma de habitação mais adequada às classes populares, elencando as seguintes vantagens daquela solução habitacional: fortalecia o sentido de responsabilidade do chefe de família, que passa a ser dono e não inquilino; unia mais as famílias; desperta o desejo de economizar para comprar a casa; garantia o futuro, permitindo uma velhice tranqüila, proporcionava uma vida familiar independente. Cf: DUARTE, A.L. *Cidadania e exclusão*, p. 73.

⁸¹ DURHAM, E.R., “A sociedade vista da periferia”, In: KOWARICK, L. (Org.), Op. cit., p. 183. O testemunho das mudanças nos bairros, que “não tinham nada” e depois foram recebendo “tudo”, é apresentado em vários depoimentos. Por exemplo, afirma o sr. José Luiz dos Santos: “Não tinha nada, não tinha nada, depois que veio tudo, né”. Ou do sr. Osmar Gotard: “...não tinha nada, nada, nada. Aí aos poucos

popularização de alguns itens, mas isto já nos anos 1970. Pode-se, mesmo, admitir, que a segurança propiciada pela aquisição da casa própria, faça parte das condições sociais de viabilização de um “pacto social implícito”, subjacente ao populismo, como pretende Vera Lúcia Vieira, entendido este “pacto social” como uma metáfora para designar as obrigações recíprocas, bem como os limites aceitáveis dos antagonismos entre as classes em uma determinada configuração histórica, que asseguram a produção e a reprodução sociais.⁸² A idéia do “pacto social”, porém, tem sido empregada, a nosso ver, abusivamente, significando a prevalência da reciprocidade entre as classes e ofuscando o permanente processo de lutas, como pretendemos demonstrar nos próximos capítulos.

Cabe reconhecer, portanto, os múltiplos significados da aquisição da casa própria: forma de obter segurança econômica, permitindo escapar do aluguel e morar a baixo custo e forma de encaminhar um projeto de ascensão social, compondo um patrimônio e mesmo obtendo renda alugando cômodos nos fundos das casas.⁸³ Ao mesmo tempo, forma de reduzir o sentimento de insegurança existencial e conquistar uma referência duradoura para a construção de identidade individual e coletiva. Como lembra Durham: “Na periferia (...) a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade”.⁸⁴ Ou, ainda, como nos informa Paulo Fontes, referindo-se a população de São Miguel Paulista:

A compra do terreno obedecia obviamente a critérios de preço, mas também a proximidade de parentes, amigos e conhecidos era levada em consideração na hora da escolha da localização da gleba. Isso ajudava na manutenção e ampliação da rede de cooperação e auxílio mútuo construída pelos migrantes.⁸⁵

Assim, a aquisição da casa própria, bem como de infra-estrutura urbana e de equipamentos de saúde ou lazer, ou seja, das condições necessárias para todo o processo de reprodução, dependia de ações coletivas, como o mutirão, o abaixo assinado, ou os contatos, organizados pelas SABs ou outras entidades, com os poderes públicos, favorecendo, em certas circunstâncias, um forte sentimento de comunidade e de autonomia,

foi que chegou a luz, chegou a água, mas quando chegou a água eu já tinha mudado de lá, aí chegou o asfalto também, mas eu já tinha mudado, chegou esgoto”.

⁸² VIEIRA, V.L., *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950*, p. 176 e 185.

⁸³ CALDEIRA, T.P.R., *A política dos outros...* p. 108 e BONDOUKI, N., Op. cit., p 307.

⁸⁴ DURHAM, E.R., Op. cit., p. 174.

⁸⁵ FONTES, P., “Migração nordestina e experiências operárias...”, Op. cit. 386.

presente na “febre” autonomista que tomou os bairros de São Paulo nos anos 1950. Com certeza o Estado, os políticos conservadores, as instituições conservadoras como a Igreja e o SESI, estavam também presentes na articulação das ações necessárias à reprodução. A possibilidade de que tivessem êxito em sua empreitada dependeria, porém, de vários fatores. Cabe notar que um estudo desenvolvido por Marta Godinho no começo da década de 1970 concluiu que “os laços pessoais constituem forma amplamente utilizada pelas populações desprovidas de meios institucionais para atender as suas necessidades, que procuram remediar seus problemas através da ajuda mútua”. Ainda segundo a autora: “Quando ocorre desemprego, acidentes, doença, despejo, remoção, recorre-se aos contatos pessoais”.⁸⁶ Não parece indevido deduzir que, com o operariado de São Paulo nos anos 1950 e 60, em muitas circunstâncias se desse o mesmo, o que permite duvidar da profundidade alcançada pelas ações de instituições assistenciais como a Igreja e o SESI.

O comportamento político-eleitoral da população da periferia, de acordo com as pesquisas especializadas, mantém uma prolongada e coerente tradição de voto oposicionista: no PTB, no MDB e no PT. As condições em que a aquisição da casa própria se deu parecem não ter favorecido o sucesso da utopia higienista e conservadora.

2.5. Bairros operários ou populares?

Os bairros periféricos da Grande São Paulo, e de outras metrópoles brasileiras, foram vistos, até os anos de 1980, aproximadamente, como um espaço social extremamente heterogêneo, território das “classes populares”, conceito algo controvertido, que, segundo Moisés, designaria operários industriais, assalariados de bancos e comércio, baixa burocracia estatal, profissionais liberais,⁸⁷ ou operários, trabalhadores por conta própria, biscateiros, empregadas domésticas, pequenos funcionários públicos, segundo Eunice Durhan,⁸⁸ Os autores que refletiram sobre as atitudes e a formação da consciência da classe trabalhadora brasileira a partir de um prisma mais tradicional, privilegiando sua inserção do processo produtivo, enxergaram na periferia a heterogeneidade e viram na heterogeneidade uma chave para a explicação da adesão dessas populações ao populismo que, entre outras coisas, conferiria-lhes, pelo plano da política, uma identidade que seriam incapazes de

⁸⁶ “COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO...” p. 149 e 141.

⁸⁷ MOISÉS, J.A., “O Estado, as contradições urbanas...”, Op. cit., p 26.

⁸⁸ DURHAM, E.R., Op. cit., p. 170

construir nas relações sociais de que participavam.⁸⁹ Uma das premissas de tal modelo interpretativo é que o crescimento das periferias a partir dos anos 40 se deu primordialmente com a chegada de contingentes de migrantes. Ao contrário, nossas entrevistas sugerem que também os operários pertencentes a uma segunda geração de famílias de imigrantes espanhóis, italianos e outros, migrados do interior para a capital do estado nos anos 1920, 1930 atingiam a maturidade nos anos 1940 casavam-se, e empreendiam um segundo movimento “migratório”, desta vez para as periferias.⁹⁰

Por outro lado, é significativo o fato de que, nas reportagens do jornal *Última Hora*, freqüentemente os bairros visitados fossem caracterizados como bairros operários ou fosse ressaltada a presença de operários entre os populares que demandavam melhorias urbanas. Na reportagem sobre o bairro do Carandiru, por exemplo, ressaltou-se a condição social dos moradores: “As residências *dos operários* são obrigadas a serem mantidas hermeticamente fechadas...”.⁹¹ A reportagem sobre a grilagem de terras em Vila Diva, também ressaltava: “De uns vinte anos a esta data muito progrediu estando hoje coalhada de *construções operárias*”.⁹² Outra reportagem, sobre grilagem em Vila Matilde, Vila Maria e Artur Avilm, informa serem os moradores da região, em sua maioria, operários.⁹³

⁸⁹ Moisés cunha o termo “coletivo social heterogêneo” para qualificar a natureza dos movimentos sociais na América Latina, conceito que parece ter sua matriz na noção de anomia ou heteronomia atribuída às massas populares latino-americanas pelo modelo mais tradicional de explicação sobre o populismo, já comentado anteriormente neste trabalho. Francisco Wefort afirma que “a heterogeneidade da classe operária é de tal magnitude que é compreensível que os indivíduos percam com facilidade ou encontrem com muita dificuldade para formar, a idéia de pertencer a uma mesma classe”. Cf.: MOISÉS, J.A. *Reivindicações populares urbanas*, p. 132.

⁹⁰ Mike Savage analisa o problema da homogeneidade ou heterogeneidade de uma comunidade de trabalhadores ponderando que “a formação política da classe é uma dimensão separada da demográfica”. Assim, uma “comunidade ocupacional homogênea” tanto poderia tender a militância política, como a explosões esporádicas ou à inércia difusa. Conclui o autor: “Algum grau de mistura entre as classes pode, de fato, servir de condutor para formas de percepção radical, dado que se expandem as referências das pessoas”. Cf.: SAVAGE, Mike, “Classe e história do trabalho”, In: BATALHA, C.H.M., Op. cit., p. 38. Parece ser esta experiência social que Moisés descreve em seu trabalho, *Reivindicações Populares Urbanas*, quando afirma que os profissionais liberais em Osasco, foram interlocutores das reclamações das camadas populares, tendo ocorrido, mesmo uma “delegação tácita de representação feita pelas classes populares a esses homens de classe média”, (p. 383). A conclusão apresentada pelo autor, de que “os movimentos urbanos contribuíram para criar novas alternativas que poderiam ter sido o ponto de partida para uma nova organização política da sociedade”, (p. 401), parece-nos, inclusive, desconectada das premissas de um “coletivo social heterogêneo” ou, pelo menos, da idéia de impotência política associada, no mais das vezes, a esta noção de heterogeneidade.

⁹¹ “Os moradores do Carandiru e Vila Guilherme suplicam providências”, *Última Hora*, Nº 936, 15 abr. 1955, 1º Caderno, p. 6.

⁹² “Os grileiros tomam conta de Vila Diva”, *Última Hora*, Nº 1.130, 1º caderno, p. 5

⁹³ JORGE, M. “Loteamentos clandestinos sugam o dinheiro do pobre nos bairros da periferia”, *Última Hora*, Nº 1.116, 1º Caderno, p. 8.

Também nos discursos dos vereadores a caracterização dos bairros periféricos como operários era comum. Entre os muitos exemplo que poderiam ser apresentados, vejamos como o vereador Moacir Longo, militante do PCB, eleito pelo PSB, refere-se à população visitada no Parque São Lucas e à população dos bairros da periferia em geral, em discurso pronunciado em 23 de março de 1963⁹⁴:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores: visitando os *bairros operários* da periferia, observamos as dificuldades com que lutam seus moradores. Isto exige maior atenção da Câmara e do Poder Executivo e maior destinação de verba para execução de serviços de utilidade pública nos diferentes bairros.⁹⁵

A estas informações, colhidas do testemunho de vereadores e jornalistas, podemos acrescentar os dados de pesquisa científica realizada entre 1974 e 1977, em São Paulo, fora do período enfocado no presente estudo, mas ainda assim válida como parâmetro para discussão. A referida pesquisa, envolvendo 50 SABs, concluiu que a categoria mais encontrada entre os membros da diretoria era a de operários industriais, com 18%, seguida por trabalhadores por conta própria (motoristas, pedreiros, pintores, barbeiros) com 16,5%, vindo depois os comerciantes com 14,5% e, finalmente, comerciários, com 12%. Do total de filiados, 56% são classificados como pertencentes às classes populares (marceneiros, motoristas, sapateiros, operadores, torneiros mecânicos), 35% à classe média e 8% aparecem sem informação.⁹⁶

Assim, pretendemos substituir a idéia de uma periferia ocupada por uma massa heterogênea de migrantes, no meio dos quais os operários se “diluía”, pela idéia de uma periferia onde se registrava uma forte presença operária, conjugada com outras classes ou frações de classes. Nesse meio popular, a experiência operária e sindical era uma referência material e simbólica forte. Melhor entenderemos a dinâmica desse processo se substituirmos a idéia de anomia, heteronomia ou mesmo de “coletivo socialmente heterogêneo”, pela idéia de aliança de classes. Isto porque a primeira série de caracterizações leva, necessariamente, a conclusão de que a unidade deste todo heterogêneo encontrava-se no âmbito da política, nas lideranças populistas. Preferível é desenvolver a

⁹⁴ Moacir Longo nasceu em Taquaritinga em 1930 e foi eleito para a 5ª legislatura com 4.632 votos, tendo sido cassado em 17/6/64. “Composição da Câmara Municipal de São Paulo...”

⁹⁵ 23ª sessão ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 23 mar. 1964, Diário Oficial do Estado – Anais – Vol 4, p. 193. Os grifos são do Autor.

hipótese aventada, em certos momentos, pelo próprio José Álvaro Moisés de que consubstanciou-se nos movimentos de bairro uma aliança entre setores da classe operária, demais setores assalariados e contingentes das camadas médias não tradicionais.⁹⁷ Acreditamos que, com mais ou menos organização e consciência, estes sujeitos sociais entravam na aliança popular com discernimento e objetivos próprios. O maior ou menor sucesso na preservação desta aliança e na formulação de seus horizontes políticos contribuiu decisivamente para a definição dos contornos do possível e do real na conjuntura 1950-1964.

⁹⁶ CALDEIRA, T.P.R., *Reivindicações populares urbanas...* p. 119, 120.

⁹⁷ A mesma idéia apresenta-se em CALDEIRA, T.P.R>, *Ibid.*, p. 156 e 157. A idéia do populismo como um sistema político de alianças que condiciona a ação de todos os participante foi formulada por French. O mesmo autor aponta também em Wefort, a idéia não desenvolvida, do populismo como sistema de alianças. Estamos sugerindo aqui que a aliança entre operariado industrial, trabalhadores assalariados em geral e frações da classe média dentro dos movimentos populares de bairro era uma das alianças importantes funcionando dentro do “sistema populista” mais amplo. Cf.: FENCH, J. D., *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*, p. 254 a 269

Capítulo 3

Lutas fabris, campanhas salariais e outras pelejas

“Nenhuma poesia referente ao povo é entendida se nela não entra a fadiga.”

Simone Weil¹

“Lembraí-vos, senhores, dos escravos do Brasil”

Luciano Ramalho²

3.1. A luta pelo tempo

A principal luta operária do começo dos anos 1950 se deu em torno do controle e da disciplina da jornada de trabalho. Era disto que tratava a cláusula da “assiduidade integral”.

José Sérgio Leite Lopes nos lembra que o referido preceito estava subjacente à Lei 605 de 5 de janeiro de 1949, regulamentando o repouso semanal remunerado. Para ter direito ao repouso previsto em lei, o trabalhador deveria ter labutado “toda a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho”. Este princípio seria depois incorporado pela Justiça do Trabalho a acordos e dissídios coletivos.³

A cláusula, introduzida nos acordos salariais, não admitia sequer o atraso de alguns minutos à hora de entrada, o que implicava a perda de meio dia de salário, do aumento salarial durante todo o mês, assim como do salário correspondente ao descanso semanal remunerado.⁴ Na indústria têxtil alguns empresários aproveitavam para também efetuar desconto das férias, reduzindo o seu pagamento ao correspondente a 11 dias.⁵

Uma observação de Almeida permite-nos vislumbrar que “conflito de valores” estava por trás da luta contra a “assiduidade integral” – pelo menos em se tratando da indústria têxtil - além, é claro, dos evidentes interesses econômicos em jogo.⁶ Segundo a autora, a estabilidade no emprego e o sistema de salários-tarefa eram, separada ou combinadamente, fatores de absenteísmo. Ou seja, a operária ou o operário com mais de dez anos na mesma empresa e recebendo salários por tarefa, e não por hora, tendia a tornar-

¹ Citada por: BOSI, E. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”, In: VALLE, E.; QUEIRÓZ, J.J. (Orgs.), *A Cultura do Povo*, p. 27.

² RAMALHO, L., *O Metalúrgico* Nº 132, jun. 1954.

³ LOPES, J.S.L., *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 285.

⁴ TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*, p. 51 e COSTA, H., *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, p. 232.

⁵ ALMEIDA, M.M., *O Sindicato dos Têxteis de São Paulo: História (1933-1957)*, p. 133.

⁶ Adriano Luiz Duarte nos lembra que “atrás de cada disputa trabalhista há um conflito de valores” Cf.: *Cidadania e exclusão*, p. 131.

se mais independente dos sistemas de controle patronal, estabelecendo, ainda que muito parcialmente, certo controle sobre as margens de sua jornada de trabalho. À observação anterior acrescenta a autora citada: “(...) a supressão da assiduidade integral era, no início da década de 50, *uma reivindicação universal* do operariado, tanto quanto o abono de natal” [Grifo meu].⁷ Tratavam-se, por assim dizer, de “direitos costumeiros” que os operários queriam ver respeitados: certa flexibilidade no cumprimento da jornada de trabalho e a recompensa na data natalina.

Pode-se dizer que a “flexibilidade” correspondia a uma luta contra a desumanização dos indivíduos. Marx, ao se referir à designação empregada na indústria inglesa de “full time” para os trabalhadores adultos e “half time” para as crianças, comenta: “O trabalhador não é aqui mais que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais reduzem-se às de ‘tempo integral’ e ‘meio tempo’”.⁸ Por sua vez a análise de Adriano Luiz Duarte sobre cidadania e exclusão no período do Estado Novo explicita o que seria “uma espécie de código para obstar a continuidade da exploração”. Esta norma costumeira estabelecia os limites morais da exploração representando “(...) uma espécie de anteparo com o objetivo de coibir as excessivas e injustas demandas de chefes e patrões”. Um dos “itens” do referido código definiria que “o bem estar físico e material do empregado deve ser preocupação compartilhada pelo empregador”.⁹ Estas questões podem ser melhor compreendidas com a leitura do artigo *O princípio da assiduidade*, publicado em *O Metalúrgico* de dezembro de 1954, de autoria do diretor responsável pelo jornal, Adolpho Perchon. Pondera o articulista que o princípio da assiduidade era bom, mas não poderia continuar a ser aplicado “como elemento primordial de redução de salários”. Em seguida eram apontadas as causas da falta de assiduidade: doenças do operário ou de membros da família, desânimo decorrente das dívidas e dos baixos salários, má alimentação que tirava o vigor necessário para produzir, noites mal dormidas devido ao frio e à falta de agasalhos, distância e deficiência dos transportes.¹⁰

⁷ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 199.

⁸ MARX, K., *O Capital*, Vol I, p. 196.

⁹ DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 131-136. Segundo o autor: “A noção de justiça expressa por esses trabalhadores é bastante clara: pagamentos em dia, respeito no trato, retribuição proporcional à dedicação e sofrimento despendidos no trabalho, liberdade e independência na vida privada e compreensão para as pequenas falhas no dia-a-dia que devem ser continuamente barganhadas”. (p. 136.)

¹⁰ *O Metalúrgico*, Nº 138, dez. 1954, p. 7.

Cabe assinalar que a memória sobre a aplicação da cláusula da assiduidade não é unanimemente associada ao exercício do despotismo patronal. Miguel Terribas, torneiro mecânico da Aliperti, comentou-nos sobre a exigência da assiduidade:

Tinha isso, tinha. Era bom, porque, vai desculpar, hein? Trabalhador também tinha muito malandro no meio... então...a siderúrgica nesse ponto lá, também faltava mão-de-obra...mas tinha uma exceção, não sei de quanto em quanto tempo, até quinze minutos, não era bem assim não...tinha firma que você chegava atrasado, manda de volta e aí você perdia o dia.

A luta contra a “assiduidade integral” adquiriu, rapidamente, porte nacional e organização consistente. No dia 8 de junho de 1952 foi criada, no Distrito Federal, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI), com a participação de 17 sindicatos. Logo sindicatos de outros estados seguiram o exemplo, surgindo comissões semelhantes no Rio de Janeiro (estado), São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná.¹¹

Em São Paulo a CISCAI organizou-se em agosto de 1952, representando cerca de 60 sindicatos.¹² Em novembro, os sindicatos paulistas enviaram 33 delegados, eleitos por 21 entidades, para participar da Convenção Nacional Contra a Assiduidade Integral no Rio de Janeiro, no dia da Proclamação da República. Ao todo estavam presentes 179 delegados, representando 89 sindicatos, dentre eles Birino, Presidente do Sindicato dos Têxteis do município de Paulista, integrando a delegação de Pernambuco, que certamente também incluía os dirigentes sindicais de Recife e Moreno. Recém saídos de uma greve geral de 8 dias, ocorrida de 12 a 19 de outubro, onde haviam sido organizadas comissões de greve por fábrica, piquetes, passeatas e comícios em estádio de futebol, traziam na bagagem muita experiência para contar a seus companheiros, além da responsabilidade de cumprir um périplo passando pela Presidência da República, Ministério do Trabalho, Presidência do PTB e Senado.¹³

¹¹ TELLES, J., Op. cit., p 52.

¹² Embora esta informação apareça em COLISTETE, R. *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil*, p. 58; COSTA, H. Op. cit., p 160 e LOPES, C.L.E., *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, p. 38 não encontramos registros em fontes primárias sobre o funcionamento da CISCAI em São Paulo.

¹³ LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 404. O número de 89 Sindicatos e 176 delegados é apresentado em COLISTETE, R., Op. cit., p. 58. Cabe observar que, segundo a Ata da Assembléia Geral dos Metalúrgicos, 30 nov. 1952, p. 55, estavam presentes 82 sindicatos e 173 delegados. Números ligeiramente diferentes foram apresentados em matéria publicada em maio de 1953 em *O Metalúrgico*: 82 sindicatos e 172 delegados. Cf.: RIVERTI, A.J., “Marco do sindicalismo brasileiro nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores do Brasil”, *O*

A delegação de São Paulo certamente prestou atenção em tudo, pois não estava ali para brincadeiras. A escolha de delegados nas assembleias foi bem polêmica e o grupo foi advertido pelo metalúrgico “de base”, Adorador Manilla Ramos: eles estavam indo para “(...) lutar por nossos direitos – não para passear como antigamente era comum; iam ao Rio apenas para passear de automóvel e conhecer certos recantos pitorescos do Rio de Janeiro”. Foi exigido, ainda, que os resultados do Congresso saíssem publicados no jornal do Sindicato.¹⁴

Na assembleia metalúrgica do dia 5 de outubro de 1952, eram eleitos Antonio José Riverti e Francisco Chagas Costa para participarem da Convenção, juntamente com a Diretoria.¹⁵ Na assembleia seguinte, de 9 de novembro, o assunto voltou à Ordem do Dia, tendo ocorrido, ao que tudo indica, nova votação para preenchimento de mais duas vagas. A celeuma surgiu em torno dos critérios para a escolha dos representantes: os nomes seriam indicados apenas pela assembleia ou a diretoria também teria este direito? Os debates registrados mostram a atmosfera crítica formada em relação às diretorias sindicais naquele começo de década. Embora a maior parte dos “ministerialistas” do Estado Novo tivesse sido afastada nas recentes eleições, a nova diretoria, que assumira em 1951 para um mandato de dois anos, continuava a ser duramente cobrada pelos associados. Sobre o assunto da escolha dos delegados, Lauro Silva interpelou os diretores: “Companheiros, a Diretoria do Sindicato não representa a classe. O que representa a classe é isto que está aqui, é esta assembleia. Devemos acabar, de uma vez por todas, com essa ditadura da Diretoria”. Ofendido, Remo Forli assegurou que todos podiam se manifestar livremente. Uma voz o interpelou – talvez algum apoiador ressentido dos “ministerialistas” – contestando que “antes havia liberdade”. Luciano Ramalho acrescentou que, naquele momento, estava havendo, sim, ditadura, pois a diretoria queria impor um único nome para o Congresso da CISCAI.¹⁶

Afinal, o plenário apresentou seus candidatos. O operário Viriato Pereira dos Santos indicou o “companheiro André Gonzáles” como “um metalúrgico, um operário bastante

Metalúrgico, Nº 76. P. 9 Jover Telles parece exagerar ao mencionar a presença de “cerca de 100 entidades sindicais”, Cf.: TELLES, Op. cit., p. 52.

¹⁴ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 de nov. 1952, p.48 – verso.

¹⁵ Atas da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 5 out. 1952, p.38.

consciente” e João Francisco Zanolli defendeu José Bezerra como “um companheiro talentoso”. Aldo Lombardi, 2º Secretário do Sindicato, leu uma tese que seria apresentada na Convenção. Foram enviados cinco delegados metalúrgicos, provavelmente Antonio José Riverti, Francisco Chagas Costa, André Gonzáles, José Bezerra e Aldo Lombardi.¹⁷

Na assembléia do dia 30, era dado o informe sobre o encontro, no qual registrou-se a presença de delegados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo. Segundo Telles, o temário da reunião foi sobre a assiduidade em relação a salários, repouso semanal remunerado, lei de férias, previdência social, lei da jornada de 8 horas e falta de energia elétrica, indicando as implicações abrangentes do assunto. Teriam sido apresentadas três teses intituladas: “Assiduidade e o problema fisiológico da mulher”, “Assiduidade e férias” e “Assiduidade integral”.¹⁸ Uma das principais resoluções foi a de lutar pela abolição da assiduidade integral em todos os seus aspectos e pela aprovação do projeto do Deputado Lúcio Bittencourt apresentado à Câmara, liquidando com aquela cláusula.¹⁹

A novidade representada pela Convenção da CISCAI pode ser apreciada com a leitura do artigo *Marco do sindicalismo brasileiro nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores do Brasil*, publicado pelo delegado por São Paulo, Antônio José Riverti, em *O Metalúrgico* de maio de 1953. Segundo o articulista, naquele conclave se juntaram

(...) dirigentes e operários de todos os quadrantes do Brasil, isentos dos medalhões que dizem eles serem os líderes sindicais, mas que na prática fazem todas as bajulações patronais, cedendo sempre a meia dúzia em prejuízo de milhões.

Em seus congressos, realizados à revelia das classes, com o dinheiro do Imposto Sindical, em “quitandinhas” e luxuosos hotéis, onde não se

¹⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 nov. 1952, p. 48 – verso.

¹⁷ A Ata fala na ida de “Antônio José Riverti, José Bezerra e Lombardi, além dos outros dois já escolhidos anteriormente”. Ata da assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 30 nov. 1952, p. 55.

¹⁸ RIVERTI, A.J., Op. cit.

¹⁹ TELLES, J., *Movimento sindical no Brasil*, p. 52. Cabe observar que a Lei, resultante do Projeto, finalmente aprovada em 1955, não abolia integralmente a aplicação da cláusula, como veremos mais à frente. Não pudemos apurar se o Projeto sofreu emendas e se originalmente previa uma mudança e não uma abolição da cláusula. Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, advogado, juiz e professor de Direito, foi um dos fundadores do PTB em Minas Gerais. Foi eleito Deputado em 1950 e posteriormente Senador, alinhando-se com as teses de Alberto Pasqualini. Para ele o trabalhismo deveria avançar sem a tutela do Ministério do Trabalho. Em 1951 formava um grupo de parlamentares do PTB não submissos ao controle a direção nacional do partido. Faleceu em acidente de avião em 1955, quando era candidato ao governo de Minas Gerais pelo PTB. Cf.: DELGADO, L.A.D., *PTB – do getulismo ao reformismo*, p. 61, 69, 149 e SCP, 90, 92, 99 e 110. ABREU, A.A. (Coord.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiros*, Vol I, p. 686

convida nem os sindicatos, proibindo-se de participar, sem conhecermos as teses e às vezes as resoluções não se levam à prática, como a Liberdade Sindical e etc.

Riverti ainda disse que uma das propostas debatidas tratava do direito de greve, decidindo-se por seu pleno exercício: “Na hora da votação foi estabelecido que os operários fizessem greves, pois não se reconhecia regulamentação”.²⁰

Um outro debate importante travado pelos delegados na Convenção da CISCAI tratou da conveniência ou não da formação de uma Central Intersindical Permanente – CISP. A proposta foi apresentada por convencionais do Rio de Janeiro, que teriam sofrido perseguição policial por isto. Ao informar à assembléia metalúrgica sobre o ocorrido, explicou Antônio José Riverti: “Seria assim criada uma nova entidade, deixando de lado a Federação e a Confederação, bem como a CISCAI”. A proposta foi rejeitada, mas não de todo. Ainda segundo o delegado de São Paulo, teriam sido apresentadas duas alternativas: a primeira pela manutenção do que vinha sendo feito; a segunda, criando a Comissão Permanente. A bancada de São Paulo entendeu que a formação da Comissão Permanente enfraqueceria e dividiria a classe e votou pela manutenção da CISCAI até a vitória final. Aprovou-se, ainda, a proposta de consultar todos os sindicatos sobre a realização de um congresso geral dos trabalhadores que discutiria a criação de uma central sindical. Antônio José Riverti adiantou que sua posição era favorável à criação de uma intersindical.²¹ Em janeiro de 1953, *O Metalúrgico* reproduzia as normas aprovadas pela Comissão Organizadora da CISCAI para o funcionamento de sua segunda Convenção Nacional, que deveria realizar-se de 15 a 22 de novembro, mas parece não ter ocorrido.²²

Assim, podemos observar que uma fração de delegados com suficiente influência para apresentar e levar à votação a proposta de formação do embrião de uma estrutura sindical independente do Estado esteve presente na Convenção da CISCAI. Por que os convencionais teriam, em sua maioria, rejeitado a proposta? Não temos maiores informações sobre a composição das delegações, mas, certamente, entre os delegados encontravam-se muitos diretores com trajetórias construídas dentro dos “sindicatos oficiais”. O fato de apoiarem a realização de um encontro como aquele, porém, indicava

²⁰ RIVERTI, A.J., Op. cit.

²¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, p.57- Verso.

²² “Aprovadas normas para a convenção nacional da CISCAI”, *O Metalúrgico*, Nº 116, jan. 1953, p. 10.

que queriam mudanças. Para eles a renovação das diretorias, como vinha ocorrendo em vários sindicatos; as greves, como a desencadeada pelos têxteis de Pernambuco, e os encontros intersindicais como aquele, devem ter parecido ações efetivas e ousadas o suficiente para justificar a persistência naquele caminho. Assim, preferiram rejeitar uma proposta que implicava um passo adiante arriscado na ruptura com a estrutura sindical corporativa. Um outro aspecto importante é o da legitimidade dos mandatos de que os participantes na Convenção da CISCAI sentiam-se portadores. Segundo Riverti, a proposta de formação da CISP foi rejeitada, pois concluiu-se que “não estavam a maioria dos sindicatos do Brasil para aprovar um organismo de tão alta envergadura”.²³ Por que, então, esta iniciativa não foi tomada na segunda Convenção da CISCAI, marcada para novembro de 1953? Em todo caso, a idéia da “intersindical” estava lançada e logo em 1953 começariam a surgir entidades regionais com este caráter.

A realização da Convenção parece ter facilitado a organização e animado o começo de uma série de greves têxteis no Rio de Janeiro. Analisando a “conjuntura política” da qual emergiu a Greve dos 300 Mil em São Paulo, José Álvaro Moisés faz menção à irrupção, em janeiro de 1953, da primeira de uma série de greves da trabalhadores da indústria têxtil do Rio de Janeiro exigindo reajuste salarial de 60%.²⁴

No Sindicato dos Têxteis, a luta contra a cláusula da assiduidade integral ganhou impulso após a Greve dos 300 Mil. Em setembro de 1953, o sindicato coletava assinaturas a serem enviadas à Câmara para apressar a aprovação do Projeto de Lúcio Bittencourt.²⁵

Na edição de *O Metalúrgico* daquele mês, o artigo *Assiduidade Integral* apresentava suas conclusões sobre a demora na tramitação do Projeto: “O fato é que o projeto (...) está retido há nada menos de um ano no Parlamento, por influência do Poder Executivo, que

²³ RIVERTI, A.J., Op. cit.

²⁴ MOISÉS, J.A., *Greve de massa e crise política: (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-54)*, p.78.

²⁵ Como não pudemos reconstituir a tramitação desse Projeto no Legislativa Federal, resta-nos especular que em setembro de 1953 o Projeto pudesse ter retornado, com modificações, do Senado para a Câmara, já que *O Metalúrgico* de abril de 1953 informou que o mesmo fora aprovado em última discussão na Câmara, devendo seguir para o Senado e para sanção presidencial. É possível, também que a Ata dos Têxteis tenha registrado que o abaixo assinado seria enviado à Câmara quando pode ter sido encaminhado ao Senado, como também o processo possa ter permanecido até setembro de 1953 na Câmara por algum outro motivo. Cf.: “Exinta a cláusula da Assiduidade para o Aumento de Salários”, *O Metalúrgico*, abril 1953, p. 16.

não se sente encorajado para deferir a aspiração do proletariado em face da resistência que lhe opõe o capitalismo”.²⁶

A campanha contra a cláusula da assiduidade parece ter estimulado iniciativas vigorosas por parte dos operários e operárias. No dia 11 de outubro, realizou-se às 8 horas uma assembléia das fábricas têxteis Guilherme Giorgi e Minerva, no espaço do Cine Califórnia, na Vila Nova S. Estevão e foi resolvida a adoção de uma forma de luta peculiar. No primeiro dia, haveria uma paralisação de 10 minutos; no segundo dia, de 15 minutos; no terceiro dia de 20, até a paralisação total, contra a aplicação da cláusula da assiduidade.²⁷ No mesmo dossiê do DOPS que registra a assembléia, encontramos um minúsculo panfleto datilografado (o chamado “mosquito”), com o carimbo do sindicato, sem data, com os seguintes dizeres: “Hoje é dia 16. Paralisemos o trabalho das 1 hora (ilegível] 1 hora e meia. Firmes porque a vitória está próxima. Abaixo a assiduidade. Tudo pela vitória!”.²⁸ Provavelmente o “mosquito” circulou clandestinamente nas indústrias Guilherme Giorgi e Minerva preparando a greve para o dia 16 de outubro.

Em uma assembléia têxtil realizada às vésperas do natal, o tema da assiduidade apareceu ligado ao abono natalino. Formou-se uma comissão, com 13 membros eleitos pela categoria e mais 7 diretores, para pugnar contra a assiduidade e pela gratificação.²⁹ Aos patrões seria apresentado um ultimato: deveriam manifestar-se até 21 de dezembro, ao meio dia, sobre a abolição da cláusula da “assiduidade integral” e os trabalhadores se reuniriam no sindicato no dia 23 a fim de tomarem conhecimento da resposta e avaliarem o que fazer. Aos demais sindicatos propunha-se a realização de uma assembléia conjunta no estádio Maria Zélia, pertencente ao Sindicato dos Têxteis, a fim de organizarem a luta pelo abono de natal e contra a cláusula da assiduidade. Os trabalhadores têxteis, por sua vez, foram convidados a irem debater no Sindicato a organização da luta com a Diretoria. Haveria espaço para representantes por empresa de manifestarem.³⁰

²⁶ “Assiduidade integral”, *O Metalúrgico*, set. 1953, p. 12.

²⁷ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 299.

²⁸ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 301.

²⁹ Os operários e operárias escolhidos foram: Salvador Coronato, Eulina de Oliveira, Inocência Uberlino do Carmo, Conceição Aro, Germiliano Reinaldo, Nivaldo Fonseca, André Trojilo, José Molenídio, Ernesto Benzoni, Hilda Jules, José Alonso, Pedro Arriba Aline, Ignês Augusto e Manoel Siqueira. Ata Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 set. 1953, p. 77 e Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, p. 81.

³⁰ *Ibid.*

Na assembléia seguinte os têxteis viram-se às voltas com um problema paradoxal: para lutar contra a cláusula da assiduidade, era necessário assiduidade no comparecimento às reuniões da comissão, o que não vinha acontecendo. Assim, os membros inassíduos foram substituídos, exigindo-se assiduidade na luta contra a cláusula da assiduidade. Resolveu-se, como previsto anteriormente, convocar trabalhadores de um conjunto de 18 empresas têxteis para reunirem-se no Sindicato e discutirem assiduidade e salário mínimo.³¹

Almeida observou que entre 1951 e 1953, o Sindicato dos Têxteis lutou nas campanhas salariais contra a inclusão da cláusula da assiduidade integral nos acordos coletivos. Em 1951 teria obtido sucesso, mas o dispositivo voltou em 1952. Em 1953, o acordo resultante da greve não previa a assiduidade, mas ela foi restabelecida pelo TST. Em 1954 foi conseguido um acordo: eram permitidas duas faltas consecutivas para mulheres e uma para homens.³² Finalmente, a 20 de junho de 1955, o Projeto Lúcio Bittencourt foi transformado na Lei 2510 abolindo a cláusula, porém apenas no que se referia à aplicação do índice do reajuste estipulado pelos dissídios no mês em que ocorrera a falta. Segundo Colistete, foram necessárias novas lutas e negociações para garantir que os inassíduos não perdessem o descanso semanal remunerado.³³

Em alguns casos, a aplicação da cláusula da “assiduidade integral” parece ter sido um estratagema empregado pura e simplesmente para roubar os salários dos operários. É o que se pode deduzir pela leitura da coluna *Opinião Alheia*, assinada por um misterioso “Nortur”, mantida no jornal dos metalúrgicos nos anos 1950. Afirma o articulista que muitas empresas vinham instalando relógios de ponto elétricos para a marcação dos cartões. Desde o dia 14 de janeiro estaria sendo cometida uma trapaça:

(...) Vem sendo feita capciosa manobra com os ditos relógios (...) Há relógios que um dia estão atrasados quatro ou cinco minutos, outro dia adiantam de sete a dez minutos. Isto é simplesmente má fé, neste caso os trabalhadores deverão observar a manobra, comunicar ao Sindicato e este pedirá fiscalização rigorosa ao Departamento do Trabalho.

³¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 24 jan. 1954, p. 85. As empresas devem ser as maiores do setor: Cotonifício Rodolfo Crespi, São Paulo Alpargatas, Cia Brasileira de Linhas para Coser, Fiação e Tecelagem Jafet, Fiação Santa Celina, Matarazzo Belenzinho, Maria Ângela, Assaid, Guilherme Giorgi, Lanifício Minerva, Calfat, Labor, Textilia, Fábrica de Bordados Lapa, Lanifício Varan, Malharia Piratininga e Carone, Irmãos Bidders, SAMS.

³² ALMEIDA, M.M., p. 200 e 214 e Dossiê Dops 50-Z-315-278.

O escritor lembra que o atraso de um minuto do operário implicava perda de meio dia de serviço, além do domingo e feriados remunerados. Conclui de forma enigmática: “Não esqueçamos, porém, que pedir informações é uma coisa e fazer reclamação é outra. Aí fica a solução”.³⁴

Sabe-se que o tempo de trabalho tornou-se um dos meios mais eficazes de extração da mais valia. O tema foi debatido desde os primórdios da industrialização inglesa, tendo sido objeto de profunda análise teórica.

Ao analisar a “avidez por mais-trabalho” numa Inglaterra envolvida febrilmente pelos ritmos da Revolução Industrial, Marx apresenta como exemplo os “pequenos furtos” cometidos pelo capital do tempo das refeições e de descanso dos trabalhadores, procedimento qualificado pelos inspetores do trabalho como “pequenas furtadelas de minutos” ou “escamotear minutos”. Conclui o filósofo alemão: “Vê-se que nessa atmosfera a formação de mais-valia por meio do mais-trabalho não é nenhum segredo”.³⁵

Na indústria têxtil brasileira nos anos 1930, o empresariado empregava métodos semelhantes de extração de mais-trabalho. Segundo Ribeiro: “Face à debilidade do operariado, os industriais implementavam as mais variadas formas para elevar a jornada: as horas extraordinárias, o ‘roubo’ das horas de descanso, ‘serões’, as ameaças de dispensa para os que não cumprirem as horas extraordinárias”.³⁶ Por sua vez o operário tecelão Antônio José da Silva, em depoimento ao Centro de Memória Sindical, afirmou que na fábrica Calfat, nos anos 40, não havia registro do tempo trabalhado, o operário não sabia na verdade quantas horas trabalhava, uma vez que o sistema era “por tarefa”: “Ele sabia mais ou menos pelo número de metros”.³⁷

A falta de fiscalização por parte do Estado, às vezes a falta de reação mais eficaz do operariado, o atraso tecnológico e os problemas decorrentes da concorrência entre firmas mais modernas e outras mais arcaicas, tudo isto permite-nos supor que o método do “roubo das horas” talvez fosse um recurso freqüente das empresas mais atrasadas, na luta pela sobrevivência.

³³ COLISTETE, R., Op. cit., p. 58 e “Abolição da cláusula da assiduidade”, *O Metalúrgico*, set. 1955, p.8.

³⁴ Nortur, “Opinião Alheia”, *O Metalúrgico*, Nº 89, julho-agos. 1950, p. 16.

³⁵ MARX, K. *O Capital*, Vol 1, p. 195.

³⁶ RIBEIRO, M.A.R. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista*, (1870-1930), p. 192

³⁷ Depoimento do sr. Antônio José da Silva. Centro de Memória Sindical. Sindicato dos Têxteis.

As formas de extrair mais-trabalho parecem ter sido relativamente diferentes nas indústrias metalúrgicas e têxteis, em decorrência da adoção, nestas últimas, do sistema do pagamento por tarefa. Sendo assim, ficava suprimido o pagamento de horas-extras. Como lembra o tecelão João Bonifácio: “Não tinha hora extra. Tinha horas paradas, porque faltava força, ou quebrava a máquina, por exemplo”. De fato, o pagamento por produção parece ter encoberto a falta de pagamento extra por horas cumpridas além da jornada de trabalho legal. Ao invés disto, a luta dos têxteis parece ter se focado no problema mencionado por João Bonifácio: o pagamento pelas horas não trabalhadas como consequência da falta de energia elétrica ou de avarias no maquinário. Também José Molenídio, presidente do Sindicato dos Têxteis de 1963 a 1964 referiu-se à luta, vitoriosa na maioria das firmas, pelo pagamento das horas paradas, em caso de quebra de máquinas ou da falta de matéria prima.

Nas indústrias metalúrgicas, a jornada de trabalho variava de 8 a 10 horas diárias, com trabalho também aos sábados, segundo o jornal do Sindicato.³⁸ Em algumas fábricas, como a Intrepila, a jornada podia ser de 12 horas diárias.³⁹ Em sua entrevista, José Luis dos Santos relatou que sua jornada de trabalho na pequena Indústria Mecânica Castelo era de oito horas. Na Villares, Osmar Gotardi fazia regularmente horas extras e recebia o pagamento correspondente, o mesmo ocorrendo com João Trogílio na Metalúrgica Paulista. Nem sempre, porém, as horas extras eram pagas, recaindo sobre a firma Prodec S.A denúncia desse procedimento. Assim, nas metalúrgicas também se praticavam as “pequenas furtadelas de minutos”. Caso contrário, porque *O Metalúrgico* divulgaria, em sua edição de março de 1952, o parecer do Diretor de Fiscalização do Trabalho aos Sindicatos e Associações Profissionais do Rio de Janeiro determinando que fossem afixados os horários de trabalho em lugares visíveis? Os patrões deveriam “(...) dar a conhecer aos empregados o horário a que estão obrigados, bem como o dia de descanso semanal”, recomendando-se, ainda, que facilitassem a fiscalização e evitassem “a dualidade de quadros, sabido que só deve existir um quadro de horário”.⁴⁰

³⁸ *O Metalúrgico*, Nº 95, abril 1951, p. 4.

³⁹ *O Metalúrgico*, Nº 125, out. 1953, p. 9

⁴⁰ “Um apelo do Diretor de Fiscalização do Trabalho Aos Sindicatos e Associações Patronais do Rio de Janeiro”. *O Metalúrgico*, Nº 106, mar. 1952, p. 10.

As jornadas de trabalho podiam ser prolongadas, em alguns casos, de maneira brutal. Em um artigo de agosto de 1958, Eugenio Chemp denunciava jornadas de 24 e mesmo 36 horas ininterruptas na Siderúrgica J. Aliperti.⁴¹ Seria um exagero retórico de um militante do PCB? Não parece ser o caso, pois alguns anos depois, em 1963, um operário, Pedro Bossolan, morreu eletrocutado na mesma firma, quando fazia reparos no sistema elétrico do guindaste da Seção de Laminação. Segundo *O Metalúrgico*, o acidente ocorreu “por não permitirem o desligamento da corrente elétrica, por não quererem paralisar o trabalho até que o defeito fosse reparado (...)”. O crescimento desenvolvimentista consumia aço com fome insaciável, e também vidas. Concluía o artigo do órgão sindical:

Na verdade a vida continua e o comendador patrão da Siderúrgica continua vivendo e, como os outros responsáveis da firma, sem ao menos tomar conhecimento que um infeliz operário morreu para que a sua indústria não parasse um minuto e deixar para sempre um lar na miséria.⁴²

Em 1961, na Metalúrgica Stella, em Guarulhos, trabalhava-se de 12 a 16 horas contínuas – entrando-se às 6:30h e saindo-se às 22:00 h. Aos sábados a empresa funcionava de 6 às 17 h e aos domingos de 6 às 12 h.⁴³

A luta por migalhas de tempo – que acumuladas representavam significativo incremento na massa de mais-valia – pode ser vislumbrada pela reivindicação formulada em *A Seda* – “Jornal de luta dos Trabalhadores da Tecelagem de Seda” –, produzido por um núcleo de fábrica do PCB. A publicação reivindicava, em 1952, a volta de um antigo costume: a liberação cinco minutos antes do horário da saída para se lavar as mãos. Desde que esta norma fora suspensa, muitos passaram a perder o horários dos trens, chegando mais tarde em casa.⁴⁴

Os conflitos em torno dos horários ficaram particularmente intensos com a crise de energia que se verificou em São Paulo no começo dos anos 50. Eram, então, freqüentes os cortes do fornecimento de energia elétrica, aparentemente sem maior planejamento, implicando interrupções repentinas na produção. Os patrões não queriam pagar as horas

⁴¹ CEMP, E., *O Metalúrgico*, Nº 172, ago. 1958, p. 4.

⁴² *O Metalúrgico*, Nº 210, jan.-fev. 1963, p. 2. Sobre as longas jornadas de trabalho, Márcia Mendes de Almeida analisou um processo de demissão por justa causa da fábrica Jafet, em 1946, de um operário acusado de “desídia” por ter inutilizado um tecido ao desmaiar depois de 23 horas consecutivas de trabalho. ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 160.

⁴³ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 203, p. 3.

paradas e exigiam que os operários ficassem à disposição, esperando a volta da energia. No mesmo exemplar de *A Seda* mencionado, encontramos numa matéria protestos contra o fato dos operários e operárias permanecerem muitas vezes por 15 horas à disposição para trabalhar, recebendo apenas por 8 horas.

Na Metalúrgica *Irmãos Spina*, situada à rua do Hipódromo, 720, uma maneira de eliminar alguns “poros” – como Marx qualifica – da jornada de trabalho, explorando-a mais intensamente, foi transferir a chapeira do portão de entrada para as seções, “a fim de obrigarem os trabalhadores a entrar 20 minutos antes”, como denunciou o jornal pecebista *Notícias de Hoje* em sua coluna *Panorama das Fábricas*. Assim, ao invés do operário ter o seu tempo computado para o pagamento do salário a partir do momento em que entrava na firma, isto só ocorria praticamente quando já estava ao pé da máquina e começava a trabalhar.⁴⁵

Também se extraía a mais valia nas formas de registro do trabalho por tarefas. Equivalente às “pequenas furtadelas de minutos” na remuneração por tempo de trabalho, os artifícios empregados para não pagar parte das peças no sistema de trabalho por tarefa eram muitos. As operárias metalúrgicas da estamparia Caravelas, por exemplo, denunciavam o uso de um sistema irregular de marcação das peças produzidas “sem que os trabalhadores saibam se produziram 10, 20 ou 50 mil peças”. Segundo as trabalhadoras, “além de marcarem a produção a seu bel prazer, o que sempre é menos do que produzimos, quando

⁴⁴ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 114.

⁴⁵ Também é interessante analisar o relato do líder ferroviário Guarino Fernandes dos Santos, Presidente da União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocaba sobre a luta desencadeada por volta de 1953, pelo direito de lavar as mãos 10 minutos antes da hora do almoço. Segundo o sindicalista: “Trabalhando em mecânica e em reparação de locomotivas, nossas mãos viviam encardidas, cheias de graxa. Tendo que lavar as mãos após o término dos horários estabelecidos, não sobrava quase tempo para a maioria almoçar, pois tínhamos apenas uma hora e meia para as refeições”. A luta passou pelas seguintes fases: envio de requerimentos e cartas, abaixo-assinado e audiência com a chefia, audiência com o Governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, assembléia e deliberação de terminar a jornada de trabalho dez minutos antes, mesmo sem o consentimento da Diretoria da Sorocabana. Guarino conclui seu relato: “A essa altura, esse assunto já havia ganhado as conversas de esquina de Sorocaba. Só se falava na ‘conquista dos dez minutos’, reivindicação simples, mas importante para todos aqueles que trabalhavam no setor de mecânica. Naquela noite, ninguém dormiu. No dia seguinte, às 10:50 h, quando todos estavam preparados para deixar seus trabalhos e caminhar para os tanques, a chefia local recebeu um telegrama do Governador: estavam concedidos aos ferroviários os dez minutos para a lavagem das mãos. Cf.: SANTOS, Guarino Fernandes. *Nos bastidores da luta sindical*. São Paulo: Ícone, 1987, p. 34, passim. Note-se a rápida politização de uma reivindicação corporativa e o interesse da população no desfecho da questão.

entendem suspendem operárias, alegando fraca produtividade, o que não pode ser provado...”⁴⁶

Na Assembléia Geral metalúrgica realizada a 27 de fevereiro de 1955, José de Araújo Plácido, vice-presidente do Sindicato, denunciava que na Fundição Bugre os operários faziam 100 peças e o patrão descontava o correspondente a 50, alegando falhas. O mesmo ocorria na Sílex, Fundição Brasil e outras. Quando o operário reclamava seus direitos, era suspenso ou demitido.⁴⁷

3.2. A luta contra o aumento da exploração da força de trabalho

Como observa Colistete, os conflitos trabalhistas foram particularmente agudos no período estudado na indústria têxtil, em consequência dos “ajustamentos no processo de trabalho nesse setor”. O autor apresenta alguns exemplos: na Tecidos Elmi, cerca de 60 mulheres operavam 200 máquinas. Com a automação, a empresa determinou que o mesmo número de máquinas passaria a ser operado por apenas 10 operárias. As tecelãs que se opuseram ao que consideravam uma sobrecarga de trabalho foram sumariamente demitidas. Conflito semelhante ocorreu em 1951 na firma Textila, quando as trabalhadoras se levantaram contra a exigência de operarem com quatro máquinas ao invés de duas. Foram iniciadas negociações e, afinal, as tecelãs concordaram com o aumento da carga de trabalho, aparentemente mediante um aumento salarial, mas doze foram demitidas.⁴⁸

Em sua minuciosa pesquisa sobre Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho, entre 1942 e 1966, referentes a conflitos entre patrões e empregados da indústria têxtil, Almeida verificou que uma das estratégias patronais para demitir por “justa causa”, eximindo-se de pagar as indenizações devidas, era alegar “indisciplina”, como previsto na lei. Um dos comportamentos de operários(as) alegados como indisciplina era a recusa a trabalhar com os teares em maior velocidade sem compensação salarial ou a trabalhar com mais teares: “Em regra, os tecelões recusavam-se a tocar mais teares, mesmo quando isso não implicava em redução imediata de salário, alegando aumento de esforço físico, sempre negado pelas empresas”.⁴⁹

⁴⁶ *O Metalúrgico*, Nº 152, maio 1956, p. 6.

⁴⁷ Ata Assembléia Geral Extraordinária do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, 27 fev. 1955, p. 164.

⁴⁸ COLISTETE, R., Op. cit., p. 168.

⁴⁹ ALMEIDA, M.M. Op. cit., p. 160 e 163.

Uma das empresas que, nessa conjuntura, tentou encaminhar seu processo de “racionalização” foi a Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga (Jafet), obrigando as tecelãs do “Setor 2” a operarem com 12 teares ao invés de 8, como de costume, alegando tratarem-se de teares automáticos, pois haviam sido reformados.

A firma situava-se à rua Agostinho Gomes, 1.211 e nela trabalhavam 2.400 operários(as). No dia 7 de abril de 1958, uma segunda feira, iniciou-se uma greve. As operárias protestavam contra “questões técnicas e de esforço físico”, segundo o relatório do agente do DOPS. Em represália, a direção da empresa cortou a força que alimentava os teares, reuniu as operárias e exigiu o retorno ao trabalho, prometendo organizar uma comissão composta por 2 técnicos da empresa, dois do sindicato dos trabalhadores e um da DRT, que daria um parecer sobre a questão. As operárias parecem não ter confiado muito na proposta e não atenderam ao pedido de retorno ao trabalho. Sem outra alternativa, a direção da empresa convocou uma reunião para o mesmo dia, às 15 horas, na sala de projeção, situada no pátio interno da fábrica. Estariam presentes um representante da DRT e o sr. Guido Malato, Diretor Administrativo da Jafet.

Na reunião as operárias foram, mais uma vez, intimidadas: o representante da DRT pediu o retorno ao trabalho, afirmando que a empresa iria estudar a questão apresentando uma resposta em sete dias. Em seguida advertiu que a paralisação “era falta grave, passível de severa punição”, ainda segundo o relato do investigador, que também registrou a reação das operárias: “Não se intimidando, elas afirmaram que continuariam irredutíveis, alegando, entre diversas lamentações: ‘É por demais cansativo tocar 12 máquinas’, ‘os fios são fracos’, etc. e que estavam no firme propósito de dirigir apenas 8 máquinas”. Segundo o policial, destacaram-se na reunião as operárias Zoze Iassuifionis e Donata Ruth Carrasco. Teria se formado, então, uma comissão para ir à subsede do Sindicato, situada no Ipiranga, para discutir o assunto, com a participação das seguintes operárias, além das duas já mencionadas: Clionice de Lima, Euzébia Pelaes Moraes, Palmira de Souza, Alcídia Antônio, Olga da Silva Pires, Maria de Lourdes Queiroz, Catarina Frazini Pardini.

No dia seguinte, 8 de abril, terça-feira, às 9 horas, ocorreu nova reunião entre as grevistas, diretores do Sindicato, da empresa e representantes da DRT. Mais uma vez as operárias foram ameaçadas, desta feita pelo advogado da firma, Adib Yasbeck, que teria afirmado estarem elas cometendo falta grave, “passível de punição de acordo com a CLT”,

no que foi contestado pelo Presidente do Sindicato dos Têxteis, Julio Devichiatti, segundo o qual “as operárias não se intimidariam pois estavam lutando por uma justa causa”. Na falta de um acordo, a greve continuou e estendeu-se aos teares automáticos da terceira turma “em sinal de solidariedade às colegas tecelãs”. A esta altura se incorporaram ao movimento alguns homens: João Jerônimo dos Santos, Antônio da Silva, Manoel Honorato do Nascimento, Eufrásio Jerônimo dos Santos.

Ainda no dia 8 de abril, às 18:30, realizou-se no Sindicato uma reunião na qual foi elaborada uma proposta encaminhada à direção da Jafet, com prazo para pronunciamento até o dia 10, quinta-feira, às 17 horas. Foram apresentadas as seguintes reivindicações: início do trabalho com 8 teares, melhoria do local de trabalho, não remoção de operárias do Setor 1 para o Setor 2 ou vice-versa, contratação de mais ajudantes e passadeiras. Entretanto não houve acordo e a greve prosseguiu.

Na sexta-feira, dia 11, o Presidente do Sindicato teria sido visto conversando com vinte trabalhadores e trabalhadoras da Jafet que garantiram que, a partir de segunda-feira, dia 14 de abril, mais 80 operários de outra seção iriam cruzar os braços. Registrava o investigador: “Os trabalhadores estão decididos a continuar a greve, até que seja alcançada a vitória final”.

No sábado, dia 12, representantes do Sindicato teriam pressionado os operários e operárias da turma das 22 horas para que não trabalhassem. Segundo o relato do agente do DOPS, “Alguns retiraram-se e, depois de meia hora, após a saída daqueles representantes, retornaram ao local e entraram para o trabalho”. Teriam sido distribuídos boletins do Sindicato convocando tecelões e tecelãs dos setores 1 e 2 e trabalhadores da fiação e de outras seções para se reunirem na sede do Sindicato, ainda no dia 12, e participarem de uma assembléia geral da categoria no domingo, dia 13, no Clube dos Motoristas, após a qual seria realizada uma reunião com todos os trabalhadores da Jafet.

A empresa, a esta altura, depois de mais de uma semana de greve, apresentou uma contraproposta ao pleito do sindicato, permitindo que todos os que se sentissem prejudicados voltassem ao Setor 1. Seria formada uma comissão de técnicos que teria oito dias para apresentar uma solução para o impasse. De imediato as operárias trabalhariam com doze teares no Setor 2. Finalmente era feita uma ameaça: caso a greve não fosse encerrada até o dia 14 de abril, “esta empresa considerará rescindidos os contratos de

trabalho dos tecelões não estáveis, nos termos do Artigo 482, Letra H, da CLT, e suspensos os estáveis, para início de competente inquérito judicial nos termos do artigo 494 da mesma Consolidação, pela prática de falta grave”.

De acordo com o relatório do agente do DOPS, os esforços dos grevistas e do sindicato para a ampliação do movimento foram infrutíferos, não tendo crescido a adesão à paralisação além de um percentual de 20%. Finalmente, chegou-se a um acordo que estabelecia:

- 1) Formação de uma Comissão Técnica para examinar o problema da redução de 12 para 8 teares;
- 2) As operárias do Setor 2 trabalhariam com 12 teares por dez dias;
- 3) Diretores e grevistas se submeteriam ao parecer apresentado pela Comissão.⁵⁰

O caso da Jafet merece uma análise mais detida, seja porque está melhor documentado, seja porque parece-nos representativo de relações sociais mais gerais. Vemos aí uma das muitas greves por empresa verificadas no final da década de 1950 contra o processo de “racionalização” e conseqüente aumento da taxa de exploração da força de trabalho. O movimento, aparentemente, foi organizado pelas próprias operárias sem a participação inicial do Sindicato. Com o fracasso das tentativas de intimidação do Diretor Administrativo da empresa, criou-se o impasse e entraram em cena os “mediadores”: o braço repressivo (DOPS) e o negociador do Estado (DRT), o representante das operárias (Sindicato) e do patrão (advogado). Cabe notar que as operárias formam uma comissão para ir à subsede do Sindicato, no Ipiranga, e não à sede central no Brás. O Presidente do Sindicato dos Têxteis esteve presente na rodada seguinte de negociações e intercedeu para contestar as ameaças feitas pelo advogado patronal. O Sindicato parece ter desempenhado três papéis no episódio: de negociador, de mediador de uma tentativa de ampliação do movimento e de organizador da conexão entre as operárias da Jafet e a classe, ao convidá-las para a assembléia geral do domingo. De toda a forma, a eficácia da ação sindical e da luta não foi total, até onde pudemos acompanhar. A greve se sustentou por uma semana, mas a empresa também se manteve intransigente, uma vez que estava em jogo seu projeto estratégico de “racionalização” da produção.

⁵⁰ Todas as informações sobre a greve na Jafet foram extraídas de: Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 830.

Na Fábrica de Tecidos Labor, situada na Mooca, ocorreu um interessante exemplo de luta vitoriosa contra a intensificação da exploração da força de trabalho, com o recurso à greve e intervenção de vereadores, da Justiça do Trabalho e da DRT.

No dia 23 de agosto de 1957, um discurso na Câmara Municipal trata de uma greve na Fábrica de Tecidos Labor contra a imposição às tecelãs de operarem com quatro teares ao invés de dois. O vereador Agenor Mônaco subiu à tribuna da Câmara para denunciar:

Fui procurado por um grupo numeroso de trabalhadores da Fábrica de Tecidos Labor. Reclamam eles contra a direção daquela fábrica que no afã de diminuir o pagamento com os seus operários aumentou o número de máquinas aos que trabalham por tarefas, sem, entretanto, haver a necessária compensação pelo maior trabalho por ele empregado (...)

Na Fábrica de Tecidos Labor, situada no bairro da Mooca, tecelãs tiveram as suas tarefas aumentadas ao dobro, pois trabalhando com duas máquinas, estão agora com quatro máquinas cada uma, sendo que a produção aumentou, aumentado os lucros da fábrica, mas não há nenhum respeito às cláusulas contratuais de trabalho, que deveria exigir uma compensação pelo esforço maior despendido, melhor remuneração pelo trabalho realizado.

Nessa consonância, protestamos desta tribuna contra a Fábrica de Tecidos Labor, esquecida que está da necessária harmonia entre o capital e o trabalho, esquecida que as tecelãs são criaturas, antes que empregadas, criaturas humanas, que precisam do respeito mínimo às suas condições físicas (...)

Apresentei requerimento solicitando a constituição de uma comissão de vereadores que possa se entender com o sr. Delegado Regional do Trabalho, a fim de, como mediadores e intermediários, possam agir neste caso verdadeiramente angustioso para aquela população de empregados da Fábrica Labor (...)

O Trabalhador Têxtil, jornal do Sindicato da categoria, informou, em agosto de 1958, portanto um ano após o pronunciamento do vereador, que as operárias da Labor haviam sido vitoriosas no processo movido contra a empresa, julgado na 13^a. JCJ (Junta de Conciliação e Julgamento), sendo reintegradas e anulada a alteração contratual que as obrigava a trabalhar com quatro teares: um perito da DRT apresentou um laudo concluindo que as operárias não suportariam o trabalho com quatro teares.⁵¹

Observamos aqui mais um caso de resistência ao processo de “reestruturação” na indústria têxtil. Há, claramente, um choque de interesses e valores, como é possível deduzir pelo discurso do Vereador Agenor Mônaco. Quando este afirma, de maneira confusa, que “não há nenhum respeito às cláusulas contratuais do trabalho, *que deveria exigir* uma

compensação pelo esforço maior despendido, melhor remuneração pelo trabalho realizado” [Grifo do Autor], não parecia estar se referindo ao contrato formal de trabalho, mas sim ao código subjacente de “valores morais” vigentes, que também regulava a relação entre empregados e empregadores. É interessante observar que esse trecho do discurso coincide quase literalmente com aquilo que Adriano Duarte sintetiza como componente da noção de justiça expressa pelos trabalhadores nos anos 40: “retribuição proporcional à dedicação e sofrimento despendidos no trabalho”. Assim, cabe deduzir que este código costumeiro, construído no contexto do Estado Novo – e provavelmente com raízes anteriores – era socialmente aceito ainda no final dos anos 50, de tal forma que as noções ligadas à racionalização, modernização, mercado, produtividade, concorrência, que poderiam ser evocadas para defender a medida adotada pela Fábrica Labor, não são lembradas por nenhum parlamentar. Na Justiça do Trabalho a defesa dos interesses empresariais também parece não ter tido maior acolhida. O Tribunal decidiu, como ocorreu em muitos outros casos, a favor dos trabalhadores, com o respaldo de um laudo pericial da DRT. Cabe observar, ainda, que, mesmo que possamos cogitar que o perito tivesse simpatia pela causa operária ou que compartilhasse os valores daquele código informal mencionado, o seu laudo deve ter tido bom fundamento técnico para concluir que “as operárias *não suportariam* o trabalho com quatro teares”, o que nos dá uma idéia do grau de intensificação da exploração da força de trabalho que a reestruturação industrial implicava.

A notícia informa que as operárias “foram reintegradas”, o que permite supor que tenham sido demitidas ou suspensas como punição pela luta empreendida. A notícia permite vislumbrar uma das possíveis táticas defensivas dos trabalhadores face ao avanço das conseqüências desumanas da “racionalização industrial”: o acionamento da Justiça. Neste sentido, cabe registrar que o Juiz Gilberto Barreto Fragoso declarava em agosto de 1957 que, desde alguns anos, verificava-se um aumento incessante de processos na Justiça do Trabalho, mas, continuava: “Deve-se ressaltar que ultimamente tem ultrapassado todas as previsões, principalmente no ano em curso”. Em 1951 haviam sido iniciados 11.837 processos nas sete Juntas de Conciliação e Julgamento da capital. Em 1955 este número havia mais do que dobrado: 24.448 processos foram iniciados e três novas Juntas entravam em funcionamento. Em 1957 estimava-se que entrariam 40 mil novos processos. O juiz

⁵¹ “A Justiça do Trabalho por sentença”, *O Trabalhador Têxtil*, ago 1958,

Gabriel Moura Magalhães, por sua vez, apontava uma das causas daquele crescimento: estavam ocorrendo numerosas demissões, especialmente no ramo de Fiação e Tecelagem.⁵²

Ora, a grande procura pela Justiça do Trabalho significa que o processo de reestruturação acelerava-se, atropelando a legislação trabalhista e gerando conflitos como os que acabamos de analisar. Mas significa também que um grande número de trabalhadores viam no apelo à Justiça do Trabalho, um caminho válido para a defesa de seus direitos, e não sem razão.⁵³ Assim, a idéia de uma Justiça do Trabalho diretamente à serviço dos patrões, ou de um projeto de manutenção da ordem pela domesticação da combatividade dos trabalhadores, não se sustenta.

As empresas metalúrgicas também passavam por processos de reestruturação. Em outubro de 1956, a adoção de um esquema “taylorista” de controle da produção na Metalúrgica Arouca gerou graves conflitos.

A empresa resolvera implantar um “sistema de ficha de produção assinada”. A ficha estabelecia, aparentemente, metas a serem cumpridas e deveria ser subscrita pelo operário. O não cumprimento dos objetivos era causa suficiente para demissão: “Se hoje um operário produz cem peças e amanhã, por doença ou defeitos nas peças, produzir 50, poderá ser demitido”, informava a reportagem do *Última Hora*. O procedimento parecia tão desusado que a matéria jornalística frisava: “segundo nos parece, isto não existe em lugar algum”. Os trabalhadores, com mais razão, não viram com bons olhos a novidade e recusaram-se a assinar as fichas. Imediatamente 150 deles foram suspensos. Formou-se, então, uma comissão de 60 pessoas para visitar o *Última Hora* e tomar outras providências. No jornal, denunciaram que a empresa contratara um advogado, Carlos Raposo Jordão de Magalhães, encarregado de convencer os empregados a colaborar. Durante sua peroração foi interrompido por um operário que lhe dirigiu uma pergunta, talvez pouco amigável ou de tal forma incômoda que o trabalhador foi demitido sumariamente. Ofendidos com a

⁵² “Ascende sem cessar o número de processos na Justiça Trabalhista”, *Última Hora* Nº 1.653, 2º Caderno, p. 7.

⁵³ Estatísticas sobre decisões dos tribunais do trabalho nacionais e regionais entre 1944 e 1954 esclarecem que das 131.092 reclamações julgadas, 18% dos casos foram ganhos pelos trabalhadores, 9% pelos empregadores, em 40% houve conciliação e 33% foram classificados como “outras decisões”. FRENCH, J.D., *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*, p. 293. Estudo sobre o ano de 1942 indica que em São Paulo as decisões da Justiça dos Trabalho (aparentemente referindo-se às JCJ e ao TRT) foram, em 55,25% dos casos favoráveis aos industriais, 13,14% a favor dos trabalhadores, 5,02% mediante acordos e 26,49% recusados, Cf.: WOLFE, J. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*, p.9

medida, os operários resolveram fazer uma greve de duas horas em solidariedade ao colega. O Sindicato dos Metalúrgicos foi procurado e designou advogado para defender os trabalhadores, assim como convocou deputados, que se dirigiram à indústria para tratar do assunto com seus dirigentes.⁵⁴

Vê-se que a resistência às tentativas de intensificação da exploração da força de trabalho com a adoção do sistema de fichas, preconizado por Taylor, foi imediata. A surpresa pela adoção deste tipo de controle expressava-se tanto na reação dos operários quanto no registro do periódico. Como vimos em outros episódios, a primeira iniciativa dos trabalhadores foi formar uma comissão para negociar. Não alcançando êxito, ficava estabelecido o impasse, fazendo-se necessária a entrada em cena dos mediadores: advogados, entidades sindicais e, eventualmente, parlamentares e jornais.

No mesmo ano de 1956, Eugenio Chemp denunciava, nas páginas de *O Metalúrgico*, as novas “formas de exploração dos trabalhadores nas empresas”. Em muitos casos, o patrão “(...) exigia que a fabricação das peças fosse feita pelo tempo de trabalho produzido pelo operário de maior qualificação e capacidade. Assim, se um único operário fizesse 100 peças em uma hora, todos os outros teriam obrigação de fazer o mesmo, provocando assim ritmos infernais, esgotamento, inclusive competição desumana”.⁵⁵ Tratava-se, obviamente, de mais uma tentativa de implantação de esquemas tayloristas de organização do trabalho, no contexto da arrancada desenvolvimentista.⁵⁶

Dois anos depois, surgiu um conflito na Elevadores Atlas em consequência de mudanças na forma de cronometragem do tempo de produção das peças, o que definia o pagamento de prêmios. Estas medidas faziam parte, provavelmente, de um projeto mais amplo de “racionalização” que geraria em seguida maiores conflitos.

Tratando-se de uma grande empresa, com cerca de 2.000 funcionários, a Atlas contava com delegados sindicais, que logo formaram comissões e informaram o Sindicato. A empresa recusou-se a negociar, mas, afinal, foi obrigada pela DRT, a pedido do Sindicato

⁵⁴ “Suspensos os empregados da Metalúrgica Arouca”, *Última Hora*, Nº 1.381, 1º Caderno, p. 8.

⁵⁵ *O Metalúrgico*, Nº 150, mar. 1956, p. 7.

⁵⁶ Taylor descreve em *The Principles of Scientific Management*, como seleciona, entre 74 operários da Bethlehem Steel Company, após minuciosos estudos, um holandês – denominado Schmidt em seu relato – considerado apto física e psiquicamente para suportar um aumento da carga de trabalho de 12,5 toneladas de ferro carregadas em média por dia para 47 toneladas, em troca de um reajuste no pagamento de 1 dólar e quinze centavos para 1 dólar e 85. As metas são atingidas e, em seguida, todos os outros operários são treinados para carregar 47 toneladas. Apud BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*, p. 96-98.

dos Metalúrgicos, a participar de mesas-redondas para tentar encontrar uma saída. Em agosto de 1960, chegou-se a um acordo abrangente definindo, além das formas de pagamento dos prêmios, questões como o pagamento de férias e dos “aumentos espontâneos” de salários.

O caso da Atlas é um exemplo bem sucedido de reversão parcial de medidas de “racionalização”, prejudiciais aos operários, em decorrência da organização e mobilização interna e da intervenção do sindicato, gerando negociações diretas, embora mediadas pela DRT. Um artigo de *O Metalúrgico* mostrou a seus leitores que este podia ser um caminho para se contraporem e modificarem, pelo menos em parte, as consequências de todo o processo de reestruturação produtiva que vinha sendo implementado já havia alguns anos. “A unidade dos trabalhadores em torno do seu Sindicato conduz à vitória todas as reivindicações e que este episódio sirva de exemplo a outras empresas que impõem ou pretendam impor modificações e conseqüente redução de salários dos operários no processo de trabalho”. A solução era: “formar comissões de empresa e procurar o Sindicato para a luta de unidade e restabelecer todos os direitos conquistados e legitimamente pertencentes aos que trabalham”.⁵⁷

As novas tecnologias e processos de trabalho parecem ter exigido, em muitos casos, uma intensificação da luta também por organização e higiene nas fábricas, muitas delas instaladas em espaços inadequados e insalubres. Na indústria têxtil, o calor, a umidade e a insalubridade provocados por matérias primas, corantes e o vapor das caldeiras, causavam constantes doenças nos trabalhadores, sendo a tuberculose a mais comum. Mas as metalúrgicas não fugiram à regra, sendo consideradas “o setor sujo” da produção industrial. As condições de trabalho tendiam a ser piores nas empresas que praticavam um padrão “bárbaro” de gerenciamento de mão-de-obra.

Foi possível neste estudo identificar três padrões de gerenciamento da mão-de-obra adotados pelo empresariado paulistano no período: o paternalista, o taylorista e o “bárbaro”. O primeiro era o mais tradicional, correspondendo ao caráter familiar das indústrias mais antigas, ou das empresas pequenas, respaldando-se na presença real ou simbólica do dono no estabelecimento de relações pessoais entre este e seus empregados. O segundo foi implementado pelos setores mais modernos, tendo como referência o modelo norte-

⁵⁷ “Vitória dos trabalhadores da elevadores ATLAS”, *O Metalúrgico*, Nº 193, jul-ago 1960, p. 4.

americano e, como pólos de organização, instituições como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), o SENAI e o SESI.⁵⁸ O terceiro parece ter sido a alternativa dos setores mais fracos do capital e caracterizava-se pelo descumprimento da legislação trabalhista, pelo uso da violência, pela dilapidação da saúde dos trabalhadores. Tratava-se do “regime sem direitos”.⁵⁹ Não estamos falando aqui de “tipos ideais”, mas de tendências nos padrões de administração adotados por diferentes setores empresariais, dependendo de fatores diversos.

Em janeiro de 1950, a coluna *Opinião Alheia*, assinada, como vimos, por “Nortur”, lembrava a existência de um capítulo na CLT dispondo sobre higiene e segurança do trabalho. Não obstante, no chão da fábrica parecia valer a lei do mais forte:

Conheço várias indústrias com número superior a duzentos operários, não havendo nas mesmas armários para ¼ do exigível, não havendo água e muito menos torneiras, de igual modo mictórios e tão pouco um recinto apropriado para esquentar as marmitas dos operários (...) Existem conceituadas firmas que não velam nem pela higiene do estabelecimento e desprezam de modo achincalhante a segurança dos operários (...) Trabalho em uma indústria em que as chaves elétricas de alta voltagem são ligadas a altura de um metro, nas paredes, sem proteção de espécie alguma (...) Bela bagunça...⁶⁰

Em outubro de 1953, *O Metalúrgico* publicou matéria intitulada “Siderúrgica Intrepila, vulcão do inferno”, resultado de contatos freqüentes com a comissão de operários daquela empresa, descritos como jovens nordestinos, em sua maioria. “Para o observador que vê naquele ambiente impregnado do ruído das caldeiras, o calor sufocante das fornalhas, o cheiro do aço e da fuligem, aquilo mais se assemelha a um autêntico ‘vulcão do inferno’”, denunciava o jornal. A comissão da Intrepilla reunia-se todas as semanas no Sindicato “para discutir os seus problemas e traçar os seus planos de lutas” e haviam conseguido eleger um de seus membros, o metalúrgico José Dias, para participar do III Congresso da FSM (Federação Sindical Mundial), ligada a URSS e aos Partidos

⁵⁸ Em um artigo publicado em julho de 1958, Eugenio Chemp afirmava que “de um modo geral as empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico estão introduzindo modificações nas linhas de produção, substituindo-as por novas” e demitindo velhos operários com acordos irrisórios. Em tom de denúncia afirma que a maioria das empresas norte-americanas adotavam o método de Taylor “que consiste em medir os movimentos do operário em consonância com as máquinas”, segundo o articulista. CHEMA, E., “Metalúrgicos paulistas. Vida de privações para criadores de grandes riquezas”, *O Metalúrgico*, Nº 172, ago. 1958, p. 4.

⁵⁹ FARIA, H.J.B., *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*, p. 48

Comunistas) em Viena.⁶¹ Naquele momento, as condições de trabalho na empresa talvez fossem ligeiramente melhores do que alguns anos antes, pois em 1951 uma comissão de fábrica já conquistara o fornecimento de água limpa e a instalação de chuveiros.⁶²

Em 1955 o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos publicou matéria sobre más condições de higiene e segurança do trabalho, desta vez na Indústria Brasileira Eletrometalúrgica S.A, a pedido de um empregado que visitara a redação do jornal. Segundo o operário, a indústria não fornecia luvas de lona para o serviço de movimento de barras de ferro, sendo o trabalho executado com as mãos “(...) o que constantemente produz sérios ferimentos naqueles que se ocupam de tal tarefa”. A respeito das condições de higiene, prosseguia a matéria:

Alega mais ainda o referido associado, que as condições higiênicas das instalações sanitárias são bastante péssimas, particularmente as da seção de Trefilação, que vivem constantemente com entupimentos, causando assim o aparecimento de detritos das privadas, além do mau cheiro exalado, resultante do pouco caso da firma em mandar proceder reparos urgentes.

Caso se confirme a denúncia, está com a palavra a DRT e o Serviço de Higiene e Saúde Pública.⁶³

Em setembro de 1958 foram veiculadas novas denúncias sobre más condições de higiene e segurança em indústrias metalúrgicas e, junto com elas, apresentadas informações sobre um dos recursos previstos na legislação trabalhista para coibir procedimentos “selvagens” na gestão do trabalho: as Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS).

A partir de março de 1961 começou a ser utilizada uma técnica mais agressiva de denúncia. Na coluna *Ronda das Indústrias*, foi publicada uma lista das dez firmas mais relaxadas, elaborada a partir das reclamações encaminhadas ao sindicato e dos processos trabalhistas iniciados na Justiça. Naquela edição, o ranking era liderado pela Grassi S/A, seguida pela Manuel Ambrósio Filho, Sofunge, Conexões de Ferro Foz, Souza Noschese, Cia. de Parafusos e Metalúrgica Santa Rosa, Fundação Brasil, Metalúrgica Alberto Pecorari, Trivelato e Nadir Figueiredo.

⁶⁰ NORTUR, “Opinião alheia”, *O Metalúrgico*, Nº 84, jan. 1950, p. 8

⁶¹ “Siderúrgica Intrepila, vulcão do inferno”, *O Metalúrgico*, Nº out. 1953, p. 9.

⁶² COLISTETE, R., Op. cit., p 110.

⁶³ “Reclamações contra a Indústria Brasileira Eletrometalúrgica S/A”, *O Metalúrgico*, Nº 142, aio 1955, p. 8.

A iniciativa parece ter tido grande repercussão, mas não se repetiu. Na edição seguinte, na coluna *Ronda das Indústrias*, o responsável informava que haviam sido recebidas na redação “numerosas comissões de trabalhadores de empresas que desejam apontar as firmas onde trabalham como uma das ‘10 firmas mais relaxadas’” e, portanto, era necessário “agir com critério”: “(...) Estamos procedendo estudos para a devida publicação, o que confessamos ser bastante trabalhoso, visto ser inúmeras indústrias que merecem figurar na lista do ‘SOÇAITE’ operário das ‘dez mais’”. Para que não pairassem dúvidas sobre o critério de escolha de cada uma das empresas incluídas, era publicada uma reportagem sobre a segunda colocada, Manoel Ambrosio Filho S.A., fabricante das máquinas de costura *Leonam*.⁶⁴

É de todo provável que a ofensiva de denúncias tenha contribuído para a deflagração da greve na unidade da Manoel Ambrosio Filho situada à rua Faustolo, onde se localizava a parte central dos sete conjuntos industriais que constituíam a empresa, no dia 27 de abril de 1961. A paralisação trouxe a público os sofrimentos que os operários e operárias vinham padecendo no “laboratório secreto da produção”, omitidos, por exemplo, quando, cinco anos antes, a empresa comemorou a confecção de sua 100.000ª máquina de costura, fato saudado por *Última Hora* como “um atestado de maioridade e vitalidade da indústria brasileira!”. Naquela reportagem, as máquinas Leonam eram apresentadas quase como estandartes da nacionalidade: “(...) Leonam, a máquina de costura 100% nacional que rivaliza, por suas excepcionais qualidades técnicas, com as melhores estrangeiras”.⁶⁵ Em 1961 os trabalhadores resolveram cobrar sua parte.

A greve foi precipitada pelo não pagamento do vales (parte do salário antecipado na primeira quinzena do mês). Os operários foram reclamar e acabaram presos pela polícia, convocada pelo empresário. Irrompeu, então, a greve que vinha amadurecendo nas reuniões realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos com representantes de cada uma das seções da empresa.

Segundo *O Metalúrgico*, os operários resolveram pôr fim “ao regime escravista que vem predominando naquela empresa desde a sua fundação, cujo empregador nunca respeitou as leis do país, as autoridades (Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho,

⁶⁴ “Ronda nas indústrias”, *O Metalúrgico*, Nº 199, p. 2.

⁶⁵ “Lançada a 100.000 máquina Leonam”, *Última Hora*, Nº-1.380, 1º Caderno, p. 3 [Trata-se de informe publicitário]

Juizado de Menores) e a dignidade humana do trabalhador”. Também denunciaram a vigência de um “regime terrorista aplicado pela direção da empresa, usando a polícia para a intimidação e até agressões físicas pelos seus capangas, contra qualquer operário que resolvesse protestar isoladamente...”

A greve era apresentada como uma vitória da organização e da união sobre a força patronal e as próprias dificuldades dos trabalhadores, decorrentes do fato de estarem dispersos pelos vários conjuntos industriais e serem, em sua maioria (2/3), menores de idade. Os trabalhadores da Rua Faustolo constituíram uma comissão e o Sindicato acionou a DRT, conseguindo realizar uma mesa-redonda com a presença da comissão, de representantes da empresa e diretores do Sindicato – Aldo Lombardi, Afonso Delelis e José de Araújo Plácido.

Ao cabo de três horas de reunião, algumas conquistas foram alcançadas: no prazo de trinta dias, foram os patrões obrigados a cumprir medidas relativas a higiene e segurança do trabalho, dispostas em um memorando. Seria formada uma comissão de inquérito integrada por um engenheiro e um médico do Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho, dois Inspectores do Serviço de Fiscalização e um Comissário de Menores, indicado pelo Juizado, com a incumbência de promover “uma devassa completa nas irregularidades da empresa a fim de integrá-la no rigoroso cumprimento da legislação do trabalho”. Esta medida era saudada como inédita na história das lutas sindicais.

O médico responsável pelo Departamento Médico do Sindicato desempenhava um papel importante na luta da classe por melhores condições de higiene no trabalho. Em dezembro de 1955, o Dr. Diogo Munhoz participava de uma assembléia metalúrgica, apresentando explicações sobre uma doença pulmonar provocada pela aspiração de pó em ambiente fabril, concluindo que todos deveriam lutar para que fossem “devidamente instalados em suas seções de trabalho os competentes aspiradores de pó, para evitar contraírem essa enfermidade”.⁶⁶ Em junho de 1963, o médico do Sindicato, Dr. David Lerer, que viria a ser eleito vereador pelo PSB poucos meses depois, e fora militante do POR (Partido Operário Revolucionário – Trotskista), também oferecia orientações sobre o combate à insalubridade, arrematando, além disso, com conclusões anticapitalistas. Segundo Lerer:

⁶⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 jan. 1955, p. 159.

(...) A poeira de silca e de ferro, na rebarbação de metais, que causam doença do pulmão, pode ser facilmente evitada com a instalação de um aspirador ao pé do rebolo (...) para os empregadores, o que interessa é a produção. Um arranhão na pintura de seu carro é mais importante que a saúde de seu operário.

Em nossa modesta opinião, de acordo com o que observamos, a unidade dos trabalhadores da firma e a formação de Conselhos de Empresa é muito importante na luta de insalubridade, entre outras razões, para evitar que os reclamantes sejam despedidos.⁶⁷

As condições de higiene não eram melhores nas indústrias têxteis, mesmo nas maiores. Em abril de 1954, o jornal *Notícias de Hoje* informava que 50 operários da seção de pano do Cotonifício Crespi dirigiram-se ao sindicato contra descontos no salário e a sujeira imperante na fábrica. “Aquilo é um chiqueiro”, garantiam. Resolveram se organizar em comissão “e se dirigiram ao gerente, Frederico Montes, vulgo Faísca, e reivindicaram seus direitos”. Foram sugeridos dois encaminhamentos: abertura de um processo contra o Cotonifício, por meio do Departamento Jurídico do Sindicato, e o comparecimento em peso à assembléia que seria realizada no dia 21 de abril.⁶⁸

Em fevereiro de 1956, a coluna *Panorama das Fábricas* do *Notícias de Hoje* divulgava denúncia sobre a Lanifício Jafet (“Jafetinho”) apresentada por um operário que visitara a Redação: apesar da demanda de mil operários, a firma não dispunha de refeitório ou chuveiros e oferecia apenas uma pia em cada seção que servia de lavatório. O vestiário era um escuro cubículo de três metros por quatro. A turma da noite trabalhava em jornada corrida das 22 às 5 da manhã sem refeição.⁶⁹

Segundo Maria Sallas, duas graves enfermidades contraídas pelas operárias têxteis eram a bronquite – decorrente da aspiração de pó de matérias primas como o algodão – e a surdez. No primeiro caso, esclarece a ex-operária: “depois de muita luta e muita batalha, algumas empresas já começaram a montar uma espécie de chuveirinho dentro da empresa, então aquele pó vai soltando, vai ficando úmido...”.

Além das condições de higiene, ainda se fazia presente a falta de cuidados com a segurança do trabalhador e o nível de acidentes de trabalho também mostravam a continuidade da mentalidade escravista que tornava o trabalhador um sujeito desprovido de

⁶⁷ LERER, D., “Insalubridade nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 212, jun. 1963, p. 7

⁶⁸ *Notícias de Hoje*, Nº 715, 3 jun. 1954, p. 6.

⁶⁹ “Panorama nas Fábricas”, *Notícias de Hoje*, Nº 1.257, p.4.

direitos e atacado pela desumanidade dos responsáveis pelas normas de produção na fábrica: capatazes ou administradores de pessoal funcionavam como os antigos “capitães do mato”.

A marcha acelerada da industrialização brasileira havia outorgado ao Brasil o título de campeão mundial de acidentes do trabalho no pós-guerra. Com justa razão, os sindicatos desconfiavam do ocultamento de muitos acidentes e mesmo de mortes nos locais de trabalho. O combate aos acidentes começava, portanto, com a publicidade dos casos. Na edição de abril-maio-junho de 1958, *O Metalúrgico* garantia terem ocorrido 24 mortes por acidentes de trabalho em São Paulo no primeiro semestre daquele ano, com base em pesquisa realizada nos jornais. Como se sabia que muitos acidentes não eram divulgados, a estimativa “na opinião de pessoa abalisadas” era de que chegavam a ocorrer dois acidentes por dia na cidade.⁷⁰

Em uma assembléia têxtil de julho de 1954, o assunto foi tratado por Antônio Chamorro de forma emotiva: o operário Abjar Ferreira da Silva sofreu um acidente funesto na Rayon Matarazzo e a notícia teria sido escondida pela imprensa, só vindo a aparecer no jornal *Notícias de Hoje*: “O sr. Matarazzo, esse ladrão e assassino, escraviza os seus operários, levando-os à morte. Jornal nenhum publicou a morte desse operário, a não ser *Notícias de Hoje*, o jornal da classe operária”. Fez-se, então, um minuto de silêncio em homenagem ao operário. Em seguida Chamorro voltou à carga: “Nenhum operário tem o direito à notícia de sua morte, se fosse um cachorro ou um gato de gente rica, então teriam noticiado”.⁷¹

Nessas condições produziavam-se desconfianças e surgiam lendas sobre desaparecimento de pessoas, como podemos constatar no depoimento do sr. Miguel Terribas, operário da Siderúrgica Aliperti por 42 anos:

Ah, naquela época, antes da laminação que nós falávamos laminação nova, quando era laminação antiga, nos tempos dos pacotes, tinha muito acidente, porque não era coberto...e tem um sujeito lá que passou entre o engate de um cilindro e outro, como eles chamam lá aquele lugar, teve um que passou e saiu triturado. Dizem, dizem, ninguém pode confirmar, que sumiu um camarada lá, eles achavam que caiu dentro da caçamba de aço líquido, sumiu, não se pode dizer que caiu ou que não caiu. E teve uns acidentes meio bravos lá, teve um camarada que caiu dentro do alto-forno e morreu intoxicado de gás.

⁷⁰ “Vidas que se perderam”, *O Metalúrgico*, abr./maio/jun. 1958, p. 6.

⁷¹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 419.

As precárias condições de segurança no trabalho talvez tenham sido um dos fatores importantes para a construção de uma imagem pública negativa dos empresários até o começo dos anos 1960, frequentemente denunciados na imprensa – sindical ou não – como escravistas, tubarões, nazistas, exploradores.⁷²

Em março de 1951, o jornal do sindicato estimulava as denúncias, mas também pedia cautela:

No estabelecimento em que você trabalha o pagamento é feito com atraso?
 Há falta de higiene nas dependências sanitárias?
 Há falta de iluminação?
 Há perigo nas chaves elétricas não protegidas?
 A sua alimentação é esquentada em latas velhas e enferrujadas, com água suja?
 Sim?
 Então reclame...Mas reclame ajuizadamente, vindo ao Sindicato, fazendo a queixa prudente e cautelosa, como faz um consciente trabalhador metalúrgico.⁷³

Em setembro de 1956, o Sindicato dos Metalúrgicos tentou dar uma resposta mais organizada ao “grande número de reclamações que temos recebido em nosso sindicato sobre a higiene do trabalho e o registro em nosso Departamento Médico de uma infinidade de doenças profissionais”: convocou, para os dias 15 e 16, uma *Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos sobre a Prevenção de Acidentes*, com o objetivo de pressionar as autoridades a cumprirem a Portaria 175 que regulamentava as CIPAS, geralmente monopolizadas pelos representantes patronais.⁷⁴

A *Conferência*, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, talvez tenha sido preparatória para a participação no *II Congresso Nacional das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho*. Este evento realizou-se pouco depois, em novembro de 1956, em Niterói, patrocinado pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho, com o seguinte temário: “I – Meios e métodos educacionais que as

⁷² Referindo-se aos anos 20, observa Warren Dean: “Os industriais se viram, em várias ocasiões, acusados pela imprensa, de usura, trapaça no jogo, participações em negócios reservados por lei aos nacionais, exploração de concessões do governo para introduzir contrabandos, calote no pagamento de dividendos a acionistas e mendicância de fórmulas a laboratórios de análises do governo”. Cf.: DEAN, W., *A industrialização de São Paulo*, p.

⁷³ “Metalúrgico”, *O Metalúrgico*, N° 94, fev./mar 1951, p. 13.

⁷⁴ *O Metalúrgico*, N° 155, ago. 1956, p. 2.

Comissões Internas devem utilizar visando a prevenção de acidentes; II – Primeiros socorros às vítimas de acidentes; III – Acidentes devidos a eletricidade e por irradiação ionizante”.⁷⁵ A participação em eventos como este, promovido pelo Ministério do Trabalho, talvez fornecesse aos sindicatos armas para lutar contra algumas das causas dos acidentes, mas parece também ter suscitado, discussões - ideológicas de certa forma - sobre quem era responsável pelos mesmos. As estatísticas oficiais, ou alguma interpretação delas, pareciam sugerir que os acidentes eram, em 80% dos casos, resultado da falta de atenção do próprio operário. Uma visão “patronal” sobre o assunto já fora veiculada no jornal dos metalúrgicos em fevereiro de 1950, quando se afirmava: “Os infortúnios do trabalho – quer a doença, quer o acidente – têm, destarte, no próprio homem um dos seus principais fatores, os quais, ligados diretamente à natureza do trabalho, dão anualmente um forte ‘déficit’ à economia do país”.⁷⁶

Algumas grandes empresas, como a Villares, parecem ter observado com mais rigor as normas de segurança, fornecendo uniformes, equipamentos, mantendo enfermaria e ambulatório e permitindo um mais efetivo trabalho da CIPA. Segundo o sr. Durval Gomes, funcionário da Villares-Atlas:

Tinha CIPA, a CIPA era rigorosa, isso eu me lembro, ninguém descia na área industrial sem uma coisa de segurança e os operários lá de certos setores usavam óculos de segurança para todo mundo, era obrigatório, o cara que trabalhavam torneiro mecânico, pintor, o diabo a quatro, óculos de segurança, bem como protetor de ouvido também.⁷⁷

Os sindicatos parecem ter valorizado as CIPAS como parte de um estratagema mais amplo para forçar os empresários a cumprirem as leis. No Primeiro de Maio de 1953, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Remo Forli, entregara a Getúlio Vargas, em Volta Redonda, extenso memorial em que era reivindicado do Governo Federal, entre outras coisas, a indicação ao governo de São Paulo da necessidade de criar mais duas Varas de Acidentes de Trabalho, pois a única que havia já não respondia à procura.⁷⁸ O caminho judicial era, também, valorizado como forma de punir empresários responsáveis por

⁷⁵ “II Congresso Nacional das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho”, *O Metalúrgico*, Nº158, nov. 1956, p. 8

⁷⁶ “Causas diretas de infortúnios do trabalho”, *O Metalúrgico*, Nº85, fev. 1950, p. 5.

⁷⁷ O sr. Osmar Gotardi, ex-funcionário da Villares, também informou: “Quando a gente encontrava alguma coisa que não estava certa, a gente chamava o chefe da CIPA, conversava e chamava o chefe da seção onde estava o problema, conversava e dava um jeito de arrumar o que estava errado, era assim que funcionava”.

⁷⁸ “Reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos”, *O Metalúrgico*, Nº 120, maio 1953, p. 9

acidentes graves, como o que ocorrera com uma operária de 14 anos que perdera os dedos de uma mão na máquina de fazer espátulas. O sócio que autorizara a moça a operar o equipamento foi condenado à detenção conforme o artigo 132 do Código Penal. Conclui o jornal *O Metalúrgico*: “Age realmente sem escrúpulo, com desleixo e completo desrespeito às leis trabalhistas aquele que permite que sua operária, menor de idade e inexperiente, lide com maquinaria eminentemente perigosa, passível de ocasionar grave acidente”.⁷⁹

Os trabalhos das CIPAS eram aproveitados, também, como fonte de ensinamentos para os próprios operários no que se referia à segurança no trabalho. Assim, na edição de julho de 1954, *O Metalúrgico* divulgava trabalho apresentado à *VII Convenção dos Presidentes das CIPAS* sobre o uso de máquinas de furar.⁸⁰

Na indústria têxtil, um dos acidentes mais freqüentes ocorria quando as lançadeiras se soltavam. Segundo Maria Sallas:

Havia acidentes, claro que havia acidentes, havia muitos acidentes, porque se uma lançadeira, que é o que leva o fio pra lá e pra cá – hoje nem se usa lançadeira, quase não se usa, hoje é um jato de vento que leva e trás – (...) então se ela solta, por qualquer coisa arrebenta o fio e solta qualquer coisa, pode ir na cabeça, uma teve nos pés, atingiu o calcanhar, arrebentou com o pé, então são muitos, tem muitos problemas, muitos problemas mesmo e tem que enxergar bem (...) era fio muito fino, tem que enxergar muito bem.

Portanto, a luta contra os acidentes no trabalho poderia dar-se no âmbito da empresa, recorrendo-se às CIPAS, quando existiam e atuavam, ou à formação de comissões para negociar itens referentes à segurança. Caso as negociações internas não surtissem efeito, poder-se-ia procurar a grande imprensa – o *Última Hora*, por exemplo -, a imprensa operária – *Notícias de Hoje* – ou o sindicato. A publicação de denúncias talvez intimidasse os patrões ou chefes em alguns casos, permitindo o encaminhamento de soluções – como podemos deduzir pelo impacto de reportagens mais contundentes como aquela sobre as “dez mais relaxadas”. Eventos como o Congresso das CIPAS ou a Conferência sobre prevenção de acidentes certamente difundiam informações sobre cuidados a serem tomados

⁷⁹ “Perigo para a saúde de outrem”, *O Metalúrgico*, Nº 161, fev. 1957, p. 7

⁸⁰ “Prevenção de acidentes do trabalho nas oficinas mecânicas – Trabalho organizado e apresentado à VII Convenção dos presidentes das CIPAS”, *O Metalúrgico*, Nº 122, jul 1953, p. 10. Em setembro era publicado outro trabalho apresentado à mesma Convenção sobre prevenção de acidentes com “tornos e máquinas automáticas para fabricar parafusos”. “Prevenção de acidentes do trabalho nas oficinas mecânicas – Trabalho organizado e apresentado à VII Convenção dos Presidentes das CIPAS”, *O Metalúrgico*, Nº 123, set. 1953, p. 4

no processo de trabalho como também sobre formas de lutar pela observância de medidas de segurança. Quando as partes – patrões e empregados – não chegavam a um acordo, podiam ocorrer paralisações do trabalho ou tentativas de acionar a fiscalização da DRT, o que esbarrava em grandes dificuldades.

Em dezembro de 1950, na coluna *Opinião Alheia*, Nortur dava seu testemunho sobre a eficácia da fiscalização: nos dez anos em que trabalhava nas indústrias de São Paulo, tendo passado por 6 empresas de grande porte e duas pequenas, nunca observara presença eficiente da DRT:

Dos meus superiores sempre ouvi essas palavras: “Os fiscais do Departamento a semana passada estiveram aqui, isto é, no escritório, batendo um confortável papo, tomando um café, discutindo futebol ou política”. De meu mestre ouvi isto: “Os tais estão aí, mas jogo com quem quiser que não descerão aqui, para ver em que condições estão os mictórios e privadas”. E foi dito e feito.

Que vão, vão, mas que fiscalizam é mentira, pura, grossa e lavada.⁸¹

Assim, uma luta permanente travou-se pelo exercício de efetiva fiscalização do Estado sobre as condições de trabalho e segurança dentro das indústrias. Além da inoperância de alguns fiscais, como denunciado nas linhas acima, outras dificuldades se apresentavam: eram 15 mil indústrias na cidade de São Paulo, tornando difícil a fiscalização e mesmo a investigação das causas dos acidentes e formas de prevenção. Eram poucos os profissionais especializados em engenharia sanitária e higiene industrial, denunciava o Sindicato dos Metalúrgicos.⁸² O Sindicato dos Têxteis, por sua vez, reivindicava junto ao Ministério do Trabalho um incremento no número de Inspetores do Trabalho no estado de São Paulo.⁸³ Em 1961 a DRT contava com apenas 120 inspetores em todo o Estado.⁸⁴ Mesmo quando a fiscalização era exercida e as multas lavradas, outro obstáculo antepunha-se: o valor das penas era irrisório, estimulando os patrões a persistirem nas fraudes. Segundo reportagem do *Última Hora* de agosto de 1961, o Serviço de Fiscalização da DRT havia feito cerca de 50 mil autuações às indústrias de São Paulo por infração das leis trabalhistas (sem esclarecer em que período). Faltavam registros de

⁸¹ NORTUR, “Opinião alheia”, *O Metalúrgico*, N^o 92, dez. 1950, p. 6

⁸² CORRÊA, P., “Técnicos em higiene industrial”, *O Metalúrgico*, N^o 110, jul 1952, p. 4.

⁸³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 dez 1955, 155 – verso.

⁸⁴ ANTÔNIO, P. “Multas irrisórias transformam as leis trabalhistas em letra morta”, *Última Hora*, N^o 2.869, 4 ago. 1961, 1^o caderno, p. 4. Coluna Cidade Aflita.

empregados, o pagamento do salário mínimo não era respeitado, não era feito pagamento de seguro por risco de vida ou acidentes do trabalho, as jornadas eram excessivas e menores eram explorados. Estas eram as infrações mais comuns, sendo as indústrias têxteis identificadas como as mais recalcitrantes. Entretanto: “Quando a DRT lhes aplica multas, comprazem-se em pagá-las, eis que de valor irrisório e continuam a explorar seus empregados”.⁸⁵ É preciso destacar que a regulação do trabalho promovida pela CLT definia direitos e controles, mas sem a organização operária e as lutas, o conjunto dos patrões continuavam a se comportar como se a lei não existisse.

As pressões dos sindicatos de trabalhadores sobre a burocracia do Ministério do Trabalho parece ter surtido efeito em dois sentidos:

- a) obrigar os agentes do poder público a um compromisso mais efetivo com a fiscalização;
- b) conquistar espaço para a participação de representantes sindicais nas ações fiscalizadoras.

Podemos constatar o primeiro tipo de resultado em matéria publicada no jornal dos metalúrgicos em abril de 1952, segundo a qual o Diretor da Divisão de Fiscalização do Ministério do Trabalho declarava-se em “estado de inquérito administrativo permanente”. Isto significava que receberia em seu gabinete “qualquer reclamação ou denúncia presente, pretérita ou futura, pois é propósito do governo elevar os padrões na fiscalização das leis trabalhistas, moralizando-as, tornando-as mais eficientes e tanto quanto possível educativas”.⁸⁶ Outra forma de pressão deste mesmo tipo foi exercida por decisão de uma assembléia têxtil, realizada em dezembro de 1955, quando se resolveu enviar ofício ao Ministro do Trabalho, Nelson Omegna, solicitando a elevação do número de inspetores do trabalho no estado de São Paulo.⁸⁷

Quanto à participação dos sindicatos nas ações fiscalizadoras, encontramos referências ao assunto desde 1953,⁸⁸ quando a Delegacia Regional do Trabalho (DRT)

⁸⁵ Ibid..

⁸⁶ “Recomenda rigor na fiscalização das leis trabalhistas”, *O Metalúrgico*, Nº 107, abr. 1952, p. 10.

⁸⁷ Ata da assembléia geral extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 dez. 1955, p. 155 – verso.

⁸⁸ Cabe observar que, em agosto de 1953, era noticiada a posse de Mário Pimenta da Veiga, novo Delegado da DRT, substituindo Enio Lepage, cuja exoneração fora uma exigência apresentada pelos sindicatos a Vargas nas audiências ocorridas em Volta Redonda por ocasião das comemorações do 1º de Maio. Os sindicatos sentiam-se fortes, recém saídos da vitoriosa Greve dos 300 Mil. O novo delegado permaneceu no cargo até

coordenou a formação de comandos de fiscalização mistos, integrados por inspetores do trabalho, um representante do sindicato dos trabalhadores e outro do sindicato patronal para atuar na capital e interior. “A medida visa criar um clima de compreensão capaz de propiciar um perfeito entendimento na defesa dos diversos interesses em jogo, harmonizando pontos de vista da fiscalização, do trabalhador e do empregador”, explicava o jornal dos metalúrgicos, num espírito de construção da “paz social”.⁸⁹ A medida, aparentemente, começou a ser preparada em reunião do Delegado da DRT, Mario Pimenta de Moura com presidentes e diretores de mais de dezesseis sindicatos – inclusive metalúrgicos e têxteis – em agosto de 1953. Na ocasião Remo Forli pediu a inclusão dos profissionais do IAPI na fiscalização, pois a burla mais comum era a falta de registro do trabalhador. Outro sindicalista pediu a “participação do sexo feminino nos ‘comandos de fiscalização’, em face da falta de cumprimento das determinações da CLT no que diz respeito às mulheres”. O representante do Sindicato dos Padeiros denunciou que os próprios trabalhadores contribuíam com as fraudes, aceitando trabalhar sem registro. Todos concordaram que os trabalhadores contribuiriam com a fiscalização desde que “exercida de maneira continuada e não abandonada ou eventual, como sucede no momento”.⁹⁰ Entretanto a noção do que significava “paz social” para os empresários era bem diferente e essa medida foi recusada em nome da manutenção da “disciplina fabril” e da própria “harmonia entre capital e trabalho”.⁹¹

Em julho de 1954, *O Metalúrgico* informava sobre a elaboração, no Ministério do Trabalho, de anteprojeto de lei permitindo que os presidentes de sindicatos fiscalizassem o cumprimento das leis do trabalho, com as mesmas regalias dos fiscais da DRT.⁹² Em novembro de 1963, portanto nove anos depois, o Ministro do Trabalho, Amauri Silva, prometia atender “antiga e justa reivindicação dos líderes sindicais” e, finalmente, apresentar um anteprojeto, elaborado pelo Ministério, permitindo a participação dos

1957, quando foi exonerado por ter, segundo noticiou-se à época, manifestado-se por escrito pela legalidade da “Greve dos 400 mil”.

⁸⁹ “Comandos de fiscalização das leis do trabalho”, *O Metalúrgico*, Nº 125, out. 1953, p. 5.

⁹⁰ “Irregularidades na fiscalização das leis do trabalho”, *O Metalúrgico*, Nº 123, ago. 1953, p. 10.

⁹¹ COLISTETE, R., Op. cit., p. 98

⁹² “Fiscais do trabalho e presidentes de sindicato”, *O Metalúrgico*, Nº 133, jul. 1954, p. 4.

sindicatos na fiscalização da obediência às leis do trabalho. Veio o golpe civil-militar e este projeto ficou entre as muitas perdas experimentadas com o fim do período democrático.⁹³

3.3. Luta de mulheres e jovens

Nesse processo de lutas, coube às mulheres denunciar as desigualdades nas relações de trabalho e as medidas necessárias à proteção feminina em locais, horários e trabalhos inadequados às condições físicas da mulher. Desde os anos 1920 a questão do respeito à mulher no trabalho era tema de debate nos meios sindicais como nos intelectuais.

Como vimos no Capítulo 1, a participação das mulheres na composição da força de trabalho industrial em São Paulo cresceu significativamente no decorrer da Segunda Guerra, reduzindo-se um pouco nos anos 1950. Esta expansão apresentava novas questões relacionadas às condições e relações de trabalho. Problemas como creches, amamentação, formação profissional, atribuição de tarefas, hierarquias salariais, participação feminina nos sindicatos, desafiavam o empresariado e o movimento sindical de modo diferente. Para este último tratava-se de “descobrir” a questão feminina, elaborá-la de alguma forma e apresentar respostas às demandas daquelas que, na divisão sexual do trabalho, saíam perdendo.

Entretanto, os sindicatos constituíam-se como espaço masculino e a abertura à participação das mulheres mostrou-se parcial e contraditória.⁹⁴ Esta contradição parece manifestar-se, alegoricamente, na figura da “rainha dos trabalhadores”, concurso extremamente valorizado no período (ver Capítulo 7). A rainha, como lembra Lobato, sintetizava os atributos da beleza e do trabalho, vistos, até então, como incompatíveis.⁹⁵ Assim, de certa forma, operou o movimento sindical com chamados à participação das mulheres, mas deixando-as praticamente excluídas na composição das diretorias dos sindicatos⁹⁶; realizou congressos e conferências específicos de mulheres, mas destinando sua participação aos “Departamentos Femininos” dos sindicatos, onde era ensinado corte e

⁹³ “Ministério propõe revisão salarial cada 3 meses”, *Última Hora*, Nº 3.565, 2 nov. 1963, p. 1

⁹⁴ Márcia Mendes de Almeida observa que, no Sindicato dos Têxteis, apesar da ampla prevalência de mulheres na composição da força de trabalho, “o Sindicato dos Têxteis era um Sindicato de e para homens, que aceitava mulheres como associadas”. Cf.: ALMEIDA, M.M., *O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: História (1933-1957)*, p. 70.

⁹⁵ LOBATO, Z. “Manifestaciones y rituales bajo el peronismo/Las reinas del trabajo”, *La Marcha – Los muchacho peronistas* Nº2, p. 19

⁹⁶ No período estudado (1950-1964) apenas uma mulher, Olinda Marcília Jardim, da Estamparia Caravelas, ocupou cargo secundário em diretorias metalúrgicas. Nos têxteis houve uma participação feminina um pouco maior, mas quase sempre em cargos secundários: suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal.

costura, decoração de bolos, bordados, noções de puericultura, arranjos florais e – também – como lutar pela legislação trabalhista. A contradição de entidades controladas por homens representarem a luta da mulher trabalhadora contra as desigualdades revela-se bem no fato da coluna *Só para mulheres*, mantida em *O Metalúrgico*, ser assinada pelo vice-presidente, José de Araújo Plácido.

Os chamados à participação feminina nas assembleias sindicais foram muitos, apresentados em muitas ocasiões por mulheres sindicalistas, como Maria Sallas na assembleia têxtil de 21 de abril de 1953,⁹⁷ ou Olívia Maciel de Souza na assembleia metalúrgica de 21 de abril de 1954.⁹⁸ Em 1961, um artigo de Maria Ribas do Rio, publicado em *O Metalúrgico* assinalava a “eterna ausência” das metalúrgicas nas assembleia e no Sindicato.⁹⁹ De fato, o sindicato parece não ter sido um espaço de participação muito apreciado pela maioria das mulheres. Joel Wolfe lembra que as comissões de fábrica organizadas e controladas por mulheres eram preferidas, mesmo porque ali era possível, discutir assuntos poucos freqüentes nas assembleias sindicais, como o assédio sexual de mestres e contra-mestres.¹⁰⁰ É provável que o movimento contra a carestia tenha canalizado melhor do que qualquer outro a participação política feminina no período, decorrendo disto, também, sua importância.

Cabe lembrar a significativa atuação do Partido Comunista na promoção da participação feminina na vida sindical e política, embora alocando-a, preferencialmente em campanhas contra a carestia e contra a guerra.¹⁰¹

Apesar de ser o Sindicato uma entidade enraizada na sociedade patriarcal,¹⁰² talvez pelo fato de, idealmente, representar a força de trabalho como um todo na luta contra as conseqüências do regime salarial e – até certo ponto - da organização capitalista da produção, e por ser uma referência para a mobilização operária e popular em geral, ele tenha sido, também, um espaço para a elaboração e organização de demandas e lutas

⁹⁷ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 159

⁹⁸ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 maio 1953, p. 98 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 21 abril 1954, p. 122.

⁹⁹ RIO, M.R., “A mulher metalúrgica”, *O Metalúrgico*, out./nov. 1961, p. 4

¹⁰⁰ WOLFE, J. Op. cit., p.31

¹⁰¹ PENA, M.V.J., *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, p. 209, 211.

¹⁰² A discussão sobre a sociedade patriarcal é desenvolvida em alguns dos artigos constantes em: BULPORT, A.B. et al., *O sexo do trabalho*.

femininas específicas. Neste sentido, é digno de nota a quantidade de conferências e encontros de mulheres organizados pelos sindicatos no período.

De todas essas conferências, a melhor documentada é a *I Conferência das Mulheres do Setor Metalúrgico*, realizada nos dias 28 e 29 de abril de 1956, com resultados bastante positivos a julgar pelas resoluções tomadas, específicas e representativas de necessidades decorrentes da condição da mulher trabalhadora. Segundo *O Metalúrgico*, “Foram se sucedendo na tribuna diversas mulheres, cada uma apresentando as suas reivindicações denunciando inclusive as arbitrariedades cometidas nas firmas(...)”. O principal alvo foi a Estamparia Caravelas S/A, que descumpria “todos os dispositivos da Lei. Uma extensa pauta de reivindicações específicas de mulheres foi elaborada, postulando, entre outras coisas, o cumprimento do artigo 461 da CLT que garante salário igual para trabalho igual sem distinção de sexo, a obrigatoriedade de que todas as fábricas com mais de 100 trabalhadoras mantivessem creche, o aumento dos períodos de amamentação previstos na CLT de meia para 1 hora por período, o cumprimento do artigo 396 da mesma Lei, segundo o qual os períodos de amamentação deveriam coincidir com o horário do almoço. As resoluções indicavam, ainda, a necessidade de oficiar ao Ministério do Trabalho, à DRT e à Comissão de Legislação Social da Câmara Federal a fim de que fosse reconhecido como direito das mulheres três faltas consecutivas por mês, sem desconto do salário e sem necessidade de apresentação de atestado médico. Reivindicava-se, ainda, a extensão dos direitos assegurados na CLT às empregadas domésticas, a instalação de posto médico em cada bairro, com visitadoras, educadoras e higienistas que dessem assistência efetiva às mulheres trabalhadoras e seus filhos, a fiscalização por parte da DRT, das empresas que não contratavam mulheres casadas ou impediam que suas funcionárias se casassem – como, por exemplo, a Phillips, que não aceitava mulheres casadas e as que se casavam depois de contratadas eram demitidas se engravidassem. Várias propostas visando à ampliação da participação feminina nos sindicatos e outras entidades ou instituições relacionadas aos interesses das trabalhadoras e trabalhadores foram, também, aprovadas: recomendação a todos os sindicatos e associações operárias para que criassem departamentos femininos; solicitação ao Ministério do Trabalho para inclusão de uma representante da mulher trabalhadora nas comissões do salário mínimo; orientação para que, nas próximas eleições, sindicais fossem incluídas mulheres nas chapas das diretorias, conselhos fiscais de demais

órgãos dirigentes dos sindicatos; recomendação a sindicatos, associações e outras organizações para que, em suas eleições ou na escolha de delegados para reuniões, obedecessem “à proporção de trabalhadoras nas empresas e, onde a maioria for de mulheres, seja eleita ou nomeada também maioria de mulheres”.¹⁰³ Tratava-se de uma sólida plataforma para a luta feminina.. A eficácia da luta sindical na conquista destes itens, porém, não foi grande. Mesmo a ampliação da participação feminina na vida sindical parece ter permanecido somente no plano das proposições.¹⁰⁴

Outro campo aberto na luta sindical foi o da juventude, que, desprovida do direito à formação profissional, foi inserida no processo produtivo ainda em idade muito tenra (oito ou nove anos) durante a República Velha e ante dos 14 anos, com autorização judicial, no período pós Segunda Guerra.

No começo dos anos de 1950, os jovens das classes populares tiveram que lutar, assim como as mulheres, para abrir espaços em sindicatos controlados por homens adultos. Em uma reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis, realizada a 28 de dezembro de 1952, o presidente Nelson Rusticci informou ter sido procurado por uma comissão de jovens têxteis que pedia autorização para reunir-se na sede do Departamento Esportivo “para tratar de diversos problemas referentes a proteção e defesa de seus direitos”. Desconfiada, talvez, com o inusitado da proposta e não confiando – quem sabe – na responsabilidade dos proponentes do pedido a diretoria, cautelosamente, deliberou que “uma vez por semana, a título de experiência”, a sede seria cedida, mas reservava para si “o direito de abolir aquelas reuniões quando julgasse conveniente”.

Na assembléia geral têxtil de 14 de março de 1954, foi formada uma comissão de jovens para lutar pela meia entrada nos cinemas e outros divertimentos, por sugestão de Nelson Rusticci. Dela participaram Maria Zenobe R. da Silva, Maria Gazone, Verônica

¹⁰³ “Resoluções da 1ª Conferência das Mulheres Trabalhadoras”, *O Metalúrgico*, Nº 152, maio 1956, p.2

¹⁰⁴ Também devem ser lembradas: a 1ª Conferência Nacional de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1952. Cf.: COLISTETE, R., Op. cit., p.114,115; a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora, realizada no Rio de Janeiro de 18 a 20 de maio de 1956, Cf.: *Notícias de Hoje* 12/2/1956 – Dossiê DOPS 50-J-104 p. 702 a Conferência Estadual da Mulher Trabalhadora, realizada em São Paulo a 29 de abril de 1956; a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora, realizada a 27 e 28 de abril de 1963, Cf.: “Bossa nova sindical: líderes femininas em conferência nacional”, *Última Hora*, Nº 3.336, 7 fev. 1963, 2ª edição, p. 2.

Calundi e João Luncuf, apontando o predomínio de pessoas do sexo feminino entre trabalhadores menores de idade.¹⁰⁵

Em janeiro de 1954, o metalúrgico Luiz Vergatti também propôs, numa assembléia, a formação de uma Comissão para estudar, juntamente com a Diretoria, formas de reduzir em 50% o preço da entrada em todos os lugares de divertimentos para menores de idade.¹⁰⁶ Na assembléia de 7 de fevereiro foi eleita uma comissão de sete jovens para fazer o trabalho.¹⁰⁷ No dia 19 daquele mês, a comissão reuniu-se no Sindicato com a seguinte ordem do dia: discutir sobre o salário mínimo, congelamento de preços, redução de 50% nas entradas dos cinemas, praças de esportes e centros recreativos, preparar um Festival em homenagem a greve dos 300 Mil e organizar a comemoração do Primeiro de Maio.¹⁰⁸ No dia 23, ainda em fevereiro, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Remo Forli, leu em reunião de diretoria uma carta da *Juventude Metalúrgica* pedindo apoio para a realização de um torneio. Decidiu-se, antes de mais nada, realizar uma reunião com os representantes da *Juventude* a fim de esclarecer o assunto.¹⁰⁹

O mesmo Luiz Vergatti que lançou em janeiro a campanha pela meia entrada, ocupava as páginas de *O Metalúrgico* em abril para, em uma abordagem minuciosa, voltar à questão dos trabalhadores menores de idade. Reiterava a necessidade de trazê-los para a luta pois “à medida em que os jovens participem da vida sindical, através de comissões de empresa e do Sindicato e sejam sindicalizados, melhor será para a conquista das reivindicações de todos os trabalhadores”. Vergatti apresentou, então, um projeto de mobilização da juventude operária: o sindicato deveria ter “uma vida esportiva, recreativa e cultural, dando assim aos jovens a possibilidade de desenvolver o esporte e a cultura dentro do sindicato”. Assinalou, ainda, que transformações do espaço urbano prejudicavam a prática de esportes: “Centenas de Clubes Varzeanos foram despejados dos seus campos, culpa exclusiva do Prefeito Jânio Quadros, em ação anti-esportiva”.¹¹⁰ O artigo concluía

¹⁰⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, p. 91.

¹⁰⁶ Ata da assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, p. 115 – verso.

¹⁰⁷ VERGATTI, L. “Os trabalhadores menores também lutam”, *O Metalúrgico*, Nº 130, abr. 1954, p. 4

¹⁰⁸ *Notícia de Hoje*, Nº 626, p. 2

¹⁰⁹ Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 23 fev. 1954.

¹¹⁰ Este fenômeno de reordenamento dos rios Tietê e Pinheiros dirigido pelo Engenheiro Billings foi estudado por Odette Carvalho de Lima Seabra, apontando tanto a perda do direito à cidade como à sociabilidade e ao lazer, fatos que contribuíram para o isolamento das periferias em relação às demandas nos espaços de trabalho. Cf.: SEABRA, O.C.L., *Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na Cidade de São Paulo*.

com mais propostas de arregimentação da juventude: “Devemos realizar grandes mesas redondas com os jovens de todas as organizações juvenis, esportivas, estudantis, recreativas e religiosas. Confiamos em nossas forças que a vitória será dos trabalhadores, como o exemplo recente, que foi a greve de abril de 1953”.¹¹¹

A mobilização juvenil prosseguiu e, em um domingo de maio, realizou-se, no Teatro Colombo, no Largo da Concórdia, a *Festa dos 50%*, promovida pela *Comissão de Jovens Metalúrgicos* em colaboração com a *Comissão Coordenadora* da “campanha pela redução de 50% nos ingressos de cinemas, teatros e praças de esportes para menores de 18 anos e estudantes e pelo congelamento de preços dos ingressos” da qual faziam parte vários sindicatos, a Federação da Juventude Paulista, estudantes universitários e secundários, organizações esportivas e recreativas.¹¹² Em julho foi realizado um torneio de futebol interfábricas de jovens, como parte da campanha pela meia-entrada, com a participação do Sindicato dos Têxteis.¹¹³

A questão da meia-entrada não era tratada isoladamente. Novamente Luiz Vergatti protestara, em assembléia geral metalúrgica realizada em 5 de outubro de 1952, contra a lei que impedia os menores de idade votarem em assembléias do Sindicato e propusera a formação de uma comissão “para melhor defender os direitos dos menores”.¹¹⁴ De fato, a exclusão do jovem do contingente de votantes debilitava a coesão da classe e, provavelmente, enfraquecia a capacidade de defesa dos menores de idade contra a super-exploração de sua força de trabalho.

Essas questões podem ser vislumbradas pelo debate travado na assembléia metalúrgica de 25 de janeiro de 1953, quando já se organizava campanha salarial que iria gerar a Greve dos 300 Mil. O plenário resolveu reivindicar por um valor único de reajuste para todos: Cr\$ 800,00, deixando de lado os índices percentuais que gerariam muitas distorções. O metalúrgico José Maia Ribeiro defendeu que se lutasse para que o aumento fosse, também, aplicado aos salários dos jovens. O presidente do Sindicato, Joaquim

¹¹¹ VERGATTI, L. Op. cit., p. 4.

¹¹² Dossiê DOPS 50-B-264

¹¹³ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 30 jul. 1954, p. 29.

¹¹⁴ Ata Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 5 out. 1952, p. 36.

Ferreira, propôs que para eles o reajuste fosse de Cr\$ 400,00, ao passo que Luiz Ferreira Martins e Luciano Ramalho defenderam o reajuste de Cr\$ 800,00.¹¹⁵

A assembléia metalúrgica de 13 de outubro de 1957, que aprovou o início da Greve dos 400 Mil, resolveu lutar pelo pagamento do salário mínimo integral para menores de idade, reivindicação também constante das resoluções da 1ª. Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, realizada em fevereiro de 1956.¹¹⁶ A ineficácia de muitas dessas mobilizações transparece no protesto de Aldo Lombardi que, em reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos em março de 1959, afirmava, segundo a Ata: “que o Sindicato nunca fez um movimento para a proteção dos menores que trabalham, o que devemos fazer a partir de agora, e pediu autorização para apresentar um trabalho nesse sentido”

Assim, características da sociedade patriarcal, dispositivos legais, condições do mercado de trabalho e práticas de superexploração do patronato contribuíam para delinear a questão social dos jovens trabalhadores. Os sindicatos esporadicamente deram ouvidos aos jovens, mas avaliações pessimistas, como a apresentada por Lombardi em 1959, sugerem que os resultados podem ter sido fracos.

3.4. Luta contra o despotismo patronal

As lutas travadas cotidianamente no chão da fábrica também se voltavam contra o despotismo patronal e seus agentes mais diretos: os mestres e contramestres. A insistência com que o regime reinante dentro das fábricas era qualificado como “escravagista” tanto em jornais sindicais como em depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras e mesmo na literatura especializada, chama nossa atenção. Formou-se uma convicção entre os trabalhadores de que, antes da “era Vargas”, vigorava um regime escravista nas fábricas, abolido pela legislação trabalhista. A violação desta legislação era percebida como uma tentativa de retorno aos velhos padrões. Vera Maria Cândido Pereira conclui, com base em entrevistas com operários de uma indústria têxtil do Rio de Janeiro, que

¹¹⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 25 jan. 1953, p. 78 – verso. Como sabemos, afinal os metalúrgicos se somaram à luta por 60% de reajuste, conquistado 32% com a greve. O índice, provavelmente, foi aplicado também aos salários dos menores de idade. O Acórdão referente aos têxteis não faz restrições aos jovens. Cf.: MOISÉS, J.A., *Greve de massa e crise política...*p. 155,

¹¹⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 13 out. 1957, p.120 – verso e “Importantes resoluções adotadas na Conferência Estadual de Trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 150, mar 1956, p. 7.

(...) “Antes de Getúlio” era um tempo de “escravidão” da classe trabalhadora, submetida inteiramente às arbitrariedades patronais. O advento dos “direitos” associados em princípio à legislação trabalhista, marcou a “libertação” da classe trabalhadora. Por isso, a legislação do trabalho também é classificada como a “Lei da Libertação” e um exemplar da *Consolidação das Leis do Trabalho* é nomeado como “livro dos direitos”.¹¹⁷

Esta percepção era estimulada pelo próprio Vargas, que, por exemplo, em maio de 1942, após a declaração de guerra contra o Eixo, dirigia-se aos trabalhadores para lembrá-los que não eram escravos, como as vítimas da ocupação nazista: a política trabalhista do Estado Novo tornara-os livres.¹¹⁸

Parece que a recepção deste discurso pelos trabalhadores somava-se à experiência do trato com um empresariado cuja mentalidade, de fato, fincava raízes remotas nos tempos em que escravos trabalhavam lado a lado com trabalhadores livres nas indústrias têxtil, gráfica, em estaleiros e muitas outras.¹¹⁹ Em 1963 José Albertino Rodrigues afirmava: “No período anterior a 1930, a concepção das classes dominantes com respeito aos problemas do trabalho não era muito diferente daquela que vigorava no período da escravidão”.¹²⁰ O autor acredita ter a herança da escravidão se mantido mais presente nos meios rurais, transmitindo-se aos centros urbanos pela migração, mas não menciona a existência de trabalho escravo nas próprias indústrias.¹²¹

O processo migratório do nordeste para São Paulo, nos anos 50, foi comparado por muitos, já à época, às “tristes histórias do tempo da escravatura”.¹²² Em abril de 1959, *O Metalúrgico* veiculava uma denúncia mais específica: nordestinos estavam sendo vendidos

¹¹⁷ PEREIRA, V.M.C., *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*, p. 221.

¹¹⁸ WOLFE, J. Op. cit., p. 96.

¹¹⁹ O recenseamento de 1872 informava a existência de 87,46% de trabalhadores livres, sendo o restante escravos, na indústria de São Paulo. Cf: RIBEIRO, M.A.R., Op. cit., p. 31. Marcelo Badaró Mattos analisa uma paralisação do trabalho sustentada por escravos no estaleiro e fundição da Ponta de Areia, de Mauá, em 1857, asseverando: “Sabemos, também que muitos outros estabelecimentos fabris de então empregavam grande quantidade de escravos...” Pondera, ainda, o autor: “Não é difícil imaginar um nível mais geral de contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravos e livres no processo de formação da classe, não apenas nas fábricas, mas numa cidade em que vários espaços de trabalho foram por muitas décadas compartilhados por trabalhadores escravizados e livres”. Cf.: MATTOS, M.B., “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”, In: MATTOS, M.B. (Org.), *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: grevs e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*, p. 12-13.

¹²⁰ RODRIGUES, J.A., “Estrutura sindical brasileira”, *Revista DIEESE*, Ano I, Nº 12, jan./fev. 1963, p. 3DIEESE, 25.

¹²¹ RODRIGUES, J.A., “Política salarial no Brasil”, *Boletim DIEESE*, Ano I, Nº 8, dez. 1960, p. 2..

¹²² FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina...*p. 14.

como escravos em cidades de Minas Gerais: Ituiutaba era a capital do tráfico e cerca de 70 caminhões chegavam todas as semanas. Os preços variavam de 2 a cinco mil cruzeiros.¹²³

A tecelã Anna Pasquini declarou, em depoimento à historiadora Vera Lúcia Vieira, referindo-se à situação do trabalhador no período de 1930 a 1950: “A gente tinha raiva, mas a gente era que nem escravo aquele tempo lá, era que nem escravo mesmo do patrão, viu? Porque eles regulavam tudo, controlavam tudo”.¹²⁴

Em um artigo de junho de 1954, intitulado sugestivamente *Lembraí-vos, senhores, dos escravos do Brasil*, o metalúrgico Luciano Ramalho evoca a luta dos negros e sua conquista da “igualdade de trato” e ameaça os tubarões, mostrando que o proletariado de então sabia lutar pela igualdade e contra os salários de fome.¹²⁵

A designação do regime reinante em algumas fábricas como “escravista” parece fazer parte da “teatralização” da opressão, condição para a exteriorização da revolta, como analisou José Sérgio Leite Lopes para o caso da Tecelagem Paulista¹²⁶. O discurso atingia, simultaneamente três sujeitos sociais: a própria classe trabalhadora, alertando para a violação dos limites aceitáveis na relação de exploração; os patrões, intimidando-os e, talvez, obrigando-os a mudar componentes de uma mentalidade de classe enraizada em um passado escravista; finalmente, atingia os agentes governamentais estimulando sua intervenção em dois terrenos. No terreno mais restrito das condições de trabalho e no terreno social mais amplo, como aliados contra os “tubarões”, sendo este um dos significados da aliança populista. A “teatralização” da revolta contra regimes “escravistas” nas fábricas possivelmente fez parte das condições que permitiram introduzir reformas nas condições de trabalho.

Outra designação atribuída ao regime fabril em algumas indústrias de São Paulo era a de “campo de concentração”. Em junho de 1961, a exploração de menores na Fundação Brasil S/A é assim denunciada: “É por demais chocante que exista firma ainda em regime de campos de concentração dentro de uma nação livre e democrática”.¹²⁷ A comparação

¹²³ LOMBARDI, A. “Saiba que...”, *O Metalúrgico*, N° 179, abril 1959, p. 4.

¹²⁴ VIEIRA, V.L. *O trabalhador brasileiro: um caso de política até 1950: representações sobre nos trabalhadores urbanos no período de 1930 a 50*, p. 31.

¹²⁵ VIEIRA, L.R., “Lembraí-vos, senhores, dos escravos do Brasil”, *O Metalúrgico* N° 132, Jun. 1954.

¹²⁶ LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 216.

¹²⁷ “Regime de exploração desumana na Fundação Brasil S/A”, *O Metalúrgico*, N° 200, jun. 1961, p. 2.

reaparece em denúncia contra a empresa Eletrolux que resolvera controlar o uso dos banheiros retirando as portas das privadas:

Pelo que se sabe nem em campos de concentração se adota semelhante coisa e a Companhia Eletrolux S/A se dá ao luxo de demonstrar que campo de concentração é ‘café pequeno’ diante dela, transformando seus operários em animais, obrigando-os a se submeterem a métodos bárbaros como este de ficar à vista de todos quando usam as privadas

A solução proposta começaria, segundo o artigo, com a formação de uma comissão e o contato com o Sindicato.¹²⁸

A metalúrgica Stella também é listada no rol das que recorriam a “métodos empregados em campos de concentração” pelo fato de adotar um sistema de marcar o nome e o número da chapa dos operários que tinham a necessidade de usar as instalações sanitárias.¹²⁹

A persistência da comparação é, mais uma vez, parte da dramatização das relações de exploração, de forma a legitimar as reivindicações operárias e intimidar os patrões e seus agentes. Motivações mais específicas podem ter entrado, também, em jogo. A primeira seria a recuperação de um discurso “anti-eixo” que fora usado, nos anos de guerra, por centenas de metalúrgicos contra seus patrões, denunciados como inimigos de Vargas e simpatizantes do Eixo. Segundo Wolfe, as denúncias geravam investigações sobre as atividades políticas dos patrões, mas também das condições de trabalho nas fábricas, significando uma reversão das ferramentas repressivas do Estado Novo contra os empresários.¹³⁰ É possível que a retomada da imigração estrangeira nos anos do pós-guerra tenha acirrado conflitos de nacionalidades, como sugere Adriano Duarte.¹³¹ Também é certo que alguns ou muitos desses imigrantes estrangeiros tenham vindo ocupar postos de chefia, acirrando ódios de classe misturados a componentes étnicos, como podemos verificar, por exemplo, nas denúncias contra o romeno Eide Strack - qualificado como “chefete” da *Máquinas Têxteis Santa Cecília* - acusado de tratar os subordinados como animais.¹³² Na outra ponta do problema, temos, em alguns casos, o contato de operários brasileiros com imigrantes que haviam, de fato, passado por campos de concentração, o que

¹²⁸ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 202, ago./set. 1961, p. 3.

¹²⁹ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 203, out./nov. 1961, p. 3.

¹³⁰ WOLFE, J., Op. cit., p. 117

¹³¹ DUARTE, A.L., Cidadania e exclusão, p. 172 e 173.

pode ter despertado a sensibilidade para a semelhança entre o regime fabril e o regime nazista. No caso da “greve da chapinha”, ocorrida na Elevadores Atlas em março de 1961, este foi um dos componentes emocionais da explosão.

Naquela empresa, a partir de 1º. de março - como parte de um processo mais abrangente de “racionalização” - entrou em vigor um novo sistema, obrigando os trabalhadores a portarem crachás de plásticos (as “chapinhas”) com nome, número, seção em que trabalhavam e fotografia. O procedimento foi mal recebido. A entrevista com Durval Gomes trouxe elementos esclarecedores tanto sobre a “greve da chapinha” como sobre as interfaces da experiência operária no Brasil no pós-guerra com a dos campos de concentração:

A “chapinha” era um crachá de plástico, com foto, nome, exatamente, a foto do camarada com o seu registro dentro da empresa, da seção, o número e foi um pandemônio aquilo. Porque não queríamos aceitar esse tipo de coisa, era uma imposição que a firma queria colocar, queria se organizar, e achávamos...o Sindicato interveio aí, e greve, fizeram greve por causa da tal “chapinha”, greve por vários dias, eu não me recordo mais...inclusive essa greve acho que originou até a demissão de um gerente aí de área de fábrica tal que quis impor isso (...) Parou tudo, até, eu não sei, a turma do escritório praticamente não aderiu tanto, mas a fábrica aderiu de cabo a rabo, uma adesão praticamente total (...) inclusive, Murilo, uma história dessa da “chapinha”, um senhor, ele era, acho que ele era holandês, um holandês mas de origem asiática, tinha a fisionomia assim meio asiática. Quando quiseram impor essa chapinha ele falou: “Durval, tô chateado cara, tô revoltado com isso”, ele me mostrou o braço dele, tinha uns números no braço dele. Ele se chamava sr. Guilherme. Eu falei: “O que é isso aí sr. Guilherme?”, “Isso aqui é serviço daqueles bandidos daqueles nazistas lá”. Acho que ele esteve em campo de concentração rapaz, o sr. Guilherme, ele era da área de engenharia industrial, muito boa pessoa, mas ele estava tão estarecido, tão chocado, tão humilhado, ele falou assim: “Durval, eu não suporto esse tipo de coisa, eu já tenho isso aqui, eu passei uma humilhação terrível, agora esses caras querem me botar uma chapinha, me identificar também, eu não aceito!”, ele estava revoltadíssimo, uma passagem que eu jamais esqueço, Murilo, sobre isso aí. (...)

Eu não sei se eu devo comentar uma coisa com você aí, mas...é fogo, mas nós tivemos dentro da empresa lá, depois eu vou comentar com você...existia um alemão, colocado acho que pela Diretoria da empresa, um alemão rígido na área de planejamento, trabalhou com a gente, um alemão de processos rígidos com os

¹³² PUA, A., “Futebol em família”, *O Metalúrgico*, Nº 209, nov./dez 1962, p. 6

funcionários, exigente demais e segundo se comentava dentro da empresa esse cara era de origem nazista, sabe, tanto é que isso aconteceu em 1955, 1956, sei lá se esse cara veio foragido de lá...

Revoltados com o novo regulamento, os trabalhadores acionaram sua comissão para abrir negociações, juntamente com o Sindicato dos Metalúrgicos, representado na ocasião pelos diretores Aldo Lombardi e José de Araújo Plácido.¹³³ Parece ter se criado um impasse e oito membros da comissão foram suspensos, o que desencadeou uma greve, com adesão dos 1.500 trabalhadores da Atlas, pela revogação da punição e contra a obrigatoriedade do uso da “chapinha”. As mudanças no controle dos funcionários eram atribuídas a dois membros do Departamento de Produção, Jairo Cavalcanti e Moacir Mota, também acusados de não fornecerem uniformes nem leite aos trabalhadores em serviços insalubres, substituindo o líquido por “pílulas que causam desarranjos intestinais”. A falta de uniformes era uma das causas da revolta contra a “chapinha”: se até então muitos trabalhavam de camiseta ou mesmo sem camisa, como a empresa podia exigir o uso de chapinhas?

No próprio 1º de março à tarde, a comissão de trabalhadores da Atlas, sempre acompanhada por diretores do Sindicato, esteve na DRT, conversando com o Delegado e o Ministro do Trabalho, Francisco Carlos de Castro Neves, que estava despachando em São Paulo. Pediram a convocação da Atlas para uma mesa-redonda e aproveitaram para denunciar que a firma não vinha pagando integralmente o último reajuste e apresentava graves problemas na assistência médica, para a qual os trabalhadores contribuíam com 1% de seus salários.¹³⁴

No dia seguinte, às 16 horas, ocorreu a audiência coletiva na DRT, mas a Atlas enviou um funcionário do Departamento de Pessoal sem credenciais para negociar, o que foi avaliado pelo Sindicato dos Metalúrgicos como “menosprezo à causa dos trabalhadores”. Estavam presentes o vereador Rio Branco Paranhos e o Deputado Luciano Lepera. O presidente do Sindicato, Remo Forli, advertiu: “Que fiquem alertas, no entanto, pois esse movimento poderá transformar-se numa grande greve Aymoré, uma vez que o sindicato está disposto, se necessário, a desencadear movimento de âmbito nacional,

¹³³ “1.500 metalúrgicos em greve”, *Última Hora*, Nº2.736, 2 mar 1961, 2ª edição, p. 1.

¹³⁴ “Atlas impede volta ao trabalho”, *Última Hora*, Nº2.727, 3 mar 1961, 1º caderno, p. 10.

exigindo inclusive a retirada de alguns diretores da firma”.¹³⁵ Cabe lembrar que a greve na fábrica de biscoitos Aymoré durara vários meses. A negociação na DRT prolongou-se por mais de três horas sem resultados. A Atlas propunha fornecer uniformes em troca do uso das chapinhas e apelava para o retorno ao trabalho até uma decisão da Justiça. O representante da DRT pediu que o formato da “chapinha” fosse modificado, tendo havido concordância da empresa.

Os trabalhadores da Atlas entraram em “estado de assembléia permanente”, reunindo-se no Sindicato. Este organizou a solidariedade das comissões de fábrica das metalúrgicas Útil e Mitec, que enfrentavam situações semelhantes. No dia 5, representantes de ambas visitaram o jornal *Última Hora* para manifestar solidariedade ao movimento da Atlas e informar que estavam organizando movimento de repulsa à introdução das “chapinhas”, que vinha sendo planejada na Útil.

No dia 4 de março, uma sexta-feira, a assembléia da Atlas resolveu organizar uma passeata de protesto, saindo da sede do sindicato, circulando pelas ruas da cidade e retornando ao mesmo local. Levavam caixões de Jairo Cavalcanti e Moacir Mota, velas e cartazes. Os deputados estaduais Luciano Lepera e Farabulini Jr iam à frente. O endurecimento da Atlas estava fazendo aumentar a revolta: o policiamento ostensivo em frente à fábrica impedia que os trabalhadores se aproximassem a menos de 100 metros. “Precisamos mostrar que a rua não lhes pertence”, afirmavam os trabalhadores.¹³⁶ Um manifesto *Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral* esclarecia que há 40 anos os operários vinham produzindo artefatos de qualidade que ganharam prestígio em todas as capitais brasileiras e da América do Sul. Não aceitavam o novo regime de identificação que “ao invés de melhorar só desrespeita o valor dos trabalhadores, pois os mesmos são numerados como animais ou presidiários, ou melhor, uma máquina que a firma tem ao seu dispor”. O lema era: “Organizar e produzir e não humilhação e imposição”.¹³⁷

Durante o fim de semana, as negociações iniciadas na DRT prosseguiram nos escritórios da Atlas, com a presença dos representantes sindicais, chegando-se, finalmente, a um acordo: os empregados voltariam ao trabalho sem usar as “chapinhas”, formar-se-ia

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ “Passeata e enterro da Atlas: encontro na DRT adia solução”, *Última Hora*, Nº 2.738, 4 mar 1961, 1º caderno, p. 8.

¹³⁷ “Paralisação e protesto na Atlas S/A”, *O Metalúrgico*, Nº 198, mar 1961, p. 3.

uma comissão para estudar o assunto, seriam fornecidos dois uniformes para cada empregado, os dias parados seriam pagos e outra forma de identificação seria criada, aceitando-se sugestões dos operários. Se em trinta dias não surgisse uma alternativa viável, o uso da “chapinha” seria reimplantado, “figurando, entretanto, o nome em primeiro plano”, esclarecia a reportagem do *Última Hora*, chamando a atenção para a revolta com a identificação por números.¹³⁸

Cinco meses depois, a 11 de agosto de 1961, uma sexta-feira, a luta foi retomada com uma greve não assumida. O uso da “chapinha” foi reintroduzido e mais de 2.000 trabalhadores recusaram-se a entrar na empresa. Em visita à redação do *Última Hora* os trabalhadores, organizados em comissão, “(...) salientaram que ‘são os patrões que impedem sua entrada em serviço’ e que irão todos os dias aos locais de serviço, dispostos a trabalhar”. Acrescentaram que a “chapinha”, além de ser humilhante, serviria para que os dedos-duros dos patrões fizessem delações. Além disso: “Nem mesmo nas penitenciárias os sentenciados trazem números”. A comissão percorreu, então, os cinco setores de conservação existentes em São Paulo organizando a paralisação, como também visitou a Villares de São Caetano – com 3 mil operários – que fariam assembléia na manhã de domingo para resolver sobre sua adesão, decidindo-se, afinal, pela paralisação de uma hora na segunda-feira, dia 14.¹³⁹

No dia marcado novas reuniões de conciliação ocorreram no Tribunal Regional do Trabalho. O Presidente do órgão apresentou proposta conciliatória: a confecção de uma “chapinha” apenas com o nome – retirando-se os demais dados – mas foi rejeitada na assembléia reunida no Sindicato. No dia 16 a questão iria a julgamento.

Quase um ano depois, na edição de junho-julho de 1962, o Sindicato contabilizava como vitória sua a derrubada “da famosa ‘chapinha’ da Elevadores Atlas S/A (atualmente Villares S/A)”. A Diretoria, afinal, concordara que o uso não se tornasse obrigatório. O fato, segundo a matéria de *O Metalúrgico*, “revolucionou a opinião pública nacional, pois

¹³⁸ “...DRT homologa acordo da Atlas: suspenso o uso das chapinhas”, *Última Hora*, Nº 2.742, 9 mar. 1961, 1º caderno, p. 14.

¹³⁹ “Operários da Atlas rejeitaram conciliação: DRT decide amanhã”, *Última Hora*, Nº 2.876, 12 ago. 1961, 1º Caderno, p. 5.

repercutiu em São Paulo, foi falado em Minas Gerais, no grande Congresso Nacional dos Metalúrgicos e em seguida até em Brasília foi levado o assunto”.¹⁴⁰

O profundo sentimento de indignação moral contra o uso de “chapinhas” de identificação não surgiu na Atlas em 1961. A julgar pelo comunicado redigido por um investigador do DOPS sobre assembléia de operários e operárias têxteis realizada em 16 de agosto de 1953, vinha de muito antes. Após apresentar o relato do que observara no encontro, anotou o agente: “Em seguida a operária de nome Júlia (da fábrica Crespi), em termos de exaltação começa atacando um Dr. Queiroz, classificando-o do maior inimigo dos operários e assim pede às suas companheiras que se rebelem contra ele. Disse que naquela fábrica os operários eram como cachorros, pois que nos seus peitos são obrigados a trazerem uma chapinha para facilmente serem identificados”.¹⁴¹

Vimos que a implantação da identificação numérica era sentida pelos operários e operárias como uma medida que os reduzia à condição de animais, presidiários ou máquinas.¹⁴² Além de humilhante, facilitava o controle sobre o trânsito do trabalhador pela fábrica e as delações. Parece que estamos face a uma revolta contra a imposição de esquemas mais rígidos de disciplina que, ao transgredirem certos limites informais de tolerância, deixavam entrever, de forma revoltante, a condição estrutural de subordinação do operário à máquina e ao poder de outros. A conjuntura que fazia acirrar os conflitos era a da implementação de mudanças “modernizantes” nos processos produtivos, atingindo, em maior ou menor grau, as indústrias têxteis e metalúrgicas em todo o território nacional, no decorrer dos anos 50.¹⁴³ Ecléa Bosi, citando R. Hoggart, nos lembra que a vida operária é densa e concreta e seu sentido principal é “estar no íntimo, no sensorial, no detalhe, no

¹⁴⁰ GUIMARÃES, B.B., “Grande vitória da diretoria” *O Metalúrgico*, Nº207, jun./jul. 1962, p. 2. É interessante citar o episódio, comentado por Marcelo Badaró Mattos, de uma greve de carregadores na Bahia, ocorrida em 1857, pesquisada por João José Reis. Aqueles se organizavam em grupos denominados “Cantos”, constituído tanto por libertos quanto por escravos. A greve durou cerca de uma semana e foi ocasionada pela tentativa de aplicação de uma legislação local que obrigava o pagamento de uma taxa e uso de uma chapa com um número de matrícula. O movimento conseguiu revogar a taxa, mas não o uso da Chapa. MATTOS, Op. cit., p. 18.

¹⁴¹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p.. 274.

¹⁴² Em seu depoimento a Daniel James, Dona Maria Roldán, operária do frigorífico Swift em Berisso, Argentina, referia-se ao local de trabalho tanto positiva quanto negativamente, usando metáfora como “esse inferno negro”, “esse monstro”. Cf. JAMES, D., “Contos narrados nas fronteiras: a história de *Doña María*, história oral e questões de gênero”, In: BATALHA, C.H.M. (Org.), *Culturas de classe*, p. 307.

¹⁴³ José Sérgio Leite Lopes estuda os conflitos entre a cultura fabril dos operários, favorecida na “Moral do trabalho” inculcados nos anos anteriores pela própria Companhia Têxtil Paulista e reinterpretada pelos

peçoal”.¹⁴⁴ Assim, são os representantes dos patrões, o Dr. Queiroz no Cotonifício Crespi, Jairo Cavalcanti e Moacir Mota na Atlas, o alvo imediato do ódio da classe

O que estava em jogo em todas essas lutas eram as relações de poder no espaço fabril. Pode-se dizer que a disputa pelo controle desse espaço ocorria dia-a-dia, fábrica a fábrica, envolvendo toda a problemática do conhecimento teórico e prático dos processos de produção, os limites formais e informais da exploração da força de trabalho, a cultura fabril e as relações com as representações sindicais, o Estado, os políticos. Como lembra Paoli, a legislação trabalhista definiu a fábrica como espaço público, enquanto os empresários visavam controlá-la como espaço privado e submetido à sua estrita autoridade.¹⁴⁵ As constantes denúncias veiculadas na imprensa sindical e mesmo na grande imprensa ao longo dos anos 1950, até o golpe de 1964, sobre condições de trabalho; o sistema de alianças estabelecido pelo movimento sindical, conseguindo, muitas vezes, apoio de parlamentares, governantes e mesmo militares a demandas por melhores condições de trabalho e melhores salários; a conquista e ampliação de uma rede de dispositivos legais que limitava a exploração da força de trabalho e o exercício do poder empresarial no espaço fabril compunham um quadro de avanço dos controles públicos sobre o processo de trabalho que incomodava profundamente o empresariado de São Paulo.

Uma das situações cotidianas em que mais se manifestava o conflito entre patrões e empregados dizia respeito ao uso dos banheiros. Qualificados por José Sérgio Leite Lopes como “lugares densos de sociabilidade”, ao referir-se a Companhia Têxtil Paulista (CTP) dos anos 1950, e como “o grande fórum de agitação” por Hamilton José Barreto de Farias ao referir-se às metalúrgicas dos anos 1970, de fato, era nos banheiros, longe do olhar dos patrões, mestres e contramestres, que se podia descansar, encontrar, trocar informações e organizar a resistência nos demais espaços da fábrica.¹⁴⁶ Conseqüentemente, a criatividade dos gerentes e empresários para tentar controlar os usos do espaço do banheiro era proporcional aos esforços operários em sua preservação.

operários e a “reorganização ‘gerencialista’ promovida cujo resultado foi a “expulsão da força de trabalho e no aumento da intensidade de seu uso remanescente”. Cf.: LOPES, J.S.L., Op. cit., p 280,

¹⁴⁴ BOSI, E., *Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*, p. 127.

¹⁴⁵ PAOLI, M.C., “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LOPES, J.S.L. (Coord.), *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Cf. ainda: DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 142

Já nos anos 1920, as idas aos banheiros eram cronometradas em firmas como a fábrica de parafusos Santa Rosa.¹⁴⁷ Nos anos 1940, o mesmo ocorria na Tecelagem Jafet. Em 1953 a tecelagem Santa Celina era denunciada em *Notícias de Hoje* por manter dois inspetores controlando o acesso e o tempo despendido nos banheiros.¹⁴⁸ Em outras empresas têxteis, era feito um controle com senhas.

Em *O Metalúrgico* as denúncias não paravam: a firma Eletrolux retirou as portas da privadas “obrigando os operários a satisfazerem necessidades fisiológicas em público”,¹⁴⁹ a mesma denúncia é feita em relação a fábrica de enceradeiras Bandeirantes Ltda.¹⁵⁰ A Metalúrgica Stella marcava o nome e o número da chapa dos operários que iam usar os banheiros.¹⁵¹

Os alvos mais freqüentes da luta contra o despotismo eram os responsáveis diretos pela manutenção da disciplina fabril: mestres, contrameestres, chefes e encarregados. Em um artigo publicado em maio de 1953, o metalúrgico Emílio Manzano lembra, já no título, que “Não há paz social com diferenças...”, usando, portanto, o artifício de apontar a incoerência entre um discurso em que valores idealizados são partilhados – a paz social, no caso – com a realidade prática, onde reinavam as diferenças. Os empresários são acusados de não saberem escolher seus auxiliares, geralmente “apadrinhados, incompetentes e quando competentes, elementos alheios ao bom trato, ao bom senso e a compreensão”. Seriam arbitrários, nunca transigindo. Levavam aos superiores falhas menores de seus subordinados “...acreditando com isso obterem as boas graças de seus chefes”. O articulista recomendava, então, que os empresários selecionassem melhor seus “homens de vanguarda” tanto técnica quanto moralmente. O perfil adequado é delineado: “Elementos de caráter bem formado, persuasivos, que se coloquem à altura de suas atribuições”. Desta forma estariam contribuindo “(...) para a pacificação de grandes divergências em suas indústrias e cooperando para a PAZ social de nosso Brasil”.¹⁵²

¹⁴⁶ LOPES, J.S.L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 340 e 577, FARIA, H.J.B., Op. cit., p.148, 174, ABRAMO, L.W., “A luta nos bairros e a luta sindical”, In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade*, p. 234.

¹⁴⁷ WOLFE, J., Op. cit., p. 34.

¹⁴⁸ COLISTETE, R., Op., cit., p 170.

¹⁴⁹ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 202, ago./set 1961, p. 3

¹⁵⁰ PUA, A., “Futebol em família”, *O Metalúrgico*, Nº 209, nov./dez. 1962, p. 6

¹⁵¹ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 203, out./nov. 1961, p. 3.

¹⁵² MANZANO, E., “Não há paz social com ‘diferenças’...”, *O Metalúrgico* Nº 120, maio 1953, p. 8.

Em uma matéria de 1958, publicada na coluna *O que se passa nas empresas*, o “Correspondente” investe mais uma vez contra as chefias. Os encarregados muitas vezes “não dirigem com elevado espírito de compreensão e honestidade, passando a se julgarem absolutos dentro da firma, agindo com uma mentalidade pobre e sem senso de responsabilidade, procurando sempre pelos maus instintos prejudicar os seus subordinados”. Novamente são feitas recomendações aos empresários sobre como bem administrar o seu pessoal: “Cabe às empresas empregar chefes ou encarregados competentes, honestos, conscienciosos e sem paixão, para poder manter um alto nível de produção, de compreensão e elevar também o prestígio e bom nome desta ou daquelas empresas”.¹⁵³

É interessante observarmos, nesses dois artigos, a apresentação de denúncias contra os agentes diretos da disciplina fabril em diálogo com os proprietários, que estariam errando na escolha de seus auxiliares, dificultando assim a paz social e prejudicando mesmo o prestígio da empresa.

Em outras ocasiões – como é comum na imprensa sindical – avisos e ameaças eram dirigidos diretamente aos chefes, quando medidas consideradas autoritárias eram tomadas. Na Metalúrgica Paulista, o chefe Antonio Farid – sucessor de alguém referido como “o famigerado Nestor”, que fora obrigado a se demitir “pois que a sua pele estava a prêmio” – advertiu com insultos um operário que faltara três dias consecutivos sem justificativa, sendo ameaçado pelo jornal sindical: “O Farid que ponha as barbas de molho, porque os trabalhadores da Metalúrgica Paulista sabem quando chega a hora de ‘bater na cangalha para o burro entender’”.¹⁵⁴

As denúncias contra condutas desrespeitosas, violentas, prejudiciais ao convívio cotidiano na fábrica, adotadas por chefes em geral, parecem equivaler a uma tentativa de estabelecer algo como um “contracontrole” operário sobre palavras e gestos de seus superiores hierárquicos.

¹⁵³ “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico* Nº 174, out 1958, p. 3.

¹⁵⁴ PUA, A. “Futebol em família”, *O Metalúrgico* Nº 208, ago./set./out 1962, p. 6.

Os limites negociados e as formas sublimadas de expressão da violência algumas vezes se rompiam e se estabeleciam os enfrentamentos físicos, individuais ou coletivos – estes últimos nos momentos das greves e da ação dos piquetes e “contrapiquetes”.¹⁵⁵

Um dos episódios de violência individual ocorreu na metalúrgica Monetti, no dia 9 de março de 1962, quando o operário Gabriel Antonio Neves solicitou um vale que lhe foi negado. Dirigiu-se, então, a um dos sócios da empresa, Alfredo Monetti, também vereador, que, alegando estar o operário embriagado o agrediu a bofetadas, demitindo-o sem o pagamentos dos direitos trabalhistas. O operário recusou-se a assinar o recibo de quitação, sendo, então, levado preso para a 8ª. Delegacia do Brás. Os companheiros de trabalho de Gabriel entraram em greve em sinal de protesto e acionaram o Sindicato dos Metalúrgicos que designou Afonso Delelis para acompanhar o caso. Juntamente com uma comissão de operários, Delelis procurou por Gabriel na Delegacia, sendo informado de que ele já fora transferido para o Presídio do Hipódromo. Alfredo Monetti foi, então, procurado e pressionado a, na condição de vereador, solicitar a soltura de Gabriel, o que acabou ocorrendo.

A reação dos operários, deflagrando uma greve em solidariedade ao colega esbofetado era apresentada como advertência: “Que isto sirva de lição ao mau patrão, pois de nenhuma forma se admite que um homem agrida outro e essa selvageria é tanto mais condenável quando parte de um cidadão que deve ter alto espírito cívico”.¹⁵⁶

A participação da polícia em ações violentas contra operários foi, também, denunciada pelo jornal *Notícias de Hoje* em fevereiro de 1954. No dia 10 daquele mês, um operário fora baleado na Rayon Matarazzo de São Caetano do Sul pelo “mestre e carrasco da fábrica” José Persona. No dia seguinte um menor de idade foi espancado por cinco membros da guarda interna da empresa. Denunciava, então, o jornal: “Os criminosos contam para a prática de violências não só com a impunidade: eles têm o apoio da polícia”.¹⁵⁷ A aliança empresarial-policial, portanto, funcionava não apenas por ocasião das

¹⁵⁵ A idéia dos piquetes operários como “contra-piquetes” ao piquete policial-empresarial é apresentada por Negro, A. L., *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*.

¹⁵⁶ “Selvageria na metalúrgica Moretti”, *O Metalúrgico*, mar./abril/maio 1962, p.3.

¹⁵⁷ “Far-West em São Caetano: baleado o operário pelo chefe da seção”, *Notícia de Hoje*, Nº 621, 13 fev. 1954, p. 2.

greves, quando o DOPS era acionado, mas também para resolver conflitos fabris cotidianos a favor dos patrões.

Este foi, exatamente, o tema do artigo “Polícia não resolve”, publicado na edição de setembro de 1959 de *O Metalúrgico*. Advertia a matéria: “muitos empregadores têm por costume pretender resolver as questões trabalhistas através de ameaças de inquéritos policiais. Frequentemente chegam mesmo a chamar investigadores de polícia ou viaturas de rádio-patrolha”. O leitor era, então, orientado: assunto trabalhista não é resolvido por polícia “...pois que, todas as divergências entre empregados e empregadores são solucionadas na Justiça do Trabalho”. Portanto, o trabalhador não deveria se amedrontar nem renunciar aos seus direitos. O patrão deveria tratar a todos bem, pois o trabalhador “...é um cidadão como os demais e, também, porque a autoridade policial só pode agir quando exista um crime ou uma contravenção penal, para instaurar o competente inquérito”. Caso o operário fosse intimado pela polícia deveria comparecer, mas acompanhado de um advogado de sua confiança.¹⁵⁸

3.5. Resistência individual à superexploração e ao despotismo patronal: a “vingança imediata”

A luta pela “publicização” dos conflitos fabris e pela conquista de mudanças por meio da obtenção de nova legislação e por sua efetiva aplicação certamente não canalizava todas as energias geradas naqueles conflitos. Algumas formas de resistência se articulavam nos meandros do próprio “laboratório secreto da produção”, como resposta imediata, individual, visando estabelecer limites ou algum poder de controle sobre a intensidade da exploração e a disciplina no local de trabalho.

Diversos autores já se referiram à recusa de limpar máquinas gratuitamente, lentidão ou enguiços de máquinas provocados,¹⁵⁹ faltas, mudanças de emprego,¹⁶⁰ vandalismo,

¹⁵⁸ “Política não resolve”, *O Metalúrgico* Nº 184, set. 1959, p. 2.

¹⁵⁹ DUARTE, A.L. *Cidadania e exclusão*, p. 185

¹⁶⁰ Tendo pesquisado a cultura operária no anos 30, Cláudio Cavalcanti referiu-se aos trabalhadores como “ciganos do trabalho”, interpretando seu comportamento de mobilidade profissional. A partir de outra escala de valores, Oscar Pupo Nogueira, Secretário Geral do Sindicato Patronal das Indústrias de Fiação E Tecelagem no mesmo período usou o epíteto de “nômades do trabalho” para os trabalhadores do Brasil. CAVALCANTI, C. *As lutas e os sonhos*: um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo no anos 1930, p. 214; ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 14.

violências e furtos¹⁶¹ como manifestações de um difuso comportamento de resistência à exploração.

O tema do roubo e da violência aparecem, eventualmente, nas páginas da imprensa operária. Em novembro de 1950, quando as páginas de *O Metalúrgicos* estavam repletas de artigos em defesa da família, da moral cristã e contra o comunismo, o sindicalista Aldo Lombardi escreveu um artigo justificando o furto cometido “por um companheiro da Metalúrgica Paulista”, argumentando laconicamente: “Quando as justas reivindicações profissionais deixarem de ser lesadas, as vítimas não mais gastarão os últimos cartuchos”.¹⁶² Em março de 1953, o mesmo Lombardi voltou a tratar de um ato de “vingança imediata” praticada pelo operário José Leme da Silva, três anos antes, na Metalúrgica Paulista.¹⁶³ A vítima foi o engenheiro-chefe Maxilium Belian, morto com uma barra de ferro no local de trabalho. A interpretação de Lombardi atribui ao ato uma conotação claramente classista:

Depois de ter consumado o ato o indiciado continuou em seu local de trabalho, sem nem sequer conjecturar uma fuga, pois estava cômico de que o que lhe tinha levado a praticar aquele ato fora inevitável, ou seja, o excesso de perseguição, a tutela patronal querendo transformá-lo de um ser humano que é, em coisa, em objeto de duração eterna, incansável, insensível e indiferente às perseguições e a tudo o que se possa processar em seu redor.

O operário, que foi condenado a 18 anos, depois de várias apelações teve a pena reduzida para 8. Segundo Lombardi, a modificação da pena pelo Conselho de Sentença decorreria do entendimento de que o operário fora vítima de grandes perseguições e só praticara o ato vil por ter sido levado a tanto, pois tivera a infelicidade de ter nascido destinado a integrar o exército dos trabalhadores “(...) que tem como seus ‘generais’ e ‘supremos comandantes’ os sinceros e belicosos inimigos que usam de todas as artimanhas imagináveis para prejudicar o trabalhador honesto, produtivo e que, mesmo tendo tantas virtudes, também tem a qualidade mais sublime que é ser...operário”.¹⁶⁴

¹⁶¹ VIEIRA, V.L. *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo*, de 1945 a 1950, p. 18

¹⁶² LOMBARDI, A. “Os últimos cartuchos”, *O Metalúrgico*, Nº 91, nov., 1950, p. 5.

¹⁶³ O caso também foi comentado pelo sr. João Trogílio em sua entrevista.

3.6. Campanhas salariais

Optamos, neste tópico, por organizar um quadro sinótico de forma a facilitar a visualização de informações que consideramos básicas a respeito das campanhas salariais promovidas pelos dois sindicatos em questão, de 1951 a 1963¹⁶⁵. Desta forma, será possível destacar do grande volume de informações disponíveis no material consultado aquilo que nos parece essencial para uma melhor compreensão da atuação dos sindicatos e das categorias em questão nos momentos cruciais da luta salarial. Para tanto, selecionamos quatro temas a serem focalizados: a data em que se iniciou a campanha salarial, as reivindicações apresentadas, as formas de luta adotadas, as negociações empreendidas e os acordos obtidos.

Como é possível verificar, das doze campanhas salariais organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em sete delas foram desencadeadas greves (1951, 53, 54, 57, 60, 62, 63), sendo que destas, quatro foram gerais (1953, 54, 57 e 63). Em outras duas campanhas salariais (1959 e 61), há menção ao encaminhamento unificado da luta com outras categorias. Nas doze campanhas a documentação faz menção explícita à organização de comissões centrais de salários (ou de greve) eleitas em assembléia. Em nove delas a documentação faz menção explícita à mobilização de comissões de fábrica ou delegados sindicais. Em oito delas há menção à realização de passeatas, manifestações ou atos públicos. Em cinco delas há registro de enfrentamentos com a polícia, com prisões, invasão de sedes sindicais e espancamentos.

No caso dos têxteis, das doze campanhas salariais em questão, em cinco foram realizadas greves (1951, 53, 54, 57 e 63), todas elas gerais. Em duas (1961 e 1962) há menção à participação em alianças com outras categorias pró-aumento salarial. Em todas as doze campanhas, a documentação refere-se explicitamente à formação de comissão pró-aumento de salários, eleitas em assembléia. Em nove dessas campanhas há chamados a formação de comissões de fábrica ou referências explícitas à participação de comissões de fábrica no processo. Em seis delas há menção à realização de passeatas, manifestações e atos públicos e em quatro delas há registros de enfrentamentos com a repressão.

¹⁶⁴ LOMBARDI. A. "Saiba que", *O Metalúrgico*, Nº 118, mar 1953, p. 8.

¹⁶⁵ Consultar Anexo I.

Ora, este exame mais minucioso das campanhas salariais vem reforçar a crítica empreendida por diversos trabalhos a noção de “sindicalismo populista”, que representaria uma prática de colaboração de classes, sustentada em uma estrutura subordinada ao aparelho de Estado e às “vicissitudes” das alianças da esquerda com o trabalhismo. Retomaremos aqui, abreviadamente, a descrição apresentada por Badaró Mattos do conceito, pois a consideramos abrangente e correta.¹⁶⁶ Segundo este autor, a crítica ao sindicalismo populista se desdobra em quatro tópicos:

- a) O “sindicalismo populista”, segundo os críticos, seria inconsistente como organização, privilegiando entidades de cúpula, oficiais ou paralelas. Vimos que em todas as campanhas salariais houve formação de comissões de salário ou de greve eleitas em assembléia e, na maioria das vezes, chamados a ativação das comissões de fábrica ou referências a sua participação direta no processo de mobilização;
- b) O “sindicalismo populista” se caracterizaria por uma forte inserção em campanhas políticas e um precário envolvimento com lutas econômicas. Vimos aqui sindicatos fortemente envolvidos em campanhas salariais em todo o período;
- c) O poder de mobilização do “sindicalismo populista” seria fraco nos setores modernos da economia e nas grandes empresas privadas. Vimos aqui uma mobilização mais intensa em metalúrgicos, indo à greve em 1951, 1960 e 1962, além da participação nas greves gerais econômicas de 1953, 54, 57 e 63. A dificuldade de implantar o sindicato em empresas modernas parece decorrer mais das políticas de pessoal promovidas pelas mesmas e, possivelmente, de um controle mais eficiente sobre a mão-de-obra;
- d) Finalmente, o sindicalismo populista se caracterizaria por deixar em plano secundário o conflito entre capital e trabalho. Não parece, tampouco, ser o caso. O encaminhamento das campanhas salariais se processava entre sindicatos patronais e de trabalhadores com a mediação do Estado, como a documentação sugere, não havendo uma diluição dos conflitos e um conagração de classes nas instituições do Estado, em prol da “paz social”, como pretendia o projeto corporativista.

Poderíamos, assim, parafrasear as célebres postulações de Weffort sobre o “sindicalismo populista” à luz das novas reflexões e pesquisas: no plano da orientação, o

¹⁶⁶ Ver também: DELGADO, L.A.N.D. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*, p. 27, WEFORT. F.C. *Sindicato e política*, I.2 e I.3

sindicalismo do período 50-64 adota uma ideologia nacionalista com forte conteúdo social e se volta para uma política de reformas que acentua os antagonismos de classe; no plano da organização caracteriza-se por uma estrutura dual: mantém-se “por cima” vinculado ao Estado e “por baixo”, estritamente dependente da mobilização de comissões de fábrica, de greve e da solidariedade “horizontal” entre as diversas categorias; finalmente, em nível político, envolveu-se em um diversificado leque de alianças, com políticos, militares, setores da burocracia estatal (do Poder Executivo ou Judiciário), entidades estudantis, de bairro, alianças estas tendentes, em geral, a conquistar direitos, manter liberdades sindicais, contrapor-se a ações repressivas, dividir as forças adversárias, mas também – embora não principalmente – a apoiar projetos de políticos populistas simplesmente simpáticos a esta ou aquela fração das direções sindicais.¹⁶⁷

Vimos, ao longo das páginas anteriores, aspectos de uma luta persistente travada no chão da fábrica. Os conteúdos práticos do poder parecem ter sido disputados diariamente e palmo a palmo: uma luta pelo tempo, na qual cinco minutos faziam diferença; uma luta pelo espaço, na qual os usos feitos do território dos banheiros poderiam definir o sucesso ou malogro da organização da resistência na fábrica; uma luta pelos gestos e palavras, na qual o comportamento de cordialidade ou rispidez significavam dignidade ou humilhação; uma luta, enfim, pela extensão do controle sobre corpos, na qual o direito de pendurar uma chapa de identificação no peito de alguém poderia soar como uma violência nazista. Tanto a legislação trabalhista quanto as denúncias da imprensa sindical e popular tinham o efeito de “dar publicidade” ao que ocorria no universo da fábrica diariamente.

De fato, o significado da publicização dos problemas fabris e do cotidiano dos bairros vem sido analisado por autores como Paoli e Duarte – este último recorrendo, mesmo, à idéia formulada por Habermas, da “constituição de uma esfera pública plebéia” para designar os desdobramentos deste processo.¹⁶⁸ Queremos insistir um pouco mais nos possíveis significados sociais e históricos que toda a luta empreendida pelos trabalhadores por controles sociais sobre a exploração de suas energias vitais e o despotismo patronal. Pois parece-nos que as reformas conquistadas “e baixo para cima” com essas lutas

¹⁶⁷ WEFORT, F.C., Op. cit., p I.2 e I.3

¹⁶⁸ DUARTE, AL. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1975*, p. 242.

representam componente fundamental de possíveis transformações políticas e sociais profundas.

Analisando a interpretação dialética da esfera pública em Marx, Habermas afirma:

Se *eles*, [referindo-se aos trabalhadores – Nota do Autor] como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar partir de sua base. Assim que a massa dos não-proprietários transforma em tema de *seu* raciocínio público as regras gerais do intercâmbio social, a reprodução da vida social torna-se, enquanto tal, uma questão geral e não mais apenas a sua forma de apropriação privada.¹⁶⁹

O que estamos sugerindo aqui é considerar a “publicidade” dada às situações cotidianas de exploração da força de trabalho no espaço fabril como um dos processos fundamentais que redefinem a fábrica como “espaço público”¹⁷⁰, “espaço de cultura, de produção simbólica”¹⁷¹, forçando a mudança da esfera pública “a partir de sua base”. Como já analisado pelo próprio Habermas e também por Luiz Werneck Vianna para o caso brasileiro, a ruptura do sistema liberal clássico do direito, ao fim da primeira guerra mundial, e o surgimento do Direito Social foram sintomas dessa readaptação.¹⁷² A luta permanente pela produção de leis e por sua fiscalização e aplicação, limitando os níveis de exploração da força de trabalho e, além disso, todo o debate, a produção simbólica, o confronto de valores que se estabelece quando o tema é trazido a público, opõe, tendencialmente, duas formas, dois modelos de organização social e de relação entre poder público e esfera privada, um, liberal burguês, outro democrático socialista. Assim, a luta contra a exploração e o despostismo patronal, tendo como polos de organização os sindicatos, comissões de fábrica, inter-sindicais e como valores norteadores a dignidade do trabalhador, sua não escravização, a noção de “salários justos”, constituem o primeiro eixo do grande movimento transformador que se constituía no período.

¹⁶⁹ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*, p. 153

¹⁷⁰ DUARTE, A.L. *Cidadania e exclusão*, p. 142

¹⁷¹ PAOLI, M.C. Op. cit., p.93.

¹⁷² Lembra Vianna: “A intervenção do público sobre o privado se efetiva em múltiplos aspectos. O mercado, o trabalho e a empresa, antes domínios estranhos à regulamentação jurídica, são penetrados por larga e copiosa legislação” p. 19. Continua o autor: “A origem, pois, do Direito do Trabalho se encontra numa motivação não-privada, mas pública” E ainda: “O Direito do Trabalho emerge como uma conquista da classe

Capítulo 4

Lutas de bairro e contra a carestia

Você sabe que a maré
Não está moleza não
E quem fica dormindo de touca
Já sabe da situação
Eu sei que dói no coração
Falar do jeito que falei
Dizer que o pior aconteceu
Pode guardar as panelas
Que hoje o dinheiro não deu
Paulinho da Viola
Pode guardar as panelas

4.1. Do “favor” à reivindicação: os “de baixo” cobram a fatura – abaixo-assinados, petições, comícios por melhorias urbanas.

Como vimos no Capítulo 2, a ênfase na heterogeneidade social da população dos bairros periféricos, reiterada pela bibliografia específica, obscureceu a forte presença operária nessas regiões registrada por diversos testemunhos apresentados: depoimentos, reportagens jornalísticas, pronunciamentos de vereadores. A periferia em expansão na São Paulo dos anos 1950 era, também, uma periferia operária.

Cabe notar, porém, que os problemas, as formas de luta e de organização e as alianças tecidas para o empreendimento das lutas de bairros eram distintas das necessárias para a luta contra a exploração capitalista. Para a classe trabalhadora, porém, estavam integradas em um mesmo universo de vida, envolvendo o “direito à cidade” e ao consumo. É interessante observar que dos onze operários(as), metalúrgicos e têxteis entrevistados(as) nesta pesquisa apenas um não relatou participação nos movimentos de bairro. Os demais narraram esta participação, mais intensa ou simplesmente por meio de abaixo assinados.

Entretanto, o movimento sindical, de maneira geral, quaisquer que fossem as correntes, manteve-se alheio a epopéia da classe trabalhadora no desbravamento da nova periferia e, no campo político, ficou bloqueada a construção de uma representação que integrasse a luta contra a exploração e o despostrismo capitalista, a luta pelo direito à cidade e a luta pelo direito ao consumo (contra a fome) no programa por uma nova direção social.

Portanto, mesmo que a bibliografia específica argumente sobre o caráter efêmero das articulações dos movimentos sociais urbanos com as lutas sindicais e estudantis,¹ sua descontinuidade organizativa,² seu caráter basicamente “espontâneo” e “desorganizado”,³ tentaremos demonstrar neste capítulo que, em grande parte, esta impressão decorre do alto grau de informalidade com que a experiência social se fez e foi transmitida pelos movimentos populares. Esta suposta descontinuidade contrasta, por exemplo, com a “ressurreição” de formas de luta, como é o caso flagrante da coleta de um milhão de assinaturas contra a carestia de vida, bem como com a continuidade de fenômenos como o voto oposicionista da periferia de São Paulo. É difícil crer que os caminhos da luta tenham sido inventados novamente a cada geração. Parece ser possível analisar este processo por um prisma semelhante ao que Thompson adotou para a classe operária: é a luta de classes que constitui a classe como coletividade portadora de identidade e propósitos. No caso, parecem ser conjunturas mais propícias à manifestação pública, à coordenação das lutas, o elemento determinante para que as classes populares pudessem se manifestar – com passeatas, comícios, abaixo assinados – e fazer ouvir a sua voz. Foi a própria aparição pública das lutas, a partir da emergência da “questão urbana”, o que despertou uma memória e uma participação organizada.

As lutas pelo direito à cidade visavam uma gama ampla de objetivos: a conquista do saneamento básico, do transporte, de escolas, policiamento, comunicação (correio e telefones), esportes e lazer. No curso dos anos 1950 passaram das formas mais elementares, como o envio de petições aos poderes públicos, às mais complexas: a elaboração de “planos gerais” para a cidade ou a reivindicação da autonomia. Este será o tema do presente tópico.

Uma das formas mais elementares de luta era o envio de petições aos poderes públicos apresentando reivindicações. Um exemplo disto podemos verificar na edição n. 4 do jornal *O Cidade Dutra*, “Boletim da Sociedade Amigos da Cidade Dutra”, de abril de 1957, no qual eram reproduzidos diversos ofícios enviados à Prefeitura solicitando a

¹ EVERS, T.; PLAMTEMBERG, C.M., SPESSART, S, “Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina”, In: MOISÉS, J.A. et. al., *Cidade, Povo e Poder*, p. 150

² FONTES, P., *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945-1966), p. 226.

³ GOHN, M.G., *Reivindicações populares urbanas*: um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo, p. 12.

instalação de um grupo escolar, pavimentação de ruas, iluminação pública, rede de água.⁴ Outra evidência do uso dos requerimentos encontramos no discurso de Hamleto Scarfone, ex-presidente da Sociedade Amigos da Vila Gumercindo, pronunciado na solenidade de transferência do cargo ao professor Silvestre Soares da Silva. Enumerando as realizações de sua gestão e as formas de luta empreendidas, foram lembradas a “formação de comissões”, “apelos”, “visitas à Câmara Municipal”, “ao Prefeito”, “cartas, requerimentos”, iniciativas qualificadas pela reportagem do *Última Hora* como “um mundo de atividades que só o desprendimento de cidadãos dedicados ao bem comum poderia desenvolver”.⁵

Os requerimentos podem ser interpretados como formas brandas de pressão sobre as autoridades públicas, ou mesmo como formas “iniciais”, como sugere José Álvaro Moisés, que diferencia “reclamações e queixas” de “abaixo-assinados” e “protestos”.⁶ Cabe notar, porém, que mesmo o simples requerimento já desempenha duas funções fundamentais na construção das lutas coletivas: dava publicidade a demandas imediatas, tirando-as da região de “invisibilidade” em que os problemas sociais das classes populares geralmente se encontram, tentando introduzi-las na “agenda da ‘grande política’”⁷ e criava um compromisso de resposta por parte da autoridade pública. Caso a resposta fosse positiva em algum sentido, as pressões teriam prosseguimento até o “melhoramento” ser conquistado. Caso não houvesse resposta, ou esta fosse negativa, outras ações poderiam ser ensejadas, sobre novo patamar: a constatação de que o bairro estava “abandonado” pelo poder público.

Os abaixo-assinados parecem implicar campanhas de maior fôlego, com maior mobilização popular e tentativas de envolvimento mais estreito do poder público. Muitas vezes os abaixo-assinados eram entregues por comissões de moradores que se reuniam com os vereadores. É o que vislumbramos no discurso da vereadora Matilde de Carvalho, vereadora do PCB eleita pelo PSP, a 11 de março de 1959, a respeito da reivindicação das mães da Vila Jardim Santo Antônio, em Osasco, então ainda Distrito de São Paulo:

Recebemos na sessão passada uma comissão numerosa de mães que nos entregou o seguinte abaixo assinado, endereçado ao sr. Prefeito, Dr. Adhemar de Barros (...) [é lido o texto pedindo mais professores nas

⁴ *Jornal O Cidade Dutra – Boletim da Sociedade Amigos de Cidade Dutra*, abril 1957.

⁵ “Unem-se os amigos dos bairros para defender a causa do povo”, *Última Hora*, Nº 853, 4 janeiro 1955, 2º Caderno, p. 3

⁶ MOISÉS, J. A., *Classes populares e protesto urbano*, p. 211.

⁷ Cf. DUARTE, A.L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca*, p. 3 e 29.

escolas municipais ou providências junto ao governador para instalação de escolas estaduais – Nota do Autor].

Estamos solicitando à Mesa que envie este abaixo-assinado ao Prefeito, mas que seja breve, e que não fique o mesmo pelo caminho, como é costume acontecer com as reclamações que enviamos por intermédio da Mesa, pois essas crianças precisam das escolas e já estão perdendo vários dias, desde o início das aulas.⁸

Notamos aí a estratégia de chegar ao prefeito por meio de uma vereadora de seu partido, numa tentativa de comprometer a ambos com o atendimento à reivindicação.

É pela palavra dos vereadores, que muitas vezes liam os textos dos extensos memoriais em plenário, que podemos travar conhecimento com os termos em que os próprios moradores faziam representar sua condição na esfera pública. No texto de um abaixo-assinado encaminhado em maio de 1954 ao vereador Nicolau Tuma, da UDN, Presidente da Comissão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, visualizamos os elementos de um discurso de certa forma padronizado: a denúncia do bairro abandonado, a enumeração das múltiplas carências, o cansaço com as promessas. Dizia o texto:

Queremos coloca-lo a par da situação precaríssima em que se encontra um dos bairros que jamais mereceu a mínima atenção dos poderes públicos, sendo relegado até hoje ao mais absoluto abandono, porquanto acha-se desprovido de todo e qualquer melhoramento, como seja: iluminação pública, calçamento, serviços de água e esgoto, galerias de águas pluviais, etc., etc.

(...)

Promessas e mais promessas...e tudo continua praticamente na mesma – o imutável desconforto de sempre (...) terrenos baldios transformados em depósitos de lixo, onde proliferam moscas e pernilongos em vários locais, verdadeiras enxurradas de águas pestilentas, que extravasam das fossas das residências, cortando o bairro em várias direções, desprendem exalações pútridas que empestam o ar, atentando contra a saúde do povo. Tudo, denunciando o mais completo abandono

Era reivindicada, então, a transferência da feira da praça para a Alameda dos Tapuias, iluminação pública em várias ruas, calçamento na avenida Ibirapuera, galerias de água pluviais.⁹

Um outro exemplo de encaminhamento de abaixo-assinados, com seus desdobramentos ulteriores, encontramos no discurso do vereador Paulo Vieira, do PSP, na

⁸ Anais da Câmara Municipal, 461ª Sessão, 11 mar 1959, Vol 3. p. 324.

⁹ Anais da Câmara Municipal, 280ª Sessão, 5 maio 1954, Vol 8, p. 82

sessão de 25 de fevereiro de 1955.¹⁰ O edil informou sobre o recebimento de dois memoriais:

Recebi mais um abaixo-assinado dos moradores da rua Ceridão Buarque, em Vila Pompéia, pedindo ao Sr. Prefeito providências para a construção de uma ponte naquela rua, sobre o Córrego da Água Preta. Já tive, mais de uma vez, oportunidade de fazer referência a esse Córrego dessa tribuna (...) Quando a chuva é forte, as águas do referido córrego, que são de pequeno volume, aumentam de maneira assustadora. Já no Grande Expediente tive oportunidade de fazer um discurso sobre essa situação, no ano passado, neste mesmo período de chuvas. (...)

Peço também ao Sr. Prefeito Municipal que tome providências quanto ao bairro Parque da Mooca, no subdistrito da Vila Prudente, Também de lá recebi abaixo-assinado dos moradores, solicitando algumas melhorias, lamentando-se de que os poderes públicos se esqueceram deles. As suas ruas estão todas esburacadas, completamente abandonadas e dificilmente por lá pode transitar um automóvel¹¹

Portanto, verificamos que as demandas eram freqüentemente encaminhadas ao Prefeito com abaixo-assinado por meio de algum vereador. Seu discurso em plenário transformava o problema urbano em fato político, introduzindo-o na esfera pública. Em seguida, uma das formas de dar andamento à reivindicação para as providências era a Indicação que, segundo o Regimento Interno constituía na “maneira pela qual os Vereadores podem apresentar sugestões à Câmara e aos poderes públicos”.¹² No caso em questão, o abaixo-assinado dos moradores do Parque da Mooca gerou a Indicação 198 de 25/2/55, com o seguinte teor:

Considerando que o bairro do Parque da Mooca, subdistrito de V. Prudente está completamente abandonado pelos Poderes Públicos, não tendo recebido nenhum dos melhoramentos necessários para uma vida digna de uma grande Capital como a nossa, INIDCAMOS ao sr. Prefeito Municipal a necessidade de oficializar as ruas do Parque da Mooca(...) bem como colocar nelas iluminação pública e guias de sarjetamento e instalar um telefone público para uso de seus moradores.¹³

Observe-se que a representação do bairro “completamente abandonado pelos Poderes Públicos”, condenando seus habitantes, portanto, a uma vida abaixo do padrão de

¹⁰ Paulo Vieira, Bacharel em Direito, natural de Itapira, nasceu em 1906 e foi eleito para a Legislatura de 1/1/52 a 31/12/55, com 3.672 votos. Cf: “Composição da Câmara Municipal de São Paulo (Dados eleitorais) – 1948-2005” – Subsecretaria de Documentação – São Paulo – Maio- 2005

¹¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 372ª sessão, 25 fev. 1955, Vol 14, p. 240.

¹² Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, 12 dez 1963

¹³ Processo 613 de 1955. Promovente: vereador Paulo Vieira e outro. Câmara Municipal de São Paulo.

dignidade em uma cidade como São Paulo, conquistava espaço na própria documentação oficial. O que revelava, pode-se dizer, a profunda legitimidade que iam adquirindo tanto as demandas, quanto os sujeitos que as formulavam.

Portanto, o abaixo-assinado dava publicidade a “demandas imediatas”, legitimando-as pelo próprio procedimento adotado e pelo reconhecimento de algum vereador que, como vimos, entrava muitas vezes como intermediário entre a população e o Prefeito. Além disso, sua linguagem, construía uma determinada representação da condição da população da periferia como cidadãos que pagam impostos e, não obstante, eram abandonados pelas autoridades à sua própria sorte, estando aí a raiz da idéia da Prefeitura como “madrasta”. Finalmente, introduzia um fator ausente na simples petição: a promoção da discussão e da mobilização popular, constitutivas da formação do que se pode chamar de uma esfera pública plebéia e de uma “vontade coletiva” por mudanças sociais.

Uma outra forma de luta, certamente muitas vezes associada às demais já analisadas, era a realização de comícios, geralmente com a convocação de políticos e da imprensa, para denunciar as mazelas do bairro, mobilizar seus moradores, construir uma vontade coletiva de mudanças, comprometer os poderes públicos, renovar os compromissos entre a população local e seus representantes. Tratavam-se, no mais das vezes, de concentrações com participação pouco numerosa, de duração não muito longa - um acontecimento da política local. A reunião ou comício de bairro como forma de fazer política parece ter sido reforçada na administração de Jânio Quadros como Prefeito. Segundo Moisés: “Ele chegou a fazer, também, uma série de reuniões e comícios locais, organizados pelas SABs, nos quais prestava contas diretamente à população do seu governo, cuja promessa tinha sido ‘integrar a periferia na cidade’”.¹⁴

Uma exemplo de como se davam essas reuniões de bairro podemos verificar no evento ocorrido no bairro de Pinheiros, de 20 às 22 horas do dia 15 de novembro de 1957, quando se realizou um comício com a assistência de aproximadamente 150 pessoas. O palanque fora improvisado na carroceria de um caminhão. Um dos oradores, Otávio Pereira, “morador do bairro” segundo anotações de um policial do DOPS, teria criticado “as autoridades do país pelo descaso demonstrado com relação aos problemas de

¹⁴ MOISÉS, J.A., *Classes populares e protesto urbano*, p. 293. O autor indica como fonte as coleção de *Folha Socialista* de 1953, especialmente dos meses de julho, agosto e setembro.

Pinheiros”, que seriam: falta de saneamento dos córregos, a escada da estação Sorocabana e a necessidade de criação de uma Sub-Prefeitura. Aproveitou o orador para discorrer sobre a carestia e a pena de morte.¹⁵

Outro comício, desta vez promovido pela Sociedade Amigos de Monte Kemel-Ferreira, com a participação de cerca de 350 pessoas, no ponto final do ônibus Ferreira, contra o aumento de passagens, quase promove um “quebra-quebra”. Segundo anotações de um agente da polícia política, as depredações não teriam sido levadas a efeito “talvez devido aos próprios oradores que cansaram a assistência com suas arengas demoradas”. A vereadora Matilde de Carvalho, única parlamentar presente, aproveitou para aconselhar o público a organizar “comitês femininos nas sedes das sociedades amigos de bairros, a fim de que as mocinhas de agora não se percam em idílios no escuro”. Esta afirmação provocou forte reação das mulheres do bairro, que consideraram-na “machista” e desrespeitosa em relação aos trabalhadores, que eram obrigadas, pelos horários de trabalho, a percorrer as ruas no escuro da noite ou da madrugada.¹⁶

Cabe dizer que a Sociedade Amigos de Monte Kemel representava base legal para a atuação do PCB no bairro, onde funcionava uma célula dirigida por José Clemente e Osmar Grígoni. A Sociedade promovia reuniões, festas e mantinha um clubinho de cinema que exibia seriados aos sábados e domingos.¹⁷

Os comícios de bairro podiam ser, também, um recurso dos sindicatos em suas campanhas pelo reajuste do salário mínimo ou pelo congelamento de preços, como pode-se perceber pelo relato de uma assembléia geral metalúrgica realizada a 24 de janeiro de 1954. Em campanha pelo salário mínimo, congelamento de preços e sindicalização em massa a categoria, segundo o jornal *O Metalúrgico* “deliberou realizar concentrações diárias nos bairros a partir do dia 28 até o dia 14 de fevereiro próximo”. Os trabalhadores concluíram: “Não estamos mais na época de esperar que o Governo faça alguma coisa pelos trabalhadores, havendo necessidade de o conseguir através de movimentos de classe junto às autoridades”.¹⁸ Em assembléia realizada em dezembro do mesmo ano, o Presidente

¹⁵ Dossiê DOPS 50-J-138-191, p. 412.

¹⁶ Dossiê DOPS 50-J-138-152. As informações acerca da reação das mulheres do bairro foram prestadas por Zilda Márcia Grígoni Iokoi.

¹⁷ Informações prestadas por Zilda Márcia Grígoni Iokoi

¹⁸ “Unidos com o sindicato os trabalhadores metalúrgicos em luta pelo salário mínimo”, *O Metalúrgico*, Nº 129, fev./mar 1954, p. 8.

Remo Forli informou sobre sua participação em reuniões em diversos bairros, assinalando que a opinião dominante era a favor de uma luta pelo congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade e contra o aumento de tarifas da CMTC.¹⁹

Em períodos eleitorais, especialmente se tratando de pleitos municipais, obviamente a vida política nos bairros se intensificava e os comícios se tornava mais amiudados. É o que se verifica, por exemplo, em datas próximas às eleições municipais de outubro de 1963, com os comícios promovidos pela *Tendinha de Reclamações*. No dia 11 de setembro a *Tendinha* foi montada em Vila Esperança e em sua tribuna subiram diversos oradores, dentre eles a candidata a vereadora pelo Partido Rural Trabalhista, Nilce de Melo, o jornalista e escritor Rossini Camargo Guarnieri e o presidente da Sociedade Amigos de Vila Guilhermina, Otávio Cármin Machado, que pediu “aos dirigentes das Sociedades Amigos de Bairros da Zona Leste de São Paulo para que fizessem frente comum com os clubes varzeanos para obter do prefeito piscinas para os filhos dos trabalhadores, a fim de que seja desenvolvido entre os trabalhadores e seus filhos o salutar esporte da natação”.²⁰

4.2. A luta tem que ser vista: outras formas de dar publicidades às demandas imediatas.

Também deve ser lembrada a formação de uma rede de comunicações popular, que, além da função mais óbvia de dar publicidade e legitimidade²¹ às demandas imediatas e socializar informações, cumpria também os papéis de coordenação da experiência coletiva, desenvolvida fragmentariamente, e da construção de uma vontade comum, aproximando-se, desta forma, das funções de um partido político.

No que se refere aos movimentos sociais de bairros, essa rede de comunicações foi constituída por: jornais de associações de moradores ou de bairro, como *O Cidade Dutra* (da Sociedade Amigos da Cidade Dutra) ou *O Belenense* (da Sociedade Amigos do Belém, lançado em 1966) ou *O Amigo* (fundado em 1954, mais tarde mudando de nome para *Voz do Bairro*); *Jornal dos Bairros* e outros; colunas dedicadas à cobertura das demandas e movimentos de bairro: “Tendinha de Reclamações” e “Cidade Aflita” no *Última Hora*,

¹⁹ Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 10 dez 1954, p. 160.

²⁰ “Tendinha vai a V. Esperança”, *Última Hora*, N° 3.520, 11 set. 1963, 1ª edição, p. 11.

²¹ As lutas dos moradores poderiam ser empreendidas com mais vigor depois de vereditos como este: “A reportagem esteve no local, verificou os fatos, ouviu os desesperados moradores do Carandiru, constatou, *in loco*, a justeza cristalina de sua revolta, de seus apelos, de suas reclamações”. “Os moradores do Carandiru e Vila Guilherme suplicam providência”, *Última Hora*, N° 936, 15 abril 1955, 1º Caderno, p. 6.

“Notícias de Hoje nos Bairros” do jornal de orientação comunista *Notícias de Hoje* - há notícia, também, de colunas dedicadas especialmente aos bairros em *A Hora*, *Correio Paulistano* e *Folha do Povo*²² - e, finalmente, programas radiofônicos como *A Ronda dos Bairros*, da Rádio Nacional e mesmo *Histórias das Malocas*, de Adoniram Barbosa, na Rádio Record.

Tentamos, a partir, na maioria dos casos, de escassa documentação, levantar algumas questões sobre o papel desempenhado por cada um desses veículos de comunicação nas lutas por direito de moradia, saneamento e lazer, os chamados direitos promocionais ou de terceira geração.

O exemplar que pudemos consultar de *O Cidade Dutra* reproduziu vários ofícios enviados à Prefeitura, contendo demandas dos moradores do bairro. *O Belenense* de seu primeiro ano - 1966, já fora do período enfocado neste trabalho - trazia o edital de convocação para uma Assembléia Geral Extraordinária da SAB (Sociedade de Amigos do Belém), com os quatro itens para a pauta a ser deliberada. Em outra matéria, noticiava-se o jantar promovido na Cantina Pelliciari por diretores da sociedade, com a presença de autoridades políticas e religiosas, comemorando os 14 anos de existência da associação. O teor de ambos os jornais sugere um conteúdo jornalístico voltado para as questões locais, dando prioridade aos procedimentos cotidianos da vida da associação ou a eventos sociais do bairro.

Um dos mais importantes jornais de bairro da época, *Voz do Bairro*, já não dispõe de coleções arquivadas dos exemplares mais antigos, restando um pouco de sua história na memória de seu fundador, José das Neves Eustáquio, que contribuiu com seu depoimento para esta tese.

As colunas dos jornais da grande imprensa, como *Última Hora*, ou da imprensa de orientação de esquerda, como *Notícias de Hoje*, pôde ser melhor pesquisada. Inicialmente é preciso esclarecer a respeito da forma pela qual as demandas imediatas eram representadas por cada um desses jornais. Obviamente, os mesmos não mostravam uma realidade pré-existente, mas participavam de sua construção. Isto ocorria com a própria representação das demandas, no que diz respeito aos valores - positivos ou negativos - a elas atribuídos. O

²² MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 191.

mesmo ocorria com a imagem dos sujeitos sociais envolvidos, com a maneira como eram apresentadas suas relações com o poder público, sua condição social e política.

Com relação ao jornal *Última Hora*, cabe dizer que havia um padrão na elaboração das matérias sobre a periferia: esta era apresentada como carente das mínimas condições de higiene e de vida; seus moradores eram descritos como “abandonados”, “desamparados” e “aflitos” e os poderes públicos eram responsabilizados por “descaso”, “inércia”, “rigidez”, “centralização administrativa”.

O tema da “higiene”, componente ideológico fundamental do movimento sanitário do começo do século, reaparece, desvinculado dos objetivos eugênicos então postulados. Nos anos 1950 trata-se da luta pela higiene, empreendida pela própria população, que usava a imprensa como porta voz de denúncias, propositalmente enfatizadas para chamar a atenção do poder público. Cabe notar que, por outro lado, as veementes denúncias do *Última Hora* revelam seu compromisso com a viabilização do “padrão periférico de crescimento urbano”, solução prática adotada pelo Estado para o problema da habitação no período da “República populista”.

Quanto à caracterização do morador como “abandonado”, parece destinada a promover uma “inversão” própria das operações ideológicas: apresentar o morador como dependente da imprensa, do poder público e dos políticos, quando na verdade era o jornal que dependia do público da periferia para manter-se e eram os vereadores que dependiam do voto do popular para continuar em suas carreiras.

Cabe notar que a intervenção do *Última Hora* na problemática urbana reforça a impressão de que aquele órgão de imprensa funcionava como “partido político” – no sentido gramsciano – getulista/janguista, pois, além das reportagens, o jornal vinculava-se aos movimentos sociais urbanos por meio de outras iniciativas como a realização de um Congresso dos Bairros, em 1962 e da *Tendinha de Reclamações*. Quanto a esta última iniciativa, cabe dizer que, segundo Duarte, com base em depoimento de Noé Gertel, foi o jornal *Hoje*, de orientação comunista, que, no pós Segunda Guerra, inaugurou as visitas da reportagem aos bairros como acontecimento político-jornalístico.

A forma de atuação do *Tendinha de Reclamações* muito se assemelhava a essa, inventada pelos comunistas. Somos informados, por exemplo, de que, em uma visita à Penha, em maio de 1955, a reportagem fora assessorada por membros da Sociedade

Amigos das Vilas Reunidas da Penha que formou “juntamente com os elementos da ‘Tendinha’ verdadeiros ‘comandos’, apontando falhas e irregularidades existentes (...)”.²³ Quando instalada na Água Funda, dois meses depois, “quase duas centenas de pessoas, à viva força, queriam registrar suas queixas contra as falhas ali existentes”.²⁴

A seção foi mantida, com aparições esporádicas, até, pelo menos, 1963. Outra seção, do mesmo período era a *Fala do Povo*, veiculando demandas dos cidadãos referentes a problemas urbanos, carestia, eventos políticos. Em 1960 surge outra coluna, *Cidade Aflita*, assinada por Paulo Antônio, responsável, por noticiar reivindicações e movimentos de bairros, mas sem o caráter de intervenção política direta.

Mesmo quando o *Tendinha de Reclamações* não entrava em ação, o jornal podia estabelecer vínculos com a população de outras formas, como, por exemplo, a partir de visitas à própria redação. É o que se noticia em janeiro de 1955, quando T. Pavão e José Pedroso, representando os moradores do Parque Vila Prudente, compareceram ao jornal, portando “garrafas com água contaminada na mão”, para agradecer o apoio de *Última Hora* na luta, finalmente bem sucedida, pela obtenção de água potável.²⁵

Quanto ao *Notícias de Hoje*, parece ter funcionado, assim como o *Última Hora*, como organizador coletivo, vinculado às metas do Partido Comunista, por exemplo, apoiando as entidades de bairro vinculadas ao Partido, como as associações femininas,²⁶ ligadas à Federação das Mulheres, ou promovendo mesa-redonda com os leitores do jornal para colher sugestões sobre a forma e o conteúdo da publicação.²⁷

O noticiário, por sua vez, parece vincular-se às metas políticas do partido. Assim, por exemplo, uma matéria contendo denúncias sobre a mortalidade infantil em Vila Maria, em março de 1953, conclui afirmando que os candidatos André Nunes Jr e Nelson Rusticci, apoiados pelo PCB na disputa pelo executivo municipal, defendiam o “Programa Popular”, “garantia de que esse bairro merecerá a atenção da Prefeitura”.²⁸ Por sua vez, o noticiário sobre Lapa, Mooca, Santana, na mesma edição do jornal, diz respeito à preparação da Convenção Estadual contra o Acordo Militar Brasil-EUA.

²³ “Cinco mil crianças na rua por falta de escolas!”, *Última Hora*, Nº-956, 10 maio 1955, 1º Caderno, p. 6

²⁴ “Completamente esquecido o bairro da Água Funda”, *Última Hora* Nº 980, 7 jun. 1955, 1º Caderno, p. 5

²⁵ “Vila Prudente continua a beber água contaminada”, *Última Hora* Nº 854, 6 jan 1955, 2º Caderno, p. 8.

²⁶ Dossiê DOPS 50-J-104-701 e Dossiê DOPS 50-J-104-725.

²⁷ “Sugestões e críticas nas mesas-redondas do jornal”, *Notícias de Hoje*, Nº-616, 7 fev. 1954.

²⁸ “Vila Maria, um bairro pobre”, *Notícias de Hoje*, Nº-325, 8 mar 1953.

Quanto aos programas de Rádio, o *Ronda dos Bairros* ia ao ar diariamente às 9h:30 pela Rádio Nacional e veiculava as reclamações encaminhadas à seção *Fala do Povo*, do *Última Hora*. Além disso, periodicamente o programa promovia shows nos bairros, reforçando, assim, o vínculo com a população, como podemos inferir a partir da notícia reproduzida a seguir:

Domingo, dia 8, Cine Tangará – Santo André
Música! Alegria! Prêmios! Divertimento! Dinheiro! Presentes!
Programa milionário do Jornal UH irradiado pela Rádio Nacional de São Paulo – Ronda dos Bairros – com a participação dos maiores cartazes da Rádio Nacional Paulista e carioca.²⁹

Wolfe lembra que nos anos 40 e 50 os trabalhadores ouviam as transmissões de rádio nos poucos aparelhos existentes em barzinhos ou na casa de vizinhos, surgindo, assim, uma oportunidade para reunir-se. Segundo o autor, programas como *A Casa da Sogra* e *Histórias das Malocas*, ambos protagonizados por Adoniram Barbosa contribuíam para difundir idéias tradicionais da classe trabalhadora pelos bairros,³⁰ sendo o mesmo válido, provavelmente, para outros programas, como *A Ronda dos Bairros*, comentado acima.

1.4. Motins e “quebra-quebras”: os problemas dos transportes

Os métodos de luta empregados pelos moradores, em geral perseverantemente pacíficos, podiam mudar em algumas circunstâncias, especialmente quando o problema era o transporte. Mas mesmo outras questões, como a falta d’água, por exemplo, às vezes faziam transbordar o copo. Foi o que ocorreu em setembro de 1959 no Tatuapé.

Depois de mais de suas semanas sem água, dez mil moradores ergueram barricadas e abriram valetas na rua Serra do Japi. Em suas trincheiras foram pregados cartazes: “Chega de política”, “Prato do dia: poeira com arroz e feijão”, esta última revelando o quanto o humor poderia estar associado, nos modos do brasileiro, com o protesto e a resistência.³¹

²⁹ *Última Hora* Nº-294, 3 mar 1953

³⁰ WOLFE, J. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil’s working class, 1900-1955*, p. 157, 158. *A Casa da Sogra* surgiu em 1941 e *Histórias das Malocas*, inicialmente denominado *Bangalôs e Malocas*, em 1956. Cf.: CAMPOS Jr., C. *Adoniram – uma biografia*, p., 118, passim e 320, passim.

³¹ Cf.: SALIBA, E.T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*.

Poucos dias antes haviam sido erguidas outras barricadas, com dormentes e pedaços de trilhos arrancados da ferrovia Santos-Jundiaí na altura de Caieiras em protesto contra o aumento de 150% no preço das passagens. Numa segunda feira, milhares de moradores de Caieiras e Franco da Rocha se aglomeraram na estação do primeiro município a partir das cinco da manhã do dia 1º de junho de 1959 e “dispuseram-se em piquetes frente às composições”, impedindo a passagem dos trens.³² Eram homens, mulheres e crianças, capitaneados por rapazes portando uma bandeira nacional. Apenas por volta das 14 horas, depois da ação de “praças da Força Pública, policiais do DOPS, contingentes do Corpo de Bombeiros”, que recorreram ao uso de bombas de efeito moral, disparos para o ar e “cargas de baionetas”, foi possível dispersar a multidão.

A reportagem do *Última Hora* obteve a informação de que o movimento organizara-se em uma reunião de moradores no domingo, quando uma comissão foi escolhida. Entrevistado, o vereador José Ataíde Marcondes, ligado ao PCB de Franco da Rocha³³, esclareceu que a Câmara local encontrava-se em sessão permanente e acrescentou que já se fizera um abaixo-assinado contra o aumento das passagens, com mais de duas mil subscrições, a ser entregue ao Presidente da República, à Câmara Municipal e à Assembléia Legislativa de São Paulo. Também se manifestaram contra o aumento alguns vereadores de São Paulo e lideranças ferroviárias.³⁴

Parece confirmar-se no episódio uma avaliação defendida por muitos estudiosos dos motins urbanos: estes não podem ser compreendidos como manifestações espontâneas ou “explosões de fúria”. No caso em pauta, as informações sobre a natureza organizada do protesto são claras: foi elaborado um abaixo-assinado, houve uma reunião para organizar o piquete, formou-se uma comissão, buscou-se apoio de vereadores e sindicalistas. Tal como se verificou poucos dias depois no Tatuapé, não se tratou de um “quebra-quebra”, mas de outro método de luta, um “piquete”, com fechamento de vias.³⁵

Cerca de um ano antes, em outubro de 1958, outro motim contra aumento de passagens havia ocorrido em São Paulo. No dia 30 de outubro a população fora

³² “Fuzil e metralhadora sufocaram revolta de Caieiras: povo ameaça voltar à carga”, *Última Hora*, Nº-2.192, 2 jun. 1959, p. 1

³³ Informação obtida com Zilda Márcia Grícoli Iokoi.

³⁴ “Fuzil e metralhadora...”

surpreendida com a majoração das tarifas de ônibus e bondes. As primeiras em 42% e as segundas em 100%. O montante do reajuste e a falta de informações prévias à população impediram que a medida pudesse se apresentar investida de qualquer legitimidade. Os aumentos foram logo classificados como “escorchantes” e o método de agir “na calada da noite” avaliado por um vereador como motivo suficiente para pedir a renúncia do Prefeito Adhemar de Barros.³⁶ Um fato em especial foi apontado como catalisador da revolta: “trabalhadores e crianças escolares saíam de casa com os minguados Cr\$ 7,00 para ir e voltar e, no assalto, sofreram a diminuição do dinheiro que tinham, impossibilitando-os de voltar para o lar”.³⁷ Os limites da tolerância popular haviam sido rompidos.

O motim parece ter começado no dia 30, quinta feira, pela manhã. A única fonte em que encontramos notícias sobre o fato, o jornal *Última Hora*, não faz menção a organização prévia e atribui o comando dos protestos a estudantes. Populares logo aderiram e o centro da cidade e bairros adjacentes foram tomados por uma multidão enfurecida. O Brás, a rua Líbero Badaró, as praça Clóvis, Osvaldo Cruz, 14-Bis, Largo do São Francisco, João Mendes e “inúmeros outros pontos” transformam-se em campos de batalha. A polícia não conseguia intimidar a população e na Praça da Sé, ao lado da entidade Casa do Nacionalista, três cavalarianos foram apeados de suas montarias e espancados. Um deles morreu. Tentou-se incendiar ônibus da CMTC, aparentemente sem êxito. No final do dia haviam morrido quatro pessoas e 50 outras sido feridas: 19 militares da Força Pública e 31 civis. Às 18 horas ocorria um comício na Praça da Sé, organizado pela União Estadual dos Estudantes (UEE) e pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que, segundo o jornal *Última Hora*, teria acabado em pancadaria entre partidários de Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Carvalho Pinto.³⁸

No próprio dia 30 à noite, ocorreu uma importante assembléia conjunta do PUI (om entidades estudantis e populares no Sindicato dos Bancários. Estavam presentes, entre outros, Salvador Losacco, presidente do PUI, Amaro Cavalcanti, presidente da Associação

³⁵ Método de luta bastante empregado hoje por moradores da periferia, de cidades do interior ou de comunidades indígenas em países como Argentina, Bolívia e Equador. Cf: ALMEYRA, G. *La protesta social en la Argentina* (1990-2004).

³⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 423ª Sessão, 31 out 1958, Vol 19, p.365. O vereador em questão foi Joaquim Monteiro de Carvalho, nascido em São Paulo, em 1914, eleito pelo PSB na 3ª. Legislatura e reeleito nas duas seguintes pelo PDC. Era contador, economista, professor e jornalista.

³⁷ Ibid.

Paulista de Amigos dos Homens do Norte e Nordeste, Luiz Tenório de Lima, do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios, Aldo Lombardi, do Sindicato dos Metalúrgicos, Tabajara da Silva, Presidente da UEE (União Estadual dos Estudantes), Daniel Marum Filho, Presidente da UPES (União Paulista dos Estudantes), Gilberto Rogê Ferreira, vice-presidente da UPES, José Oscar, da Faculdade de Filosofia. Foi elaborado um manifesto conjunto protestando contra o aumento das tarifas e outros aumentos: gás, energia elétrica e gêneros alimentícios. Os governos federal, estadual e municipal eram responsabilizados e o manifesto concluía com um chamado: “Conclamamos a todos os estudantes, trabalhadores e donas-de-casa e povo em geral para uma luta sem tréguas contra a carestia, a ser iniciada a partir de agora”.³⁹

Alguns parlamentares se fizeram presentes à assembléia: os deputados José da Rocha Mendes, Farabulini Jr e Wilson Rahal e os vereadores João Louzada e Milton Marcondes. Uma comissão de trabalhadores e estudantes, acompanhada pelo deputado Rocha Mendes, procurou o comando da IIa. Região Militar e obteve do “oficial do dia”, um tenente cujo nome não foi revelado, a declaração de que “o Exército acompanha os acontecimentos e está do lado do povo”.⁴⁰

Decidiu-se na assembléia manter a paralisação de bondes e ônibus por quantos dias fosse necessário até a revogação do aumento das tarifas. O presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Luís Carlos Betiol, por sua vez, pretendeu inaugurar o que chamou de “gandismo crioulo” e convocou estudantes e populares a se revezarem em plantão permanente junto ao Gabinete do Prefeito, no Parque do Ibirapuera, até que as tarifas voltassem aos preços antigos.⁴¹

O narrado até aqui permite-nos deduzir que as manifestações do dia 30 não foram imprevistas e nem espontâneas. No começo da greve de outubro de 1957 surgira uma sigla: a “Unidade Operária-Estudantil”. Em seu nome foi realizada uma passeata e mesmo uma assembléia conjunta de grevistas e estudantes. Com o fim do movimento paredista a proposta poderia cair no esquecimento. Mas não foi o que ocorreu. O PUI absorveu essa

³⁸ “Repressão sangrenta à revolta do povo!”, *Última Hora*, Nº- 2.012, 31 out. 1958, 2ª Edição, p. 3. Sobre o PUI, ver Capítulo 6.

³⁹ “Todas as classes chamadas à luta contra a carestia!”, *Última Hora*, Nº-2.012, 31 out. 1958, 1ª Edição, p. 3

⁴⁰ “Continuará a paralisação da CMTC decidiram operários e estudantes”, *Última Hora*, Nº-2.012, 31 out 1958, 2ª Edição, p. 8

⁴¹ “Plantão da fome no Ibirapuera até cair aumento das tarifas”, *Última Hora* Nº- 2.012, 31 out. 1958, p. 8.

aliança e mais: transformou-se em entidade representativa de uma coligação também com as classes populares de maneira geral, representadas pelas associações de moradores. Em uma assembléia realizada no dia 3 de novembro de 1958, durante o motim da CMTC, Salvador Losacco caracterizava bem essa nova condição do PUI ao dizer: “Esta não é mais uma reunião do Pacto e sim uma grande assembléia popular onde tomam assento não apenas dirigentes sindicais, mas também homens do povo, entidades populares e os valorosos estudantes”.⁴²

O motim de 1958, talvez em decorrência do papel organizador desempenhado pelas entidades sindicais, estudantis e populares, teve características diferentes de outras revoltas contra as deficiências dos transportes, como o célebre “quebra-quebra” de 1947, por exemplo. Naquela ocasião o saldo de destruição da frota de ônibus chegou a 16 unidades totalmente danificadas e 78 seriamente avariadas e quanto aos bondes, nada menos que 242 foram depredados.⁴³ Em 1958 não há notícia de depredação de veículos. Aparentemente os organizadores conseguiram canalizar as energias populares para outro objetivo: o bloqueio de vias e a interrupção dos transportes.

No dia 31, *Última Hora* noticiou que os estudantes saíram novamente às ruas, paralisando bondes e ônibus, mas não menciona a participação de operários. Em uma assembléia à noite, estudantes e operários decidiram suspender o movimento durante o fim-de-semana, retomando-o no dia 3, segunda-feira.⁴⁴ Encontramos menção a uma outra “assembléia geral”, realizada no dia 1º de novembro, sábado, no Sindicato dos Metalúrgicos, quando teria sido ratificada a resolução de manter os transportes paralisados até a redução das tarifas. Os problemas financeiros e administrativos Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC) começaram a ser tratados e decidiu-se formar uma comissão, chefiada por Salvador Losacco, para pressionar deputados estaduais e federais a aprovarem a liberação de verbas para a companhia. O líder sindical também viajou para o

⁴² “Comícios e passeatas para sustar o aumento da CMTC”, *Última Hora*, Nº 2.015, 4 nov. 1958, 1º Caderno, p. 6.

⁴³ Sobre este movimento, além do artigo “Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947” de José Álvaro Moisés, ver o recente artigo de Adriano Luiz Duarte, “Paulicéia em chamas” In: *Nossa História*, Nº 29, Ano 3, mar 2006, p 70-73 Os dados foram extraídos de Duarte. Divergem um poucos dos apresentados por Moisés.

⁴⁴ “Estudantes e motoristas ameaçam reeditar a luta: densa expectativa nas ruas de São Paulo”, *Última Hora*, Nº 2.012, 31 out. 1958, p. 10.

Rio de Janeiro, onde se avistaria com autoridades federais à procura de uma solução para a empresa.⁴⁵

Na sessão ordinária da Câmara Municipal do dia 31 de outubro também se discutiu o problema e alguns vereadores pediam a liquidação da CMTC e a entrega dos transportes coletivos a empresas particulares.⁴⁶ Nenhum dos parlamentares condenou o levante popular: Monteiro de Carvalho, do PSB, Hirant Sanazar, do PST, João Louzada, do PSP, Helena Junqueira, e Modesto Guglielmi, do PDC, Mayer Filho (sem informação sobre o partido), André Nunes Jr., presidente da Câmara, do PTB, José Augusto da Silva Ribeiro, do PL, Corinto Baldoíno (sem informação sobre o partido) se pronunciaram em solidariedade aos manifestantes, com críticas aos poderes públicos, propondo reformas na CMTC ou postulando-se como mediadores entre o movimento e a Prefeitura. Os vereadores João Louzada e Hirant Sanazar, que participou intensamente do movimento autonomista de Osasco, vindo a ser eleito seu primeiro prefeito, foram os mais eloquentes. O primeiro sentenciava:

Peço desculpas por falar em tom um pouco alterado, que este não é o meu feitio. Estou magoado porque estive com os trabalhadores, os estudantes e o povo em praça pública e participei desse drama doloroso. O povo não agüenta mais. Talvez já seja tarde quando quiserem tomar alguma providência, talvez o povo, já saturado de tanta escravização, tente resolver os seus problemas por si próprio, porque é penoso para um chefe de família chegar em sua casa cansado, exausto, e não ter um pedaço de pão para dar aos filhos famintos.⁴⁷

O segundo, por sua vez, alertava:

Grande parcela do povo paulistano deu, na tarde de ontem, o exemplo varonil que deverá ser, doravante, sempre imitado, nos momentos em que os responsáveis pelas condições de vida, em São Paulo, cometam atentados à economia e à felicidade das nossas desditosas famílias (...) Que sirva de lição aos lesa-pátria, aos traidores do povo, o movimento de protesto encetado pelos estudantes e trabalhadores na tarde de ontem, contra a alta das tarifas da CMTC.⁴⁸

A sessão foi interrompida para que os líderes das bancadas pudessem se reunir, no Salão Nobre, com dirigentes sindicais e estudantes que foram pedir providências e apresentar sugestões. Formou-se uma comissão para imediatamente negociar com o

⁴⁵ “Jânio: governo não tolerará paralisação dos transportes!”, *Última Hora*, Nº2.014, 3 nov. 1958, p. 3

⁴⁶ Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo, 423ª sessão, 31 out. 1958, Vol 19, p. 365, 371, 377, 389.

⁴⁷ Ibid.

Prefeito, que, entretanto, não foi localizado. Foi, então, aprovada a formação de uma comissão com representantes de todas as bancadas para posterior entendimento com o Prefeito. A ele foi entregue um ofício pedindo a suspensão do aumento e esclarecimentos sobre os seus motivos. Também pleiteava-se a entrega da CMTC a uma nova direção, apolítica e “estritamente técnica”. Os vereadores, por sua vez, comprometiam-se a examinar os dados da companhia de forma a encontrar outros recursos.

Na segunda-feira, dia 3, o movimento foi retomado, e verificou-se quão “escassa era a condução na cidade”. Entretanto, em assembléia de dirigentes sindicais, estudantes e entidades populares, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos - local onde funcionava o “QG do movimento” - iniciada à noite e só concluída na madrugada do dia 4, resolveu-se adotar o que para alguns foi uma “nova tática de luta”: substituir os piquetes por comícios-relâmpago, passeatas, culminando com uma grande assembléia intersindical e popular no dia 9 no Cine Brás.⁴⁹

De fato, a assembléia do dia 9 realizou-se, e sua deliberação mais importante foi promover uma “Passeata da Fome” contra a carestia no dia 28 daquele mesmo mês de novembro:

Foi recomendado ainda que cada sindicato, grêmio estudantil, sociedade de bairro, feminina ou popular realize assembléia – antes do dia 28 – a fim de que a passeata seja expressão da vontade de todas as categorias profissionais e que se apóie também em detalhada organização nos locais de trabalho, nas vilas, ruas, em cada aglomerado humano disposto a protestar de maneira efetiva pela contenção dos preços.⁵⁰

O Secretário da Federação dos Têxteis, Luiz Firmino de Lima, entusiasmado, cogitava que a manifestação deveria ser “dez vezes maior do que a gigantesca passeata da Panela Vazia e Contra a Fome, realizada em 1953”. Entretanto, também manifestaram-se vozes divergentes em relação à “mudança de tática” adotada na luta contra o aumento de tarifas: Ricardo Zaratini, dirigente da UEE, criticou os sindicalistas que, segundo ele, fizeram o jogo, uns de Jânio Quadros e outros de Adhemar de Barros, durante os protestos.⁵¹

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ “Comício e passeatas para sustar o aumento da CMTC”, *Última Hora*, 2.015, 4 nov. 1958, 1º Caderno, p. 6.

⁵⁰ “Dia 28: ‘Passeata da Fome’ contra a carestia de vida”, *Última Hora*, Nº 2.020, 10 nov. 1958, 1º Caderno, p. 2.

⁵¹ Ibid.

No dia 4, quarta-feira, algumas entidade estudantis, não acatando a mudança de tática, voltaram a montar piquetes nas ruas: o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto liderou uma manifestação, “mackenzistas” levaram mesas de ping-pong para as vias públicas. Na Dr. Arnaldo os alunos de medicina usaram cavaletes e mesas para montar uma barricada e na Escola Politécnica, situada, então, na Avenida Tiradentes, estudantes tentaram interromper o trânsito.⁵² As notícias sobre o movimento cessam no dia 4. Aparentemente o reajuste foi mantido. A revolta popular, por sua vez, foi canalizada para a “Passeata da Fome”, que se realizou no dia 28 de novembro.

A ligação viária entre local de trabalho e moradia, com o declínio das vilas operárias e da moradia em cortiços nas regiões centrais, passou a ser um problema crucial para a viabilização do “modelo periférico” de solução habitacional, como já comentamos no capítulo 2. Atrasos, falta de linhas, viagens demoradas e incômodas, podiam simplesmente inviabilizar um dos itens fundamentais da reprodução social: o deslocamento de casa para o trabalho. As deficiências no transporte explicam, em parte, o absenteísmo dos trabalhadores, tão lamentado pelos industriais. Os descontos salariais, a perda do fim-de-semana remunerado e mesmo de parcela das férias podiam representar a ameaça da fome e da demissão, circunstâncias gravíssimas para o trabalhador e sua família. Segundo Adriano Duarte, “de todos os complexos problemas urbanos enfrentados pelas classes populares no após-guerra, possivelmente o mais agudo era o dos transportes coletivos”, sendo esta a reivindicação mais freqüente apresentada pelos Comitês Democráticos Populares (CDP) e SAB (Sociedade Amigos de Bairros).⁵³ Tudo isto ajuda a explicar porque a mesma população que, para resolver outros problemas urbanos, recorria perseverantemente aos abaixo-assinados, petições, rumava em caravanas à Câmara Municipal, procurava a imprensa ou o rádio, clamava contra o poder público em pequenos comícios na praças dos bairros, poderia, em certas circunstâncias, manifestar a sua fúria com violência num motim.

Esta não foi, entretanto, a única forma de protestar contra a falta de transportes. Cinco anos depois do motim da CMTC, em setembro de 1963, revelando, talvez, a legitimidade conquistada por novas entidades populares e formas de organização e luta no decorrer dos anos 1950 e começo de 1960, cerca de vinte sociedades amigos de bairro se

⁵² “Estudantes enfrentam baionetas: Jânio ameaça de prisão e processos todos os jovens que paralisarem o trânsito!”, Última Hora, Nº2.015, 4 nov. 1958, 1º Caderno, p. 8

⁵³ DUARTE, A.L. Op. cit., p. 41

reuniram em torno de uma iniciativa da sociedade de Vila Formosa, formando o *Movimento de Entidades de Bairros*. Seu objetivo era: “estudar por conta própria o problema do transporte em São Paulo e, depois de tirar suas conclusões, apresentar um relatório de sugestões às autoridades, apontando medidas que (...) poderão solucionar as dificuldades que existem nesse setor”.⁵⁴

O “estudo” das condições de transporte, ao contrário do que a palavra pode sugerir, não seria entregue a especialistas ou realizado em bibliotecas, mas teria um caráter mobilizador. Foi escolhida uma “Comissão Executiva” com a incumbência de planificar os trabalhos e dirigir os rumos do movimento, que deveria envolver cada vez mais a população dos bairros. Quinzenalmente seria realizada uma assembléia do movimento em uma das sociedades amigos de bairro envolvidas. A legislação concernente e a regulamentação da concessão de linhas às empresas particulares seria estudada. Os problemas de cada bairro seriam examinados detidamente: falhas, irregularidades, formas de melhorar o serviço. Concluídos os trabalhos, os participantes apresentariam sugestões à Prefeitura e à CMTC, contendo medidas para resolver a questão.

A matéria do *Última Hora* encerra-se com uma conclusão que começava a tornar-se moeda corrente para um número cada vez maior de pessoas nos idos de 1963: “*Ninguém, como o próprio povo, tem o direito de apresentar soluções para o problema*. Porque é o povo que sente diretamente as conseqüências dessa calamidade que é o transporte coletivo em São Paulo” [Grifo do autor].⁵⁵

Parece razoável concluir que o recurso a piquetes visando a paralisação dos transportes e mesmo a depredação dos veículos constituíram métodos de luta legitimados por organizações populares, lideranças políticas e até instituições como as câmaras de vereadores de Franco da Rocha e São Paulo. O motim de Caieiras, a ameaça de depredação em Vila Kemel, o motim da CMTC, foram manifestações organizadas por entidades de bairro, e, no último caso mencionado, por sindicatos e entidades estudantis. A legitimidade dessas manifestações decorria do fato de que a ameaça da violência entrava geralmente como ingrediente de uma teatralização da revolta, mais do que como um método de lutas. Isto transparece, por exemplo, no discurso pronunciado por Valdemar Moreno, apresentado

⁵⁴ ROBERTO, J. “Transporte coletivo: povo busca soluções”, *Última Hora*, Nº-3.524, 16 set. 1963, p. 4, “Coluna Cidade Aflita”

⁵⁵ Ibid.

como “um dos líderes varzeanos de Vila Formosa” na sessão de encerramento do I Primeiro Congresso dos Bairros, promovido por *Última Hora*, em maio de 1962. Segundo a reportagem “o sr. Valdemar advertiu que, se não forem tomadas medidas imediatas, a população poderá chegar a um quebra-quebra contra os coletivos de conseqüências imprevisíveis”, formulando aquele método de luta como um recurso extremo, dentro de um leque de opções de luta por direitos legítimos. Não foi apresentada nenhuma censura à ameaça do líder popular.

Ou seja, o que parece haver em comum entre os episódios narrados anteriormente é o fato de partirem para a ação direta, avaliada como necessária, em certos momentos, para a manifestação e a “simulação” da revolta popular na arena pública. É sugestiva a crítica apresentada pelo então dirigente da UEE, Ricardo Zaratini, aos dirigentes sindicais: “faziam o jogo” do Prefeito e do Governador no decorrer dos protestos, contribuindo para esvazia-los. A crítica se mostrará procedente se considerarmos o cancelamento da Passeata da Fome ao Rio de Janeiro e a extinção do PUI, pouco depois. Pode-se dizer que se revela aqui, um dos limites estruturais do sindicalismo da época: produziu direções que temiam a ação direta como método de luta, pois rompia os esquemas consagrados de pressões graduais, recuos, esperas e negociações.

Entretanto, vale destacar que a ação direta não se constituiu como uma alternativa isolada das muitas formas de organização da vida nos bairros e vilas operárias.

4.4. Congressos e Plenárias

Em 1954 era criada a Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo (FESAB) por iniciativa de quatro associações de moradores: as SABs de Vila Célia, Jardim das Laranjeiras, Vila Mazzei e Vila Boralia, em Osasco.⁵⁶ Naquele mesmo ano organizou-se um Congresso Geral das SABs.

As entidades de bairro tenderam a articular suas lutas, promovendo Congressos e Plenárias em certas regiões. A aglutinação das lutas fragmentadas parece ter elevado, por

⁵⁶ MOISÉS, Op. cit., p., 219. Maria Amélia Gohn refere-se a uma “Confederação das SABs”, que seria “órgão centralizador do movimento, abrangendo todo o Estado”, referindo-se, provavelmente, a FESAB. Informa, ainda, que nos mesmo ano realizou-se o I Congresso Geral das SABs. GOHN, Op. cit. p. 59. José Álvaro Moisés, por sua vez refere-se a um I Congresso de Entidades de Bairros de São Paulo que, entretanto, teria ocorrido alguns meses antes da organização da FESAB. Na época de sua pesquisa, fontes documentais como o Arquivo do DOPS ainda não estavam disponíveis o que talvez tenha contribuído para o desconhecimento sobre as atividades posteriores da FESAB, levando Moisés a concluir erroneamente: “Os sinais da presença

sua vez, o patamar político dos movimentos, tendo, como uma das resultantes, a aproximação – não sem conflitos – com os sindicatos, representados no PUI. Outra resultante foi a formulação de novas metas políticas – a autonomia - e a construção de novas instituições democráticas – as câmaras ou assembleias distritais. Como lembram os autores de um trabalho coletivo sobre crescimento e pobreza em São Paulo: “A discussão mais geral dos problemas da cidade, a partir das organizações locais, abriu caminho para uma nova fase na história das sociedades de amigos de bairro, que passaram a se congregarem em regionais e plenários nas diversas zonas do município”.⁵⁷

Em julho de 1957 foi realizada uma convenção das SABs de São Paulo, patrocinada pela FESAB. As conclusões do evento dão indícios sobre as tendências que os movimentos sociais de bairro iam adquirindo: por um lado, a FESAB era reconhecida como coordenadora da luta comum por melhorias de ordem geral e local, no que se referia a transportes, habitação, abastecimento, água, luz, esgoto, calçamento, correios, telefones, saúde pública, ensino, esporte. Por outro lado, as entidades populares avançavam nas exigências de participação na gestão dos negócios públicos, ou seja, de democratização do poder público. Reclamava-se, assim, o direito de participação no plano diretor da cidade, na administração da CMTC, além da formação de uma “cooperativa de consumo metropolitano em São Paulo”.⁵⁸

No mesmo mês realizou-se o I Congresso das SABs dos bairros da Lapa e Adjacências, com duração dos dias 15 a 24.⁵⁹

Em setembro, ainda em 1957, realizou-se a Convenção das Sociedades Amigos de Bairros e Congêneres da Zona Leste, com duração dos dias 22 a 29, reunindo cerca de 40 entidades, confirmando a tendência a coordenação das lutas fragmentadas. Foram aprovadas algumas teses sobre temas como “Abastecimento e barateamento do custo de vida”, propondo a criação de cooperativas mistas, de produção e crédito; “Assistência Social”, defendendo a necessidade de criação de hospitais populares, postos de saúde, parques infantis e “lares-escolas” na região; “Serviço de recreação popular”, pleiteando a

dessa federação, entretanto, também são escassos e ela parece ter sido praticamente inoperante”. MOISÉS, Op. cit., p. 220.

⁵⁷ COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *São Paulo 1975 Crescimento e pobreza*, p. 117.

⁵⁸ FONTES, Op. cit., p. 223, 224.

⁵⁹ Dossiê DOPS 50-J-138-143

construção de praças de esportes, teatros populares e a realização de concertos públicos. Além das teses, uma extensa pauta com 23 pontos foi elaborada, abrangendo reivindicações que iam das mais comuns, como “iluminação pública e domiciliar” até as menos lembradas, como “criação de escola do SENAI” ou a construção de um cemitério.⁶⁰

Verificou-se, portanto, no final dos anos 50, uma tendência mais forte à aglutinação das organizações de bairro em fóruns maiores. Começaram a surgir os plenários por zonas, sendo o da zona sul citado como pioneiro, embora haja controvérsias sobre o ano de sua formação. Segundo Gohn congregava treze entidades e tinha como sede a SAB de Cidade Vargas, no Jabaquara.⁶¹

Certamente a ampliação da rede de sociedade amigos e a tessitura dos laços de interação entre elas foi importante para que visassem horizontes políticos mais amplos. Assim, no dia 9 de janeiro de 1959, o presidente da FESAB, Sebastião Costa, anunciou sua ida, acompanhado de grande comissão, ao Rio de Janeiro para entregar um memorial ao presidente Kubitschek denunciando que “os moradores dos bairros de São Paulo não suportam mais a fome, a miséria, o abandono e a desnutrição”.⁶² No mês seguinte, quando a “Passeata da Fome” que fora programada para percorrer as ruas do Rio de Janeiro, foi suspensa pelas entidades sindicais, Sebastião Costa definiu a posição da FESAB:

Nós, entretanto, nada temos com os sindicatos. Mais de mil pessoas já devidamente inscritas irão ao Rio pedir audiência ao Chefe do Governo Federal por ocasião da abertura dos trabalhos da Câmara dos Deputados. Caso não formos recebidos, dirigir-nos-emos ao Palácio Tiradentes a fim de pedir ao Legislativo que interceda.

Como parte do calendário de mobilizações com vistas a preparação da caravana seriam realizados comícios relâmpagos nos bairros e um comício-monstro no centro de São Paulo. A decepção face a atitude dos sindicalistas, dos quais a FESAB começara a aproximar-se por volta de março de 1957, prestando ativo apoio a Greve dos 400 mil em outubro daquele ano, revela-se, ainda, em outro trecho da entrevista de Sebastião Costa: estava decidido a

⁶⁰ “A população suburbana elabora o seu programa de reivindicações”, *Notícias de Hoje*, 1 out., 1957. No mesmo período foi assinalada a realização da I Convenção das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Entidades Congêneres da Freguesia do Ó, em abril de 1958. “Mobilizada a Freguesia do Ó: convenção irá reivindicar melhoramentos para os bairros”, *Última Hora* Nº 1.845, 18 abril 1958, 1º Caderno, p. 5.

⁶¹ A própria autora apresenta duas datas para a criação do Plenário da Zona Sul: 1958 (p. 59) e 1959 (p. 89) Cf.: GOHN, M.G., Op., cit., Adriano Duarte dá o ano de 1957 Cf.: *Cultura Popular*...p. 131.

⁶² “Povo não suporta mais a fome: Convenção contra a carestia”, *Última Hora* Nº 2.070, 9 jan. 1959, 1º Caderno, p. 2.

convidar o Ministro do Trabalho a participar de uma reunião das SABs “para que ele possa sentir todo o desespero da população pobre dos bairros e vilas da cidade e não apenas os ambientes confortáveis dos sindicatos e da Delegacia Regional do Trabalho”.⁶³

A FESAB não foi a única “forma superior de organização”⁶⁴ surgida nos anos 50. Os jornais populares, como *Folha do Povo* e *Última Hora* promoverem seus próprios congressos de SABs. Nos dias 12, 14 e 16 de abril de 1955 realizou-se o I Congresso das Sociedades Amigos de Bairro da Capital, patrocinado pelo jornal *Folha do Povo*.⁶⁵ O Teatro Municipal acolheu os cerca de 150 delegados para as reuniões plenárias e outros locais foram utilizados para a discussão das mais de vinte teses encaminhadas. Estavam representadas 53 SABs e o temário foi dividido em duas partes principais:

1. Das sociedades de amigos de bairros: a) regulamentação legal; b) desenvolvimento associativo; c) política apartidária,
2. Dos problemas gerais: a) assistência social; b) cooperativismo; c) cultura, recreação e esportes; d) energia elétrica; e) policiamento; f) sanitários; g) transportes e h) urbanismo.⁶⁶

O item “c” da primeira parte do temário, “política apartidária” é sintomático da atitude política dos movimentos de bairro. Ao mesmo tempo em que eram movimentos sociais permanentemente articulados com representações político-partidárias, sem as quais teriam grande dificuldade de repercutir, encaminhar e conquistar suas demandas, lutavam ferrenhamente por manter uma margem de autonomia. Desta forma, são freqüentes as referências, na documentação consultada, ao apoliticismo que as entidades queriam preservar. Essas notícias revelam o temor de que as entidades de bairro – especialmente em períodos eleitorais – pudessem ser reduzidas, na prática, à condição de meros comitês de

⁶³ “Sociedades de bairros levarão a JK protesto de São Paulo contra a elevação dos preços”, *Última Hora*, Nº 2.108, 24 fev. 1959, 1º Caderno, p. 24.

⁶⁴ A expressão é de José Álvaro Moisés. Cf: *Classes populares e protesto urbano*, p. 219

⁶⁵ José Álvaro Moisés dá o mês de março como o da realização do Congresso. Adotamos a data indicada nos jornais *Última Hora* consultados. Cf: “No Teatro Municipal às 20 horas: reunidos hoje em Congresso os Amigos de Bairros da Capital”, *Última Hora*, Nº 933, 12 abril 1955, 1º Caderno, p. 5. Por sua vez *Última Hora* dá a entender que o evento fora iniciativa do *Folha do Povo*, ao passo que Moisés afirma: “(...) Em 1955 outras vinte e quatro SABs de diversas regiões da cidade, tomam a iniciativa, conjuntamente com o jornal ‘Folha do Povo’, de convocar uma série de reuniões preparatórias à realização do I Congresso de Sociedades Amigos de Bairros (...)” Cf: *Classes populares e protesto urbano*, p. 220.

⁶⁶ MOISÉS, J.A.. Op. cit., p. 221.

campanha. Os diretores da Sociedade Amigos do Jardim Monte Kemel chegaram ao ponto de afixar cartazes com os dizeres: “É proibido discutir assuntos políticos neste recinto”.⁶⁷

As resoluções tomadas visavam a municipalização da CMTC, o amparo às gestantes nos “bairros proletários”, doação de terrenos municipais para a edificação das sedes das SABs, moralização da política, extinção do DOPS, eficiente combate à delinquência e construção do Metrô.⁶⁸

Em 1962 foi a vez do *Última Hora* organizar o seu I Congresso dos Bairros. A reunião plenária inicial ocorreu no dia 14 de abril e teria reunido, segundo o jornal, cerca de 300 associações. As matérias, veiculadas na coluna *São Paulo Aflita* falam em “delegações” dos bairros mas não em sociedades de amigos. Tampouco é feita qualquer menção à FESAB, sendo apenas registrada a presença da Federação das Sociedades Amigos de Bairro da Zona Leste (FEZOL). O objetivo do conclave seria dar início a um movimento “pela salvação da cidade, salvação da miséria, da penúria e do descalabro”.⁶⁹

O Congresso parece ter se desdobrado em reuniões plenárias realizadas em alguns sindicatos, como o dos gráficos e dos metalúrgicos – onde foi encerrado – de 14 de abril a 14 de maio. Além dos recorrentes debates abrangendo “desde a falta de feijão até o problema da condução, dos buracos, iluminação elétrica e outros”, chama a atenção a quantidade de oradores que se dispuseram a subir à tribuna em uma das reuniões, realizada no dia 7 no Sindicato dos Têxteis para apresentar suas reivindicações e propostas: nada menos do que 310. Além disso, cabe destacar a proposta de fundação de uma nova instituição política: a Câmara dos Bairros, na qual se fariam representar as diversas entidades populares já existentes. Deveriam ser promovidas conferências distritais com a formação, primeiramente das Câmara Distritais e, posteriormente, seria formada a Câmara dos Bairros. José Frado, da Federação das Sociedades de Amigos da Zona Leste explicava o porquê desse procedimento: “(...) declarou que um Parlamento do Povo, sem estar devidamente alicerçado, poderia dar margem (...) a infiltração político-partidária”.⁷⁰

O vereador Rio Branco Paranhos, vinculado ao PCB mas eleito pelo PTB, estava presente na plenária, realizada num sábado, em que se debateu a proposta de fundação

⁶⁷ Dossiê DOPS 50-J-138-174

⁶⁸ Dossiê DOPS 50-J-138-38

⁶⁹ “Clamor dos bairros contra a Prefeitura”, *Última Hora*, Nº 3.081, 14 abril 1962, p. 2, “Coluna São Paulo Aflito”.

dessas novas instituições políticas. Na segunda-feira subia à tribuna da Câmara Municipal parecendo apresentar-se como porta-voz daquele poder emergente. Seu discurso começa dirigindo-se ao vereador Edison Lemes, do PRP (Partido de Representação Popular).

Nobre vereador, esta casa precisa preocupar-se com a situação vulcânica da nossa Capital (...) Eu quero apenas revelar a V. Sa o movimento que está se formando nesta Capital, através das sociedades amigos de bairros, que estão estabelecendo uma federação: vão partir para os congressos. Se esta Casa, se os Poderes Públicos não tomarem providências e se não se tornarem autênticos, empunhando a bandeira do povo (...), todos os srs. Políticos serão superados por essas entidades, e não só por essas entidades de bairro, mas também pelos sindicatos.

Tenho participado de movimentos realizados por eles. Já não crêem em partidos, nem nos órgãos representativos nem nos políticos, porque ficam todos a cuidar de pequenas questões, largando a fundamental, que é a alimentação do povo. Essas entidades realizaram no sábado esse Congresso e vão fazer congressos distritais também. Está-se forjando uma união entre elas e tenho a certeza de que depois de todas essas sociedades unidas, argamassadas, preparadas, elas irão combater de frente e destruir todos esses políticos que não quiserem tomar a liderança nos momentos oportunos.

Vou disputar a deputação federal, porque acredito que ainda possamos fazer uma revolução legal, normal, através do Parlamentarismo. Mas também, se perdermos essa oportunidade, não irei pleitear mais reeleição para esta Casa, irei esperar o trem da revolução para entrar dentro dele e ir embora com a revolução, porque então não acreditarei mais e a última oportunidade que teremos será essa.

A declaração de adesão à revolução vindoura, é claro, não podia agradar a maioria dos colegas de Paranhos e mereceu um aparte de Pedro Geraldo Costa, do PST:

Quero dizer ao nobre vereador Rio Branco Paranhos que se ele entra no trem eu não entro, porque a revolução não conserta nada. Destroí apenas. Nós temos é que partir para uma evolução.⁷¹

O discurso do vereador comunista é significativo, não tanto por interpretar os acontecimentos políticos em curso pelo prisma da possibilidade da revolução – uma vez que amplos setores da esquerda compartilhavam este ponto de vista – mas por ser representativo – e a conquista de uma cadeira na Câmara Federal poucos meses depois o confirma – da corrente popular que tendia a fundar novas instituições políticas e ampliar sua presença nos órgãos democráticos existente como forma de afirmar a luta por direitos à

⁷⁰ “Bairros assumem defesa do povo”, *Última Hora*, Nº 3.100, 7 maio 1962, p. 2, “Coluna São Paulo Aflito”.

cidade e a dignidade no trabalho.⁷² Como muito bem analisaram, alguns anos depois, os autores de *São Paulo Crescimento e Pobreza*:

Surgem movimentos locais que visam a criar novas instituições mais próximas do ‘povo’ e que, em certos casos, assumem feição francamente autonomista (...) São freqüentes neste período, que se estende até os primeiros anos da década de 60, as reclamações sobre a distribuição dos recursos da municipalidade. Não se trata somente de reivindicar dos poderes públicos algumas medidas de caráter limitado. Questiona-se, a partir dos bairros, a própria política e a forma de organização do poder municipal.⁷³

Cabe, ainda, mencionar as diversas reuniões realizadas em 1956, agregando cerca de 120 SAB’s e a Sociedade dos Amigos da Cidade (SAC) - fundada em 1935 por engenheiros, urbanistas e membros da aristocracia paulistana, tendo como seu primeiro presidente Prestes Maia, com objetivo de guiar o crescimento da cidade e evitar sua desumanização.⁷⁴ Em 1956 a convergência entre a SAC e as SABs decorria do objetivo comum de fazer frente ao projeto do Prefeito Wladimir de Toledo Piza de criação dos Conselhos Distritais, que absorveriam as SABs. Em uma reunião em 1956, decidiu-se criar dez comissões de estudos para examinar os problemas específicos da cidade. O objetivo era elaborar um “Plano Geral de São Paulo” e planos setoriais.⁷⁵

Cabe, finalmente, mencionar que o intenso debate sobre a questão habitacional, parece ter estimulado uma tentativa – tardia talvez – de aglutinar todas as demandas num único projeto: o da reforma urbana, um dos componentes das reformas de base. Em julho de 1963, um manifesto das direções das federações de bancários, metalúrgicos, trabalhadores em indústrias de papel e papelão, fiação e tecelagem e alimentação – pretendendo representar mais de cem sindicatos – assinalava que, entre as reformas fundamentais reclamadas pelo país incluía-se a reforma urbana, “porque o nosso povo necessita de moradia confortável, higiênica e acessível”. Segundo *Última Hora*, paralelamente ao lançamento do manifesto davam-se contatos entre “arquitetos e dirigentes

⁷¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 278ª sessão, 7 maio 1962, Diário Oficial do Estado Nº 102, 9 maio 1962, p. 52. Rio Branco Paranhos foi eleito deputado federal nas eleições daqueles anos, mas foi imedido de tomar posse.

⁷² José Álvaro Moisés as designa como “novas instituições intermediárias”. MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 387.

⁷³ COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, Op. cit., p.117.

⁷⁴ ROLNIK, R. *A cidade e a lei*, p.179 e MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 203.

classistas com vistas a realização do ‘Seminário de Habitação e Reforma Urbana – o Homem, sua Casa, sua Cidade’, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos do Estado (IPASE), que teria início no dia 28 de julho, na sede do IAB. O evento contava com um abrangente leque de convidados: associações de amigos de bairro e da cidade, setores governamentais, representantes sindicais, entidades culturais, arquitetos, sociólogos, economista, e em sua comissão organizadora constavam nomes como João Vilanova Artigas, Jorge Wilhem, Osvaldo Correia, Carlos Milan, Joaquim Guedes e Israel Sancovsky

Embora não tenhamos notícias das consequências do evento, podemos cogitar tratar-se de uma das muitas frentes de trabalho que começavam a se abrir nos anos 60 – CPC, Teatro de Arena, Cinema Novo, Ligas Camponesas – conjugando a ação de intelectuais e representantes das classes populares em torno da proposição de reformas, um verdadeiro “ensaio geral de socialização da cultura”.⁷⁶

4.5. O movimento autonomista

Um dos resultados mais importantes dos movimentos populares nos anos 50 foi a luta pela autonomia de diversos bairros e distritos, embora deva-se ressaltar que a busca de uma renovação da cidadania e de um redimensionamento da democracia também se manifestaram na fundação de novas instituições políticas não vinculadas ao movimento autonomista.⁷⁷

O movimento autonomista ganhou tanta força que em junho de 1961 o *Última Hora* previa que São Paulo poderia “(...) se desmembrar em inúmeros pequenos municípios, restando à ‘grande metrópole’ apenas os bairros mais centrais”. O jornal, que parece não se identificar com o remédio autonomista, localiza na “rigidez e centralização” administrativa

⁷⁵ MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 204; “Comissão estudará soluções para os problemas da Capital”, *Notícias de Hoje*, Nº 1.452, 10 out. 1956. E “Sociedade Amigos da Cidade condena abusos da propaganda eleitoral”, *Notícias de Hoje*, s/n, 19 set. 1958.

⁷⁶ Walnice Nogueira Galvão, citada por Ridenti. Cf: RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, p. 210. Muito crítico a toda esta experiência, Pécaut afirma que, no caso do CPC “(...) a ‘marcha para o povo’ desembocou sobretudo num cara a cara desses artistas entre eles mesmos, ao se enxergarem no espelho que lhes estendiam os estudantes”. PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*, p. 165.

⁷⁷ Utilizo aqui noções formuladas por Moisés que se qualificou o movimento autonomista como manifestação do exercício prático de uma “nova cidadania” e de um “redimensionamento da experiência democrática do período 45-64”. MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 402

a origem do problema, propondo a criação das subprefeituras, conforme plano do Padre Lebrete.⁷⁸

Pode-se dizer que a luta pela emancipação dos distritos e bairros absorveu certos desejos utópicos de emancipação social, deixando marcas até mesmo na linguagem empregada na época para designar aqueles acontecimentos. Ora o *Última Hora* anunciava que “a *alforria* da população de Osasco anima os bairros periféricos”, ora registrava o discurso de um candidato a vereador pelo PSD, segundo o qual o abandono administrativo do município é que estaria gerando “verdadeira *onda de libertação*” [Grifos do autor].⁷⁹

A metáfora da “onda de libertação” parece captar bem o entusiasmo montante que envolvia a luta emancipacionista. Em dezembro de 1963, por exemplo, a Assembléia Legislativa desaprovou o pleito dos moradores de Pirituba de realização de um plebiscito. Cabia ao legislativo estadual, pela Constituição Estadual de 1946, julgar sobre a procedência e condições para a emancipação.⁸⁰ Ao invés de arrefecer, o movimento parece ter avançado: entrou com mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado e convocou uma “mesa redonda” para as vésperas do natal de 1963, na qual deveriam se reunir vários outros bairros ou distritos também interessados na autonomia: Perus, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Tucuruvi, Santo Amaro, Capela do Socorro, Parelheiros e Utinga. O evento deveria se realizar no auditório do *Última Hora* e teria como objetivo “lançar em São Paulo o movimento das câmaras populares, a exemplo de Pirituba”.⁸¹

Ocorre que, face à recusa da Assembléia Legislativa de convocar o plebiscito, os moradores de Pirituba resolveram fundar uma “Câmara Distrital” com 33 representantes de cada uma das principais associações de bairro da região, “denominados edis e que funcionava como uma autêntica Câmara Municipal”.⁸² Reunia-se uma vez por semana em

⁷⁸ “Revolta dos bairros ameaça retalhar cidade aos poucos”, *Última Hora*, Nº 2.836, 27 jun. 1961, 1º Caderno, p. 4, “Coluna Cidade Aflita”. O Padre Lebrete coordenou o Grupo Democrata Cristão de São Paulo, responsável pela elaboração, na gestão do Prefeito Wladimir Toledo Piza, de um trabalho de planejamento urbano para São Paulo. O “mapa das desigualdades”, por ele elaborado é considerado o mais completo levantamento até hoje feito das carências dos bairros de São Paulo Cf.: www.ambiente.arq.br.

⁷⁹ “Tendinha na Penha: febre autonomista comprova falência total da prefeitura”, *Notícias de Hoje*, Nº 3.514, 4 set. 1963, 1ª edição, p. 11

⁸⁰ MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 284.

⁸¹ CAVALCANTI, A. “Emancipacionistas!”, *Última Hora*, Nº 3.606, 20 dez. 1963, p. 12, “Coluna Fala o Povo”.

⁸² “Pirituba cria a Câmara Popular para defesa das reivindicações”, *Última Hora* Nº 3.649, 12 fev. 1964, 1ª edição, p. 3 e MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 365.

debates para os quais a população era convidada e elaborava requerimentos, moções, projetos de resolução e até mesmo sugestões de projetos de lei. Estes papéis, depois de discutidos e aprovados, eram enviados, como correspondência oficial ao Prefeito e à Câmara Municipal de São Paulo.⁸³ No começo de 1964 a Câmara de Pirituba promoveu uma convenção com a presença de representantes de outros bairros periféricos, inclusive muitos aos quais também tinha sido negada a possibilidade da autonomia político-administrativa. O objetivo era lançar candidatos a prefeito e vice-prefeito, tendo sido cogitados os nomes de Carvalho Pinto para titular e para vice João Bosco Brito da Luz, contador e um dos fundadores da Sociedade Amigos de Pereira Barreto (um dos bairros de Pirituba) e liderança do movimento autonomista.⁸⁴

Uma experiência semelhante foi tentada na Vila Maria, por volta de agosto de 1963. Em comício realizado no dia 28 daquele mês teria sido levantada “a idéia de formar-se o Governo Livre da Vila Maria, através da Constituição da Câmara do Bairro, integrada por elementos considerados na Vila”.⁸⁵

O movimento autonomista e toda a rica experiência dos movimentos sociais de bairros foram duramente reprimidos pelo golpe civil-militar de 1964. O primeiro Prefeito de Osasco, Hirant Sanazar, foi cassado. A FESAB foi fechada e suas principais lideranças presas.⁸⁶ No plebiscito em Pirituba, realizado em junho de 1964, sem mobilizações populares, venceu o “não” à autonomia.

Em 1957 os sindicatos se mostraram favoráveis ao movimento autonomista. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Remo Forli, que se opusera a emancipação de Osasco em 1953, mostrava-se de acordo em 1958, embora “sem engajamento”, segundo Moisés.⁸⁷ De toda forma, cabe assinalar que Conrado Del Papa, antiga liderança metalúrgica, responsável pela sub-sede de Osasco, elegeu-se vereador pelo PSB em Osasco, após a emancipação, tendo sido, segundo o mesmo autor “um expoente da classe operária dentro do movimento”. Quanto ao Sindicato dos Têxteis, aprovou em uma assembléia de

⁸³ *Última Hora*, Nº 3.649, Ibid..

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ “Vila Maria quer ser município e mandar prefeitura às favas”, *Última Hora*, Nº 3.508, 28 ago. 1963, 1ª edição, p. 7..

⁸⁶ GOHN, M.G., Op. cit., p. 59.

⁸⁷ MOISÉS, Op. cit., p. 352.

dezembro de 1957, a resolução de que “os Sindicatos lutem para que Osasco e São Miguel Paulista passem a ser municípios”.⁸⁸

Tudo indica que a mudança de posição da direção do Sindicato dos Metalúrgicos foi mais do que uma virada oportunista. Pode-se dizer que a atmosfera da “onda libertadora” também emanava do movimento sindical que vinha exigindo e conquistando uma maior participação de seus representantes nos órgãos do poder público, bem como ensaiando a fundação de “novas instituições políticas”.

4.6. Os sindicatos e a questão da moradia

O ponto de convergência das lutas sindicais e de bairro não foi o movimento autonomista e nem a luta por melhoramentos urbanos, mas sim o movimento contra a carestia. Apenas esporadicamente registra-se na documentação consultada envolvimento dos sindicatos com as questões dos bairros periféricos.

É sintomático que as matérias em *O Metalúrgico* a respeito do problema dos alugueis e da atuação do IAPI na área de habitação apareçam entre 1950 e 1952, pois há estudos indicando que o clímax da crise habitacional no Brasil verificou-se durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes. Intensificava-se a especulação imobiliária, priorizava-se a construção de edifícios de luxo e os imóveis para locação desapareciam.⁸⁹

Na medida em que o “padrão periférico” da habitação foi substituindo a solução do aluguel em cortiços, casas geminadas ou vilas operárias, o tema da habitação rareou nas páginas do jornal metalúrgico.

O Sindicato dos Metalúrgicos apontou com muita pertinência os efeitos colaterais negativos da longa vigência do congelamento dos alugueis, conforme a Lei do Inquilinato (de 1942 a 1964), exigindo do Estado um plano habitacional. Denunciou o IAPI como “cabide de empregos” e “arma política”, exigindo a venda de casas e terrenos do Instituto aos industriários – atacando, portanto, a condição de “rentista estatal do IAPI”.⁹⁰

Vargas parece ter se mostrado sensível ao drama. Em seu discurso de Primeiro de Maio de 1952 – publicado quase na íntegra em *O Metalúrgico* – reconhecia: “No que toca

⁸⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis, 15 dez. 1957, p. 185; Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 782..

⁸⁹ Cabe lembrar que a partir de 1938 o IAPI começa a atuar na área habitacional, com a criação da Carteira Predial dos IAPs. BONDOUKI, N., *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*, p. 13 e 115.

⁹⁰ BONDOUKI, N. Op. cit., p. 106.

ao trabalhador urbano, um dos problemas que ainda mais o afligem é o da habitação”. Lembrava que os Institutos deveriam construir casas para vender aos associados e não para alugar. As casas para locação deveriam cumprir uma portaria específica do Conselho Nacional do Trabalho.

Não obstante, tanto as carteiras prediais dos institutos quanto a Fundação Casa Popular (FCP) – instituída no 1º. de maio de 1946 com a meta exclusiva de atuar no setor da habitação popular – não solucionaram o crucial problema habitacional da classe trabalhadora, talvez pelo motivo apontado por Bondouki: o veto de “uma coalizão de interesses afetados negativamente”.⁹¹ O problema habitacional na Era Vargas parece ter sido atacado de três maneiras distintas: a produção de moradias pelos institutos e a FCP, o congelamento dos aluguéis e o consentimento para a ocupação irregular de terrenos nas favelas e periferias.⁹²

Chama a atenção, por sua vez, o silêncio dos sindicatos face à epopéia da ocupação da nova periferia. Enquanto muito de seus associados já levavam pedra e viravam massa “feito penitentes” em longínquas periferias nas horas reservadas por Deus e pela Lei ao descanso, o sindicato parecia só considerar como sua responsabilidade enfrentar o problema habitacional “oficialmente”, ou seja, demandando aos órgãos públicos o cumprimento de suas atribuições legais.

4.7. Fome, sonegação e escassez de alimentos. A “economia moral da plebe”.

“Trama, desde alguns dias, para a ofensiva na próxima semana - AUMENTO CRIMINOSO NO PREÇO DO LEITE”; “Altas sucessivas de todos os gêneros - INICIADA HOJE NAS FEIRAS A BATALHA DOS PREÇOS”; “Nenhuma providência foi ainda tomada contra os sonegadores - RESPONSÁVEL O VAREJISTA PELA RETENÇÃO CRIMINOSA DO AÇÚCAR”; “PÃO: NOVA BATALHA NO FRONT DA CARESTIA”; “À noite e às pressas, a COFAP resolveu agir - CONSUMADA A EXTORSÃO: A COFAP AUMENTOU O AÇÚCAR”; “Ameaçado o povo com a falta de pão – MOINHOS RETÊM CRIMINOSAMENTE FARINHA DE TRIGO”.⁹³

⁹¹ Ibid. p. 115.

⁹² Ibid. p. 127.

⁹³ As manchetes reproduzidas encontram-se, respectivamente, nas seguintes edições do jornal *Última Hora*: no. 908, 12 MAR 1955, p. 5; no. 1263, 15 MAI 1956, 1ª. página; no. 1.266 18 MAI 1956, 1ª. página; no. 1274, 28 MAI 1956, 1ª. página; no. 1009, 13 JUN 1955, 1ª. página; no. 1305, 5 JUL 1956, 1ª. página.

Estas são algumas das manchetes do jornal *Última Hora*, veiculadas no período que uma memória rósea de nosso passado convencionou designar como “anos dourados”. É razoável desconfiar que a linha editorial do jornal, voltada para a conquista da confiança de um público popular, determinasse a criação das manchetes e a escolha dos adjetivos e substantivos com que os “atravessadores” e “sonegadores” eram agraciados: “criminosos” e “extorsão” parecem ter sido os prediletos. Mas se vamos a outras fontes, encontramos um tratamento semelhante do problema da carestia, em épocas aproximadas.

Em abril de 1953, por exemplo, o vereador Homero Silva, da UDN, leu da tribuna da Câmara um comunicado da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP), publicado no *Diário da Noite*, denunciando que, da roça ao consumidor, os produtos passavam, pelo menos, por três intermediários. Conseqüentemente o mamão sofria um reajuste de 454% e a banana de 1.333%, Concluía o parlamentar:

(...) Isso nada mais é do que roubo, nada mais é do que furto às barbas da Polícia, à presença da legalidade, do Governo e das autoridades (...) É preciso trancafiar na cadeia os exploradores do povo. Se não conseguirmos, melhor faremos renunciando ao nosso mandato.⁹⁴

O tom do discurso do vereador Américo Trabulsi, do PST, seis anos depois, na mesma tribuna, sobre a especulação com gêneros alimentícios não era diferente:

(...) Há dias vimos observando que o feijão inexistente no mercado consumidor. Pudemos agora constatar que muitos o têm encontrado a Cr\$ 55,00 o quilo. Os ‘tubarões’ estão brincando maquiavelicamente com a paciência do povo. Não podemos conceber que os órgãos fiscalizadores cruzem os braços diante da verdadeira situação de fome que campeia nos lares dos menos favorecidos pela sorte. O preço do feijão, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, já é um caso de polícia, porque realmente o feijão existe; encontra-se, porém, retido pelos “tubarões” que se locupletam à custa da miséria do povo.⁹⁵

Pode-se especular – simplificando relações mais complexas - que os editores do jornal queriam vender suas edições e os vereadores, reeleger-se no pleito seguinte e por isso recorriam ao apelo fácil da crítica a invisíveis “tubarões” e “exploradores do povo”. Cabe considerar, entretanto, que nem um nem outros criavam o sentimento de indignação popular e nem a linguagem empregada em seus discursos: estes vinham de outras experiências.

⁹⁴ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 147ª sessão, 6 abril 1953.

⁹⁵ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 508ª sessão, 10 ago. 1959, Vol 13, p. 442.

Para compreendermos as experiências populares com as atividades de consumo, antes de mais nada, precisamos levar a sério informações como as apresentadas em artigo assinado em janeiro de 1952 pelo Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, José Maia Ribeiro, de posição política moderada:

(...) A fome, a nudez, a tuberculose e a miséria rondam os lares das modestas famílias dos trabalhadores paulistas mais humildes, a mortalidade das crianças mal nutridas é verdadeiramente espantosa, nos sanatórios não mais existem vagas para dar a procurada acolhida a todos quantos tiverem a infelicidade de serem atacados pela Peste Branca. E quem será o responsável por toda esta desgraça?⁹⁶

Devem, igualmente, ser considerados depoimentos como o de Matrona Pucig, mãe de cinco filhos, membro da Associação Feminina Princesa Isabel, da Mooca, que em fevereiro de 1956, juntamente com mais duas senhoras, visitou a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), exigindo de seu Presidente, general Souza Carvalho, medidas para baratear o pão, rumando em seguida para a redação do jornal *Notícias de Hoje*. Lá chegando, informou ao repórter:

Carne em minha casa só uma vez por semana, misturada em bolinhos, com pão, para que todos comam um pouco. O pão de rosca que eu comprava aos domingos, como algo especial, foi suspenso (...) quem pode baixar os preços é o governo e dele isto vamos exigir.⁹⁷

Cabe, também, ouvir com atenção o depoimento de Ignez Augusta, operária têxtil, sobre o porquê do sucesso da Greve dos 300 Mil, em 1953:

É porque naquele momento o pessoal estava sofrido, o pessoal sofria muito. Eram salários baixos, custo de vida alto, a falta das coisas, não tinha as coisas pra comprar. Eu lembro que nos anos antes eu entrava em fila de açúcar, fila de pão, quantas vezes eu fiquei em fila de açúcar e quando chegava minha vez, não tinha mais açúcar, você tinha que ir cedo. E foi, porque aquilo vai, a pessoa vai ficando...chega uma hora que não agüenta mais.

Ou, finalmente, meditar sobre a declaração de Nelson Rusticci na mesa-redonda realizada a 13 de setembro de 1955 entre dirigentes sindicais e autoridades para discutir o problema da carestia:

⁹⁶ RIBEIRO, J.M. “Crime sem castigo?”, *O Metalúrgico*, N^o 104, jan. 1952, p. 7.

⁹⁷ “Movimentam-se as donas de casa: frear a carestia para que o povo não morra de fome”, *Notícias de Hoje*, N^o 1.257, 23 fev. 1956, p. 2.

O povo está passando fome. Raro é o filho de operário que recebe carne, leite, ovos, em quantidades parcas ao menos. Há milhares de trabalhadores a comer apenas feijão, todos os dias.⁹⁸

Os padrões de consumo das classes populares na década de 1950 parecem marcados, no início do período, pela escassez de produtos de primeira necessidade, talvez ainda decorrente de efeitos da conjuntura do pós-guerra, e no final, pela aceleração da inflação. Em 1947/48 ainda se notavam as consequências do “esforço de guerra”: racionamento, controle de preços, “câmbio negro”, filas, eram dificuldades que se apresentavam no dia-a-dia do consumo popular.⁹⁹

No final da década de 1950 o abastecimento popular não estava plenamente regularizado e apresentaram-se novas dificuldades decorrentes da corrosão dos salários. Tomando-se o salário mínimo como parâmetro, vários estudos indicam que o ano de 1958 representa um ponto de inflexão em uma tendência ascendente que se verificava desde 1954. Cálculos do DIEESE, por exemplo, indicam que a diferença entre o acréscimo do salário mínimo e a alta do custo de vida era de + 14,7% em 1955, caindo para +3,0% em 1959 e tornando-se negativa em 1960: - 8,2%.¹⁰⁰ As conclusões do departamento de estatísticas são graves: enquanto a renda nacional se apresentava “em franca progressão” os salários tendiam a decrescer.

Cabe considerar, ainda, que áreas da realidade sócio-econômica não eram alcançadas pelo escrutínio das pesquisas, que poderiam agravar o quadro conhecido. Segundo o DIEESE: “Na realidade, a maioria dos nossos trabalhadores tem os seus salários estabelecidos através do contato individual e direto entre patrão e empregado”, decorrendo daí os baixos salários “sobre os quais o nosso conhecimento é muito reduzido, porque é difícil reunir tão grande volume de dados muito esparsos e de difícil acesso”.¹⁰¹

Portanto, fosse pela sonegação e escassez de produtos, fosse pelo aumento do custo de vida, o certo é que, no decorrer dos anos 1950, a manutenção de um padrão mínimo de

⁹⁸ “Mesa redonda promovida por diversos sindicatos”, *O Metalúrgico*, N^o 146, set. 1955, p. 3.

⁹⁹ VIEIRA, V.L., *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São paulo de 1945 a 1950*, p. 101. A autora também apresenta depoimento de tecelã que levanta as três da manhã para fazer fila para compras em 1947. p. 89.

¹⁰⁰ DIEESE, *Boletim do DIEESE*, N^o 7, nov 1960, p. 15. Ver também conclusões de Marcelo Badaró Mattos para o Rio de Janeiro: Cf.: MATTOS, M.B., !Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964), *Revista Brasileira de História*, vol 24, N^o 47, jan-jun, 2004, p. 253 e ainda o quadro do IBGE: GONZAGA, G.; MACHADO. D.C., “Rendimento e Preços”, In: *Estatísticas do século XX*, p. 457.

consumo tornou-se um desafio a ser vencido, individual e coletivamente, pelo trabalhador e sua família. Consideramos legítimo supor que as “táticas” de defesa dos padrões de consumo tivessem um componente de “motim da fome”, ou seja: de ações coletivas movidas por um profundo sentimento de legitimidade, contando com a participação de sujeitos sociais pouco incorporados a outras formas de ação – como mulheres e jovens –, baseadas, ainda, em fortes noções morais, contrárias à lógica do mercado, e com razoável poder de mobilização, especialmente em manifestações de rua. Esse componente predominou em determinados “motins”, analisados em passagens anteriores, mas pode-se supor que estava “latente”, por assim dizer, em outras lutas. Consideramos pertinente esta interpretação na medida em que ajuda na compreensão de uma certa “atmosfera” de protesto, de mobilização popular, que percorre todo o período e não advém apenas de uma “intensidade” ou “frequência” das lutas, mas da legitimidade de seus fins, baseada em noções sobre como deveriam funcionar as relações sociais e econômicas.

Assim, pretendemos apresentar evidências de que, também aqui, é útil o emprego da noção de “economia moral” popular.¹⁰² Cabe pensar que a mesma também era construída com elementos da linguagem governamental, com sinais oferecidos pela legislação oficial e pela atuação de áreas específicas da máquina estatal. Não faltava, mesmo, na busca empreendida pelos movimentos popular e sindical de legitimidade para sua “economia moral”, o recurso a supostas tradições centenárias, bem ao estilo dos “motins da fome” estudados pela historiográfica clássica sobre o tema. Um artigo de *O Metalúrgico* de fevereiro-março de 1954 sugere:

Vale a pena recordar a legislação municipal antiga, na qual se determinava que nas épocas de fome e carestia, os produtores vendessem nos mercados, antes de irem aos comerciantes, os artigos de alimentação, proibida qualquer forma de fixação de preços pela municipalidade. Ninguém poderia deixar de vender.¹⁰³

Além da “tradição”, outros argumentos podiam ser evocados em defesa da legitimidade do congelamento de preços, contra a livre operação das leis do mercado. O metalúrgico Osmar Gomes Vieira, por exemplo, lembrou na assembléia de 27 de novembro de 1955 que “a luta do congelamento é política, porque a Carta Magna diz que o governo é

¹⁰¹ RODRIGUES, J.A., “Política salarial no Brasil”, *Boletim DIEESE*, ANO I, Nº 8, dez. 1960, p.13.

¹⁰² Cf.: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, p.150-203.

¹⁰³ “Intervenção e demagogia”, *O Metalúrgico*, Nº 129, fev./mar 1954, p. 12.

obrigado a zelar pelo bem estar do povo”, pedindo ainda que a luta pelo congelamento prosseguisse, porque era a luta do povo brasileiro.¹⁰⁴

Quanto à “reinvenção” do discurso oficial pelas classes populares, cabe lembrar que a ofensiva do Estado sobre o mercado de bens e serviços data de 1939 com a criação da Comissão de Defesa da Economia Nacional e da Comissão do Abastecimento,¹⁰⁵ ambas extintas em 1942 e substituídas pela Coordenação da Mobilização Econômica. Subordinada diretamente à Presidência da República, contava com escritórios regionais nas capitais maiores e representantes escolhidos pelo coordenador nas menores. Sua atuação focalizou quatro pontos: “a intensificação da produção agrícola e industrial, o abastecimento do mercado interno e o controle de preços, a atenuação da crise dos transportes internos e o combate à inflação”.¹⁰⁶ Embora seu conselho consultivo fosse composto por empresários do porte de Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e João Daudt d’Oliveira, a atmosfera política em que foi criada era desfavorável à ação dos “maus empresários” o que, pode-se inferir, podia atingir o empresariado de forma geral – como de fato ocorreria nos anos posteriores. Isto transparece, por exemplo, num discurso de Vargas, pronunciado cerca de um ano após a criação da Coordenação da Mobilização Econômica. Em novembro, quando das comemorações do aniversário do Estado Novo, afirmou o presidente:

[O governo] não deve tolerar explorações demagógicas, açambarcamentos, monopólios e lucros exorbitantes, que só podem tornar mais penosa e dura a existência das classes menos favorecidas. É ao povo brasileiro, tolerante, destemido e laborioso, que precisamos amparar, protegendo-o contra a ganância dos intermediários e agentes de negócios fáceis.¹⁰⁷

Com o fim da Segunda Guerra e a deposição de Vargas, a Coordenação foi extinta em dezembro de 1945, mas quase todos os seus departamentos foram absorvidos por ministérios e repartições públicas.¹⁰⁸

Portanto, quando, não muito depois da posse para o exercício de seu segundo período de governo, em dezembro de 1951, Vargas promulgou a lei criando a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), suscitou a expectativa, nos meios sindicais,

¹⁰⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 27 nov. 1955, p. 40 - verso

¹⁰⁵ A primeira pelo Decreto-Lei no. 1641 de 29/9/39 e a segunda pelo Decreto-lei 1607 de 16/9/38

¹⁰⁶ ABREU, A.A. et al. (Orgs.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, VOL II p. 1588.

¹⁰⁷ FONSECA, P.C.D., *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 316.

de que estaria voltando a legislação “anti-especulação”, considerada uma garantia para a bolsa dos pobres. A edição de janeiro de 1952 de *O Metalúrgico* registrava, com satisfação, a aprovação da lei no Senado, faltando apenas, então, a sanção presidencial:

(...) É indiscutivelmente medida de interesse nacional, porque assim não mais haverá os sonegadores dos produtos essenciais à alimentação cotidiana do trabalhador, ficarão afastados do monstruoso Câmbio Negro, que infelicita a Nação e arruína a já tão abalada família proletária brasileira.¹⁰⁹

A COFAP, extinta em 1962, substituída pela SUNAB, seria alvo de críticas - tanto de parlamentares quanto de dirigentes sindicais, que pediram sua extinção - de demandas do movimento popular que lhe encaminhava os pedidos de congelamento de preços, e de interlocução, na medida em que o movimento sindical e popular exigia direito de voz e voto em seu plenário.

Temos, portanto, nos anos 50, um complexo de idéias das classes populares - sustentadas por suas próprias experiências com a escassez ou alto custo de alimentos, por “tradições inventadas” e por reinterpretações de ações e gestos dos agentes do poder público - que definia, na contra-mão da economia de mercado, parâmetros de uma “economia moral” popular. O valor básico deste complexo de idéias se referia à prioridade do abastecimento das famílias e à imoralidade dos “lucros escorchantes”, da sonegação de gêneros, do enriquecimento a todo custo.

Antes de analisarmos as diversas formas de luta contra a carestia empreendidas no período, cabe consultarmos alguns especialistas sobre possíveis causas do problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade e da inflação acelerada, especialmente no final da década de 1950.

4.8; Causas dos problemas de abastecimento e da carestia

A aceleração do processo inflacionário no final dos anos 1950 parece ter decorrido da própria arrancada desenvolvimentista em dois sentidos: o desenvolvimentismo implicou o êxodo rural, o crescimento das metrópoles, sem a contrapartida do incremento da produção agrícola; por outro lado as políticas econômicas do desenvolvimentismo

¹⁰⁸ ABREU, A.A., Op. Cit., VOL II 1589.

¹⁰⁹ “Foi aprovada a intervenção do governo no domínio econômico”, *O Metalúrgico*, Nº 104, jan. 1952, p. 8.

implicaram a transferência de renda do setor agrícola para o industrial e dos consumidores para os investidores, públicos ou privados.¹¹⁰

Nos anos 50, todos os produtos de origem animal tiveram os preços majorados, em decorrência de sua escassez.¹¹¹ O abastecimento das cidades sofria com métodos arcaicos de comercialização e deficiências nos transportes. O problema, certamente, foi agravado pelo caráter extensivo do crescimento da produção agrícola. Com pequeno uso de fertilizantes e tratores, a produção ia migrando para regiões mais distantes dos centros consumidores.

Também é apontada uma baixa produtividade em produtos como arroz, milho, batata, trigo, algodão – inferior a países como México e Argentina, sem falar de Estados Unidos e França.¹¹²

Outro fator determinante do estrangulamento do abastecimento da população de cidades como São Paulo era a tendência monocultora da produção agrícola, determinando um déficit constante na disponibilidade de alimentos. Por sua vez, o próprio controle de preços pode ter provocado, como sugere Baer, uma “profunda perturbação no sistema de comercialização agrícola”, induzindo os produtores à sonegação. Isto porque a política de preços da COFAP sofria influências políticas e não ajustava os preços dos bens em compasso com a inflação.¹¹³ A política de controle de preços também foi classificada como “inoperante e incapaz de atingir os seus objetivos gerais” pelo DIEESE. Segundo este órgão, essas medidas atacavam as conseqüências e não as causas do problema. Não havia articulação com uma política de abastecimento e eram tabelados, tão-somente, os produtos *in natura* e apenas em certas fases da comercialização, excluindo-se os produtos industriais.¹¹⁴ Pode-se deduzir, portanto, que o mecanismo de controle de preços funcionava como forma de transferência de renda do setor agrícola para o industrial.¹¹⁵

¹¹⁰ BAER, W. *A Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil*, p. 195.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 155.

¹¹² *Ibid.*, p. 155.

¹¹³ *Ibid.*, p. 95 e 157.

¹¹⁴ DIEESE, “Inflação e carestia de vida – análise de suas causas e possibilidade de solução”, *Revista DIEESE*, ANO I, Nº 6, fev 1962.

¹¹⁵ O vereador Wladimir de Toledo Piza, por exemplo, denunciava na seção de 8 de abril de 1953, que a COFAP tabela os preços agrícolas mas se esquecia de tabelar os preços dos produtos industriais de que a agricultura dependia. Dava o exemplo dos preços das enxadas, que teriam subido 2.000%. Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 148ª sessão, 8 abril 1953, Vol 4, p. 294.

Assim, nos anos de 1950, a inflação seria um “acompanhante natural” do desenvolvimento econômico devido a: queda persistente das receitas de exportação, aumento das importações de bens de produção e redução dos bens de consumo, consequência necessária do empenho na instalação de indústrias de substituição de importações e de infra-estrutura suplementar e compromisso com elevadas taxas de crescimento.

O mecanismo funcionou enquanto os trabalhadores não estabeleceram condições para “reclamar firmemente sua parte no produto nacional”. Segundo Baer, o processo inflacionário não se tornaria “galopante” enquanto não houvesse a “espiral preços-salários”, ou seja, enquanto as demandas dos trabalhadores pudessem ser neutralizadas. Não foi uma casualidade, portanto, que o mecanismo inflacionário saísse do controle quando, no governo João Goulart, os trabalhadores ampliaram sua influência nas decisões econômicas e políticas.

4.9. A luta pelo congelamento de preços

É interessante notar que, apesar da complexidade do problema da inflação, o movimento sindical e os movimentos populares de bairro não pararam de lutar e apresentar propostas, algumas delas equivalendo a verdadeiros programas de governo, tanto para controlar os efeitos da inflação, num plano mais imediato, quanto para debelar as causas do processo, a partir de um eixo que priorizava a defesa dos interesses populares.

A forma mais popular e generalizada de combate à inflação consistia na exigência do controle dos preços. Mas não de todos: apenas dos gêneros de primeira necessidade. A legitimidade da medida apoiava-se em antecedentes: no primeiro semestre de 1943, por exemplo, o governo congelou preços e aluguéis e tabelou alguns gêneros de primeira necessidade como pão, carne e leite.¹¹⁶ Pode-se dizer que estas, bem como outras medidas populares de Vargas – como a legislação trabalhista e previdenciária – respondia a demandas que vinham de mais longe. Lutas contra a carestia em São Paulo são noticiadas desde 1912, se estendendo a 1915 e chegando à greve geral de 1917, quando atuaram as Ligas Populares de Agitação Contra a Carestia de Vida, reivindicando das autoridades a

¹¹⁶ FONSECA, P.C.D., Op. cit., p. 316.

regulação dos mercados que, muitas vezes, ofereciam produtos adulterados a preços inflacionados.¹¹⁷

A pressão pelo controle de preços foi exercidas de muitas maneiras diferentes. Foram enviados memoriais às autoridades competentes. Na edição de julho-agosto de 1951 de *O Metalúrgico*, a matéria de capa informava sobre o memorial encaminhado ao Ministro do Trabalho, Danton Coelho, como “fiscalizador direto da Egrégia Comissão Central de Preços”, solicitando providências para “evitar a elevação dos preços das principais utilidades em nosso país (...) Além disso, faltavam açúcar, leite, carne nas casas de comércio, forçando os trabalhadores a obtê-los nos ‘câmbio negro’ a preços majorados”.¹¹⁸

Pouco depois, a assembléia metalúrgica de 14 de setembro de 1951 decidiu, por unanimidade, desencadear luta por reajuste salarial de 50% e envio de novo memorial ao Presidente da República assinalando “a necessidade de sustar a alta dos preços dos produtos considerados de primeira necessidade”.¹¹⁹ Em janeiro de 1952 foi enviada a Vargas outra petição no mesmo teor, assinada pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos,¹²⁰ obtendo em resposta um telegrama do Secretário da Presidência informando que a petição fora encaminhada a COFAP “para ser devidamente apreciada”.¹²¹

O envio de telegramas de protesto era praxe também no Sindicato dos Têxteis. Na reunião de Diretoria de 4 de março de 1952, por exemplo, registrou-se o recebimento de dois telegramas: um da Casa Civil do Governo do Estado e outro da Casa Civil da Presidência da República, ambos em resposta a correspondência sobre a alta do custo de vida.¹²² Embora seja cabível cogitar que se tratava de uma forma de pressão inócua para controlar os poderosos fatores que operavam gerando a alta do custo de vida, quando o recurso da petição era decidido pelas assembléias gerais de trabalhadores, articulado com outras formas de luta, poderia desempenhar funções semelhantes as já assinaladas anteriormente na luta por melhorias urbanas.

¹¹⁷ ROLNIK, R., “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”, In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade*, p. 88; WOLFE, J., Op. cit., p. 18.

¹¹⁸ “Protestam os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo contra a alta do custo de vida”, *O Metalúrgico*, Nº 99, jul.-ago. 1951, p. 1. A Comissão Central de Preços era o órgão antecessor da COFAP na área de abastecimento e preços. Cf: *Última Hora*, Nº 1.1.32, 7 dez. 1955, 2º Caderno, p. 5.

¹¹⁹ “Os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo pleiteiam 50% de aumento nos salários”, *O Metalúrgico*, Nº 101, out. 1951, p. 4.

¹²⁰ “Um apelo para não aumentar o custo de vida”, *O Metalúrgico*, Nº 104, jan. 1952, p. 7.

¹²¹ “Resposta de um nosso telegrama”, *O Metalúrgico*, Nº 105, fev. 1952, p. 8.

¹²² Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 mar. 1952, p. 155.

Uma forma mais efetiva de pressão era o envio às autoridades de tabelas de preços a serem congelados, como a que foi elaborada em uma assembléia têxtil de 1953. Nela decidiu-se pelo envio ao governador Lucas Nogueira Garcez do seguinte telegrama: “Em assembléia realizada em 16/8/1953 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo os trabalhadores aprovaram a seguinte tabela: Arroz a 8,00, feijão a 5,00, café a 22,00, óleo a 17,00, leite a 2,00, batatinha a 4,00, cebola a 6,00, carvão a 24,00, álcool a 3,50 (...)”.¹²³

Exatamente um dia antes, a assembléia geral dos metalúrgicos aprovara a mesma tabela.¹²⁴ Decidiu-se, então, imprimir 50 mil panfletos para serem distribuídos nas fábricas. O panfleto, além da tabela com 23 itens, trazia um texto evocando a noção dos “preços justos”:

Convidamos assim toda a classe a cerrar fileiras em torno dessa tabela que, uma vez apoiada pelas demais categorias de trabalhadores e do povo, permitirá imediata rebaixa de preços dos gêneros de primeira necessidade em mais de 100%, isto é, voltando aos *preços justos*. Metalúrgicos, todos unidos em torno da tabela popular e da Convenção do dia 18 de setembro faremos valer os nossos direitos (...).¹²⁵[Grifo do Autor]

A proposta do controle de preços implicava, quase necessariamente, uma solução para o problema da fiscalização. Considerando-se as experiências dos trabalhadores com a fiscalização das leis trabalhistas, a conclusão não podia ser diferente. Na assembléia metalúrgica de 17 de maio de 1953, pouco após o término da Greve dos 300 mil, o associado José Pedro Pinto ofereceu suas respostas tanto para o problema da crise de energia quanto da carestia: encampação da Light pela Prefeitura e fixação e controle dos preços pelo Sindicato – o que pode ter dado origem às tabelas comentadas anteriormente.¹²⁶

Além da luta pelo controle dos preços, mantinha-se, também, vigilância permanente contra reajustes pontuais de determinadas mercadorias ou serviços. Em fevereiro de 1956 a

¹²³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 16 ago. 1953, p. 77. A tabela completa incluída os seguintes produtos, além dos já citados: carne de primeira, carne de segunda, pão, açúcar, banha, macarrão, macarrão de ovos, manteiga, banana, sabão, leite em pó, cafezinho, passagens de bonde e ônibus. CF.: “*Tabela popular de gêneros de primeira necessidade*”, O Metalúrgico, Nº 123, ago. 1953, p. 3.

¹²⁴ “*Tabela popular de gêneros...*”.

¹²⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 15 ago. 1953, p. 107.

¹²⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 maio 1953, p. 96 - verso

Federação e o Sindicato dos Têxteis, assim como o Sindicato dos Metalúrgicos enviaram telegramas à COAP “clamando por medidas enérgicas” contra o recente aumento do quilo do pão.¹²⁷ Em maio de 1956, *O Metalúrgico* publicava, em sua primeira página, um comunicado assinado por vários dirigentes sindicais chamando os trabalhadores e o povo a cerrarem fileiras em torno dos sindicatos na luta contra o aumento das passagens de ônibus e bondes.¹²⁸

As associações femininas de bairro também lutavam contra a carestia. Um dos episódios foi registrado em São Paulo, em 1956, já comentado anteriormente, quando Matrona Pucig, acompanhada por Maria Lopes e Pilar Gimenez – todas da Associação Feminina Princesa Isabel, da Mooca - foram ao *Notícias de Hoje*. Em outra ocasião, em fevereiro de 1959, uma “comissão de senhoras no bairro do Imirim”, pertencentes à Sociedade Feminina da localidade, se encaminharam ao jornal *Notícias de Hoje* para “protestar contra a alta cada vez mais acentuada do custo de vida”.¹²⁹

1.8.5. Órgãos e medidas governamentais e as pressões populares na área do abastecimento

O principal órgão responsável pela coordenação e fiscalização do abastecimento do mercado de consumo popular era, como vimos, a COFAP. Este órgão tinha poderes para intervir “na fixação de preços e no controle do abastecimento – ou seja, na compra, na distribuição e na venda” de uma extensa lista de produtos, que iam desde “gêneros e produtos alimentícios de primeira necessidade” até “cimentos e laminados de ferro, destinados às construções de casas próprias de tipo popular e às benfeitorias rurais”. Estava, ainda, entre suas atribuições, o poder de “desapropriar bens por interesse social e a prestação de serviços necessários à consecução de seus fins”.¹³⁰

A COFAP estava vinculada ao Ministério do Trabalho, mas com autonomia administrativa. Seu presidente, assim como os membros do conselho, eram nomeados pelo Presidente da República, ocorrendo o mesmo com os presidentes e membros dos conselhos das COAPs Comissões de Abastecimento e Preços (COAPS), órgãos auxiliares da COFAP

¹²⁷ “Federação e sindicatos contra o aumento do pão”, *O Metalúrgico*, Nº 149, fev. 1956, p. 8.

¹²⁸ “Comunicado aos trabalhadores e ao povo”, *O Metalúrgico*, Nº 152, maio 1956, p. 1.

¹²⁹ “Não queremos ver nossos filhos morrerem de fome”, *Notícia de Hoje*, Nº ..., 24 fev. 1959. (Ver foto Anexo 4)

¹³⁰ ABREU, A.A. et. al. (Coord.), Op. cit., VOL II, p. 1.466.

em nível estadual. Em alguns municípios foram criadas as Comissões Municipais de Preços (COMAPS), cujos presidentes eram nomeados pelos presidentes das COAPs.

Os conselhos eram compostos por treze membros representantes do comércio, indústria, lavoura, pecuária, imprensa, forças armadas, cooperativas de produtores e de consumo, economistas, dos ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Banco do Brasil e da Prefeitura do Distrito Federal.¹³¹ Tinham, entre outras, a incumbência de emitir pareceres sobre os pedidos de reajuste dos preços de determinados produtos.¹³²

As COAPs também dispunham de uma rede de pontos de vendas – as “barracas da COAP” – cedidos em consignação a comerciantes que não pagavam impostos ou aluguel, mas somente o Imposto de Vendas e Consignações, sendo, em contrapartida, obrigados a vender os produtos mais baratos, o que, entretanto, muitas vezes, não ocorria.¹³³

Não é difícil perceber que se tratava, virtualmente, de um órgão todo-poderoso, herdeiro direto de entidades afins criadas no Estado Novo – Comissão de Abastecimento, Comissão de Defesa da Economia Nacional e outros – e, mais do que isto, herdeiro do projeto corporativista de reconstrução da Nação pela ação do Estado no controle dos apetites privados e “harmonização” dos interesses de classe. Na nova conjuntura democrática, a COFAP, bem como outras áreas do Estado atuantes no terreno dos interesses populares, sofria pressões sociais constantes e trabalhadores e classes populares logravam “arrancar” medidas favoráveis e avançar, ainda que limitadamente, no “controle” de suas decisões.

Uma das formas de “controle” se evidenciava nas tentativas de depor e influenciar na escolha dos presidentes do órgão.¹³⁴ Uma assembléia metalúrgica de 18 de outubro de 1959, por exemplo, aprovou a proposta de “greve geral contra o aumento de tarifas e pela deposição do Presidente da COAP”.¹³⁵ Poucos dias depois, a 25 de outubro, o Sindicato dos Têxteis que, como se pode perceber, tinha os seus relógios ajustados com o dos metalúrgicos (em grande parte, provavelmente, devido a atuação de membros do PCB)

¹³¹ Ibid.

¹³² *Última Hora*, Nº 1.1.32, 7 dez. 1955, 2º Caderno, p. 5.

¹³³ *Última Hora*, Nº 1.306, 6 jul. 1956, 1º Caderno, p. 2.

¹³⁴ Tornou-se refrão contra os governos “populistas” a acusação de que sindicalistas derrubavam e nomeavam ministros. O caso mais rumoroso talvez tenha sido o da nomeação do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues para comandar o Ministério da Marinha, após negociações com sargentos, cabos e marinheiros rebeldes no final de março de 1964. Cf.: GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*, p.50.

¹³⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 18 out. 1959, p. 178.

também realizava assembléia na qual se resolvia pelo envio de telegramas às autoridades exigindo a demissão imediata do Presidente da COAP e um voto de protesto contra o aumento das passagens de bondes e ônibus.¹³⁶ De fato, a greve geral cogitada pelos metalúrgicos acabou ocorrendo no dia 2 de dezembro, como veremos.

Assim como para outras áreas do Estado – como os Institutos de Previdência, por exemplo – os trabalhadores também exigiam para a COFAP e congêneres estaduais e municipais, a presença de representantes seus na direção. A assembléia têxtil de 1º de agosto de 1954, por exemplo, tinha como 3º item de sua ordem do dia a questão do “congelamento dos preços” e foi resolvido: “Que se envie uma menção [sic] ao Presidente da Republica pedindo a substituição imediata dos dirigentes da COMAP, COFAP e COAP e nomeando para seus lugares representantes legítimos dos trabalhadores”.¹³⁷ A proposta amenizava os termos de outra deliberação, tomada na assembléia têxtil de 24 de janeiro de 54, que defendera a extinção pura e simples da COFAP, COAPs e COMAPs e a eleição de uma comissão de representantes das diversas categorias para controlar os preços dos gêneros de primeira necessidade.¹³⁸ Este foi o único registro encontrado na documentação produzida por ou relativa aos movimentos sindical e popular propondo a extinção dos órgãos de fiscalização dos preços.

Em julho de 1956, outra assembléia têxtil foi informada de que o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, aceitara a indicação de dirigentes sindicais para o plenário da COAP, para fiscalização dos preços, como também sua participação na direção dos institutos de previdência. A concessão do Ministro fora feita em troca do adiamento de uma greve geral contra a carestia marcada para 20 de julho, em São Paulo.¹³⁹ O nome de Francisco José Teixeira foi indicado como fiscal da COAP.¹⁴⁰ Em setembro a imprensa revelava as “demarches” de bastidores no episódio da nomeação de representantes sindicais para fiscais da COAP. O Ministro do Trabalho teria assumido com o PUI o compromisso de nomear 90 elementos “indicados pelos líderes sindicais de São Paulo para a função de fiscais da COAP, ou para a função de fiscalização da própria COAP, segundo algumas

¹³⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 25 out. 1959, p. 70.

¹³⁷ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 1 ago. 1954, 104 – verso.

¹³⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 24 jan. 1954, p. 85.

¹³⁹ “Adiada por 20 dias a greve geral marcada para a zero hora de hoje”, *Última Hora*, Nº 1.318, 20 jul. 1956, 1º Caderno, p. 7.

¹⁴⁰ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis, 29 jul. 1956, p. 169.

interpretações”, noticiava o *Última Hora*. Cogitava-se que o governador Jânio Quadros estaria “manobrando” para “encampar” a COAP de São Paulo, pois os sindicalistas nomeados seriam nomes a ele ligados. O Presidente da COAP de São Paulo, General José de Souza Carvalho, ao que tudo indica excluído do acordo entre PUI e Ministério, alegou que o órgão dispunha apenas de três viaturas, “não estando em condições de acolher tanta gente...”, referindo-se aos noventa sindicalistas – designados pela notícia como “o batalhão dos noventa” -, dispondo-se, então, a acolher dez elementos indicados pelos sindicatos.¹⁴¹

No dia 24 de outubro era noticiada a nomeação dos líderes sindicais que assumiam o compromisso de manter uma “vigilância rigorosa de preços de utilidades a fim de combaterem, numa ação conjunta, a alta do custo de vida”.¹⁴² Sua posse ocorreu em novembro, no escritório da COAP, situado à Praça D. José Gaspar, 30, 6º andar, pela portaria 380-P. Os dez sindicalistas receberam uma credencial e porte de arma, ferramenta que seria usada no trabalho de fiscalização. Segundo *O Metalúrgico*, tratava-se de uma medida tomada “a título de experiência para, em cooperação com o serviço de fiscalização da COAP de São Paulo, exercerem a função de fiscais do órgão estadual controlador”.¹⁴³ Segundo o registro do DOPS, entre os fiscais encontravam-se um marceneiro, um aeroviário, um mestre de fiação e tecelagem, um bancário, dois têxteis, um vidreiro, um trabalhador em calçados e dois não identificados. Um deles, conseguimos esclarecer, era o metalúrgico Fortunato Martinelli, eleito em reunião da Diretoria do Sindicato, no dia 02 de agosto de 1956.¹⁴⁴ Os sindicalistas provavelmente passaram a integrar o Departamento de Policiamento Econômico (DPE) da COAP, responsável pela fiscalização de “abuso de preços” e autuação de comerciantes.¹⁴⁵

Aproveitando o ensejo, a Federação das Mulheres, que realizava um Congresso em outubro de 1956 com associações femininas da capital e do interior, também levantou a bandeira da participação das donas-de-casa nos plenários da COAP e da COMAP, bem como na fiscalização.¹⁴⁶ Não temos notícias sobre o atendimento dessa reivindicação.

¹⁴¹ “Contida a ‘ocupação’ da COAP pelos operários”, *Última Hora*, Nº 1.369, 20 set. 1956, 1º Caderno, p. 5.

¹⁴² *Última Hora*, Nº 1.369, 22 out. 1956, 1º Caderno, p. 3.

¹⁴³ “Líderes sindicais na fiscalização de preços”, *O Metalúrgico*, Nº 158, nov. 1956, p. 1.

¹⁴⁴ Dossiê DOPS 50-Z-315. Relatório 668 de 12 nov. 1956 – SOG-SS Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 2 ago. 1956, p. 161 – verso.

¹⁴⁵ *Última Hora*, Nº 1.132, 7 dez. 1955, 1º Caderno, p. 5.

¹⁴⁶ “Revolução de donas de casa contra a carestia de vida”, *Última Hora*, Nº 1.390, 15 out. 1956, 1º Caderno, p. 2. Estavam presentes associações femininas dos bairros do Imirim, Princesa Isabel, Vila Alpina, Parque

Em março de 1959, o tema da participação de representantes populares no plenário da COFAP e na fiscalização do abastecimento e dos preços voltou à baila com a formação da Frente Popular Contra a Carestia no Rio de Janeiro, liderada pelo deputado federal petebista Lício Hauer.¹⁴⁷ Propunha-se, então, a ampliação do plenário da COFAP com a inclusão de representantes sindicais, estudantis, do funcionalismo, das donas-de-casa e das organizações populares, com a extensão do poder de fiscalização a todas as entidades que fizessem parte do plenário.¹⁴⁸

O quanto algumas mudanças na composição do plenário da comissão poderiam alterar o rumo das decisões tomadas, podemos deduzir a partir da denúncia de que o Presidente da COFAP em 1955, Américo Pacheco de Carvalho, mantinha o plenário desfalcado dos representantes da imprensa e das Forças Armadas pois estes geralmente decidiam a favor dos consumidores.

O que foi exposto até aqui indica que os preços dos gêneros considerados de primeira necessidade tiveram seus preços monitorados. Além disso, a reivindicação do “congelamento” foi, eventualmente, atendida.

Em pelo menos duas ocasiões o movimento sindical e popular obteve êxito em seu intento de obrigar o governo Kubitschek a congelar preços. Nos dois casos a medida saiu para conter manifestações populares de grandes proporções. A primeira seria a greve geral contra a carestia, marcada para 20 de julho de 1956. O Ministro do Trabalho obteve o adiamento da paralisação em troca do congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade por 90 dias: arroz, feijão, leite, pão, carne, açúcar, óleo, gordura e derivados. Além do congelamento, o Ministro aceitou a intervenção dos sindicatos na fiscalização dos preços e a nomeação de um dirigente sindical para o plenário da COAP, como vimos anteriormente. A medida de congelamento de maior repercussão foi adotada em novembro

São Lucas, Joana D’Arc, Vila Esperança, favela do Canindé, Vila Ede, Vila Maria, Bela Vista, Bosque da Saúde, Vila Guilherme, Vila Prudente, representantes da Liga Feminina de Taubaté, da Associação Feminina de Mães de Santo Anastácio e da Associação Feminina de Botucatu. Segundo o jornal a Federação havia sido fundada dez anos antes.

¹⁴⁷ Lício Hauer bacharelou-se em Direito e foi funcionário do TCU (Tribunal de Contas da União). Foi o primeiro presidente da União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Elegeu-se Deputado em outubro de 1958, com 15 mil votos e o apoio do PCB. Vinculou-se à FPN (Frente Parlamentar Nacionalista) e foi “cassado” pelo AI-1 em 9 de abril de 1964, exilando-se na Iugoslávia, Chile e Suécia. ABREU. A.A. et. al (Coord.), Op. cit., Vol III, p. 2739

¹⁴⁸ “Líderes sindicais na COFAP para forçar baixa de preços”, *Última Hora*, Nº 2.114, 3 mar 1959, 1º Caderno, p. 2.

de 1958, quando se preparava uma gigantesca “Marcha da Fome” sobre o Rio de Janeiro. Na ocasião do congelamento, mais de 150 dirigentes sindicais de São Paulo se reuniram com o presidente, hipotecaram irrestrito apoio à medida e reiteraram o pedido de participação na fiscalização, por meio de Sindicatos e Federações. Retomava-se, ainda, proposta já aventada em reunião de metalúrgicos e estudantes, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos em julho de 1956, para que a fiscalização fosse realizada com a participação do exército, especialmente sargentos e oficiais.¹⁴⁹ Mas a disposição, ou talvez a possibilidade da COFAP manter o congelamento não era muita. De uma lista inicial de 13 artigos enquadrados, definida em 21 de novembro de 1958, recuou-se em dezembro para 12 artigos, restringindo-se, em janeiro de 1959, a apenas 8 itens.¹⁵⁰

Segundo o projeto varguista, os sindicatos seriam órgãos colaboradores com o Estado, mas não da forma como pretendiam – fazendo parte dos plenários das COFAPs e COAPs e fiscalizando comerciantes –, mas sim organizando cooperativas de consumo e distribuindo alimentos. No começo de maio de 1953, poucos dias após um encontro com caravana de sindicalistas e trabalhadores de São Paulo no 1º de Maio em Volta Redonda, Vargas determinava que fosse estabelecido perfeito entrosamento entre COFAP e Ministério do Trabalho “de sorte a ser facilitada ao máximo a aquisição de gêneros a preços populares aos operários, mediante a organização de cooperativas sindicais” – conforme, aliás, previa a CLT.

Por sua vez o presidente da COAP de São Paulo convocava os dirigentes das federações dos trabalhadores – anunciando que posteriormente se reuniria com os dirigentes de sindicatos – para organizar a instalação de postos de distribuição de gêneros nas federações, sindicatos e fábricas.¹⁵¹ Esta proposta, entretanto, foi rejeitada pelos representantes de metalúrgicos e têxteis – Altino Cavallaro e Nelson Rusticci – pois incluía uma cláusula considerada perigosa: o pagamento seria efetuado mediante desconto em folha, o que, temia-se, poderia resultar na formação de um “regime de barracão”. Ao invés

¹⁴⁹ “Líderes sindicais paulistas hoje com JK: salário mínimo e fiscalização de preços!”, *Última Hora*, Nº 2.033, 25 nov. 1958, 1º Caderno, p. 3 e “Troca de um martelo por um livro simbolizando a união operário-estudantil”, *O Metalúrgico*, Nº 154, jul. 1956, p. 8.

¹⁵⁰ “Revogado o congelamento em S. Paulo: caíram de 72 para 19 os preços sob controle!”, *Última Hora* Nº 2.085, p. 1

¹⁵¹ “Mobilização geral dos sindicatos na batalha contra a carestia”, *Última Hora* Nº 345, 5 maio 1953.

disso os sindicalistas propunham a eleição de representantes dos sindicatos para uma ampla intersindical que ajudaria a COAP a fiscalizar os preços.¹⁵²

No Sindicato dos Têxteis a idéia da formação de uma cooperativa de consumo parece ter contado com alguma simpatia, sendo defendida em duas assembléias gerais. Em 25 de maio de 1954 resolvia-se criar uma cooperativa “e que se convide o cooperativista Carlos Dias, do Sindicato dos Bancários para nos informar as condições de sua elaboração”.¹⁵³ Em 30 de outubro de 1955 o assunto voltava à agenda: “Que a Diretoria do sindicato estude a possibilidade de organizar uma cooperativa de consumo”, determinou a assembléia.¹⁵⁴

Portanto, embora Weinstein afirme que “as cooperativas tornaram-se os maiores focos da atividade sindical durante os anos de guerra”, no período 1950-1964 não encontramos maiores pistas sobre o assunto.¹⁵⁵

Em algumas ocasiões emergenciais, entretanto, os sindicatos se prontificaram a funcionar como canal de distribuição de gêneros. Em junho de 1956, por exemplo, o presidente do Sindicato dos Têxteis, Nelson Rusticci, propôs em assembléia que “dada a situação angustiante que atravessa o trabalhador”, agravada com a falta do açúcar no mercado, fosse solicitado ao general José de Souza Carvalho, presidente da COAP, o envio do produto ao sindicato para venda direta aos associados.¹⁵⁶

Em outubro de 1959, o Sindicato dos Metalúrgicos assumia a responsabilidade de vender feijão a seus associados a preços tabelados e em quantidades controladas. Justificava o Primeiro Secretário Afonso Delelis que os sindicatos eram “órgãos de colaboração pública que, numa emergência criada pela impunidade aos especuladores, toma

¹⁵² “Fiscalização direta de preços pelos sindicatos”, *Última Hora* Nº 2349, 11 maio 1953, 2º Caderno, p. 5. A alusão, obviamente, é ao regime de compras a crédito pelos colonos nos armazéns das fazendas do interior de São Paulo, com desconto em folha. As contas eram manipuladas pelo patronato fazendo as dívidas crescerem astronomicamente. É sugestivo o fato de que o estreitamento da colaboração com o Estado e o patronato tenha sido recusado evocando-se relações típicas de um outro contexto sócio-econômico, mas que, supunha-se, poderiam se restabelecer caso, os sindicatos não se mantivessem vigilantes, o que indica a persistência de desconfianças que nenhum “espírito de colaboração” conseguia superar.

¹⁵³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 25 abril 1954, p. 94.

¹⁵⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 30 out. 1955, p. 149 - verso

¹⁵⁵ WEINSTEIN, B. A *(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, p. 123.

¹⁵⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 17 jun. 1956.

medidas práticas para minorar a situação”. Ao mesmo tempo, exigia providências do governo para regularizar o abastecimento de feijão, carne, óleo, arroz e outros produtos.¹⁵⁷

4.11. Quanto subiu a carestia? Briga pelos índices de custo de vida

Para os setores de centro e de esquerda do movimento sindical tornava-se difícil uma colaboração mais estreita com o Estado no combate à carestia, uma vez que a inflação, como vimos, era componente estrutural da concentração de recursos para a arrancada desenvolvimentista. Além disso, as medidas ao alcance do Poder Público na área do controle dos preços e abastecimento em uma economia de mercado nunca eram tão abrangentes e eficazes a ponto de satisfazer as demandas de consumo da massa dos trabalhadores ou reverter tendências econômicas fundamentadas na formação de custos e preços. Assim, as frentes de atrito eram muitas. E começavam pelo próprio cálculo dos índices do custo de vida.

A documentação parece sugerir que divergências quanto à metodologia adotada para o cálculo dos índices, assim como quanto à idoneidade dos técnicos e dos órgãos responsáveis por sua elaboração, produziram atritos e rejeição aos números apresentados pelos órgãos oficiais. Pode-se pensar, inversamente, que o antagonismo de classes latente não poderia deixar de contaminar os critérios para os cálculos do custo de vida, bem como gerar desconfianças e prevenções por parte dos dirigentes sindicais. Da rejeição aos índices oficiais – que, diga-se de passagem, serviam como parâmetro nas negociações dos reajustes salariais, bem como nos julgamentos dos dissídios – nasceu um dos “desórgãos” criados pelo movimento sindical no período: o DIEESE.¹⁵⁸

A Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais da Prefeitura de São Paulo, subordinada a Secretaria Municipal de Cultura, foi o primeiro órgão, em 1936, a realizar pesquisas sistemáticas sobre o custo de vida na cidade.¹⁵⁹ Por volta de 1937, foi criado o índice de aumento de preços do padrão da vida operária.¹⁶⁰ A Subdivisão tinha por fim fornecer suporte para as comissões locais do Departamento Nacional do Trabalho, encarregado de analisar o custo de vida para estabelecer o valor do salário mínimo.

¹⁵⁷ “Sindicato já distribuiu feijão”, *Última Hora* Nº 22.296, 1 out. 1959, 1º Caderno, p. 10.

¹⁵⁸ Segundo o sociólogo colombiano Fals Borda, “desórgãos” são grupos ou instituições inovadores que desafiam a ordem estabelecida. Cf: CHILCOTE, R.H., *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*, p. 27.

¹⁵⁹ BONDOUKI, N. , Op. cit., p. 235.

Segundo Gonzaga e Machado, a partir de janeiro de 1939 começou a ser produzido o índice de preços mais antigo calculado no Brasil: o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPPC-FIPE), então denominado Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária na Cidade de São Paulo. É interessante notar que, segundo esses autores, de 1939 a 1956 (o DIEESE foi fundado em dezembro de 1955) o índice baseou-se nas pesquisas da Subdivisão de Estatística da Prefeitura, que contou com uma amostra de 306 cadernetas preenchidas por operários da rede de limpeza. Em 1951 uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares no Município de São Paulo – tendo como amostra cadernetas preenchidas por famílias de trabalhadores - foi aplicada ao levantamento anterior.¹⁶¹

As desconfianças dos sindicatos decorriam do fato de não terem acesso aos dados, não podendo, portanto, comprovar sua veracidade. Em setembro de 1952, por exemplo, *O Metalúrgico* contestava a informação de que a alta do custo de vida fora menor em agosto: “Ora, admiramos muito que a Divisão de Estatística de nossa Prefeitura venha informar o público com dados tão imprecisos e tão falhos.” Os responsáveis pelos cálculos eram acusados de não se basearem em dados verídicos: “A estatística do aumento do custo de vida não pode ser somente controlada dentro dos gabinetes fechados, isto porque lá não chegue talvez a realidade da coisa”.¹⁶²

O fato de Samuel Lowrie, sociólogo norte-americano contratado nos anos 1930 para o serviço de pesquisa social da Prefeitura, ter convidado para auxiliá-lo o estatístico Oscar Egydio de Araújo, chefe do Departamento Econômico da FIESP, que viria a substituir Lowrie após seu retorno para os Estados Unidos, só fez crescer as resistências no meio operário.¹⁶³

Uma crítica muito freqüente se referia ao fato de, para o índice calculado entre 1936 e 37, ter se tomado como universo de amostragem os encarregados da limpeza pública, que teriam padrões de educação, condições de habitação e vestuários diferentes daqueles da

¹⁶⁰ Bondouki indica este ano ao passo que Rolnik aponta 1938. BONDOUKI, Op. cit., p. 218. ROLNIK, A cidade e a Lei...p. 179.

¹⁶¹ GONZAGA, G.; MACHADO, D.C., Op. cit., p. 487

¹⁶² “Atenuou-se em agosto a alta do custo de vida”, *O Metalúrgico* Nº 111, ago. 1952, p 4.

¹⁶³ VIEIRA, V.L., *O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950*. Representações sobre os trabalhadores urbanos no período de 1930 a 50, p. 196.

classe operária industrial.¹⁶⁴ Também era criticado o fato do cálculo basear-se em indivíduos, quando o certo deveria ser considerar o consumo familiar.¹⁶⁵

O fato é que os índices divulgados pela Prefeitura eram, quase sempre, contestados. Em uma assembléia metalúrgica de dezembro de 1951, o advogado do Sindicato, Dr. Cristóvam Pinto Ferraz, já denunciava que a Prefeitura apresentava estatísticas erradas, dando a entender que, por pressão dos sindicatos, fora feito um cálculo recente, chegando-se a 25%, mas, por considerarem, ainda, o índice incorreto, os metalúrgicos resolveram lutar por 50% de reajuste e depois por 100%.¹⁶⁶

Um ano depois, a 14 de dezembro de 1952, o metalúrgico da Atlas, Paul Israel Singer, formulou em assembléia geral, uma proposta que viria, mais tarde, dar origem ao DIEESE: o sindicato deveria juntar-se a entidades congêneres para elaborar um novo índice de aumento do custo de vida. Pouco antes, o metalúrgico Luciano Ramalho informara que, como o acordo sindical vencia no dia 31 de dezembro, fora enviado ofício à Prefeitura, solicitando o índice do custo de vida de 1952. O percentual apresentado, de 12,5%, foi considerado inexato. O Sindicato procurara, então, um “corpo de economistas”.¹⁶⁷

Com a posse de Jânio Quadros na Prefeitura, gerou-se expectativa quanto a melhoria dos serviços da Subdivisão de Estatísticas, logo frustrada, porém. Já em setembro de 1953, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Geraldo Santana de Oliveira, cobrava: “Lembramos que o sr. Jânio Quadros prometeu aos trabalhadores, em virtude de reclamação destes, que o Serviço de Estatística seria melhorado, de forma a fornecer dados objetivos sobre a elevação do custo de vida”. Ao invés disto as coisas teriam piorado, pois a Prefeitura, desde abril de 1953, parou de fornecer dados ao TRT para a fixação dos aumentos salariais nos processos de dissídio.

¹⁶⁴ LEITE, R.S.; NUSDEO, F.; REZEMINI, L., “Pesquisa sobre a situação econômico-financeira das empresas dedicadas à indústria têxtil no Estado de São Paulo e análise estatística dos salários por elas pagos aos mestres e contra-mestres”. P. 31. A crítica, formulada em um artigo de agosto de 1955 e reiterada, por exemplo, por Antônio Chamorro em assembléia têxtil de outubro do mesmo ano Cf.: Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 16 out. 1955, p. 149. Segundo a informação do artigo do IBGE a nova pesquisa de 1951 teria se baseado em “cadernetas preenchidas por famílias de trabalhadores”. Cf: GONZAGA, G.; MACHADO, D.C., Op. cit., p. 487.

¹⁶⁵ Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos, 25 já. 1953, p. 76. A informação de que dispomos – como indicado no texto – sugere que a partir de 1951 a nova Pesquisa de Orçamentos Familiares teria corrigido o problema.

¹⁶⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 30 dez 1951, p. 3.

¹⁶⁷ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 14 dez. 1952, p. 63 – verso.

Eram, também, criticadas as estatísticas do Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho (SEPT), do Ministério do Trabalho.¹⁶⁸

Na Câmara dos Vereadores a opinião sobre os trabalhos da Prefeitura não era mais lisonjeira. Freitas Nobre, por exemplo, afirmava em sessão de 3 de maio de 1954:

Preliminarmente queria afirmar a V. Exa. [dirigindo-se ao vereador Farabulini Jr.- Nota do Autor] com segurança que as estatísticas desse Departamento de Pesquisa de preços da Prefeitura de São Paulo são absolutamente desleais e fraudulentas porque elas não têm em vista a realidade do momento dos preços. Conseguem os técnicos da Municipalidade o equilíbrio, quase, dos preços no papel e quando tudo aumenta 1.000% esses técnicos acusam um aumento de 5 ou 10%!¹⁶⁹

A forma que os sindicatos encontraram para contestar tecnicamente a Prefeitura foi solicitando aos associados a entrega de suas “cadernetas de empório” ou “cadernetas de compra” nas secretarias das entidades, para que os departamentos de contabilidade elaborassem um índice próprio. Assim o sindicato iria “fazer uma contestação junto à Prefeitura Municipal de São Paulo” com vistas ao “futuro reajustamento salarial da classe metalúrgica de São Paulo”.¹⁷⁰ Em junho de 1954 a mesma proposta era apresentada em assembléia geral têxtil: “Que os trabalhadores que dispõem das “cadernetas de vendas” apresentem estas a fim de que se possa fazer um estudo do *verdadeiro* aumento do custo de vida” [Grifo do Autor].¹⁷¹

Em outubro de 1954 um artigo de José Maia Ribeiro comentava sobre a aceitação, pelo PUI, da proposta formulada por Paul Singer, de criação de um Departamento Econômico “cujos serviços seriam próprios a todos os sindicatos que compõem o Pacto de Unidade Intersindical”. A sugestão teria sido aceita, mas apenas três sindicatos haviam, de fato, se comprometido. A conclusão era pessimista: “os líderes sindicais do momento em sua maioria são vacilantes, não conhecem o efeito legal dos números em estatísticas, andam por onde recebem orientação e não têm rumo definido”.¹⁷²

No Sindicato dos Têxteis as iniciativas para elaboração de um índice em que se pudesse confiar se sucederam desde meados de 1955: em abril uma assembléia decide: “que seja criada uma comissão de estatísticas para controlar a situação do custo de vida e

¹⁶⁸ O META A 84

¹⁶⁹ CM2, 1

¹⁷⁰ “A C.E.S. prejudica centenas de trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 124, set. 1953, p. 3.

¹⁷¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis, 27 jun. 1954.

assim organizar uma escala móvel para aumento de salários”.¹⁷³ Em outubro o presidente, Nelson Rusticci, pediu autorização da assembléia “para contratação de um técnico que irá fazer um levantamento sobre o *real aumento* do índice do custo de vida” [Grifo do Autor].

Em meados de 1955, as críticas ao trabalho da Prefeitura vão subindo de tom nas assembléias metalúrgicas e amadurecendo o projeto de organização de um departamento de estatísticas dos sindicatos. Na assembléia de 31 de julho de 1955, Otávio Siqueira leu os estudos da municipalidade e afirmou tratar-se de “uma estatística forjada”.¹⁷⁴ Em setembro Remo Forli reiterou a proposta de formação de “um corpo de estatísticas de acordo com todos os sindicatos e que se mande ao Prefeito o nosso pesar pelo corpo de estatísticas que não atende aos interesses dos trabalhadores e não expressa a verdade”.¹⁷⁵ Em outubro o metalúrgico Aldo Lombardi denunciou como uma farsa da Prefeitura ter baixado o índice de custo de vida de 17,4% para 16% e Hermeto Mendes Dantas acrescentou que a Comissão de Estatísticas da Prefeitura estava enganando os trabalhadores a serviço dos patrões.¹⁷⁶

Finalmente, no dia 22 de dezembro de 1955, 22 sindicatos, reunidos no Sindicato dos Bancários, fundaram o DIEESE, apresentado como “a sigla da nova arma operária nas lutas econômicas”, necessária pois, segundo os sindicatos, “os postos-chaves do aparelhamento estatístico oficial eram ocupados por elementos diretamente ligados ao patronato”.¹⁷⁷ Uma das primeiras tarefas assumidas foi a de revisão da tabela do custo de vida conjuntamente com a própria Divisão de Estatísticas Municipal, conforme autorização do Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, João Accioly. Outra pesquisa que, de imediato, o DIEESE começou a promover, tratou de apurar, em todos os órgãos de classe do Estado, as categorias representadas, o número de sindicalizados, as importâncias

¹⁷² RIBEIRO, J.M., “Dois fatos importantes”, *O Metalúrgico* Nº 136, out. 1954, p. 3.

¹⁷³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 3 abril 1955, p. 132.

¹⁷⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 31 jul 1955, p. 1 - verso

¹⁷⁵ Ibid, 11 set. 1955, p. 21 - verso.

¹⁷⁶ Ibid., 30 out. 1955, p. 32.

¹⁷⁷ “Com estatísticas os trabalhadores marcham para a luta salarial”, *O Metalúrgico*, Nº 193, jul./ago. 1960, p. 1. Este artigo informa que 19 entidades sindicais fundaram o DIEESE. Preferimos a informação fornecida pelo próprio DIEESE no Boletim no. 2 de Junho de 1960. Embora fundado em dezembro, em Reunião de Diretoria dos Metalúrgicos em 7 de novembro de 1955 já era anunciado o funcionamento do DIEESE no Sindicato dos Bancários. Cf: Ata de Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 7 nov. 1955, p.127. Cf.: COLISTETE, R., Op. cit., p. 61 Contem equívoco de data, apresentando o ano de 1957 como sendo o de fundação do Departamento. Também Cf.: WOLFE, J. Op. cit., p. 187.

arrecadadas com o imposto sindical e as mensalidades, os serviços assistenciais prestados pelo sindicato, o salário médio e as condições de trabalho. Em outubro de 1956 encontramos notícias sobre a distribuição e preenchimento dos formulários do DIEESE, provavelmente referentes a esta última pesquisa, em assembleias têxteis.¹⁷⁸ A parte técnica deste trabalho estaria a cargo de um professor de economia da USP.¹⁷⁹

Em agosto de 1957 – às vésperas, portanto, da “Greve dos 400 mil” – a “nova arma operária” já começava a exhibir o seu poder de fogo: era encaminhada carta ao secretário geral da COAP, tenente-coronel Valter Santos, contendo estudos sobre o problema do leite em São Paulo, levantamento do custo de vida no último ano, levantamento dos lucros dos bancos paulistas, além de cópia do projeto do vereador Homero Silva sobre Isenção de Imposto de Vendas e Consignações para produtos de primeira necessidade e cópia de um projeto do vereador José Aranha concedendo ao DIEESE dotação orçamentária de Cr\$ 100.000,00.¹⁸⁰

A trajetória que levou à fundação do DIEESE parece ser representativa de tendências e possibilidades próprias do movimento operário do período. A motivação básica decorria da necessidade de definição transparente de índices de referência para a luta salarial. A construção dessas informações não podia deixar de sofrer a influência, tanto de interesses, quanto de experiências sociais diferenciadas. Para o sociólogo norte-americano assessorado pelo estatístico da FIESP, pareceu razoável elaborar seus dados a partir das cadernetas de operários da limpeza pública. Para os trabalhadores industriais o procedimento gerava índices incompatíveis com sua experiência de vida. Em decorrência, se adensou um projeto que possibilitava tanto o esclarecimento de aspectos da realidade social mal representados nos índices oficiais – inicialmente a realidade de consumo das famílias operárias, mas logo uma série de outros aspectos do mundo do trabalho – quanto a elaboração de novas ferramentas para a luta pela mudança dessa mesma realidade. A criação do DIEESE como “desórgão” – naquele momento – ocorria simultaneamente ao amadurecimento de outras propostas destinadas a ampliar o controle operário sobre regiões do próprio Estado: participação na fiscalização da aplicação das leis trabalhistas, do congelamento de preços, na direção dos institutos de previdência, no plenário da COFAP.

¹⁷⁸ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 1 out. 1956, p. 69 e 9 set. 1957, p. 76.

¹⁷⁹ “Criado o Departamento Intersindical de Estatística”, *O Metalúrgico* Nº 149, fev 1956, p. 5.

¹⁸⁰ “Lutam os sindicatos contra a alta do custo de vida”, *O Metalúrgico* Nº 165, ago. 1957, p. 2.

Cabe notar que, para a construção do DIEESE, bem como para a elaboração dos “planos gerais” de habitação para a cidade, trabalhadores teceram alianças com setores da nova classe média – economistas da USP, arquitetos, assim como as associações – criando as possibilidades de formação de uma nova hegemonia.

4.12. Convenções, mesas-redondas... o movimento popular afia as armas da crítica para a luta contra a carestia

Se o DIEESE forneceu uma “nova arma operária” para a crítica aos índices oficiais do custo de vida, foi nas mesas redondas e convenções contra a carestia que o movimento sindical e popular completou seu arsenal crítico. Em aliança ora com economistas, ora com agrônomos, ora com parlamentares, ora com dirigentes de entidades patronais, foi sendo tecido um diagnóstico da crise de abastecimento e um programa para combatê-la.

Há notícias da realização, no dia 18 de setembro de 1953, de uma Convenção Popular, reunida no Teatro Colombo, no Largo da Concórdia, às 20 horas. Apenas do Sindicato dos Metalúrgicos foram eleitos, em assembléia geral, 19 delegados, que levaram consigo uma tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade.¹⁸¹ A Convenção discutiu o problema do aumento das passagens de bondes e ônibus, do racionamento da energia elétrica e do aumento do custo de vida.¹⁸²

Convenções contra a carestia parecem ter se espalhado pelo Brasil. Nos dias 28 e 29 de maio de 1954 realizou-se a “Convenção Estadual Pró-Salário-Mínimo e Congelamento de Preços” em Porto Alegre, com 36 sindicalistas da capital e dezenas de representantes do interior.¹⁸³ Em Sorocaba, no dia 2 de abril de 1953 instalou-se a “Mesa Redonda Contra a Carestia de Vida” no Ginásio de Esportes do município. Foram convocados, segundo o jornal local, “camponeses e camponesas, ferroviários e donas-de-casa, trabalhadores têxteis e metalúrgicos, sapateiros e alfaiates, pequenos lavradores e negociantes, funcionários públicos e barbeiros, transportes em geral e funcionários municipais, contabilistas e jornalistas, construção civil e massas de alimentação”, além do Prefeito e da Câmara Municipal. Foi criada, então, uma CPCAP (Comissão Popular de Controle de Abastecimento e Preços), tendo como Presidente de Honra o Prefeito, como presidente

¹⁸¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, 13 set. 1953, p. 111.

¹⁸² “Resoluções em assembléia dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 123, ago. 1953, p. 6.

¹⁸³ FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*, p. 424

Pedro Diogo Gomes da Silva e como vice o Presidente do Sindicato dos Têxteis, José Castro de Almeida.¹⁸⁴

Em 15 de dezembro de 1954, o Sindicato dos Têxteis convocou entidades sindicais de São Paulo e do interior para uma mesa-redonda, quando se discutiria “a estabilidade dos preços dos gêneros de primeira necessidade”. Os metalúrgicos, por sua vez, realizaram, a 28 de dezembro, mesa-redonda preparatória para um debate público previsto para 7 de janeiro de 1955, quando seria lançada a Campanha de Defesa dos Consumidores. A reunião já revelava a clara percepção, por parte de seus organizadores, do caráter de ampla aliança popular da mobilização contra a carestia, uma vez que decidiu enviar um “memorial” a “todas as entidades sindicais, federações, associações esportivas, entidades de bairro, grêmios estudantis, enfim a todos os núcleos onde possam encontrar cooperação”, segundo as anotações do policial do DOPS.¹⁸⁵ É interessante notar que os redatores do memorial convidaram as diversas entidades visadas a aderirem a campanha, em nome “dos trabalhadores e do povo de São Paulo”, face à ausência de medidas dos “poderes públicos competentes”, o que tornava necessário o debate e a ação, em uma luta “pacífica e legal”. Diz o documento:

Os trabalhadores e o povo de São Paulo, por seus Sindicatos, por suas organizações, decidiram mobilizar esforços e organizá-los para a luta pelo congelamento de preços, já que os poderes públicos competentes não tomaram as medidas indispensáveis contra o crescimento constante do custo de vida.

Essa tomada de posição dos trabalhadores e do povo, para a luta comum, é um imperativo de defesa que reclama o concurso dos que tem parcela de responsabilidade, quer como cidadãos, quer como chefes de família, quer como membros da coletividade trabalhadora que realiza a grandeza da nação. Dando ciência a V. Sa. da posição assumida pelos trabalhadores e pelo povo de São Paulo, permitimo-nos convidá-lo para a obra de defesa comum, o que equivale dizer, para a luta em prol do congelamento de preços. A Campanha está no início. Do concurso de todos depende o êxito do esforço coletivo (...)

Nessa reunião serão debatidos os problemas de ação a desenvolver em prol do êxito da luta pacífica e legal a ser travada contra a elevação contínua e vertiginosa do custo de vida.¹⁸⁶

¹⁸⁴ “Dentro de um ambiente de plena cordialidade decorreram os trabalhos da mesa redonda contra a carestia de vida”, *Cruzeiro do Sul* Nº 13.921, 2 abril 1953, p. 1

¹⁸⁵ Dossiê DOPS 30-B-264 p.100

¹⁸⁶ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 78

A mesa-redonda do dia 7 de janeiro de 1955, além de tomar decisões de mobilização, sendo a principal um abaixo-assinado com um milhão de assinaturas contra a carestia, formou uma Comissão de Orientação presidida por Rui Barbosa, balconista das Casas Pernambucanas e Presidente do Sindicato dos Comerciários. O vice-presidente da Comissão era Gabriel Grecco, Presidente do Sindicato dos Gráficos, tendo sido constituídas duas sub-comissões: de “arregimentação e finanças” e de “propaganda”, com participação de sindicalistas, deputados e associações populares, inclusive uma Associação Espírita de Guarulhos.¹⁸⁷

Nessa reunião, participou também o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e pode-se dizer que a luta, iniciada com o nome de *Campanha de Estabilização de Preços*, ganhou dois vieses: um patronal e um popular, prevalecendo o segundo. O viés patronal destaca-se em notícia veiculada pelo *Última Hora* no dia 25 de janeiro, na qual a campanha era apresentada como um “movimento do comércio lojista com a finalidade de reter a alta de preços em benefício da população”. Surpreendentemente a única proposta apresentada era que o trabalhador trabalhasse mais: “O sucesso desta iniciativa depende de todos e VOCÊ, trabalhador, pode também contribuir com sua parte, produzindo mais, para reduzir o custo de produção. Assim fazendo, VOCÊ poderá desfrutar de uma vida melhor, mais de acordo com seus justos anseios”.¹⁸⁸

O “viés popular” levou a Campanha às ruas, ocorrendo reuniões no Centro Espírita Dr. Araújo Pinto Neto, na Estrada Velha de São Miguel, na Sociedade Amigos de Vila Brasília Machado, comício no Largo Ubirajara, no Belém, no Largo da Penha e no Largo de Pinheiros.¹⁸⁹ É interessante observar que foi elaborado um Programa Mínimo de Defesa dos Consumidores, contando com a contribuição do engenheiro agrônomo e “técnico em produção e abastecimento”, Antonio Queirós do Amaral, que começou a participar dos comícios onde eram debatidas soluções para os problemas do abastecimento, tais como um melhor aproveitamento do “cinturão verde” que envolvia o município.

¹⁸⁷ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 86.

¹⁸⁸ “Trabalhador! Produzindo mais você está cooperando para o sucesso da Campanha de Estabilização de Preços”, *Última Hora* Nº 869, 24 jan 1955 1º Caderno, p. 4.

¹⁸⁹ “Coluna do Trabalhador”, *Última Hora* Nº 877, 15 fev. 1955, 2º Caderno, p. 5; “Será lançada hoje no Belém a campanha contra a carestia”, *Última Hora*, Nº 895, 22 fev. 1955, 1º Caderno, p. 7; “Hoje na Penha o comício de defesa dos consumidores”, *Última Hora* Nº 898, 1 mar 1955, 1º Caderno, p. 7; “Pode a Prefeitura fazer baixar em 20% o custo das mercadorias”, *Última Hora* Nº 2899, 2 mar 1955, 1º Caderno, p. 5.

A campanha pela coleta das um milhão de assinaturas ganhou as ruas e foi levada, por exemplo, a um comício realizado a 1º de março de 1955, no Largo da Penha, “no ponto final dos bondes da Penha”, às 20 horas, quando “correram listas” em apoio ao “Programa Mínimo dos Consumidores”.¹⁹⁰

Na assembléia metalúrgica de 15 de abril de 1955 foi eleita uma “Comissão de Congelamento de Preços” com nove componentes, que começou a reunir-se às sextas-feiras, na sede do Sindicato, às 20 horas. Em maio *O Metalúrgico* divulgava o “Boletim Informativo n. 1” trazendo as deliberações mais importantes da Comissão: organização de todos os metalúrgicos em comissões de empresa e campanha visando a coleta de um milhão de assinaturas como parte da *Campanha de Estabilização de Preços*.¹⁹¹

A campanha não é mais mencionada na documentação. Em julho de 1957 *O Metalúrgico* informou que uma comissão de dirigentes sindicais paulistas fez a entrega de um memorial contendo 45 mil assinaturas ao Presidente do COFAP, o que talvez tenha sido o resultado, bem inferior ao esperado, do movimento pelas um milhão de assinaturas.¹⁹²

Pode-se dizer que esta meta, da coleta de 1 milhão de assinaturas, foi retomada pelos “clubes de mães” da Zona Sul em 1975 e, após tentativas naquele ano e em 1976, o objetivo foi finalmente atingido em agosto de 1978, quando, em uma manifestação com 20 mil pessoas foi comemorada a coleta de 1.250.000 assinaturas.¹⁹³

Por sua vez, o “Programa Mínimo dos Consumidores”, outra iniciativa da *Campanha de Estabilização de Preços*, foi elaborado em uma reunião no dia 2 de fevereiro de 1955, no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença de representantes sindicais de vidreiros, aeroviários, marceneiros, garçons, trabalhadores na construção e mobiliário de São Bernardo, em laticínios, comerciários de Cruzeiro, gráficos, trabalhadores em carris urbanos, chapeleiros, bancários, jornalistas, enfermeiros de Santos e, claro, têxteis e metalúrgicos. Dos bairros, estavam presentes representações femininas de Vila Pompéia,

¹⁹⁰ “Hoje na Penha o comício de defesa dos consumidores”, *Última Hora* Nº 898, 1 mar. 1955, 1º Caderno, p. 7.

¹⁹¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 15 abr. 1955, p. 177; “Aumento de salários e congelamento de preços”, *O Metalúrgico* Nº 142, mai 1955, p. 4; “Comissão de congelamento de preços”, *O Metalúrgico* Nº 142, maio 1955, p. 8.

¹⁹² “Os sindicatos pedem medidas contra a carestia - O documento contem 45 mil assinaturas e foi entregue no Catete”, *O Metalúrgico* Nº 164, jul. 1957, p. 8.

¹⁹³ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*, p.212-221.

Ipiranga, Tatuapé, Vila Esperança, Parque Sevilha, Vila Carioca, Vila Santa Isabel, Ponte Rasa e outras.¹⁹⁴

Detendo-nos com cuidado na leitura dos principais pontos do referido programa, poderemos verificar que o movimento contra a carestia ia muito além da mera defesa do “congelamento de preços”, medida contrária à racionalidade econômica, poderiam dizer alguns. Previa-se o estabelecimento de entrepostos e mercados municipais como “órgãos pilotos do abastecimento”, recebendo e distribuindo somente produtos essenciais, mediante contrato entre o poder público e os comerciantes. O Poder Público disciplinaria os preços a partir dos custos do produtor, fixando uma margem contratual máxima que o comércio poderia acrescentar para estabelecer os preços de venda no varejo. Também se previa que os preços assim tabelados seriam “fixados às portas dos mercados e organizações varejistas contratantes com o poder público, de forma a oferecer ampla orientação aos consumidores”. Os preços manter-se-iam congelados “pelo espaço de tempo em que se mantiverem as circunstâncias que determinaram o preço básico para o produtor”. Simultaneamente “todos os esforços devem ser feitos para auxiliar e corrigir os desequilíbrios da produção, melhorando seu rendimento, garantindo a justa remuneração do produtor e possibilitando reduções gradativas nos preços do tabelamento”. Finalmente conjecturava-se que sistema semelhante podia ser estendido a todos os setores do comércio e distribuição de bens de consumo, modificando-se a “estrutura e concepção da função do comércio”, eliminando-se a especulação e a “exploração sistemática da economia popular, tanto de produtores como de consumidores”. A COFAP deveria, então, ser reorganizada para garantir a implantação do novo sistema.¹⁹⁵

Em março de 1955 o Prefeito William Salem recebeu a Comissão Orientadora da *Campanha de Defesa dos Consumidores*, quando afirmou ser o Programa Mínimo o de sua

¹⁹⁴ “Coluna do Trabalhador”, *Última Hora* Nº 877, 2º Caderno, p. 5. É interessante notar que a notícia fala em “representações femininas”, mas não em sociedades de amigos de bairro. A FESAB havia sido recém fundada, em 1954 e só vai incorporar-se mais tarde à luta contra a carestia. Considerando que os movimentos femininos de bairro, bem como a Federação de Mulheres de São Paulo era controlada pelo PCB, é possível supor que as associações femininas tenham – até certo ponto, e com características um pouco diversas – substituído os CDP’s, a partir de 1947, quando o partido é posto na ilegalidade, como veículo de atuação do PCB nos bairros. Podem ter representado, também, os parentes mais velhos dos “Clubes de Mães” que tão importante papel jogaram na retomada do movimento popular nos bairros a partir de 1975.

¹⁹⁵ “Coluna dos Trabalhadores”, *Última Hora* Nº 875, 1 fev. 1955, p. 5.

administração, comprometendo-se a criar o Banco Municipal da Produção, o que nunca ocorreu.¹⁹⁶

A Campanha prosseguiu ao longo de 1955, com uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos em abril, quando se resolveu organizar uma Secretaria da Comissão, que passou a funcionar no Sindicato dos Marceneiros. Também se resolveu formar sub-comissões pró-congelamento nos sindicatos e comissões nos locais de trabalho, fixar os programa mínimo nos empórios e armazéns de bairros, cujos negociantes estivessem interessados em participar da Campanha, realizar comícios na Vila São José e na Vila Anglo-Brasileira e promover sabatinas com os candidatos à Prefeitura nas eleições que se realizariam naquele ano. Cada candidato deveria opinar se aceitava o “Programa Mínimo dos Consumidores”, devendo comprometer-se com a Comissão Orientadora da Campanha a executá-lo, se eleito.¹⁹⁷

Entre junho e setembro de 1955 a Campanha de Defesa dos Consumidores parece ter se dissolvido. A 13 de setembro, porém, o movimento foi retomado em uma mesa redonda realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença de dezenas de sindicatos, inclusive do interior, e outras tantas associações femininas e Conselhos Distritais de diversos bairros. Foi organizada uma manifestação no dia 29 de setembro, pelo congelamento de preços e formada uma nova entidade, a *Comissão da Defesa da Economia Popular*.¹⁹⁸

Alguns artigos publicados em *O Metalúrgico*, por sua vez, são também reveladores de elaboração desenvolvida pelo movimento sindical a respeito dos problemas do abastecimento popular. É o caso, por exemplo, da matéria “É possível baixar os preços”, na qual são apontadas, em maio de 1954, duas propostas, uma para “conjurar a crise presente” e outra para dar uma “solução definitiva” ao problema da carestia. A primeira propunha que, em todas as operações de crédito feitas pelo comércio atacadista com os bancos, tendo como garantia as mercadorias destinadas ao abastecimento, estas mercadorias fossem avaliadas de acordo com preços do ano anterior. Assim, os comerciantes seriam obrigados a vendê-las imediatamente, sob pena de sérios prejuízos. A segunda propugnava a criação

¹⁹⁶ “Coluna dos Trabalhadores”, *Última Hora* Nº 910, 15 mar 1955, 1º Caderno, p. 6.

¹⁹⁷ “Ganhará novo impulso a campanha dos consumidores”, *Última Hora* Nº 935, 14 abril 1955, 1º Caderno, p. 9; “Sabatina dos candidatos com o povo para encetar a luta contra a carestia”, *Última Hora* Nº 953, 6 maio 1955, 1º Caderno, p. 7.

de uma companhia de economia mista para operar no campo do comércio atacadista de artigos alimentícios, comprando diretamente dos produtores e vendendo aos varejistas. Ponderava-se que: “A organização nos moldes das empresas particulares evitaria uma queda desordenada e anti-econômica dos preços”, pois se o governo entrasse diretamente no mercado, poderia vender a preços inferiores aos de custo e, neste caso, “o povo pagará os prejuízos por outros meios”.¹⁹⁹

Em agosto de 1955 foi publicado um interessante artigo, revelador tanto das mudanças nas pautas de consumo da classe média, como da percepção operária a respeito desse processo em uma conjuntura em que o abastecimento popular mostrava-se precário. O artigo, intitulado “A gasolina e a eletricidade”, batia-se pela proibição, por falta de divisas, da importação de carros de passeio, rádios, televisores e artigos de luxo (“Não há dólar para comprar acessórios para ônibus e medicamentos e há para comprar rádios e televisões!”). Os prédios de apartamento – que pareciam simbolizar um novo status no usufruto do espaço urbano – só deveriam dispor de energia elétrica de seus próprios geradores. Os carros de passeio não poderiam circular aos domingos e feriados e tampouco das 20:00 às 6:00 horas (“Por que esse racionamento nas indústrias? Para deixar os ‘filhos de papai’ passear de Cadillac”). Concluía, enfático, o artigo: “O que precisamos é isso: menos objetos supérfluos, senhores governadores! Precisamos de farinha de trigo, acessórios para a indústria, caminhões, tratores, máquinas, geradores e outros artigos que, infelizmente, ainda não temos no Brasil”.²⁰⁰ Sabemos que os novos padrões de consumo da classe média foram componente fundamental da estruturação de um novo modelo econômico, liderado pela produção de bens de consumo duráveis – inicialmente acessíveis a setores com maior poder aquisitivo e posteriormente mais popularizados - e caracterizado pela abertura às indústrias e ao capital internacional e pela reestruturação do sistema de crédito ao consumidor, permitindo o financiamento e o consumo ampliado dos bens que tanto indignaram o nosso articulista operário: automóveis, rádios, televisores. Assim, o projeto operário e popular para o desenvolvimento da produção e do consumo foi derrotado. Mas para isto foi preciso implantar uma ditadura militar.

¹⁹⁸ “Mesa redonda promovida por diversos sindicatos”, *O Metalúrgico* Nº 146, set. 1955, p. 4

¹⁹⁹ “É possível baixar os preços”, *O Metalúrgico* Nº 131, maio 1954, p. 4.

²⁰⁰ “A gasolina e a eletricidade”, *O Metalúrgico* Nº 145, ago 1955, p. 3

Em 1956 o PUI parece ter absorvido a liderança da campanha contra a carestia. Coube a esta entidade a organização da *Convenção Popular de Combate à Carestia*, realizada no Teatro Colombo a partir das 8 horas de domingo, dia 17 de fevereiro de 1957. Segundo *Notícias de Hoje* se fez presente um “número impressionante de diretores de Conselhos Distritais, entidades femininas e sociedades amigos de bairros, sindicatos”, além de deputados, vereadores, técnicos e até mesmo o Prefeito Vladimir de Toledo Piza. Os metalúrgicos foram convocados a participarem em peso pelo Diretor Hermeto Mendes Dantas, na assembléia de sexta-feira, dia 15.²⁰¹

Os sindicatos se prepararam para a *Convenção Popular de Combate à Carestia* com uma Assembléia Sindical Pública, realizada no dia 17 de janeiro de 1957, no Teatro Colombo. Segundo *O Metalúrgico*, os sindicatos presentes, “após ouvirem a discussão dos delegados sindicais de empresa, bem como os trabalhadores em assembléia geral pública”, resolveram adotar um programa para a ação comum com cinco pontos básicos, desdobrados, por sua vez, em doze itens. A plataforma estabelecia as metas de conquistar ampla liberdade e autonomia sindical; lutar contra a carestia e por aumento de salários; defender uma previdência social que atendesse as suas “verdadeiras finalidades”; obter o respeito às liberdades democráticas e à Constituição e aperfeiçoar e fazer cumprir a legislação trabalhista..²⁰²

O plenário da *Convenção Popular Contra a Carestia*, reuniu uma série de propostas e nomeou uma comissão encarregada de sistematizá-las em um programa. A comissão foi integrada pelos deputados Farabulini Jr., Franco Montoro e Rocha Mendes Filho, pelos vereadores Agenor Mônaco, Mathilde de Carvalho e José de Freitas Nobres, pelo dirigentes do PUI, Salvador Losacco e Luiz Tenório de Lima, pelos representantes de organizações populares Miguel Rizzo e Alípio Ferreira, pelo diretor de Conselho Distrital, José Alves de Souza. Assim, elaborou-se um novo Programa de Combate à Carestia, que foi apresentado, em um manifesto dirigido a entidades sindicais, estudantis, populares, femininas, Conselhos Distritais, associações de amigos de bairro e representantes do povo nas casas legislativas e nos órgãos executivos federais, estaduais e municipais, da seguinte forma:

²⁰¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 15 fev. 1957, p. 85 – verso.

²⁰² “Dia 27 de janeiro no Teatro Colombo; provaram os trabalhadoras a nossa força sindical”, *O Metalúrgico* Nº 161, fev. 1957, p. 1.

Dependerá da organização e da capacidade dos trabalhadores e do povo a conquista das medidas – abaixo enumeradas – reflexo de um trabalho que contou com a colaboração de representantes das mais diversas camadas do nosso povo, inclusive dos legislativos municipal e estadual.²⁰³

O Programa previa medidas imediatas e de longo prazo, visando o estímulo à produção agrícola, melhoria nos sistema de armazenamento e distribuição com uma participação estatal mais efetiva, maior participação popular nos órgãos responsáveis pelo controle de preços e abastecimento, além de reforma agrária, livre comércio internacional com todos os países do mundo e estímulo ao mercado interno.²⁰⁴

É razoável deduzir que a realização da Convenção em fevereiro representou um elo na construção da vontade coletiva que deu sustentação à Greve dos 400 mil em outubro de 1957.

Outra grande convenção contra a carestia foi realizou-se nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 1959, no Cine Paramount. Denominada Ia. Convenção Estadual Contra a Carestia, denotava a falta de articulação e continuidade com a Convenção de fevereiro de 1957. Sua Comissão organizadora era integrada por representantes do PUI, da FARESP, Bolsa de Cereais de São Paulo e Santos, ULTAB, Associação Comercial de São Paulo, Federação das Mulheres, FESAB, União dos Servidores Públicos Estaduais, federais e municipais, DIEESE, UEE e UPES²⁰⁵ e já começara a reunir-se desde os primeiros dias de março. Uma de suas primeiras deliberações foi organizar a Passeata da Fome naquele mês.

A convenção contou com a participação de cerca de 500 delegados.²⁰⁶ Só de representantes sindicais havia mais de cem.²⁰⁷ Foram promovidas convenções municipais em Campinas, Santos e Sorocaba.²⁰⁸ Os metalúrgicos começaram a se preparar desde maio, quando Eugenio Chemp informou sobre a convocação de uma “convenção de todas as categoriais sociais para tratar de elaborar planos para sustar a elevação do custo de vida,

²⁰³ “Programa de Combate à Carestia”, Dossiê DOPS 50-Z-315

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Dossiê DOPS 50-B-280 p. 17

²⁰⁶ LOPES, C.L.E., *Organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, p. 81. Segundo Última Hora eram aguardados 900 delegados. A Prefeitura ofereceu alojamento para 300. “Começa amanhã arrancada do povo contra carestia”, *Última Hora* Nº 2.248, 6 ago. 1959, 1º Caderno, p. 2.

²⁰⁷ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 867.

²⁰⁸ “Ação dos trustes estrangeiros provoca alta do custo de vida”, *Última Hora* Nº 2.244, 1 ago. 1959, 1º Caderno, p. 7.

dela devendo participar delegados de todos os setores”.²⁰⁹ Em agosto foram eleitos, como delegados da categoria, Afonso Delellis, Emilio Henrique Rinaldi, Lino Ferreira dos Santos, Paulo Bartochevis e Santo Conte.²¹⁰

Na Câmara Municipal os parlamentares comprometidos com as causas populares destacaram a importância da Convenção. Anunciou Mathilde de Carvalho no dia 7:

Inicia-se a Convenção Contra a Carestia. Inúmeras entidades participação desse conclave. Muitos irão dizer: “Não adianta”. O que não adianta é ficarmos de braços cruzados assistindo a tudo isso que vem ocorrendo. Falta feijão em nossa mesa. Os pais de família estão preocupados, porquanto as crianças exigem esse alimento (...) Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu veemente protesto e as reclamações das donas de casa. É possível que todos os municípios de São Paulo tomem posição contra esta situação que atravessamos: um verdadeiro atentado às nossas famílias.²¹¹

O vereador João Louzada, por sua vez, ainda no dia 10, anunciava o encerramento da Convenção, apresentando a interpretação do PCB sobre o significado do evento:

Realizou-se nos dias 7, 8 e 9 próximo passado a Convenção Estadual contra a Carestia de Vida (...) que tem como finalidade mobilizar os trabalhadores da cidade, os trabalhadores do campo, os industriais, os comerciantes e os representantes da agricultura para que, numa frente única, todos juntos, façam com que o Presidente da República, os governadores de estados e prefeitos modifiquem a sua orientação política e exijam, principalmente de autoridade federais, uma modificação na sua orientação econômica e financeira.²¹²

A Convenção desencadeou um calendário de mobilizações que culminou com a greve de 2 de dezembro de 1959: no dia 11 de setembro realizou-se um comício na Praça da Sé, com cerca de 2.000 pessoas representando sindicatos, entidades de bairro, associações femininas e estudantis.²¹³

Quando, no dia 22 de fevereiro de 1964, o Presidente João Goulart assinou o decreto reajustando o salário mínimo na presença de trabalhadores e defendeu a necessidade da mobilização para a luta “que o governo tem o dever de enfrentar a fim de

²⁰⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 10 maio 1959, p. 163.

²¹⁰ Ibid., 7 ago. 1959, p. 169.

²¹¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 507ª sessão, 7 ago. 1959, Vol 13, p. 374.

²¹² Ibid, p. 442.

que as novas tabelas não sejam logo anuladas pela especulação”, ele estava falando a mesma linguagem que os dirigentes sindicais vinham empregando há décadas em seus comícios, mesas-redondas, assembléias e convenções. Mais: a bateria de medidas anunciadas emitia sinais de que o Poder Executivo, finalmente, dava uma guinada na marcha desenvolvimentista, tomando medidas destinadas a cuidar do consumo popular, cedendo a pressões populares e incorporando propostas elaboradas em seus fóruns. Anunciou, por exemplo, que o açúcar não seria majorado como vinha sendo anunciado. Também seriam suspensas as exportações de carne, feijão, arroz e outros produtos na entressafra, até que o mercado interno estivesse abastecido. Seriam formados “grupos executivos” para pôr fim à exploração dos remédios, artigos de vestuário, livros escolares e calçados. Os livros didáticos passariam a ser produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura e distribuídos a preço de custo.²¹⁴ Os preços de remédios seriam congelados por 60 dias, devendo ser praticados os mesmos preços em todo o território nacional, com indicação de “maneira clara e indelével nas respectivas embalagens”. As fábricas de calçados e tecidos seriam obrigadas a produzir itens populares “de acordo com as instruções que serão baixadas pelo grupo executivo”.²¹⁵ Tratava-se, portanto, de uma forte intervenção no mercado, em nome dos direitos da economia popular, caracterizando importante conquista. O Poder Executivo mostrou-se, porém, débil para sustentá-la sozinho. O empresariado entendeu que já não tinha na Presidência da República um aliado e consolidou seu apoio ao movimento golpista.

²¹³ “Povo na praça da Sé exigiu cadeia para os sonegadores”, *Última Hora* Nº 2.280, 12 set. 1959, 1º Caderno, p. 4; “Para combater a carestia protesto geral dos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 2 Nº 184, set. 1959, p. 8.

²¹⁴ CODATO, A.N.; OLIVEIRA, M.R., “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”, *Revista Brasileira de História*, Vol 24, Nº 47, jan-jun. 2004, p. 271-303. Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira analisam o papel determinante que a reação da Associação Comercial do Paraná, cujo presidente mantinha ligações com a indústria gráfica, ao “Livro Único”, que seria fornecido às escolas pelo MEC, desempenhou na preparação da Marcha local contra o governo Goulart,

²¹⁵ “Governo intervém no mercado para defender o novo mínimo”, *Última Hora* Nº 3.695, 24 fev. 1964, p. 4.. Sobre estes decretos, avalia Neves Delgado: “Estes decretos, ao acenarem para a adoção de uma política econômica mais popular, oposta ao modelo econômico voltado para a produção mais sofisticada e destinadas

4.13. A luta vai às ruas: greves e passeatas contra a carestia

Os pontos culminantes da luta contra a carestia talvez tenham sido as “passeatas da fome” realizadas no final de 1958 e início de 1959 e a greve geral a de 2 de dezembro deste último ano.

A greve começou a ser articulada na Convenção Estadual contra a Carestia de 1959. Segundo Sebastião Tavares, Presidente do Sindicato dos Gráficos, “a greve não foi lançada pelo movimento sindical, mas sim por membros de entidades de bairro, femininas, estudantis, servidores públicos e sindicatos. Os gráficos emprestam solidariedade ao movimento de protesto do dia 2”.²¹⁶ A única “greve de consumidores” que pudemos identificar anteriormente, foi organizada por comissões de fábricas femininas em junho de 1944, contra algumas casas comerciais.²¹⁷

Em assembléia metalúrgica de 18 de outubro a paralisação foi aprovada pela primeira vez, “contra o aumento de tarifas e pela deposição do presidente da COAP”.²¹⁸ Seus objetivos eram: 1) Intervenção imediata nos frigoríficos a fim de oferecer carne em abundância pelo preço de tabela; 2) Abastecimento de feijão, arroz e óleo pelo preço de tabela; 3) Nenhum aumento dos preços das passagens de ônibus, bondes e tarifas ferroviárias; 4) Isenção de Imposto de Vendas e Consignações para artigos de primeira necessidade; 5) Concessão de crédito fácil à indústria, comércio e agricultura nacionais.²¹⁹

A proposta foi aprovada pela segunda vez, por unanimidade, em uma assembléia metalúrgica realizada a 3 de novembro. Naquele encontro o vice-presidente do Sindicato, José de Araújo Plácido garantiu que a greve já obtivera “grande repercussão nos meios da imprensa e rádio os quais já comentam que o feijão vai aparecer em grande quantidade”. Expressando uma nova forma de consciência que levava o movimento sindical a fundar suas próprias organizações e a querer, ele mesmo, controlar o poder público, prosseguiu: “os trabalhadores não confiam mais em promessas dos governos constituídos, exigimos

às camadas altas da população, funcionam como estopim para a articulação geral do golpe”. DELGADO, L.A.N., *O Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil – 1961-1964*, p. 175

²¹⁶ “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* Nº 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4.

²¹⁷ WOLFE, J., Op. cit., p. 114

²¹⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 18 out. 1959, p. 178. “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* Nº 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4.

²¹⁹ “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* Nº 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4.

intervenção nos frigoríficos e marcharemos para a greve geral”. Remo Forli também se mostrou intransigente na reunião plenária da Comissão Paulista de Combate à Carestia, realizada no dia 24 de novembro no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença de 120 pessoas: garantiu que a greve sairia de qualquer forma, “podendo, desta maneira, as autoridades perderem as esperanças de querer interferir no sentido de dissuadir os trabalhadores de sua intenção”, segundo o informe do DOPS. Seria uma greve de advertência às autoridades, mas outras iniciativas viriam depois.²²⁰

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, classificou o movimento como ilegal. O DOPS começou a apreender material de propaganda e prender lideranças como José Bustos, Aldo Lombardi, José de Araújo Plácido e Hermeto Mendes Dantas, metalúrgicos e Luis Firmino de Lima, têxtil, já no dia 30 de novembro.²²¹

No dia 1º, na assembléia metalúrgica convocada para a deflagração da greve, estava presente o Presidente do PUI, Salvador Losacco, além de representantes do Departamento Feminino e do Departamento Sindical do PTB que, por sua Direção Nacional, manifestara solidariedade ao movimento.²²² Forli protestou contra as prisões efetuadas e a classificação do movimento como ilegal. O metalúrgico José Pacheco da Silva acrescentou que as autoridades consideravam a greve era ilegal, mas ao mesmo tempo achavam que “o feijão a oitenta cruzeiros e estragado e a carne a cento e vinte cruzeiros é legal”. José Bustos, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, leu um manifesto das associações de amigos de bairros e da FESAB sobre a exploração do povo, pedindo a intervenção nos frigoríficos e anunciado que não seria aceita qualquer majoração nos preços dos gêneros de primeira necessidade ou das passagens. José de Araújo Plácido criticou o Presidente da República, o Ministro da Justiça e o Governador do Estado pelas ameaças apresentadas e prisões efetuadas.

O encontro encerrou-se com um toque de emoção. A professora Maria Manvioni Ferraz Rocha, em nome das mulheres do Jabaquara, entregou aos representantes dos metalúrgicos um colar feito de caroços de feijão. Remo Forli propôs uma salva de palmas

²²⁰ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 188.

²²¹ “Mesmo reprimida a greve alcançou o objetivo”, *O Metalúrgico* “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* Nº 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4187, dez 1959, p. 1; LOPES, C.L.E., *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, p. 81

de pé. Assim como em 1956 a troca do martelo pelo livro simbolizara a unidade operária-estudantil, aquele gesto, em 1959, parecia querer simbolizar uma nova união: entre operários, representando o “mundo do trabalho produtivo” e donas-de-casa – representando “o mundo do trabalho reprodutivo”.²²³ No dia 17 de agosto a professora já fizera sucesso em um comício contra a carestia, ocorrido na Praça da Sé, quando exibiu, em um estojo de jóias, broche, brincos e colar confeccionados com feijão. Segundo *Última Hora*, “a amarga ironia desta manifestação, bem feminina e bem expressiva, deveria estar queimando a consciência dos responsáveis pela situação, se esta consciência existe”.²²⁴

No mesmo dia, 1º de dezembro de 1959, era distribuído um panfleto de agitação:

Aos trabalhadores e ao povo de São Paulo
A greve geral de 24 horas contra a carestia será deflagrada hoje, à meia-noite.
Ninguém deve comparecer ao trabalho!
Todos devem permanecer em suas casas!
Desautorizamos qualquer notícia em contrário, que só podem interessar aos tubarões!
Remo Forli - Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Firmino de Lima – Sindicato dos Têxteis, José Xavier dos Santos – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Adelço de Almeida – Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Luiz Tenório de Lima – Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios, Salvador Rodrigues – Sindicato dos Marceneiros – Romildo Chiaparin – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados.²²⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos sediou o Quartel General da greve, visitado por vários deputados, do PSB, PTB e até da UDN. Por lá transitaram Luciano Lepera, Farabulini Jr, José da Rocha Mendes, Miguel Jorge Nicolau, e o vereador Milton Marcondes.²²⁶

Na FESAB verificou-se uma divisão: o Presidente, Sebastião Costa, ligado ao PSP, posicionou-se contra o movimento, enquanto o professor Ataggy Hermínio de Mello Doin, ligado ao PTB, a favor. Mas, segundo Paulo Fontes, a FESAB participou ativamente da organização da luta, tendo sido preparado nessa época, em represália, um decreto do

²²² “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* Nº 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4; Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1 dez 1959, p. 184.

²²³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1 dez 1959, p. 184.

²²⁴ “Povo concentrado na Praça da Sé decra guerra aos sonegadores!”, *Última Hora* Nº 2.258, 1º Caderno, p.

10

²²⁵ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 195.

²²⁶ Ibid, p. 193.

Ministério da Justiça (que nunca saiu do papel) fechando da entidade, bem como diversas SABs, por noventa dias.²²⁷

O movimento sindical tampouco estava unificado: um manifesto “condenando veementemente a projetada greve geral” foi divulgado por 15 sindicatos e federações, encabeçados por Olavo Previatti e Lourival Portal.²²⁸ O primeiro fora escolhido em outubro para presidir uma nova intersindical, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST) e o segundo, eleito 2º Secretário da mesma entidade. Os propósitos da nova organização foram claramente definidos desde sua fundação e visavam desarticular a aliança liderada pelo PUI entre sindicatos, associações de bairros, associações femininas, estudantis e parlamentares que vinha fazendo amadurecer o projeto de um novo “bloco histórico” (Ver Capítulo 6).

A greve foi avaliada como um completo fracasso em um relatório do DOPS. Teria envolvido apenas 60% dos trabalhadores de algumas indústrias como os frigoríficos Wilson, a Refinaria Tupi, a fábrica de móveis Paschoal Bianco, a Companhia de Cigarros Flórida, a Calçados Induscal, a Superba e outras.²²⁹

Segundo o próprio jornal do Sindicato dos Metalúrgicos a paralisação não alcançou as proporções previstas – apesar disso, não teria malogrado pois servira para alertar o governo. As maiores adesões teriam ocorrido no setor metalúrgico.²³⁰

A greve de 2 de dezembro de 1959 parece ter sido a única a reunir sindicatos, associações de moradores e partidos políticos por reivindicações concernentes ao consumo popular.

A “Marcha da Fome” projetada para 19 de março de 1959, no Rio de Janeiro, tinha, como precedente importante, manifestação idêntica, realizada com sucesso em São Paulo no dia 28 de novembro de 1958. O evento paulista fora organizado pelo PUI, UEE, UPES (União Paulista de Estudantes Secundários), FESAB, Casa do Nacionalista, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, Associação Cívica de Defesa das Liberdades Públicas. Também participaram representantes dos municípios do ABC, Jundiaí, Sorocaba, Santos e

²²⁷ FONTES, P. Op. cit., p 226.

²²⁸ “Greve geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”, *Última Hora* N.º 2.374, 30 nov. 1959, 1º Caderno, p. 4.. Olavo Previatti era Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. Foi Secretário Geral da CNTI em 1966. ABREU, AAA et. al (Coord.), Op. cit., Vol IV, p 4786. Portal era Presidente da Federação dos Empregados em Empresas de Minérios e Combustíveis Mineiras. “Delegado do Trabalho: Conselho fortalecerá a unidade operária”, *Última Hora* N.º 2.301, 7 out. 1959, p. 8.

²²⁹ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 194.

idades do Vale do Paraíba. Fora precedido pelo “motim da CMTC”, que durara de 30 de outubro a 4 de novembro e servira para estreitar os laços entre organizações sindicais e estudantis. Os sindicatos dos têxteis e metalúrgicos aderiram à passeata, por deliberação de assembléias gerais.²³¹

O trajeto percorrido pelos manifestantes no dia 28 demonstrava o fôlego político obtido pelos movimentos. A marcha começou no Sindicato dos Gráficos, rua da Figueira, seguiu pela Rangel Pestana, entrando na Praça Clóvis, chegou até a Sé, prosseguindo pela XV de Novembro, Líbero Badaró, estacionando na Câmara Municipal onde foi recebida por uma comissão de dez vereadores. A ela foi entregue um ofício com as resoluções de uma assembléia intersindical realizada a 9 de novembro. A caminhada foi retomada rumo à Praça do Patriarca, entrou pela Rua da Quitanda, General Carneiro, Parque D. Pedro II e Palácio 9 de Julho, onde era aguardada por uma comissão de deputados.²³² Na multidão, um grande número de mulheres que “dispostas e convictas andaram o tempo todo à pé”.²³³

No início de 1959 Samuel Wainer, diretor-proprietário do jornal *Última Hora* se somou aos esforços empreendidos por Juscelino Kubitschek para erguer uma muralha no caminho de uma segunda “Marhca da Fome”, agora sobre a Capital da República, já de mudança para Brasília, mas ainda sediada no Rio de Janeiro. Segundo Wainer:

Numa noite, Juscelino chamou-me para uma conversa reservada no Rio de Janeiro. Encontrei-o extremamente inquieto com a informação de que líderes sindicais de São Paulo estavam preparando uma “marcha da fome” sobre a capital federal, reivindicando melhores condições salariais. Ao saber desses preparativos o general Odílio Denys avisou que a marcha não passaria da cidade de Resende: se preciso, a multidão de manifestantes seria rechaçada a bala.²³⁴

O Presidente solicitou, então, que Wainer viajasse a São Paulo e tentasse dissuadir os sindicalistas. O jornalista calculou: “o jornal participava ativamente da política paulista e, de vez em quando, dava notáveis demonstrações de força” e partiu para uma reunião, na sede do diário, com vários dirigentes sindicais, entre eles Salvador Losacco e Dante

²³⁰ “Mesmo reprimida a greve alcançou o objetivo”, *O Metalúrgico* N.º 187, dez 1959, p. 1.

²³¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 11 nov. 1958; Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 21 nov. 1958, p. 147.

²³² *Última Hora* N.º 2.037, 29 nov. 1958.

²³³ “Passeata do dia 28: protesto dos trabalhadores contra a fome e a carestia”, *O Metalúrgico* N.º 176, dez. 1958, p. 4.

²³⁴ WAINER, S. *Minha razão de viver*, p. 282

Pelacani. Ainda segundo Wainer: “Expliquei-lhes que o presidente estava preocupado com os riscos embutidos na manifestação, eles retrucaram que se tratava de uma decisão irrevogável. Eu adverti que poderiam estar estimulando uma crise que talvez resultasse na queda de Juscelino”. Os sindicalistas não arredaram pé. O jornalista começou, então o ataque: *Última Hora* denunciaria os dirigentes sindicais paulistas como agentes provocadores e, mais, se alguém morresse eles seriam responsabilizados. Surpresos, eles pediram para se reunir à parte e voltaram com a decisão: a “Marcha da Fome” seria suspensa.²³⁵

O evento nem seria massivo: estava prevista a presença de 300 líderes sindicais, 300 representantes de associações de bairro, 50 representantes estudantis e 50 da Federação das Mulheres.²³⁶ Em fevereiro, um primeiro sinal de recuo: o sindicalista João Antônio Ribeiro, da Federação dos Trabalhadores em Hotéis e Similares informava que seria aceito o pedido do Presidente para não haver a passeata “porque naturalmente ela traria motivos para agitação”.²³⁷ A reunião do PUI de 3 de março ofereceu garantias contra a agitação: a passeata seria inteiramente independente dos políticos. Nem sequer seriam aceitas contribuições para transporte, estada ou alimentação. Assegurava Dante Pelacani: “Nossa intenção é impedir qualquer interferência política nesta manifestação que está sendo organizada pelos sindicatos, entidades de bairro e organizações estudantis”. O líder dos gráficos ainda acrescentou: “A caravana contra a carestia não tem qualquer característica de hostilidade contra o Presidente da República”.²³⁸ Não foi suficiente para tranquilizar JK. No dia 10 de março novas salvaguardas foram apresentadas: tratava-se de uma caravana pacífica, distinta da “Marcha da Produção”, condenada pelos sindicatos: o próprio presidente fora convidado a falar ao final do comício previsto para o dia 19.²³⁹ Mas, como

²³⁵ Ibid., p. 283.

²³⁶ Dossiê DOPS 50-B-280 p. 17

²³⁷ “Trabalhadores atende apelo de JK: não haverá passeata da fome no Rio”, *Última Hora* Nº 2.107, 23 fev. 1959, 1º Caderno, p. 3.

²³⁸ “Políticos expulsos da marcha antifome”, *Última Hora* Nº 2.115, 4 mar 1959, 1º Caderno, p. 3. Notar a manchete sensacionalista!

²³⁹ As “marchas da produção” ocorreram em duas ocasiões: maio de 1957 e outubro de 1958, reunindo cafeicultores de São Paulo e do Paraná insatisfeitos com a política de “confisco cambial” posta em prática por Lucas Lopes, Ministro da Fazenda de JK. Em 1957 a organização coube a Associação Rural de Marília e o objetivo era ir de carro e caminhões até o Rio de Janeiro. O movimento foi impedido pelo Exército. Em 1958 os plantadores do norte do Paraná marcaram nova marcha para 18 de outubro. O governo enviou à região tropas do Exército e aviões da FAB. O movimento dividiu-se: um grupo de Londrina concordou em adiar a manifestação e outro, de Maringá, Paranavaí e Nova Esperança, decidiu mantê-la. A marcha foi barrada na

anotou anos depois Samuel Wainer em sua autobiografia, alguma coisa “inquietava” o Presidente. Talvez ele mesmo não discriminasse inteiramente de onde vinha o incômodo. Talvez aquela inquietação fosse um sintoma.

Pouco antes da inauguração de Brasília, meta-síntese de um Plano que pretendia tirar o Brasil do atraso, conquistando “50 anos em 5”, num ano em que o lançamento do fusca e a profusa oferta de eletrodomésticos nos jornais pretendiam simbolizar “o desenvolvimento”, a “Marcha da Fome” emergia como “elemento particular” que subverte o “fundamento universal” de um estado de coisas: a ordem burguesa-liberal e particularmente o projeto desenvolvimentista.²⁴⁰

Como lembra Zyzek, uma “ordem simbólica” se constitui por meio de uma operação ideológica: são reprimidas as relações heterogêneas face aos princípios fundantes daquela ordem. No caso da sociedade liberal-burguesa, os princípios da liberdade e igualdade. Assim, o “real” – o efetivo ato da troca de mercadorias – e a “abstração real” – os “pensamentos” e valores que legitimam aquele “real” – ocultam os elementos particulares que subvertem o fundamento universal da ordem. Estes elementos particulares reprimidos, componentes intrínsecos à própria “ordem simbólica”, não de emergir, porém, como “sintomas”. Assim, podemos dizer que a “Marcha da Fome” era o “sintoma” do projeto desenvolvimentista. No seu próprio nome já denunciava as experiências de consumo dos trabalhadores e classes populares nos “anos dourados”: o cotidiano de escassez e fome. Na dinâmica de sua organização, afirmava um sujeito – a aliança sindicatos-associações de bairro-estudantes-associações de mulheres - que anunciava a subversão possível da (falsa) universalidade da ordem na qual ele, sujeito, emergia como particularidade heterogênea, revelando a possibilidade de construção de uma nova ordem fundada num novo sujeito universal, um novo “real”, estruturado por outros valores.²⁴¹

Talvez inspirado na “Marcha da Fome”, em dezembro de 1959 o empresário Antônio Carlos Pacheco e Silva proferiu uma palestra do Fórum Roberto Simonsen da FIESP intitulada “A Guerra Subversiva em Marcha”. Talvez pudéssemos pensar, neste

estrada Maringá-Londrina, mas em represália os agricultores da região desencadeou ações que foram do lock-out até o depósito dos impostos em cartório. ABREU, A.A. et. al. (Coord.) Op. cit., Vol. IV, p. 3.552.

²⁴⁰ O fusca foi lançado em janeiro de 1959- 1958, ano que não terminou . No ano anterior apareceram o primeiro barbeador elétrico, o primeiro rádio de pilha e o controle remoto para televisores. Cf.: SANTOS, J. F., *Feliz 1958, o ano que não devia terminar*, p. 13.

²⁴¹ ZYZEK, S. “Como Marx inventou o sintoma?”, In: ZYZEK, S., *Um mapa da ideologia*, p. 297-330.

caso, também em “sintoma paranóide”, uma vez que o palestrante atribuiu a “técnicas habilmente utilizadas” a indisciplina e as revoltas das massas, a luta de classes, a cizânia nas Forças Armadas, a agitação nos meios estudantis, a inquietação no seio da população.²⁴² Curiosamente, empregando o vocábulo, mas não o conceito, em janeiro de 1961 um grupo de industriais e militares apresentou outra palestra no mesmo Fórum, concluindo: “existem no País sintomas insurrecionais”.²⁴³

A “Marcha da Fome” sobre a Capital Federal vinha sendo intensamente preparada nos bairros. No dia 20 de fevereiro, por exemplo, realizou-se uma reunião preparatória na sede da Associação Feminina de Vila Alpina, com a presença de representantes da Federação das Mulheres, da FESAB e Salvador Losacco, do PUI.²⁴⁴ No dia 13 de março foi a vez da Diretoria da Sociedade Amigos do Conjunto dos Industriários da Moóca (SACIM) aderir à caravana, enviando um “representante credenciado”.²⁴⁵ Começaram a se realizar comícios nos bairros. A caravana foi anunciada, por exemplo, em um comício no dia 9 de março no Largo Padre Damião, em Vila Prudente, organizado pela Sociedade Amigos de Bairros e Vilas da Zona de Vila Prudente, precedido por um “ligeiro show artístico para entreter os presentes”.²⁴⁶

Outro comício foi realizado no dia 15 de março de 1959, na avenida João Batista, sob os auspícios da FESAB. O encontro popular reunira cerca de 150 pessoas ao redor de um caminhão – “com chapa de Poá” - que servia de palanque. O Presidente da Sociedade Amigos de Quitaúna, Waldemar de Oliveira, “pediu o apoio prestigioso do povo à caravana que irá ao Rio para a entrega do memorial que trata do barateamento do custo de vida”.²⁴⁷

No dia 8, provavelmente de março, a “Comissão de Combate à Carestia de Vila Matilde” realizou, na sede do Clube Atlético Ipiranguinha, uma “Convenção contra a

²⁴² WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 339

²⁴³ Ibid., p. 340. Um historiador da ESG brasileira identificou precisamente no começo de 1959 a importação da congênere ESG de Paris do diagnóstico de um “Novo tipo de guerra”: “Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária”. O espectro da Revolução Cubana rondava a reflexão político-militar no Brasil e no mundo.

²⁴⁴ Dossiê DOPS 50-J-104 p. 819

²⁴⁵ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 301

²⁴⁶ Dossiê DOPS 50-B-280 p. 20.

²⁴⁷ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 298-A

Carestia”, com a presença dos vereadores João Louzada e Ana Lambrega Zeglio, designando dois delegados para acompanharem a “Caravana Monstro ao Catete”.²⁴⁸

Em entrevista a *Notícias de Hoje*, Sebastião Costa, Presidente da FESAB, insistia que o movimento seria “sério e sem violência ou ameaças”. Era sua intenção entregar ao Presidente da República um memorial contendo reivindicações urgentes dos bairros da capital e de cidades vizinhas, pertinentes à alçada federal: pontilhões sobre estradas de ferro, descentralização dos serviços de assistência médica dos institutos, melhoria do serviço dos Correios e Telégrafos, entre outras. Informava que estavam sendo preparados comícios-relâmpago e palestras com vistas à mobilização popular. Estava prevista uma passeata em São Paulo para sexta-feira, dia 13 de março, quando também seriam angariados fundos para a viagem.²⁴⁹

A 15 de março, domingo, às 8 da manhã, ocorreu outro comício contra a carestia, reunindo 200 pessoas em volta de um caminhão-palanque na Praça Cruz da Esperança, na Casas Verde. Sete oradores e mais a vereadora Matilde de Carvalho falaram contra a carestia, convocando os presentes para uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos em que “haveria debates sobre a ‘passeata da fome’ rumo ao Catete” – referindo-se, certamente à assembléia realizada no dia seguinte. Os discursos encerraram-se às 9:30 e em seguida teve início um show com artistas do bairro, que se prolongou até as 11 horas.²⁵⁰

No dia 11 de março, 35 dos 45 vereadores de São Paulo subscreviam o Requerimento 419, encabeçado pelo edil Mário Câmara, solicitando a formação de uma comissão de três parlamentares para acompanhar a caravana ao Rio de Janeiro. O gesto representaria uma manifestação de solidariedade “com a iniciativa das Sociedades Amigos de Bairros, dos Sindicatos Profissionais de Trabalhadores e Entidades Estudantis”. Na justificativa, argumentava-se:

Como é notório, a situação inflacionária em que se debate o País é a maior responsável pela sua calamitosa posição atual e pelas conseqüências dela decorrentes.

²⁴⁸ Dossiê DOPS 50-B-280 p. 23.. O documento não esclarece sobre o mês. Outro comício foi realizado no dia 8 de março, Domingo, na Vila Prudente, reunindo representantes de uma dezenas de associações de bairro, que se comprometeram a enviar representantes à Passeata da Fome no Rio de Janeiro: Cf.: Dossiê DOPS 50-J-138 p. 296.

²⁴⁹ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 294.

²⁵⁰ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 299.

O povo, que de há muito já vive angustiado, se encontra às portas do desespero, pelo que se torna necessário que os salários sejam compatíveis com a dignidade humana.²⁵¹

Tendo sido aprovado o Requerimento, o Presidente da Câmara, William Salem, que também aderira à solicitação, assinou o ofício dirigido a Juscelino Kubitschek apresentando os vereadores José Aranha (PR), João Louzada (PSP) e José de Oliveira Almeida Diniz (PTB).²⁵²

A campanha do *Última Hora* contra a marcha intensificou-se às vésperas de seu início: no dia 13, clamava na manchete: “Marcha da Fome, Não! Os trabalhadores não podem ser instrumentos da reação e do golpe”, cogitando que a FARESP iria manipular os ingênuos trabalhadores.²⁵³ No dia seguinte, conseguia arrancar do líder dos gráficos e vice-presidente do PUI a declaração: “A organização dessa caravana é um perigo, porque ela poderá escapar das mãos dos dirigentes sindicais, provocando conseqüências imprevisíveis neste grave momento que o país atravessa”.²⁵⁴ No dia 15, o Ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega, que substituíra Parsifal Barroso desde julho de 1958, vinha pessoalmente a São Paulo para, no Sindicato dos Comerciários, anunciar um “pacote” de medidas contra a carestia: extinção da COFAP e das COAPs e criação de um novo órgão de abastecimento que contaria em sua direção com “um autêntico representante dos consumidores”, contenção da taxa de câmbio na importação de gasolina, óleo, trigo e outras matérias que pudessem elevar os preços, não autorizar aumento de fretes marítimos, ferroviários e rodoviários, economia de 20% no consumo de gasolina nas autarquias e órgãos federais, criação de centros de abastecimento nos Estados, amparo aos produtores agrícolas, entre outras. Dante Pelacani declarou-se “vitorioso”.²⁵⁵

No dia 16 a decisão final: uma assembléia “sindical, popular e estudantil” realizada no Sindicato dos Metalúrgicos resolvia suspender a marcha considerando, de maneira um tanto nebulosa, que não se deveria “lutar no campo dos nossos inimigos e que uma pequena

²⁵¹ Processo 1.138 de 1959. Proponente: vereador Mário Câmara e outros. Requerimento 419 de 11 mar 1959.

²⁵² Ibid.

²⁵³ “Marcha da Fome, não! Os trabalhadores não podem ser instrumentos da reação e do golpe”, *Última Hora* Nº 2.123, 13 mar 1959.

²⁵⁴ “Líderes sindicais firmam posição: luta anticarestia e contra marcha da fome”, *Última Hora* Nº 2.124, 14 mar 1959, p. 1.

²⁵⁵ “Crédito de confiança a curto prazo ao governo para conter a carestia!”, *Última Hora* Nº 2.125, 16 mar 1959, 1º Caderno, p. 9.

vanguarda não pode se jogar nas mãos dos que nos querem esmagar”.²⁵⁶ Outras decisões foram, também, tomadas: expor ao Presidente da República as decisões daquela assembléia, em audiência que deveria ocorrer em dez dias, com a ida de dirigentes sindicais, estudantis e de entidades de bairro, juntamente com vereadores e deputados, ao Rio de Janeiro; por volta de 19 de abril seria realizada uma grande assembléia popular para avaliar a efetividade das providências anunciadas pelo governo e deliberar sobre as medidas necessárias caso aquelas se mostrassem insuficientes; intensificar a propaganda de esclarecimento das reais causas da carestia; enviar dirigentes sindicais a diversos estados da federação a fim de desencadear uma campanha nacional contra a carestia.²⁵⁷

Melancolicamente, *O Metalúrgico* publicava uma nota em sua edição de abril de 1959, assinada pelo 1º Secretário Afonso Delellis, informando que o dinheiro arrecadado por meio das listas que haviam corrido nas fábricas estava depositado e seria devolvido caso a caravana, até então apenas adiada, não se consumasse.²⁵⁸

A ameaça à ordem - social e simbólica - representada pela “Marcha da Fome” pode ser melhor compreendida se refletirmos sobre a natureza dos movimentos contra a carestia. Um sindicato ou mesmo uma comissão de fábrica poderia obter um reajuste salarial. Uma associação de moradores, a construção de um pontilhão junto à Prefeitura. Mas como reduzir os preços dos transportes, gêneros alimentícios e roupas? Seria possível deixar de consumir, boicotar algum comerciante ou organizar uma cooperativa. Mas medidas para melhorar as condições gerais de abastecimento e consumo estavam fora do alcance de ações pontuais e imediatas. Como argumentam Evers, Plamtemberg e Spessart: “(...) a necessidade de consumo individual remete, através do sistema de preços e salários, aos interesses estratégicos de mudança da esfera de produção, podendo assim desembocar em ações unitárias com outras forças sociais.” Ponderam, ainda, os autores: “Não é por acaso que os vínculos entre as organizações de bairro e os sindicatos se estabelecem mais facilmente através do problema dos preços dos gêneros alimentícios”.²⁵⁹

²⁵⁶ “Vitória parcial dos trabalhadores: novos entendimentos com o Presidente”, *O Metalúrgico* Nº 2179, abril 1959, p. 16

²⁵⁷ “Sustada a marcha da carestia: vitória do patriotismo e da unidade dos trabalhadores”, *Última Hora* Nº 2.116, 17 mar 1959, 1º Caderno, p. 2.

²⁵⁸ “Caravana sindical contra a carestia – comunicado”, *O Metalúrgico* Nº 179, abril 1959, p. 4.

²⁵⁹ EVERS, T.; PLAMTEMBERG, M.; SPESSART, S., Op. cit., p. 149, 150.

Ou seja, o processo inflacionário transformou-se em um problema geral, persistente, e as lutas - táticas e estratégicas - para combatê-lo se legitimaram como componentes de uma cultura popular de resistência e enfrentamentos, geralmente com os governos. E, embora a “Marcha da Fome” de 19 de março de 1959 tenha sido dissolvida antes de começar, sob pressão do governo, a idéia não foi abandonada e outras manifestações semelhantes se organizaram depois.²⁶⁰

²⁶⁰ Em Belo Horizonte os tecelões em greve organizaram uma “Passeata da Fome” em janeiro de 1961: Cf. DELGADO, L.A.N., *O Comando Geral dos Trabalhadores...* p. 50. Em São Paulo realizou-se passeata contra a carestia a 9 de junho de 1961, Cf.: “Contra a carestia e revisão imediata de salários”, *O Metalúrgico* Nº 200, jun. 1961, p. 8. No dia 15 de junho de 1962 realizou-se nova “Passeata da Fome”, partindo da Praça da Sé, com participação de cerca de 5 mil pessoas. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 jun 1962, p. 170 e Cf. também: “Trabalhadores e donas de casa saíram à rua para exigir combate à carestia”, *Última Hora* Nº 3.136, 16 jun. 1962.

Capítulo 5

As greves gerais

Lições da Greve

“Essa multidão é o músculo da cidade. É ela a construtora deste gigante de cimento e aço que se chama São Paulo. Ela é tecelã, é metalúrgica, é gráfica. Ela se compõe de marceneiros, de vidraceiros, de motoristas. Ela é quem produz, na maior cidade industrial da América do Sul.

Há um mês, os rostos graves de desespero, este exército de operários parou. Era a greve. Os trabalhadores não podiam viver com os salários de fome a que estavam confinados. E, simplesmente, exercitando um direito que a Constituição lhes confere, abandonaram as respectivas fábricas e oficinas.”

A cidade parou.

Jornal Última Hora Nº 356, 18/5/53

5.1. A “Greve dos 300 mil”

A “Greve dos 300 mil” foi iniciada a 26 de março de 1953 por têxteis e metalúrgicos, com a adesão posterior de carpinteiros, vidreiros e gráficos e encerrou-se a 23 de abril – embora os gráficos se mantivessem paralisados até o dia 27 – durando, portanto, 27 dias. Sua importância foi decisiva para o movimento operário no período, devido a fatores, alguns dos quais já assinalados nos diversos estudos a ela consagrados, que resumiremos a seguir.¹

Primeiramente, a greve consolidou no movimento sindical uma relação de forças desfavorável aos métodos e práticas da corrente “ministerialista”, que controlava os sindicatos desde o Estado Novo e começava a ser, lentamente, desalojada de seus postos. Em segundo lugar, enfraqueceu o controle do Estado sobre os sindicatos, obtendo-se, por exemplo, o direito a realização de assembléias livres da presença de agentes da DRT; a possibilidade de uma atuação mais aberta da esquerda na vida sindical – especialmente de sua principal corrente, os comunistas -; um “direito de greve” de fato, foi parcialmente

¹ A greve dos 300 mil é estudada nos seguintes trabalhos: MOISÉS, J.A., *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo)*; COSTA, H., *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, p. 163-195; SILVA, F. T.; NEGRO, A. L., “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Org.s), *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p. 63-65; BARREIRA, I.A.F., *Autonomia da classe operária? A greve de 1953 em São Paulo*; WOLFE, J. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil’s industrial working class, 1900-1955*, p. 178-183; COLISTETE, R., *Labour Relations and Industrial performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-1960*, p. 51, 11 e 170; LOPES, A. *organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, 46-50; WEAFFORT, F.C. *Sindicatos e política*, p. III-10-III-29.

obtido, embora o direito pleno não fosse conquistado. Em terceiro lugar, abriu espaço na cena pública para um sujeito coletivo que até então se apresentava em movimentos de menor intensidade e nos discursos de líderes populista: a classe operária. Ao apresentar-se com ações fortes, como a greve geral, apresentou-se com o potencial de direção de um leque de alianças tecendo um bloco contra-hegemônico e, finalmente, consolidou formas de organização dos operários alternativas a estrutura sindical oficial. A análise mais detida de cada um desses fatores poderá esclarecer sobre a importância do movimento.

O enfraquecimento da corrente “ministerialista” nos sindicatos vinha se manifestando desde as greves metalúrgicas e têxteis de novembro-dezembro de 1951 pelo pagamento do “abono de natal” e por reajuste salarial. O retorno da militância comunista aos sindicatos, a opção da vanguarda fabril das comissões de fábrica têxteis e metalúrgicas de apoiar os sindicatos como órgãos de negociação com o Ministério do Trabalho e de coordenação das campanhas salariais, a ascensão de uma ala de centro esquerda, representada com Nelson Rusticci, em 1952, nos têxteis e Remo Forli, em 1953, nos metalúrgicos, todos esses processos influenciaram no enfraquecimento das posições dos “ministerialistas”. Sem isto seria impossível obter a coesão necessária para levar adiante uma greve unificada de cinco categorias, sem uma central sindical formalmente constituída, com 27 dias de duração.

Mas o enfraquecimento dos “ministerialistas” também decorreu de movimentos realizados pelo governo Vargas. Embora buscando compor seu ministério de forma conservadora, no meio sindical Vargas não fortalecia a posição das facções “ministerialistas”, antes, promovia a emergência de alas mais independentes e ligadas à mobilização das bases. Devemos tentar interpretar este movimento em toda a sua complexidade.

Vários indícios sugerem que chegara até Vargas a avaliação de que os sindicatos brasileiros eram, no começo dos anos 50, entidades sem qualquer representatividade, freqüentemente dirigidas por máfias corruptas, tornando-se, assim, elementos disruptivos ao contrário do que deles se esperava.² Vários artigos de *O Metalúrgico*, engajado nos anos

² Baseio-me na arguta análise de Daniel James, por sua vez inspirada em Richard Hyman, segundo o qual a excessiva passividade é tão disruptiva para as relações e acordos estabelecidos quanto os descontentamentos excessivos, pois aquela também esvazia o sindicato de sua razão básica de ser. “A tarefa do sindicato oficial é

1951 a 53 nas campanhas de sindicalização promovidas por Vargas e pelo Ministério do Trabalho, reiteraram afirmações do seguinte teor:

(...) Por sua vez, os associados haviam desertado dos respectivos quadros, deixando os sindicatos às moscas. Haviam perdido o interesse, porque não encontravam na vida pública nada que justificasse o trabalho e complicações dessas associações que se achavam relegadas a uma função meramente decorativa.³

Além de não desempenhar o seu papel de mobilização⁴ os pelegos “ministerialistas” desprestigiavam o governo envolvendo-se em corrupção. Em outubro de 1952, o Ministro do Trabalho, José de Segadas Vianna, afirmava em entrevista a *Última Hora* que a corrupção nos sindicatos era um “segredo aberto” desde o Estado Novo e que o Ministério tudo faria para ajudar os trabalhadores a expelir os sindicalistas corruptos.⁵ No Sindicato dos Metalúrgicos, já em 1950, o presidente Mário Sobral defendia-se de acusações de corrupção, tendo sido obrigado a contratar uma perícia contábil,⁶ o que não impediu que mais tarde fosse aberto Inquérito Policial na Delegacia de Furtos contra ele, além de processo judicial contra seu tesoureiro, João Beraldo.⁷ No Sindicato dos Têxteis, o ex-presidente Joaquim Teixeira, falecido em acidente de avião em Viena no dia 13 de

manter um delicado equilíbrio entre ofensas e satisfações, entre ativismo e aquiescência”. Cf.: *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina – 1946-1976*, p. 337.

³ “Orientação acertada”, *O Metalúrgico*, Nº 112, Set. 1952, p. 6. Em outro artigo, Luciano Vieira, de orientação moderada, concluía um artigo a respeito da lentidão da Justiça do Trabalho: “Meus companheiros sofrem e se queixam, mas eu sofro muito mais, pois dediquei metade da minha vida propagando o Sindicalismo, e cheguei a um ponto em que eu mesmo já desacreditei da virtude do mesmo”. Cf.: VIEIRA, L. “Incrível Morosidade”. *O Metalúrgico*, Nº 94, fev/mar 1951, p. 8.

⁴ É interessante notar que em depoimento de 1983 ao CPDOC, José de Segadas Viana, Ministro do Trabalho de Vargas no período da greve dos 300 mil e dirigente petebista, revela ter sido decepçante a contribuição dos dirigentes sindicais à construção do PTB em seus primórdios, de 1945 em diante. Reproduzindo o pensamento de Viana, Afirma D’Araújo: “Assim, o que era a marca do partido constituía ao mesmo tempo mo motivo de sua fraqueza: o PTB era a expressão de uma massa sindical ‘fisiológica, pelega, e sem conhecimento de seus problemas e interesses”. Cf.: D’ARAÚJO, M.C., *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*, p. 25. O PTB só teria crescido com a campanha presidencial de 1950. Ou seja, avaliava-se que o prestígio político de Vargas era entorpecido pelos sindicalistas tanto no PTB quanto nos sindicatos. Basta ver, por exemplo, que o jornal *Última Hora* encomendara, em maio-junho de 1952, uma pesquisa de opinião entre trabalhadores do Brasil, incluindo entrevistas em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, chegando a conclusão de que Vargas era o político em que mais confiavam. Cf.: WOLFE, J. Op. cit., p. 280, nota 60.

⁵ WOLFE, J. Op. cit., p. 175.

⁶ “Relatório das principais ocorrências verificadas no ano de 1949, apresentado à assembléia do dia 24 de março, pela Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico”. *O Metalúrgico* Nº 87, 1950, p. 16.

⁷ “Detalhes sobre o desfalque sofrido pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo”. *O Metalúrgico*, Nº 99, jul.-ago 1951, p. 12. O sucessor de Mário Sobral, Joaquim Teixeira, eleito em 1951, também foi acusado de desfalque na Federação dos Metalúrgicos, onde era Tesoureiro, e afastado do

dezembro de 1952, deixou vales de valores elevados não pagos na Tesouraria.⁸ O descrédito dos ministerialistas era tanto que, como costuma ocorrer em situações assim, a simples renovação de indivíduos nas diretorias dos sindicatos era assinalada como fato positivo e auspicioso. Em uma conferência feita pela Rádio Tupy, Remo Forli, então 2º Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos, ressaltava que a Diretoria recém eleita (encabeçada por Joaquim Ferreira), era toda integrada por novatos, com exceção do presidente,⁹ e Nelson Rusticci, o presidente que substituíra Joaquim Teixeira nos têxteis, na mesma reunião em que fora constatada a existência de vales não pagos, afirmou, sem modéstia: “O sindicato hoje, felizmente, se encontra entregue a uma diretoria de jovens empenhados numa administração limpa e intransigentemente honesta”.

Outro fator importante para a compreensão da renovação sindical estimulada por Vargas é a decisão tomada oficialmente em 1952, pelo PCB, de voltar a atuar na estrutura sindical oficial. Como lembra D’Araújo, “A mudança de linha do PCB colocava na ordem do dia a questão da direção do movimento trabalhista”.¹⁰

Finalmente, os traços anti-liberais e, de certa forma, anti-partidários, do comportamento político de Vargas tinham, como sua contra-face, a valorização de contatos diretos com os sindicatos como estratégia de fortalecimento político.¹¹

A principal medida prática adotada pelo governo no afrouxamento dos controles sobre os sindicatos talvez tenha sido a abolição da exigência do “atestado de ideologia”, substituído por um atestado de boa conduta, prova de nacionalidade e prova do exercício

Sindicato pela DRT (Delegacia Regional do Trabalho) em 21/7/42. Cf: Ata de Transmissão de Poderes, 21 jul. 1952. *Livro de Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos*. Período: 30-4-51 a 27/11/57.

⁸ A ata de reunião da Diretoria do dia 18 jan. 1953 deixou registrado o fato de serem vales feitos pelo ex-presidente diretamente junto ao cobrador do Sindicato (certamente referindo-se cobrador das mensalidades), que alegou que o ex-presidente “mandava e desmandava”. Cf: Ata de Reunião de Diretoria, 18/1/53. *Livro de Atas de Reuniões da Diretoria*. Período: 9/2/46 a 9/5/53.

⁹ “Conferência pronunciada ao microfone da Rádio Tupy de São Paulo pelo sr. Remo Forli, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no Programa Tribuna Sindical”. *O Metalúrgico*, Nº 97, Jun. 1951, p. 7.

¹⁰ D’ARAÚJO, M.C., Op. cit., p. 92

¹¹ Ibid., p. 89. Segundo Delgado: “A eleição da via sindical como prioritária em relação à via partidária estava umbilicalmente ligada ao apartidarismo de Getúlio”, DELGADO, L.A.D. *PTB – Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, p. 97. Uma posição divergente é defendida por Pedro Cezar Dutra Fonseca que afirma que o viés apartidário da política de Vargas manifestou-se apenas entre 1930 e 1945. A partir de então Vargas teria mantido laços estreitos com o PTB. Cf. FONSECA, P.C.D. *Vargas: o capitalismo em construção*, p. 336.

efetivo da profissão na base territorial há dois anos.¹² Outra medida importante foi a Lei n. 18, de 1951, que anistiou os condenados e processados por motivo de greve.¹³ Wolfe também aponta como significativo o fato do governo federal ter recuperado a prerrogativa de indicar o Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, transferida, desde 1933, para o empresariado, e, portanto, de fiscalizar as relações laborais.¹⁴ Se esta foi uma tentativa de aproximação com os trabalhadores de São Paulo, resultou em fracasso, pois Enio Lepage, o Delegado trazido do Paraná em 1951,¹⁵ foi apontado pelos sindicalistas, bem como por políticos do PTB, como responsável pela eclosão da greve dos 300 mil, e qualificado pelo adido trabalhista norte-americano como “um empregado secreto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo”.¹⁶ A recuperação do controle da DRT, porém, seria importante em momentos posteriores, para a implementação dos projetos trabalhistas em São Paulo.

Embora pareça exagerado afirmar que Vargas tenha “finalmente abandonado a política corporativa” em relação aos sindicatos,¹⁷ é correto considerar que o enfraquecimento da posição dos “ministerialistas”, promovido pelo governo, o afrouxamento dos controles sobre a vida sindical, a campanha de sindicalização desencadeada em 1951 e a afirmação da importância da organização e mobilização dos trabalhadores, nos sindicatos, em apoio ao governo, todos estes fatores tenham sido recebidos pelos operários e operárias como um estímulo a sua mobilização, organização e luta, contribuindo para o sucesso da Greve dos 300 mil. Não devemos, porém, perder de vista tanto a ambigüidade do comportamento do Governo Vargas em relação aos sindicatos,¹⁸ quanto o fato de que as resistências à mobilização operária, seja dos

¹² RODRIGUES, J.A., *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, p. 107. O “atestado de ideologia” era uma exigência do artigo 530 da CLT que rezava ser proibida, em eleições sindicais, a candidaturas daqueles que “professassem ideologias incompatíveis com as instituições os interesses da Nação”.

¹³ CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!.* Sorocaba: Lei de Incentivo à Cultura, 2001, p. 154.

¹⁴ WOLFE, J., Op. cit., p. 167.

¹⁵ Ibid., p. 169.

¹⁶ FRENCH, J.D., *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*, p. 49. Segundo José Álvaro Moisés a DRT de São Paulo seria controlada pelo PSD na época da Greve dos 300 Mil. Cf.: MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 86.

¹⁷ WOLFE, J., Op. cit., p. 175.

¹⁸ Pensamos, neste aspecto, na aprovação, em 5 de janeiro de 1953, da Lei 1.802, a nova Lei de Segurança Nacional, definindo os crimes contra o Estado e a ordem política e social. ABREU, A.A. et. al. (Coord.), FGV Vol 3, p. 3058. Eram considerados como tais: subverter a ordem política e social a fim de estabelecer uma ditadura de classe, de grupo ou indivíduo; fazer propaganda pública: de subversão política ou social, de classe ou pela guerra, agravada se a propaganda for feita em quartel, fábrica ou oficina; distribuição

“ministerialistas”, dos empresários, de setores da burocracia do Ministério do Trabalho e da polícia não foram abolidas pelos discursos do Presidente da República. Tiveram que ser dobradas ou dribladas na luta, uma a uma, para que a greve se realizasse, como demonstraremos a seguir e no capítulo 5.

finais do mandato.¹⁹

O terceiro aspecto a ser destacado é que a greve afirmou a presença na cena pública de um importante sujeito coletivo: a classe operária. A greve dos 300 mil, como todo grande movimento popular, tomou as ruas da cidade, enchendo-as com passeatas, manifestações, piquetes. Este método de luta permitia a ocupação do espaço público, no qual a presença dos trabalhadores era considerada indesejável²⁰ e a transformação dos conflitos vividos nas relações de trabalho em questões gerais, de toda a população, seja porque os grevistas apresentavam e representavam demandas que eram de todos os que viviam de seu trabalho, seja porque a greve associou a luta pelos salários à luta contra a carestia, tocando no nervo de uma reivindicação geral.

O embate para convencer os operários e operárias a ocuparem as ruas revela-se em um panfleto, convocando para um comício no Lago do São Francisco, distribuído durante a greve:

Para a rua, têxteis!

Para a vitória!

Por 60%

Feijão a 7,00

Arroz a 8,00

Contra o racionamento de energia!

Pelas liberdades públicas!

Os patrões mandam a polícia dizer aos operários em greve para que fiquem quietinhos em casa. Nós devemos fazer ao contrário.

Vai para a rua, dizer ao povo que precisamos de sua ajuda.

‘inequivocamente dolosa’ de boletins ou panfletos subversivos; convocar comícios ou reunião pública desobedecendo as autoridades competentes”. Cf.: LOPES, C.L.E. *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, p. 41.

¹⁹ Ver as avaliações de Boito Jr, apud FONSECA, P.C.D., Op. cit., p. 431; Brandi, 273-274 Apud FONSECA, P.C.D., Op. cit., p. 447

²⁰ Matos demonstra que a urbanização e a industrialização permitiu nova circularidade de homens e mulheres pela cidade, implicando em reação do Estado, da Igreja e de saberes como a medicina, no sentido de estabelecer uma nova ordem urbana. Desde os anos 20 os discursos higienistas, antialcoolicos e médicos pretendiam reeducar os homens, retirando-o do espaço público e fazendo-o retornar “para o seio da família” Matos, M.I.S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, p. 24,45 e 55.

Todos ao Lgo de São Francisco, hoje, às 19 hs²¹

Desde a fase preparatória da greve até o dia do seu encerramento foram realizadas, pelo menos, 6 passeatas. A primeira parece ter sido organizada pelos metalúrgicos no dia 6 de março, partindo às 18 horas da sede social do sindicato, na rua Riachuelo, e prosseguindo até a sede da Federação das Indústrias, onde foi entregue memorial exigindo “o aumento geral de 800 cruzeiros fixos para todos os integrantes da categoria”.²²

Na assembléia têxtil do dia 8 de março, João Gerônimo propôs e foi aprovada a organização de uma passeata no dia 10, terça-feira, às 16 horas, saindo da sede do sindicato, na rua Oiapoque, em direção à sede do sindicato patronal, na rua Formosa, para levar um memorial.²³ Teriam participado 8 mil operários e operárias, segundo parte da imprensa da época e alguns pesquisadores.²⁴ De acordo com o *Diário da Noite* teriam saído do Sindicato dos Têxteis 5 mil trabalhadores e participado da passeata apenas 2 mil, pois a categoria estaria assustada com o aparato policial armado pelo DOPS e a cavalaria da Força Pública, além do comunicado da DRT orientando os trabalhadores a não comparecerem.²⁵ Ainda segundo o *Diário da Noite*, “os manifestantes conduziam cartazes e dísticos alusivos à carestia e à necessidade do aumento salarial, entoando dizeres da situação difícil por que atravessa a classe (...)”.²⁶

Alguns desses “dizeres” escritos nas faixas e cartazes podem ser vistos na fotografia (Fig. ...), embora não possamos precisar se a imagem foi obtida nesta passeata ou em alguma outra. Dizem os cartazes: “Abaixo o desemprego”, “A fome bate as nossas portas”, “Lutamos pela subsistência”, “Avante para a vitória unidos na luta por 60%”, “Os jovens do Ipiranga contra o envio de tropas para a Coréia e pela baixa do custo de vida”, “Os trabalhadores têxteis saúdam o povo”. À frente do cortejo, mulheres carregavam bandeiras do Brasil. A realização dessas passeatas e a forma como eram organizadas apresentam

²¹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 222. Trata-se, provavelmente do comício no qual os estudantes de Direito manifestaram solidariedade à greve.

²² “Hoje a passeata dos metalúrgicos”, *Última Hora*, Nº 297, 6 mar. 1953, 2ª seção, p. 5.

²³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato, 8/3/53, *Livro de Atas de Assembléias Gerais* – 22/6/51 a 31/10/58, p. 56. Um informe do agente do DOPS do dia 9/3/53 sobre a assembléia informou que a proposta de realização da assembléia partiu de Antônio Chamorro e que contaria com a adesão dos metalúrgicos. Cf.: Dossiê DOPS 50-Z-315, fl. 170.

²⁴ CSOTA, H., Op. cit., p. 167 e WEFORT, F.C., Op. cit., p SP III.14

²⁵ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 177.

²⁶ Idem.

surpreendente similitude com os cortejos descritos por José Sérgio Leite Lopes na greve geral dos têxteis de Recife.²⁷

O ritual das passeatas encabeçadas por mulheres de branco portando bandeiras parecia sensibilizar a população, que manifestava, então, sua solidariedade. Segundo Maria Sallas: “A gente saía com a bandeira dos seus sindicatos na rua e todo mundo jogava dinheiro, era impressionante (...) Sempre com as faixas e com a bandeira do sindicato, ali o povo ia jogando dinheiro, por exemplo, a gente ia para a Praça da Sé, Rua Direita, XV de Novembro, Praça João Mendes...”. Bônus elaborados pelos têxteis também apelavam para a solidariedade da população, com dizeres como: “Ampara teu irmão na luta pela subsistência. Contribui para a vitória da greve dos tecelões. 60% de aumento representa menos miséria em seus lares”.²⁸

Oito dias depois da passeata do dia 10, realizava-se uma manifestação unificada de várias categorias que se encaminhavam para a greve, reunindo cerca de 60 mil pessoas. Denominada “passeata da panela vazia”, partiu do Sindicato dos Marceneiros, na Praça da Sé, e prosseguiu até o Palácio dos Campos Elíseos, na Avenida Rio Branco, para entregar um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. Segundo. *O Estado de São Paulo*, mais uma vez os manifestantes iam “conduzindo dísticos e estandartes, os primeiros protestando *contra a alta dos preços* e os segundos identificando vários sindicatos e associações (...) [Grifo do Autor]”.²⁹

No dia 31 de março, já em plena greve, os trabalhadores tentaram realizar outra passeata, que teria saído do Sindicato dos Marceneiros, na Praça da Sé³⁰, ou do Salão das Classes Laboriosas, na rua Roberto Simonsen, onde se realizou uma assembléia dos metalúrgicos.³¹ Estavam presentes trabalhadores têxteis, marceneiros, carpinteiros e parlamentares do PTB, do PSD e do PSP. A marcha, porém foi impedida por um pesado contingente do DOPS, da cavalaria da Força Pública, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil, usando cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.³²

²⁷ LOPES, J.S.L., *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 400.

²⁸ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 231.

²⁹ Apud COSTA, H., Op. cit., p. 168. Segundo da Silva e Negro a passeata do dia 18 “foi recebida com simpatia pela população e por parte da grande imprensa, sensíveis ao sério problema da carestia”. SILVA. F.T.; NEGRO, A.L., Op. cit., p. 63.

³⁰ COSTA, H., Op. cit., p. 181 e MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 85.

³¹ LOPES, C.L.E., Op. cit., p. 46.

³² Ibid., p. 46 e MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 85

No dia seguinte, 1º. de abril, os vereadores se reuniram para avaliar os acontecimentos e tomar providências. A posição cautelosa do presidente dos têxteis, Nelson Rusticci, contrário à passeata, é lembrada por Nicolau Tuma, da UDN: “O Presidente do Sindicato dos Têxteis formulou apelos aos trabalhadores em greve, para que não promovessem passeatas ou manifestações ostensivas(...)”. Para o vereador, isto reforçava sua tese de que estava se buscando criar um clima favorável a intervenção estadual em São Paulo, retirando-lhe a autonomia recém-conquistada. O vereador Agenor Lino de Mattos, do PSP, defendeu o dever dos vereadores e deputados saírem às ruas para ouvir o povo. Concordava que havia elementos interessados na “perturbação da ordem” e na “destruição da autonomia do município e da democracia” (sem esclarecer quem eram), mas estes não saíam à praça pública nem falavam claramente, à luz do dia, sobre a “verdadeira realidade da situação”, não existindo, portanto razão para que os trabalhadores fossem “perseguidos na sua passeata pacífica”.

Na mesma sessão o vereador Franco Montoro, líder da bancada do PDC, leu uma carta a ele dirigida pelo Prefeito Jânio Quadros:

Prezado Vereador: estou na presença do amigo e companheiro para manifestar minha integral solidariedade com as diversas categorias de trabalhadores ora empenhados em justa campanha grevista reivindicando melhores condições de vida. Nem poderia ser outra a minha atitude, pois que, há anos, venho defendendo os legítimos reclamos do proletariado e acusando os abusos contra ele cometidos (...)

Ficaria muito grato se você desse a máxima publicidade aos termos desta carta, lendo-a aos meus amigos operários, que não desertei, nem desertarei (...)

Não serão infâmias torpes, cínicos recursos de intriga mentirosa, dos derrotados nas urnas, que me afastarão dos grevistas.

Com um abraço do Jânio Quadros.³³

No dia 9 de abril ocorreu outra passeata, convocada pelo metalúrgico do PCB Eugenio Chemp, após a assembléia realizada no Hipódromo da Mooca, espaço cedido pela Prefeitura, depois que o Salão Piratininga foi interditado pela polícia. Esta passeata teria sido convocada por Chemp à revelia da direção de seu Sindicato - sendo, por isso, condenada por Remo Forli - e da direção de seu próprio partido.³⁴ O objetivo era dirigir-se até o Palácio dos Campos Elíseos para exigir ao governador a libertação dos grevistas

³³ Idem, p. 209.

³⁴ COSTA, H., Op. cit., p. 182.

presos. Porém, chegando na cancela da ferrovia Santos Jundiaí, na rua da Mooca, a mesma foi fechada e uma multidão avaliada entre 4.000 e 20.000 operários e operárias foi encurralada e violentamente agredida.³⁵

A última passeata, reunindo cerca de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras foi realizada após a votação que encerrou a greve, no dia 23 de abril. O cortejo seguiu do Hipódromo da Mooca até o Palácio dos Campos Elíseos, para, novamente, entregar um memorial ao governador, agradecendo por sua mediação, pedindo o apoio para que os líderes das comissões de fábrica não fossem demitidos e apresentando outras reivindicações. Nesta passeata, as mulheres se vingaram, devolvendo a um grupo de policiais em minoria as agressões sofridas nas passeatas anteriores.³⁶

Essas manifestações públicas demarcam muito fortemente importantes dimensões políticas e sociais do movimento grevista. O perigo político da aparição nas ruas de um sujeito coletivo empunhando as bandeiras da luta contra a carestia e contra a fome foi rapidamente identificado em discursos parlamentares, comunicados da DRT e manifestos de direita.³⁷ Ocorre que as passeatas simbolizavam a negação dos fundamentos dos “pacto populista” e da “ideologia da outorga” – portanto, de toda a ordem social -, na medida em que denunciavam a insatisfação popular com suas condições de vida e a decisão de não esperar por dádivas e sim lutar por contra própria – autonomamente - o que revelava sentimentos de insatisfação e rebeldia e não de gratidão e passividade.

Do ângulo social, as passeatas demonstram uma classe trabalhadora capaz de apresentar-se como liderança da construção de uma vontade geral de luta por mudanças nas condições de consumo da população – levantando a bandeira do tabelamento dos gêneros de primeira necessidade e do combate à carestia de vida. A conjuntura acrescentava a estes dois temas um terceiro: a busca de soluções para a crise de energia e, principalmente, que

³⁵ MOISÉS, J.A., Op. cit. citando Jover Telles, afirma serem 20.000. WOLFE, J., afirma serem 4.000.

³⁶ WOLFE, J. Op. cit., p. 182

³⁷ “Trabalhadores de São Paulo! Não perceberam ainda que estão sendo envolvidos miseravelmente pelos comunistas, nesta greve iniciada em 26 do corrente?(...) A passeata de terça-feira [referindo-se à passeata que tentou-se realizar no dia 31 de março – Nota do Autor], veementemente condenada pelos sindicatos dos tecelões e dos metalúrgicos, foi o início de agitações muito sérias e que levariam a cidade de São Paulo à desordem, à anarquia e ao caos! (...) Deveis reagir! Deveis ir para a fábrica e trabalhar! Não tendes medo dos comunistas! Lembrai-vos que eles são em número muito menor do que vocês! Não atendei ao apelo dos comunistas! Não freqüentai as passeatas! Não freqüentai as sedes onde eles se instalaram!” Dossiê DOPS

os prejuízos não fossem arcados pelos operários. A luta por melhores condições de consumo e contra a carestia de vida sempre representou o eixo possível da construção de uma aliança social entre operários e amplos setores populares – fundamento da configuração de uma possível nova hegemonia.

A combinação da luta por salários com a luta contra a carestia foi promovida pelas lideranças no decorrer de todo o movimento. Na assembléia têxtil de 8 de março, Mariana Grigaites, tecelã ligada ao Partido Comunista e uma das mulheres a ser escolhida para compor o primeiro comitê central de greve, formado entre têxteis e metalúrgicos,³⁸ tomou a palavra para convocar os presentes a participarem de uma reunião contra a carestia a realizar-se no dia 12 no sindicato dos bancários, proposta aprovada pelo plenário. Na mesma assembléia outra tecelã ligada ao PCB, Erondina Arruda, falou sobre os problemas da alta do custo de vida, da falta de transportes e dos prejuízos sofridos com o racionamento de energia.³⁹

Como já vimos, os boletins de greve distribuídos pelos têxteis referiam-se ao problema da carestia. Isto verificou-se nos dois documentos a que tivemos acesso, o de no. 5, já mencionado, e o de no. 12:

Boletim dos Têxteis em Greve – No. 12 – 14/4/53

Por 600,00 cruzeiros! Pelo pagamento dos dias em greve! Feijão a 7, arroz a 8! Contra o racionamento de energia! Pelas liberdades públicas!⁴⁰

Apesar de todos esses protestos contra a carestia, na posterior avaliação da greve, Antônio Chamorro considerou como um erro “não termos incluído na greve um movimento de luta contra a carestia de vida, o que teria encontrado maior acolhida por parte do povo”, percebendo que o enlace entre “povo” e operários dependia, em parte, da capacidade dos sindicatos resistirem à carestia e oferecem soluções ao problema.⁴¹

A crise de energia teve um forte impacto sobre as relações de trabalho nas indústrias de São Paulo. Afetou os salários, pois as horas paradas não eram pagas. Um representante do Ministro do Trabalho, em declaração à imprensa, avaliou que os operários estavam perdendo Cr\$ 80,00 por semana com as paralisações causadas pela falta de energia. Cabe

³⁸ WOLFE, J. Op. cit., p 180.

³⁹ Ata Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis. 8/3/53. *Livro de Atas de Assembléias Gerais* – 22/6/51 a 31/10/58, p. 56 e 57.

⁴⁰ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 228.

⁴¹ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 253.

lembrar que o salário mínimo regional era, então, de Cr\$ 1.190,00 e cerca de metade dos têxteis recebiam o salário mínimo.⁴² As jornadas de trabalho e horários de refeição foram alterados, houve tentativas de alteração da legislação trabalhista e os ritmos de trabalho se tornaram mais intensos.⁴³ Face a esta situação uma assembléia têxtil resolveu encaminhar um memorial ao Presidente da República pedindo a nacionalização da Light. Foram enviadas, ainda, moções ao Conselho de Energia Elétrica e ao Ministro do Trabalho pedindo a garantia das 8 horas de trabalho.⁴⁴

Por outro lado, segundo Colistete, em 1951 o governo decidiu suspender a aplicação das leis trabalhistas nas empresas consideradas estratégicas para o esforço de colaboração do Brasil com a participação norte-americana na Guerra da Coréia.⁴⁵

Mas a greve de 1953 revela a capacidade do movimento operário tecer outras alianças, conquistar outros compromissos, afirmando, assim, sua capacidade de dirigir um sistema de forças contra-hegemônico. A greve, como momento forte de apresentação da classe operária como direção, movimentou o apoio de estudantes, políticos, comerciantes, militares.

Já vimos o apoio público manifestado pelo prefeito eleito e – deve ser lembrado – sua vitória às vésperas do início da luta deu-se, também, graças à mobilização operária. Os grevistas também tentaram conquistar o apoio material dos vereadores em São Paulo e em Sorocaba, assim como o fizeram os têxteis em Recife em 1952.⁴⁶ O vereador Franco Montoro apresentou projeto de lei com vistas a liberação de 500 mil cruzeiros “para auxiliar a campanha de fundos, a campanha em favor de gêneros alimentícios, às famílias daqueles trabalhadores que se encontram em greve pacífica, decidida pelos respectivos

⁴² COSTA, H., Op. cit., p. 161.

⁴³ Ibid., p. 60 a 162 e WEINSTEIN, B. *A (Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, p.309. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis, 1 fev. 1953, p. 52. O tema do racionamento da energia elétrica, ligado ao da carestia, presente nos discursos, artigos de jornal e panfletos, revela o contexto de crise econômica em que a greve eclodiu. A crise de energia já começara a manifestar-se desde 1947. Já em 1948 os empresários falavam em um eminente “colapso da industrialização, em virtude da ausência de energia elétrica”. A partir de 1950 o crescimento da produção industrial supera o da energia elétrica, permanecendo esta defasagem pelo menos até 1961. Era lenta a gestação dos projetos de instalação de usinas geradoras e implantação dos sistemas de distribuição. Cf: VIEIRA, V.L., *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950*, p. 197 e BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*, p. 186 e 187. Ver Quadro 7-16.

⁴⁵ COLISTETE, R., Op. cit., p. 111.

⁴⁶ LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 399. Em Recife foi pedido auxílio financeiro à Câmara e à Assembléia Legislativa.

sindicatos (...)”. Continuando com suas explicações, imbuídas dos valores da doutrina social cristã, argumentou o vereador: “Assim como há meses assistimos os flagelados do Nordeste, neste momento achamos que é necessário satisfazer a essa aspiração, a essa necessidade das famílias dos trabalhadores que se encontram em uma greve inspirada e fundamentada nos preceitos constitucionais”.⁴⁷ Não foi possível nos certificarmos de que o projeto tenha sido aprovado.⁴⁸

Um grupo social com o qual o movimento sindical buscava tecer aliança eram os estudantes. Alguns significados atribuídos a essa união podem ser percebidos pelo teor de um boletim convocando a categoria para um comício com os estudantes:

Boletim de greve dos têxteis no. 5
5/4/53

(...) Na próxima terça-feira, às 19 horas, no Lgo. S. Francisco haverá um comício de solidariedade dos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, em sinal de solidariedade a nossa greve (...) Nesse comício será trocado o livro pelo martelo, símbolo da cultura e do trabalho.

Você, companheiro têxtil, que está em greve para conquista de mais pão para seus filhos, não pode faltar a essa patriótica concentração que é também a luta de todo o povo por melhores condições de vida.⁴⁹

O panfleto e a simbologia da troca do livro pelo martelo podem ter sido uma das várias iniciativas dos militantes do Partido Comunista, efetiva direção da greve.⁵⁰ Não se sabe sobre a representatividade do comício. A idéia da “patriótica concentração” sugere que uma das tendências de manifestação de uma consciência de classe no período se deu sob a forma de um patriotismo igualitário, ou pelo menos onde fossem garantidos uma série de direitos aos trabalhadores.

Outro apoio, buscado pelos grevistas, foi o do exército. Este gesto parece resultar de um cálculo realista e não do engano de atribuir às Forças Armadas “a mesma função que era atribuída ao Estado de Vargas: a de um árbitro imparcial acima de todas as classes”.⁵¹ Tendo contra si a Força Pública e o DOPS, o empresariado fabril, a DRT, o Ministério do Trabalho e um governador que mandava ou consentia a repressão e ao mesmo tempo

⁴⁷ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 148ª sessão ordinária, 8 abril 1953, p. 80.

⁴⁸ Sobre Sorocaba: “A Câmara Municipal votará hoje verba de auxílio aos grevistas”, *Cruzeiro do Sul*, Nº 13.934, 18 abr. 1953, p. 1 e “Uma atitude arrojada do vereador José Carlos Paschoal resolve uma situação delicada para o nosso município”, *Cruzeiro do Sul*, Nº 13.935, 19 abr. 1953, p. 1.

⁴⁹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 213.

⁵⁰ MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 94 e COSTA, H., Op. cit., p. 164.

⁵¹ MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 85.

recebia os memoriais dos grevistas, estes tentaram neutralizar o exército mediante a conquista de apoio ou, talvez, pelo estímulo a debates e dissensões internas. Cabe lembrar que aliavam-se estreitamente aos grevistas e movimentos populares naqueles anos alguns militares reformados de alta patente, como o general Gentil Falcão, o general-de-brigada Leônidas Cardoso e o general-de-brigada Porfírio da Paz.⁵² Talvez não tivessem maior influência nas correntes de opinião do exército, mas também podia acontecer o contrário. Um relatório da greve informa sobre a atitude nas ruas em relação ao exército:

No decorrer dos acontecimentos no centro da cidade (...) no momento em que era avistado um soldado ou graduado do Exército, era ele aplaudido pela massa, que dava vivas ao Exército nacional. Por ocasião da passagem fortuita de patrulhas do mesmo Exército pelas ruas centrais, os manifestantes prorrompiam em palmas e aos vivas. Contrariamente, quando avistavam um soldado da Força Pública, ou um investigador, ou, ainda, os carros da rádio patrulha, os vaiavam.

O mesmo relatório registra a distribuição de panfletos dirigidos diretamente aos soldados e guardas:

Soldado! Guarda civil!
Lembra-te que entre os grevistas pode estar o teu pai, a tua mãe, o teu irmão, ou o teu amigo. O teu lugar é na defesa dos grevistas. A tua arma deve proteger os grevistas.
Irmãos soldados! A luta dos grevistas é também de vocês. É a luta por pão e liberdade. O lugar do soldado é ao lado do operário. Lutemos unidos.

O panfleto parece vir de antigas tradições do movimento operário, de apelar para a condição popular de soldados e suas famílias, fazendo-o vacilar e tentando atrair sua simpatia

O informe do DOPS registra, ainda, que “uma comissão de grevistas chegou a ir ao QG da 2ª Região Militar, a fim de protestar contra os abusos da Polícia e para pedir garantias ao exército nacional”.⁵³ O teor das tratativas entre sindicalistas e exército, é sugerido por outro comunicado do DOPS:

⁵² Cabe lembrar que o general Leônidas Cardoso participara das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, como também da revolução de 30, foi reformado em 1945, sendo eleito deputado federal pelo PTB em 1954. O general Porfírio da Paz, reformado em 1955, participara da Revolução de 1932. Depois tornou-se getulista e elegeu-se Deputado Estadual pelo PTB em 1947, tendo sido vice-prefeito e vice governador de Jânio Quadros (1955-1959) e de Carvalho Pinto (1959-1963). ABREU, A.A. et. al. (Coord.), Op. cit., VOL IV, p. 4473 e VOL I, p. 1098.

⁵³ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 232

Nelson Rusticci esteve na 2ª. Região Militar a fim de obter do comandante da referida região o apoio no sentido de que, se o pessoal deste DOPS começar a punir os agitadores de greve e a espancar os trabalhadores, a 2ª Região Militar então intervirá no sentido de garantir a ordem, para o que deverá mandar soldados do Exército fazer o serviço de policiamento.⁵⁴

A iniciativa de buscar apoio ou neutralidade do Exército em parte era uma medida pragmática, repetida, por exemplo, por Lula nas célebres greves de maio de 1978 no ABC. Segundo ele mesmo: “Por outro lado eu tive uma reunião com o comandante do II Exército para pedir que ele interferisse junto à polícia para ela não intervir no movimento. Porque a polícia somente intervém em greves ao lado dos empresários, nunca do trabalhador”.⁵⁵

Tanto Lula quanto Rusticci pareciam estar procurando desfazer a eficácia do que Negro qualificou como “aliança empresarial-policial”, tão pouco analisada como obstáculo ao crescimento das lutas dos trabalhadores.⁵⁶

Seria ingênuo ignorar que, também, os líderes do movimento atribuíam às Forças Armadas um papel de arbitragem e que não perceberam o seu posterior alinhamento com as doutrinas e estratégias de segurança continental, o que pode ter contribuído para desarmar uma maior resistência posterior ao golpe civil-militar de 64. Mas antes do golpe definir a sorte da luta, surgira o movimento dos sargentos. E em várias ocasiões os comandos militares respaldaram greves e manifestações populares. O que parece certo é que a saída da greve às ruas, seu prolongamento e sucesso não podiam estribar-se em uma noção de “autonomia” do sindicatos que os mantivesse isolados de outras classes sociais, de personalidades e instituições, do Legislativo ou Executivo. Pelo contrário, foi mediado por uma rede de alianças, tácitas ou não, que o movimento pôde ir em frente. Alianças que foram corroídas por processos posteriores.

As principais categorias em greve – metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos, marceneiros – acabaram retornando ao trabalho em datas diferentes. Têxteis e metalúrgicos receberam 32% de reajuste sobre os salários de 1952. Logo começou a reação patronal. O fim da greve não seria o fim da luta. Na primeira semana após seu encerramento, já tinham

⁵⁴ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 209.

⁵⁵ História Imediata 2- *Greve na Voz dos Trabalhadores – Da Scania a Itu*. São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 58.

⁵⁶ NEGRO, A.L. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*, p. 107.

ocorrido seis mil demissões nos ramos têxtil e metalúrgico.⁵⁷ Muitas empresas recusavam-se a pagar o reajuste e as greves – agora por firmas – foram retomada.⁵⁸ Diversas irregularidades eram denunciadas, como, por exemplo, a não inclusão do reajuste em carteira profissional.⁵⁹ Logo, um grupo de 56 empresas têxteis recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e em setembro de 1953 conseguiu uma sentença condicionando o reajuste a observância da cláusula da “assiduidade integral”, provocando paralisações nas firmas que aplicaram a nova regra.⁶⁰ Finalmente esta cláusula foi retirada do acordo coletivo dos têxteis em 1954.

Afinal, a greve dos 300 mil representou uma vitória ou uma derrota para os trabalhadores têxteis? Segundo Almeida “a categoria têxtil acabou derrotada, após ter sustentado uma das maiores greves do operariado em São Paulo (...)”.⁶¹ Do ponto de vista material, houve, no ano de 1953, um crescimento do salário real da categoria, como demonstra Colistete.⁶² O otimismo do operário comum foi assinalado pelo jornal *Última Hora* em entrevistas com cinco grevistas.⁶³ A memória coletiva do movimento permaneceu viva e com sinal positivo entre têxteis e metalúrgicos por alguns anos. Em março de 1954, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos promoveu um “grande torneio recreativo (...) em homenagem a greve dos 300 mil”.⁶⁴ No mesmo mês, no Sindicato dos Gráficos, reuniram-se dirigentes “para tratar das comemorações e homenagens às greves que se verificaram em março e abril do ano passado, greves estas que foram de tal porte que culminaram inclusive na substituição de todo um ministério”. O fato mais destacável seria a “frente única de trabalhadores, que se forjou no fogo da luta”. Estavam presentes representantes de têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, marceneiros, bancários,

⁵⁷ COSTA, H., Op. cit., p. 191.

⁵⁸ Segundo informe do DOPS retirado do jornal *Última Hora* das 1.144 fábricas têxteis existentes na capital, 70 se recusavam a pagar o aumento. Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 259. Ainda em junho o mesmo *Última Hora* informava que 100 firmas ainda não estavam cumprindo o acordo. Cf: “Denuncia o presidente do sindicato dos tecelões: patrões pediram a cassação dos 32%”. *Última Hora* Nº 373, 8 jun. 1953, 1º. caderno, p. 4. Sobre as greves por firma Cf: COSTA, H., Op. cit., p 190 e 191.

⁵⁹ COSTA, H., Op. cit., p. 192.

⁶⁰ COLISTETE, R. Op. cit., p. 51

⁶¹ ALMEIDA, M.M., *O Sindicato dos Têxteis de São Paulo : história (1932-1957)*, p. 229.

⁶² COLISTETE, R. Op. cit., p. 145.

⁶³ “Cinco vidas, cinco lutas por aumento”, *Última Hora* Nº 343, 2 maio 1953. A reportagem indagou a cinco trabalhadores o que fariam com o reajuste salarial de 32%. Alguns casos: A tecelã Walderessa Rulfo informou que faria enxoval de casamento; a tecelã Clarice Carvalho Batista pretendia mudar-se de São Bernardo para Santo André para poder matricular a filha em uma escola; Secondo Lucera, 7º anos, pretendia custear tratamento a filho que tivera paralisia infantil.

trabalhadores nas indústrias de calçados, hoteleiros e barbeiros.⁶⁵ Em abril de 1956 foi inaugurada uma exposição de pinturas da artista Virgínia Artigas sobre a greve, que percorreria vários sindicatos. Os temas dos quadros eram: comícios nas portas das fábricas, piquetes, comitê central da greve, fábricas paradas, passeata da “panela vazia”, mesinhas colocadas no centro para socorrer grevistas, mães grevistas, jovem ferida, 1º. de Maio, liberdade do preso grevista, a coleta, o pichamento [sic].⁶⁶

Finalmente, cabe lembrar que a greve comprovou a efetividade das organizações de base de operários e operárias têxteis e metalúrgicos. A paralisação teve início no dia 23 de março, segunda feira, um dia após as eleições municipais, por iniciativa das comissões de fábrica do Brás de da Mooca.⁶⁷ No dia 25 o movimento continuou ampliando-se “pela base”, e o Sindicato dos Têxteis teve que antecipar a assembléia que estava marcada para Domingo, dia 29, para o próprio dia 25 quando a greve foi iniciada “oficialmente”. O Sindicato dos Metalúrgico, que indicara o dia 28 de março como último prazo para a apresentação de uma contra-proposta patronal, também realizou uma assembléia geral extraordinária no dia 25, decidindo-se pela greve.

Além das comissões de fábrica, as “comissões de solidariedade” também desempenharam um papel importante na construção da vontade coletiva para a greve. Como lembra Barreira: “Essa comissão era composta de elementos que não mantinham cargos de direção nos sindicatos e foi muito importante no sentido de pressionar os trabalhadores para o desenvolvimento da greve”.⁶⁸

Cada categoria formou, também, a sua comissão central de greve, eleita em assembléia, integrada pelos elementos mais combativos e representativos. Cabe dizer que fora aprovada, em fevereiro, em uma assembléia têxtil, a livre participação dos não sócios

⁶⁴ “Mosaico Sindical”, *Notícias de Hoje*, Nº 647, 17 mar. 1953, p. 2.

⁶⁵ “Homenagem às greves de abril”. *Notícias de Hoje*, Nº 659, 30 mar. 1954.

⁶⁶ Dossiê 50-Z-315, p. 664 e “Refletidas em gravuras as lutas de abril de 1953”. *Notícias de Hoje*, 22 abr. 1956.

⁶⁷ Joel Wolfe baseia-se no depoimento da operária têxtil Diolinda Nascimento e afirma que a greve começou na indústria Matarazzo d a Rua Dom Bosco, na Mooca. Cf.: WOLFE, J. Op. cit., p. 179. Hélio da Costa cita reportagem do Diário de São Paulo de 25/3/53 que descreve um fato ocorrido na Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na av. Celso Garcia, no bairro do Brás: um grupo inicial de 20 moças e 14 homens ao invés de entrar para o trabalho fica nos portões ouvindo o que falavam “quatro indivíduos”: “Decorridos alguns minutos, o grupo inicial (...) tornou-se compacto, com cerca de 1.200 pessoas que a uma só voz gritavam: ‘queremos 60%’”, índice reivindicado na pauta entregue aos patrões no dia 18 de março. Ainda no dia 23 aderiram os operários do Cotonifício Paulista e da Belenzinho Têxtil. Cf.: COSTA, H, Op. cit., p. 175.

⁶⁸ BARREIRA, I.A.F., Op. cit., p. 94. Também Weffort faz referência a essas comissões.

nas assembléias, desde que apresentassem suas carteiras profissionais, ampliando, portanto a representatividade daqueles encontros.⁶⁹ As comissões de greve de cada categoria, por sua vez, constituíram no dia 10 de abril, o “comitê intersindical de greve”, embrião da Comissão Inter-Sindical do Estado de São Paulo (CISESP), importante organização intersindical que começaria a articular-se já em setembro de 1953.

Além das comissões de greve, outras foram organizadas, constituindo um verdadeiro sistema de auto-governo, responsável pela condução das diversas frentes de trabalho surgidas. Um comunicado do DOPS fala, referindo-se aos têxteis, em “departamentos”, subordinados à comissão central de greve: departamento de assistência médica, social, de piquetes.⁷⁰ Um outro relatório, provavelmente exagerando muito a complexidade da organização do movimento, refere-se a uma comissão central de greve e comissões de organização, finanças e abastecimentos, propaganda, sindicalização, juvenil e feminina, piquetes, higiene e cozinha, informações e inter-sindical.⁷¹

Portanto, é bastante clara a intensa participação “das bases” no movimento, dando vida a uma complexa rede de comissões, capaz de envolver a diretoria dos sindicatos, articular a coesão operária e a solidariedade popular, transmitir informações, promover propaganda e neutralizar a propaganda do outro lado, estabelecer alianças e compromissos. Toda essa ativa movimentação contradiz os modelos de análise que descrevem o comportamento operário no período como heterônomo, porque condicionado por uma estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho e subordinada às lideranças políticas populistas. Ora, o movimento operário pós-30 sempre foi constituído por uma multiplicidade de organizações muito mais vasta do que aquilo que o Ministério do Trabalho podia “atrelar” por intermédio dos sindicatos. E a iniciativa operária se deu, freqüentemente, independente de chamados, manipulações ou mesmo da proteção de líderes populistas.

5.2 A greve de 2 de setembro de 1954

A greve geral já estava aprovada para 2 de setembro quando chegou a São Paulo a notícia do suicídio de Getúlio Vargas.

⁶⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 mar 1953, p. 54.

⁷⁰ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 253

⁷¹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 232.

Desde junho de 1954 nas assembléias metalúrgicas e têxteis começou-se a falar em greve geral. Dois fatores parecem ter contribuído decisivamente para esta perspectiva: a organização da Comissão Inter-sindical do Estado de São Paulo (CISESP), entidade construída a partir da experiência da Greve dos 300 mil, estimulara a unificação das lutas das diversas categorias profissionais representadas. Além disso, a não aplicação, por parte do empresariado, do reajuste de 100% do salário mínimo, decretado em 1º de Maio de 1954, inflamara um sentimento popular de justiça e dignidade agravados.

Uma rodada de assembléias de várias categorias, realizada no dia 17 de junho de 1954, resolveu rejeitar as propostas patronais apresentadas até então e elaborar uma tabela salarial única, promovendo, também, negociações unificadas com a FIESP. A CISESP que, ainda em 1954, passou a denominar-se Pacto de Unidade Inter-sindical (PUI), organizou uma tabela que previa aumento de Cr\$ 1.100,00 para salários de Cr\$ 1.190,00 até Cr\$ 5.000,00 e para os salários acima de Cr\$ 5.000,00, aumento de 20%, sendo apresentada à FIESP no dia 20 de julho, com prazo de dez dias para resposta. Nova rodada de assembléia ocorreu em 1º de agosto. Os metalúrgicos aprovaram a proposta de Eugênio Chemp, de greve geral de 24 horas para 2 de setembro caso o patronato se recusasse a negociar as reivindicações. Na mesma reunião, outro metalúrgico propôs que fossem confeccionados cem mil boletins sobre a greve e um terceiro acrescentou que nos boletins deveria constar a reivindicação do congelamento do arroz, feijão, café, banha, açúcar, leite e pão. Como era costume, organizou-se uma comissão “para visitar outras assembléias”, com a participação de Eugenio Chemp, José Maia Ribeiro, Torquato de Melo, Armando Rodrigues de Freitas e Silva Campos.⁷²

Uma das assembléias visitadas foi a dos têxteis, que se reunia, como de hábito, no Cine São José do Belém. Também ali foi aprovada a paralisação no dia 2, convocada pela CISESP, caso a tabela única fosse rejeitada pelos patrões. Os têxteis também exigiam “a aplicação imediata do salário mínimo da forma em que foi decretado na base de Cr\$ 2.300,00, na qual [sic] muitos patrões vêm se negando a pagar aos trabalhadores”.

A constitucionalidade do Decreto do salário mínimo fora contestada no Superior Tribunal Federal, tendo vencido, por 6 votos a 2, o entendimento de sua constitucionalidade, devendo entrar em vigor imediatamente a partir de 5 de julho. Tanto

⁷² Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1 ago. 1954, p. 144v.

em São Paulo, quanto em Moreno, Pernambuco, e, ainda, em Juiz de Fora, Minas Gerais, e talvez em outros centro fabris, o operariado estava na iminência de iniciar paralisações do trabalho, caso o decreto continuasse sendo descumprido. Em Juiz de Fora foi mantida uma greve geral por cinco dias.⁷³

O Metalúrgico de agosto estampava na capa o manifesto assinado por vários dirigentes sindicais da capital e do interior, entre eles Nelson Rusticci, Remo Forli, Celgio Valvassore, dos marceneiros, Gabriel Grecco, dos gráficos, Pedro Gilardi Filho, da construção civil, Manoel V. Feliz, dos trabalhadores em laticínios, “decretando” greve geral de 24 horas para 2 de setembro. Resultado de um amplo acordo entre facções diversas, o manifesto tinha de apresentar as principais linhas de um pensamento coletivo. Proposições trazidas a público na Greve dos 300 mil eram retomadas: defendia-se o congelamento do arroz, feijão, carne, café, pão, leite e banha nos preços de 1º de maio de 1954, esclarecendo tratar-se de plataforma de uma ampla aliança: “A luta pelo congelamento de preços é uma reivindicação sentida pela maioria do nosso povo, como: operários da indústria e do campo, trabalhadores e donas de casa, estudantes e intelectuais, comerciantes e pequenos industriais (...)”. A organização de base era lembrada como condição para a vitória: “Companheiros. A organização nos locais de trabalho e nos sindicatos é a base principal e a melhor garantia da vitória!”. Um compromisso – que, aliás, não seria respeitado – era proclamado: “Não assinaremos acordos em separado (...) Viva o pacto de unidade!”. Finalmente, para os operários e operárias o eixo de luta apresentado era a defesa da tabela única, sem teto, sem a exigência da assiduidade, sem desconto de alimentação “ou quaisquer outras cláusulas restritivas”. A novidade no discurso do manifesto do PUI era a afirmação da importância de unificar as lutas. Parecia que uma comunidade maior, para além das fronteiras de cada categoria, estava sendo (re)descoberta e (re)construída. Suas virtudes eram, com ênfase, proclamadas: “Só conseguiremos a vitória das nossas reivindicações através da unidade de ação”, “Não assinaremos acordo em separado”, e o manifesto terminava com vivas: “Viva o pacto de unidade”, “Viva o povo unido com os trabalhadores”.⁷⁴

⁷³ LOYOLA, M.A., *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*, p. 75; LOPES, J.S.L., *Op. cit.*, p. 412, 414, 416 e 417.

⁷⁴ “A luta pelo aumento de salário e congelamento de preços”, *O Metalúrgico*, Nº 134, Ago. 1954, p. 1.

O suicídio de Vargas iria, como no começo da greve dos 300 mil, trazer novamente à cena “a base” dos sindicatos, este sujeito que se fazia representar por dirigentes sindicais e entidades, mas que também podia agir articuladamente sem agendamento ou organização prévios, contando para isso com métodos informais de comunicação, com o denso conhecimento de sentimentos e costumes em comum, com a intuição de que era o momento de agir ou com a força do exemplo. Assim, segundo *Notícias de Hoje*, já no dia 24 de agosto de 1954, piquetes paralisaram fábricas como a metalúrgica Bárbara, a FAPAPI, a metalúrgica Indianópolis, a Sherym Williams, a Refinaria União em Capuava, a oficina da CMTC do bairro do Canindé - esta com o argumento de que “lá perto de nós a Filizola parou, a Companhia de Doces Confiança parou e por que nós, da CMTC ia trabalhar?” - além de todas as indústrias de Jundiaí. No dia 25 paralisaram fábricas na Vila Maria, a Calfat, a Tecelagem Santana, a Chocolates Lacta. Ainda segundo o jornal “uma das características do atual movimento grevista é a enorme combatividade demonstrada pelas mulheres, especialmente nas fábricas têxteis. Em diversas fábricas, elas foram as primeiras a constituir piquetes e comissões de greve”.⁷⁵

O testemunho de um operário, jornalista e ex-militante do PCB, permite-nos entrever a atmosfera que invadiu as fábricas naquele 24 de agosto, bem como os canais informais de comunicação inventados pelos operários:

Papezinhos rascunhados foram passados de mão em mão; nos mictórios, rápidas inscrições a giz: ‘Getúlio Vargas morreu. Todos à greve’. Em uma hora a fábrica se esvaziava. Em meio a gritos, choros, exclamações de descrédito à notícia, os operários se atropelavam nos corredores de saída. Lá fora, iniciava-se a formação da passeata (...)⁷⁶

No dia 25, segundo o *Notícias de Hoje*, com o centro de São Paulo policiado, os manifestantes deslocaram-se para os bairros: “Fábrica Jafet pára e operários desfilaram pelas ruas em impressionante passeata que, pouco a pouco, foi engrossando”. No bairro do Belenzinho trabalhadores em greve organizavam comícios e passeatas.⁷⁷

Em Santo André foi aprovado o início de uma greve geral no próprio dia 25. Esta parece ter sido uma palavra de ordem defendida pelo PCB em São Paulo, que coincidiu com uma tendência “da base” de lutar contra as forças políticas e econômicas que,

⁷⁵ *Notícias de Hoje*, Nº 789, 26 ago. 1954, p. 3

⁷⁶ NUNES, A.C.F.N., *PC Linha Leste*, p. 13.

⁷⁷ “Passeatas e comícios nos bairros da capital”, *Notícias de Hoje*, Nº 789, 26 ago. 1954, p. 2

supunha-se, tinham levado o presidente ao suicídio. Não ocorreu em São Paulo, portanto, a revolta contra os jornais comunistas que verificou-se no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, por exemplo, onde talvez o PCB tenha se aproximado mais, na prática, da oposição anti-varguista.

Em Santo André, a greve foi aprovada após uma passeata, saída do Sindicato dos Metalúrgicos, tendo à frente um Jeep do SAMDU com um enorme retrato de Vargas. De volta ao sindicato, Armando Mazzo, marceneiro, dirigente do PCB e Prefeito cassado em 194[checar] falou sobre a greve geral. Estavam presentes vários sindicalistas, o presidente do Diretório do PTB em Santo André, o Tesoureiro do PST e o Presidente da Câmara Municipal.⁷⁸

Notícias de Hoje informou, ainda, sobre a programação de comícios em bairros e assembléias sindicais para os dias 27, 28 e 29 de agosto. Haveria manifestações nos bairros de Vila Carrão, Vila Diva, Vila Monumento, Vila Palmeiras, Vila Formosa, Cangaíba, São Miguel Paulista, Canindé, Presidente Altino, Indianópolis e Vila Zelina. Quanto às assembléias sindicais, foram anunciadas nas seguintes categorias: hoteleiros, gráficos, têxteis, metalúrgicos, ferroviários da Sorocabana, construção de mobiliário de São Bernardo do Campo, têxteis de São Caetano do Sul, têxteis de Jundiaí, aeroviários.⁷⁹

No dia 25, cerca de 70 dirigentes sindicais ligados ao PUI reuniram-se no Sindicato dos Gráficos para deliberar. Ocorreu, então, uma divisão: alguns queriam greve imediata, outros a manutenção da data do dia 2 de setembro, posição que acabou prevalecendo.⁸⁰ O PUI pôde, assim, “apontar o caminho” para as assembléias sindicais que se realizariam: defendia a manutenção da greve para o dia 2 de setembro, podendo ser deflagrada a qualquer momento caso dirigentes sindicais fossem presos, como estava ocorrendo no Rio de Janeiro. Os objetivos eram defender “os direitos democráticos e sindicais”, obter o aumento geral de salários, a aplicação do salário mínimo e o congelamento de preços.⁸¹

No Sindicato dos Têxteis, a assembléia ocorreu no dia 26. Segundo um agente do DOPS, o presidente da entidade teria afirmado que “o sucedido é um golpe de Estado e

⁷⁸ “Os trabalhadores de Santo André após passeata impressionante decretam o começo de greve”. *Notícias de Hoje*, Nº 789, 26 ago. 1954, p. 2.

⁷⁹ *Ibid*, p. 3 e 4.

⁸⁰ Dossiê DOPS 43-Z-0-13559

⁸¹ “O Pacto de Unidade aponta o caminho para as assembléias sindicais de hoje”. *Notícias de Hoje*, Nº 789, 26 ago. 1954, p. 4.

estão querendo invadir os sindicatos, conforme se verificou na Capital Federal”. Antônio Chamorro propôs que se discutisse a deflagração imediata da greve da categoria, o que foi aprovado, sendo, porém, marcada outra assembléia para o dia seguinte, para que se tomasse conhecimento do que as demais categorias haviam deliberado.⁸² Esta segunda assembléia parece não ter se realizado, ou não deixou registro no Livro de Atas do Sindicato.

Ainda na assembléia têxtil, uma extensa lista de oradores fez uso da palavra defendendo a paralisação do dia 2 e conclamando “aos trabalhadores a se organizarem dentro das empresas, pelo congelamento de preços e aplicação do salário mínimo”. Eram eles: José Salina, Antônio Chamorro, João Conselheiro, Laurino Biagio, Maria Salas, Luiz Firmino de Lima, João de Sousa, Juliana Todellis, Nivaldo Fonseca e Mariana Grigaitis. Uma série de resoluções foi aprovada, estando entre as mais importantes: “que se mande imprimir listas para a coleta de assinaturas em defesa da Constituição, das liberdades democráticas e sindicais”, “que seja dado um comunicado à imprensa (...) mostrando que os trabalhadores só confiam em seus sindicatos e que as federações não têm o direito de falar em nome dos trabalhadores”, além da convocação aos trabalhadores para ampliarem seus conselhos sindicais e formarem-nos onde não existissem e da ratificação da greve do dia 2 de setembro.⁸³

No Sindicato dos Metalúrgicos realizou-se uma reunião no dia 30 de agosto, com 90 pessoas presentes, para ultimar os preparativos para a greve. Decidiu-se eleger uma comissão de piquetes, formada por Hermeto Mendes Dantas, Nicolau Ângelo, Luiz Vergatti, Estalim Rodrigues, Antônio Cândido e outros. Também foi organizada uma comissão de finanças, com Eugenio Chemp, Benedito da Silva, Antonio José Rivetti, Maria de Lourdes e Otávio Siqueira Leite. Foi organizada, ainda, uma cozinha no Sindicato, pois, segundo o agente do DOPS, “porquanto a greve será apenas de 24 horas, e conforme a sua repercussão, poderá alastra-se por tempo indeterminado, isto caso os patrões não atendam as reivindicações dos trabalhadores”. Alguns, como Eugenio Chemp, talvez associassem aquelas providências à expectativa de acontecimento mais graves, pois teria alertado para

⁸² Dossiê DOPS 43-Z-0-1360

⁸³ Todas as citações extraídas de: Ata de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 29 ago. 1954, p. 105-verso.

“(...)a necessidade dos trabalhadores estarem preparados para uma revolução, que estourará a qualquer momento, de norte a sul do país(...)”.⁸⁴

A guerra de informações e ameaças prosseguiu até o último minuto. Às 18 horas do dia 01 de setembro o Diretor do DOPS distribuía um comunicado à imprensa com a seguinte informação: “Os profissionais da agitação persistem em telefonar para os estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino desta capital avisando que amanhã, dia 2, é feriado, o que não é verdade”.⁸⁵

A população, porém, reconheceu, naquela ocasião, o poder dos sindicatos “decretarem feriado”. No dia 2 de setembro, São Paulo parou. De acordo com Jover Telles:

No Estado de São Paulo, sob o comando do Pacto de Unidade Intersindical, no dia 2 de setembro, deflagrou-se a greve geral contra a carestia. Essa foi a maior, até então, na história do movimento operário brasileiro. Dela participaram cerca de 1 milhão de trabalhadores. A greve abarcou todas as cidades do Estado. Os operários ligaram a luta por aumento do salário-mínimo a uma reivindicação geral que interessava a todo o povo – o congelamento dos preços. E isto possibilitou a amplitude da luta.⁸⁶

À meia noite do dia 02, Gabriel Grecco, Presidente do Sindicato dos Gráficos e do PUI dirigiu-se aos microfones da Rádio América, para ler um manifesto aos trabalhadores de São Paulo:

São 24 horas do dia 2 de setembro de 1954. De novo, os sindicatos integrantes do Pacto de Unidade, nesta hora e dia históricos, cumprem o sagrado dever de se dirigirem aos trabalhadores da cidade e do campo, às donas de casa, aos estudantes, comerciantes, pequenos industriais, enfim, ao povo em geral, que nesta hora, precisamente às 24 horas de hoje, dia 2, encerram a mais gigantesca e patriótica das greves já levadas a efeito em nosso país.⁸⁷

Os ouvintes eram lembrados de que se tratava de um greve de protesto contra as altas constantes do custo de vida, por reajustes de salários e congelamento de preços. Os patrões eram acusados de pensarem, “estranhamente”, que o patriotismo consistia “unicamente em obter maiores lucros às custas da exploração e do sofrimento dos

⁸⁴ Todas as citações referentes à reunião dos metalúrgicos foram extraídas de: Dossiê DOPS 43-Z-0-1380

⁸⁵ “A Capital amanhece fortemente guarnecida para conjurar toda perturbação da tranquilidade”. *Folha da Tarde*, 2 set. 1954 – Dossiê Dops: 43-Z-0-1396.

⁸⁶ TELLES, J., *Movimento sindical no Brasil*, p. 56

⁸⁷ Dossiê DOPS 43-Z-0-1398

trabalhadores”. A eles era dado o prazo de 50 dias para atendimento das reivindicações, sob a ameaça de retomada da greve.

A luta foi avaliada como vitoriosa por têxteis e metalúrgicos. Nelson Rusticci acreditava que a paralisação demonstrava “aos patrões que os trabalhadores estão firmes e dispostos a conquistar o aumento de Cr\$ 1.100,00” além do congelamento de gêneros de primeira necessidade e salário mínimo de Cr\$ 2.300,00.⁸⁸ Por sua vez, Hermeto Mendes Dantas, um dos integrantes, como vimos, da comissão de piquetes avaliava que a greve fora um sucesso, paralisando 90% dos trabalhadores de São Paulo.⁸⁹

As negociações salariais parecem ter, afinal, seguido separadamente. No dia 28 de novembro de 1954 os têxteis, reunidos em assembléia, aprovaram a proposta patronal de reajuste de 25%.⁹⁰ No Sindicato dos Metalúrgicos a proposta patronal apresentada na mesa de negociações, realizada na DRT no dia 4 de outubro, foi aprovada por maioria absoluta. Prevvia aumento de Cr\$ 880,00 a partir de 1º. de outubro, descontados todos os adiantamentos concedidos.

5.3. A Greve dos 400 mil: o carnaval da vitória

Dezenas de ciclistas “puxavam” a multidão estimada em 10 mil trabalhadores e trabalhadoras. Atrás deles, de braços dados, marchavam os “generais da greve”: Aldo Lombardi, dos metalúrgicos, Artur Avalone, da Federação dos Têxteis, Dante Pelacani, da Federação dos gráficos e Secretário-geral do Comitê Intersindical de Greve, Eugenio Chemp, José de Araújo Plácido, o vereador João Lousada, do Sindicato da Construção Civil e outros. Na Praça Roosevelt, destino do cortejo, generais reformados do exército, como o vice-governador Porfírio da Paz e o presidente do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), Gentil Falcão, esperavam o comando da greve. Como o sol do meio dia castigava, abriram-se centenas de sombrinhas coloridas, compondo, com os vestidos estampados das tecelãs, o caleidoscópio de um carnaval operário. Ao invés de samba enredo o desfile era cadenciado por uma marcha com o refrão “A greve continua! A greve continua!”.⁹¹

⁸⁸ Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 19 set. 1954 p. 116-verso.

⁸⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 19 set. 1954, p. 147.

⁹⁰ Ata de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 28 nov. 1954, p. 119.

⁹¹ Este parágrafo foi construído a partir da bela reportagem do articulista sindical Itamaraty Feitosa Martins, da *Última Hora*, que manteve por muitos anos, naquele jornal, a *Coluna do Trabalhador* e teria sido ligado ao PCB, segundo Salvador Losacco. Cf.: HECKER, A. “Um retrato do Brasil pré-Golpe: entrevista com

A notícia da decisão do TRT, julgando o dissídio trabalhista e concedendo 25% de reajuste salarial, atingira a Praça Roosevelt antes do cortejo e, ao chegar, a multidão já encontrou em pleno andamento a festa da vitória: “operários e operárias dançavam ao som da tradicional bandinha dos bancários. Mulheres choravam de alegria. Fogos espoucavam, Cartazes, dísticos e flâmulas agitavam-se freneticamente”. No dia seguinte, daria no *Última Hora*: “Terminou a batalha dos piquetes com a conquista dos 25% - VITORIOSA A GREVE: OPERÁRIOS DANÇAM EM PRAÇA PÚBLICA”.⁹²

O *Boletim de Greve no. 5*, elaborado pela Comissão de Greve e a Diretoria do Sindicato dos Têxteis, divulgara a programação daquele dia 24 de outubro, quinta-feira: às 8 horas seria aberto o Quartel General dos têxteis, situado no Salão do Clube dos Motoristas Profissionais, à rua Jairo Góis, 99, no Brás, para esclarecimentos sobre a programação do dia. Às 12 horas as seis categorias em greve – têxteis, metalúrgicos, gráficos, trabalhadores em curtumes, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão e mestres e contra-mestres das indústrias de fiação e tecelagem –, além de vidreiros, se concentrariam em frente à sede dos Sindicato dos Gráficos, à rua da Figueira, no Parque D. Pedro II, de onde partiriam para a Rua Rego Freitas, aguardando o julgamento do dissídio. Dali, rumariam à Praça Roosevelt, local em que os dirigentes sindicais informariam sobre a decisão da Justiça do Trabalho. Às 20h30 uma assembléia dos têxteis ratificaria ou não a decisão do TRT. Naquele dia estava suspensa, pela Comissão Central da Aliança por Aumento de Salários, a “costumeira assembléia no Hipódromo da Mooca”, que vinha se realizando diariamente, desde o dia 21, com a presença de 20 a 50 mil pessoas.⁹³

Antes de partirem da rua da Figueira, os trabalhadores e trabalhadoras presentes ouviram palavras de Deputado Federal pelo PTB, Frota Moreira, do vice-governador Porfírio da Paz, do vereador João Louzada e do tecelão Alberto Ferreira.⁹⁴ Na Praça

Salvador Romano Losacco”, In: *Revista Brasileira de História*, Vol 14, Nº 27, p. 229. A reportagem registra: “(...) o cortejo que rumava para o TRT deixou os paulistanos perplexos, estupefatos. Era um mar de cartazes, dísticos, faixas. Centenas de sombrinhas coloridas, milhares de vestidos estampados, de cores vivas, anunciavam a presença das tecelãs, lado a lado com trabalhadores de diferentes categorias. Cadenciadamente os manifestantes cantavam ao som das marchas: ‘A greve continua! A greve continua!’”. “Fato pitoresco, pela primeira vez verificado numa assembléia sindical, foi o de que dezenas e dezenas de ciclistas puxavam a passeata seguidos logo atrás pelos ‘generais da greve de braços unidos’”. Fotografias da passeata encontram-se em: MARTINS, H.H.T.S., *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (caderno de fotos). Também: Dossiê DOPS 30-B-264, p. 123 e 124.

⁹² MARTINS, Itamaraty Feitosa, *Última Hora*, Nº 1.700, 25 out. 1957, p. 4.

⁹³ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 746.

⁹⁴ Dossiê DOPS 30-B-264, p. 121.

Roosevelt, em meio à dança, fogos de artifício, marchinhas e choro, falaram os principais componentes da “Comissão Central da Greve”: Dante Pelacani, Remo Forli, Julio Devichiatti, presidente do Sindicato dos Têxteis, Antônio Chamorro, Silvestre Bozzo, Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Papel e Papelão, Remidgio Perotti, do Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Couro, além de personalidades como o Prefeito de São João da Boa Vista, Jorge Nicolau e, novamente, do general Porfírio da Paz. Este pronunciaria um veemente discurso, rematando sua intensa participação na “Greve dos 400 mil”. De acordo com relatório do Dops:

O vice-governador discorreu longamente sobre a atitude dos industriais, que lutavam contra seus operários, porque estes somente reivindicavam um pouco mais de pão para os seus filhos. “Luto convosco, decididamente, porque pelas vossas mãos estou no poder”. “Jamais os atraçoarei”. “Não deserto da luta, podem processar e até prender”. “Não recuarei jamais”. “Serei sempre o chefe do piquete, de memorável jornada, porquanto este dia ficará na história de São Paulo”.⁹⁵

À noite, metalúrgicos e têxteis se reuniram em assembléia e aprovaram o resultado do dissídio. Na assembléia metalúrgica, com cerca de 800 presentes, o advogado do sindicato, Dr. Cristóvam Ferraz, e o vice-presidente José de Araújo Plácido, explicariam sobre o aumento de salários: haviam sido conquistados 25% com base no salário de 1º de outubro de 1956. Seriam descontados os “aumentos espontâneos” concedidos neste ínterim, mas não os conseguidos por promoção ou maioria. Quem tinha menos de um ano de serviço receberia aumento proporcional ao tempo de trabalho. Os trabalhadores haviam conseguido eliminar o teto de reajuste, cláusula que prejudicava os especializados, mas não a cláusula da “insuficiência econômica”, que dispensava as empresas que comprovassem essa condição na Justiça da aplicação do dissídio. O acordo duraria um ano. Um trabalhador morto durante a greve foi homenageado com um minuto de silêncio e, por fim, o acordo, aprovado unanimemente.⁹⁶

Na assembléia têxtil, Nivaldo Fonseca, componente da Comissão de Propaganda, apresentaria relatório das atividades desde o início da greve. O presidente do Sindicato, Júlio Devichiatti, elogiaria o trabalho de todas as comissões que funcionaram durante aqueles dias de peleja, “especialmente a comissão de piquetes”. Antonio Chamorro,

⁹⁵ Dossiê DOPS 30-B-264, p. 124.

pressagioso, alertaria que a luta não chegara ao final, pois era preciso assegurar a aplicação do aumento, conclamando os trabalhadores a se organizarem “mais e mais nos locais de trabalho”. Dentre as deliberações tomadas pela assembléia, estava a de aceitar o julgamento do TRT, conceder “um prêmio ao companheiro metalúrgico que serviu de corneteiro dos piquetes e à cozinheira Antonia Aparecida da Matta” e, prosseguindo com a festa iniciada na Praça Roosevelt, realizar um baile em homenagem à vitória.⁹⁷

5.4. Uma greve “com ares de rebelião popular”

A “Greve dos 400 mil” foi mais ampla que a de 1953, não só pelo maior número de categorias envolvidas e representadas na Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia,⁹⁸ como pelo fato de ter provocado a combustão de muitas lutas inesperadas e só à custo controladas pela direção sindical. O movimento teve início no dia 15 de outubro e encerrou-se no dia 24, quando foram julgados no TRT os vários dissídios das categorias envolvidas.⁹⁹

A “Greve dos 400 mil” representou, de certa forma, a retomada do movimento por uma greve geral contra a carestia que fora interrompido em julho de 1956, quando o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, conseguiu o adiamento da greve geral marcada para o dia 20 e depois sua suspensão, mediante a contrapartida do congelamento dos produtos de primeira necessidade por 90 dias, o que ocorreu apenas parcialmente.¹⁰⁰ Em outubro de 1957, quando o mesmo ministro tentou, em uma interminável reunião com 110 dirigentes sindicais iniciada às 21 horas do dia 11 e encerrada às 1:30 da madrugada do dia 12, obter novamente o adiamento da greve, obteve como resposta um intransigente não.

O movimento de 1957 apresenta semelhanças e diferenças com relação ao de 1953. Como em 1953, baseou-se em forte mobilização de organizações de base, como comissões

⁹⁶ Reunião Final da Assembléia Geral Permanente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 19 out. 1957, p. 122 e 123.

⁹⁷ Sessão permanente da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, p. 183-verso.

⁹⁸ Em 1953 começaram a greve metalúrgicos e têxteis, com adesão posterior de marceneiros e carpinteiros, vidreiros e gráficos. A “Greve dos 400 mil” começou com a participação de metalúrgicos, gráficos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, trabalhadores nos curtumes, têxteis e mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem e posterior adesão de vidreiros, dos operários da Nitroquímica e dos trabalhadores no refino de açúcar.

⁹⁹ “Vitoriosa a greve: operários dançam em praça pública”, *Última Hora* Nº 1.700, 25 out 1957, 1º Caderno, p. 4

¹⁰⁰ “Adiada por 20 dias a greve geral marcada para a zero hora de hoje”, *Última Hora* Nº 1.318, 20 jul. 1956, 1º Caderno, p. 7

de fábrica, de greve, de solidariedade. Mas em 1957 os piquetes desempenharam um papel não verificado em 1953: esta forma de organização foi adotada por categorias de trabalhadores não representadas por seus sindicatos na Aliança Intersindical de greve e mesmo por populares. Por outro lado, a greve de 1957 não brotou da iniciativa das comissões de fábrica, atropelando a agenda de suas direções – como ocorrera em 1953. Em uma assembléia inter-sindical realizada no dia 3 de outubro, no Sindicato dos Gráficos foi constituída a referida aliança e indicado o início da greve para o dia 15, caso não fossem atendidas as duas reivindicações pleiteadas: reajuste salarial de 45%, sem a cláusula do teto para as faixas salariais mais altas e aplicação da tabela da COAP para o preço da carne e contra qualquer aumento nos preços de gêneros alimentícios e bens de consumo popular.¹⁰¹

O arco de alianças constituído pelos sindicatos na greve de 1957 parece ter ganhado consistência em relação a 1953. As organizações estudantis prestaram solidariedade desde o primeiro dia da paralisação. Desta vez, a coligação entre operários e estudantes ganhava uma denominação: *Unidade Operária-Estudantil*, anunciando um compromisso que perduraria pelos anos seguintes. Logo no primeiro dia de greve foi levado um manifesto de solidariedade ao “QG dos grevistas”. No mesmo dia representantes da *União* visitaram a redação do *Última Hora* para divulgar sua solidariedade: “Além de legal, reveste-se a greve de profunda justiça e os estudantes paulistas, baseados no Pacto de União Operários-Estudantes devem levar sua total solidariedade aos trabalhadores nas suas reivindicações”. Presentes estavam João Eduardo Correia Jr., Presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Plínio Bolívar de Almeida, presidente do DCE da PUC e Idibal Piveta, Vice-Presidente da UEE.¹⁰²

No dia 23, às 17 horas, um grande número de operários superlotava a sede da UEE onde, “perante enorme massa estudantil, recebiam a solidariedade dos universitários paulistas para prosseguirem na campanha salarial”. Depois da reunião, a multidão saiu pela rua 24 de Maio empunhando faixas e cartazes, seguindo até a Praça Ramos. Segundo o *Última Hora*: “Os vivos sucederam-se em todo o itinerário, tanto para a classe trabalhadora como para os estudantes. À frente traziam a bandeira brasileira desfraldada. Várias pessoas faziam a coleta de donativos para ajudar ao movimento e atendidas pelo espírito de

¹⁰¹ “Gráficos, têxteis, mestres e contra-mestres e metalúrgicos decidiram: 15 de outubro: greve geral dos trabalhadores!”, *Última Hora* Nº 1.682, 4 out. 1957, 2º Caderno, p. 5.

¹⁰² “Solidariedade dos estudantes”, *Última Hora* Nº 1.691, 15 out. 1957, p. 4.

solidariedade humana do povo, conseguiam bons resultados”. A manifestação parou na Praça da Sé, onde foi realizado prolongado comício. Finalmente, todos seguiram para o Sindicato dos Metalúrgicos, onde se realizou uma assembléia conjunta.¹⁰³

A Câmara dos Vereadores também posicionou-se em maioria absoluta favoravelmente à greve. Três ações significativas foram empreendidas: diversos vereadores pronunciaram-se sobre sua legalidade, oferecendo, portanto uma cobertura jurídico-política ao movimento; uma comissão de vereadores foi constituída, para atuar na mediação das negociações e, finalmente, vereadores de todos os partidos, num total de 36 dos 45 eleitos, subscreveram o Projeto de Lei 632/57, concedendo 1 milhão de cruzeiros em auxílio aos grevistas, que foi aprovado, sancionado pelo Prefeito Adhemar de Barros, e transformado na Lei 5390 de 22 de outubro de 1957.¹⁰⁴

A aproximação com o exército foi diligenciada, assim como em 1953. Esta busca de compromisso carregava dois propósitos: um circunstancial e outro mais duradouro. A primeira dimensão materializou-se no pedido de providências, formulado ao comando da Segunda Região Militar, no dia 17 de outubro, pelos dirigentes Dante Pelacani e José de Araújo Plácido, contra os disparos desferidos sobre trabalhadores em diversos pontos da cidade.¹⁰⁵ A segunda dimensão manifesta-se no memorial entregue ao General Haskett Hall, Comandante da Segunda Região Militar. Dizia o texto:

Aqui viemos, sr. Comandante, como trabalhadores, como povo que somos e edificadores da grandeza deste estado e, portanto, da Nação, hipotecar inteira solidariedade ao glorioso Exército Nacional, na pessoa de sua mais alta autoridade na região, querendo com ele nos confraternizar, declarando que, como os militares, somos patriotas, ordeiros e disciplinados(...)

Somos intransigentemente pela emancipação de nossa Pátria. Somos pela Petrobrás. Somos pela defesa da Indústria Nacional [com maiúscula – Nota do Autor]. Queremo-la forte e próspera. Por isso não nos furtaremos a quaisquer medidas que venham a reforça-la e engrandece-la. Mas, antes de tudo, porque somos trabalhadores, queremos que nossos companheiros e suas famílias tenham um padrão de vida digno porque é na dignidade e bem-estar de seus filhos que as pátrias se fortalecem e engrandecem.

¹⁰³ “Operários e estudantes unidos contra a fome”, *Última Hora* Nº 1.699, 24 out. 1957, p. 4

¹⁰⁴ Processo 7219-1957. Promovente: vereador Archimedes Lamoglia e outros. PL 632 de 15 out 1957

¹⁰⁵ “Saraivada de balas desfez o ‘piquete’”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out 1957, 1º Caderno, p. 2

O memorial também prestava homenagens ao general Lott “que simboliza o respeito à Constituição e aos ideais nacionalistas” e indicava o presidente da Federação dos Têxteis, Artur Avalone como elemento de ligação entre o QG da greve e o QG do Exército. Apelava, ainda, para que a intriga não vencesse, sugerindo que fosse designado um militar para levar e trazer informações do QG da greve ao Comandante do II Exército.¹⁰⁶

À diferença de 1953, portanto, aqui os sindicatos manifestavam-se por uma aliança “estratégica” com o exército em defesa da pátria e da indústria nacional, num esquema sobre as forças de emancipação nacional, bastante distanciado da realidade.

O Presidente do PUI, Salvador Losacco, era igualmente enfático, defendendo a *aliança entre Exército e trabalhadores da cidade e do campo*. Desenvolvendo um raciocínio segundo o qual havia, na greve, provocadores interessados em desvirtuar suas finalidades, “(...) os quais não titubearão – se lhes for possível – em lançar São Paulo na desordem social”, concluía:

Nenhuma provocação conseguirá destruir a aliança que existe entre os trabalhadores e o exército, cujo objetivo comum é a defesa de nossa autonomia e da nossa emancipação econômica, isso porque a aliança dos trabalhadores das cidades e do campo com o Exército é o único fator que assegurará a melhoria das condições de vida do nosso povo.¹⁰⁷

Em audiência com Juscelino Kubitschek realizada no dia 18, com a presença do general Lott, este sugeriu que os piqueteiros usassem uma identificação especial, como uma braçadeira, para evitar a infiltração de estranhos. Prontamente acolhida a sugestão, no dia 21 o *Última Hora* já noticiava a presença de muitos piqueteiros com as braçadeiras. Não sabemos até que ponto foi, também, acatada a sugestão apresentada por um dos militantes presentes em reunião da sucursal do jornal *Notícias de Hoje* em Santo André. O imaginativo grevista propôs que as braçadeiras fossem em verde e amarelo com os dizeres: “Piquetes credenciados por Teixeira Lott”.¹⁰⁸

O arco de alianças liderado pelos sindicatos na greve de 1957 conquistou uma importante adesão: as sociedades amigos de bairro. As SABs, que já haviam manifestado apoio à greve de 1953, em 1957 se somaram à agenda de PUI, participando de suas

¹⁰⁶ “Não arranhar a ordem e a lei!”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 5.

¹⁰⁷ “Trabalhadores e o exército com objetivos comuns e patrióticos”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 4.

¹⁰⁸ Dossiê DOPS, 30-Z-130-57

reuniões e manifestando solidariedade ao movimento. Em outubro, a Federação das Sociedades Amigos de Bairro de São Paulo (FESAB) emitiu um manifesto hipotecando “irrestrita solidariedade” aos grevistas, prontificando-se a “colaborar no serviço de amparo às famílias dos grevistas” e apresentando os votos de uma “ampla e bem merecida vitória”, que viria a ser a “vitória do povo contra a fome e a carestia”.¹⁰⁹

A greve de 1957 diferiu, porém, da de 1953, em aspectos importantes. O primeiro deles por ganhar traços de “motim da fome”, galopando indomável pela cidade na garupa dos piquetes; o segundo por promover uma grave disputa entre lideranças populistas representadas por Jânio Quadros, Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e João Goulart, trazendo componentes novos a conjuntura política e o terceiro, finalmente, pelo fato dos sindicatos desfraldarem a bandeira da defesa de créditos à indústria nacional e da aliança patriótica com o Exército, o que provocou algumas controvérsias entre os intérpretes dos significados do movimento.

Como sugeriu Fontes, no segundo dia de greve, 16 de outubro, “a paralisação foi de praticamente 100% e o movimento ganhou ares de rebelião popular”.¹¹⁰ Ou seja, o movimento começou a espalhar-se para além das cinco categorias inicialmente envolvidas, seja por meio de deliberações mais organizadas e dirigidas pelos sindicatos, seja pela ação dos piquetes.

Como expressão de um padrão mais organizado de expansão da greve, deve-se registrar a adesão, no dia 22 de outubro, dos vidreiros e, no dia 23, dos seis mil operários da Nitroquímica e 3.000 das refinarias de açúcar União e Tupi. Neste último caso, o

¹⁰⁹ DUARTE, A.L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*, p.121. O manifesto, dirigido à Aliança Inter-sindical na íntegra é o seguinte: “Considerando que as Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e entidades congêneres são constituídas por uma maioria absoluta de trabalhadores de todas as categorias e profissões; considerando que a luta pelo barateamento do curso de vida é inerente a todo o povo, sem quaisquer distinções e que esta Federação vem, igualmente, pugnando contra a carestia, por vários meios e modos; considerando que, das melhores condições de vida do nosso povo, demanda todo o progresso e independência nacionais; considerando que a luta pelo conforto e bem estar da coletividade trabalhadora reveste-se de todas as características humanas e patrióticas; servimo-nos da presente para hipotecar nossa mais irrestrita solidariedade aos trabalhadores em greve, na expectativa de que as organizações populares de bairros e vilas possam, efetivamente, colaborar no serviço de amparo às famílias dos grevistas, por meio de iniciativas e realizações adequadas, de acordo com os recursos de que possam dispor. Com os nossos votos de uma ampla e bem merecida vitória, que será a vitória do povo contra a fome e a carestia, subscrevemo-nos atenciosamente”. Cf.: Dossiê DOPS 50-J-138 p. 193.

¹¹⁰ FONTES, P. “ ‘Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo’ – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)”, In: *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, p. 155.

presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios, Santo Bobadilha, que, segundo avaliação do *Última Hora*, gozava “de inegável prestígio na categoria”, teria tentado um adiamento da paralisação, a pedido do Governador Jânio Quadros: “(...) todavia não conseguiu êxito porque os trabalhadores decidiram aguardar o acordo, mas em greve. Santo Bobadilha desejava adiar a greve por 24 horas. Contudo, não o conseguindo, colocou-se à frente dos piquetes para paralisar as indústrias de açúcar”.¹¹¹

Há notícia, ainda, da adesão dos chapeleiros da fábrica Ramezoni, a partir do dia 18.¹¹² Podemos, portanto, notar uma tendência à transformação do movimento em greve geral, que não se consumou em São Paulo, mas verificou-se no ABC. Em Santo André, no dia 17, amanheciam parados químicos, metalúrgicos, têxteis, trabalhadores da construção civil e marceneiros. O jornal *O Estado de São Paulo* anunciava: “praticamente paralisada toda a indústria do ABC”.¹¹³ Em São Caetano, pela primeira vez na história, os fornos da Cerâmica São Caetano foram desligados repentinamente, apesar dos trabalhadores oleiros não estarem em greve oficialmente. No dia 18, o *Última Hora* anunciava: “ABC-Verdadeiras Praças de Guerra”, referindo-se a ocupação de Santo André e São Caetano por um contingente de 1.000 soldados da polícia, armados com granadas, metralhadoras e bombas de efeito moral. Ainda atônita, a população parecia fascinada com o aparato de guerra: “A par do pânico, houve um movimento algo pitoresco, pois muita gente que só conhecia a metralhadora através de filmes de guerra, teve a oportunidade de avista-la nas mãos dos policiais que estavam armados até os dentes”.¹¹⁴

Como resultado da ação dos piquetes, a greve também cresceu, já a partir do dia 16. Uma matéria da primeira edição do jornal *Última Hora* do dia 17, registrava:

O movimento paredista não se restringe mais às quatro categorias que iniciaram a greve à zero hora do dia 15. Abrangeu desde ontem todos os setores do parque industrial de São Paulo. Diante disso os piquetes se dirigem aos estabelecimentos fabris que não cessaram suas atividades para fazerem adotar essa medida.¹¹⁵

¹¹¹ “Com adesão dos trabalhadores em açúcar e na indústria química: REFORÇADA A GREVE: 9 CATEGORIAS PARALISADAS”. *Última Hora*, Nº 1.698, 23 out. 1957, 1º. Caderno, p. 4.

¹¹² “Mesmo pacificamente não permitirei a atividade dos piquetes de grevistas!” *Última Hora*, Nº 1.694, 18 out. 1957, 1º. Caderno, p. 4.

¹¹³ NEGRO, AL., Op. cit., p. 107.

¹¹⁴ “São Caetano virou acampamento militar: COAGIDOS OPERÁRIOS POR SOLDADOS A TRABALHAREM”, *Última Hora*, Nº 1.694, 18 out. 1957, 2ª edição, 1º. caderno, p. 4.

¹¹⁵ “Adesão em massa à cerrada parede!”, *Última Hora*, Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º. Caderno, p. 12.

Esta mesma notícia esclarece, ainda, sobre um dos métodos de ação desses piquetes:

Caminhões que passavam vazios por onde se encontravam ‘piquetes’ de grevistas que pretendiam dirigir-se a outras localidades eram obrigados a parar para conduzi-los. Com esse procedimento os bairros da Água Branca, Lapa e Vila Pompéia foram visitados pelos grevistas, que não hesitavam em providenciar a paralisação *de qualquer indústria que se encontrasse em movimento* [Grifo do autor].

No dia 18, Dante Pelacani o Secretário Geral da Comissão Central da Greve, Dante Pelacani, apelava para que os piquetes não cometessem violências ou depredações. A direção da greve também tomara a decisão de formar “piquetes especiais (de dirigentes sindicais mais clarividentes) que têm justamente a função de atuar para acalmar aqueles ‘piquetes’”, ou seja, piquetes “oficiais” para controlar “piquetes espontâneos”. Finalmente, o líder dos gráficos recomendava: “Devem paralisar somente aquelas categorias componentes da Aliança Intersindical (...)”. Por sua vez, o vereador João Louzada foi absolutamente claro a respeito da posição dos dirigentes face ao crescimento da greve para outras categorias não componentes da Aliança. Falando ao plenário da Câmara sobre sua participação em diversas assembleias sindicais, reuniões com os dirigentes da Aliança e na audiência obtida pelos sindicalistas com o Governador Jânio Quadros, no dia 18 de outubro, esclareceu: “(...) Deixamos bem claro ao Governo que iremos fazer o máximo para que aquelas empresas daquele setor que não está em greve, voltem ao trabalho. Mas também estamos solidários com esses trabalhadores”.¹¹⁶

As conclusões alinhavadas no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos não deixam margem à dúvida quanto à deliberação da direção de evitar uma ampliação do movimento. Diz o artigo: “A greve atual, se não foi maior e mais extensa, é porque, por nossa prudência, não o desejamos, pois condições para isso havia e há, já que o descontentamento é grande, notório e insopitável”. Entretanto, segundo o artigo os trabalhadores “(...) não querem combater, mas ajudar e colaborar, desde que voltado para os problemas realmente do povo e do país”.¹¹⁷

Dois outros episódios relatados pelo *Última Hora* permitem entrever a tensão que parece ter atravessado toda a greve, entre uma tendência das “bases” de expandi-la e uma preocupação dos dirigentes em controlá-la.

¹¹⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 276ª sessão, 18 out. 1957, Vol 24, p. 20, 24, 25, 66.

¹¹⁷ “Vitória da unidade dos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 167, nov.-dez. 1957, p. 1.

No dia 22 de outubro realizou-se no Estádio Distrital da Mooca (antigo Hipódromo), cedido aos grevistas pelo Prefeito Ademar de Barros, a segunda das grandes assembléias conjuntas diárias, conforme previsto na programação. Cerca de 20.000 trabalhadores assistiam ao encerramento da assembléia quando um rumor percorreu a multidão: a convite de três tecelãs o general Porfírio da Paz aceitara participar de um piquete para paralisar um dos baluartes da resistência anti-grevista: a Cia Brasileira de Linhas para Coser (Linhas Corrente). Segundo a reportagem do *Última Hora*, quando o general e o Deputado Frota Moreira desciam do palanque, os operários e operárias começaram a gritar: “vão para a São Paulo Alpargatas!”, outra trincheira de oposição à greve. O comando de greve se encontrava numa sala reunido reservadamente quando o cortejo começou a marchar. Dante Pelacani e José de Araújo Plácido teriam saído correndo atrás da passeata, que acompanhava os carros do General Porfírio e de Frota Moreira, pegando carona em uma perua dos *Diários Associados* e conseguindo alcançar os carros na altura da rua Frei Gaspar. Ainda segundo o *Última Hora*: “Aí rapidamente combinaram e todos os diversos carros, como o do vice governador e do deputado federal, a perua da *Rádio Nacional*, o jeep dos *Diários Associados* atravancaram a rua impedindo que a imensa massa de trabalhadores prosseguisse caminho”. Dante Pelacani tomou um microfone com amplificador cedido pelo repórter da *Rádio Nacional* e determinou: “Desta esquina não passará ninguém”. Só o general Porfírio da Paz, o deputado Frota Moreira, a imprensa e os dirigentes sindicais iriam parlamentar com os diretores da empresa: “Trabalhadores: dêem-se as mãos e que ninguém passe”. Mesmo assim, muitos atropelaram o cordão de isolamento e cerca de quatro mil trabalhadores e trabalhadoras se reuniram em frente a São Paulo Alpargatas.

Os dirigentes sindicais e seus aliados parlamentaram, então, com altos funcionários da firma, que foram convencidos a permitir a paralisação dos trabalhos. O deputado Frota Moreira teria ameaçado: “São mais de 10 mil trabalhadores desejosos de paralisar a indústria, para acalmar a multidão, a fábrica deve parar”. A direção impôs uma condição: que os 1.000 dos 4.500 operários e operárias que ainda trabalhavam não sofressem agressões. Os sindicalistas convenceram a multidão a receber os recalcitrantes com palmas: “Depois de alguma espera, saíram as primeiras operárias, algumas chorando, outras

preocupadas e poucas rindo. Logo mais centenas e centenas de tecelãs deixavam a empresa, demonstrando grande curiosidade ou apenas sorrindo”.

Depois que as últimas operárias saíram, a multidão começou a se manifestar com entusiasmo. “Aqui e ali e *logo em vários pontos* vozes tentavam suggestionar: ‘vamos para outras fábricas’” [Grifo do autor]. Dante Pelacani, entretanto, não permitiu que o piquete prosseguisse: afirmou ter recebido comunicado de que outras empresas estavam também paralisando suas atividades, apelando, então, para que a manifestação se dissolvesse e todos voltassem para suas casas ou sindicatos. “Neste momento algumas vozes tentaram cobrir as palavras do orador, que de maneira firme colocou a seguinte questão: ‘Ou vocês me obedecem ou me destituem aqui’”, encerrando a celeuma.

A reportagem do *Última Hora*, fonte da narrativa apresentada anteriormente, sempre elogiando a prudência dos dirigentes sindicais, não deixa de revelar que a iniciativa de consolidar a greve com a paralisação da São Paulo Alpargatas e da Cia Brasileira de Linhas para Coser partiu de operárias apoiadas pela multidão reunida no estádio. O desejo de prosseguir empregando o método que se mostrara eficiente na São Paulo Alpargatas frustrou-se com a intervenção de um dirigente do comando de greve. Na ação de Pelacani parece manifestar-se tanto a cautela necessária para controlar excessos e evitar confrontos e violências, quanto a deliberação de impedir que a greve se generalizasse, indo além dos limites de uma luta por reajuste salarial e congelamento de preços.

No segundo episódio, também relatado pela reportagem do *Última Hora*, vemos um grupo de 250 piqueteiros postados diante de dois pelotões de choque da Força Pública que protegiam a Metalúrgica Souza Nochese. A atmosfera esquentava e delineava-se a possibilidade de confrontos. Dante Pelacani e o deputado Rocha Mendes foram, então, convocados e rumam para o local. Informa a reportagem:

Depois de muitos vais e vens o sr. Dante Pelacani tomou uma deliberação: parou um carro de praça que passava em frente à fábrica, ordenando que o chefe dos piqueteiros, Vitorino C. Meneguello, juntamente com ele e o deputado Rocha Mendes rumassem para o QG dos grevistas (...)

No trajeto até a sede dos têxteis, Pelacani explicava os motivos pelos quais um piquete deve ser pacífico. Porém, a verdade é que o sr. Vitorino Meneguello não se conformou...¹¹⁸

Portanto, a documentação evidencia uma ação da direção da greve no intuito de controlar tanto os piquetes formados espontaneamente e que tendiam a generalizar o movimento, quanto aquilo que se considerava como excessos dos piquetes reconhecidos pela Aliança. Nossa hipótese é que uma atmosfera de “motim da fome” tenha se produzido no decorrer da luta, tendo os piquetes como núcleos de sua organização.¹¹⁹

Sabemos que os “motins da fome” constituíram formas típicas de ação das multidões rurais e urbanas na Europa pré-industrial, tendo como alvo imediato os comerciantes e como método de ação as pilhagens e distribuição de alimentos ou a “taxation populaire”, isto é, a fixação de preços determinados pela tradição e pela suposta autoridade do rei. Tendiam a ocorrer em circunstâncias de escassez ou carestia. Georges Rudé situa o período mais intenso deste tipo de manifestação na Europa entre 1730 e 1840, tendendo a transformar-se e desaparecer com a consolidação da sociedade industrial, dos sindicatos, partidos operários e a difusão de idéias socialistas.¹²⁰ Embora tenham ocorrido motins em São Paulo (os “quebra-quebras”) no período enfocado neste estudo, estavam relacionados com problemas de transportes, como vimos no Capítulo 4. Por outro lado, faltam à Greve dos 400 Mil duas características básicas dos “motins da fome” típicos: a participação da “multidão” furiosa e ações de saques ou depredações contra alvos diretamente associados à distribuição de alimentos. Não se trata, portanto, de estabelecer analogias indevidas.

Ainda assim, o “modelo interpretativo” fornecido pelos “motins da fome” pode ser de alguma utilidade para tentarmos desvendar o mistério da ação dos “piquetes naturais”,

¹¹⁸ “Hoje o dia ‘D’ da batalha operária: CLÍMAX DA GREVE: PASSEATA, COMÍCIO E 6 ASSEMBLÉIAS!”. *Última Hora*, Nº 1.699, 24 out. 1957, 1º. Caderno, p. 5.

¹¹⁹ Devemos assinalar que esta hipótese padece de solidão no campo das interpretações sobre as ações dos “piquetes fantasmas” e da dinâmica do greve. Os autores vêem naqueles piquetes a ação de agentes infiltrados por empresas ou políticos. Cf.: NEGRO, A.L., Op. cit., p. 101, 123 e “Ordem aos piquetes: nada de violências”, *Última Hora* Nº 1.694, 18 out. 1957; a intervenção de agentes de João Goulart interessados em suscitar o descontrole da greve e a repressão do governo estadual, comprometendo a imagem de Jânio Quadros junto aos operários, Cf.: NEGRO, A.L. Op. cit., p. 104); um meio pelo qual os nordestinos “com suas peixeiras” teriam manifestado insatisfação contra os patrões, Cf.: FONTES, P., *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945-1966), p. 167); a ação de filiados do PTB em represália contra o afastamento de Mário Pimenta de Moura, Presidente da Comissão Executiva do Partido, da DRT (Dossiê DOPS 30-C-11641); possíveis agentes de interesses do consulado norte-americano, Cf: discurso do vereador João Louzada: Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 275ª sessão ordinária, 17 out. 1957, Vol 23, p. 407.

¹²⁰ RUDÉ, G. *A multidão na história*: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848, p. 22, 36, 116 e RALLE, M. “A festa militante: o espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha 1850-1920)”, In: BATALHA, C.H.M. et. al. (Org.) *Culturas de classe*, p. 89

uma vez que é notável na greve a presença de uma das causas do furor popular nos “motins da fome”: a crise de subsistência.¹²¹

Um aspecto pouco analisado pela bibliografia sobre a Greve dos 400 mil e o próprio período desenvolvimentista, relaciona-se com os efeitos sociais e políticos do persistente processo inflacionário. O discurso contra a fome e a carestia estavam presentes tanto na pauta de reivindicações da greve, quanto na própria denominação da aliança formada pelos sindicatos (*Aliança Inter-sindical por Aumentos de Salários e Contra a Carestia*) e, finalmente, nas bocas (e estômagos!) dos grevista.

Um lugar comum nos discursos dos vereadores a respeito da Greve dos 400 mil era a denúncia da situação de fome e miséria do operariado em oposição à ganância dos “tubarões”. Já no dia 15, quando a greve foi deflagrada, o vereador Agenor Mônaco, do PST, prestava solidariedade aos trabalhadores, declarando: “(...) quero, da tribuna desta Câmara (...) manifestar expressamente a minha solidariedade a esses trabalhadores. Não o faço por favor algum. Faço-o compreendendo a extrema situação de miséria, de carestia, de penúria em que vive o trabalhador honesto em nossa terra”.¹²² Na mesma sessão, o vereador João Louzada pronunciou discurso afirmando: “Quero inicialmente congratular-me com estes trabalhadores que, além de *defenderem um pedaço de pão a mais para os seus filhos*, estão dando uma demonstração de unidade e organização...” e o vereador Sebastião Marcondes, por sinal coronel do exército disse: “Pelo menos que este governo promova, nesta hora, o bem-estar daqueles que pedem um pouco mais de remuneração *para comprar também um pedaço de pão a mais para os seus familiares*.”¹²³ Esta mesma expressão, vale lembrar, foi empregada no Manifesto lido pelo presidente do Sindicato dos Gráficos à zero hora do dia 15 de outubro, quando a greve foi deflagrada: “Paralisamos o trabalho *porque lutamos por um pedaço a mais de pão para nossos filhos*. Paralisamos o trabalho porque os patrões, não querendo tocar em seus grandes lucros, nos negam a migalha que pedimos”.¹²⁴

A segunda característica específica da greve, a intensa disputa entre as autoridades públicas pela simpatia dos grevistas, acrescentou ao movimento, um equivalente a outro componente dos “motins da fome” clássicos: a “rebelião contra a autoridade”. Este traço

¹²¹ RALLE, N., Op. cit., p. 89.

¹²² Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 273ª sessão, 15 out. 1957, Vol 23, p. 277

¹²³ Ibid., p. 284.

¹²⁴ “Abala S. Paulo a greve geral desencadeada!”, *Última Hora* Nº 1.691, 15 out. 1957, 1º Caderno, p. 4

parece ter se manifestado, aqui, de uma maneira peculiar: os grevistas e a população logo perceberam tanto uma situação de grave divisão entre as autoridades, resultando na ausência de policiamento repressivo nos três primeiros dias (15, 16 e 17), quanto a busca ostensiva de uma aliança por parte de autoridades do porte de um governador e vice-governador de estado. Nossa hipótese é que a “quebra” simbólica ou real da autoridade, com o conseqüente recrudescimento da mobilização popular, verificada nos motins, teve seu equivalente na “Greve dos 400 mil” com a decisão tomada por Jânio Quadros, de transferir aos grevistas a incumbência da manutenção da ordem do movimento.

Em coletiva dada à imprensa no dia 14 de outubro, segunda-feira, no dia seguinte a realização da rodada de assembléias que decidira pela deflagração da greve a partir de terça-feira, o governador declarava: “Estou cientificado pelas autoridades de que a greve é legal e, por outro lado, os trabalhadores vêm declarando reiteradamente o espírito ordeiro que os inspira (...) a educação do proletariado paulista exige esse clima de responsabilidade consciente”. Maliciosamente o jornal *Última Hora*, alinhado com o PTB e João Goulart, dava à notícia a manchete: “Governador cruza os braços ante a greve”.¹²⁵ Prosseguindo com seus ataques, o jornal relatava na coluna “O dia do governador”: “Ontem, depois da entrevista do governador Jânio Quadros na qual quase se manifesta solidário com os grevistas, o Palácio Campos Elíseos ‘cheirava’ a greve por todos os cantos”. Remo Forli e Gabriel Grecco, do Sindicato dos Gráficos, teriam entrado pelo portão da residência do governador e palestrado com ele reservadamente. Teriam revelado à imprensa, apesar do pedido de sigilo (ou talvez do pedido de falar à imprensa simulando uma quebra de sigilo), que o governador teria recomendado: evitar qualquer distúrbio, manter uma greve pacífica, que os trabalhadores que aderissem permanecessem em casa e que os próprios trabalhadores policiassem a greve.¹²⁶

Embora muitas dessas informações não possam ser checadas, fatos mais palpáveis podem ser apresentados. Tanto o governador quanto o prefeito, Adhemar de Barros, prestaram solidariedade material à greve dos sapateiros, ocorrida pouco antes da Greve dos 400 Mil. O prefeito enviava gêneros alimentícios, enquanto o Departamento Social do Palácio dos Campos Elíseos prestava assistência médica.¹²⁷ Ao relatar sobre a assembléia

¹²⁵ *Última Hora* Nº 1.690, 2ª edição, 14 out. 1957, p. 2.

¹²⁶ “Dia do governador”, *Última Hora* Nº 1.691, 15 out. 1957, 1º Caderno, p. 3.

¹²⁷ “Passeata da fome pelo centro”, *Última Hora* Nº 1.683, 5 out 1957, 1º Caderno, p., 6

geral dos metalúrgicos realizada no dia 06 de outubro, o agente do DOPS anotava que o plenário manifestara agrado pela atitude do governador do Estado, mandando a Assistência Social do Palácio dar ajuda às famílias dos grevistas sapateiros, “o que é uma garantia para as famílias de integrantes de futuros grevistas de outras categorias”.¹²⁸ Outro registro policial, sobre a assembléia metalúrgica de domingo, 13 de outubro, quando foi aprovada a greve, assinala o informe de José Bustos e Fortunato Martinelli, dirigentes do sindicato, segundo o qual, em entrevista com Jânio Quadros, o governador lhes teria proposto que recebessem bem o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso que, como vimos, reuniu-se com os sindicalistas no dia 11. Caso não chegassem a um acordo, Jânio Quadros comprometia-se a apoiar o movimento e a campanha salarial. Alguns dias depois, a 16 de outubro, portanto um dia após o início da greve, Dante Pelacani teria informado no QG dos grevistas que o governador os autorizara a informar o número ou traços fisionômicos de guarda civis, investigadores ou soldados da Força Pública, “sempre que acontecesse intromissão de tais elementos nos trabalhos de líderes grevistas”.

A ausência de policiamento nos primeiros dias de greve foi registrada pela pesquisa de Fábio Munhoz, segundo o qual Jânio Quadros teria declarado: “O governo não é guarda pretoriana do poder econômico”, como também pela reportagem do *Última Hora*. Na edição vespertina, saída no próprio dia 15, era noticiado: “Com policiamento praticamente inexistente, a greve geral deflagrada à zero hora de hoje decorreu pacificamente”. Ao relatar sobre a ação de um piquete na indústria Matarazzo da avenida Celso Garcia, o jornal observava que muitos operários aderiam à greve, entretanto “outros se mostravam receosos, mas um carro de polícia que passou pelo local, apenas olhou e partiu, parece ter dado ânimo a estes que, então, ficaram de fora também (...)”.¹²⁹

Outra notícia, também de difícil confirmação, informa sobre a presença de Paulo Marzagão, ex-Delegado Regional do Trabalho e classificado como “homem de confiança de Jânio Quadros nos meios sindicais” em “reuniões secretas de líderes sindicais”, tendo sido “assíduo freqüentador do QG dos grevistas”.¹³⁰ Por sua vez, o vice-governador Porfírio da Paz, como vimos, além de participar de passeatas, piquetes e assembléias de greve,

¹²⁸ Dossiê DOPS 30-Z-130-57

¹²⁹ “Progride o movimento paredista no Estado”, *Última Hora* Nº 1.691, 15 out. 1957, 2ª edição, p. 1.

¹³⁰ “Vitória de Jânio a queda de Pimenta de Moura”, *Última Hora* Nº 1.692, 16 out. 1957, 1º Caderno, p. 4

arrecadou entre amigos Cr\$ 25.000,00 e doou-os ao fundo de greve, tendo recebido, por isso, o título de “Presidente de Honra” do movimento.¹³¹

Todo este relato permite-nos deduzir que tanto os dirigentes quanto os próprios operários de base receberam fortes sinais de que altas autoridades apoiavam decididamente a greve e, por alguns dias, alastrou-se a sensação de que a cidade era dominada pelos grevistas. É, assim, provável, que piquetes às vezes multitudinários, soltando foguetes e recebendo apoio da população que passava em suas “conduções repletas”,¹³² sentido-se seguros o suficiente para requisitar caminhões particulares no meio da rua,¹³³ tenham atraído a participação de setores populares não vinculados aos sindicatos ou categorias envolvidas no movimento.

A nossa segunda hipótese é que os episódios violentos verificados decorreram, em sua maioria, de enfrentamentos entre os piquetes e os seguranças particulares em firmas maiores ou os próprios empresários nas menores. É isto o que começa a ocorrer desde o primeiro dia de greve. Já no dia 16, *Última Hora* registra que o movimento estava se alastrando e a ação dos piquetes se avolumava e os mesmos se tornavam mais numerosos e agressivos. No dia anterior, piquetes teriam sido repelidos à bala e teriam ocorrido depredações.¹³⁴ Na fábrica Steel-Bronze do Brasil, na Barra Funda, dois operários foram atingidos. No dia seguinte, novas notícias com o mesmo teor. Um piquete teria sido recebido a tiros em uma tecelagem em Santo Amaro. Na Indústria Têxtil Gabriel Calfat, o operário João Herculano de Oliveria foi atingido por disparos efetuados pelo porteiro Lindolfo Francisco. Os operários Luís Leite Siqueira, solteiro, 21 anos, foi atingido por tiros num terceiro piquete, em Utinga, Santo André, tentando paralisar a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), e no Largo 13 de Maio foi atingido o operário José Ferreira, de 30 anos, solteiro, residente em Santo Amaro, quando também participava de um piquete.¹³⁵ Na Vemag, no Ipiranga, dois operários grevistas foram atingidos por pedras na cabeça durante eventos classificados pelo jornal como “depredações da Vemag”.¹³⁶ Na Ford, o piquete não se intimidou e teve êxito na paralisação do trabalho, apesar de guardas

¹³¹ “Ajuda aos grevistas”, *Última Hora* Nº 1.697, 22 out. 1957, 2ª edição, “Coluna Dia do Governador”.

¹³² “Progride o movimento paredista no Estado”, *Última Hora* Nº 1.691, 25 out. 1957, 2ª edição, p. 1.

¹³³ “Adesão em massa à cerrada parede!”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 12.

¹³⁴ “Industriais pedem proteção de tropa do II Exército”, *Última Hora* Nº 1.692, 16 out. 1957, 1º Caderno, p. 3.

¹³⁵ “Saraivada de balas desfez o ‘piquete’”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 2.

e mesmo operários se apresentarem armados de revólveres, segundo a reportagem do jornal *Última Hora*.¹³⁷

O jornal *O Metalúrgico* recorre a duas explicações para os enfrentamentos violentos nos piquetes. A primeira vai ao encontro da argumentação que acabamos de apresentar: “Onde tem havido incidentes, a culpa tem sido dos patrões e das polícias particulares das empresas que atiram nos trabalhadores”. A segunda reforça a tese da infiltração patronal. A partir do segundo dia de greve, que atingia 95% das categorias envolvidas, os patrões passaram a receber os piquetes a tiros e teriam iniciado uma manobra “para colocar a greve na ilegalidade”, estimulando quebra-quebras no perímetro fabril, recorrendo a “agitadores, marginais contratados e aproveitadores baratos”.¹³⁸

Portanto, a dinâmica da própria greve se mostrou suficientemente carregada de elementos explosivos para que tenhamos que recorrer a hipóteses conspirativas para explicar os confrontos com os piquetes. Assim, quando, no dia 16, 40 agentes do DOPS receberam, no QG da greve, o pedido dos grevistas “para combater os elementos que se infiltram nos piquetes com o intuito de provocar badernas, prejudicando sensivelmente o movimento e contrariando determinações sindicais”, estavam, talvez, sendo acionados mais contra setores populares que encontravam nos piquetes um meio de expressar sua fúria, do que contra agentes patronais infiltrados.¹³⁹

Esta hipótese parece coerente com as conclusões apresentadas pelos estudos sobre quebra-quebras e motins populares no Brasil. Um dos principais estudos classifica os quebra-quebras como “formas peculiares de intervenção social e política de alguns setores das classes populares urbanas brasileiras”.¹⁴⁰ Analisando o quebra-quebra de ônibus e bondes em 1947, José Álvaro Moisés classifica os setores sociais participantes: “a composição social das multidões enfurecidas é dada pelos escalões mais baixos da pirâmide social que compõem a estrutura social das cidades. São os operários de baixa qualificação,

¹³⁶ “Dois grevistas feridos”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 7.

¹³⁷ “Adesão em massa à cerrada parede!”, *Última Hora* Nº 21.693, 17 out 1957, 1º Caderno, p. 12.

¹³⁸ “Vitória da unidade dos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 167, nov.-dez. 1957, p. 1

¹³⁹ “Nada resolvido na Junta de Conciliação”, *Última Hora* Nº 1.693, 17 out. 1957, 1º Caderno, p. 3

¹⁴⁰ VALLADARES, L.P., “Os quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro”, In: MOISÉS, J.A. et. al. *Cidade, povo e poder*, p. 77

os pequenos funcionários e o que, em linguagem comum, designa-se como a ‘baixa classe média’”.¹⁴¹

O dilema entre “ações civilizadas” dos movimentos populares e “selvagerias” não era novo e já se apresentava nas lutas contra a carestia de 1912, analisadas por Raquel Rolnik de forma percuciente. Lembra a autora que quando o movimento “ganhava as ruas” provocava uma espécie de “encontro/articulação” de práticas de oposição de vários grupos: libertários, imigrantes frustrados em seu desejo de “fazer a América”, pequenos proprietários urbanos, operários descontentes e a ralé “que entrava no movimento com violência”. De acordo com a autora, a ralé “não formulava discurso algum, não propunha modelos de organização nem traçava qualquer tipo de plano; no entanto, sua ação violenta marca sua posição de oposição”. Ainda segundo Rolnik, a ação repressiva agia no sentido de marcar as diferenças existentes no conjunto heterogêneo do movimento, “sugerindo ações ‘civilizadas’ e condenando ‘selvagerias’”. Deste modo, os grupos que condenavam a violência e o roubo estabeleciam uma zona de identidade com princípios ético-políticos da ordem social dominante.¹⁴²

O outro lado da questão também deve ser considerado. O sucesso da greve dependeu de sua legitimidade junto a uma ampla parcela da opinião pública, o que se manifestou no fato de ter conquistado foros de legalidade, mesmo estando ainda em vigência o Decreto 9070, antigreve. Na tribuna da Câmara Municipal, por exemplo,

¹⁴¹ MOISÉS, J.A., “Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947”, In: MOISÉS, J.A. et. al. *Cidade povo e poder*, p. 62. Sobre os quebra-quebra de 1947, ver também as conclusões de Adriano: *Cultura popular e cultura política no pós-guerra...*p. 43 e 66.

¹⁴² ROLNIK, R. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”, In: KOWARICK, L. (Org.), *As lutas sociais e a cidade*, p. 88 e 89. Poderiam ser lembradas, também, como referências para a análise, as considerações de outros autores sobre o lugar da “ralé” urbana na era populista. Bondouki, por exemplo, lembra que “assim como excluiu o trabalhador rural, o Estado [populista – Nota do Autor] os trabalhadores informais urbanos, que permaneceram sem direitos sociais” – vindo a constituir, estes trabalhadores informais, parte da “ralé”. BONDOUNKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*, p.110. Adriano Duarte lembra que, no Estado Novo, os pilares da cidadania eram a regulamentação profissional, o sindicalismo público e carteira de trabalho. Os desempregados, portanto, caíam numa espécie de “limbo social”, privados de cidadania, pois esta definia-se por um sistema de estratificação profissional e não por um código de valores políticos. DUARTE, A.L. *Cidadania e exclusão*, p., 117. Finalmente, Darcy Ribeiro, embora atribuindo a “ralé urbana” uma idealizada condição de “fator dinâmico fundamental da revolução latino-americana”, formula algumas críticas pertinentes ao relacionamento estabelecido entre a esquerda e esses setores: “De fato, sua incapacidade de estabelecer comunicação com estas camadas marginalizadas e suas dúvidas de que elas possam ser ativadas para qualquer tipo de ação revolucionária, leva também as esquerdas a excluí-las de seu horizonte de mobilização política”. Cf.: RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina: estudos de antropologia da civilização*, p. 87, 96 e 231).

nenhum vereador pôs em dúvida a legalidade da parede.¹⁴³ Todos, porém, condicionavam a solidariedade ao movimento à preservação de ser caráter “ordeiro e pacífico”. O governador Jânio Quadros, inicialmente tão simpático ao movimento, rompe com a direção da Aliança Intersindical no dia 18 de outubro, pressionado por empresários, governo federal, e dizendo-se traído pelos sindicalistas que não teriam evitado “excessos” e “baderna”. Imediatamente um forte contingente policial saiu às ruas, com orientação para reprimir com “energia e vigor” violências e depredações.¹⁴⁴

Uma outra dimensão do problema é lembrada por Negro: não se tratava de “uma greve geral revolucionária” e caso os dirigentes sindicais se mostrassem incapazes de obter um acordo salarial favorável, na hora em que a multidão voltasse às fábricas “os trabalhadores iriam se perguntar pelo reajuste salarial e, então, reclamariam muito caso seus líderes não tivessem conduzido direito uma simples tratativa entre capital e trabalho”.¹⁴⁵

Sintetizando, pode-se dizer que se delineava o seguinte quadro: a deflagração de uma greve geral envolvendo seis grandes categorias ganha traços de “motim da fome” e mobiliza, pela ação dos piquetes, tanto as categorias integrantes da aliança de greve, quanto outras categorias e setores populares descontentes com o desemprego, condições de consumo e de vida urbana. A greve recebe, inicialmente, apoio, consentimento ou solidariedade de autoridades públicas (vereadores, prefeito, governador, vice-governador, delegado do trabalho), condicionado à manutenção do caráter “pacífico e ordeiro do movimento”. Os dirigentes sindicais são obrigados a fazer uma escolha: ou empenhar-se em manter estritamente o formato e as metas iniciais do movimento – obter o reajuste de 45%, o congelamento de preços e limitar a greve à participação exclusiva das categorias inicialmente envolvidas – ou esforçar-se por ampliar o movimento e postular-se como direção de uma nova dinâmica e de um novo arco de alianças. Esta segunda opção implicaria em transformar a greve das seis categorias em greve geral por reajuste de salários, acrescentar no eixo de lutas medidas contra o desemprego e medidas efetivas –

¹⁴³ Ver, por exemplo, os discursos de Archimedes Lamoglia (PRP) no dia 15/10/57, Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo, 273ª sessão, Vol 23, 15 out. 1957, p. 277; de José Aranha (PR), no mesmo dia; de Thimótea Spínola (PSD), no dia 24/10/57, Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo, 280ª sessão, 24 out. 1957, Vol 24, p. 313; de José Diniz (PTB), no dia 16/10/57, Anais da Câmara dos Vereadores, 274ª sessão, 16 out. 1957, Vol 23, p. 388; de Modesto Guglielmi (PDC), no mesmo dia; de Paulo de Tarso (PDC), no mesmo dia; de João Louzada (PSP), no mesmo dia.

¹⁴⁴ “Blitz perigosa”, *Última Hora* Nº 1.694, 18 out. 1957, 1º Caderno, p. 3, “Coluna Dia do Governador”.

¹⁴⁵ NEGRO, A.L. Op. cit., p.123.

que já vinham sendo debatidas nas convenções contra a carestia – contra o desabastecimento e a carestia e, finalmente, desenvolver e fortalecer o caráter do PUI como amplo plenário popular, direção das diversas lutas, ou desdobrá-lo em duas organizações: uma central sindical e um plenário popular.

Parece localizar-se aqui, na dificuldade do movimento sindical representar uma direção para a luta por reformas sócio-econômicas e políticas a limitação do sindicalismo de então, mais do que no caráter “fortemente cupulista e burocrático” dos sindicatos, como tentou argumentar Fábio Munhoz em seu estudo clássico sobre a greve.¹⁴⁶ O autor tentou ver na greve um “ponto de inflexão” no movimento sindical de São Paulo, a partir do qual a aliança entre comunistas e janguistas se consolidaria e bloquearia as possibilidades abertas em 1953. O autor apresenta como um dos “sintomas” da “inflexão” o alinhamento de lideranças sindicais na defesa de apoio governamental à indústria nacional – contraditoriamente o setor mais duro nas negociações salariais.¹⁴⁷

Porém, o que a Greve dos 400 mil parece revelar não é um sindicalismo “cupulista e burocrático”, uma vez que, por exemplo, realizaram-se assembleias gerais diárias de 21 a 23 de outubro com mais de 50 mil participantes no “Hipódromo da Mooca”, e a greve foi garantida pela mobilização de base dos piquetes. A aliança PCB-PTB no movimento sindical tampouco foi um entrave absoluto ao desenvolvimento das lutas – representando também um eixo mobilizador contra os setores católicos de direita e “ministerialistas”. A limitação principal do movimento sindical de então parece ter algo em comum com o sindicalismo de tempos mais recentes e mesmo de outras sociedades menos marcadas pelo corporativismo: o amesquinhaamento das possibilidades abertas por toda luta sindical ampla e vigorosa de afirmação da classe trabalhadora como direção de um conjunto de outras lutas que para ela tendem a convergir. A continuidade e organização desse processo de mobilização popular parece pedir do movimento sindical a capacidade de articular um arco de compromissos pelas bases: com estudantes, donas-de-casa, setores de classe média dos

¹⁴⁶ Cabe registrar que Fábio Munhoz desenvolvia pesquisa pioneira sobre a greve dos 400 mil, com vistas a elaboração de dissertação de mestrado sob orientação de Francisco Weffort, quando foi vitimado por um câncer, deixando sua obra inacabada. Teve tempo, porém, de publicar um artigo que incorporou-se como referência obrigatória à bibliografia sobre o movimento sindical no período. O Fundo Fábio Munhoz, integrante do CEMAP, é constituído, em parte, pelo rico material de pesquisa colhido e organizado pelo autor para o seu mestrado. Podemos encontrar inúmeros recortes de jornal, entrevistas com chefes de piquetes, gráficos e anotações.

¹⁴⁷ MUNHOZ, F.A., “Sindicalismo e democracia populista – A greve de 1957”, *Caderno CEDEC* N° 2, p. 24.

bairros em luta pelo direito à cidade, profissionais liberais e designar suas demandas com nomes, consignas, que, de forma geral, poderíamos chamar de “reformas sociais”, ou “reformas de base”.

Nesse processo, poderiam caber compromissos circunstanciais e bem definidos com setores da indústria nacional em crise – como era o caso da indústria têxtil em 1957 - por medidas de política industrial, sem que isto se transformasse em substância de uma “linha” que substituísse a afirmação da classe trabalhadora como direção pelo seu apoio à burguesia nacional ou ao exército como se esses sujeitos pudesse constituir-se como direção das reformas sócio-econômicas e “morais” que o tempo histórico demandava.¹⁴⁸

5.5. A luta pelo pagamento

Os sindicatos obtiveram 25% de reajuste por decisão do TRT. A resistência patronal, entretanto, especialmente no setor têxtil, foi grande. O Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) contra a sentença do TRT,¹⁴⁹ resolução já anunciada em uma mesa de negociações na DRT realizada no dia 20 de novembro.¹⁵⁰ No decorrer da greve, os representantes da indústria têxtil já haviam demonstrado a maior intransigência, alegando a situação de crise do setor. Além da via judicial, outros recursos menos lícitos também foram empregados para anular os efeitos do reajuste: troca dos títulos dos tecidos que definiam os valores da remuneração do trabalho “por peça”, diminuição das tabelas com a remuneração correspondente a cada artigo, imposição de acordos de demissão com desistência de direitos e recontração com salários inferiores, transferência de operários, de uma unidade da empresa para outra, longe de sua residência, caso não aceitassem os acordos.

Um dia após o encerramento da greve, já haviam começado as demissões nos vários ramos industriais envolvidos: 40 demitidos na Litográfica Ipiranga, demissão de todos os operários na Tecelagem Rainha, inclusive do gerente, no setor metalúrgicos seis empresas não permitiram que seus empregados retornassem ao trabalho, praticando *lock-out*. Remo Forli clamava, inutilmente, pela prisão dos empresários, com base do Decreto 9070,

¹⁴⁸ Emprego o conceito de “reformas morais” no sentido gramsciano, de constituição de uma nova ética social..

¹⁴⁹ COLISTETE, R. Op. cit., p.. 53.

¹⁵⁰ Dossiê DOPS 50-Z-325, p. 746.

tentando virar o feitiço contra o feiticeiro.¹⁵¹ O Sindicato dos Têxteis instaurou processo junto a DRT contra as demissões, com o apoio do delegado, Dr. Mário Emílio da Cunha que, em reunião em novembro, havia asseverado ser o aumento salarial “categórico e justo, não se justificando, conseqüentemente, a recusa por parte dos patrões, a não ser que estes provem, com documentos, insuficiência econômica das indústrias”.¹⁵² Teve início uma série de greves por empresa, especialmente no ramo têxtil: Tecelagem Calux, Beneficiadora Nacional de Tecidos, Aziz Nader, Cia Paulista de Aniagem e Tecelagem Odete foram alguma das atingidas.

Afinal, no dia 13 de janeiro de 1958, foi julgado no TST o recurso dos empresários referente aos dissídios dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, têxteis e gráficas e no dia 15, referente às indústrias de calçado, couros e papel e papelão. Em ambos os casos, a mesma decisão: o percentual de reajuste era reduzido de 25% para 18% e estabelecido o teto de Cr\$ 1.500,00. O vice-presidente dos metalúrgicos previra a iminente derrota em dezembro de 1957, quando comentou em reunião da diretoria da entidade: “a questão do aumento está perigando”, pois o SEPT (Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho) dava um índice de aumento do custo de vida de 15,4% de agosto de 1956 a outubro de 1957.¹⁵³

Na manhã do dia 15 uma comissão de líderes sindicais, dentre eles Remo Forli e José Bustos, dos metalúrgicos, Luis Tenório de Lima, dos trabalhadores em laticínios, Artur Avalone, da Federação dos Têxteis e Artur Lourenço, do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres em Fiação e Tecelagem, esteve com Juscelino Kubitschek, para protestar contra a decisão do TST por basear-se em índices de inflação fornecidos pelo Ministério do Trabalho não condizentes com a realidade.¹⁵⁴ Ouviram do presidente o apelo para não desencadearem nova greve, pois não seria legal. A ameaça de greve geral no dia 15, afinal, não se realizou.

5.6. A Greve pelo 13º

¹⁵¹ “Terminada a greve, a ofensiva patronal: DEMISSÃO EM MASSA CONTRA OS 25%”. *Última Hora*, Nº 1.700, 25 out. 1957, 2ª. Edição, 1º. caderno, p. 4.

¹⁵² Dossiê DOPS 30-C-1-11641 e 50-Z-315.

¹⁵³ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 18 dez. 1957, p. 2-verso.

¹⁵⁴ Na assembléia metalúrgica realizada no dia 13/10/57, quando foi aprovada a greve, José Albertino Rodrigues, Diretor Técnico do DIEESE, apresentou explanação na qual repudiou as estatísticas do governo que davam um índice de aumento do custo de vida de 11%, enquanto o percentual correto estaria acima dos 30%. Cf: Dossiê DOPS 30-Z-130-57.

O 13º salário é um desses casos de reivindicação surgida no chão da fábrica, legitimada nas relações costumeiras entre patrões e empregados em algumas firmas, transformada em lei às custas de greves, demissões, abaixo assinados, prisões e cuja memória é depois ofuscada pelo brilho da lei que, supõe-se, como toda lei, deve ter sido iniciativa de algum presidente, deputado ou senador.

Estas considerações, porém, não se aplicam à velha geração de metalúrgicos e têxteis que guarda com orgulho o mérito de ter participado da luta pela obrigatoriedade do pagamento do “abono de natal”, que se transformou no 13º salário. É como se preservassem condecorações invisíveis, evocadas em situações especiais, com frases simples e seguras. Miguel Terribas, torneiro mecânico da siderúrgica Aliperti, revelou-nos:

A Globo foi um dia desses fazer uma reportagem sobre os 450 anos de São Paulo e eu saí na reportagem. Justamente eu falei mais ou menos isto: “Olha, as conquistas que eu participei foram: descanso semanal remunerado, décimo terceiro, que todo mundo recebe e as férias de trinta dias”...fora outras coisinhas aí...

João Miguel Alonso também se lembrou com orgulho da luta pelo 13º e reproduziu a argumentação empregada nas negociações com os patrões:

O 13º. salário, a maior parte do nosso povo, ignora, saiu do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pode confiar com toda a consciência no que eu estou falando. Toda a vez que nós abrimos qualquer negociação de fim de ano com os patrões, nós encaixávamos o 13º, porque sabe o que acontecia naquela época? Os patrões ganhavam aquele dinheiro no fim do ano, tudo, chegava e dava um panetone e dava uma garrafa de vinho ruim pro cara. Então nós mostramos a realidade: o trabalhador também precisava passar um natal melhor, nós sempre levantávamos esse problema desde antes: o trabalhador, no fim de ano, precisava comprar um sapato melhor pro filho, precisava comprar um vestido para mulher. “Oh, meu Deus do céu, vocês têm que entender, vocês não vão dar a empresa para eles, vocês vão dar apenas o essencial para esse coitado viver, passar um natal melhor com a família (...)”

Embora fosse um recurso retórico afirmar “vocês não vão dar a empresa para eles”, de fato a reação patronal às tentativas de legalizar o “abono de natal” não escondiam a decisão de preservar tanto quanto possível a autonomia empresarial relativamente à gestão de sua propriedade e negócios, repelindo interferências do poder público. A FIESP recomendava que seus membros pagassem voluntariamente o abono, em um boletim de dezembro de 1961, divulgado após a greve geral do dia 13, mas não admitia a aprovação do

Projeto de Lei 440/50, do deputado Aarão Steinbruch, em tramitação no Congresso, acusando o governo federal de demagogia por apóia-lo.¹⁵⁵

Um vereador da UDN, Eduardo de Souza Queiroz¹⁵⁶, no dia da greve geral pela aprovação do 13º, defendia o mesmo ponto de vista no plenário da Câmara:

Há alguns anos tive uma pequena indústria e, durante muito tempo, lutei para conseguir ganhar alguma coisa com ela. Anos seguidos tive prejuízos, embora os operários que nela trabalhavam sempre recebessem seus ordenados (...)

Este salário, este abono de Natal, não é justo, porque para o aumento do custo de vida, segundo o que se alega, existe o salário mínimo e os reajustes. Se não está certo, reajuste-se, mas esse salário, não previsto para uma indústria que não tenha capacidade de concedê-lo, é uma forma de levar-nos a um desastre e talvez a uma situação grave.¹⁵⁷

Antes de ser objeto do Projeto de Lei do deputado Aarão Steinbruch, a gratificação natalina fora tratada em outro projeto, do deputado Muniz Falcão, que tramitou na Câmara em 1951, tendo recebido um parecer da Comissão de Constituição classificando-o como inconstitucional “por considerar a maioria dos membros daquele órgão que a Constituição Federal não permite a interferência do Estado nos encargos financeiros de particulares”, numa visão estritamente liberal, que fazia lembrar os argumentos dos industriais contra a legislação trabalhista na República Velha.¹⁵⁸ Antes, porém, de ser levada ao Legislativo, a

¹⁵⁵ WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 240 e 341.

¹⁵⁶ Eleito suplente na 4ª Legislatura (1/1/160 a 31/12/63) e na 5ª. (1/1/64 a 31/12/69), engenheiro civil, nascido em Limeira em 1912.

¹⁵⁷ Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo, 235ª sessão, 13 dez 1961, Diário Oficial do Estado, p. 50.

¹⁵⁸ “Abono de Natal permanente aos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 115, dez. 1952, p. 9 e “Abono de Natal aos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 92, dez. 1950, p. 8. Como lembra Luiz Werneck Vianna, de 1891 a 1919 “(...)a classe operária brasileira se viu como força isolada no mercado, ausente da vida legal (...)” “(...)boa parte de sua movimentação organizada esteve precisamente localizada no esforço de romper o estatuto da ortodoxia liberal da ordem inclusiva. Um dos fins de sua ação se dirigia a torna-la permeável à admissão de dispositivos regulamentadores no uso do mercado do fator trabalho”. VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*, p. 49. Ainda segundo o autor O Código Civil Brasileiro, de 1916, “(...)confirmará a filosofia da Constituição, subordinando os contratos de trabalho à seção pertinente à locação de serviços, vale dizer, compreendendo-os sob a concepção do contratualismo individualista”. Cf., p. 50. A campanha pela transformação do abono de natal em lei, e especialmente a greve geral de 13/12/61, talvez em decorrência do contexto político em que ocorreu, parece ter, de fato, desencadeado uma espécie de estado regressivo político-psicológico no empresariado paulista. Comentando sobre a decisão dos industriais, proclamada na declaração “A Indústria Paulista à Nação”, de fechar as fábricas no dia da greve, caso o governo não demonstrasse condições de garantir a integridade física dos seus operários e do patrimônio, Bárbara Weinstein escreveu: “Com essa afirmação, a liderança da FIESP articulou posições notavelmente semelhantes às suas posições pré-1930: ela pedia a ajuda da polícia e questionava as ‘reais’ vantagens mesmo de benefício sociais básicos”. Cf.: WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 414, nota 124.

reivindicação da gratificação legitimou-se ao longo dos anos, assumindo formas diversas, moldada pelas mãos de diferentes sujeitos.

Os primeiros registros de que temos notícia falam de greves e demandas pelo abono natalino em 1921 na Cia Paulista de Aniagem e na indústria Mariângela.¹⁵⁹ Em 1944 ocorreu uma greve geral pelo seu pagamento em Santo André, uma vez que fora concedido aos operários da Pirelli em 1943. Na onda de greves que se alastrou de dezembro de 1945 a março de 1946, a luta pelo prêmio de final de ano era a principal reivindicação na maioria delas, envolvendo categorias como ferroviários da Sorocabana, trabalhadores da Light, tecelões, metalúrgicos, gráficos e químicos em São Paulo.¹⁶⁰ Jover Telles registra que, em 1951, 19 empresas metalúrgicas tiveram seus trabalhos paralisados pelo pagamento do abono de natal.

A mobilização pelo abono foi retomada por metalúrgicos e têxteis em novembro de 1952. Os metalúrgicos decidiram declarar-se em “assembléia permanente para consecução do abono de natal”¹⁶¹ e em outubro do ano seguinte a organização intersindical que vinha se articulando após a Greve dos 300 Mil, resolveu desencadear uma campanha por um mês de salário como abono de natal, envolvendo metalúrgicos, têxteis, bancários, gráficos, marceneiros, vidreiros, padeiros, sapateiros, comerciários, ferroviários e outros sindicatos, num total de 19.¹⁶²

No percurso do chão da fábrica até o seu reconhecimento como direito, a reivindicação da gratificação natalina não foi tangida apenas por greves e confrontos. Outras práticas mais persuasivas foram empregadas, apelando-se ao sentimento cristão dos empregadores, aos valores da harmonia social e ao bem-estar da família, como aliás, sugere o depoimento de João Miguel Alonso, citado.

Por volta do mês de outubro de cada ano, os sindicatos começavam a enviar às empresas circulares apelando para o pagamento do abono. Na Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 17 de setembro de 1952, obtemos a informação

¹⁵⁹ WOLFE, J. Op. cit., p. 32.

¹⁶⁰ COSTA, H., Op. cit., p. 15, 53 e 56. Não parece ser de todo correta a afirmação de Márcia Mendes de Almeida de que o abono de natal era “antiga reivindicação que surgiu em São Paulo no surto grevista de 1945-1947...” ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 200.

¹⁶¹ “Necessitamos novamente de um reajustamento de salário”, *O Metalúrgico* Nº 115, dez., 1952, p. 1

¹⁶² CHEMP, E., “A intersindical e a luta pelo abono de Natal” *O Metalúrgico* Nº 125, out. 1953, p. 3

de que, no ano anterior, tal procedimento alcançara “resultados compensadores”.¹⁶³ Em reunião do dia 4 de novembro do mesmo ano, os têxteis resolveram fazer a mesma coisa.¹⁶⁴

Podemos ter uma idéia do teor dessas circulares por um artigo publicado em *O Metalúrgico* de novembro de 1951 no qual o conteúdo de uma delas é reproduzido. Alguns argumentos apresentados já vinham sendo desenvolvidos em artigos ou telegramas enviados às autoridades anteriormente. Por exemplo: alegava-se que o pagamento do abono era uma forma de antecipar o direito à participação nos lucros das empresas, reconhecido pela Constituição de 1946 e ainda não regulamentado. Buscava-se, assim, a cobertura legal para uma demanda em um dispositivo constitucional que tratava de outro assunto e vinha sendo descumprido. O argumento fazia dos trabalhadores credores de um direito ao invés de pedintes. Outro argumento mexia com o fantasma da convulsão social, um dos componentes da ideologia do Estado Novo e da “Guerra Fria”:

Na época em que atravessamos [sic], já com o início de graves perturbações sociais que afetam alguns Países do mundo (...) o povo brasileiro, pelo procedimento dos seus dirigentes responsáveis, políticos e administrativos, tem dado um esplêndido exemplo, procurando sempre suavizar as dificuldades das classes menos favorecidas (...)

Assim, o ideal da “paz social”, tão lembrado pelo empresariado em situações de greves, era agora implicitamente evocado para cobrar-lhes a contrapartida.

Outro raciocínio, mais contundente, apresentado no mesmo artigo, lembra os “lucros magníficos” auferidos pelo empresariado, como prova de sua aptidão para pagar o abono e, também, do merecimento dos operários.¹⁶⁵ Também era lembrado o fato de que o pagamento do bônus tornara-se “uma *tradição* e todas as empresas o vem concedendo independentemente de qualquer *formalidade*” [Grifo do autor]..

Outra linha argumentativa apelava para o sentimento cristão do empresariado. Em janeiro de 1951, um artigo de Cíndia Peraz Forgado, ainda em *O Metalúrgico*, lembrava:

Findou-se 1950! O corpo trabalhista acha-se exausto por nova e rude etapa de labor! Quão grato lhe seria o refrigério de uma expressão amiga

¹⁶³ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 set. 1952, p. 52.

¹⁶⁴ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 nov. 1952, p. 173.

¹⁶⁵ “Abono de Natal para os metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 102, nov. 1951, p. 12. O Jornal *O Metalúrgico* publicava, freqüentemente, quadros com os lucros anuais das empresas do setor. O efeito negativo da simples divulgação dos altos lucros para a imagem do empresariado em uma conjuntura de escassez e gêneros de primeira necessidade e baixos salários pode ser avaliado pelo fato de que em 1947 a FIESP pressionou a imprensa para que parasse de publicar matérias sobre os lucros da indústria. WOLFE, J., Op. cit., p. 133.

e suplementar oferta monetária: o abono de natal, por seus empregadores; e apenas o silêncio os acolheu.

(...)

Avante empregadores de São Paulo. A tribuna da justiça está vazia! Subi e oferta-lhes a frase agradecida que aquece o coração (...) Dentro de vós, qual subirá primeiro para honrá-la e receber dos céus o doce olhar de Deus?¹⁶⁶

Outro método empregado na luta era a elaboração de abaixo assinados – denominados “listas” – que percorriam as fábricas, sendo depois encaminhados à FIESP. No Sindicato dos Metalúrgicos há registro da aprovação de tal encaminhamento em novembro de 1952,¹⁶⁷ em outubro de 1953 – quando foi resolvido elaborar uma “lista-monstro”¹⁶⁸ – em dezembro de 1954,¹⁶⁹ em dezembro de 1955.¹⁷⁰ O mesmo procedimento foi registrado em ata de assembléia geral têxteis de dezembro de 1955.¹⁷¹

Também se lutou, sem sucesso, para incluir o pagamento do abono de natal como cláusula dos acordos salariais de têxteis e metalúrgicos.¹⁷²

É interessante observar como, em novembro de 1952, o abono já era tratado nas assembléias metalúrgicas como uma questão de direito, envolvendo noções de dignidade e honra, e não mais como uma dádiva dos patrões, a ser obtida mediante apelos a seus sentimentos caritativos. O operário Albertino Diniz da Silva pediu a palavra para discordar da forma como a questão era tradicionalmente encaminhada: “Todos nós ansiamos por esse abono de natal. Entretanto nós, em assembléia, pedirmos à Diretoria para pedir aos patrões não tem sentido”. O metalúrgico José Riverti, por sua vez, propôs a organização das “listas” e a formação de uma comissão de seis membros para coordenar a luta.¹⁷³ Na assembléia seguinte, realizada ainda em novembro, a comissão foi ampliada para dez membros, denotando o crescimento da mobilização em torno do assunto. Um dos novos integrantes da comissão era Luciano Vieira Ramalho, que expôs seu ponto de vista,

¹⁶⁶ FORGADO, C.P., “Honra e dever”, *O Metalúrgico* Nº 93, jan. 1951, p. 8.

¹⁶⁷ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 nov. 1952, p. 52 – verso.

¹⁶⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 25 out. 1953, p. 112.

¹⁶⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 10 dez. 1954, p. 158.

¹⁷⁰ Ibid., 1 dez. 1955, p. 42

¹⁷¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 27 nov. 1955p. 153 – verso.

¹⁷² Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 20 set. 1959, p.70; Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos, 14 out. 1960, p. 2.

retomando argumentos já apresentados em artigo publicado em *O Metalúrgico* de dezembro de 1950.¹⁷⁴ Para ele era uma humilhação promover a campanha às vésperas do natal, uma vez que os trabalhadores *tinham direito* à participação nos lucros das empresas. Mesmo assim, participaria da luta.¹⁷⁵

Em outubro de 1953, os metalúrgicos dão ao tema um tratamento ainda mais exaltado – como um direito sonogado pelos patrões. O pecebista Eugenio Chemp, certamente com um discurso matizado em posições ideológicas que não eram as da maioria, afirmou: “(...) alguns patrões costumam dizer que o dinheiro é deles e dão se quiserem, pura balela, pois os lucros somos nós que damos e podemos e vamos conquista-los”, finalizando com um chamado: “o abono não virá de mãos beijadas e sim lutando!”. A proposta organizativa por ele apresentada foi logo aprovada: deveria formar-se uma comissão que lutasse, junto com a diretoria, pelo abono, se reunindo no sindicato todas as sextas-feiras, e tendo representantes próprios na intersindical, que vieram a ser o próprio Chemp e Luciano Ramalho. O operário José Bezerra, por sua vez, acusou a intersindical de cometer um erro por não liderar uma campanha de “efetivação regulamentada por lei, pois o abono não é esmola e sim um direito, que devemos leva-la com a massa até a participação nos lucros”. Acabou formando-se uma comissão ainda maior do que a do ano anterior, com 17 membros.

Em novembro de 1955, a ata de uma assembléia metalúrgica faz menção a um projeto em prol do abono tramitando no Congresso, decidindo-se enviar telegramas à Câmara pedindo sua aprovação.¹⁷⁶ O Projeto de Lei que, finalmente, instituiu o pagamento do 13º salário foi apresentado pelo Deputado do PTB, Aarão Steinbruch em 1959, ganhando o número 440¹⁷⁷. Já em dezembro de 1960 a luta pelo 13º parece ter-se concentrado no objetivo de pressionar o Congresso por sua aprovação. O projeto era, por exemplo,

¹⁷³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 nov. 1952, 51-verso, 52, 52 - verso

¹⁷⁴ VIEIRA, L. “Seria tão fácil!”, *O Metalúrgico* Nº 92, dez. 1950, p. 6.

¹⁷⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São paulo, 30 nov. 1952, p. 60.

¹⁷⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São paulo, 27 nov. 1955, p. 40 – verso.

¹⁷⁷ Aarão Steinbruch era gaúcho, advogado trabalhista, tendo sido consultor jurídico da CNTI, da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos e de vários sindicatos de trabalhadores. Elegeu-se suplente de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro sob a legenda do PTB em 1950, Deputado Federal em outubro de 1954 pelo mesmo partido, reelegendo-se em outubro de 1958 como deputado mais votado. Cf.: ABREU, A.A. et. al. (Coord.), Op. cit., Vol.V p. 5.598.

transcrito na edição de dezembro de *O Metalúrgico* e noticiada campanha promovida pela Federação dos Metalúrgicos, que seria discutida em assembléia da categoria.¹⁷⁸

De 20 a 23 de outubro de 1961, reuniram-se no então estado da Guanabara os mais de mil delegados do III Encontro Sindical Nacional e tomaram a decisão de dar um prazo para o Congresso aprovar o Projeto de Lei 440: 30 de novembro. Em São Paulo foi desencadeada uma campanha pela coleta de 50 mil assinaturas a serem enviadas à Câmara Federal solicitando a aprovação do Projeto. Segundo um Boletim de Greve, teriam, afinal, sido colhidas mais de 200 mil assinaturas.¹⁷⁹ Os têxteis, em assembléia de 1º de outubro de 1961, por sua vez, decidiram levar para uma reunião sindical estadual, que seria realizada no dia 8, propostas visando apressar a aprovação do Projeto de Lei: greve, concentração, passeata ou comício.¹⁸⁰ A luta, em um contexto tempestuoso – João Goulart recém assumira a 7 de setembro - retomara o caráter massivo de 1945/46.

No dia 13 de novembro, os metalúrgicos decidiram apontar a data de 3 de dezembro para o início de uma greve pela aprovação do 13º. No dia 10 daquele mês, os têxteis examinaram duas possibilidades: greve geral, proposta por Mário Travassos ou ida a Brasília em comissão caso o Projeto não fosse aprovado até o dia 30 de novembro, proposta por Odilon Pianório.¹⁸¹ Finalmente uma assembléia intersindical, realizada a 3 de dezembro no tradicional Cine São José do Belém, das 9 às 12 horas, decidiu iniciar uma greve geral a partir da meia-noite de 13 de dezembro. Encontravam-se presentes cerca de 3.500 pessoas e os trabalhos foram presididos por Remo Forli.¹⁸² A assembléia intersindical indicou a necessidade da realização de uma rodada de assembléias específicas no dia 10, para ratificação da greve.

A assembléia têxtil realizada nessa data tinha um único ponto na ordem do dia, como nas ocasiões de maior gravidade: “greve para o dia 13, às 24 horas, por abono de natal de

¹⁷⁸ “Abono de Natal – 13º mês de salário”, *O Metalúrgico* Nº 196, dez. 1960, p. 4.

¹⁷⁹ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 240.

¹⁸⁰ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 1 out. 1961, p. 141.

¹⁸¹ “Abono de Natal ou greve”, *O Metalúrgico* Nº 203, out.-nov. 1961, p. 8. e Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 nov. 1961, p. 153.

¹⁸² Entre os sindicatos representados: Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão, Trabalhadores em Frigoríficos, Metalúrgicos, Laticínios, Têxteis, Curtumes, Marceneiros, Construção Civil, Jornalistas profissionais, Bancários, Trabalhadores nas Indústrias de Brinquedos, Empregados em Hotéis. Dossiê DOPS, 30-B-264 p. 239. Em Sorocaba também foi realizada “uma grande assembléia” têxtil, segundo informe do Presidente do Sindicato, no dia 3 de dezembro na subsede Além Ponte, para discutir a luta pelo 13º. Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de Sorocaba, p. 17.

240 horas”. Uma lista de onze oradores se revezou na tribuna para defender a greve.¹⁸³ Presentes encontravam-se comissões de metalúrgicos, gráficos, trabalhadores nas indústrias de brinquedos, nas indústrias cinematográficas, da associação dos têxteis de Guarulhos, para informar que, em suas respectivas assembléias, haviam aprovado a greve. A principal resolução tomada pelo plenário foi: “Que nos declaremos em greve a partir do dia 13 deste, proposta esta que foi aprovada por unanimidade pelos presentes”. A categoria decidiu também entrar em estado de assembléia permanente, marcando nova sessão para o próprio 13 de dezembro. O operário Américo Pedroso foi designado para anotar os nomes dos piqueteiros voluntários e decidiu-se, ainda, enviar telegramas à Câmara e ao Senado comunicando o início da greve por tempo indeterminado até a aprovação do Projeto de Lei 440.¹⁸⁴

Concomitantemente com o desencadeamento da greve foram intensificadas as negociações: uma comissão de dirigentes sindicais foi à Brasília empreender gestões junto aos deputados, um memorial foi entregue ao Presidente da República e uma audiência foi conseguida com o Ministro do Trabalho. Em São Paulo houve conversações com o Delegado Regional do Trabalho, com as federações do comércio e da indústria.¹⁸⁵

A greve geral pela aprovação do Projeto de Lei do 13º salário transcorreu de forma muito diferente das greves gerais de 1953 e 1957. No movimento sindical, encontrou a oposição do recém-formado MSD (Movimento Sindical Democrático). No dia 12 o Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, declarou o movimento ilegal. A Câmara dos Deputados, por sua vez, tendo aprovado o projeto em primeira votação, resolveu submetê-lo a um segundo escrutínio, mas entrou em recesso, alegando estar sendo coagida¹⁸⁶. Aparentemente na véspera, foi convocada uma reunião de emergência da assembléia geral da FIESP na qual foi elaborada a declaração “A Indústria Paulista à Nação”. Tudo indica ter sido nesta mesma reunião que os industriais começaram a mudar sua atitude face ao governo Goulart e às instituições democráticas. Segundo anotações do agente do DOPS, haviam declarado que “para defendermos nossos interesses, iremos até o ato de completa

¹⁸³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 dez 1961, p. 155. Foram eles: Bento Silva Filho, João Bezerra dos Santos, Luiz Laurentino da Silva, Augusto Vicente do Amparo, Mario Travassos, Carlos Domingos de Oliveira, Nivaldo Fonseca, Geraldo Marchelli, Ronildo Reis Assis, Audalio de Aguiar, Alfredo Rodrigues.

¹⁸⁴ Ibid. p. 157.

¹⁸⁵ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 238

rebeldia”. Teriam declarado, também: “que os industriais paulistas não mais confiam no governo federal, no Congresso e na Câmara dos Deputados, sendo que suas últimas esperanças estão depositadas no governo estadual e no Exército nacional”.¹⁸⁷ A gravidade do gesto dispensa comentários.

Pesado aparato repressivo foi lançado contra os trabalhadores e trabalhadoras: 12 mil homens entre os policiais da Guarda Civil, DOPS e Força Pública.¹⁸⁸ Nas palavras de Bárbara Weinstein: “O governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, que era amigo dos patrões, atendeu prontamente às exigências de garantias ao ‘direito ao trabalho’ feitas pela FIESP, e com isso frustrou a greve geral que se pretendia”.¹⁸⁹ Mesmo assim, segundo avaliações de Sindicato dos Metalúrgicos, 300 mil teriam aderido à paralisação.¹⁹⁰ Foram presas cerca de 1.300 pessoas, lançadas em quartéis militares, no presídio do Hipódromo e outros.¹⁹¹ A medida repressiva mais impressionante, porém, foi desfechada contra o QG da greve, o Sindicato dos Metalúrgicos na rua do Carmo. Um grupo de três delegados comandou 240 homens que detiveram 50 sindicalistas, entre eles Antônio Chamorro e José de Araújo Plácido.¹⁹² O Sindicato foi, então, cercado e mantido incomunicável. Segundo o vereador Rio Branco Paranhos, os metalúrgicos eram mantidos ali em “cárcere privado”: “Até o pão que lhes foi mandado de fora foi embargado pela polícia que lá está fazendo interdição completa daquele prédio”, denunciava. A Corregedoria de Justiça era acusada de não tomar qualquer providência.

O vereador Aurelino Andrade, do PSP,¹⁹³ somando-se aos protestos de Rio Branco Paranhos denunciava “(...) o problema referente aos líderes sindicais que se encontram

¹⁸⁶ “Abono de natal: greve foi impedida”, *O Metalúrgico* Nº 204, dez. 1961, p. 4.

¹⁸⁷ NEGRO, A.L., Op. cit., p 199, 200.

¹⁸⁸ Ibid., p. 200.

¹⁸⁹ WEINSTEIN, Op. cit., p. 341

¹⁹⁰ A Revista do DIEESE de dezembro de 1961 aponta o índice de 30% de paralisação das categorias envolvidas. Não nos foi possível transformar este percentual em números por falta de outros dados. DIEESE, *Revista do DIEESE*, Ano I, Nº 4, dez. 1961, p. 49 e “Um balanço e o ano novo”, *O Metalúrgico*, Nº 205, jan-fev. 1962, p. 1

¹⁹¹ Esta foi a avaliação mais modesta, apresentada pelo já então vereador pelo PTB Rio Branco Paranhos. Cf.: Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez. 1961, Diário Oficial do Estado, p. 66. João Miguel Alonso falou-nos de 1.500 prisões e o vereador João Louzada estimava em 2.000 o número de presos. Cf.: Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez. 1961, p. 69.

¹⁹² NEGRO, A.L., Op. cit., p. 200.

¹⁹³ Aurelino Soares de Andrade foi militante do PCB, tendo sido três vezes seguidas, para mandatos de 56 a 59, 60 a 63 e 64 a 69, sempre pelo PSP. Tinha forte base em São Miguel Paulista. “Composição da Câmara Municipal de São Paulo (Dados Eleitorais) 1948-2005 – Subsecretaria de Documentação – São Paulo, Maio 2005.

sitiados no Sindicato dos Metalúrgicos sem correspondência com qualquer de seus familiares e sem o abastecimento necessário para o seu sustento”. Apresentou, então, uma questão de ordem, acolhida pelo presidente Manoel de Figueiredo Ferraz, também do PSP, dispondo que este entrasse em contato com o Governador do Estado e o Comando do II Exército, apelando para que a situação se normalizasse. O próprio Presidente da Câmara acrescentou : “(...) atendendo ainda a que as prisões dos líderes sindicais devem cessar porque cessaram os efeitos da greve e suas conseqüências”.¹⁹⁴

É importante ressaltar, porém, que, longe de contar com o apoio unânime dos partidos, como ocorrera em 1957, a greve do 13º não apenas sofreu críticas, como a repressão lançada por Carvalho Pinto mereceu apoios entusiásticos na Câmara Municipal.¹⁹⁵ No dia 15, por exemplo, após o discurso de Aurelino Andrade, comentado acima, e o de Rio Branco, subiu à tribuna o vereador Francisco Batista, do PDC, para proclamar:

A greve que era para ser concretizada em São Paulo no dia 13 para 14 não teve o seu objetivo alcançado a meu ver por providências magníficas do sr. Governador do Estado que, a bom tempo, organizou um serviço repressivo para conter os impulsos daqueles que extravasam dos limites de seus direitos em momento como este e tentam impedir outros que desejam trabalhar (...)

São Paulo caminha em paz, São Paulo caminha em ordem, São Paulo traduz a harmonia atual que é a grande esperança do Brasil.¹⁹⁶

Não obstante toda a legitimidade que possa ter conquistado a reivindicação da transformação do abono de natal em lei, a greve em favor de tal medida mereceu críticas de vereadores do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Trabalhista Nacional (PTN), como Tarcílio Bernardo. O grande número de prisões efetuadas bem como a aplicação de medidas ilegais, como cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos, não tiveram grande impacto na Câmara, e, no discurso de Francisco Batista, notamos o começo da construção da idéia de São Paulo como “a grande esperança do Brasil” na resistência a greves como aquela e a tudo o que ela implicava. Alguma coisa havia mudado.

¹⁹⁴ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez 1961, p. 66.

¹⁹⁵ Cabe lembrar que, embora a Greve dos 400 mil tenha merecido o apoio de representantes de todos os partidos, não foram todos os vereadores que subscreveram o Projeto de Lei outorgando Cr\$ 1.000.000,00 para o movimento. Dos 45 vereadores, 35 assinaram a proposta.

¹⁹⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez 1961, p. 66. Francisco Batista foi eleito suplente pelo PDC para a legislatura de 56-59, reeleito para a 60 63/63 e novamente reeleito para o mandato de 64/69, sempre pelo PDC. Nasceu em 1920 em São Paulo, e era contador, economista e advogado.

Não estou de acordo com uma greve preparada com fins políticos para desordenar, para quebrar a harmonia e a paz num Estado que é o coração, que é a base do trabalho, que é aonde se encontram as grandes indústrias e o comércio do Brasil; o Estado de São Paulo, onde há um dos melhores governos não só do Brasil, mas, talvez, do mundo (...)¹⁹⁷

O vereador João Louzada ainda tentou ponderar:

A luta pelo abono de natal representa uma reivindicação aprovada e ratificada em todas as assembléias e congressos sindicais. Dizem-na ilegal. Mas é ilegal lutar pelo direito a um abono de natal no dia da cristandade? Acho que não. Na nossa terra se fala tanto em liberdade, mas tudo é tachado de ilegal.

Entrementes, do outro lado da trincheira, um Manifesto, divulgado no jornal dos metalúrgicos, denunciava:

Garantias foram violadas, direitos sindicais dos trabalhadores foram desprezados, milhares de prisões arbitrárias foram consumadas, entre as quais de dirigentes sindicais, reuniões foram impedidas, cidadãos indefesos espancados, sedes de sindicatos invadidas, assim como a sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que ficou sitiada durante três dias e três noites, com uma centenas de trabalhadores associados presos.¹⁹⁸

João Miguel Alonso, chefe do piquete incumbido de parar as fábricas da “Ilha do Sapo” (Lorenzetti, Arno e outras), foi detido e levado para a prisão do Hipódromo, sendo jogado em uma cela com mais 46 homens:

(...) A gente punha jornal no chão para dormir, não tinha colchão, não tinha coisa nenhum. Até, o senhor imagina, a coisa estava tão brava que estavam prendendo assim “a olho”: um coitado veio do interior, e lá na Rua do Carmo tinha um lugar que vendia peças para trator, e ele, como era lavrador e precisava comprar peça para trator, ele entrou, quando ele entrou prenderam ele: “Ah, não, mas eu não sei, eu estou preso por que?” – “Não, o senhor vai lá para o ônibus”. Prenderam lá e levaram também para o Hipódromo, justamente esse coitado caiu na cela que eu estava lá entre os 46, ele estava sentado no cantinho lá chorando (...)

No dia 15, a greve foi suspensa. Uma assembléia têxtil iniciava-se às 20 horas, com um informe dramático. Luiz Firmino de Lima esclarecia: “(...) O companheiro Mario Perassa, habitualmente presidente das sessões das assembléias [que eram tradicionalmente

¹⁹⁷ Ibid., p. 69.

presididas pelo membro mais idoso do Conselho Fiscal - Nota do Autor] encontra-se preso e por esse motivo não irá presidir a assembléia”. Os cinco oradores inscritos falaram “verberando com veemência as atrocidades da polícia política, a soldo dos tubarões”. O aparelho policial estaria conivente com marginais e com as classes dominantes responsáveis pela degradação e a miséria do povo. Afinal, foi aprovada a proposta de suspensão temporária da greve, mantendo-se a unidade a fim de retomar o movimento quando necessário. Considerou-se que “a semente estava lançada”.

Foi, ainda, aprovada a proposta de confecção de um “quadro de honra” a ser afixado na sede do Sindicato, com os nomes de todos os trabalhadores e trabalhadoras têxteis presos naquela luta. Por seu turno, os metalúrgicos, no ano seguinte - no dia 13 de julho, data em que o projeto do deputado Aarão Streinbuch foi, finalmente, sancionado por João Goulart - se reuniram para homenagear os presos na greve de 1961 e inaugurar uma placa de bronze “com dizeres alusivos ao fato”, descerrada por Teodoro Ferreira Araújo, o trabalhador mais idoso que sofreu prisão naquele episódio.¹⁹⁹

O Comando Geral de Greve não pareceu intimidar-se com o fracasso da paralisação e retomou imediatamente um programa de mobilizações com vistas à conquista do abono de natal, das férias de 30 dias e de mudança no salário família. Foi marcada uma assembléia intersindical para 11 de janeiro, uma reunião nacional para o dia 14, na Guanabara, “para continuar a luta pela aprovação do projeto do abono de natal” e uma assembléia metalúrgica para o dia 21 de janeiro.²⁰⁰

Foi também elaborado um manifesto, assinado por dirigentes sindicais de todas as entidades envolvidas, assentando algumas conclusões extraídas da experiência da greve e propondo encaminhamentos. Avaliava-se que, quando se tratava de ferir os interesses dos exploradores, com algumas exceções, voltavam-se contra os trabalhadores todo o aparato de repressão, publicidade e divulgação. Tanto o governo federal, que dizia respeitar os direitos dos trabalhadores, como o estadual, haviam se unido para defender os interesses dos empregadores, “desrespeitando a Constituição, que juraram defender”. O movimento, poderia ter sido vitorioso se tivesse contado com a participação de outros estados da União,

¹⁹⁸ “Abono de Natal: greve foi impedida”, *O Metalúrgico* Nº 204, dez. 1961, p. 4

¹⁹⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 15 dez. 1961, p. 160 e “Homenagem aos presos pelo abono de Natal”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun-jul. 1962, p. 7.

²⁰⁰ “Comando geral da greve – comunicado”, *O Metalúrgico* Nº 204, dez. 1961, p. 5.

“assim como se os trabalhadores tivessem maior organização no local do trabalho”. Entre as propostas apresentadas, cabe destacar duas: “Levar este balanço inicial às assembleias sindicais para discuti-lo com os trabalhadores, juntamente com outras reivindicações gerais e específicas, sem nenhum paternalismo, como seja: salário família, salário profissional, férias em dobro, antecipação do aumento salarial, abono de natal, lutar para que o Senado aprove a lei que limita os lucros das empresas estrangeiras, pela conquista da reforma agrária nacional. Defesa das liberdades democráticas e sindicais e pela completa emancipação de nosso país” e “intensificar os trabalhos de sindicalização e de organização nos locais de trabalho que é o fator fundamental para fazermos vitoriosas as reivindicações sociais e políticas”.²⁰¹

Finalmente, no dia 12 de julho de 1962, o Presidente João Goulart sancionou a lei que, em seu Artigo 1 dispunha: “No mês de dezembro de cada ano a todo empregado será paga uma gratificação salarial, pelo empregador, independentemente da remuneração a que fizer jus...”.²⁰² O direito adquirido nos locais de trabalho e nas ruas com muito sofrimento entrara no mundo jurídico. Uma vitória dos trabalhadores, autores da conquista. A longa história das lutas instituintes da lei seria depois esquecida. O dispositivo legal, uma consequência, passou a apresentar-se como causa e os verdadeiros sujeitos de sua feitura, como objetos de uma benesse. O fetichismo da mercadoria parece operar, também, no mundo das produções imateriais.

Os sindicatos ainda tiveram que lutar para que o 13º fosse pago integralmente, tendo como referência o ano de 1962, e não a partir da data da sanção da lei, conforme pretendiam os patrões. A questão foi levada à Justiça em diversos estados, com sentenças favoráveis aos trabalhadores.²⁰³ No caso das indústrias têxteis, os patrões queriam pagar o 13º em prestações e apenas a partir da data da publicação da lei.²⁰⁴

Em 1963 o Presidente João Goulart sancionava lei estendendo o 13º salário para os aposentados.²⁰⁵

5.7. A Greve dos 700 Mil: The answer, my friend, is blowing in the wind...

²⁰¹ “Aos trabalhadores metalúrgicos – greve pela conquista do abono de Natal”, *O Metalúrgico* Nº 205, jan.-fev. 1962, p. 8.

²⁰² DELGADO, L.A.M., *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*, p. 57.

²⁰³ *Ibid.*, p. 59

²⁰⁴ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 28 out. 1962, p 186.

²⁰⁵ “Abono de Natal aos aposentados”, *O Metalúrgico* Nº 216, nov. 1963, p. 8

No dia 4 de novembro de 1963 a Greve dos 700 mil chegara ao fim. De acordo com a avaliação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos recém empossado, Afonso Delelis, do PCB, cerca de 2.000 operários haviam sido encarcerados no famigerado presídio do Hipódromo ou no DOPS e algo em torno de 8.000 haviam sido espancados. Na rua Caetano Pinto, no Brás, cidadela proletária, vingança: uma radiopatrulha foi virada e seus integrantes surrados pelos trabalhadores.²⁰⁶ Não foi, entretanto, a amplitude ou o vigor da repressão o que chamou a atenção da reportagem do *Última Hora*, mas a técnica empregada. Diversos trabalhadores presos e depois libertados foram entrevistados: “Todos, porém, nos contaram que ninguém foi preso sem levar nem que fosse uns pescoções”. O operário Severino Vicente da Silva, entrevistado no Sindicato dos Metalúrgicos, declarava:

E eles batem com técnica especial para que as marcas não durem muito. As reações são internas. Batem com borracha, socos e pontapés. E usam diversos sistemas. O ‘rodopio’ é um deles. Obrigam o cidadão a dar voltas, a girar em torno de si mesmo. Quando o trabalhador estonteado cai, eles vão em cima de pontapés. E usam também o “escora parede”. O operário teria de fingir que segurava a parede para que esta não caísse e ia apanhando. E havia o “cava petróleo”. O preso tinha de fingir que escavava o chão com as mãos, enquanto eles falavam: “Vocês, que são do João Goulart, vão cavar o chão até encontrar petróleo” E iam batendo.²⁰⁷

No dia 1º de novembro, outra notícia escabrosa: “Polícia obriga grevista a comer boletins”, estampava o *Última Hora*. Um esquadrão de cavalaria tomara de assalto um clube de operários de outra cidadela dos trabalhadores: São Miguel Paulista, transformando-o em cocheira e acampamento, ali permanecendo por, pelo menos, três dias. Eram promovidos espancamentos, invasões de bares, perseguições e prisões. Isto se explica pela participação do Sindicato dos Químicos no PAC (Pacto de Ação Conjunta) e pela elevada adesão da categoria à greve, avaliada em 80% ou mesmo 90%.²⁰⁸ Em São Miguel

²⁰⁶ “Polícia ‘aperfeiçoa’ métodos na luta contra operários grevistas”, *Última Hora* Nº 3.566, 4 nov. 1963, p. 3. Márcia de Paula Leite e Sidney Sérgio F. Solis mencionam a existência de mais de 1.000 presos, Cf.: LEITE, M.P.; SOLIS, S.S.F., “O último vendaval: a greve dos 700.000”, *Cara a cara*, ANO I, Nº 2, jul.-dez. 1978, p. 133. Segundo Negro e Teixeira da Silva foram efetuadas 600 capturas só no primeiro dia de greve. SILVA, F.T.; NEGRO, A.L., Op. cit., p. 83. Carmen Lucia Evangelho Lopes informa sobre 2.500 prisões só na cidade de São Paulo, Cf.: LOPES, C.L.E., Op. cit., p. 120. Erikson fala na prisão de 700 líderes trabalhistas, Cf.: ERICKSON, K.P., *Sindicalismo no processo político no Brasil*, p. 182 e Amad Costa menciona a cifra de 1.000 grevistas presos, Cf.: COSTA, Sérgio AMAD, *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964)*, p. 135.

²⁰⁷ “Polícia ‘aperfeiçoa’ métodos na luta contra operários grevistas”, *Última Hora* Nº 3.566, 4 nov. 1963, p. 3.

²⁰⁸ *Última Hora* avalia em 80%, Cf.: “Violência faz greve dos 700 mil alastrar-se”, *Última Hora* Nº 3.563, 31 out. 1963, 2ª edição, p. 10; Solis e Leite falam em 90% (Op. cit., p. 133) COSTA fala em 90%.

estava instalada uma das maiores empresas de São Paulo: a Companhia Nitro Química Brasileira.

Temos aqui um quadro bastante diferente daquele verificado nas greves anteriores, quando era possível parlamentar com soldados e convencer oficiais a permitirem a ação de piquetes, conforme relatou o vereador João Louzada da tribuna da Câmara na Greve dos 400 Mil.²⁰⁹ Dante Pelacani ainda tentou dirigir-se a soldados da Força Pública e guardas-civis: “Vocês são filhos da classe operária, vocês têm irmãos e pais operários. O soldado é irmão do operário e deve confraternizar-se. Pelo espancamento e pela cadeia o governo não conseguirá intimidar-nos”, mas o eco dessas palavras parece ter sido abafado por outros discursos.²¹⁰ Em outubro de 1963 algo havia mudado.

Na Câmara dos Vereadores o clima de solidariedade aos grevistas, encontrado em outras ocasiões, se dissipara. Alguns vereadores ainda se manifestaram solidários à greve numa atmosfera carregada, como se expressa no discurso do edil Molina Jr., denunciando as violências contra os trabalhadores:

Sr. Presidente, srs. Vereadores, São Paulo está de luto e esta Casa deveria encerrar a sessão de hoje em sinal de protesto pelo espancamento de trabalhadores. Recebi notícias ainda agora de que acaba de ser esmagado mais outro grupo de trabalhadores no Brás.
São Paulo está de luto. Vivam os ricos e infelizes os trabalhadores!²¹¹

Mas desta vez não houve consenso para tomar medidas práticas, como ajuda financeira ou empenho de solidariedade aos grevistas. Outros tentavam alertar para os perigos sofridos pela ordem democrática:

A Avenida Liberdade, por ter este nome, está se esburacando, tal qual esta democracia em que estamos vivendo

(...)

Sr. Presidente, sabe V. Excelência que a democracia, a liberdade, a vivência desta Casa como a dos demais parlamentos nacionais, correm grande risco, porque as provocações se sucedem, a corrupção é total e já se sente que vem do alto a vontade de terminar com a liberdade no Brasil
(...)

Será que este povo quer viver de escravo? Então é o caso de cantarmos os versos de Gonçalves Dias: “Mil vezes a morte do que viver de escravo” (...)

²⁰⁹ Cf.: Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo, 278ª sessão ordinária, 22 out. 1957, Vol 24, p. 145.

²¹⁰ “Polícia ‘aperfeiçoa’... Op. cit., p. 3

²¹¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 458ª sessão ordinária, 30 out. 1963, Diário Oficial de 1 nov. 1963, p. 56.

Assim declamou o vereador Silva Azevedo na sessão do dia 1º de novembro.

Mas, ao invés de suscitar protestos contra as violências policiais ou solidariedade aos operários em greve, esses discursos encontraram respostas como a do vereador Marcos Mélega: “Verifica-se uma intenção de perturbar a ordem em São Paulo por parte do Governo Federal. Esta greve que aí está é uma greve política, é uma greve orientada pela cúpula federal”. Construindo a imagem de uma espécie de “conspiração sindicalista” orquestrada pelo governo, continuou o edil: “O que não é possível é que haja greves políticas, orientadas pela CGT, orientadas pelo PAC, orientadas pelo Fórum Sindical de Debates. E nós sabemos que o quartel general da CGT está instalado em São Paulo, no Departamento do Trabalho, onde de lá partem todas as instruções de como a greve deve se conduzir”.²¹²

Na Assembléia Legislativa parece ter havido uma iniciativa concreta: 50 deputados assinaram requerimento para a formação de uma comissão especial de 5 membros para “acompanhar os dissídios coletivos dos trabalhadores, bem como analisar os vários aspectos da greve (...)”.²¹³

O cônsul norte-americano elogiou o trabalho da polícia, que passara pelo “programa de treinamento policial da Agency for International Development”.²¹⁴ Um artigo de Eugenio Chemp, na edição de novembro de 1963 de *O Metalúrgico*, por sua vez, permite vislumbrar a minuciosa preparação que vinham sofrendo as forças policiais da Guanabara e São Paulo. Segundo o sindicalista havia sido aplicado método americano de repressão aprendido no “Ponto IV”, além de terem sido usados policiais especializados em repressão trazidos da Guanabara.²¹⁵ As alusões às lutas nacionalistas pelo petróleo, a Fidel Castro, as diversas técnicas de tortura empregadas, tudo isto parece denotar o sucesso do treinamento

²¹² Ibid., p. 59

²¹³ “Dissídios serão acompanhados por deputados”, *Última Hora* Nº 3.563, 31 out. 1963, 1ª edição, p. 10.

²¹⁴ SILVA, F.T.; NEGRO, A.L., Op. cit., p. 84.

²¹⁵ CHEMP, E. “Novamente derrotado o governador Ademar de Barros na Greve dos 700 mil trabalhadores paulistas”, *O Metalúrgico* Nº 216, nov. 1963, p. 3. O “Ponto IV” consistia em programa de cooperação técnica internacional entre Estados Unidos da América e países da América Latina, proposto pelo Presidente Harry Trumam em 1949. O nome fazia alusão ao fato da proposta do programa ser o quarto ponto do discurso presidencial. Foi introduzido no Brasil com a assinatura de dois acordos: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de novembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. Previa ações nas áreas de economia, administração pública, orçamento e finanças, agricultura, recursos mineiras, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outros. Foi denunciado por muitos políticos,

para a chamada “guerra subversiva”, iniciado em 1959 por empresários e militares, como vimos no capítulo anterior. Mais do que reprimir uma greve, a direita se preparava para o golpe.²¹⁶

O II Exército, por seu turno, entrou em ação efetuando centenas de prisões em São Paulo e ocupando o porto de Santos. Seu comandante, General Peri Constant Bevilacqua, emitira Nota de Instrução aos quartéis cerca de um mês antes, a 18 de setembro, a respeito do Levante dos Sargentos, na qual verberava contra o “conúbio entre militares esquecidos do juramento prestado diante da Bandeira, com malfeitores, criminosos lesa-pátria, dirigentes do sindicalismo revolucionário antes aludido(...) [A nota havia mencionado nominalmente o CGT, o PUA, o Fórum Sindical de Debates – Nota do Autor]”.²¹⁷

O governador Adhemar de Barros adotara atitude que revelava sua “saída” da aliança populista. Antes de desfechar impiedosa repressão contra os grevistas fora à televisão para, em longa alocução, conclamar o operariado a não aderir ao movimento. Devido às greves é que a inflação crescia. Mães, esposas e noivas não deviam deixar seus filhos, maridos e noivos aderirem. A palavra de Deus, finalmente, era invocada, apresentado-se Adhemar como seu representante.²¹⁸

A Greve dos 700 mil mostrou organismos “de cúpula” como a CNTI e o CGT, agindo em estreita sintonia com suas bases. Mais do que isto, a direção da CNTI não se limitou a prestar apoio e solidariedade: procurada pelo Pacto de Ação Conjunta, liderou a tentativa de promover uma mudança significativa nos rituais de negociação previstos pela estrutura sindical corporativa que, se fosse obtida, representaria um grande passo à frente na unificação das lutas da classe trabalhadora do estado.

Em meados de setembro de 1963 formou-se em São Paulo o Pacto de Ação Conjunta²¹⁹, trazendo uma idéia nova: iniciar campanha salarial unificada de várias

educadores e intelectuais como atentado à segurança nacional. ABREU, A.A. et. al. (Coord.), Op. cit., Vol IV, p. 4.736

²¹⁶ Segundo Foster Dulles, muitos empresários se determinaram a derrubar o governo após a Greve dos 700 Mil. Cf.: SILVA, F.T.; NEGRO, A.L., Op. cit., p. 86.

²¹⁷ COSTA, S. A., Op. cit., p. 127; ABREU, A.A., et. al. (Coord.), Vol I, p. 656.

²¹⁸ CHEMP, E., Op. cit., p. 3.

²¹⁹ Em assembléia metalúrgica de 18 de outubro, José de Araújo Plácido afirma que o PAC teria se formado na assembléia intersindical de 6 de outubro de 1963, de fato a primeira reunião de vários sindicatos com vistas a campanha salarial conjunta. Antes daquela data, porém, já se falava no PAC na imprensa – no *Última Hora* a partir de 18 de setembro – e em outras assembléias sindicais, como na dos têxteis de 22 de setembro de 1963, quando Luís Firmino de Lima relata que os sindicatos haviam decidido formar o PAC, apresentando

categorias, apesar das datas-bases diferentes. Por exemplo: o acordo dos metalúrgicos terminava a 4 de novembro, o dos têxteis no dia 11, o dos marceneiros no dia 31 de outubro, o dos gráficos em casas de obras no dia 1º de outubro e o dos gráficos em jornais apenas em outubro de 1964. A proposta jogava por terra vários dispositivos da CLT, facilitando a luta anual unificada do operariado por reajustes, o que fortaleceria o poder de barganha de todas as categorias e, certamente, seus laços de solidariedade e consciência de classe.

O empresariado logo percebeu o perigo. No dia 21 de outubro, oito dias antes da deflagração da greve, os representantes da FIESP leram para os dirigentes da CNTI e dos sindicais envolvidos no PAC, em mesa redonda realizada na DRT, um ofício recordando a existência do artigo 857 da CLT determinando que os sindicatos – e não a CNTI – deveriam representar os trabalhadores nas negociações. O Presidente da CNTI, Clodsmith Rianni, que, poucos dias depois, transferiu a sede nacional da entidade para São Paulo possibilitando uma intervenção mais efetiva na luta,²²⁰ contra-argumentou que a delegação a CNTI era legítima, pois fora feita pelos próprios operários em suas assembléias.²²¹ No dia 24 de outubro vários sindicatos patronais lançavam uma nota justificando sua recusa a negociar nas condições pretendidas pelos trabalhadores: as federações não podiam estabelecer acordos salariais, competência exclusiva dos sindicatos; as datas dos acordos não coincidiam, a maioria das categorias tinham acordos salariais ainda vigentes; as peculiaridades de cada grupo industrial tornavam impraticável pensar num acordo único.²²²

O consulado norte-americano percebia, também o perigo: reconhecer a liderança do PAC e da CNTI em negociações conjuntas abriria “excelente oportunidade para a eclosão de, pelo menos, uma greve geral a cada ano”. Outro ponto da pauta de reivindicações também merecia críticas: o item 7 exigia o livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho.²²³

então a pauta de 8 pontos pela qual seria deflagrada a greve no dia 29/10/63. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 22 set. 1963, p. 209.

²²⁰ “Amauri otimista: evitaremos a greve”, *Última Hora* Nº 3.559, 26 out. 1963, p. 9. A mesma notícia informa que o CGT e o PUA estudavam a possibilidade de fazer a mesma coisa.

²²¹ “começou o diálogo: patrões e operários”, *Última Hora* Nº 3.555, 22 out. 1963, 1ª edição, p. 7.

²²² DELGADO, L.A.N. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil...*, p. 195

²²³ SILVA, F.T.; NEGRO, A.L., Op. cit., p. 83; Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 22 set. 1963, p.209.

A pauta de reivindicações ainda exigia: reajuste salarial de 100% a partir de 1º de novembro de 63, revisão quadrimestral de salários de acordo com o custo de vida; igualdade de remuneração para os trabalhadores admitidos depois do acordo; adicional de 5% por quinquênio de serviço na mesma empresa; férias em dobro; desconto equivalente a um dia do salário do primeiro mês já reajustado a favor dos sindicatos da respectiva categoria profissional, revisão do zoneamento e aumento do salário mínimo.²²⁴

Esta pauta começara a ser elaborada em uma reunião realizada na segunda feira, 30 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos, convocada pelo Pacto de Ação Conjunta. O objetivo do encontro era preparar a assembléia intersindical a ser realizada no domingo, 6 de outubro, para iniciar a campanha salarial conjunta. Foi, então, redigido um “Protocolo de Ação”, que seria assinado na referida assembléia por todos os presidentes de sindicatos em luta. Selava-se, assim, um pacto por escrito, comprometendo a todos com uma campanha unificada.²²⁵

No dia 6, domingo pela manhã, o Cine São José do Belém abria suas portas para acolher têxteis, metalúrgicos, gráficos, químicos, marceneiros, mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem, trabalhadores nas indústrias de laticínios, curtumes, calçados, bebidas, mobiliário, artefatos em couro, massas alimentares e trigo transformando-se, mais uma vez, na casa do parlamento operário. Presentes diretores de 79 sindicatos da capital e do interior e 4 federações que compunham a CNTI, representando as 14 categorias listadas acima. O plenário decidiria que todos os sindicatos deveriam permanecer em assembléia permanente, realizando no dia 18 assembléias simultâneas para discutir a pauta com 8 itens e a conveniência ou não da deflagração da greve caso não se chegasse a acordo com os patrões. Foi eleita uma comissão executiva para o PAC, integrada por Luiz Tenório de Lima, da Federação dos Trabalhadores em Laticínios, Artur Avalone, da Federação dos Têxteis, Floriano Francisco Dezen, do Sindicato dos Químicos,

²²⁴ Apresentamos aqui a versão sobre a pauta de reivindicações publicada em: “700 mil operários unidos pelo PAC exigem 100% de reajuste salarial”, *O Metalúrgico* Nº 215, out. 1963, p. 1. Difere ligeiramente da pauta elencada na assembléia têxtil de 22/9/63, pois esta omite o item sobre o salário mínimo. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 22 set. 1963, p. 209. Difere, também, da apresentada em Solis, que tampouco fala na reivindicação do reajuste e rezoneamento do Salário Mínimo. Cf; L LEITE, M.P.; SOLIS, S..S.F., Op. cit., p. 124. A Pauta apresenta em CGT não fala do Salário Mínimo nem do desconto de um dia de salário.

²²⁵ “Sindicatos incentivam a grande campanha: salários”, *Última Hora* Nº 3.535, 28 set. 1963, 1ª Edição, p. 10.

Luiz Ferreira da Silva, Afonso Delelis, presidente dos Metalúrgicos, Dante Pelacani e Valentim Rigamonti, do Sindicato dos Gráficos.

Dante Pelacani, presidindo a assembléia, encerraria os trabalhos com um discurso que revelava o quanto a direção do movimento não estava alheia aos perigos da nova conjuntura, embora depositasse suas esperanças em uma perspectiva ilusória: a resistência de Goulart alinhado com os operários:

Em São Paulo, desde o primeiro dia do atual governo existe um “estado de sítio” contra os trabalhadores, com esmagamento de direitos individuais, democráticos e do direito de greve .

(...) O povo está prevenido. Não se repetirá o agosto de 1954, quando o presidente Getúlio Vargas foi obrigado a suicidar-se. Não se repetirá o agosto de 1961, quando o presidente Jânio Quadros foi obrigado a sair do governo (...) Mas o povo agora está mobilizado e se organiza cada vez mais. O presidente João Goulart, se quiser pegar os traidores pelo cangote, se quiser calar os conspiradores, venha aos braços dos operários.²²⁶

No dia 18, nos sindicatos dos têxteis e metalúrgicos foram realizadas as assembléias previstas. Nos têxteis, o Presidente José Molenídio apelava para que se formassem “as comissões de fábrica no sentido de coordenar a luta pelo reajuste de salário e outras reivindicações”. Ao final, a assembléia dava plenos poderes à Diretoria do Sindicato, da Federação, ali representada pelo então Secretário Antônio Chamorro, da CNTI e do PAC para tomar todas as medidas “inclusive deflagrar a greve para conseguir as reivindicações dos trabalhadores paulistas”. Formou-se uma comissão para ajudar a Diretoria naquela campanha: Geraldo Gonçalves, Atílio Sobinol, José Guisone, Benedito Carnevale e Antônio Torquato Leite.²²⁷ Deliberações semelhantes vinham sendo adotadas nas assembléias das demais categorias do PAC.

No dia 20 de outubro, domingo, ocorreriam, sem muito alarde, eleições para a Câmara Municipal. Formar-se-iam diversas pequenas bancadas, muitas delas de partidos que tentavam identificar-se com a tradição trabalhista – MTR, PST, PTB, PTN, PRT – ou que haviam constituído anteriormente alianças dentro do “sistema populista” – PSP, PDC, PSB -, refletindo a extrema pulverização do voto operário e popular e a ausência de

²²⁶ “Foi assinado Pacto de Ação Conjunta”, *Última Hora* Nº 3.542, 7 out. 1963, p. 12.

²²⁷ Ata da Sessão Permanente da Assembléia Geral Extradordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 18 out. 1963, p.211.

qualquer eixo político mais consistente na política estadual.²²⁸ Ainda assim, não é errado supor que a recente realização de eleições sindicais em algumas das entidades mais importantes, bem como do pleito para a renovação da Câmara Municipal tenham contribuído para criar uma atmosfera propícia à discussão e a convergência de idéias, como ocorrera na greve de 1953.

No dia 21, conforme mencionado anteriormente, fracassava nova tentativa de diálogo entre a FIESP e os Sindicatos na DRT e no dia 22, terça-feira, realizava-se às 19 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos, uma reunião com diretores, conselheiros sindicais, delegados de empresa e chefes de piquetes das 14 categorias envolvidas na campanha, com a presença de dirigentes da CNTI e das Federações envolvidas. Três deliberações cruciais para o sucesso do movimento foram tomadas: formar “comandos de bairro” que funcionariam entrosados com as sub-sedes e sedes dos sindicatos e com o comando geral; formar piquetes conjuntos de várias categorias; organizar “conselhos de empresa” na maioria das fábricas.²²⁹

No dia 24, Luiz Tenório de Lima anunciava: “A senha para a deflagração da greve de 700 mil trabalhadores de 14 categorias já foi distribuída aos comandos regionais, municipais, distritais, de bairros e aos comandos que já funcionam no interior das fábricas”. O líder sindical não estava blefando.²³⁰

O Ministro do Trabalho, Amaury Silva, deslocara-se para São Paulo na sexta-feira, dia 25, onde permaneceria por cinco dias, negociando uma solução para o impasse. Teria vindo com orientação do Presidente João Goulart para tentar convencer a FIESP a aceitar a negociação em conjunto.²³¹ Os industriais do Grupo 14 da FIESP e os sindicatos das indústrias de fiação e tecelagem chegaram a oferecer 70% de reajuste a partir do dia 4 de novembro, comprometendo-se a acatar o que a Justiça do Trabalho viesse a decidir, mas foi em vão.²³²

²²⁸ “Encerradas as apurações: Câmara tem nova composição”, *Última Hora* Nº 3.558, 25 out. 1963, 1ª edição, p. 4.

²²⁹ Ata da Sessão Permanente da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, 18 out. 1963, p. 94.; “Indústrias recusam o diálogo direto”, *Última Hora* Nº 3.548, 14 out. 1963, p. 12 e “Iminente a greve geral do operariado”, *Última Hora* Nº 3.556, 23 out. 1963, p. 12.

²³⁰ “Movimento Sindical”, *Última Hora* Nº 3.557, 24 out. 1963, 1ª edição p. 9.

²³¹ COSTAA, S.A., Op. cit., p. 133.

²³² “Amauri otimista: evitaremos a greve”, *Última Hora* Nº 3.559, 26 out. 1963, p. 9

No dia 27, domingo, às 9 da manhã, uma gigantesca assembléia intersindical lotava novamente o Cine São José do Belém com mais de 10 mil trabalhadores, enquanto outros 5 mil acompanhavam do lado de fora, no próprio Largo São José do Belém, pelo sistema de alto-falantes. Era tanta gente que o trânsito parou. Simultaneamente realizavam-se assembléias sindicais em mais de 50 municípios. Dois relatos diferentes produzidos por agentes do DOPS registram a vontade dos trabalhadores de partirem para a greve imediatamente: “Essa assembléia foi muito agitada, sendo vontade geral a deflagração da greve para o mesmo dia”, dizia um. “Os assistentes pediram insistentemente que a greve fosse decretada hoje à zero hora”, relatava outro. Luiz Tenório de Lima esforçava-se para conter o ímpeto de todos que, percebendo, como observara o informante policial, que uma “vontade geral” fora construída, queriam transforma-la em ação de imediato. O líder pecebista ponderou que era necessário dar um prazo até o dia 29, terça-feira, para que a Federação das Indústrias pudesse estudar e talvez atender as reivindicações e que, além disso, seria importante aproveitar o dia 28 para fazer publicidade da greve nos locais de trabalho, organizar piquetes, preparar a greve, enfim.²³³

Operários de diversas indústrias do setor de mobiliário e alimentação não tiveram paciência e começaram a paralisar na noite de segunda-feira, dia 28. Começava a soprar “o último vendaval”, e com ele milhares de bocas talvez estivessem sussurrando respostas, para quem soubesse ouvir a música do vento, sobre o que fazer naquele momento crítico.²³⁴ A bela metáfora foi pensada pelos autores do artigo “O Último vendaval: a greve dos 700.000”, publicado 15 anos depois da greve, em 1978. A intuição de que o vento traria respostas havia ocorrido a um jovem compositor de música folk cerca de um ano antes da greve de outubro de 1963, quando criou em poucos minutos, na mesa de um café em Greenwich Village uma célebre canção de protesto.²³⁵

A greve foi um grande êxito. No terceiro dia da paralisação, um comunicado da CNTI, CGT e do Comando de greve apresentava os seguintes percentuais de adesão: têxteis – 60%, sapateiros – 90%, setor de alimentação – 80%, químicos – 90%, Papel e papelão – 100%, gráficos, 80%, metalúrgicos – 90%.²³⁶ No mesmo dia, reportagem de *Última Hora*

²³³ Dossiê DOPS 30-B-232 p. 2744.

²³⁴ LEITE, M.P.; SOLIS, S.S.F., Op. cit., p. 134.

²³⁵ SOUNES, H. *Bob Dylan: a biografia*, p. 110.

²³⁶ LEITE, M.P.; SOLIS, p. 133; DELGADO, L.A.N., *O Comando Geral dos Trabalhadores...*, p. 197.

registra declarações de um dos dirigentes do PAC, Luiz Tenório de Lima com números um pouco diferentes: metalúrgicos – quase 100%, têxteis – 80%, setor do trigo – 100%, químicos – 80%, gráficos – 85%, calçados – 95%, papel e papelão (que teriam aderido só no dia 31): 100%. No interior do estado, a paralisação teria chegado a 43 cidades.²³⁷ Um dia antes a Diretoria da FIESP, funcionando em “plantão permanente” também apresentava seus números: metalúrgicos – 70%, eletricitários – 20%, gráficos – 90%, setor de auto-peças – 60%, fabricação de máquinas – 60%.²³⁸

Reportagem elaborada pelo *Última Hora* no primeiro dia de greve nos dá uma idéia mais viva, embora menos abrangente, do quadro de paralisação. Estariam paralisadas 70% das categorias. Das 8 mil indústrias metalúrgicas apenas duas grandes funcionavam parcialmente (com 40% da força de trabalho): Souza Noschese (pertencente ao presidente da FIESP desde 1962, Raphael Noschese) e Arno. Em Campinas estavam paralisadas a Swift e a Leco, apesar da repressão. No Vale do Paraíba, todas as indústrias paradas: Moji das Cruzes, Jundiapéba, Brás Cubas, Jacareí e outras cidades. Vários setores entraram em greve em Santos, Sandro André, São Bernardo, São Caetano, Jundiaí.²³⁹ No dia 31, os ferroviários da Santos Jundiaí entram em greve de solidariedade

No segundo dia de greve o Ministro do Trabalho, seguindo orientação do Presidente da República, declarava a legalidade da greve.

No dia 30 de outubro o *Última Hora* saía mais magro, com apenas 6 páginas e uma manchete: “Jornal da Greve”. Um nota explicava a mudança:

Este jornal circula hoje com apenas seis páginas. Nossa corporação aderiu à greve dos 700 mil e só uma minoria compareceu ao trabalho para que nossos leitores habituais não ficassem privados de um noticiário objetivo e imparcial sobre o movimento paredista que eclodiu em São Paulo à zero hora de ontem.²⁴⁰

No dia 31, a Justiça do Trabalho julgava a “preliminar de legitimidade ou não da representação da CNTI” que nos autos do processo de dissídio remetido à Justiça aparecia como mandatária de 4 federações e 80 sindicatos, decidindo, por uma apertada margem de

²³⁷ “Violência faz greve dos 700 Mil alastrar-se”, *Última Hora* Nº 3.563. 31 out. 1963, p. 10. Costa fala em 40 cidades, mas não cita a fonte Cf.: COSTA, S.A., Op. cit., p. 133.

²³⁸ “Amauri desiste: greve dos 700 mil está na justiça”, *Última Hora* Nº 3.562, 30 out. 1963, p. 3. Aparentemente os setores apresentados como “metalúrgicos”, “eletricitários”, “auto-peças” e “máquinas” estão englobados no que genericamente se denomina de setor metalúrgico. Ver capítulo 1.

²³⁹ “Polícia dissolve piquetes a cacetadas”, *Última Hora* Nº 3.561, 29 out. 1963, 2ª edição, p.4.

votos (4x3) ser a Confederação “parte ilegítima no dissídio”. No mesmo julgamento o TRT pronunciou-se pela legalidade da greve, com um único voto contrário.²⁴¹ Começava, em seguida, uma série de audiências de conciliação e instrução. O Presidente do TRT, Dr. Helio de Miranda Guimarães, adotou uma medida percebida como uma vitória pelos dirigentes sindicais: embora sem fazer parte formalmente dos processos de dissídio a diretoria da CNTI foi convidada a participar de todas as audiências.²⁴² Era como se um “duplo poder” estivesse operando.

Embora audiências ainda fossem realizar-se no dia 04, segunda-feira, as categorias em greve decidiram voltar ao trabalho em assembléia intersindical realizada no dia 03, domingo. Haviam sido conquistados, basicamente, 80% de reajuste e antecipação de 25% a partir do primeiro dia do sétimo mês de vigência do acordo. A assembléia deliberou, ainda, entre outras coisas, realizar assembléias em cada sindicato, continuar a luta pela liberdade de todos os presos, fiscalizar para que nenhum grevista fosse punido e redigir uma moção de apelo aos guardas civis e soldados da Força Pública para que se lembrassem de que eram, também, trabalhadores e, como tal, podiam contar sempre com o apoio das organizações sindicais.²⁴³

O Ministro do Trabalho reunira-se duas vezes com o general Aldevio Barbosa Lemos, Secretário de Segurança do Estado, convencendo-o a libertar os presos. Refletindo a atmosfera de ativação e politização do sentimento religioso na opinião pública, o general emitia uma nota concordando com a soltura dos trabalhadores detidos, exceto aqueles pegos em flagrante delito de atos criminosos. As medidas seriam “...aliás muito simpáticas ao governo do Estado, pois que se harmonizam com a sua orientação democrática e cristã, que são as de, em reverência ao Dia de Finados, libertar todos os trabalhadores que se encontram presos por se terem envolvido em ações de piquetes”.²⁴⁴

No mesmo dia, no Espírito Santo, falando de improviso, João Goulart trazia à público idéias muito diferentes:

A maioria das greves nos últimos tempos tem resultado na satisfação das reivindicações operárias; apesar disso, ninguém faliu. Logo, é lícito concluir que a greve só ocorre em virtude de uma injusta intransigência

²⁴⁰ “Jornal da greve”, *Última Hora* Nº 3.562, 30 out. 1963, p. 1

²⁴¹ “CNTI derrotada no TRT por 4x3 votos”, *Última Hora* Nº 3.564, 1 nov. 1963, p. 7.

²⁴² “Fim da greve: PAC aceitou os acordos”, *Última Hora* Nº 3.566 4 nov. 1963, p., 11.

²⁴³ Dossiê DOPS 30-B-232-2748

²⁴⁴ “Assembléia encerra a greve amanhã!”, *Última Hora* Nº 3.565, 2 nov., 1963, p. 4

de certos patrões (há outros, como o presidente da FIESP, em São Paulo, que sabem agir de maneira lúcida e progressista).

No mesmo dia noticiava-se que o Ministério do Trabalho estudava a “revisão salarial a cada 3 meses” (escala móvel de salários) para todos os acordos salariais, desde que a inflação ultrapasse 6% no período e que, finalmente, seria aceita uma velha reivindicação trabalhista: os sindicatos passariam a participar diretamente da fiscalização das Leis do Trabalho a fim de “reprimir abusos e burlas constantes (...) por parte de empregadores inescrupulosos”.²⁴⁵

A Greve dos 700 mil durara 6 dias, de 29 de outubro a 3 de novembro de 1963 e mobilizara 14 categorias. Representou um passo à frente na organização das lutas salariais, na medida em que organizações intersindicais como o PAC, o CGT, por fora da estrutura corporativa, e a CNTI, por dentro dela, promoveram, de fato, uma campanha unificada, rompendo, na prática, com a estrutura sindical corporativa. Foi um passo à frente também por ter afirmado a proposição de que a CNTI poderia, de direito, negociar com a FIESP em nome das categorias por ela representadas – o que, como vimos, foi rejeitado pelo TRT em votação apertada.

Em 1963, porém, o PUI fora dissolvido e já não havia um plenário operário-popular capaz de promover o encontro entre operários, estudantes, moradores de bairros e donas de casa. O Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, se orgulhava de ter paralisado 90% das empresas sem o uso de piquetes.²⁴⁶ Não se viu, portanto, nem as passeatas, nem os “piquetes fantasmas” nem as manifestações de solidariedade popular verificadas anteriormente. A greve parece ter sido mais ampla e melhor organizada, mas, digamos, menos popular e menos mobilizadora do que as anteriores.

Por sua vez, o movimento emergiu em uma conjuntura bem diferente, que começara a configurar-se após a renúncia de Jânio Quadros. A existência de um aparato repressivo pronto para agir contra trabalhadores sem condescendência, e os novos posicionamentos de um governador que chegara, no passado, a clamar por “reformas de base”, aliar-se ao Partido Comunista e apoiar greves - e falava agora em nome de Deus e da família - davam sinais do realinhamento de forças.

²⁴⁵ “Ministro propõe revisão salarial a cada 3 meses”, *Última Hora* Nº 3.565, 2 nov. 1963, p. 2.

O movimento sindical, por sua vez, se politizava e o governo se esquerdizava, mas a politização do movimento sindical não se dava pela politização das lutas econômicas e pelo direito ao consumo e à cidade – mas pelo apoio às reformas que o Poder Executivo, pressionado de baixo para cima, ia colocando na agenda política.

5.8. As greves gerais políticas

A classificação das greves entre políticas e econômicas merece certo cuidado. Os critérios oferecidos por Keneth Paul Erickson, por exemplo, permitiriam incluir entre as primeiras todas as greves gerais do período, uma vez que seriam greves políticas “aquelas que exigiram ação do governo e da administração pública ou que, por outro lado, tiveram importantes implicações políticas”.²⁴⁷ Como vimos, a Greve dos 300 Mil contou com a mediação do governador Lucas Nogueira Garcez e o apoio do Prefeito recém eleito, Jânio Quadros, e a Greve dos 400 Mil envolveu ativamente os governos estadual e federal. De fato, todas as grandes greves são fatos políticos, mesmo que persigam, prioritariamente, metas econômicas.

Assim, para fins desta análise, embora todas as greves contenham componentes políticos, classificaremos como “greves políticas” aquelas que formularam entre seus objetivos fundamentais a meta de influenciar a tomada de decisões da “sociedade política”²⁴⁸, seja na forma da elaboração de leis, mudanças ministeriais, encaminhamento de medidas do Poder Executivo, veto a nomeação de personalidades para cargos públicos, derrubada ou mudanças no Poder Executivo.

Keneth Paul Erikson identifica 17 greves gerais políticas entre 1960 e 1964. Como o escopo de nossa pesquisa é mais restrito, focalizando metalúrgicos e têxteis de São Paulo, excluiremos da análise todas as greves ou tentativas de greves que não tenham mobilizado alguma dessas duas categorias. De acordo com os critérios apontados acima, estudaremos neste tópico a greve do dia 5 de julho de 1962, contra a indicação de Auro Moura Andrade Primeiro Ministro; a de 15 de setembro do mesmo ano, pela convocação do plebiscito sobre o regime de governo, e uma tentativas fracassada de greve: a de abril de 1964, contra o golpe militar.

²⁴⁶ CHEMP, E. “Novamente derrotado o governador Ademar de Barros na greve dos 700 mil trabalhadores paulistas”, *O Metalúrgico* Nº 216 nov. 1963, p. 3

²⁴⁷ ERICKSON, K.P., Op. cit., p. 139.

As duas greves gerais de 1962 deixaram na documentação consultada, registro bem mais tênue do que os movimentos analisados até aqui, revelando sua menor abrangência e efetividade. A controvérsia entre os estudiosos sobre os significados dessas greves entretanto é, com razão, importante, pois, embora relativamente pouco efetivas, obtiveram significativo êxito político, pois se articulavam com outras forças e configuravam uma nova linha de ação no movimento sindical. O “fantasma da greve política” começou vagar na atmosfera brasileira.²⁴⁹

A greve de 5 de julho foi convocada pela nova diretoria da CNTI, recém empossada no dia 11 de janeiro de 1962, com o objetivo de impedir a posse do primeiro ministro Auro de Moura Andrade, contrário às reformas de base.²⁵⁰ Como sabemos, a Confederação passou a ser dirigida por uma coalizão de pecebistas e petebistas, tendo à frente Clodsmith Rianni, presidente, do Sindicato dos Hidroelétricos de Juiz de Fora e Dante Pelacani, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos. O manifesto de greve conclamava:

Em defesa da legalidade constitucional, em favor de um Conselho de Ministros nacionalista e democrático, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, de acordo com as decisões de nossos Congressos e Conferências, em defesa de nossos lares ameaçados pela fome e a miséria, decretamos greve geral, em princípio de 24 horas, a partir de hoje, dia 04.²⁵¹

Segundo o jornal *Última Hora*, os líderes sindicais de São Paulo mostraram-se surpresos com a palavra de ordem. Num primeiro momento noticiou-se paralisações no aeroporto, em firmas da construção civil, na Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e em fábricas no setor de alimentação.²⁵² No dia seguinte a informação era de que apenas os ferroviários

²⁴⁸ Empregamos de sociedade política como “Estado em sentido estrito”, cujas funções são exercidas pelos órgãos da burocracia civil, policial-militar e pelos aparelhos de coerção.

²⁴⁹ No dia 15 de maio de 1963 uma assembléia metalúrgica aprovou uma greve nacional de 24 horas “...quando o CGT assim o determinar o que poderá ocorrer a qualquer dia e a qualquer hora”. “Manifesto aos trabalhadores metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 211, mar.-abr.-maio 1963, p. 3.

²⁵⁰ Lucília de Almeida Neves atribui a convocação da greve às federações de algumas categorias, mas tanto o jornal *Última Hora* de 5 de julho de 1962 quanto a Ata da Assembléia Geral dos Metalúrgicos de 6 de julho referem-se a CNTI como entidade promotora da greve.

²⁵¹ “Mobilização total do operariado: sindicatos decretam greve geral”, *Última Hora* Nº 3.152, 7 jul. 1963, p.

11

²⁵² “Greve apenas parcial: São Paulo pode parar a qualquer momento”, *Última Hora* Nº 3.152, 5 jul. 1962, 2ª Edição, p. 2.

teriam paralisado. Nos outros setores, menos de mil trabalhadores cruzaram os braços.²⁵³

Curiosamente, nos sindicatos dos metalúrgicos e têxteis a preparação para a greve só pôde começar depois de seu término. No dia 6 de julho, reuniu-se uma assembléia metalúrgica e José de Araújo Plácido propôs a ratificação, talvez em caráter simbólico, da greve deliberada pela CNTI, o que foi aprovado pelo plenário, sendo também aprovado o estado de assembléia permanente. Afonso Delelis teve a oportunidade de apresentar um informe sobre o movimento no Rio de Janeiro, de onde acabava de chegar, afirmando “ (...) ter sido a greve geral na Guanabara o ato cívico maior que já assistiu”.²⁵⁴

Os têxteis, por seu turno, reuniram-se no dia 8 de julho e ouviram informe sobre o “movimento grevista do dia 5 de julho, greve essa para evitar em nosso país violências contra as liberdades democráticas, visando assegurar ao povo brasileiro a constituição de um governo democrático e nacionalista”.²⁵⁵ José Molenídio propôs, sendo aprovada, a formação de uma “Comissão Central de Greve dos Trabalhadores Têxteis”. Também se aprovou proposta de “fazer reuniões nas sub-sedes e tirar comissões de greve por bairros e a impressão de 25 mil manifestos do comando de greve e outros 25 mil dos bancários”. A categoria entrou em estado de assembléia permanente. Erikson refere-se a uma retomada espontânea parcial da greve no dia 6, no Rio de Janeiro, quando se difundiram “rumores de outra palavra de ordem de greve”, o que talvez nos ajude a interpretar a preparação “a posteriori” da greve nos têxteis e metalúrgicos de São Paulo: faltavam informações e formas de organização bem estruturadas e, assim, não se sabia ao certo se a greve já tinha terminado ou seria continuada.²⁵⁶

No jornal dos metalúrgicos a greve sequer foi mencionada.

Em outros municípios e estados, o movimento parece ter obtido maior êxito. Segundo Jover Telles, “foi a maior greve da história do movimento operário brasileiro”.²⁵⁷ O Manifesto lançado pelo Comando Geral de Greve ressalta o fato de a classe trabalhadora conseguir “pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro uma greve geral

²⁵³ “Greve sacudiu todo o país: CNTI conclama os sindicatos a permanecerem de prontidão”, *Última Hora* Nº 3.153, 6 jul. 1963, 1ª edição, p. 11.

²⁵⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 6 jul. 1962, p. 54.

²⁵⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 jul. 1962, p. 175.

²⁵⁶ ERICKSON, K.P., Op. cit., p. 152.

²⁵⁷ DELGADO, L.A.N. *O Comando Geral dos Trabalhadores...* p. 189. Como o movimento foi fortemente influenciado pelo PCB, inclusive veiculando a consigna da luta por um ministério nacionalista e democrático,

em todo o território nacional”.²⁵⁸ Em Santos o movimento foi melhor preparado do que em São Paulo e obteve pleno êxito.²⁵⁹ Em todo território nacional teriam paralisado os trabalhos marítimos, portuários, estivadores, aeroviários, aeronautas e, parcialmente, ferroviários.²⁶⁰ No Rio de Janeiro o êxito foi maior, por razões específicas, tendo eclodido um “motim urbano” que deixou 40 mortos e 700 feridos.²⁶¹

Erikson atribui o êxito da greve, onde isto se verificou, à corrosão salarial e ao apoio direto ou indireto do governo e de setores militares. A insatisfação causada por fatores econômicos – carestia, arrocho salarial – explicaria, segundo o autor, a adesão das bases ao chamado de suas direção a uma greve política. Por outro lado, a certeza de que não seria declarada a ilegalidade do movimento e de que os salários não seriam descontados para os trabalhadores do setor público, além do apoio de setores militares, como do Comandante do I Exército, General Osvino Ferreira Alves, teriam sido fatores determinantes para o êxito da paralisação.

Dois meses depois, no dia 9 de setembro de 1962, os metalúrgicos de São Paulo reuniam-se em assembléia com a seguinte ordem do dia: a) Reajustamento salarial e salário mínimo; b) Luta contra a carestia; c) Direito de greve, liberdades políticas e sindicais. Um dos principais oradores, o vice-presidente José de Araújo Plácido fez “(...) uma exposição sobre a situação política nacional, cuja crise aflige o povo em geral e particularmente os operários”. Lembrou que a elevação do custo de vida exigiria “uma luta sem paralelos na vida sindical por reajustamento salarial” e concluiu afirmando que seria realizada uma greve nacional “para serem conseguidas as mais sentidas reivindicações dos trabalhadores”. Eugenio Chemp também conclamou os trabalhadores a se organizarem para a greve. Outros oradores trataram de outros assuntos: o militante trotskista Cícero José do Nascimento falou sobre a capacidade do trabalhador administrar o país e condenou o movimento divisionista no seio dos trabalhadores. Hermeto Mendes Dantas também apelou para a unificação de todas as forças operárias “(...) para enfrentar a situação caótica que oprime todo o povo brasileiro”. Antônio Marques Dias, por sua vez, falou sobre a agressão do imperialismo a

formulada na Convenção Nacional do PCB de agosto de 1960, a avaliação de Jover Telles de que se tratou da “maior greve da história do movimento operário brasileiro” pode ser algo triunfalista

²⁵⁸ COSTAA, S.A.. Op. cit., p. 88

²⁵⁹ SILVA, F.T.A *Carga e a Culpa*: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade – 1937-1968, p. 176.

²⁶⁰ COSTA, S.A., Op. cit., p. 86

Cuba. Pedro Custódio e Valdir Alves de Souza defenderam o “salário móvel” (escala móvel de salários) e Octávio Siqueira criticou a Câmara dos Deputados por ser composta de reacionários. Aparentemente a preparação de uma greve geral para dali a quatro dias não era uma prioridade para a maioria dos oradores e nenhuma providência foi tomada, ou, pelo menos, registrada em ata. Consta, tão somente, entre dezenas de outras resoluções a “ratificação da greve geral da CNTI”.²⁶²

No Sindicato dos Têxteis, a assembléia de preparação para a greve geral prevista para 14 de setembro realizou-se às 19 horas do dia 13. A pauta era idêntica a dos metalúrgicos: a) Luta contra a carestia; b) Questões salariais; c) Defesa das liberdades sindicais e democráticas. Luís Firmino de Lima, Presidente do Sindicato, fez “um relato sobre a situação política e econômica do país”:

(...) O Conselho de Ministro já pediu demissão e a greve já está deflagrada, a mesma é em todo o território nacional pelo reajuste de salários e do salário mínimo, pelo congelamento de preços dos gêneros e por um governo nacionalista e democrático.

Formou-se um comando de greve com a participação de Geraldo Gonçalves, Benedito Carnevale, Francisco Esquesore, João Nascimento, Clarice Perroni, Aurora Violim, Josefina Furlam de Oliveira, José Nunes e Durvalino da Costa.

Segundo Sérgio Amad Costa, em São Paulo aderiram os trabalhadores da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, do aeroporto de Congonhas, além de metalúrgicos, bancários e trabalhadores de Santos que já se encontravam em greve.²⁶³ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, em São Paulo o sistema bancário paralisou os trabalhos, com exceção do Banco do Brasil, ocorrendo, ainda, paralisação parcial nas ferrovias, mas “as indústrias funcionam normalmente”.²⁶⁴

Na edição de *O Metalúrgico* de agosto-setembro-outubro a greve foi lembrada como “plenamente vitoriosa”, constituindo “demonstração pujante da poderosa unidade,

²⁶¹ ERICKSON, K.P., Op. cit., p. 151.

²⁶² Ata da Assembléia Geral Extradordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 9 set. 1962, p. 61.

²⁶³ COSTA, S.A., Op. cit., p. 90. Em Santos começaram no dia 11 de setembro greve dos trabalhadores em carris urbanos por melhores salários, tendo sido convocada greve geral na cidade em solidariedade. SILVA, F.T., Op. cit., p. 178.

²⁶⁴ DELGADO, L.A.N. *O Comando Geral dos Trabalhadores...*p. 192.

organização e combatividade da classe trabalhadora que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional”.²⁶⁵

Segundo Keneth Paul Erikson, o próprio CGT, que se formara após a greve geral de 5 de julho, no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo em agosto, reconheceu que a greve – deflagrada de forma apressada e ocorrendo num sábado - fora menos efetiva do que a de julho. De acordo com este autor, os mesmos fatores que asseguraram relativo êxito à greve anterior, também concorreram a favor desta: deterioração do salário mínimo – perdera 34% de seu poder aquisitivo desde o último reajuste, de novembro de 1961 – e cobertura militar.²⁶⁶

Independentemente da abrangência das paralisações, as duas greves alcançaram plenamente seus objetivos: a de julho conseguiu a imediata renúncia de Auro de Moura Andrade, do PSD, tendo sido nomeado Francisco Brochado da Rocha, que fora deputado estadual pelo PSD do Rio Grande do Sul, mas ocupara cargos no governo de Leonel Brizola, sendo mais favorável às reformas de base.²⁶⁷ Muito provavelmente ajudou a acelerar a aprovação da Lei do 13º salário, no dia 12 de julho. A greve do dia 15, por sua vez, obteve de imediato a antecipação do plebiscito e pouco depois, a 1º de janeiro de 1963, o reajuste de 100% do salário mínimo, além da assinatura de um novo regulamento, facilitando a sindicalização do trabalhador rural. O Ministério do Trabalho, três dias após a greve, emitia uma nota pública garantindo:

(...) O Ministério do Trabalho, segundo determinações do presidente da República em caráter oficial, ordenará que se iniciem os estudos relativos ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores. No que se refere ao salário mínimo e à sindicalização rural, as providências iniciadas já foram tomadas e os grupos de trabalho encarregados de examinar a matéria já se acham em atividade.²⁶⁸

A última greve geral do período foi convocada pelo CGT no dia 31 de março, no Sindicato dos Estivadores, cercado pela polícia da Guanabara. Em São Paulo, no dia 30, reuniam-se na sede regional da CNTI, dirigentes de sindicatos e federações da capital e do interior, da Federação dos Previdenciários do Brasil, da União dos Ferroviários da

²⁶⁵ “ greve geral de 14 de setembro”, *O Metalúrgico* Nº 208, ago.-set.-out. 1962, p. 3.

²⁶⁶ ERICKSON, K.P., Op. cit., p. 155.

²⁶⁷ ABREU, A.A. et. al. (Coord.) Vol. V, p. 5.081.

²⁶⁸ COSTA, S.A. Op. cit., p. 92.

Sorocabana e da UNE para avaliar a situação. Houve tempo, na tensão da hora, para lançar um manifesto:

Manifesto ao Povo

Trabalhadores! Camponeses! Estudantes! Povo de São Paulo!

As medidas tomadas recentemente pelo Presidente da República – decreto da SUPRA, dos aluguéis e de gêneros alimentícios, encampação das refinarias de petróleo – provocaram, ainda mais, o desespero dos reacionários (...)

Articulam-se claramente para depor o presidente João Goulart em esquema preparado politicamente pelos governadores da Guanabara e de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, contando com o apoio de oficiais golpistas, todos ligados às lideranças ibadinas do Congresso Nacional. Fala-se até na mudança do Parlamento para São Paulo.

(...) Conclamamos os trabalhadores para que se mantenham em estado de alerta, reunidos em assembléias permanentes em seus sindicatos, preparados para cumprir a palavra de ordem do CGT, para deflagração da greve geral em defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que o golpeamento do mandato do Presidente seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho.²⁶⁹

Nenhuma assembléia sindical foi realizada nos têxteis ou metalúrgicos. Os sindicatos encontravam-se já, há alguns meses, na defensiva e as centenas de prisões rapidamente realizadas impediram uma reação. Apenas os ferroviários e os portuários de Santos conseguiram parar em São Paulo - além dos metalúrgicos da COSIPA, que sustentaram uma greve nos dias 1 e 2 de abril com a usina ocupada militarmente.²⁷⁰ No Rio de Janeiro houve paralisações entre ferroviários, portuários, metalúrgicos, têxteis e bancários. Esperava-se que uma greve parcial, como haviam sido outras, ajudasse a sustentar a resistência do governo e desencadeasse uma ação militar dos setores nacionalistas ou legalistas. Como afirmou, avisadamente, o líder ferroviário pecebista e deputado federal Demisthóclides Batista (Batistinha): “Então não tinha porque o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar (...) Não havia trabalho de resistência armada

²⁶⁹ “Sindicatos ameaçam greve geral para defender mandato de Jango”, *Última Hora* Nº 3.690, 31 mar 1964, 1ª edição, p. 10.. Observe-se que o manifesto faz jus à realidade histórica, descrevendo o golpe como articulado por governadores dos quatro estados mais importantes da Federação, *com apoio* de oficiais militares e de lideranças ibadiana do Congresso nacional. O protagonismo civil na preparação do golpe foi apagado no interesse, entre outras coisas, de uma “absolvição” posterior das lideranças políticas envolvidas e da costura, com essas mesmas lideranças, de frentes contra a ditadura.

²⁷⁰ COSTA, S.A. Op. cit., p. 148; DELGADO, L.A.N., *O Comando Geral dos Trabalhadores...* p. 201, ARAÚJO, B.J., *Operários em Luta: metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*, p. 119.

dos trabalhadores. Havia aí ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe”.²⁷¹

Mas já não havia “osvinos” para dar cobertura à greve e os soldados já não ouviam os líderes sindicais ou vereadores. Algo havia mudado. E esta mudança surpreendeu sindicalistas e trabalhadores. Como lembra Vera Maria Candido Pereira:

O movimento político de 1964 correspondeu a uma ruptura dessa política [referindo-se ao trabalhismo de Vargas e Goulart – Nota do Autor] e a um momento de perplexidade, quando o governo até então visto como todo-poderoso e protetor dos trabalhadores apareceu fraco e impotente diante das forças que se revelaram mais poderosas.²⁷²

Tal como ocorrera em 1889 e, com os tenentes em 1930, o exército - ou setores dele – apresentava-se como braço armado de um movimento de classe visando à reestruturação do “bloco histórico” dominante.

Como observa Keneth Paul Erikson, faltou, para o sucesso da greve geral contra o golpe, a cobertura militar e o apoio político encontrado anteriormente em oficiais como o general Osvino Ferreira Alves e no presidente Goulart. O teatro de ameaças, característico das lutas dos oprimidos em todos os tempos, e, pelo próprio caráter de equilíbrio instável das alianças inerentes ao populismo, um componente forte da política no período, já não tinha eficácia. Não parece, porém, razoável supor, como sugere o autor, que uma conjuntura econômica desfavorável aos trabalhadores teria facilitado o sucesso da greve geral, uma vez que estava em jogo o problema de um duro enfrentamento com o exército, as forças públicas estaduais, todas as forças políticas e sociais arregimentadas pelo “complexo IPES-IBAD. O movimento sindical e a classe trabalhadora não estavam preparados para isto.”²⁷³

Também parecem pertinentes algumas conclusões apresentadas por Lucília de Almeida Neves Delgado sobre a atuação do CGT: “A série de greves e ameaças de greves definidas pela diretoria do CGT e entidades afins, sem uma mínima consulta às bases, demonstra a prática cupulista que a entidade adota”, embora a afirmação feita em seguida,

²⁷¹ MATTOS, M.B., *Velhos e novos sindicalismo*: Rio de Janeiro (1955-1988), p.176.

²⁷² PEREIRA, V.M.C., *O coração da fábrica*: estudo de caso entre operários têxteis, p. 202.

²⁷³ Afirma o autor: Na ausência do fator privação, não se realizou uma grande greve”. ERICKSON, K.P., *Op. cit.*, p.. 187.

de que faltava a todas as intersindicais do período ramificações mais profundas nas massas pareça bastante sumária.²⁷⁴

O que nos parece inadequado é elaborar conclusões sobre todo o movimento sindical do período a partir de um fato supostamente paradigmático: o fracasso da greve geral de 31 de março – momento em que “o castelo de cartas” teria ruído. A atuação da CNTI e do CGT na “Greve dos 700 Mil” em São Paulo, atesta que aqueles organismos também estavam construindo vínculos efetivos com as lutas sindicais e com as organizações de base. As greves gerais de julho e setembro de 1962 foram movimentos de natureza muito diversa das greves dos 300 mil, 400 mil e 700 mil. É muito plausível acreditar que as greves nacionais de 1962 só obtiveram êxito porque contaram com cobertura militar e apoio governamental. Estes dois componentes não foram, porém, introduzidos no cenário das greves por dirigentes cupulistas. Estavam presentes, como vimos, na greve dos 300 mil e dos 400 mil. Faziam parte dos jogos e encenações da política em vigor. Faltava, porém, a presença viva da classe trabalhadora e das classes populares nas “greves políticas”. Parece, também, que os movimentos de âmbito nacional, visando mudanças na sociedade política, careciam de eficazes “mediadores espaciais”, o que revela, por sua vez, as dificuldades para a classe operária formar-se como um sujeito de abrangência nacional, dependendo, neste caso, muito mais, de entidades e personalidades que agiam “pelo alto”, como era o caso do CGT.²⁷⁵

²⁷⁴ DELGADO, L.A.N. *O Comando Geral dos Trabalhadores...*p. 204.

²⁷⁵ Ver Capítulo 2 p.

Capítulo 6

Formas de Organização

Por que devemos esperar que alheios ao nosso meio social, doutos de suas doutrinas próprias, venham até nós defender aquilo que só a nós compete e que, em toda a extensão dos nossos desejos e necessidades, são contra os seus interesses e ensinamentos?

José Maia Ribeiro

Nós mesmos o defenderemos, O Metalúrgico no. 115

6.1. Comissões de salário, de solidariedade e de fábrica.

A leitura atenta das Atas das assembléias gerais, têxteis e metalúrgicas, revelou que em TODAS as campanhas salariais, até 1964, sem exceção, de ambas as categorias, foram eleitas nas assembléias comissões de salário para “apoiar” a Diretoria. Na verdade, essas comissões exerciam um controle das bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente mais ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer das lutas. Pode-se dizer que as suas principais atribuições foram: a) pesquisar e divulgar informações relevantes para o esclarecimento da classe nas campanhas salariais e greves, como, por exemplo, sobre os lucros das empresas¹; b) contribuir para a construção dos índices de reajuste salarial a serem reivindicados, fosse mediante reuniões com o DIEESE, fosse por meio da aplicação de questionários aos operários ou mesmo de visitas às portas de fábrica²; c) negociar na DRT, na FIESP e mesmo no TRT, juntamente com as diretorias dos Sindicatos, todas as questões pertinentes à campanha salarial; d) promover a articulação e organização com a base, especialmente com delegados de empresa e comissões de fábrica, como é possível perceber na nota publicada em *O Metalúrgico* na edição de agosto-setembro de 1961: a Comissão Central de Salários punha-se à disposição dos trabalhadores para “orientação e organização nos bairros e empresas”;³ e) controlar e cobrar empenho da Diretoria na luta.

No Sindicato dos Têxteis, segundo Almeida, “as Comissões de Salários, que continham a ‘nata’ dos dirigentes comunistas, eram organismos de pressão sobre as

¹ Ata da Assembléia Geral Extradordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 15 abr. 1955, p. 176.

² “Batalha de reajustamento de salários”, *O Metalúrgico* Nº 164, jul. 1957, p. 1.

³ A nota acrescentava: “As empresas onde os trabalhadores ainda não estiverem organizados, devem procurar a comissão para receber orientação e formar comissões de empresas, piquetes e etc. Os trabalhadores unidos vencerão”. Cf.: “Comissão central de salários – Comunicado”, *O Metalúrgico* Nº 202, ago.-set. 1961, p. 7.

diretorias da entidade e que procuravam fazê-las prestar contas de seus atos”.⁴ Em junho de 1955, por exemplo, José Maia Ribeiro, tendo já expirado seu mandato como Secretário Geral, conseguiu publicar um artigo em *O Metalúrgico* com críticas à atuação da Diretoria na campanha salarial:

Nós, da Comissão de Salários, fomos informados que ofícios foram enviados aos Sindicatos Patronais do Grupo 14 e à Delegacia Regional do Trabalho (...) A Comissão, porém, não conhece o teor dos ofícios (...) Tenho a impressão que os nossos diretores estão deixando muito a desejar, e assim não fosse a arregimentação da classe metalúrgica, a estas alturas, já estaria em ponto de combate.⁵

Paul Singer foi bastante claro, em seu depoimento, sobre o papel dessas comissões:

Olha, toda a minha participação na época foi nas comissões de salário, eu nunca fiz parte da Diretoria do Sindicato. *Eram os trabalhadores, vamos dizer, que lideravam a própria categoria.* Os dirigentes, tirando o Presidente, Remo Forli, o Plácido também, todos os outros eram menos presentes, menos ativos, não só nas assembléias, mas também nas assembléias de porta de empresa. Havia, por assim dizer, agitadores: eu era um deles. Então esses agitadores eram eleitos para acompanhar a Diretoria, em nome dos trabalhadores...e essas comissões já eram uma preparação para a greve.[Grifo do Autor]

Já nos referimos sobre a importância das comissões de solidariedade eleitas nas assembléias e enviadas às reuniões de outras categorias, realizadas simultaneamente. Cabe insistir que a frequência com que esta prática é mencionada nas Atas de assembléias gerais, tanto de têxteis quanto de metalúrgicos, sugere tratar-se de um costume carregado de importantes significados para todos os envolvidos. Ao ser indagado sobre a importância dessas comissões para a tessitura de laços de solidariedade entre os trabalhadores, Paul Singer esclareceu: “Foram importantes, sim. Nós acabamos realmente conseguindo fazer uma central sindical e organizamos a greve com cinco categorias. Eram cinco categorias com a mesma reivindicação por aumento de salário”, referindo-se à Greve dos 300 mil.

O trânsito intenso dessas comissões de solidariedade entre as diversas categorias, como se tratassem de “embaixadas” representando uma categoria na assembléia de outra, os registros nas Atas das ovações com que eram recebidas, os discursos pronunciados, ressaltando a luta comum e a solidariedade, sugerem que esta prática constituía uma dessas formas pouco visíveis de burlar o controle ministerial, transformando o sindicato em uma

⁴ ALMEIDA, M.M., *O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: História (1933-1957)*, p. 224.

⁵ RIBEIRO, J.M., “Aumento de salários”, *O Metalúrgico* Nº 143, jun. 1955, p. 2.

referência para a manifestação coletiva, valendo-se das brechas que nenhum sistema de controle consegue vedar.

Embora seja mais difícil localizar e acompanhar a trajetória das comissões de fábrica do que das comissões de salários – por serem estas últimas organizações centralizadas de toda a categoria, eleitas publicamente durante campanhas salariais, desempenhando papéis melhor documentados – há evidência suficiente para darmos como certa a existência bastante difundida de organizações por local de trabalho (comissões de fábrica ou conselhos sindicais) com perfis diversos, tanto em metalúrgicos como em têxteis.

As comissões de fábrica são mencionadas na documentação em vários momentos. Em uma assembléia metalúrgica de julho de 1955, por exemplo, José Riverti propõe que as fábricas que tinham comissões internas entrassem em contato com as que não tinham, estabelecendo, também, contato com a comissão central de salários.⁶ Em um artigo veiculado na edição de junho-julho de 1962, em *O Metalúrgico*, José de Araújo Plácido aconselhava: “Os trabalhadores metalúrgicos devem, em cada empresa, criar o seu Conselho de Empresa, um em cada seção, com o mínimo de três membros em cada Conselho, e pedir o seu reconhecimento à Diretoria do Sindicato”.⁷ Assim, obtemos algumas informações sobre o que era considerado um número suficiente de membros dos conselhos sindicais, sua distribuição nas fábricas e suas relações com o Sindicato. O mesmo Plácido, poucos meses depois, concluía um histórico da greve metalúrgica que se encerrava, “afirmando que os conselhos de empresa tiveram um papel preponderante na luta”.⁸

Outra matéria, de agosto/setembro de 1963, apresenta mais informações sobre as possíveis formas de organização dos conselhos:

A nossa Assembléia caracterizou também a importância da organização sindical dentro das empresas como fator fundamental para a unidade e

⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 jul. 1955, p. 200. Não se tratava de idéia pessoal de Riverti, pois diversos depoimentos registrados por Wolfe informam que no Brás e na Mooca era comum ativistas das fábricas maiores organizarem comissões conjuntas para representar os trabalhadores das menores – aquelas com menos de trinta empregados. Provavelmente o autor se refere a comissões para representar os trabalhadores junto ao Sindicato e organizar o encaminhamento de determinadas lutas, mas não para negociar conjuntamente com os respectivos empregadores. WOLFE, J. Working Women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class (1900-1955), p. 173.

⁷ PLÁCIDO, J.A., “O que a vida nos ensina”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun.-jul. 1962, p. 2.

⁸ Ata da Sessão Permanente da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 31 out. 1962, p. 73 – verso.

vitória de qualquer luta, motivo pelo qual recomendou aos metalúrgicos: realizar assembléias por empresas, dentro do Sindicato, eleger desde já um delegado sindical em cada seção da empresa.⁹

Nos têxteis, os chamados à formação de comissões de fábrica são frequentes nas assembléias, começando pelas reuniões preparatórias da Greve dos 300 Mil, quando foi aprovado, segundo a Ata, autorização para “(....) a Diretoria do Sindicato e a Comissão Pró-Aumento de Salário organizarem comissões nas fábricas para convidar os trabalhadores a lutar pelo aumento de 60%”.¹⁰ Em assembléia de 29 de agosto de 1954 uma das propostas aprovadas “por aclamação e unanimidade” convocava os trabalhadores a ampliarem seus conselhos sindicais e a formarem-nos onde estes não existissem.¹¹ Em junho de 1955 os oradores inscritos para falarem na Assembléia, segundo a Ata, defenderam que “os trabalhadores em geral devem organizar-se em suas empresas, organizarem comissões e conselhos sindicais”.¹² Na assembléia de 30 de outubro de 1955, uma resolução semelhante: “que os trabalhadores se organizem em comissões nas fábricas e venham retirar boletins de propaganda na sede do Sindicato”.¹³

Assim, parece realmente sem fundamento – como aliás vem sendo analisado por diversos autores – uma das premissas da crítica ao “sindicalismo populista”: a “ausência de organizações sindicais de local de trabalho”.¹⁴

É bastante difícil, porém, obtermos – em parte devido à própria natureza do “objeto” – uma imagem nítida da abrangência, duração e caráter dessas organizações. Alguns depoimentos parecem confirmar o diagnóstico da debilidade e mesmo ausência das comissões de fábrica. João Bonifácio, tecelão, por exemplo, afirmou que as comissões “funcionavam só durante as greves, quando terminava a greve, a campanha salarial, aquelas comissões se dissolviam”. Paul Singer, por sua vez, informou que as comissões não eram comuns: “Havia o que provavelmente eram células do Partido Comunista. Mas como eu não era do Partido, não tenho muito conhecimento a respeito”. Outras fontes, como veremos, são mais claras na apresentação da existência das comissões. Mesmo os dois

⁹ “Assembléia dos metalúrgicos decide reivindicar 100% de reajuste salarial”, *O Metalúrgico* Nº 214, ago.-set. 1963, p. 1

¹⁰ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 mar 1953.

¹¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 19 ago. 1954, p. 105 - verso

¹² Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 5 jun. 1955, p.139.

¹³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 30 out. 1955 149 – verso.

depoimentos mencionados reconhecem, seja a formação de comissões nos períodos de greves e campanhas salariais – que ocorriam durante dois a três meses por ano – seja a existência das células do PCB – de fato duas formas assumidas pelas organizações por local de trabalho. Seja como for, estamos diante de práticas sociais não formalizadas em organizações regulares, exercidas em um campo pouco visível, não sendo possível “capturá-las” com segurança. Mesmo porque, como observa José Albertino Rodrigues, o delegado de empresa era “o elemento mais visado dentro da fábrica”, encontrando-se, sempre, ameaçado de demissão. Assim, nem sempre podia ter uma atuação aberta e direta.¹⁵

Houve algumas tentativas patronais de formar comissões de fábrica. Na Atlas, após a Greve dos 300 mil, os patrões promoveram eleições secretas para a formação de uma comissão de fábrica, tendo sido designados para integrá-la os cinco primeiros colocados, entre eles Paul Singer.¹⁶ A experiência foi estimulada pela adesão dos proprietários da empresa ao Movimento do Rearmamento Moral, que defendia “uma nova ordem social regida sob comando do Espírito de Deus”.¹⁷ A comissão funcionou apenas durante o ano de 1953. Segundo Singer:

Depois a direção da empresa não nos consultava mais, porque estavam achando que a comissão só tinha reivindicações a fazer e não tinha nenhuma proposta construtiva. O que era ilusório, querer que a comissão fizesse alguma proposta que melhorasse os lucros deles. Eles estavam, de certa forma, decepcionados com a nossa atuação. Para mim foi uma escola fantástica, porque, praticamente toda a hora do almoço eu recebia bastante trabalhadores e passei a ter uma idéia do que se passava dentro do dia-a-dia de uma grande empresa.

(...)

Olha, pela minha lembrança, a reclamação que vinha com bastante frequência tinha a ver com o pagamento de prêmios.

As comissões podiam ser informais, independentes do sindicato, ou por ele controladas – neste caso constituindo um grupo ligado ao delegado sindical e denominadas

¹⁴ RODRIGUES, L.M. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*, p. 102.

¹⁵ RODRIGUES, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, p. 147.

¹⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 maio 1953, p. 96 – verso.

¹⁷ Cf: COSTA, H. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, p., 239. O “Rearmamento Moral” permanecia ativo nos anos 60 e, em julho de 1961 publicou uma extensa matéria paga no *Última Hora*, de forte teor anticomunista, contendo a informação de que o mesmo texto estava sendo publicado em outros 140 países, ostentando o seguinte título: “Não temos tempo a perder: eis a resposta pelo amor de Deus, acordem!”. Cf: *Última Hora*, Nº 2.757, 27 mar. 1961 1º Caderno, p. 13

“conselhos sindicais”.¹⁸ Provavelmente muitas foram efêmeras, mas não tanto quanto imagina, por exemplo, Weinstein.¹⁹ Na mesma perspectiva desta autora, Almeida propõe distinção entre as comissões de salário e as “vagas comissões de fábrica, que, em todo o período por nós estudado, são mais comissões de greve e daí surgirem e desaparecerem sempre”[Grifo da autora].²⁰ Parece, porém, harmonizar-se melhor com o conjunto dos dados disponíveis a observação de Colistete, segundo a qual era comum trabalhadores serem eleitos para negociar com os patrões demandas específicas, sendo essas comissões desmobilizadas em seguida – não significando tal procedimento, necessariamente fraqueza organizativa, uma vez que contatos e discussões informais prosseguiam todo o tempo.²¹

Neste último caso, poderíamos denominá-las comissões “ad hoc”, formadas para negociar demandas e problemas específicos, sem deixar registro na documentação sindical, por sua informalidade. Os registros aparecem na documentação policial e é razoável supor que essas comissões implicassem algum grau de organização e esclarecimento dos trabalhadores, uma vez que recolheram as demandas, apresentaram-nas aos patrões, negociaram-nas, estabeleceram interlocução com o Sindicato e tiveram que lidar com a presença dos agentes do DOPS sem se intimidarem – ou pelo menos não a ponto de abandonar a luta.

Na Tecelagem Santa Branca, onde trabalhavam 180 tecelãs, por exemplo, iniciou-se uma paralisação no dia 22 de janeiro de 1955, na tentativa de reverter uma punição aplicada contra Mercedes Colombini, suspensa por um dia por tecer um pano com defeito. Formou-se, então, uma comissão integrada pela própria tecelã punida, por Iracema Fiori e Terezinha

¹⁸ NEGRO, A.L. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*, p.LM, 27. Afirmo o autor: “Nem sempre é possível discernir se se trata de uma comissão ampla e representativa, uma simples delegação, um grupo ligado a um delegado sindical ou a uma greve”.

¹⁹ Segundo esta autora: “As comissões de fábrica surgidas durante as greves no mais das vezes se dissolviam rapidamente, e as tentativas de criar redes de delegados sindicais eleitos em nível de fábrica fracassavam invariavelmente”. WEINSTEIN, B. *A (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, p.330. O quadro traçado por Hamilton José Barreto de Faria para as comissões de fábrica na categoria metalúrgica nos anos 70 confirma fisionomia multiforme das mesmas: “As comissões foram surgindo de formas variadas, de fábrica para fábrica: em algumas, indicadas diretamente pelos patrões, em outras, formadas por voluntários (Jurubatuba), formadas por chefes e voluntários (Piratininga), indicadas nas seções pelos próprios trabalhadores (na Caterpillar a comissão formou-se com 40 trabalhadores, dois de cada seção) e, finalmente, em outras, eleitos em assembléia geral de fábrica (o caso da Massey Ferguson”. FARIA, H.J.B., *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*, p. 313.

²⁰ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 224.

Menassi, que tentou abrir negociações com os patrões, sendo todas punidas com suspensão de dois dias. O Tesoureiro do Sindicato dos Têxteis, Geraldo Marchelli, foi convocado, mas fracassou em sua tentativa de promover um acordo entre as partes.²²

Na Indústria Piratininga ocorreu paralisação no dia 11 de janeiro de 1955, na seção de tecelagem, a partir de 9 horas da manhã, por 25% de reajuste salarial. Formou-se uma comissão de negociação, integrada por Carlos Bernardo Priche, Maria Jomba, Maria Fusco, Raimunda Ferreira de Lima e Miguel Fernandes. O Presidente do Sindicato, Nelson Rusticci, foi convocado e chegou-se a um acordo: até o dia 19 daquele mês a empresa apresentaria uma tabela de reajuste salarial – voltando-se, então, ao trabalho às 13 horas. O membro da comissão Miguel Fernandes, porém, foi punido com dois dias de suspensão por ter “dirigido palavras ofensivas à diretoria da firma”.²³

Uma das formas de organização por local de trabalho melhor documentadas, seja por produzirem jornais apreendidos pelo DOPS, seja por estarem ligadas a uma estrutura de organização política mais estável, foram as células do PCB, ou comissões de fábrica dirigidas por membros do partido. A experiência dos militantes comunistas na organização de comissões vinha de longa data. Já em 1935 o Comitê Central recomendava a “(...) constituição de comitês de empresa, organizados com os delegados mais representativos e com base nas reivindicações mais importantes em cada local de trabalho”, definindo, portanto, alguns critérios norteadores do funcionamento dos órgãos que os militantes deveriam animar: serem representativos e levantarem as reivindicações mais importantes no local de trabalho.²⁴

Segundo informações – talvez exageradas - de João Amazonas, citadas por José Álvaro Moisés, o PCB controlava em São Paulo em 1953, cerca de 500 comissões de fábrica, base decisiva para o êxito da Greve dos 300 Mil.²⁵ A avaliação de Moisés, segundo a qual as comissões, sob o controle do PCB, negavam sua vocação fundamental à autonomia, atrelando-se à estrutura sindical oficial, pressupõe que o Partido pudesse

²¹ COLISTETE, R. *Labour relations and industrial performance in Brasil: Greater São Paulo, 1945-1960*, p. 109, 110. O mesmo autor observa que, a partir de 51-52 “existem fortes evidências de que as organizações por local de trabalho de expandiram na indústria paulista”.

²² Dossiê DOPS 43-Z-0-1465

²³ Dossiê DOPS 43-Z-0-1461

²⁴ CAVALCANTI, C.A.V. *As lutas e os sonhos: um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 1930*, p. 70.

exercer um controle eficaz sobre esses organismos de base, quando, de fato, isto não ocorria. Parece ser mais ou menos válido para outros períodos a observação de Zilda Iokoi sobre o PCB no final dos anos 40: “Também havia diferenças significativas entre o PCB representado por seu Comitê Central e a prática social e política de cada um dos subgrupos ou células que o constituíam. De certo modo, a clandestinidade aprofundava esse fenômeno descentralizado(...)”.²⁶

Um traço marcante das comissões organizadas pelo PCB consistia na produção de jornais de fábrica. Em setembro de 1952, por exemplo saía o número 10 de *A Seda*, “Jornal de luta dos trabalhadores da Tecelagem Brasileira de Seda”, que estava em seu primeiro ano de existência. Consistia em uma folha de papel sulfite, mimeografada na frente e no verso, com texto datilografado. Seu conteúdo caracterizava-se por combinar a apresentação da linha geral do PCB com reivindicações específicas surgidas no “chão da fábrica”. Assim, trazia uma charge com a consigna: “Fora Trumam e os provocadores de guerra”, recomendava a leitura da Resolução Sobre o Trabalho Sindical, aprovada no Comitê Nacional do PCB - publicada no periódico do Partido, *Voz Operária*, n 171²⁷ -, anunciava reunião do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, em Porto Alegre e o Congresso Regional de Defesa do Nosso Petróleo, em São Paulo. Na linha do “Manifesto de Agosto”, convocava os trabalhadores para a luta “até a derrubada desse governo dos patrões e sua substituição por um governos dos trabalhadores”.²⁸ Por outro lado, promovia a mobilização por aspectos bastante específicos do cotidiano fabril: armários, horários e repressão patronal.

Os armários recém instalados não eram aceitos “pois os mesmos não correspondem a nossas exigências e necessidades”. Propunha-se, então, a formação de uma “forte comissão”, que deveria ir ao sindicato, exigindo de sua Diretoria negociar com os patrões o melhoramento dos armários. Quanto aos horários, o descontentamento decorria das

²⁵ MOISÉS, J.A., *Greve de massa e crise política: (Um estudo sobre a Greve dos 300 Mil em São Paulo-1953-1954)*, p. 137.

²⁶ Ibid., p. 150; IOKOI, Z.M.G., *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 203.

²⁷ Trata-se, cabe observar, da afamada “Resolução Sindical” determinando o retorno aos sindicatos “oficiais”.

²⁸ Como assinala Lerner, verifica-se uma certa defasagem entre o radicalismo da linha política geral, que atinge seu ápice em 1950, mantendo-se até o IV Congresso, em 1954, e a linha sindical, que radicaliza-se antes, em 1948, modificando-se “em bases mais realistas” já a partir de 1951/52”. Esta edição do jornal *A Seda* o comprova, na medida em que já defende a criação de um Conselho Sindical na empresa, pregando, ao

mudanças havidas com o racionamento de energia elétrica. Os trabalhadores permaneciam por até 15 horas à disposição da empresa, para trabalhar apenas 8 horas. Conclusão: “Temos que nos organizar e lutar. A nacionalização da *Light* é um problema que se impõe. E isto não acontece pela vontade de Getúlio ou dos patrões, e sim por nossa luta”. Havia, ainda, outra pendência relativa ao controle dos horários: reivindicava-se a volta dos cinco minutos concedidos antes do término da jornada de trabalho para lavagem das mãos. A supressão daquela pequena regalia estaria ocasionando a perda dos horários de trens.²⁹

Outro exemplo é *O Tear*, “jornal de luta dos trabalhadores da fábrica Mariangela” que, em novembro de 1954, estava em seu segundo ano de existência. Apresentava características semelhantes às encontradas em *A Seda*: articulação entre a linha geral do PCB e as denúncias e chamados à mobilização por reivindicações próprias do “chão da fábrica”.³⁰

Ao longo dos anos 50 as comissões de fábrica tenderam a ser institucionalizadas, o que decorria, em parte, da estratégia do PCB, e mesmo do PTB, de transformá-las em conselhos sindicais e, no caso dos trabalhistas, estender também a elas os tentáculos do controle ministerial. Esta institucionalização parece, também, ter decorrido de uma opção dos ativistas de base, aceitando uma espécie de “divisão de trabalho”, como se refere Wolfe, entre eles e as lideranças sindicais. Durante os anos 1940 as comissões operavam de maneira totalmente independente dos sindicatos, tendo passado a aceitar, posteriormente, uma coordenação. A Diretoria do Sindicato exercia algo como um “lobby” junto ao Ministério do Trabalho, ao passo que as comissões eram responsáveis pela organização de base e pelas greves.³¹ Este autor aponta as greves metalúrgicas e têxteis de dezembro de 1951 como o momento da virada a partir do qual as comissões teriam sido incorporadas à estrutura formal do Sindicato, mas parece mais adequado situar no ano de 1956 o ponto de mudança.³²

mesmo tempo, a derrubada do governo Dutra e a formação de um “governo dos trabalhadores”. Cf: LORNER, *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*: um estudo, p. 128.

²⁹ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 114.

³⁰ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 501. Vários outros jornais de fábrica são mencionados no diário do PCB, *Notícias de Hoje: A Voz do Crespi*, do Cotonifício Crespi, *A Prensa*, da Funilaria Brasil e *O Guindaste*, da Usina Santa Olímpia, *A Faísca*, da Spina e *A Lata*, da Metalúrgica Matarazzo.

³¹ WOLFE, J. Op. cit., p. 171.

³² *Ibid.*, p. 172.

A tentativa de institucionalizar a representação operária dentro das fábricas parece ter recebido estímulo na gestão do Ministro José Parsifal Barroso na Pasta do Trabalho. Em um movimento ousado de “incorporação” da força operária emergente, o Ministro, como já vimos no Capítulo 4, assumira com o PUI o compromisso de nomear 90 sindicalistas como fiscais da COAP de São Paulo, número posteriormente reduzido para dez. No mesmo ano, a DRT paulista oficializou o mandato dos delegados sindicais de empresa, entregando-lhes credenciais.

No caso dos Têxteis, realizou-se uma cerimônia festiva no dia 7 de julho de 1956, no Clube dos Motoristas, com show e até homenagem ao artista “Pechincha”, aniversariante. Vinícius Torre, Delegado Regional do Trabalho, manifestou seu apoio ao sistema de representação organizado pelo Sindicato, assinalando que este fato se dava “pela primeira vez na sua história...” [da DRT - Nota do Autor].³³

No dia 26 de agosto de 1956, 50 metalúrgicos também foram credenciados com carteirinhas reconhecidas pela DRT, entregues no intervalo de um “animado baile”, comemorativo do 1º aniversário do Departamento Feminino, pelo vice presidente José de Araújo Plácido. Segundo o jornal do Sindicato, as carteirinhas dotavam o delegado de “poderes para falar aos patrões, a pedido de seus colegas de empresa.” Assim, qualquer reivindicação surgida no local de trabalho – atraso em pagamentos, falta de higiene no serviço, insalubridade, etc. – poderia ser encaminhada ao patrão “através dos representantes do Sindicato – o delegado sindical”.³⁴

Embora esta última notícia mencione a distribuição de apenas 50 carteirinhas, o número de delegados sindicais parece ter sido bem maior. Em dezembro de 1956, uma notícia sobre “reunião dos delegados metalúrgicos”, preparatória para a participação em um encontro do PUI de delegados de empresa de todas as categorias filiadas, registra a presença de 167 delegados. O cônsul norte-americano, aparentemente alarmado, recebera de um contato informe sobre a existência de 350 “comitês de fábrica” na categoria metalúrgica, “estupidamente reconhecidos pela DRT”. O informante acrescentava uma notícia interessante: em algumas fábricas funcionariam dois comitês: um com as

³³ Dossiê DOPS 50-Z-315. Comunicado preparado por SOG, 19 set. 1956.

³⁴ “No aniversário do Departamento Feminino: o Sindicato dos Metalúrgicos lança os primeiros delegados sindicais nas empresas”, *O Metalúrgico* Nº 156, set. 1956, p. 6 Ata de Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 2 ago. 1956, p. 160 –verso. Lopes registra o evento, mas aponta a data de 26 de setembro de 1956, Cf.: LOPES, C.L.E., *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*, p. 66.

credenciais da DRT e outro sem elas, clandestino.³⁵ Cabe, ainda, registrar que, segundo Faria, em 1964 haveria nada menos que 1.800 delegados sindicais de empresa, “em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista”, que foram denunciados pelo grupo de Joaquim dos Santos Andrade, sendo, então, presos ou demitidos.³⁶

A partir de 1956, algumas notícias publicadas em *O Metalúrgico* sugerem tentativas de formalizar aspectos da relação dos delegados de empresa com o Sindicato. Em fevereiro de 1957, por exemplo, Eugênio Chemp esclarecia sobre as funções do delegado: “Se o sindicato representa um órgão de coordenação e de defesa das reivindicações dos trabalhadores, o delegado de empresa representa a correia de transmissão entre o sindicato e a fábrica”. Cabia ao delegado “transmitir tudo o que ocorre nas reuniões dos delegados metalúrgicos que se realizam todas as primeiras sextas-feiras do mês no Sindicato, transmitir o que ouviu aos demais operários das fábricas”. Deveria, claro, também fazer o movimento contrário, ouvindo as opiniões e sugestões dos companheiros de fábrica “(...) levando também estas opiniões e sugestões para a reunião dos delegados metalúrgicos defendendo, assim, um ponto de vista dos seus companheiros junto ao sindicato”. Cabia ao delegado saber convencer os companheiros de fábrica da justeza das resoluções tomadas pelo sindicato e pelo PUI e da necessidade de sua aplicação. Deveria empenhar-se para sindicalizar, organizar e levar seus companheiros para o Sindicato.³⁷

No dia 27 de maio de 1960, os delegados de empresa se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos para tomar conhecimento de uma proposta de regimento interno que passaria a reger seus encontros.³⁸ Em agosto de 1962, os delegados eram convocados para uma reunião para discutir problemas relativos à eleição dos “conselheiros sindicais de empresa”. Advertia-se que a data daquela reunião seria considerada como prazo em que expirava o mandato dos delegados, deixando claro que a duração desses mandatos era determinada pela Diretoria do Sindicato e não pelos operários nas fábricas.³⁹

³⁵ NEGRO, A.L., Op. cit., p. 87.

³⁶ FARIA, H.J.B., Op. cit., p. 58.

³⁷ CHEMP, E. “O papel sindical dos delegados de empresa”, *O Metalúrgico* Nº 161, fev. 1957, p. 3.

³⁸ “Aviso aos Delegados de Empresa”, *O Metalúrgico* Nº 191, abr.-maio 1960, p. 2.

³⁹ “Delegado de empresas – Comunicado importante”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun.-jul 1962, p. 1. No mesmo período o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro adotava alguns procedimentos para controlar seus delegados sindicais: mandatos de conselhos coincidentes com os da Diretoria do Sindicato, ratificação dos eleitos pela Diretoria, distribuição aos conselheiros de tarefas auxiliares à Diretoria e participação nas eleições para os Conselhos apenas dos operários sindicalizados. No caso de São Paulo, não encontramos o referido

No Sindicato dos Têxteis, segundo Almeida, “a partir de 1956, as comissões de fábrica começaram a ter uma designação nova – delegados sindicais”. A Diretoria do Sindicato apresentava suas realizações no biênio 1955-1957 incluindo entre elas a eleição de 400 delegados de empresa e a formação de comissões e conselhos nas fábricas.⁴⁰

Referindo-se ao período anterior ao golpe de 64, José Albertino Rodrigues conclui que “o delegado de empresa tende a constituir a espinha dorsal do movimento sindical”, o que, pelo menos no caso dos metalúrgicos, parece confirmar-se nas observações de Hamilton de Faria sobre a perseguição aos 1.800 delegados após o golpe: “A partir dessa desarticulação o movimento começou a arrefecer.”⁴¹

Assim, podemos concluir que não faltam evidências de que o sindicalismo brasileiro no período populista contava com razoável organização nos locais de trabalho, ou que, pelo menos, isto ocorria com as duas categorias estudadas: metalúrgicos e têxteis. É bastante difícil definir com precisão sua abrangência, grau de organização e continuidade, embora alguns dados tenham sido apresentados. Parece certo que as organizações por local de trabalho mais duradouras foram aquelas ligadas a outras instituições ou organizações: ao sindicato, por meio dos delegados sindicais e ao Partido Comunista. Tudo indica que as demais tenham sido bastante informais, provavelmente com composição variada e funcionamento sistemático limitado aos períodos de campanha salarial, greve ou mobilização por questões específicas. No restante do tempo talvez as comissões “desaparecessem”, sobrevivendo nos contatos pessoais, relações de parentesco e amizade. Não faz muito sentido imaginar que organizações de fábrica não ligadas ao Partido Comunista ou ao Sindicato, sentissem necessidade, por exemplo, de editar um jornal ou distribuir boletins visando a “conscientização” dos companheiros.

É interessante notar que a natureza informal, fluida, das organizações por local de trabalho permitia-lhes sobreviver em diversos ambientes políticos e desempenhar funções diversas. Nos períodos repressivos, podiam tornar-se organizações alternativas ao Sindicato, responsáveis pela promoção de greves⁴² ou de lutas e negociações específicas

regimento interno que regia os encontros dos delegados de empresa. MATTOS, M.B., *Novos e velhos sindicalismos*: Rio de Janeiro (1955-1988), p. 127

⁴⁰ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 227.

⁴¹ RODRIGUES, J.A., Sindicato e desenvolvimento no Brasil, p. 147 e FARIA, H.J.B., Op. cit., p. 58.

⁴² Ricardo Maranhão demonstra que, das 33 greves verificadas em 1946, 15 foram organizadas por comissões de fábrica ou outras formas de organização “para-sindicais” nos locais de trabalho. Cf.: MARANHÃO, R.,

empresa a empresa.⁴³ Em momentos de ampliação dos direitos democráticos e sociais, podiam até obter reconhecimento oficial, com carteirinha e apoio do Ministério do Trabalho. A importância do reconhecimento, é óbvio, decorria da necessidade de “proteger” o delegado sindical das perseguições e mesmo do perigo de demissão. Não há registros de outras cerimônias de distribuição de carteirinhas de delegado sindical pela DRT, sendo provável que, com o fim da gestão de Parsifal Barroso, em 1958, a prática tenha sido interrompida. O interesse do Sindicato em garantir aos delegados um mandato estável, porém, evidencia-se no 10º ponto da pauta de reivindicações dos metalúrgicos apresentada à patronal nas negociações do acordo intersindical de outubro de 1960: “Fica acordado entre as partes que o Sindicato dos empregados credenciará seus delegados nas empresas, cujas funções serão a de contribuir para o estabelecimento de boas relações entre empregado e empregadores e inclusive a observância dos dispositivos do presente acordo”.⁴⁴ Não temos informações sobre a aceitação deste ponto. Cabe observar que José Albertino Rodrigues registra a luta pela “estabilidade provisória” dos delegados de empresa e seu reconhecimento pelo empregador, mediante credencial fornecida pelo sindicato, mas conclui que os sindicatos preferiam “manter os seus delegados no anonimato a revelar não só sua existência, mas também sua identidade. Têm-se preferido manter o patrão sob a vigilância de um líder sindical no próprio local de trabalho, sem que possa saber quem é”.⁴⁵

Outra característica interessante das organizações por local de trabalho era sua facilidade de estabelecer laços com outras formas de organização operária. A capacitação para arregimentar, lutar e negociar, adquirida por seus delegados, podia também contribuir para a participação nas lutas de bairro,⁴⁶ era possível que comissões de fábricas maiores

Sindicatos e democratização, p. 41 Maria Helena Simões Paes, por sua vez, assinala que a nova onda grevista de 1948, na categoria metalúrgica, foi organizada por mecanismos extra-sindicais: comissões de greve com apoio do PCB. Cf.: *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1932-1951)*, p. 168.

⁴³ COLISTETE, R. Op. cit., p. 46

⁴⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 14 out. 1960, p. 2.

⁴⁵ RODRIGUES, J.A., Op. cit., p. 149. Na contra-mão desta afirmação, Braz Araújo informa que, na COSIPA, os delegados sindicais, em número de 60, foram reconhecidos como legítimos representantes dos trabalhadores pela direção da empresa em 1963. ARAÚJO, B.J., *Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santistas (1933-1983)*, p. 109.

⁴⁶ Para o período coberto por este estudo essa atuação polivalente do delegado sindical está bem documentada para o caso de São Miguel Paulista por Paulo Fontes: *Comunidade operária e migração nordestina: São Miguel Paulista (1945-1966)*, p. 247. Para os anos 10 e 20 o estudo de Joel Wolfe é bastante esclarecedor sobre os laços entre comissões de fábrica, organizações de moradores e as Uniões têxtil e metalúrgica. WOLFE, J., Op. cit., p. 27. Hamilton Pereira aponta relações significativas entre comissão de fábrica e

representassem os trabalhadores de fábricas menores da mesma região, e as comissões podiam ligar-se tanto ao sindicato quanto às comissões de salário ou greve.

Podemos identificar três grandes linhas interpretativas sobre o papel das organizações de base no período populista. A primeira, defendida por Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, considera que as mesmas se constituíram, ligadas às Comissões de Greve, em “embriões de uma estrutura dual”, paralela aos sindicatos oficiais. Entretanto, por não romperem com o atrelamento ao Estado, acabaram revitalizando a estrutura sindical e dando vida ao pacto populista.⁴⁷

A segunda linha de interpretação, também crítica ao “sindicalismo populista”, construiu-se a partir da experiência das oposições sindicais no período da ditadura militar. Adotou como matriz os trabalhos de Gramsci sobre o papel dos conselhos de fábrica na Itália e na construção da ditadura do proletariado. Aproveitou, ainda, as análises do próprio Weffort sobre as greves em Osasco e Contagem. Podemos encontrar esta linha no trabalho de Hamilton José Barreto de Faria. Nele, as comissões de fábrica são concebidas como organismos de base de um sindicalismo livre, desatrelado do Estado e como órgãos vinculados à condição do operário como produtor de riquezas - e não apenas como vendedor da força de trabalho. Como os laços com a experiência anterior a 64 haviam, em parte, sido rompidos pela ditadura, as comissões puderam ser concebidas como uma novidade em relação ao período populista – o que, de fato, não eram.⁴⁸

Uma terceira interpretação é defendida por autores como Joel Wolfe e Carmen Evangelho Lopes, numa linha que, a nosso ver, apreende melhor a importância das organizações por local de trabalho no período populista. Pode-se dizer que esses autores percebem as comissões como formas de organização *alternativas* e não *complementares* à estrutura sindical oficial. Segundo Wolfe as comissões foram responsáveis por mudanças no regime de relações industriais de fato existente. Juntamente com as comissões de salário, os próprios sindicatos e as organizações intersindicais, foram responsáveis pela neutralização dos aspectos mais repressivos da CLT. Foram expulsos os piores pelegos dos sindicatos, interrompido parcialmente o controle do Ministério do Trabalho sobre a vida

associações de bairro nos anos 70, nos metalúrgicos da zona sul de São Paulo. Cf.: FARIA, H.J.B., Op. cit., p. 26.

⁴⁷ WEFFORT, F.C., *Sindicatos e política*, p. III 21 e 22 e MOISÉS, J.A., Op. cit., p. 91 e 94.

⁴⁸ FARIA, J.H.B., Op. cit., p. 126.

sindical, democratizando, portanto, parcialmente o sistema de relações industriais.⁴⁹

6.2. Piquetes de greve

Outra forma de organização bastante desvalorizada pela bibliografia de crítica ao populismo é o piquete de greve. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, as greves eram deflagradas de fora das empresas, por piquetes compostos por ativistas, que, por sua vez, não agiam contra os fura-greves, mas sim contra a própria massa operária, não integrada nem organizada sindicalmente.⁵⁰ As pesquisas recentes vêm desmentido esta apreciação. Costa, a partir de entrevistas, reconstituiu a ação de piquetes de massa, com dois ou três mil grevistas, na Greve dos 300 Mil revelando que, “intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve (...)”.⁵¹ Negro também se debruçou sobre a prática dos piquetes, lembrando que, de fato, tratava-se, freqüentemente, de um embate piquete operário versus piquete policial/empresarial, tecendo interessantes considerações sobre as situações nas quais uma minoria (piquete) conseguia fazer com que uma maioria aderisse à greve.⁵² Na mesma perspectiva, as pesquisas de Fontes sobre a Nitro Química revelaram: “Os piquetes da Nitro devem ser vistos mais como um sinal de vitalidade do movimento do que de fraqueza. Eram formados por trabalhadores ‘de dentro’ da companhia e aí residia sua legitimidade para conseguir parar o trabalho”.⁵³

De fato, na documentação consultada, a formação dos piquetes de greve surge como um dos procedimentos organizativos adotados pelas assembléias gerais de têxteis ou metalúrgicos, visando o sucesso do movimento. A assembléia metalúrgica de 22 de setembro de 1957, por exemplo, preparatória do movimento que eclodiria no mês seguinte, aprova: “Organizar comissões de greve, solidariedade, finanças, propaganda e piquete”.⁵⁴ Na assembléia de 29 de outubro de 1961, por sua vez, José Bustos, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, convoca os delegados sindicais para uma reunião a fim de

⁴⁹ WOLFE, J. Op. cit., p. 190.

⁵⁰ RODRIGUES, L.M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, p. 72 e RODRIGUES, L.M., *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*, p. 102. Convergindo com estas afirmações, conclui Kenneth Paul Erikson: o sucesso das greves no período “não depende de um sentido internalizado de dever de classe, mas das dificuldades econômicas e da força da autoridade externa, na forma de um piquete mandado pelo sindicato (...)”. Cf.: *Sindicalismo no processo político no Brasil*, p. 192.

⁵¹ COSTA, H., Op. cit., p. 184.

⁵² NEGRO, A.L., Op. cit., p. 44 e 92.

⁵³ FONTES, P., *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química – a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*, p. 173.

“ultimar os trabalhos da preparação da greve bem como a formação dos piquetes e suas respectivas tarefas”.⁵⁵

No Sindicato dos Têxteis, podemos ter uma idéia sobre como se formavam os piquetes de greve pelo relato da assembléia geral de 10 de dezembro de 1961, quando foi proposta e aprovada a “instalação de um comitê de voluntários para a formação dos piquetes e designação de um elemento que se responsabilizará pelas inscrições”.⁵⁶ Em um relatório policial, referente a uma assembléia de avaliação da Greve dos 300 mil, podemos perceber a organização dos piquetes como uma das dimensões de preparação e condução do movimento. Antônio Chamorro vinha fazendo uma explanação sobre as atividades da Comissão de Greve e de seus “diversos departamentos”: Departamento de Assistência Médica, Departamento Social, Departamento de Piquetes, para o qual, Nelson Rusticci teria pedido “salvas de palmas ao sr. Angelo Natale, chefe e organizador dos piquetes, por ocasião da última greve, no que foi atendido unanimemente”.⁵⁷ Não é possível imaginar, portanto, os piquetes como uma força imposta “de fora”, uma vez que eram constituídos em assembléias gerais da categoria, muitas delas representando forte manifestação das bases operárias. Teríamos que concluir que, não apenas o piquetes, mas todas as instâncias de organização de um movimento como a Greve dos 300 mil seriam, por assim dizer, artificiais, impostas à categoria pelo Sindicato.

O depoimento de José Luís dos Santos, por sua vez, confirma as várias pesquisas que apontam o piquete como, em muitos casos, uma força “externa” que anima uma “força interna” a se manifestar. Ao ser questionado sobre como se organizavam as greves nos anos 50, explicou:

Era a turma toda andando pela rua, não tinha carro de som não, em piquete, a gente andando pela rua. Jogaram pedra nessa primeira firma, jogaram uma pedra lá que furou e quase pega na cabeça do dono da firma, do Sr. Rodolfo (...) A turma tava doida para sair mesmo, rapaz, a turma tava doida para sair, porque eles não queriam dar aumento para a gente, todo mundo saiu porque...eles davam graças à Deus quando eles chegavam na firma e mandavam todo mundo sair, ou sai ou apanha (risos), tem que sair, era assim. E o patrão tinha que deixar sair, se não eles quebravam tudo, quebravam tudo (...)

⁵⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 22 set. 1957, p. 117 – verso.

⁵⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 29 out. 1961, p. 33.

⁵⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 dez. 1961, p. 157.

⁵⁷ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 253.

Um procedimento mais sutil nos é relatado por João Trogílio nas greves da Metalúrgica Paulista:

A Metalúrgica Paulista era muito falada sobre greve, porque ela fazia greve, tinha o pessoal muito valente, sabe (...) tinha gente que tirava o paletó, jogava na calçada: “Aqui ninguém entra!”, depois saíam parando todas as outras por aí. Arregaçava as mangas da camisa, só que esses foram os primeiros que foram embora, porque os patrões vão sabendo quem são os cabeças, né?(...) Naquela época ninguém entrava e ainda eles saíam por aí parando os outros, porque...chegou a trabalhar 2.500 empregados.

A muralha intransponível de um paletó na calçada, capaz de paralisar a vontade de 2.500 homens certamente, não representava um movimento sindical fragilmente alicerçado dentro das fábricas. O paletó na calçada era o símbolo de uma relação de forças, de um movimento sindical formalmente atrelado ao Estado mas capaz de, na prática, constituir inúmeros pontos de vinculação e representação real da vontade da classe trabalhadora. De toda a forma, cabe indicar que no Sindicato dos Metalúrgicos foi um motivo de orgulho ter conseguido paralisar 90% da categoria na Greve dos 700 mil em 1963 sem piquetes.

Também são bastante esclarecedoras as entrevistas realizadas em 1958 por Fábio Munhoz, com chefes de piquetes da Greve dos 400.000, fornecendo elementos para que se perceba os critérios bem definidos para a organização e atuação dos grupos, bem como os laços de sociabilidade em que se assentavam, não procedendo a idéia de que se tratavam simplesmente de organizações impostas “de fora”. Um dos chefes de piquete dos metalúrgicos, informou que o local de formação dos mesmos era na própria fábrica e seu chefe “era invariavelmente um delegado dos trabalhadores junto ao Sindicato”. Quando o piquete arregimentava muita gente, era subdividido. “Os chefes encarregados destes subgrupos eram apontados pelo chefe inicial, que escolhia elementos de confiança ligados também às atividades do Sindicato”. Houve casos em que o chefe do subgrupo foi escolhido em função de uma ordem hierárquica de critérios: tempo de atividade no sindicato, prestígio junto aos operários da fábrica. Na fábrica, os primeiros a aderirem ao piquete eram aquelas pessoas mais estreitamente ligadas por amizade ao “piqueteiro-chefe”. Alguns aderiam espontaneamente, a maioria às custas dos apelos de colaboração do

“piqueteiro-chefe”. O chefe era acompanhado por elementos de sua confiança, nunca sendo aproveitadas pessoas que apareciam na hora.

O chefe do piquete recebia instruções nas reuniões na sede do Sindicato: deveria colocar em relevo o caráter pacífico do movimento, manter a calma e a ordem. Em caso de imprevisto ou distúrbio, deveria dispersar o piquete até a normalização da situação. Terminado o movimento do dia, era feita a escalação para os trabalhos no dia seguinte.⁵⁸

6.3. O STIFT-SP e o STIMME-SP: os sindicatos

Embora esteja claro que metalúrgicos e têxteis construíram formas de organização de base independentes de seus sindicatos, como comissões de fábrica e de greve, razoavelmente eficientes para lutas específicas por fábricas e mesmo para articulações mais gerais, e que tenham, em períodos mais repressivos, abandonado os sindicatos nas mãos dos pelegos ministerialistas, é certo, também, que a partir, aproximadamente, de 1952, voltaram a acorrer a suas entidades sindicais

O movimento de mobilização e renovação empreendido pelos trabalhadores – tanto a partir de 1950, quanto posteriormente, a partir dos anos 1980 – ocorreu procurando canais para o seu desenvolvimento por dentro da instituição sindical, embora sem descartar diversas instâncias independentes da mesma. Acreditamos que a causa principal disto não foi a falta de disposição dos dirigentes para construir uma nova estrutura sindical e romper com a velha, mas a dificuldade de fazê-lo preservando para os sindicatos a condição de instituição reconhecida pelo Estado, pelo empresariado e pela massa trabalhadora. Ou seja, parece ter sido importante para a classe trabalhadora dispor, em seu processo de auto-construção, embate e interlocução com outras classes ou setores sociais, uma referência institucional forte, reconhecida, respeitada – como foram os sindicatos oficiais. Pode-se dizer que, em meados dos anos 1950, os Sindicatos haviam voltado a ser um coordenador da luta, um organizador de aspectos da cultura operária e uma máquina assistencial que reproduzia, de maneira burocratizada, antigas práticas de “mutualismo”. Assim, faz-se necessário analisar os sindicatos como organizações complexas, atreladas, é certo, ao Estado, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, “a casa do trabalhador”.

Sabemos que a máquina assistencial dos sindicatos foi intensamente reforçada no período da ditadura militar, com a ajuda do governo e mesmo das empresas. O estudo de

⁵⁸ Fundo Fábio Munhos – CEMAP-CEDEM Dossiê DOPS - 30-B-264 p. 123 e 124.

Farias é claro no que se refere ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde se chegou a distribuir remédios de graça doados pelas multinacionais e leite, pelo Ponto IV, durante a ditadura.⁵⁹ Esta prática tornou-se de tal forma predominante e as ações de luta tão escassas, que talvez os associados tenham passado a ver o sindicato principalmente como prestador de serviços assistenciais.⁶⁰ O recurso ao assistencialismo como estratégia política visando a neutralização da influência da esquerda no meio operário foi claramente identificado por Colistete e Weinstein como parte do projeto do SESI.⁶¹ Outros estudos revelam o emprego do assistencialismo como componente da dominação paternalista nas empresas mais tradicionais ou da dominação “racional” nas empresas modernas.⁶² Portanto, não causa surpresa o fato de que a limitação do Sindicato a funções meramente assistenciais tenha sido um dos alvos centrais da crítica dos “sindicalistas autênticos” ou das oposições sindicais aos pelegos a partir do final dos anos 1970.

Ocorre, porém, que o “mutualismo” e, portanto, a prestação de serviços assistenciais, é próprio da natureza das organizações sindicais. O que configurou-se, a partir do Estado Novo, foi a intervenção estatal no financiamento e gestão desses benefícios, por meio do Imposto Sindical e dos controles ministeriais, dissociando, portanto, os benefícios assistenciais das práticas de solidariedade de classe.⁶³ Os mecanismos de assistência social manejados pelos sindicatos guardam, portanto, um duplo caráter: por um lado são mecanismos de subordinação da classe e de esmaecimento de sua consciência de direitos e, por outro, representam atualização da natureza mutualista da instituição e, como assinala Fortes, são forma de ampliação dos vínculos do Sindicato, incluindo a família do associado. Em pesquisa organizada pela Federação dos Têxteis junto aos sindicatos filiados em meados de 1960, cujos dados foram apurados pelo DIEESE, constatou-se que o grande chamariz do Sindicato eram suas ações de assistência social, com 15 respostas, seguidas das atividades recreativas (bailes, pic-nics, festas e cinema), com 5 respostas.⁶⁴

⁵⁹ FARIA, H.J.B., Op. cit., p. 245.

⁶⁰ MATTOS, M.B., Op. cit., p. 141.

⁶¹ COLISTETE, R., Op. cit., p. 102, 104 e WEINSTEIN, B., Op. cit., p. 168.

⁶² LOPES, J.S.L., *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 332; FONTES, P. *Trabalhadores e cidadãos...*, p. 71, 74, 75 e para o caso da GM Willys e da Alpargatas, Cf: COLISTETE, R., Op. cit., p. 112, 113.

⁶³ Apoio-me aqui nas análises de: FORTES, A., *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*, p. 266, 267.

⁶⁴ DIEESE, “A organização sindical dos trabalhadores têxteis em São Paulo”, *Boletim do DIEESE*, Ano I, Nº 9, jan 1961, p. 16.

As atividades assistenciais e recreativas do Sindicato dos Têxteis no período estudado faziam parte inseparável do seu caráter de massas e tornavam-no presente no cotidiano da vida operária e não apenas no universo da militância e da luta. Cabe, entretanto, não perder de vista a ressalva apresentada por Almeida: associar-se ao Sindicato não necessariamente assegurava o acesso a todos os seus serviços, uma vez que a Diretoria privilegiava sua própria clientela. Sendo correta esta observação, faltam informações mais concretas sobre a ampliação ou não dos atendimentos na medida em que o Sindicato foi se tornando uma entidade de massa nos anos 1950.⁶⁵ O Sindicato dos Têxteis teve o seu corpo cênico, seu campo e time de futebol, promovia bailes, disputadíssimos concursos de “rainha” da categoria, organizava piqueniques, festas juninas, de páscoa, carnaval, torneios de damas, oferecia aulas de balé, judô, artes culinárias, organizou uma orquestra e manteve um respeitado curso de corte e costura, além de biblioteca, discoteca, farmácia e barbearia, ambulatório médico, gabinete dentário, departamento jurídico e cooperativa de consumo.⁶⁶

O Sindicato dos Metalúrgicos, mais poderoso, dispunha de departamentos jurídico, médico - muito se orgulhando de ser o único sindicato de São Paulo “e talvez do Brasil” a fornecer gratuitamente remédios aos associados⁶⁷ -, odontológico, biblioteca, “teatro sindical”. Em dezembro de 1953, nas comemorações do aniversário da entidade, Remo Forli, pensando grande, apresentou seus planos de construir a nova sede, um hospital maternidade, uma colônia de férias e um ginásio de esportes para os metalúrgicos.⁶⁸ Afinal, apenas a nova sede e a colônia de férias foram edificadas. O sindicato era também eficiente desempenhando funções mais simples, como receber a correspondência de associados que – provavelmente – residiam em locais não cobertos pelos serviços dos Correios.⁶⁹ Também promovia seus bailes, festas juninas, carnaval, mantinha um time de futebol e uma academia de judô, oferecia cursos de corte e costura e alfabetização e dispunha de “agência

⁶⁵ ALMEIDA, M.M. Op. cit., p. 70.

⁶⁶ A informação sobre a existência da barbearia foi-nos fornecida pelo antigo funcionário do Sindicato, Tiaqi Uemo, em seu depoimento, não constando da documentação. Os itens ambulatório médico, gabinete dentário e cooperativa de consumo são mencionados por Márcia Mendes de Almeida, ST, p. 70. Com exceção da cooperativa, a respeito da qual a documentação não faz referência, há menções indiretas ao ambulatório e ao gabinete dentário em reuniões de Diretoria.

⁶⁷ VIEIRA, L. “Nosso sindicato”, *O Metalúrgico* Nº 88, jun. 1950, p.8..

⁶⁸ “O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos comemora mais um aniversário”, *O Metalúrgico* Nº 127, dez. 1953, p.1.

⁶⁹ “Tem cartas na Secretaria do Sindicato as seguintes pessoas”, *O Metalúrgico* Nº 145, ago. 1955, p. 7.

de colocação”, responsável pelo encaminhamento de operários a indústrias.⁷⁰ Em 1946 fora criada uma cooperativa de consumo, com 3 mil acionistas, que, entretanto, não prosperou.⁷¹

No Sindicato dos Têxteis, possivelmente o curso de corte e costura tenha sido, daquelas atividades assistenciais, a mais prestigiosa e representativa dessa dimensão da vida sindical. Lembrado saudosamente em alguns depoimentos, o curso marcou uma época.⁷² Registrado na Secretaria de Educação com o nome de “Escola de Corte e Costura dos Trabalhadores Têxteis”, em 1951 seu corpo discente era bastante numeroso: 90 alunas, fato, aliás, saudado em uma reunião de Diretoria, de maneira curiosa, como “frequência supersônica”.⁷³

As diversas providências adotadas na reunião de diretoria de 13 de agosto de 1953, com vistas à formatura das alunas daquele ano, evidenciam a importância atribuída ao curso, decorrente da grande procura, resultado, talvez, de oportunidades conquistadas no mercado de trabalho pelas formandas. Os diretores do Sindicato aprovaram o aluguel de um salão de festas, a confecção de um quadro com as fotografias das alunas, uma missa, uma “mesa de doces”, a confecção de 2 mil convites e a compra de uma “lembrança simples” para cada aluna.⁷⁴

Um outro mecanismo assistencial importante, por dizer respeito a uma dimensão fundamental da “insegurança estrutural” da classe, era a concessão de assistência médica e auxílios monetários diversos aos associados.⁷⁵ Por se tratar de procedimento diretamente controlado pela Diretoria do Sindicato, vinha a representar, certamente, uma das formas de clientelismo que, por sua vez, qualificava os presidentes dos sindicatos a se lançarem como candidatos nos pleitos eleitorais.⁷⁶

⁷⁰ “Agência de colocação”, *O Metalúrgico* Nº 99, jul.-ago. 1951, p. 12; Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 20 dez. 1955, p. 134 (para os cursos de corte e costure e alfabetização).

⁷¹ PAES, M.H., Op. cit., p. 171

⁷² Depoimentos de Tiaqi Uemo e Maria Sallas.

⁷³ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São paulo, 7 ago. 1951, p. 143.

⁷⁴ Ibid., 13 ago. 1953, p. 8 - verso.

⁷⁵ Segundo Mike Savage a condição de “insegurança estrutural” é a característica fundamental da classe trabalhadora. Cf.: SAVAGE, M. “Classe e história do trabalho”, In: BATALHA, C.H.M. et. al, (Orgs.) *Culturas de classe*, p. 41.

⁷⁶ DIEESE, “A organização sindical dos trabalhadores têxteis no Estado de São Paulo”, *Boletim do DIEESE*, ANO I, Nº 9, jan 1961, p. 7. Das 29 cidades do estado em que havia sindicatos de trabalhadores têxteis, em 1961, em dez delas havia ‘vereadores têxteis’, totalizando onze edis, pois em Sorocaba foram eleitos dois

No item assistência médica, o Sindicato dos Têxteis manteve convênio com uma clínica oftalmológica, com o Hospital do Brás, com o Hospital Leão XIII, um laboratório de análises clínicas, doava remédios de sua farmácia “a título de assistência social”, como explicava o Diretor Carlos Pinto Ferreira em reunião de março de 1954, “devido a situação de penúria que atualmente a classe têxtil atravessa”.⁷⁷ Também era fornecida ajuda de custo quando o associado tinha que consultar um médico de vizinhança, bem como em casos de internação prolongada e cirurgia.

Nos metalúrgicos, o próprio Departamento Médico parece ter se incumbido de boa parte dos atendimentos aos associados – em 1949, por exemplo, foram 10.555 -, não havendo referências na documentação a muitos convênios.⁷⁸ O mecanismo de concessão de benefícios assistenciais pela Diretoria também funcionava: eram atendidos casos de reembolso de consultas médicas, internações para tratamento de saúde de associados ou viúvas – sendo mencionados casos de moléstias pulmonares e lepra.⁷⁹

Cabe assinalar, ainda, que uma rede de serviços assistenciais forte requeria uma sede ampla. Além disso, a magnitude da sede própria e da colônia de férias sempre foi um recurso de legitimação das direções sindicais - de diferentes colorações políticas. Não obstante, no caso dos têxteis, os contatos políticos não foram suficientes para assegurar a liberação a tempo dos empréstimos pleiteados, junto ao IAPI e a Caixa Econômica estadual, para a construção da sede, tendo sido necessário lançar mão de vários recursos para a mobilização da categoria com vistas a arrecadação de fundos. Ou seja, fez-se necessária a participação dos próprios operários e operárias na arrecadação de recursos para a edificação da sede nova.

Em setembro de 1956 foi lançada “oficialmente a campanha pró-construção da nova sede social”.⁸⁰ Fizeram parte da campanha um almoço com a Diretoria do Joquei Clube de

⁷⁷ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São paulo, 4 mar 1952, p. 155 e Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 mar 1954, p. 19.

⁷⁸ “Relatório das principais ocorrências verificadas no ano de 1949”, *O Metalúrgico* Nº 87-A, abril 1950, p.8.. No relatório do anos de 1949, foi registrado um comentário elogioso do Ministro do Trabalho, Honório Monteiro: “(...) Nenhum outro presta tão grande e completa assistência médica, farmacêutica e hospitalar aos seus associados”.

⁷⁹ Ata Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: dias 15 maio 1951, p. 5; 9 set. 1952, p. 51 e p. 53; 20 dez 1955.

⁸⁰ Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 set. 1956, p.172; Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 2 fev. 1955, p. 125.

São Paulo visando obtenção de recursos,⁸¹ um pic-nic entre os associados,⁸² a arrecadação de donativos entre industriais,⁸³ o lançamento da rifa de uma lambreta,⁸⁴ a campanha de doação de sacos de cimento,⁸⁵ a destinação de 1/3 do valor das mensalidades reajustadas em 1961 par a construção da sede.⁸⁶

Finalmente, no dia 21 de abril de 1962 – data não escolhida ao acaso– era lançada triunfalmente a pedra fundamental do novo edifício sede do Sindicato, à Rua Oiapoque, no Brás.⁸⁷

Além da sede central o sindicato manteve uma rede de subsedes. A mais ativa era a do Ipiranga, dirigida por José Molenídio desde 1954, quando foi criada, conforme deliberação de uma assembléia geral, até 1963, quando tornou-se Presidente do Sindicato.⁸⁸ Também havia subsedes no Bom Retiro, Lapa e Belém. Os responsáveis pelas subsedes filiavam novos associados, visitavam fábricas, resolviam conflitos trabalhistas passíveis de solução negociada diretamente,⁸⁹ promoviam festas, mobilizavam os trabalhadores para passeatas,⁹⁰ realizavam reuniões setoriais e tiravam comissões de greve por bairro.⁹¹

Quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos, uma assembléia realizada no dia 17 de fevereiro de 1950 aprovou a construção de um novo prédio, com sete andares e elegeu uma comissão com sete integrantes para “orientar junto com a Diretoria, a construção”.⁹² Certamente surgiram divergências entre a comissão e a Diretoria, presidida pelo “ministerialista” Mário Sobral, pois em novembro uma nota no jornal sindical acusava as comissões – informando então que haveria duas e não apenas uma – de estarem sabotando a Diretoria e dificultando a construção.⁹³ No dia 19 de abril de 1952 foi lançada a pedra fundamental do novo edifício, com a presença do Delegado Regional do Trabalho,

⁸¹ Ata de Reunião de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo, 1 out. 1956, p. 69

⁸² Ibid., 7 out. 1961, p. 131.

⁸³ Ibid., 16 dez 1961, p. 139

⁸⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 mar 1960, p. 67.

⁸⁵ Ibid., 10 nov. 1961, 156.

⁸⁶ Ibid., 10 nov. 1961, 156.

⁸⁷ Ibid., 14 abr. 1962, p. 167.

⁸⁸ A deliberação de criação das sub-sedes da Lapa e do Ipiranga ocorre na Assembléia Geral Extraordinária de 18 jul. 1954, 103-verso.

⁸⁹ Ata de Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 9 abr. 1956, 63.

⁹⁰ Ibid., 2 jun. 1961, p. 129

⁹¹ ATA da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 jul. 1962, 175.

⁹² “O novo prédio do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, N° 85, fev. 1950, p. 1.

⁹³ “Porque ‘está caindo a sede do Sindicato’”, *O Metalúrgico* N° 91, nov. 1950, p. 2

representando o Ministro; do Deputado Porfírio da Paz; do cardeal arcebispo de São Paulo; representantes do Corpo de Bombeiros, do SESI, além da reportagem da TV Tupi. Aparentemente o Presidente da República, o Governador e o Prefeito não se fizeram representar, como esperado.⁹⁴

Após uma ameaça de interrupção das obras em outubro, por falta de verbas, em dezembro de 1953 já estava liberado o empréstimo de 5 milhões pelo IAPI e a nova sede foi inaugurada no dia 13 de novembro de 1954. Festejado como o “o primeiro sindicato em todo o mundo a possuir um prédio próprio, com cinco andares, para a instalação de sua sede...” e como a sede “ maior do mundo, no presente momento”,⁹⁵ as comemorações não podiam deixar de estar à altura. A comissão de 12 membros, que vinha se reunindo todos os domingos, previu uma programação de três dias, aproveitando o feriado de 15 de novembro: inauguração no dia 13, Sábado; baile no dia 14 e um torneio esportivo, realizado no Hipódromo da Mooca, cedido pela Prefeitura, nos dias 14 e 15.⁹⁶

Outra obra importante iniciada no período, mas concluída posteriormente, foi a construção da colônia de férias. Inicialmente a idéia não foi bem recebida pelos associados. Em uma assembléia convocada exclusivamente para examinar a proposta de compra de terreno, em fevereiro de 1955, a idéia foi rejeitada por 37 votos contra 25. Um associado defendeu a construção de um hospital, sendo apoiado por outros, que lembraram serem obrigados, pela necessidade, a receber as férias em dinheiro, trabalhando durante o período. Outro, ainda, afirmou que o teto salarial de um contramestre não lhe permitia tirar férias e um associado sugeriu reforçar o fundo de greve ao invés de investir em uma colônia de férias.⁹⁷ Três anos depois, em outubro de 1958, a posição foi revista e formou-se uma comissão para trabalhar pela construção da colônia.⁹⁸ Embora uma assembléia em maio de 1959 tenha autorizado a Diretoria a comprar um terreno, aparentemente tiveram inícios gestões visando obter uma doação.⁹⁹ Ainda naquele mês obteve-se um terreno em

⁹⁴ “Convite aos senhores associados”, *O Metalúrgico* Nº 106, mar. 1952, p. 7; “Foi lançada a pedra fundamental do novo edifício do Sindicato dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 107, abr. 1952, p.1.

⁹⁵ “Retrato de duas épocas”, *O Metalúrgico* Nº 128, jan. 1954, p. 5; “Encerradas com brilho as festividades da inauguração do Edifício ‘O Metalúrgico’ com um grandioso baile”, *O Metalúrgico* Nº 137, nov. 1954, p. 3

⁹⁶ “Nova reunião da comissão de festa da inauguração do Edifício ‘O Metalúrgico’”, *O Metalúrgico* Nº 135, set. 1954, p. 11.

⁹⁷ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 24 fev. 1955, p. 163; “Não terão os trabalhadores metalúrgicos a sua Colônia de Férias”, *O Metalúrgico* Nº 140, fe.-mar. 1955, p.7.

⁹⁸ “Colônia de Férias para os metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 176, dez. 1958, p. 5

⁹⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 18 maio 1959, p.164.

Cananéia, mas foi recebido como “presente de grego” pois, segundo o Presidente Forli “Cananéia está mais perto de Curitiba do que de São Paulo” – concluindo: “pois a coisa que é de graça é caro”.¹⁰⁰ O Delegado da DRT, Paulo Marzagão, ofereceu terreno em Poços de Caldas que seria doado pelo Prefeito, um amigo seu, mas a questão foi resolvida apenas em julho de 1962, quando o Governador Carvalho Pinto sancionou lei doando áreas da Praia Grande a 29 entidades sindicais para a construção de suas colônias. Aos metalúrgicos coube um espaço de 3.440 metro quadrados.¹⁰¹ Em 11 de fevereiro do ano seguinte era assinado contrato com o escritório do Arquiteto Vilanova Artigas para a construção de um prédio de 14 andares.¹⁰²

Quanto às subsedes, o Sindicato as mantinha na Lapa, à rua Joaquim Machado, 283, 4º andar; em Guarulhos, na rua Harry Simonsen 182; em Osasco, na Avenida João Batista, 330, 1º andar e em Santo Amaro, na rua Barão do Rio Branco, 874.¹⁰³

Os índices de sindicalização entre os têxteis foram baixos, no período estudado. Segundo avaliação de Almeida, em 1950 o Sindicato teria 4.558 sócios em condições de votar, para 100.325 operários na base da categoria.¹⁰⁴ Para o ano de 1960, o DIEESE apresenta a quantidade de 14 mil sócios, correspondendo a 15% da categoria, número coincidente com o apresentado por Almeida.¹⁰⁵ Um dado apresentado por esta autora, entretanto, chama a atenção: entre 1954 e 1960 o montante de associados teria caído de 33 mil para os 14 mil indicados, ao passo que a categoria mesma encolheu 26%.

Em 1960, a Federação dos Têxteis promoveu campanha de sindicalização em todo o estado de São Paulo. Na capital o número de associados subiu para 18.040, correspondendo a 20% da categoria, embora, de acordo com Rodrigues, os sócios em condições de votar em 1962 representassem apenas 13%.¹⁰⁶ O índice de sindicalização

¹⁰⁰ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 7 maio 1959, p. 30.

¹⁰¹ Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 24 mar 1960, p. 50 – verso; “Terreno para a Colônia de Férias dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico*, Nº 200, jun. 1961, p. 5; “Mensagem ao Legislativo para doação de terreno para a Colônia de Férias”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.maio 1962, p. 8; “Já é propriedade dos metalúrgicos o terreno para a Colônia de Férias”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun.-jul. 1962, p. 1.

¹⁰² “Colônia de Férias dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 210, jan.-fev. 1963, p. 1.

¹⁰³ “Sub-sedes dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.-maio 1962, p. 5; “Futura sub-sede de Santo Amaro”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun.-jul 1962, p. 3.

¹⁰⁴ ALMEIDA, M.M., op. cit., p. 142

¹⁰⁵ DIEESE, “A organização sindical dos trabalhadores têxteis...”, *Boletim do DIEESE*, Ano I, Nº 9, já. 1961; ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 164.

¹⁰⁶ RODRIGUES, L.M., *Conflito sindical...*, p. 93; DIEESE, “Resultados da campanha de sindicalização dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem do Estado de São Paulo”, maio 1960.

têxtil em São Paulo em 1960 – 20% - ficava um pouco abaixo do índice geral de sindicalização dos assalariados: 26% em São Paulo, segundo o DIEESE,¹⁰⁷ o que se explica, em grande parte, pela preponderante participação feminina na composição da mão-de-obra. De toda a forma, o índices de sindicalização entre assalariados no Brasil é bem inferior ao encontrado, por exemplo, na Argentina no final do governo peronista, em 1954: 42% da população assalariada e entre 50 e 70% dos trabalhadores industriais eram filiados a sindicatos.¹⁰⁸

Várias explicações têm sido buscadas para esse fenômeno. Atribui-se a baixa sindicalização à própria estrutura sindical: entidades constituídas fora do movimento operário, vinculadas ao Ministério do Trabalho, mantidas financeiramente pelo Imposto Sindical, deixavam a grande maioria da classe desorganizada sindicalmente.¹⁰⁹ Outras causas mais circunstanciais foram apuradas na pesquisa acima mencionada da Federação dos Trabalhadores Têxteis, analisada pelo DIEESE: falta de cumprimento do reajuste salarial pelos patrões, desprestigiando o sindicato, falta de tempo, desemprego, represálias patronais. Os profissionais do DIEESE acrescentam: seria manifestação de uma consciência de classe muito tênue “tendo em vista as suas origens rurais e a ausência de tradição industrial no nosso país”.¹¹⁰ Para outros autores, a falta de filiação massiva ao sindicato não significaria, entretanto, uma ausência de “espírito associativo” e mesmo de consciência de classe. As comissões de fábrica, especialmente no caso dos têxteis, onde eram compostas e controladas por mulheres, são apontadas como mais efetivas na organização dos trabalhadores do que o Sindicato,¹¹¹ e mesmo os clubes de bairro e várzea são lembrados como provas do associacionismo das classes subalternas – que entretanto não se sentiriam à vontade no espaço do sindicato, dominado pelos agentes da burocracia sindical.¹¹²

Nas entrevistas realizadas para esta tese, duas maiores causas apontadas como obstáculos à sindicalização no caso dos têxteis foram o medo dos operários em geral e a

¹⁰⁷ DIEESE, “Os sindicatos e a política econômica do novo governo”, *Boletim do DIEESE*, Ano I, Nº 10, fev. 1961, p. 14.

¹⁰⁸ JAMES, D. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*, p. 22

¹⁰⁹ RODRIGUES, L.M., *Conflito Industrial...* p. 77, Cf. BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*.

¹¹⁰ DIEESE, “A organização sindical dos trabalhadores têxteis...”, p. 18.

¹¹¹ WOLFE, J. Op. cit., p. 32

¹¹² CAVALCANTI. C.A.V., Op. cit., p. 250.

resistência das mulheres, vinculadas à “dupla jornada de trabalho”. Segundo Ignez Augusta:

Corte e costura trazia muito o pessoal para o sindicato, entende? Porque o pessoal temia esse negócio de sindicato, você convidava eles para o sindicato, eles: “Ah, eu lá vou em sindicato, negócio clandestino, negócio que leva preso”, e era mesmo, muita perseguição, e os sindicatos, quando estavam nas mãos dos pelegos, não faziam nada para os operários.

Maria Sallas também se refere a um trabalho muito difícil de sindicalização, especialmente entre mulheres (“um trabalho muito paciente, muito paciente...”) que requeria a organização prévia de comissões nas fábricas que depois passavam a frequentar o sindicato.

Talvez se possa concluir que, no Sindicato dos Têxteis, constituíam obstáculos a uma sindicalização massiva tanto a burocracia sindical – que poderíamos qualificar como “agente patronal” – quanto, contraditoriamente, muitos patrões que, apesar de tudo, não viam com bons olhos o trabalhador sindicalizado. Também se pode pensar em uma tendência cultural à informalidade e, no caso das mulheres especialmente, uma maior identificação com outras formas de luta – como as de bairro e contra a carestia.

Entre os metalúrgico as informações sobre o número de sócios nos primeiros anos da década de 1950 são bastante contraditórias. Wolfe informa que em 1949 o sindicato tinha 15.207 associados, mas nas eleições de 1951 apenas 5.521 estavam em condições de votar, em uma base com 77.579 metalúrgicos.¹¹³ Paes apresenta o número de 15 mil sócios em outubro de 1950, mas o Presidente Joaquim Ferreira se vangloriava, em abril de 1952, de haver assumido em março de 1951 com 12 mil sócios, número que já teria subido para 23 mil. Entretanto, o Secretário Geral, José Maia Ribeiro, informava em um artigo que em março de 1953 o Sindicato contava com 12 mil associados.¹¹⁴ O certo é que, em condições de votar nas eleições de janeiro de 1953 havia 8.480 metalúrgicos. A partir de outubro de 1953 os números apresentados por *O Metalúrgico* começam a ser mais coerentes: seriam 30 mil sócios naquela data, para uma base de aproximadamente 100 mil.¹¹⁵ Em agosto de 1954 realizou-se uma campanha de sindicalização, com prêmios em dinheiro e o número de

¹¹³ WOLFE, J., 153 e 165.

¹¹⁴ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p 174 e “Ecos do festival metalúrgico”, *O Metalúrgico* Nº 107, abr. 1952, p. 15; RIBEIRO, J.M., “Unidos somos uma força”, *O Metalúrgico* Nº 122, jul. 1953, p. 6

¹¹⁵ “Aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico* Nº 125, out. 1953, p. 3; “A verdade sobre a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico* Nº 129, fev.-mar 1954, p.1.

associados aumentou para 35.800, para uma base de aproximadamente 107.463 operários.¹¹⁶ Em abril de 1955 o número de sócios subira para 45 mil, mas nas eleições de setembro daquele ano, apenas 13.340 estavam em condições de votar.¹¹⁷ Em janeiro de 1957, José de Araújo Plácido falava em 74.700 sócios, mas nas eleições ocorridas em setembro do ano seguinte apenas 17.455 estavam quites com o Sindicato.¹¹⁸

Um artigo de Eugenio Chemp aponta, em janeiro de 1958, 50.084 filiados para uma base de 140 mil metalúrgicos.¹¹⁹ Um estudo da Universidade de Brasília de 1965 apresenta, para São Paulo capital, uma taxa de sindicalização de 18,07% em 1964: 40.000 trabalhadores em um universo de 221.299, ao passo que Leôncio Martins Rodrigues afirma que 13% dos metalúrgicos estavam quites com suas mensalidades em 1962.¹²⁰ As dificuldades do Sindicato dos Metalúrgicos podem ser vislumbradas pelo próprio crescimento da categoria: enquanto, segundo os dados do mesmo estudo da Universidade de Brasília, a categoria têxtil crescia em aproximadamente 10% de 1946 a 1964, a metalúrgica crescia 300%.

Alguns depoimentos também ilustram a dificuldade de ampliar a filiação ao Sindicato. Segundo João Miguel Alonso:

O patrão, se ele soubesse que o empregado era sindicalizado, ele mandava embora mesmo, não queriam sindicalizados dentro da empresa deles e nem aceitavam uma comissão de trabalhadores (...)

Por sua vez José Luis dos Santos informou:

O cara que falou “eu vou me associar ao Sindicato”, eles mandavam embora, as firmas não aceitavam, as firmas não aceitavam ninguém que fosse sócio do sindicato. A gente tinha que ser sócio escondido, quando eles vinham saber a gente já era sócio há muito tempo, era escondido, mas não gostavam

¹¹⁶ RIZZO, S., “Sindicalização e sindicato” *O Metalúrgico* Nº 132, ago 1954, p. 2. A premiação em dinheiro mereceu a oposição de Paul Singer, que defendia a distribuição de flâmulas e medalhas. Cf: Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 16 maio 1954, p. 125. Sobre o número de operários na base: “Os metalúrgicos com a classe de maior número de trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 141, abr. 1955, p. 3.

¹¹⁷ PLÁCIDO, J.A., “Os tempos mudaram”, *O Metalúrgico* Nº 141, abr. 1955, p. 3; “Anuladas as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, *Sindicato dos Metalúrgicos* Nº 142, maio 1955, p. 5

¹¹⁸ “Completo o Sindicato dos Metalúrgicos 23 anos”, *O Metalúrgico* Nº 2148, jan. 1956, p. 5

¹¹⁹ CHEMP, E. “Metalúrgicos paulistas, força destacada do movimento operário brasileiro”, *O Metalúrgico* Nº 171, jul. 1958, p. 4.

¹²⁰ RODRIGUES, L.M., *Conflito industrial...* p. 93.

6.4. As correntes sindicais

Em linhas gerais, se reproduziam nos sindicatos dos metalúrgicos e têxteis de São Paulo as divisões encontradas no sindicalismo em escala nacional. Conhecer o perfil das principais correntes, bem como a dinâmica relação de forças entre elas, permeada pelas pressões de outras instituições, como o Estado e a Igreja, além das exercidas pelas próprias bases, pode somar elementos para a compreensão da trajetória do movimento sindical no período em questão.

Vamos trabalhar com um modelo de direita/centro/esquerda para a nossa análise.¹²¹ A direita era constituída, no Sindicato dos Têxteis, pela “vela guarda ministerialista”, formada no Estado Novo, desalojada lentamente a partir de 1952 e reconduzida à direção da entidade após o golpe de 1964. No Sindicato dos Metalúrgicos a direita também estava representada pelos “ministerialistas” que, ao contrário do que ocorreu nos têxteis, se “dissolveram”, após acusações de corrupção, nos anos 1950. Em 1961 organizou-se, entre metalúrgicos uma nova direita, formada pela Federação dos Círculos Operários Católicos, tendo na figura de Joaquim dos Santos Andrade sua principal liderança.

Alguns traços marcantes da atuação da direita “ministerialista” foram a plena aceitação da tutela governamental sobre a atividade sindical, a convergência das ações do sindicato com as exigências patronais, eventualmente a colaboração com órgãos de repressão estatal, como o DOPS. Também se destacam o anticomunismo, a desmobilização da categoria e a corrupção.

A aceitação da tutela governamental se expressa pelo fato de que os próprios mandatos dos sindicalistas “ministerialistas” deviam-se à imposição do Estado Novo ou, posteriormente, da ditadura militar, e não à eleição da categoria. Foi assim, por exemplo que Melchíades dos Santos, nos têxteis e Mário Sobral, nos metalúrgicos chegaram à presidências de suas entidades. Cabe dizer que, no caso dos têxteis, os três primeiros

¹²¹ Este é o modelo adotado por John French em: FRENCH, J.D. “Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946”, In: MACKINON, M.M.; PETRONE, M.A., *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicenta*. p. 74. Coincide em linhas gerais com as grandes correntes sindicais encontradas por Lucília Delgado no III Congresso Nacional Sindical, em 1960: a frente entre nacionalistas e comunistas; os pelegos oficiais e o grupo renovador. Cf.: DELGADO, L.A.N. *PTB: do getulismo ao reformismo*, p. 268. Mais específico, Badaró Mattos encontrou no sindicalismo carioca do mesmo período quatro grandes tendências: católicos, renovadores, nacionalistas (comunistas e trabalhistas de esquerda) e “democráticos”.

presidentes – Mário Rotta, Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira - sequer pertenciam à categoria.¹²² Também foram freqüentes, ao longo dos anos 1950, recursos dos “ministerialistas” ao Ministério do Trabalho, tentando anular eleições ou mesmo provocar a intervenção no Sindicato, contra diretorias controladas pela centro-esquerda.¹²³

A convergência das ações do sindicato com as exigências patronais se expressa, por exemplo, pela substituição da luta pelo envio de ofícios às autoridades, memoriais ou telegramas, solicitando medidas a favor da categoria.¹²⁴ O reconhecimento do empresariado aos serviços prestados por Melchíades dos Santos foi tão intenso que a FIESP ergueu um memorial em sua memória após o falecimento.¹²⁵ No Sindicato dos Metalúrgicos o próprio advogado da entidade, Dr. Cristóvam Pinto Ferraz, denunciou em assembléia geral de 30 de dezembro de 1951, que o Sindicato não suscitava dissídio coletivo desde 1946, deixando, conseqüentemente, a categoria sem reajuste salarial desde 1945.¹²⁶

Os vínculos dos “ministerialistas” com o DOPS eram muitos, especialmente quando se tratava de atingir oponentes e estão bem analisados por Almeida para o caso dos têxteis.¹²⁷ O anticomunismo foi um traço ideológico fundamental na soldagem da coesão de ministerialistas, católicos e setores de centro atraídos pela direita nos dois períodos ditatoriais: do Estado Novo e da ditadura militar. A política desmobilizadora dos “ministerialistas” manifesta-se, notoriamente, na falta de empenho na sindicalização, no combate às comissões de salário, na resistência à participação de não-sindicalizados nas assembléias de greve. Quanto à corrupção, o tema já foi tratado no Capítulo 5.

Com o enfraquecimento do apoio do Estado, coube à Igreja tomar a dianteira, nos Sindicato dos Metalúrgicos, na sustentação às posições de direita. Desde 1951, registra-se

¹²² ALMEIDA, m.m., Op. cit., p. 34; WOLFE, J. Op. cit., p.64

¹²³ No Sindicato dos Têxteis, por exemplo, os “ministerialistas” espalhados em três chapas diferentes, entraram com recursos contra a chapa vitoriosa nas eleições de 1955, liderada por Nelson Rusticci, com o apoio do PCB, tendo, sido punidos com a expulsão do Sindicato, posição revista posteriormente em reunião de Diretoria. Cf.: Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 18 jun. 1953, p. 4. Em junho de 1953, o então Ministro do Trabalho João Goulart já havia exibido ao presidente do Sindicato dos Têxteis outro pedido de intervenção do Ministério, encaminhado por um membro da própria Diretoria do Sindicato.

¹²⁴ Almeida oferece alguns exemplos. Cf: ALMEIDA, Op. cit., p. 75.

¹²⁵ WEINSTEIN. B., Op. cit., p. 318.

¹²⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 30 dez 1951, p. 2.

¹²⁷ ALMEIDA, M.M., Op. cit., 35, 63. A autora informa, por exemplo, sobre o fechamento da sucursal do Sindicato dos Têxteis no Belém, nos anos 30, por pressão do DOPS e registrou numerosa presença de agentes do DOPS ao enterro de Joaquim Teixeira. No caso dos metalúrgicos, Hamilton denuncia a perseguição aos

a presença da Federação dos Círculos Operários na vida do Sindicato. Entretanto, sua atuação cresceria no final da década, quando obteve sucesso na preparação de uma equipe de líderes sindicais capaz de articular oposição ao avanço da esquerda e servir de apoio ao projeto mais amplo de “restauração da ordem” e “modernização conservadora” empreendido pela ditadura civil-militar de 1964. Segundo Faria, em 1964 havia em São Paulo 60 Círculos Operários, com cerca de 200 mil sócios.¹²⁸

No Sindicato dos Metalúrgicos, nas eleições de agosto de 1961, a Federação dos Círculos Operários organizou sua intervenção de forma mais consistente, apoiando a chapa encabeçada por Hermeto Mendes Dantas, que contou entre seus membros, com vários futuros membros do “grupo do Joaquinção” – Joaquim dos Santos Andrade. Eram estes o próprio Joaquim, interventor em Guarulhos, após o golpe de 64, Clemiltre Guedes da Silva, futuro interventor no Sindicato de São Bernardo, Bernardino Testa, interventor no Sindicato de São Caetano.¹²⁹

O “centro”, nos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos, caracterizou-se, até 1960, aproximadamente, por rejeitar as práticas mais anti-operárias e policiaescas dos “ministerialistas” e, simultaneamente, por manter independência em relação à esquerda, representada por comunistas e socialistas. O MRS (Movimento de Renovação Sindical), formado em setembro de 1957 pela Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, forneceu ao centro um programa alternativo e, a partir de 1960, aproximadamente, encontramos sindicalistas de centro adotando o discurso elaborado pelo MRS, ou parte dele.¹³⁰

Nos têxteis, Nelson Rusticci, presidente do Sindicato entre 1952 e 1957, e, provavelmente, Julio Devichiatti, presidente entre 1957 e 1959, representavam o centro.¹³¹ Rusticci era membro do PTB, apresentava-se como socialista-cristão e, em 1960, como

delegados sindicais pela ditadura civil/militar de 1964 com base em informações fornecidas pelo pelego Orlando Malvezi, ligado ao grupo de Joaquim dos Santos Andrade.

¹²⁸ FARIAS, H.J.B., Op. cit., p. 110. Damião Duque de Farias apresenta números parecidos para 1958: 62 círculos com 200 mil sócios. Cf.: FARIAS, D.D., *Em defesa da ordem: aspectos da prática conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*, p. 155. O apoio dos circunistas ao golpe é confirmado em depoimento de Waldemar Rossi, metalúrgico e católico. DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no pós-guerra...*p. 142.

¹²⁹ LOPES, C.L.E., Op. cit., p. 132.

¹³⁰ Sobre o MRS, Cf.: ABREU, AAA et. al. (Coord.), Op. cit., Vol. 4, p. 3963

¹³¹ Sobre Devichiatti, não conseguimos apurar maiores informações sobre seu posicionamento no espectro político sindical, exceto aquelas fornecidas pela Atas de assembleias gerais e reuniões de Diretoria do Sindicato.

janista. Ingressou no Movimento de Renovação Sindical e suas críticas à esquerda podem ser avaliadas pelo longo discurso pronunciado em uma assembléia geral em março de 1960, em que eram censurados os gastos do Departamento Recreativo, a ajuda de custo aos Diretores, o distanciamento em relação às bases e mesmo a visita de Edna Lott, filha do marechal candidato, ao Sindicato.¹³²

Quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos, maior e mais complexo quanto às correntes que dele participavam, parece certo afirmar que formou-se um centro, no começo dos anos 1950, a partir da crise dos “ministerialistas” e outro “centro”, no final da mesma década, a partir de divisões na esquerda.

O primeiro centro está representado na figura de José Maia Ribeiro, que concorreu sem sucesso nas eleições de 1953 e 1955. O segundo, estava representado por nomes como Hermeto Mendes Dantas e Orlando Malvezi. Hermeto, que compusera chapa com a esquerda em 1955, 1957 e 1959, concorreu em chapa própria em 1961 e 1963, com o apoio dos Círculos Operários Católicos, como vimos. As críticas dirigidas por Hermeto Dantas e Joaquim dos Santos Andrade à esquerda eram, em linhas gerais, as mesmas que o Movimento Renovador Sindical vinha levantando desde 1957. Dizia Dantas que os diretores deveriam retornar às fábricas “para melhor sentir o problema da classe” e Joaquim afirmava que a equipe da chapa por ele integrada era “toda constituída de operários autênticos, escolhidos pelos seus colegas de fábrica”.¹³³ Era a crítica aos “pelegos vermelhos”. Neste sentido, distinguiam-se dos velhos “ministerialistas”, caracterizados por seu “cupulismo”. Mas, em comum com aqueles, a chapa de Hermeto Dantas em 1961 levantava a bandeira do anticomunismo, no que era apoiada pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos, Domingos Alvarez.¹³⁴

Entre as correntes de esquerda, destacava-se o PCB. Com forte presença nas comissões de salário, de greve e de fábrica, chegou à direção do Sindicato dos Têxteis em setembro de 1959, com a eleição da chapa liderada por Luis Firmino de Lima, reeleito em 1961. Em 1963 a chapa do PCB saiu-se novamente vitoriosa nas eleições, e era liderada por José Molenídio, mas Luiz Firmino mantinha-se na Diretoria.

¹³² Ata da Assembléia Geral Extraordinário do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 mar. 1960, p. 66.

¹³³ “Encontro democrático começa amanhã: 770 delegados”, *Última Hora* Nº 2.857, 21 jul 1961, 1º Caderno, p. 8

¹³⁴ Dossiê DOPS 30-B-264 p. 214

Vários líderes da categoria, com forte presença registrada nas mobilizações, lutas e greves, eram membros do Partido Comunista: além do próprio Luiz Firmino – um tecelão pernambucano que já trabalhara na Fábrica têxtil Macaxeira-, Antônio Chamorro, Mariana Grigaitis, Maria Sallas, João Gerônimo, Carlos Pinto Ferreira, Eunice Longo, Erondina Arruda, José Molenídio, Ignez Augusta. Também são apontados pelo DOPS, sem que tenha sido possível comprovar, os nomes de Angelo Natale, Mário Perassa, Francisco Bilches.¹³⁵

É importante lembrar que uma das contribuições mais importantes do Partido Comunista para a construção da solidariedade e da consciência de classe dos têxteis decorreu de seus esforços para incorporar a mulher trabalhadora à militância sindical em pé de igualdade com os homens.

No Sindicato dos Metalúrgicos, a esquerda era representada por comunistas e socialistas, até 1962. Nas eleições de agosto de 1963 já concorreu uma chapa formada, até onde pudemos apurar, por militantes identificados com o PCdoB, liderada por Fortunato Martinelli.¹³⁶ Atuava também, na oposição à frente PCB-PSB, uma corrente de aproximadamente 50 operários, liderada por Carleto Ferrer Favali, membro de MRS até 1961 e responsável pela distribuição da publicação *Correio Sindical*,¹³⁷ além de trotskistas isolados, como Cícero José do Nascimento e, depois de 1964, Olavo Hansen.

As lideranças principais do Sindicato dos Metalúrgicos, de 1953 a 1964, eram comunistas ou socialistas: Remo Forli, José de Araújo Plácido, José Bustos, Eugenio Chemp, Afonso Delelis. A intervenção do PCB entre os metalúrgicos de São Paulo vinha de longe. Assim como nos têxteis, a repressão, a partir de 1947, fez com que o PCB se voltasse para o trabalho de base nas fábricas, tentando formar comissões e associações, paralelas à estrutura sindical oficial, registradas como entidades civis. Na onda grevista de 1948, a luta foi organizada por comissões de greve, apoiadas pelo PCB.¹³⁸

Os socialistas, por sua vez, tiveram em Paul Singer um de seus principais representantes. Em 1953, antes da Greve dos 300 Mil, o PSB, com outras forças de esquerda, empenhou-se na formação de uma tendência sindical: Movimento de Orientação Sindical (MOS). A iniciativa fora motivada, entre outras coisas, pela resistência aos traços

¹³⁵ Dossiê DOPS 50-Z-315 fl. 122.

¹³⁶ “Metalúrgicos vão eleger nova diretoria”, *Última Hora* Nº 3.500, 19 ago. 1963, 1ª edição, p. 13, “Coluna Movimento sindical”..

¹³⁷ ABREU. a.a. ET. AL. (Coord.), Vol. IV, p. 3.963

¹³⁸ PAES, M.H.S., Op. cit., p. 168.

autoritários da prática do PCB (que, segundo Singer, “vinha com uma decisão pronta e era isso”) e reuniu socialistas, anarquistas – que controlavam o Sindicato dos Padeiros e tinham base no dos Gráficos – e católicos.¹³⁹ Uma equipe de personalidades históricas do movimento operário participou do projeto – constituindo, com certeza, um dos canais de comunicação entre o passado das lutas sindicais pré-30 e o presente. Tratavam-se de nomes como João da Costa Pimenta – ex-Secretário Geral da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro nos anos 1920 e liderança da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro, militou no PCB e na trotskista Liga Comunista nos anos 1930 -, Edgard Leuenroth - jornalista e líder anarquista desde os anos 1910 - e Aristides Lobo – membro do PCB desde 1923, tendo aderido ao trotskismo em 1931.¹⁴⁰

O perfil do MOS é apresentado com clareza em um manifesto publicado em *O Metalúrgico*, em maio de 1953. Reivindicava a memória do movimento sindical pré-30, livre e autônomo, criticando o período posterior, quando teria se iniciado uma fase de “abastardamento e domesticação do movimento operário”. Era lançado um chamado: “Trabalhadores, uni-vos - não em torno de caudilhos e líderes pré fabricados pela política ministerialista ou partidária (...) Uni-vos por sua própria consciência livre e militância constante em vossas associações de classe a fim de torná-las livres e autônomas”.¹⁴¹

No final de 1953, Singer ocupava as páginas do jornal metalúrgico com um artigo que definia as metas democráticas a serem perseguidas pelo movimento operário – muitas delas por conquistar ainda hoje, diga-se de passagem. Condenava a CLT, por estabelecer a cobrança do “odioso Imposto Sindical do bolso do operário”, por condicionar a posse das diretorias dos sindicatos ao reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, por obrigar os sindicatos a enviar seus orçamentos para o escrutínio do Ministério e impor um estatuto padrão. Não adiantava, portanto, eleger diretorias da confiança dos trabalhadores se a estrutura legal e organizadora do movimento sindical protegia os “‘pelegos’, corruptos e traidores da classe operária”. O primeiro passo da luta consistia em obter eleições sindicais livres. Em seguida era imperioso lutar contra o imposto sindical, o estatuto padrão, o

¹³⁹ Entrevista com Paul Singer.

¹⁴⁰ Dossiê DOPS 50-Z-315 p.. 272

¹⁴¹ “Manifesto”, *O Metalúrgico* Nº 123, ago. 1953, p. 12.

atestado de ideologia, “pelo sindicato livre e autônomo, fiel aos trabalhadores e a ninguém mais”.¹⁴²

Posteriormente o PSB conseguiu a adesão de Remo Forli, em parte com fins eleitorais.¹⁴³ Parece importante destacar três características do MOS: sua ligação com o movimento sindical pré-30, sua luta intransigente contra a estrutura sindical e sua posição contrária à corrente trabalhista. Este perfil o diferenciava nitidamente da corrente capitaneada pelo PCB. Apesar da justeza de algumas proposições, uma outra característica do MOS foi sua existência breve e sua dificuldade em tornar-se uma tendência sindical de massas.

Cabe destacar que a aliança entre PSB e PCB nos metalúrgicos de São Paulo – simbolizada pelas figuras de Remo Forli e José de Araújo Plácido – formou a liderança que orientou uma nova vanguarda radical. Esta nova corrente foi captada pelo estudo de Michael Lowy e Clara Chucid com os delegados do Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Itanhaem em abril de 1959. Os autores chegaram à conclusão de que “uma nova vanguarda relativamente radical orienta e dirige o movimento sindical, vanguarda cuja liderança é constituída em sua maioria de operários comunistas, socialistas e independentes”.¹⁴⁴ Negro, por sua vez, avalia que o PCB, muitas vezes em aliança com o PTB, constituiu o “eixo de transformação do movimento sindical durante os anos de 1945 a 1964” e o recurso à greve, a luta pela construção de comissões, a defesa da liberdade sindical, eram aspectos importantes de sua prática, embora sua visão da liberdade sindical não incluísse a extinção do Imposto Sindical, mas sim seu pleno controle pelos sindicatos, e nem o fim da unicidade imposta por lei – bandeiras que serão empunhadas a partir de 1957 pelo MRS.

Outros aspectos, porém, da prática do PCB também se sobressaem na análise de sua trajetória nos sindicatos estudados e devem ser lembrados. A visão retrospectiva que o distanciamento no tempo e as mudanças históricas nos propiciam suscitam uma reflexão, por exemplo, sobre o peso que a defesa da URSS e dos “países socialistas” adquiria na

¹⁴² SINGER, P., “Reforma de base, único remédio contra o ‘peleguismo’”, *O Metalúrgico* Nº 127, dez. 1953, p. 6.

¹⁴³ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 272.

¹⁴⁴ LÖWY, M.; CHUCID, C., *Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos*, p.7.

prática dos militantes comunistas. Todos os três sindicalistas ligados ao PCB por nós entrevistados viajaram para e mesmo residiram na União Soviética.¹⁴⁵

Embora a prática sindical dos comunistas não fosse diretamente determinada por seu alinhamento com o sistema soviético, é também certo que, para aqueles militantes que intuíssem que a URSS não era bem a “pátria do socialismo”, mas alguma espécie de ditadura burocrática, ou para aqueles que não conseguiam encaixar seu projeto de futuro nos limites daquilo que o presente do sistema soviético oferecia como modelo, ou mesmo para os militantes católicos ou de alguma forma apegados aos valores democráticos (numa perspectiva liberal, social-democrática ou socialista), a profissão de fé dos comunista no modelo soviético só podia afugentar. De certa forma, as rígidas divisões da “guerra fria” se reproduziam artificialmente no interior do movimento operário, acentuando rupturas, dificultando a interlocução e a construção da solidariedade de classe, sendo esta, acreditamos, uma das grandes tragédias do movimento operário no século XX.¹⁴⁶

Cabe, além disso, considerar outro aspecto da trajetória desenvolvida pelos comunistas no Sindicato dos Têxteis. Luiz Firmino de Lima, que se qualificara para ocupar o modesto cargo de Bibliotecário na chapa de Joaquim Teixeira, em 1952, lutando como membro da Comissão de Salário e do Partido Comunista,¹⁴⁷ participou da assembléia têxtil de 17 de junho de 1956 já como Secretário da Federação da categoria¹⁴⁸ e se candidatou de 1956 até 1962 a vogal da JCJ do TRT. Quanto a Antônio Chamorro, importante liderança da Greve dos 300 mil, afastou-se do Sindicato em janeiro de 1960 para ocupar o cargo de Secretário da Federação.¹⁴⁹ Ou seja, também no Sindicato dos Têxteis percebem-se as conseqüências da política adotada pelo PCB a partir de meados dos anos 50, de crescer no movimento sindical “por cima”, conquistando o controle das Federações e mesmo

¹⁴⁵ José Molenídio participou do V Congresso Sindical Mundial, Ignez Augusta de um Congresso Mundial da Juventude em Helsinque, com viagem posterior à URSS e Maria Sallas recebeu bolsa de estudos de três anos na URSS, estudando sociologia em meados dos anos 50, tendo residido na URSS posteriormente. Luís Firmino de Lima, por sua vez, afastou-se do Sindicato dos Têxteis em março de 1953, durante a greve dos 300 mil para uma viagem à URSS, ensejando por parte dos “ministerialistas” pretexto para expulsá-lo do Sindicato. Antônio Chamorro participou de reunião da Federação dos Sindicatos na RDA em novembro de 1953 e Eulina de Oliveira, do VI Festival da Juventude em Moscou.

¹⁴⁶ A esse respeito ver: THOMPSON, E.P., *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser, p. 85.

¹⁴⁷ WOLFE, J., Op. cit., p. 176.

¹⁴⁸ Não pudemos esclarecer que cargo exatamente veio a ocupar na Diretoria da Federação.

¹⁴⁹ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 23 jan. 1960, p. 105; e Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 nov. 1960, p. 104.

Confederações. Esta política permitiu construir-se um organismo como o CGT, em 1962, mas não implantá-lo solidamente na massa operária. O equívoco da aposta na construção de um movimento operário tão adaptado à estrutura oficial foi decisivo para a liquidação da experiência do PUI, em 1959, como veremos mais adiante.¹⁵⁰

Para compreendermos a dinâmica da relação entre as três correntes do movimento sindical, são importantes as observações de French: “A política interna do movimento sindical do pós-guerra esteve marcada por um complicado jogo de relações entre a minoritária direita operária, o centro numericamente dominante e uma esquerda crescente, representada pelo Partido Comunista”. O autor, observa ainda, de forma também pertinente para o caso paulista, se substituirmos “getulistas” por “janistas”: “(...) O novo sindicalismo foi o produto de uma ampla coalizão da esquerda com o centro, de comunistas e getulistas, que isolou a corrente pelega de funcionários sindicais de nível superior”.¹⁵¹ No caso dos metalúrgicos e dos têxteis de São Paulo, a renovação decorreu de uma aliança entre comunistas e líderes sindicais sob a influência – de alguma forma – do janismo: como Rusticci e Remo Forli. Pode-se perceber, por outro lado, que o estreitamento do controle da esquerda sobre os dois sindicatos em questão – simbolizado pelas três administrações consecutivas lideradas por comunistas nos têxteis, a partir de 1959, e pela vitória da chapa do pecebista Afonso Delelis nos metalúrgicos em 1963 – parece ter provocado um afastamento do “centro”. Nos têxteis, Rusticci passou para a oposição em 1960 e nos metalúrgicos as eleições de 1963 mostraram um sindicato dividido: surgira o PCdoB em 1962 e a Federação dos Círculos Operários Católicos, com críticas aos “pelegos vermelhos”, parecia ganhar audiência. A capacidade de direção da esquerda não acompanhou o fortalecimento de suas posições nos organismos dirigentes. A direita conseguiu atrair o centro e golpear a esquerda em 1964.

6.5. As intersindicais

Embora Almeida atribua ao PUI uma campanha salarial pelo abono de natal já em 1952 e se refira, mesmo, à sua existência desde 1951, o restante da documentação

¹⁵⁰ Esta hipótese encontra respaldo no estudo de caso da Companhia Têxtil Paulista. José Sérgio constatou que no anos 60 houve um enfraquecimento do ativismo de base do PCB: “(...) seja por terem sido atingidos pelas constantes demissões, e terem saído da cidade, seja por Ter inexistido renovação desses ‘ativistas’, as prioridades do setor sindical do PC, no início dos anos 60, concentrando-se em Recife, em avanços na estrutura sindical (por exemplo, na diretoria dos têxteis de Recife) e nas articulações intersindicais”. Cf.: LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 439.

consultada apresenta o PUI como um saldo da Greve dos 300 Mil.¹⁵² A confiar na precisão dos registros policiais e em um manifesto divulgado pelos sindicatos, a primeira reunião visando a articulação de uma organização intersindical ocorreu no dia 21 de setembro de 1953, no Sindicato dos Têxteis, com a presença de representantes de metalúrgicos, gráficos e marceneiros – portanto quatro das cinco categorias envolvidas na greve de março-abril. Foi elaborado, então um manifesto, convocando outras entidades para uma nova reunião no dia 26, sábado, no Sindicato dos Hoteleiros, à rua da Glória, assinado por Santo Rizzo – Secretário Geral da entidade que começava a ser construída.¹⁵³

No dia 26, a reunião marcada para começar às 8:30 teve início apenas às 10 horas, contando com a presença de quinze sindicalistas. Algumas idéias foram, então, alinhavadas. Chemp afirmou que a finalidade do órgão seria lutar pelas reivindicações imediatas da classe trabalhadora, mas sem uma organização fixa. A direção dos trabalhos caberia ao presidente do sindicato que sediasse a reunião. Rusticci defendeu que a intersindical deveria lutar por um programa próprio e propôs que, para reunião seguinte, fosse convidado representante do Ministério do Trabalho e de todos os sindicatos e federações de trabalhadores. José Fernandes propôs, então, um programa, logo aprovado: luta pelo abono de natal, modificação da CLT, fim da assiduidade integral, contra o racionamento de energia, contra o Imposto Sindical, pela aposentadoria.¹⁵⁴ Um manifesto foi elaborado, comunicando aos trabalhadores a formação da Comissão Intersindical do Estado de São

¹⁵¹ FRENCH, J.D., “Los trabajadores industriales...”, p. 73 e 74.

¹⁵² ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 208. Mendes baseia-se em Timothy F. Harding. O que havia, segundo a documentação consultada, em 1952 –em termos de articulação intersindical horizontal - era a CISCAL, como vimos no Capítulo 4. O PUI, de fato, lidera uma campanha pelo abono de natal, mas em 1953. CEMP, E., “A intersindical e a luta pelo abono de Natal”, *O Metalúrgico* Nº 125, out. 1953, p. 3..

¹⁵³ Dossiê DOPS 50-B-334 p. 74 e p. 58. Há, entretanto, divergência de datas na documentação: A ata da assembléia geral têxtil de 13 de setembro de 1953 convoca a “primeira reunião da intersindical” para o dia 19 no próprio Sindicato dos Têxteis. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 set. 1953, p. 70

¹⁵⁴ Os nomes e suas respectivas entidades são os seguintes: José de Araújo Plácido, Nelson Rusticci, Alberto A Ferreira (Sindicato dos Mestres e Contra-mestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem), Horácio Pereira Frade (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados), Abelcio Cintra Valença (Sindicato dos Motoristas Autônomos), Paulo Pereira Santos (Sindicato dos Motoristas Anexos e Rodoviários), Jarbas Bonetti (Seguros e Previdência), Davi Moreira (Sindicato dos Bancários), Rafael Martinelli (Sindicatos do Ferroviários da Santos-Jundiaí), Harry Normathon (Sindicato dos Ferroviários da Paulista), Benedito Lucas Sales (Sindicato dos Gráficos), Salvador Rodrigues (Sindicato dos Marceneiros), José Fernandes (Sindicato dos Sapateiros), José Antônio Ribeiro e Joaquim Gomes Guerra Filho (Sindicato dos Hoteleiros) e Eugênio Chemp (UGT). Dossiê DOPS 30-B-232 p. 2753.

Paulo(CISESP).¹⁵⁵ Em algum momento foi também deliberado sobre a forma de funcionamento da entidade: cada sindicato teria direito a um voto.¹⁵⁶

Entretanto, foi em 1954 que tentou-se um ousado passo à frente: a articulação de campanha salarial unificada de todas as categorias, evitando-se acordos em separado, e quebrando-se, na prática, com as determinações corporativistas da CLT – processo que levou à greve de 2 de setembro de 1954, narrada no Capítulo 5. Em abril daquele ano, realizou-se uma reunião no Sindicato dos Gráficos para articular as lutas. A julgar pela Ata de uma reunião da Diretoria dos Têxteis, realizada alguns dias depois, estabeleceu-se, então, um “pacto” unificando as campanhas salariais e condenando acordos em separado.

Durante o próprio processo de preparação da greve de 2 de setembro, foi formada a diretoria da intersindical, já então, denominada Pacto de Unidade Intersindical (PUI). A presidência coube a Grabieli Grecco (Gráficos), a vice a Nelson Rusticci, a 1ª Secretária a Freitas Nobres (jornalistas) e 2ª Secretária a Remo Forli, a 3ª Secretária a Celgio Valvassore (marceneiros), a 1ª Tesouraria a Antônio Chamorro e a 2ª Tesouraria a José da Rocha Mendes (jornalistas).¹⁵⁷ Estavam unidos comunistas, trabalhistas, socialistas, janistas e, provavelmente, alguns “ministerialistas” e independentes. No final de 1954 o Pacto era integrado por 83 sindicatos.¹⁵⁸

Apesar de seu fortalecimento desde o final de 1953 até o final de 1954, no ano seguinte a construção da entidade parece ter arrefecido, não se registrando notícias sobre a mesma. Talvez o insucesso da tentativa de ruptura com as estruturas corporativas (por meio da negociação unificada em 1954) e a atmosfera repressiva após a morte de Vargas, ajudem a explicar o recuo. O fato de uma assembléia têxtil, realizada a 17 de junho de 1956, ter aprovado a formação de “um pacto de unidade intersindical para melhor defender os interesses dos trabalhadores” sugere a existência de um hiato entre a experiência de 1954 e aquele novo momento.¹⁵⁹ Em uma assembléia geral metalúrgica, em junho de 1956, José de Araújo Plácido lembrou o Pacto de Unidade de 1953, “dizendo que agora também devíamos repeti-lo, propondo que a assembléia autorizasse a formação de um novo Pacto

¹⁵⁵ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 297.

¹⁵⁶ ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 208.

¹⁵⁷ Dossiê DOPS 43-Z-0-1361

¹⁵⁸ “Comemorada a grande greve do dia 2 de setembro”, *O Metalúrgico* Nº 146, set. 1955, p. 5. Informação não confirmada apresentada por Almeida fala em 214 sindicatos congregados no PUI em 1954, e três federações. Cf: ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 208.

de Unidade Intersindical, para reivindicar salários e lutar contra o salário mínimo decretado, que é deveras pouco”.¹⁶⁰

O jornal dos metalúrgicos também se refere a formação de um novo pacto, com a adesão de 24 entidades sindicais e a presença de estudantes (são mencionadas a UEE, o Grêmio XI de Agosto, representantes da Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina) e parlamentares, definindo um novo perfil – de plenário popular – ausente no pacto anterior.¹⁶¹ De fato, os registros policiais também fornecem pistas quando afirmam que apenas em 26 de junho de 1956 a intersindical passou a chamar-se Pacto de Unidade Intersindical.¹⁶²

O Pacto reorganizado congregava 60 entidades, representando 1 milhão de trabalhadores em julho de 1956. O interesse pela articulação das lutas parecia ampliar-se no movimento sindical e popular em geral. Em agosto de 1956, *Última Hora* já se referia a adesão de aproximadamente 103 entidades da capital e do interior, falando de uma nova fase na vida da entidade, caracterizada pela busca de uma unidade nacional, começando por articulações com trabalhadores do Rio de Janeiro e ramificando-se pelo interior, chegando, por exemplo, a Sorocaba.¹⁶³

Nos dias 26 e 27 de janeiro de 1957, o PUI realizou, no Teatro Colombo, uma importante plenária, com presença de representantes de mais de cem sindicatos, deputados federais, estaduais e vereadores, além do Delegado Regional do Trabalho e do Diretor do Serviço Sindical da DRT. Foi, então, deliberado um programa mínimo de lutas para 1957, e eleita a nova Comissão Executiva do Pacto, cabendo a presidência a Salvador Romano Losacco, do Sindicato dos Bancários.¹⁶⁴

No Primeiro de Maio de 1957 as comemorações seriam organizadas pelo PUI e a entidade teve uma participação decisiva na preparação da Greve dos 700 mil, em outubro de 1957, como vimos no capítulo 3.¹⁶⁵

¹⁵⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 17 jun. 1956.

¹⁶⁰ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 17 jun 1956, p. 63.

¹⁶¹ “Formado o Pacto de Unidade Intersindical”, *O Metalúrgico* Nº 154, jul. 1956, p. 1.

¹⁶² Dossiê DOPS 30-B-232 p. 2753

¹⁶³ “Comanda os trabalhadores de São Paulo a unidade sindical”, *Última Hora* Nº 1.220, 3 ago. 1956, 1º Caderno, p. 2

¹⁶⁴ “Dia 27 de janeiro no Teatro Colombo: provaram os trabalhadores a nossa força sindical”, *O Metalúrgico* Nº 161, fev. 1957, p. 1.

¹⁶⁵ “1º de Maio dos Trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 163, abr.-maio-jun. 1957, p. 8.

Assim, a consagrada avaliação de Francisco Weffort, segundo a qual a Comissão Intersindical da Greve dos 300 mil se transformaria no PUI, constituindo-se como uma organização de cúpula, horizontal, acoplada à estrutura vertical do sindicalismo oficial, estimulando esta última e dando vida ao pacto populista, carece de urgente revisão.¹⁶⁶ Do ponto de vista da pesquisa histórica, porque antecipa a conclusão à investigação, encobrindo a riqueza de uma das experiências sociais e políticas mais importantes dos trabalhadores nos anos 1950 com o manto escuro da tese do fortalecimento do pacto populista. Do ponto de vista da análise política, porque não considera que o PUI foi, de fato, uma organização alternativa e não complementar à estrutura sindical oficial e à lógica do pacto populista. Não poderia ser complementar à estrutura oficial uma entidade que reunia associações de bairro, estudantis e de mulheres, além de parlamentares de diversos matizes. Seu programa reformista e nacionalizante representava o horizonte ideológico da vanguarda sindical de esquerda da época, mas poderia ser aprofundado com o avanço das lutas. Parece-nos mais correto caracterizar o PUI como um plenário operário e popular que articulou as lutas fabris, sindicais, de bairro e política dos trabalhadores, configurando embriões de um poder alternativo.¹⁶⁷ Ainda que caracterizando a amplitude de funções do PUI como uma das causas de seu enfraquecimento, não deixam de ser interessantes as observações de José Albertino Rodrigues, Diretor Técnico do DIEESE e, certamente, participante de muitas reuniões do PUI, pois permitem entrever a dinâmica de funcionamento de uma espécie de parlamento popular. Diz o autor: “Era tal a amplitude de assuntos levados ao conhecimento desse organismo, por entidades sindicais ou não, e foi se alargando seu campo de ação, independente do fortalecimento orgânico, que passou a sofrer um esvaziamento que o desprestigiou paulatinamente”.¹⁶⁸

A forma como a entidade foi extinta, sob pressão do Ministério do Trabalho, não confirma a tese de uma intersindical “acoplada” à estrutura oficial. Estas manobras foram bem analisadas por um artigo de José Albertino Rodrigues já no início de 1963, quando a memória dos acontecimentos ainda estava viva. Afirmo o autor:

¹⁶⁶ WEFFORT, F.C., *Sindicatos e política*, p. III 21 e III 22; MOISÉS, J.A. *Greve de massa e crise política...*p. 94.

¹⁶⁷ É interessante notar que José Albertino Rodrigues, testemunha ocular dos fatos, caracteriza o PUI como “plenário permanente de organizações sindicais aderentes”. RODRIGUES, J.A., Op. cit., p. 163.

¹⁶⁸ RODRIGUES, J.A., Op. cit., p. 163.

Diante da inconveniência que as autoridades sentiram em fechá-lo pura e simplesmente, procurou-se enfraquecê-lo através da imprensa, até que, sob o pretexto de ampliá-lo, encorajou-se a criação de um novo órgão. Surgiu assim o Conselho Sindical dos Trabalhadores, com uma estrutura mais conforme à estrutura sindical prevista na CLT, mas que, como era de se esperar, com a presença de “pelegos” em postos-chave, caiu no completo ostracismo.¹⁶⁹

Portanto, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST), que se constituiu em outubro de 1959, este sim, manteve-se acoplado à estrutura oficial, na medida em que, tanto sua diretoria eleita em novembro de 1959, quanto a seguinte, escolhida em março de 1961, eram integralmente ocupadas por representantes das Federações.¹⁷⁰ Assim, o Conselho teve em sua presidência dois burocratas de grosso calibre: Luiz Menossi, da Federação da Construção Civil, considerado pelo empresariado como um “grande amigo” e Olavo Previatti, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel e Papelão, interventor na CNTI a partir de maio de 1964.¹⁷¹ Além disso, deliberou-se que nenhuma entidade fora do âmbito sindical poderia participar do CST.¹⁷²

Certamente processos internos também enfraqueceram a experiência do PUI. Embora uma reunião de maio de 1958 tentasse resguardar a entidade dos efeitos da disputa eleitoral, marcada para outubro, resolvendo que seus diretores não poderiam envolver sindicatos ou categorias no apoio a qualquer político, pois tratava-se de defender a “unidade sindical e os interesses de classe acima da luta eleitoral”, alguns autores atribuem ao “facciocismo”, exacerbado pelo pleito de 1958, a desagregação da entidade.¹⁷³ Além das

¹⁶⁹ RODRIGUES, J.A., “Estrutura sindical brasileira”, *Revista do DIEESE* Nº 12, já.-fev. 1963, p. 6.

¹⁷⁰ “Conselho sindical: guerra à política partidária para unificar o operariado”, *Última Hora* Nº 2.285, 18 set. 1959, 1º Caderno, p. 11; “Alterado o regime do CST: nova diretoria eleita!”, *Última Hora* Nº 2.745, 13 mar. 1961, 1º Caderno, p. 12.

¹⁷¹ WEINSTEIN, B., Op. cit., p.177; ABREU, A.A. et. al. (Coord.), Op. cit., Vol IV, p. 4788.

¹⁷² “Conselho Sindical: guerra à política partidária para unificar o operariado”... Como lembram corretamente Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva: “Fracionado pelo facciocismo, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST). Contrastante com o PUI, a direção do CST foi ancorada nas federações e não nos sindicatos, o que a distanciou da pressão vinda das bases”. SILVA, F.T.; NEGRO, A.L. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N., *O Brasil Republicano*, Vol 3, p. 71. Leôncio Martins Rodrigues, por sua vez, tenta polemizar com Fábio Munhoz que, de maneira geral, caracterizara corretamente as motivações da extinção do PUI: as direções sindicais temiam a ação espontânea das bases que o PUI permitira, apresentando, erroneamente, a formação do CST como uma retomada das “práticas intersindicais” – deixando de captar a diferença cabal entre uma organização e outra. Ver RODRIGUES, L.M., “Sindicalismo e classe operária 1930-1964”, p. 286.

¹⁷³ Segundo Márcia Mendes de Almeida: “O fato é que o PUI não sobreviveu `s eleições parlamentares de 1958 e extinguiu-se em 1959, após sofrer pressões de todos os lados: de Jânio Quadros, de Juscelino Kubitschek, de Jango, do ministro Parsifal Barroso e de Samuel Wainer”. Cf: ALMEIDA, M.M., Op. cit., p. 238.

prováveis disputas internas, as eleições trouxeram um problema adicional: Salvador Losacco elegeu-se deputado Federal, assumindo a cadeira em janeiro de 1959, deixando vaga a liderança do PUI. Em fevereiro, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, o vice José Chediak assumiu a presidência e eleições foram marcadas para junho, para formar uma nova comissão executiva. Definiu-se que cada categoria integrante elegeria comissão de cinco membros que participariam de um Congresso Estadual dos Trabalhadores. Os cinco elegeriam um representante que teria um voto na eleição da nova Comissão Executiva.¹⁷⁴

Cabe voltar, ainda, a atuação de uma das correntes mais importantes na direção do movimento operário, o PCB. Segundo Mônica Kornis, em abril de 1958 Prestes teria declarado que era dever do PUI adaptar-se à estrutura sindical oficial, preocupado em fortalecê-la.¹⁷⁵ O depoimento de Losacco, embora possa ter sido traído pela memória quanto a datas e ao encadeamento dos fatos, confirma o papel do PCB no esvaziamento do Pacto: segundo ele “(...) os comuna fizeram aliança com os pelegos e transformaram o Pacto em Conselho Intersindical”.¹⁷⁶

A Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos resolveu ingressar no CST em uma reunião em novembro de 1959 e Remo Forli foi escolhido como titular e José Bustos, suplente.¹⁷⁷ Os têxteis também aderiram em reunião de Diretoria de 6 de novembro de 1959, sendo eleito Antônio Chamorro.¹⁷⁸ Mas, talvez, devido a apatia do novo organismo intersindical, no dia 29 de julho de 1962 uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos resolveu “refundar” o PUI.¹⁷⁹

Entretanto, embora o prestígio da sigla fosse evocado, suas características de plenário popular e seu caráter estadual foram suprimidas. Nas reuniões do novo PUI a

¹⁷⁴ MARTINS, I.F., “Coluna do trabalhador”, *Última Hora* Nº 2.091, 3 fev. 1959, 1º Caderno, p. 13.

¹⁷⁵ ABREU, A.A., et. al. Op. cit., Vol IV, p. 4.220.

¹⁷⁶ O depoimento de Losacco é bastante interessante em outros passagens: “Nós tínhamos cento de quatorze sindicatos livres. Comandavam todos os trabalhadores no Brasil e eles quiseram incorporar os pelegos, porque achavam que a máquina sindical...disseram que era ordem do Prestes, que tinha que fazer de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, pra ficar legal. Mas o pacto já era legal, tinha sido reconhecido pelo Juscelino, pela Igreja. O bispo de Santo André ia lá, comparecia, os parlamentares, o Presidente da República” (...) “Foi um golpe. E aí acabou o Pacto. Porque o Conselho já se enfiou nos gabinetes, já não...os trabalhadores já não viam mais nada, não tinha mais reunião de trabalhadores, era só a cúpula”. Cf.: HECKER, A., “Um retrato falado do Brasil pré-Golpe: entrevista com Salvador Romano Losacco”, *Revista Brasileira de História* Nº 27, Vol 14, p. 238.

¹⁷⁷ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 5 nov. 1959, p. 38 – verso.

¹⁷⁸ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 6 nov 1959, p. 101.

¹⁷⁹ “Sindicatos e trabalhadores em estado de alerta”, *O Metalúrgico* Nº 207, jun.-jul 1962, p. 1.

participação de entidades não sindicais estava vetada, a entidade não poderia interferir nas questões internas dos Sindicatos e seu âmbito era restrito à capital. No próprio dia 29, foi escolhida uma comissão executiva, com forte participação de sindicalistas ligados ao PCB: Luiz Firmino de Lima, José de Araújo Plácido, Adelço de Almeida (Sindicato dos Químicos), Silvestre Bozzo (Papel e Papelão), entre outros.¹⁸⁰

6.6. As SAB (Sociedade Amigos de Bairro) e outras organizações de bairro

De 1955 em diante verificou-se o período de maior crescimento das SABs em São Paulo.¹⁸¹ Tratam-se, geralmente, de associações com uma quantidade de sócios que varia entre 100 e 300, regidas por estatutos específicos, localizadas em sedes próprias ou – algumas vezes – na casa de algum dos associados, com finalidades reivindicatórias e associativas.¹⁸²

Do ponto de vista de sua composição social eram entidades heterogêneas, agregando operários fabris e trabalhadores assalariados, donas-de-casa, comerciantes, empresários e profissionais liberais locais, constituindo algo como uma “aliança social em torno da questão urbana”, nas palavras de Moisés.¹⁸³

O perfil da Sociedade Amigos do Belém (SAB) pode nos ajudar a compreender algumas características provavelmente também encontradas nas demais. Foi fundada em 1947, entre outros por um padre, Arnaldo de Moraes Arruda, desaparecendo alguns anos depois.¹⁸⁴ No dia 18 março de 1952 foi refundada como “Sociedade Amigos do Distrito do Belém e Belenzinho”, com uma participação significativa de filiados ao PCB em sua Diretoria. Nesta época, a Diretoria, com 8 membros, estava subordinada a um Conselho Deliberativo, com 60, cabendo-lhe “dirigir, representar e dar execução às resoluções do Conselho Deliberativo e Assembléias Gerais” – talvez refletindo o caráter amplo e participativo que se pretendia conferir às entidades de bairro à época. Os estatutos foram

¹⁸⁰ “Novo Pacto de Unidade: âmbito só em São Paulo”, *Última Hora* Nº 3.173, 30 jul. 1962, 1ª edição, p.11; “Novo Pacto de Unidade”, *O Metalúrgico* Nº 208, ago.-set.-out., 1962, p. 2.

¹⁸¹ MOISÉS, J.A., *Classes populares e protesto urbano*, p. 183.

¹⁸² Dados das Administrações Regionais em 1970 indicam que a maioria das SABS congregava entre 100 e 300 sócios, adultos, do sexo masculino, Cf.: GOHN, M.G., *Reivindicações populares urbanas*, p. 73. A informação parece ser válida também para os anos de 1950. Segundo os investigadores do DOPS a SAB do Jardim da Penha e a do Jardim Brasil reuniam, respectivamente 300 e 200 sócios em 1957. Dossiê DOPS 50-J-138 p. 155 e 50-J-138 p. 120.. Esta última SAB funcionava na casas de Magnólia Pires de Souza, funcionária pública estadual, da Secretaria da Fazenda. José Álvaro Moisés classifica as atividades das SABS entre reivindicatórias e associativas em MOISÉS, J.A., *Classes populares e protesto urbano*, p. 209.

¹⁸³ MOISÉS, J. A., Op. cit., p. 127 e GOHN, M.G., Op. cit., p. 186.

¹⁸⁴ DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no após-guerra...*p. 117

posteriormente modificados, sofrendo severas críticas pelo jornal da própria associação, em 1970.¹⁸⁵

As Atas das reuniões quinzenais da Diretoria da SAB em 1955 revelam preocupações com assuntos como: registro dos estatutos, “formalidade imprescindível para a liberdade de ação no tocante às necessidades do nosso bairro junto às autoridades estaduais e municipais”; confecção de carteiras de identidade dos sócios; ampliação do quadro de associados; abertura da sede mais amiúde “(...) a fim de que os srs. Sócios possam freqüentá-la com mais assiduidade e gozar dos (...) divertimentos e prazeres que a mesma, no momento proporciona(...)”. Quais seriam esses “divertimentos e prazeres”? É mencionada a doação de jogos de xadrez e damas, permitindo supor que esta fosse uma das práticas prazerosas usufruídas pelos sócios. Também é mencionada a existência de uma biblioteca e a doação de um de seus títulos é registrada: *Nossa Senhora de Paris*, de Victor Hugo. No período pesquisado – fevereiro a maio de 1955 - a única reivindicação debatida foi sobre os transportes, tratando-se, porém, de uma discussão preliminar em que nada de concreto se resolveu.

Portanto, revelam-se aqui alguns traços característicos das SABs: sua vida intermitente, em alguns casos com mais de uma “refundação”,¹⁸⁶ a presença forte do comunistas nas entidades nos anos 50, sua preocupação com a legalização, requisito formal para a representação dos moradores frente aos poderes públicos, seu caráter recreativo e reivindicatório.

As origens das SABs parecem ter variado muito. Gohn afirma que o crescimento de São Paulo teria feito com que as diretorias regionais da Sociedade Amigos da Cidade (SAC)¹⁸⁷ sofressem transformações, dando origem às SABs.¹⁸⁸ Outra possibilidade é que algumas SABs tenham se originado do propósito de antigos membros dos Comitês Democráticos Populares (CDP) , controlados pelo PCB, manterem atividades nos bairros após a cassação do registro do Partido e a extinção daqueles comitês.¹⁸⁹ Parece correto afirmar, conforme Moisés, que as correntes com maior influência nas SABs foram

¹⁸⁵ “Assim surgiu a SAB – XII”, *O Belenense* Nº 51, 17 out. 1969, p. 4 e “Assim surgiu a SAB – XIII”, *O Belenense* Nº 52, 18 nov. 1969, p. 3.

¹⁸⁶ Sobre a intermitência das SABs ver : DUARTE, A.L., Op. cit., p. 115.

¹⁸⁷ Criada em 1934, como vimos no Capítulo 4, por membros da aristocracia paulistana e engenheiros urbanistas com o objetivo de monitorar o crescimento urbano.

¹⁸⁸ ROLNIK, R. *A cidade e a lei*, p.183, GOHN, M.G., Op. cit., p. 36.

comunistas, janistas e liberais, mas devem ser acrescentados os ademaristas – como constataram Duarte e Fontes para os casos da Mooca e de São Miguel Paulista – devendo-se notar que o próprio presidente da FESAB, Sebastião Costa, era suplente de deputado federal pelo PSP.¹⁹⁰

Apesar da exígua representatividade formal das SABs, é necessário avaliar sua importância, também, a partir de outros critérios.¹⁹¹ Estudo de Cardoso, por exemplo, indica que foram “importantíssimas” na capital e no ABC para vitória eleitoral do MDB em 1974 – evento que, como sabemos, debilitou significativamente a legitimidade da ditadura.¹⁹² Por sua vez, os autores de um artigo sobre o papel das Comunidade Eclesiais de Base (CEB) nos anos de 1970, notaram que a tradição de organização das SAB “pode ter constituído uma pedagogia de que se valem as CEBs”.¹⁹³ Portanto, a representatividade social das associações é reconhecida pela bibliografia específica. Talvez possamos concordar com Rioux quando afirma que a especificidade das associações voluntárias decorre de sua permeabilidade, comunicando-se com o religioso, o comunitário, o econômico e o mental.¹⁹⁴

Embora as SABs já tenham sido classificadas como meros “currais eleitorais” dos políticos, análises mais sofisticadas vêm permitindo uma melhor avaliação de seu papel político.¹⁹⁵ Duarte e Fontes já notaram que políticos como Jânio Quadros e Ademar de Barros, ao mesmo tempo em que inseriam os trabalhadores em redes de relações pessoais de clientelismo, recuperavam a condições dos mesmos como cidadãos, por meio do voto e da participação política e social.¹⁹⁶

¹⁸⁹ DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no após-guerra...*p. 115.

¹⁹⁰ DUARTE, A.L.; FONTES, P. *O populismo visto da periferia*; Dossiê DOPS 50-J-138 p. 152.

¹⁹¹ Pesquisa da Secretaria de Bem Estar Social realizada em 1974, apresentada por Gohn, informa que apenas 3,1% da população participava, então, das SABs. Para o período coberto por este estudo, não temos informações, mas não há porque supor que o percentual fosse significativamente maior do que este, que ser, assim, de referência. GOHN, M.G., Op. cit., p. 70.

¹⁹² CARDOSO, F.H., *Partidos e deputados em São Paulo: (voto e a representação política)*, In: CARDOSO, F.H.; LAMOUNIER, B., *Os partidos e as eleições no Brasil*, p. 64.

¹⁹³ CAMARGO, C.P.F.; SOUZA, B.M.; PIERUCCI, A.F.O., “Comunidades Eclesiais de Base”, In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*, p. 70

¹⁹⁴ RIOUX, J-P, “A associação em política”, In: RÉMOND, R., *Por uma história política*. p. 122. O autor trata tanto de associações “ideológicas” quanto de associações “logísticas”, que teriam as funções de socialização política, elaboração de programas para instruir uma demanda junto aos poderes públicos, seleção de líderes – que parece ser o caso das SABs.

¹⁹⁵ CLADEIRA, T.P.R., *A política dos outros...*p. 49

¹⁹⁶ DUARTE, A.L.; FONTES, P. *O populismo visto da periferia*, p. 27.

Devem ser lembradas, ainda, outras expressões do que Cavalcanti qualificou como o “associacionismo das classes subalternas”. Ele mesmo se refere à importância dos clubes de várzea, lembrados também, na pesquisa de Duarte como “uma espécie de central das reivindicações e da vida comunitária do bairro”.¹⁹⁷ Uma matéria sobre os 80 anos do bairro do Belém fornece-nos uma idéia da quantidade e variedade dessas formas de associação – em muitos casos de caráter étnico. Havia, no bairro, nos anos 1950, o *Clementino*, fundado por tecelões, o *Flor do Belém*, dos espanhóis, o *Juta Belém*, dos moradores da Vila Maria Zélia, mais tarde denominado *Scarpa*. Os moradores da rua Cachoeira, por sua vez, formaram o seu próprio Clube: *União Operário*, os italianos fundaram o *XX de Setembro* e os portugueses o *Portugal Marinhense*. Segundo a matéria, quase todos tinham seu campo no Prado da Mooca, onde, além dos já citados, jogavam: *União da Mooca*, o *Flor da Índia* e outros.¹⁹⁸ Também são lembrados os grupos de serestas, de poesia, de teatro e associações étnicas, como componentes de uma densa rede de associações.¹⁹⁹

A permeabilidade do associacionismo de bairro e a receptividade para iniciativas dos mais diversos matizes pode ser avaliada pelo sucesso obtido pelos trotskistas do POR, em 1953, na formação das União Operária e Popular (UOP), entidades criadas durante a campanha de Jânio Quadros a Prefeito (apoiado pelos trotskistas). Com um caráter híbrido entre comitês eleitorais e associações de bairro, as UOPs foram um grande sucesso, segundo o depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, surgindo muitas e superando a capacidade do POR de controlá-las. As UOPs tanto mobilizavam por reivindicações de bairro, quanto cogitavam – já então – no lançamento de Jânio Quadros para a presidência, como também eram vendidos muitos jornais trotskistas, o *Frente Operária*.

Outra forma de organização importante foram os Comitês Femininos, animados pelo PCB. No dia 20 de março de 1957, realizaram uma convenção no auditório da Rádio Eldorado, quando discutiram um programa de lutas, incluindo o combate à alta do custo de vida, a ampliação da rede de escolas, de postos de puericultura, jardins de infâncias e parques infantis, a melhoria da assistência à maternidade e infância, com a criação de novas

¹⁹⁷ CAVALCANTI, C.A.V., Op. cit., p. 250; DUARTE, A. L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*...p. 101. Paulo Fontes chega às mesmas conclusões para SM Paulista Cf.: FONTES, *Comunidade operária e migração nordestina*... p. 106.

¹⁹⁸ “O que é a SAB”, *Belém 80 anos*, jun 1979.

¹⁹⁹ DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no após-guerra*... p. 32, FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina*...p. 94.

maternidades, a melhoria da assistência pré-natal. Também reivindicava-se a efetiva aplicação da CLT, melhoria e aumento dos serviços públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, luz, coleta de lixo, telefone, carteiro, urbanização: calçamento, arborização e melhoria do transporte coletivo.²⁰⁰

²⁰⁰ “Programa de reivindicações das mulheres”, *Notícia de Hoje*, 24 mar 1957.

Capítulo 7

Cultura operária e popular

“Tanto que o inimigo não dava de vir, pois bem a gente ficava em nervosias. Alguns, não. Feito aquele Luzié, que cantava sem mágoas, cigarra de entrecruvas (...) Minha mãe, ela era que podia ter cantado para mim aquilo. A brandura de botar para se esquecer uma porção de coisas – as bestas coisas em que a gente no fazer e no nem pensar vive preso, só por precisão, mas sem fidalguia”

Grande sertão: veredas

João Guimarães Rosa

7.1. O calendário operário

Uma das dimensões pelas quais uma cultura se manifesta é a temporal, na criação de um calendário próprio a demarcar ritmos de trabalho, festa e luta. O exame da maneira como metalúrgicos e têxteis organizavam o seu tempo no ciclo anual poderá, portanto, oferecer-nos pistas sobre valores compartilhados, significados atribuídos aos eventos, sobre sua cultura, enfim.¹

O calendário festivo tinha início com o carnaval. Tanto têxteis quanto metalúrgicos promoviam seus próprios bailes – faltam, porém, informações mais precisas sobre a partir de quando isto começou a ocorrer. Em 1959, um diretor do Sindicato dos Têxteis apresentou a sugestão de realizar bailes carnavalescos em uma reunião de Diretoria – o que sugere não vir sendo esta uma prática freqüente. “Depois de muito discutida” a proposta foi aprovada: seriam promovidos seis bailes no Cine Catumbi.²

É interessante observar que o jornal do PCB, *Notícias de Hoje*, mantinha, em 1954, a coluna “Cuícas e Tamborins”, com notícias sobre o carnaval – revelando, provavelmente, o interesse pela festa entre os trabalhadores mais organizados, como

¹ Sobre o “calendário profissional” de uma categoria específica – no caso, mineiros alemães – ver: TENFELDE, K. “Cultura mineira na Alemanha: um ensaio de interpretação”, *Revista Brasileira de História*, Nº 15, Vol 8, fev. 1988, p. 24. Sobre a temporalidade na formação da classe ver as observações de Mike Savage, segundo o qual: “O processo de formação de uma classe implica a criação de ritmos e turnos temporâneos, rotineiros e típicos”. SAVAGE, M. “Classe e história do Trabalho”, In: BATALHA, C.H.M., *Culturas de classe*, p. 37 e 38

² Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 19 jan. 1959, p. 91 – verso, ; “Grandes bailes carnavalescos patrocinados pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo”, *O Trabalhador Têxtil*, (Nova Fase), Nº 25, jan 1959.

eram os leitores do jornal, e também a sensibilidade do PCB para as manifestações de cultura popular.

Nos metalúrgicos, em 1955, o Carnaval era promovido pelo Grêmio Esportivo Metalúrgico, entidade recreativa que funcionava paralelamente à Diretoria, mas em 1959 parece ter sido assumido pela própria direção do sindicato – quando foram promovidos, assim como nos têxteis, “seis grandes bailes” (“4 soirés e 2 matinés”).³ Em 1960, repetese o formato, ressaltando o jornal do sindicato tratar-se de uma festa “para os associados e suas famílias” – com prêmios para a “mais bela fantasia e o melhor folião”.⁴ Em 1962 os bailes se repetiram, com “concursos de fantasias e outras surpresas”, apesar da oposição do 1º Secretário, Afonso Delellis, que em reunião de Diretoria afirmara: “Nos nossos bailes o comparecimento de associados é diminuto e os nossos bailes só têm criado situação embaraçosa”, não sendo possível aferir tratar-se de manifestação de falta de espírito carnavalesco ou opinião balizada pelos fatos. Caso a segunda hipótese tenha fundamento, significa que o baile do Sindicato não fazia muito sucesso – talvez porque os sócios preferissem comemorar o carnaval em outros ambientes, quem sabe mais próximas à vida e à cultura popular de bairro.⁵

7.2. O Dia do trabalhador metalúrgico⁶

A partir de 1957, o Sindicato dos Metalúrgicos passou a comemorar o 9 de abril como dia nacional da categoria. A data fora escolhida na 1ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizada em Volta Redonda, de 17 de abril a 1º de Maio de 1956, e fazia alusão à fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). No mesmo evento, Tiradentes foi escolhido como patrono da categoria e “símbolo de que os trabalhadores metalúrgicos lutam sempre pela independência econômica e em defesa da indústria nacional”⁷ - ou seja, na ausência de uma figura heróica com densidade o suficiente para projetar-se no imaginário da classe, a figura construída pelo imaginário

³ “Carnaval dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 177, jan.-fev. 1959, p. 8.

⁴ “Carnaval dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 2189, fev. 1960, p. 1.

⁵ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 14 fev. 1962, p. 86 – verso.

⁶ A documentação consultada não permitiu apurar se os trabalhador têxteis também comemoravam uma data própria da categoria.

⁷ “9 de abril: data nacional dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 163, abr.-maio-jun. 1957, p. 1

republicano como herói nacional, com componentes cristãos, como demonstrou José Murilo de Carvalho, foi adotada.⁸

E assim, o 9 de abril tornou-se uma espécie de “data oficial” da categoria: celebrada sempre com a presença de autoridades e a conotação de defesa do progresso da pátria e da indústria nacional. Na comemoração de 1957, estavam presentes “autoridades federais e locais, líderes sindicais (...) e numerosos trabalhadores metalúrgicos”. A banda da Elevadores Atlas executou o Hino Nacional, artistas da Rádio Nacional apresentaram um show e o representante do Ministério do Trabalho inaugurou exposição de “peças manufaturadas pelos metalúrgicos”.⁹ Em 1961, foi apresentado, na comemoração, o “Hino dos Metalúrgicos”, com letra e música de Carlos Batista de Lima:

Metalúrgicos, orgulho de nossa arte,
Trabalhadores pra grandeza da Nação
Metalúrgicos, teremos de lutar
Com coragem e ardor no coração

Metalúrgicos!...Avante,
Cada um na sua profissão,
Todos unidos seremos fortes,
Para nossa maior proteção

Seja ferreiro, mecânico, fundidor
Eletricista, serralheiro, modelador
O Sindicato defende nossas lidas
Devemos apoiá-lo com ardor.¹⁰

7.3. Páscoa e Dia das Mães

Aparentemente a Páscoa não era comemorada pelos sindicatos, provavelmente por ser uma data do calendário católico, seguindo sua própria tradição. Há, porém, evidências, de que as empresas promoviam eventos próprios. Em julho de 1955, realizou-se a “segunda comunhão pascal dos empregados da Companhia Ford” e em 1961 o Sindicato dos Têxteis parece ter sido obrigado a cancelar uma assembléia com os

⁸ CARVALHO, J.M., *A formação das almas*.

⁹ “9 de abril: data nacional dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 163, abr.-maio-jun. 1957, p. 1. A comemoração em 1958 teve o mesmo caráter. “9 de abril – Data nacional dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 170, abr.-maio-jun. 1958, p. 8

¹⁰ “9 de abril – Data nacional dos trabalhadores metalúrgico”, *O Metalúrgico* Nº 198, mar. 1961, p. 1

operários e operárias de Barueri – marcada para o mesmo dia em que a Fiação Sul-Americana, sediada naquele município.¹¹

Como na grande literatura, o tema da maternidade inspirava a poesia operária. Em maio a página cultural de *O metalúrgico* se enchia de poemas em homenagem à mãe proletária ou, simplesmente, à maternidade.¹² Também eram publicadas obras de autores consagrados, como Jorge de Lima – “Mulher proletária” – e Augusto Frederico Schmidt – “Visita a casa materna”.¹³

Também eram promovidas festas, com shows, “matinês dançantes” e curiosas seções de prêmios, no caso dos metalúrgicos, aparentemente a cargo do Departamento Feminino.¹⁴ Em 1957, por exemplo, o Sindicato arrecadou um fogão a gás e mil cruzeiros com o vice-governador Porfírio da Paz, uma bateria de cozinha com a empresa Rebistamp S.A, um cobertor com o Delegado Regional do Trabalho, uma fruteira de prata na Metalúrgica Régia, e o Delegado do IAPI ofereceu medalhas que foram distribuídas, a título de premiação, para a mãe com o maior número de filhos – 13! –, a mais idosa, a mais jovem e para aquelas que mereceram “Honra ao Mérito”.¹⁵ O evento foi registrado, novamente em 1959 e em 1962 – embora neste segundo momento sem a premiação. O significado atribuído à festa pelo jornal dos metalúrgicos revela um poucos dos valores patriarcais presentes no meio operário: “O ambiente festivo traduziu todo o carinho devotado pelos trabalhadores à mãe, rainha do lar, que merece todo o nosso respeito”.¹⁶

7.4. O Primeiro de Maio

Um dos eventos mais importantes no calendário operário era, certamente, o Primeiro de Maio. Os esforços de apropriação da data foram – na interpretação de

¹¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São paulo, 25 jun. 1961, p. 133.

¹² Em 1955, por exemplo, quatro metalúrgicos compuseram versos para as mães. “Homenagem às Mães”, *O Metalúrgico* Nº 142, maio, 1955, p. 6.

¹³ “Dia das Mães”, *O Metalúrgico* Nº 180, maio 1959, p. 8.; “Dia da mãe metalúrgica”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.-maio 1962, p. 7..

¹⁴ Em 1956 o Departamento Feminino encaminha um ofício à Diretoria solicitando a liberação do salão, obtida prontamente para as “manifestações do dia memorável, a data 13 de maio, dia dedicado à Mãe Brasileira”. Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 10 maio 1956, p. 153.

¹⁵ “Metalúrgicos comemoram o Dia das Mães”, *O Metalúrgico* Nº 163, abr.-maio-jun. 1957, p. 1

¹⁶ “Dia da mãe metalúrgica”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.-maio 1963, p.7. Não encontramos registro de comemoração da data no Sindicato dos Têxteis.

Hobsbawm – proporcionais à fidelidade emocional dos operários à mesma.¹⁷ Os bolcheviques foram os primeiros a decretar feriado no dia, seguidos pelos nazistas. Data fundamental no calendário de comemorações do Estado Novo, começou a ser festejada em 1938, quando foi “presenteada” aos trabalhadores a regulamentação do salário mínimo.¹⁸ De 1939 a 45 foi sempre comemorado em grandes estádios – São Januário ou Pacaembu.¹⁹ No Segundo Governo Vargas, foi retomada a prática dos discursos dirigidos aos trabalhadores, das festas em espaços abertos. Como qualificou Paranhos, tratava-se de uma “luta de representações”.²⁰

Certamente, a representação dos proletários construída pelos políticos populistas – e particularmente por Vargas – foi um desses espelhos nos quais os próprios proletários puderam se mirar. E muito de sua auto-imagem, nos anos de 1950, construiu-se por esse reflexo. No que diz respeito ao Primeiro de Maio, a prática dos desfiles encabeçados por mulheres de branco empunhando a bandeira nacional, por exemplo, parece ter exercido forte atração, sendo reencontrada em passeatas operárias em greves e nos desfiles de Primeiro de Maio organizados pelos sindicatos.²¹ A simbiose entre data dos trabalhadores e data nacional – decorrente da idéia de que os operários representavam a nação – foi outra invenção varguista incorporada nas comemorações posteriores dos sindicatos. Mas a “luta das representações”, vencida pelo Estado durante o período ditatorial de 1937 a 1945, foi retomada nos anos de 1950 e pode-se dizer que a fala “roubada” anteriormente foi, de certa forma, recuperada.

A reapropriação da data representa momento significativo da afirmação da classe trabalhadora nos anos 1950. A matéria de capa de *O Metalúrgico*, em 1953, não deixa dúvidas sobre a formação de um novo discurso. Dizia: “Glória eterna aos mártires do

¹⁷ HOBBSAWM, E., *Mundos do trabalho*, p. 113

¹⁸ Comparativamente, é interessante notar que o governo peronista, tendo se instalado em 1946, neste mesmo ano, pela primeira vez na história argentina, associou-se às comemorações de 1º de Maio dos sindicatos. Segundo Mirta Lobato: “Tinha início um processo de apropriação dos símbolos e significados associados ao Dia dos Trabalhadores e às ideologias que haviam lutado para orientá-los”. “Manifestaciones y rituales bajo el peronismo/Las reinas del trabajo”, *La Marcha – Los muchachos peronistas* Nº 2, p. 17 [Tradução do Autor]

¹⁹ GOMES, A.C., p. 200.

²⁰ PARANHOS, A., *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, p. 97

²¹ Leite Lopes também notou, nas passeatas dos têxteis em Recife: “(...) a organização da passeata incorpora uma reinterpretação simbólica dos antigos desfiles patrióticos sob a égide patronal (...) ostentando sua força de trabalho disciplinada, que não é incomum nas manifestações operárias e sindicais do período”, Cf.: LOPES, J.S.L., *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, p. 400.

Primeiro de Maio que, organizados, se sacrificaram orientados no sentido da revolução social, pela luta de classes para a conquista de leis para os trabalhadores”.²²

De fato, a retomada do Primeiro de Maio como uma data dos trabalhadores começava em 1953.²³ O movimento sindical paulista se dividiu: uma parte dirigiu-se a Volta Redonda, onde ocorreram as comemorações oficiais, a outra organizou uma grande manifestação, com cerca de 10.000 trabalhadores, no Hipódromo da Mooca, segundo *O Metalúrgico* “sem a tutela governamental ou sob os auspícios de organizações semi-oficiais” - referindo-se, com certeza, ao SESI.²⁴

Para Volta Redonda seguiram de trem cerca de três mil trabalhadores, entre têxteis, metalúrgicos, marceneiros, vidreiros, enfermeiros, comerciários, borracheiros e aposentados do IAPI, IAPC e IAPETEC. Foram entregues vários memoriais ao Presidente da República, que também ouviu discursos de sindicalistas exigindo o reconhecimento do direito de greve, medidas contra as mais de 4 mil demissões ocorridas após a Greve dos 300 mil, a exoneração do Ministro do Trabalho e do Delegado da DRT de São Paulo, “a mais ampla liberdade sindical e autonomia”, financiamento para cooperativas de consumo.²⁵

Quanto ao evento no Hipódromo da Mooca, foi promovido pelos sindicatos que participaram da greve de março-abril e outros: têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, marceneiros, químicos e farmacêuticos, bancários, alfaiates, hoteleiros, jornalistas. Vários oradores “acentuaram que as comemorações do dia, depois de longos anos no Brasil, eram realizadas livres da tutela ministerial e de organizações quase oficiais”. O Partido Comunista, o Partido Socialista e a Juventude Operária Católica (JOC) distribuíam seus panfletos. Faixas protestavam contra o Decreto-Lei 9070, o racionamento de energia elétrica, a alta dos preços e a “incúria do governo e do Congresso no que diz respeito à solução dos problemas que interessam à coletividade”.²⁶

²² “Primeiro de Maio – Salve data magna do trabalhador!”, *O Metalúrgico* Nº 120, maio 1953, p. 1

²³ Em 1952 a única notícia registrada do 1º de Maio no jornal dos metalúrgicos fora o discurso de Vargas, ocupando a primeira página. Em 1951 a comemoração se dera no estádio do Pacaembu

²⁴ “Comemorado o 1º de Maio”, *O Metalúrgico*, Nº 120, maio 1953, p. 11.

²⁵ “Apoio a Vargas contra os abusos do poder econômico”, *Última Hora* Nº 343, 2 maio 1953, p. 4. O memorial dos metalúrgicos está reproduzido em: “Reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 120, maio 1953, p. 9

²⁶ “Comemorado o 1º de Maio”, *O Metalúrgico* Nº 120, maio 1953, p. 11.

As comemorações também tiveram caráter festivo: show de música popular e humorismo com artistas do Grêmio Juvenil Tupi, partidas de futebol entre equipes dos sindicatos, “alguns concursos” – não esclarecidos, mas provavelmente de rainha e princesa do dia. Mais tarde, coquetel no Sindicato dos Bancários e baile no Salão Piratininga foram realizados. Tudo isto provavelmente retomava aspectos de uma tradição de “festivais operários”, iniciada em 1917.²⁷

Em 1954, o 1º de Maio foi organizado pela Comissão Intersindical de São Paulo que viria a transformar-se no PUI. Mais uma vez, destacava-se: “Organizações sindicais de trabalhadores levaram a efeito nesta capital várias comemorações do ‘Dia do Trabalho’, modificando assim a tradição antiga de comemorar esse dia com programa traçado pelo governo e por entidades patronais”. O avanço do trabalhadores na “luta das representações” pode ser avaliado por um fato: no Hipódromo da Mooca foi inaugurado oficialmente pela Prefeitura o Estádio Proletário.²⁸

Apesar de não ser oficial, o evento foi aberto pelo representante da Prefeitura, que inaugurou o estádio após hastear a bandeira nacional, contou com a presença de deputados estaduais e foi encerrado com o Hino Nacional. Muitas atividades festivas se deram: violeiros de Piracicaba entoaram canções regionais, um coral da Prefeitura executou músicas brasileiras, apresentaram-se um trio do Sindicato dos Metalúrgicos, uma cantora mirim e um violeiro idoso. Não podiam faltar os torneios de futebol e de boxe, o concurso de Rainha dos Trabalhadores, o show com artistas do rádio e os discursos dos sindicalistas, sendo citados vários nomes ligados ao PCB: Armando Mazzo, Eugenio Chemp, Ramiro Luchesi.. Nota-se, portanto, uma combinação de valores de classe, - como na denominação do estádio e na afirmação da independência do evento em relação ao governo e aos patrões - com símbolos nacionais, como a

²⁷ HARDMAN, F.F., *Nem pátria, nem patrão!*, p. 50. Distingue entre as “festas de salão”, realizadas entre 1902 e 1916, mais ligadas aos dirigentes, nas quais prevalecia o aspecto doutrinário e educativo, dos festivais públicos, iniciados em 1917 e mantidas nas décadas de 1920 e 30, onde prevalecia o aspecto lúdico e de entretenimento coletivo ligado à classe. Eram promovidos por jornais ou associações de trabalhadores e incluíam futebol, teatro, canções típicas, regatas, natação, luta greco-romana, cinematógrafo, bandas de música e fogos de artifício”. Batalha também distingue entre as festas militantes e os festivais operários, as primeiras próprias a uma “cultura militante” e os segundos mais ligados à uma “cultura de classe”. BATALHA, C.H.M., “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, In: BATALHA, C.H.M. et. al (Orgs), *Cultura de Classe*, p. 113.

²⁸ “O 1º de Maio dos trabalhadores sindicalizados”, *O Metalúrgico* Nº 131, maio 1954, p. 8. Com antigo morador da região foi possível apurar que o “estádio” era, na verdade, algum campo de futebol com arquibancadas.

bandeira e o hino, elementos de cultura popular – os violeiros de Piracicaba – e da cultura de massas: artistas de rádio. Configurando, assim, o campo heterogêneo e aberto no qual se elaboravam os contornos de uma cultura operária e popular.

Em 1955, parece ter havido um recuo na defesa de uma comemoração organizada e realizada autonomamente pelos trabalhadores. O evento foi transferido do Estádio Proletário para o Parque D. Pedro II, em frente ao Sindicato dos Gráficos, e a Prefeitura encarregou-se de armar o palanque e tomar providências “para preparar o local garantindo comodidade às famílias”.²⁹ Evidentemente o Prefeito William Salem compareceu, acompanhado do vice, Porfírio da Paz. Também se fizeram presentes o candidato a Prefeito pelo PSP, Juvenal Lino de Matos e a vice, Wladimir Toledo Piza – que teriam recebido apoio dos dirigentes sindicais presentes, como “legítimos representantes do povo de São Paulo”.³⁰ Isto não significa que o evento saíra inteiramente do controle dos trabalhadores. No Sindicato dos Têxteis, por exemplo, foi eleita, na assembléia de 21 de abril, uma comissão com 7 nomes, responsável pela “orientação e organização do 1º de Maio”,³¹ e o jornal metalúrgico insistia que “pouco ou quase nada se tem procurado esclarecer ao trabalhador da origem do 1º de Maio. O que em realidade fazem os ‘donos do trabalho’ é ocultar o seu significado com festinhas e mais festinhas”. O mesmo jornal, porém, veiculava pontos de vista inteiramente opostos a este, como o manifestado pelo metalúrgico Hermenegildo Guarnieri:

Primeiro de Maio! Lindo mês de Maria!
Justamente o seu primeiro dia é a festa dos trabalhadores, os quais
respeitam as leis de Deus, lutando e se conformando com a sorte que
lhes foi destinada, trabalhando, sustentando a luta para uma união cada
vez mais sólida para que assim possam vencer.³²

A programação de 1955 teve início às 7 da manhã, com a concentração dos trabalhadores em seus respectivos sindicatos, marchando em desfile para o Parque D. Pedro, com o “estandarte sindical à frente, conduzido pelos diretores e comissões femininas”.³³ Os festejos transcorreram de 8 às 18 horas e participaram os sindicatos dos

²⁹ “Será no Parque D. Pedro a comemoração de 1º de Maio”, *Última Hora* Nº 945, 27 abril 1955, 1º Caderno, p. 7.

³⁰ Ibid.

³¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 21 abril 1955, p. 136.

³² “Peneira sindical”, *O Metalúrgico* Nº 142, maio 1955, p. 3.

³³ “Será no Parque D. Pedro a comemoração de 1º de Maio”, *Última Hora* Nº 945, 27 abril 1955, 1º Caderno, p. 7

metalúrgicos, têxteis, gráficos, marceneiros, trabalhadores em laticínios, ferroviários, jornalistas, trabalhadores em carris urbanos, vendedores ambulantes, funcionários públicos, construção civil. Não faltou o pugilismo, o concurso da Rainha dos Trabalhadores, música regional e show de artistas amadores e da TV. O tom dos discursos deu ênfase à defesa da liberdade sindical, com críticas ao Ministro Alencastro Guimarães, que anulava eleições de têxteis e metalúrgicos.³⁴ Entretanto, o interesse dos trabalhadores parece não ter sido grande: o agente do DOPS de plantão estimou em 500 o número de pessoas presentes. Qualquer que tenha sido a margem de erro, a multidão estava longe dos 10 mil trabalhadores registrados em 1953.

De 1956 a 1960 as comemorações novamente perderam sua autonomia e os sindicatos voltaram a aderir aos festejos oficiais. Cabe lembrar que o SESI, a partir de 1947, encarregou-se de reproduzir o modelo de comemorações realizadas pelo Estado Novo, transformando, nas palavras de Weinstein, “uma comemoração tradicional da militância e do sacrifício operário numa celebração da paz social”.³⁵ A diferença é que, na versão do SESI, a indústria, e não o Estado, ocupava uma posição de destaque, enfatizando-se a harmonia entre capital e trabalho. A participação nos festejos do SESI, que crescera em todo o estado de São Paulo em 1952, caiu para menos da metade em 1953.³⁶ A reaproximação dos sindicatos com o SESI, em 1956, foi justificada pelo Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Aldo Lombardi, com o argumento de que “as comemorações com mais recursos do SESI sempre atraíam maiores multidões que os eventos promovidos pelos sindicatos”.³⁷ De fato, os sindicatos por sua conta teriam dificuldades para organizar uma programação com torneios de futebol varzeano, torneio sindical e torneio comercial, futebol de salão, parque de diversões, shows artísticos, bola ao cesto, aerodelismo, corrida de lanchas, pedestrianismo, motociclismo, ginástica, voleibol, jiu-jitsu, boxe, ciclismo, queima de fogos, churrasco, marionetes, cinema e baile, como a preparada pelo SESI em 1956.³⁸ Mas outros fatores, certamente, contribuíram para que a balança da “luta de representações” pendesse,

³⁴ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 545 e “1º de Maio dos trabalhadores e dos sindicatos”, *O Metalúrgico* Nº 142, maio 1955, p. 4

³⁵ WEINSTEIN, B., *A (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, p. 228

³⁶ *Ibid.*, p. 230.

³⁷ *Ibid.*, p. 408.

novamente, para o lado do Estado. Juscelino Kubitschek assumira em 31 de janeiro, após um período turbulento de ameaças à democracia e à liberdade sindical. O PCB, embora mantivesse formalmente a “linha do Manifesto de Agosto” em seu IV Congresso, realizado em novembro de 1954, mudara sua prática a partir de 1955, privilegiando, nas palavras de Lorner “acordos de cúpula e atividades eleitorais”.³⁹

O apagamento da independência de classe nas comemorações de 1º de Maio em 1956 impressiona mais quando constatamos que os sindicatos se somaram ao tradicional desfile do SESI pela manhã, no Vale do Anhangabaú, com carros alegóricos das diversas empresas acompanhados por seus respectivos operários. O Cotonifício Guilherme Jorge, por exemplo teria apresentado “bela alegoria, constando de várias moças representando as antigas fiandeiras egípcias, demonstrando ao público os primitivos métodos de fiação”.⁴⁰ Quanto aos festejos vespertinos, no Parque do Ibirapuera, a matéria de *O Metalúrgico* não deixa dúvidas sobre seu caráter, ao descrever a “cerimônia oficial de encerramento”: presentes no “palanque oficial”, o prefeito Vladimir Toledo Piza e senhora, o General Falconieri da Cunha, comandante da Zona do Centro, o Bispo Auxiliar D. Vicente Zioni, deputados federais, estaduais, vereadores e – claro – também líderes sindicais.⁴¹

A partir de 1960, o movimento operário movimentou-se para reapropriar-se da data. Naquela ocasião manteve-se a festa oficial pela manhã no Vale do Anhangabaú, mas os Sindicatos comemoraram na sede dos metalúrgicos a seu modo: relembrando a luta dos mártires de Chicago e ouvindo uma palestra de Edgard Leuenroth.⁴² Nos anos seguintes cresceu o repúdio ao SESI e seus “festejos de ordem recreativa ou desportiva” – no dizer do jornal do Sindicato dos Padeiros –, e os célebres desfiles de carros alegóricos acabou sendo extinto.⁴³ Coube ao MSD, em 1962, representar o governo, os patrões e a Igreja, na “luta de representações”: promoveu festejos na Praça da Sé,

³⁸ “Comemorações monstro marcarão a data máxima do trabalhador”, *Última Hora* Nº 1.252, 30 abr. 1956, 1º Caderno, p. 3.

³⁹ LORNER, B.A., *A linha do Manifesto de Agosto*, p. 68.

⁴⁰ “Impressionante espetáculo de civismo os festejos da data magna do trabalho”, *Última Hora* Nº 1.253, 5 maio 1956, p. 1.

⁴¹ “1º de Maio unido pelas reivindicações mais sentidas”, *O Metalúrgico* Nº 152, maio 1956, p. 1.

⁴² “Desfile de 15 mil trabalhadores sob a bandeira da emancipação econômica”, *Última Hora* Nº 2.476, 2 maio 1960, 1º Caderno, p. 4 e “Fala do significado histórico da data, dos mártires de Chicago”, *O Metalúrgico* Nº 191, abr.-maio, 1960, p.1.

⁴³ WEINSTEIN, B. Op. cit., p 231 e 408

destacando a imagem de N. Sra. Da Penha, com a presença do Cardeal Mota, do vice governador Porfírio da Paz e o Ministro do Trabalho, Franco Montoro.⁴⁴

Quanto aos sindicatos combativos, pareciam despertar de novo para os significados de luto e luta do dia. Em 1961, o Conselho Sindical dos Trabalhadores organizou uma “reunião monstro” no Cine Paramount, com a conotação de ruptura em relação aos “13 anos” anteriores em que “a data máxima do trabalhador era comemorada por entidades patronais”.⁴⁵ Ao invés de festa, reivindicações: selou-se o compromisso de luta pela revisão do salário mínimo, reajuste geral de salários e escala móvel, programou-se passeata por aumento geral de salários e contra a carestia. Curiosamente, coube a um desinformado Delegado Regional do Trabalho encerrar o evento afirmando que “pela primeira vez na história” o 1º de Maio era feito pelos próprios trabalhadores.⁴⁶

Portanto, se pudermos perceber o 1º de Maio como manifestação de cultura de classe, pode-se dizer que a construção da cultura e, portanto, da própria classe, constitui um campo de contradições e embates.

Pensando o 1º de Maio no tempo, é interessante notar que no início do período 1950-64 a organização dos festejos era controlada pelo Ministério do Trabalho e os significados veiculados evocam a harmonia social e o papel benefactor do Estado, embora – é importante notar – artigos no Sindicato dos Metalúrgicos, que apoiava os festejos oficiais, não esquecessem de mencionar os mártires de Chicago. A Greve de 1953 marca uma ruptura prática e simbólica com o 1º de Maio controlado: organiza-se um evento de massas no Hipódromo da Mooca - cujo estádio logo foi rebatizado como “Proletário” – e o caráter de classe do dia é reativado. Nos três anos seguintes as comemorações parecem reunir as duas características próprias às festas operárias dos

⁴⁴ “1º de Maio: trabalhadores clama ao Congresso pelo 13º e contra a carestia”, *Última Hora* Nº 3.096, 2 maio 1962, p. 6.

⁴⁵ “1º de Maio”, *O Metalúrgico* Nº 199, abr.-maio-jun. 1961, p. 5

⁴⁶ “Unidos os trabalhadores comemoram o 1º de Maio”, *O Metalúrgico* Nº 199, abr.-maio-jun., 1961, p. 1. No 1º de Maio de 1962, os Sindicatos levavam o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE que encenou números satirizando as relações Brasil-Estados Unidos para o Cine Paramount. Mais de 20 sindicatos lá estavam representados, além da ULTAB e da CNTI. Luiz Carlos Prestes e outras personalidades políticas fizeram parte da mesa. Remo Forli, aparentando esquecimento das reuniões que ele mesmo ajudara a organizar em 1953, 54 e 55 em seu discurso “acentuou que, pela primeira vez, os operários comemoraram o 1º de Maio livres e independentes, sem injunções políticas seja ela qual for”. No final do evento, foi aprovada por aclamação a luta “por abono de natal, salário-família e férias de trinta dias e contra a carestia” e uma passeata no dia 15 “para exigir do governo medidas para conter a alta do custo de vida”. Cf.: “A concentração de 1º de Maio”, *O Metalúrgico* Nº 206., mar.-abr.-maio 1962, p. 7..

anos 1920: de festa e evento político. Os anos do governo Kubitschek aparecem - pelo ângulo aqui examinado - como um momento muito forte de ofensiva ideológica das classes dominantes, representadas no projeto desenvolvimentista, ofuscando o caráter de classe do 1º de Maio. Certamente a adesão do PTB e do PCB ao desenvolvimentismo muito contribuíram para isto. Os anos 1960 assinalam uma crise desse projeto e um enfraquecimento dos controles ideológicos. Verifica-se uma espécie de reencontro entre os sindicatos e a data dos trabalhadores. A extinção dos desfiles do SESI e a separação entre comemorações patronais-governamentais e proletárias indicam um enfraquecimento da hegemonia cultural burguesa - mas as comemorações de vanguarda no Cine Paramount não recuperam o lado festivo da data. Estão ausentes os concursos de rainha, as lutas de boxe e os shows musicais - embora em 1962 entre em cena o teatro do Centro Popular de Cultura (CPC). Assim, o “reencontro” com a data é - pode-se dizer - de uma vanguarda militante, mas não da massa.

7.5. Festas juninas

A chegada à metade do ano era marcada, no calendário operário, com grande entusiasmo, pelas festas juninas. Assim como a páscoa e o dia das mães - e diferentemente do 1º de Maio e do dia da categoria profissional - tratava-se de uma data compartilhada do calendário operário e popular, sendo comemorada nos sindicatos e bairros.

Em agosto de 1957, a posse da nova Diretoria da Sociedade Amigos de Vila Diva e Vila Ema ganhou contornos políticos, com os discursos do vereador Modesto Guglielme e de Chaves Amarante, representando o governador Jânio Quadros e retomou o clima de São João, com a coroação da “rainha das festas juninas” e a realização de show e baile.⁴⁷

Provavelmente uma entidade criada pelo PCB para sua atuação na “frente de massas”, o “Departamento Juvenil” da “Cruzada da Paz da Mooca” convidava a todos para uma “festa joanina”, no dia 27 de junho de 1953, às 20 horas, na rua do Oratório.⁴⁸

Mas o exemplo mais impressionante da reconstrução das tradições da festa junina, encontramos na inauguração da sub-sede do Sindicato dos Metalúrgicos em Guarulhos, em junho de 1961. As festividades parecem ter começado com o “desfile do

⁴⁷ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 157.

casamento sertanejo” pelas principais ruas da cidade, rumo ao Estádio Fioravante Iervolino. A Banda Musical do Sindicato dos Condutores de Veículos de Guarulhos, que “animou intensamente as festividades”, “garborosamente”, tendo sido “aplaudida com delírio pelo povo”, puxava o cortejo, enquanto “o povo em massa” acompanhava. Carros de boi e troles enfeitados carregavam “os noivos”, “o padre”, “o delegado”, “os escravão” e “os convidados” e os peões “Cavalheiros de Guarulhos” acompanhavam.

As festa foi animada pela Congada Preto de Branco de Cocaia; a Companhia São Benedito e Nossa Senhora da Graça, comanda pelo mestre Calixto; a quadrilha de Santa Isabel, sob o comando do Mestre João da Gráfica; os Trança Fitas de Santa Isabel (esclarecendo-se tratar-se de “conjunto folclórico comandado pelo Espiridão”); os Caititeiros de Guarulhos (“roda de violeiros orientados pelo Antônio e Pedrão”); e ainda contou com a participação das duplas metalúrgicas Bugrão e Bugrinho, Pinhão e Penteado, além de violeiros, cantores e conjuntos regionais – dentre eles o Trio Tropeiro do Sul, o Regional do Garoto e o Regional Testaí. Havia churrasco, pipoca, quentão e bebidas. O baile, animado, prosseguiu até meia noite.

Não faltaram autoridades de todos os naipes: o Delegado Regional do Trabalho, o Prefeito de Santa Fé do Sul, o Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, o representante do TRT, do SAMDU - e os trabalhadores aproveitaram para entregar-lhes “diversos memoriais reivindicando a solução de diversos problemas atinentes à categoria”.⁴⁹

Uma comissão de 14 metalúrgicos e metalúrgicas, liderados por Luiz de Barros, foi responsáveis pela organização.

A inauguração, descrita pelo jornal sindical como “verdadeira apoteose” fora precedida por outro “baile pré-junino”, realizado no dia 27 de maio no S.C. Guarulhos, “abrilhatando por grande orquestra e conjunto de sanfoneiros e cancioneiros tipicamente à capiria”. Na ocasião também foram apresentadas as candidatas ao “grande concurso da Primeira Rainha dos Trabalhadores Metalúrgicos de Guarulhos”.⁵⁰

⁴⁸ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 265

⁴⁹ “Inauguração da subsele dos metalúrgicos fez vibrar Guarulhos”, *O Metalúrgico* Nº 200, jun. 1961, p. 1 e 4.

⁵⁰ “Baile pré-junino em Guarulhos”, *O Metalúrgico* Nº 199, abr.-maio, 1961, p. 5

A partir de 1956, encontramos registros da realização de festas juninas na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo.⁵¹ A publicação da programação de 1957 oferece-nos uma idéia das atividades realizadas: “ ‘Ressonar sem dormir’, comédia em um ato – Show com participação de artistas do rádio – baile caipira”.⁵² Em 1959 eram anunciadas as “Festa juninas dos trabalhadores”, com baile a caipira no Pacaembu.⁵³ Em 1962, previa-se uma intensa programação festiva para o mês de maio – inclusive um “baile dos namorados” no dia 16 – destacando-se o lançamento da pedra fundamental da subsele de Santo Amaro, no dia 10, com “festejos juninos e lançamento do concurso para a eleição da caipira mais simpática”; o “baile junino” na sede central no dia 23 e o baile na sub-sede de Osasco, “com encerramento do concurso da caipira mais simpática”.⁵⁴

O Sindicato dos Têxteis também organizava suas festas juninas e em 1957 foi designada uma comissão para este fim.⁵⁵

7.6. Campanhas salariais: poesia e festa

Os acordos intersindicais de têxteis e metalúrgicos venciam em novembro, quando, então, tinham início as campanha salariais. Portanto, outubro, novembro e dezembro eram meses de mobilização e luta no calendário dos operários e operárias. A mobilização muitas vezes estimulava manifestações culturais, introduzindo a festa e a arte no calendário de lutas. Podiam ser poemas contra a carestia, como este assinado por Alcibiades J. Silva:

A Carestia

A respeito da carestia, agora vou lhi contá
Quando us homem chega em casas escuita a mulhé falá,
Qui u dinheiro acabô, a vida está di amargá

Fica quietinha, mulhé, Domingo vou trabalhá
I também us feriado, dinheiro tem que sobrá
Um quilo di feijão preto cem cruzeiro vai custá

As exploração du povo até us tonto já viu
Só escuita dizê este objeto subiu

⁵¹ “Grande festa junina”, *O Metalúrgico* Nº 153, jun. 1956, p. 1 e “Festas juninas no Sindicato dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 154, jul 1956, p. 4.

⁵² “Grandiosas festas juninas do Sindicato dos Metalúrgicos” *O Metalúrgico* Nº 163, abr.-maio-jun. 1957, p. 8

⁵³ “Festas juninas dos trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 181, jun. 1959, p. 8.

⁵⁴ “Promoção de festejos pelo sindicato”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.-maio 1962, p. 3

⁵⁵ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 maio 1957, p. 74.

Mas não escuita dizê qui os exploradô caiu.
 (...)
 Entrei numa venda prá comprá mortadela
 Uma bicha mi via bem no meio da güela
 Por causa da carestia eu fui embora sem ela
 A vida está de amargá e as coisa sem tabela.⁵⁶

O poema é significativo por sua linguagem ousadamente modernista – adotando o falar caipira, evocando assim um universo sócio-cultural ao qual a classe operária estava intimamente ligada. O tema da carestia parece ser uma novidade em termos literários – pouco freqüentado pela grande literatura, revelando, assim, o cruciante drama das condições de consumo do trabalhador. O papel da mulher, caricaturizado aqui, confirma sua importância na tomada de consciência da classe sobre o problema da carestia e na mobilização por possíveis soluções. Não faltam, ainda, as figuras do “exploradô” e a menção à “tabela” de preços, como vimos no Capítulo 4, um dos alvos imediatos principais da luta contra a carestia.

Em 1960, os metalúrgicos sustentaram uma greve do dia 31 de outubro a 7 de novembro, com adesão avaliada em 100% (Vide Anexo 1). A luta inspirou o cantor metalúrgicos Teo Macedo – José Teotônio Macedo – a compor uma canção. Cabe dizer que três anos depois o cantor gravou uma marcha carnavalesca com o sugestivo título “Eu vou beber”, pela gravadora Iracema.⁵⁷ A homenagem à greve também saiu em ritmo de marcha:

Vitória dos Metalúrgicos
 Letra e música de Teo Macedo

Alerta metalúrgicos
 Festejamos nossa vitória
 Operário também tem glória (bis)
 A força está em nossas mãos
 Para acabar com a exploração
 Por isso fizemos unidade
 Nessa greve houve realidade.⁵⁸

⁵⁶ SILVA, A.J. “A carestia”, *O Metalúrgico* Nº 143, jun. 1955, p. 7

⁵⁷ “Eu vou beber”, *O Metalúrgico* Nº 209, nov.-dez. 1962, p. 6. Em nota, o jornal metalúrgicos comentava: “Teo, trabalhador metalúrgico, afeito às lutas da classe trabalhadora, procurou-nos para informar que pretende homenagear a classe metalúrgica oferecendo um disco de sua gravação ao Sindicato dos Metalúrgicos”.

⁵⁸ “Vitória dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 196, dez. 1960, p. 5.

Além da temática recorrente em canções e poemas do gênero, alusivas a unidade e à luta contra a exploração, chama a atenção o sentido ao mesmo tempo literal e metafórico do verso “a força está em nossas mãos” – referindo-se ao potencial criador do trabalho manual e da classe operária como sujeito coletivo. Merece, ainda, reflexão o verso “operário também tem glória”. O advérbio “também” estabelece relação de comparação com outro grupo social, diferente do operariado, portador de “glórias” reconhecidas e admiradas. Qual seria esse grupo? Talvez os heróis nacionais, criadores dos “grandes acontecimentos” de nossa história. Talvez os grupos populares, capazes que conquistar a glória por meio da participação em escolas de samba ou clubes de futebol. Diferentemente, a glória do operário só poderia decorrer de sua ação coletiva, da greve. Aliás, também chama a atenção o último verso, “nessa greve houve realidade”, disparatado à primeira vista, mas sugestivo dos variados sentimentos e percepções que os trabalhadores poderiam vivenciar em relação às greves. O que diferenciaria uma greve “sem realidade” de outra “com realidade”? O verso pode indicar que os operários percebiam que alguns movimentos tinham existência mais nos discursos de dirigentes sindicais, eventualmente de deputados e vereadores solidários com o movimento, no material de propaganda do sindicato – do que na realidade do trabalhador. A greve “com realidade” seria aquela que ganhava corpo e vida no querer e sentir da própria classe.

No Primeiro de Maio de 1962, a jovem Maria Tereza Marques declamou, de sua autoria, o poema “Ao ver-te operário”, sendo bastante aplaudida. Os versos foram publicados na primeira página do jornal dos metalúrgicos e – embora não seja possível garantir que a autora era metalúrgica ou mesmo trabalhadora – reafirmavam uma tradição cultural herdada da imprensa operária do início do século: a publicação de poemas de autores consagrados ou de simples operários. O poema de Maria Tereza Marques, certamente inspirado no de Vinicius de Moraes, e outras composições da Coleção “Violão de Rua”⁵⁹, dizia:

⁵⁹ No começo dos anos de 1960 foram publicados três números – edições extraordinárias da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, editados pela Editora Civilização Brasileira. *Violão de Rua* surgiu de uma iniciativa de Ferreira Gullar, Oduvaldo Viana Filho e Moacyr Felix e foi produzido em parceria com o CPC da UNE. Segundo Ridenti a coleção “(...) expressa a utopia do *povo* como regenerador e redentor da humanidade, mesclada a um marxismo humanista (...)”. Cf.: RIDENTI, M. *Em Busca do povo brasileiro*, p. 113, 114 e 119.

Ao ver-te, operário amigo,
 Vejo em ti o segundo construtor do mundo.
 De tuas calejadas mãos saem as mais lindas
 Obras que um homem pôde criar um dia
 (...)
 Ao ver-te diante das injustiças que os superiores
 Sobre ti descarregam, penso em libertar um dia.
 E pô-lo sobre o poder. Lutas comigo, operário amigo,
 Compartilhemos juntos e abra os olhos,
 Olha o inimigo que quer esmagar-te
 Ergue-te, acorda-te GIGANTE!.⁶⁰

Cabe observar que, assim como os poemas analisados por Foot Hardman, os versos publicados em *O Metalúrgico* são convencionais na forma, mas peculiares quanto ao tema, representando uma poesia significativa como expressão do universo cultural do qual emergia.⁶¹

7.7 Aniversário do Sindicato⁶²

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi fundado a 27 de dezembro de 1932. O calendário da categoria previa comemorações da data no período de final de ano. Em 1955, por exemplo, foi organizada uma festa pela passagem dos 23 anos da entidade, com a presença do Delegado da DRT, de representante da Federação das Indústrias, do Prefeito, de representantes de outras entidades sindicais e muitos associados.⁶³ Houve show musical para associados e filhos e a apresentação de “Nhô Maneco”, do Grupo Dramático Terra Brasil, além da distribuição de doces às crianças e o oferecimento de um coquetel aos presentes.⁶⁴

Quando o Sindicato dos Metalúrgicos completou 25 anos de vida, o “jubileu de prata” foi comemorado com festas que se estenderam de outubro a dezembro, “verdadeira apoteose”, segundo *O Metalúrgico*.

⁶⁰ “Homenagem à data de 1º de Maio”, *O Metalúrgico* Nº 206, mar.-abr.-maio 1962, p. 1

⁶¹ HARDMAN, F.F. Op. cit..

⁶² Na documentação consultada não encontramos informações sobre comemorações do aniversário do Sindicato dos Têxteis

⁶³ Como podemos constatar, o Delegado Regional do Trabalho era o representante do Estado mais presente nas diversas festividades promovidas pelos sindicatos, inclusive, por exemplo, no 1º de Maio de 1961, considerado o primeiro a ser organizado de forma independente depois de muitos anos, fato ressaltado pelo próprio delegado. Isto parece indicar que, sendo a DRT aquela área do Estado federal em maior contato com a realidade sindical, e mesmo de trabalho, pelas funções de controle e fiscalização exercidas, os sindicatos podiam conferir à presença do delegado o significado de uma chancela oficial a sua atividade, sem a necessidade de maiores formalidades, por outro lado, tratavam de transformar, quando possível, o delegado em aliado.

De fato, a abertura, das festividades, no dia 5 de outubro, já contou com a presença do Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso. Apresentou-se, inicialmente a Banda de Música dos Trabalhadores da Elevadores Atlas, em seguida houve a “abertura solene”, com a posse da “Comissão Executiva dos Festejos do Jubileu de Prata dos Metalúrgicos”, coquetel às autoridades e, finalmente, “grande show” de “canto, arte e música” com participação de “elementos metalúrgicos e artistas da Rádio Nacional e TV Paulista.”⁶⁵

O calendário dos festejos do jubileu acabou combinando-se com o da Greve dos 400 mil e, assim, no dia 22 de outubro, em plena greve, realizou-se um show em homenagem aos trabalhadores.⁶⁶

No dia 9 de novembro o “Departamento Social” da “Comissão de Festejos”⁶⁷ promoveu “grandioso show artístico” nos salões do Lusitano F.C., no Pari, quando também apresentou-se o Teatro Popular de Comédias. No dia 16 de novembro realizou-se “grandioso baile” na sede social, com a apresentação das candidatas à Rainha do Jubileu de Prata.⁶⁸

O calendário de festejos prosseguia intenso:

23 de novembro: programação com show no Club Atlético União Indianópolis

24 de novembro: show no *7 de setembro F.C.*, na Freguesia do Ó

30 de novembro: show no *União Vila Augusta*, de Guarulhos

⁶⁴ “Completo o Sindicato dos Metalúrgicos 23 anos”, *O Metalúrgico* Nº 148, jan 1956, p. 5

⁶⁵ “Há 25 anos servindo e defendendo os direitos dos metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico* Nº 166, set.-out. 1957, p. 8

⁶⁶ “Grandiosas festividades coroaram o jubileu de prata do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 169, p. 4. Talvez sejam válidas também para o caso dos metalúrgicos todas as observações apresentadas por Paulo Fontes em relação aos químicos. Segundo o autor, as festas e bailes “Não por coincidência, ocorreu nos momentos de maior ativismo e participação dos trabalhadores”, sendo indicados os períodos de 1945 a 47 e 1957 a 64, “repletos de festividades”. Lembra, ainda, Fontes: “Nestes momentos o Sindicato tornou-se um espaço importante de sociabilidade entre os trabalhadores. Festas, piqueniques, excursões a santos “reforçavam a entidade como uma organização inserida na cultura da classe, ocupando um espaço da vida social dos trabalhadores”. FONTES, P. *Trabalhadores e cidadãos*, p., 141.

⁶⁷ É interessante notar esta tendência a organização de comissões e departamentos, mesmo aparentemente sem necessidade, como no caso, de um Departamento Social ligado à Comissão de Festejos. Em 1955, por exemplo, a Comissão de Salários constituiu uma Diretoria completa para organizar seus trabalhos, com Presidente, vice, secretário geral, 1º e 2º secretários (Cf. “Pela liberdade sindical e por aumento de salários”, *O Metalúrgico* Nº 141, abr. 1955, p. 4). Maria Isaura Pereira de Queiroz também constatou, nas escolas de samba e clubes de futebol do Rio de Janeiro, uma tendência a elaboração de estatutos minuciosos com atribuições de funções e distribuição de cargos bastante criteriosa. ANTUNES, F.M.R.F., *Futebol de fábrica em São Paulo*, p. 217.

⁶⁸ “Jubileu de Prata do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 167, nov.-dez.jan. 1957, p.8.

7 de novembro: show variado, com presença do consagrado Genésio Arruda, no *Club Atlético Siderúrgica J. Aliperti*, na Barra Funda
 8 de dezembro: show variado na *Associação Atlética Az de Ouro*, da Casa Verde
 14 de dezembro: show no *Grêmio Dramático Recreativo e Beneficente Rui Barbosa*, da Penha
 15 de dezembro: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
 19 de dezembro: *7 de setembro*, na Freguesia do Ó
 21 de dezembro: *Esporte Club Cruzada Paulista*, no Ipiranga
 22 de dezembro: pela manhã – show infantil com distribuição de balas e presente. À noite – peça teatral “Noites de Natal”, escrita e dirigida por Milton José Assunção
 23 de dezembro: show em homenagem ao Natal dos Pugilistas, na *União Pugilista do Brasil*
 27 de dezembro: na sede social à noite – sessão solene do 25º aniversário com altas autoridades civis, militares e eclesiásticas. Bolo, programa de canto, artistas do rádio e TV.
 28 de dezembro: grande baile na sede social. Coroação da rainha e das princesas.
 29 de dezembro: torneio de futebol reunindo as várias equipes dos trabalhadores metalúrgicos. À tarde: baile no Estádio Distrital da Mooca e à noite, encerramento com fogos de artifício.⁶⁹

A programação parece-nos interessante por oferecer a possibilidade de vislumbrarmos a gama variada de clubes e entidades de bairro aos quais o Sindicato vinculava-se de alguma forma. Por outro lado, a insistência em uma festa “apoteótica” parece decorrer da necessidade de legitimação do Sindicato como instituição grande e forte, e também parece constituir aspecto da própria cultura operária, ou pelo menos dos setores mais vinculados ao Sindicato: a procura de “respeitabilidade” face à cultura dominante.⁷⁰

A edição de janeiro de 1960 de *O Metalúrgico* traz uma fotografia de casais dançando no baile realizado a 24 de dezembro, festejando o 17º aniversário da entidade, com uma interessante legenda esclarecendo ter o Sindicato oferecido “(...) aos seus associados e excelentíssimas, famílias um grandioso baile comemorativo, que

⁶⁹ “Grandiosas festividades coroaram o jubileu de prata do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 2169, fev. 1958, p. 4.

⁷⁰ Hardman, apoiando-se em Hosbawm, fala sobre “(...) o interessante campo das relações entre o discurso dos dirigentes operários e a cultura dominante, marcados pela tensão dialética *separatismo/assimilação*”. A “cultura operária” é engendrada no terreno em que a classe encontra isolada, mas por outro lado, seus estratos superiores ou mais ativos, buscam conquistar “respeitabilidade”, uma vez que a cultura das classes hegemônicas continua apresentando-se como modelo”. Cf.: HARDAM, F.F., Op. cit., p. 58.

transcorreu animado e cheio de satisfação para aqueles que viram passar mais um ano de vida do pujante e glorioso órgão de classe”.⁷¹

7.8. Piqueniques de final de ano

Em 1958, o aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos foi comemorado na Praia José Menino, em Santos, com um “grandioso piquenique” organizado pelo Departamento Recreativo. Estavam previstos “baile, jogos e banho de mar” e a apresentação do “Conjunto de Ritmos”, formado por metalúrgicos. Os convites davam direito a “condução, cabine e baile”.⁷² 50 associados, com suas famílias, estiveram presentes.⁷³

Em 1959, o passeio a Santos já era reconhecido como “o tradicional piquenique anual” – que entretanto ficou transferido para 24 de janeiro, devido ao comprometimento dos diretores com a campanha salarial.⁷⁴

Em dezembro de 1960 outro passeio, apresentado pomposamente como “grandiosos convescote”: “Grande número de associados e suas famílias participaram da caravana que traduziu a satisfação da imensa *família metalúrgica*, que divertiu-se a valer constituindo-se no maior convescote realizado até hoje às praias de Santos” [Grifo do autor].⁷⁵

Um dos mais memoráveis piqueniques de final de ano ocorreu no Parque de Vila Galvão, em 20 de dezembro de 1954. Também designado como “grandioso pic-nic”, destinou-se a angariar fundos para o envio de um dos delegados metalúrgicos ao Congresso Sindical Mundial, contando, em sua programação, com torneio de futebol, concurso de rainha e “grandioso baile no salão do Parque”.⁷⁶ Cabe notar que a vencedora no concurso de rainha obteve 7.150 votos. Quanto ao torneio futebolísticos, concorreram 12 equipes: Sindicato dos Metalúrgicos, EC Santos Azevedo, EC Elevadores Atlas, EC Bicicletas Monark, EC Ford Motor, EC Forjaço, EC Itaetê, EC Metalúrgica Paulista,

⁷¹ “27º aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 2188, jan. 1960, p. 8.

⁷² “Grandioso Pic-Nic a Santos”, *O Metalúrgico* Nº 176, dez 1958, p. 1

⁷³ “Pic-Nic dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 177, jan-fev. 1959, p. 6.

⁷⁴ “Pic-Nic a Santos”, *O Metalúrgico* Nº 187, dez. 1959, p. 7

⁷⁵ “Convescote dos metalúrgicos a Santos”, *O Metalúrgico* Nº 196, dez. 1960, p. 8 e “Os metalúrgicos em Santos”, *O Metalúrgico* Nº 197, jan.-fev., 1961, p. 1.

⁷⁶ “O convescote dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 128, jan 1954, p. 22.

Mecânica Intrepila, Associação Grassi, Felabra Clube, EC Spam, sagrando-se campeão o EC Ford Motor, em uma final disputada com o Mecânica Intrepila.⁷⁷

Portanto, acreditamos ser possível falar de um “calendário operário”, configurando uma das dimensões – a temporal – da construção cultural da própria classe. Nele, alguns eventos são comemorados exclusivamente por trabalhadores – o 1º de Maio – e outros apenas por metalúrgicos – a data de fundação do Sindicato e o “Dia do metalúrgico” – ao passo que outras datas se entrelaçam com o calendário das festas populares, festejadas muitas vezes em comum com grupos de bairro, como é o caso das festas juninas. Há, ainda, datas respeitadas pela sociedade de maneira geral – como o dia das mães e a páscoa.

Alguns traços de uma cultura operária podem-se distinguir nas manifestações festivas, artísticas ou políticas que ocupam as datas importantes desse calendário. O orgulho de ser trabalhador e do trabalho manual, a busca da “respeitabilidade”, seja pela promoção dos eventos “apoteóticos”, seja pela obtenção do reconhecimento “oficial”, conferido pela presença das autoridades públicas aos eventos, são alguns desses traços. Da mesma forma, pode-se distinguir uma vontade de reforçar o pertencimento a uma “família”: a família têxtil, a família metalúrgica ou a família proletária. Este significado parece estar subjacente ao costume de realizar piqueniques de final de ano, comemorar o dia das mães ou o carnaval entre companheiros de classe. Não se trata, porém, de uma cultura isolada, mas em contato aberto com outras práticas culturais, como a “cultura caipira”, no exemplo notável das festas juninas. Por outro lado, pode-se notar nas festas a presença, já, dos artistas da mídia: do rádio e mesmo da TV.

7.9. Lazer operário e popular

Muito da cultura operária e popular também manifesta-se nas formas de lazer adotadas.

Os piqueniques não eram organizados apenas nos finais de ano, nem se tratava de uma prática exclusiva dos metalúrgicos. De fato, há notícias da organização de

⁷⁷ “O convescote dos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 128, jan 1954, p. 22. Este piquenique ficou na memória de Miguel Terribas, que nos relatou: “Eu me lembro uma vez de um piquenique na Vila Galvão, foi muita gente. Naquela época era a época dos piqueniques, né? Hoje em dia acabou isso”. A promoção deste piquenique foi resolvida em uma reunião da Diretoria dos metalúrgicos no dia 3 de novembro, ficando a cargo de Benedito Silva. Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 3 nov. 1953, p. 86.

piqueniques como recurso de mobilização de massas pelo PCB desde 1929, em Porto Alegre, com orquestra, partidas de futebol, distribuição de prêmios às crianças e quermesse.⁷⁸ Eventos semelhantes eram promovidos nos anos 50. Atento à natureza “política” de alguns piqueniques, o DOPS proibiu a realização de um, programado para fevereiro de 1954, na represa de Guarapiranga, pela Comissão Estadual Pró-Imprensa Popular (CEPIP), entidade criada pelo PCB.⁷⁹

No Sindicato dos Têxteis, no período estudado, desde 1953 registra-se a realização de “convescotes”.⁸⁰ Nos anos de 1930 a oposição sindical, que atuava na subsele do Belém, era responsável pela promoção das festas do Sindicato.⁸¹ Nos anos 1950 e 60, os piqueniques parecem ter ficado a cargo do Departamento Feminino e, como locais procurados, podemos mencionar Santos e Itapevi. Para que se tenha uma idéia das dimensões que o evento poderia adquirir basta ler a nota publicada em *O Trabalhador Têxtil*: “Não vai ser um simples piquenique, mas um acontecimento social de vulto para a família têxtil. Reuniremos mais de dez mil pessoas, num grande parque, num maravilhoso local (...)”.⁸²

Os piqueniques eram, também, um lazer popular, promovidos por associações de bairro, como é possível perceber pela reportagem do jornal *Notícias de Hoje*, de fevereiro de 1956. Informava-se sobre a realização de um “convescote” na Praça de Esportes do Clube de Regatas Nitro Química, de São Miguel Paulista, promovido pela Associação Feminina de Vila Granada. Estava prevista uma programação com: jogos de futebol, show com artista da Rádio Nacional, jogo de bola ao cesto, voleibol, “brincadeiras campestres”, baile de salão e eleição da rainha da festa.⁸³

Em 1957, o Conselho Local de Vila Independência, a Associação Cultural Recreativa em Defesa da Paz Grito do Ipiranga e o Grêmio Rui Barbosa, do Bom Retiro, promoveram um piquenique com mais de 3 mil participantes. Entre os divertimentos, registraram-se um “animado baile”, diversas brincadeiras, corridas com ovos na colher,

⁷⁸ FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*, p. 281.

⁷⁹ O PCB entrou com mandado de segurança “contra o ato arbitrário e ilegal do DOPS, que proibiu a realização da festa”. “Piquenique de Guarapiranga”, *Notícias de Hoje* Nº 621, 13 fev. 1954, p. 8.

⁸⁰ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 28 jul. 1953, p. 8.

⁸¹ ALMEIDA, M.M., *O Sindicatos dos Têxteis em São Paulo : História (1933-1957)*, p. 34.

⁸² “Em Itapevy, em grande piquenique esqueceremos as agruras da fábrica”, *O Trabalhador Têxtil* Nº 21, ago 1958.

⁸³ “Piquenique em São Miguel Paulista”, *Notícias de Hoje*, 12 fev. 1956, Dossiê DOPS 50-J-104 p. 702.

corrida de agulha, com farta distribuição de prêmios aos vencedores. Avaliou-se que entre os presentes, mais de 500 eram sócios encaminhados pelos sindicatos de São Bernardo. O objetivo da festa era homenagear o Prefeito Vladimir de Toledo Piza e o presidente da CMTC, Oscar Pedroso Horta.⁸⁴

Outra forma importante de lazer popular era, obviamente, o futebol. A proverbial paixão do brasileiro pelo futebol se impôs, de baixo para cima, tanto às elites – que viram-se frustradas em seus intentos de monopolizar a prática do esporte – quanto às esquerdas – uma vez que anarquistas e comunistas denunciavam, nos anos de 1920, os efeitos “maléficos” dos clubes de fábrica, poderoso “ópio” capaz de minar a união da classe, segundo Antunes. Como observa a autora: “O apego à doutrina política e a certa visão de mundo impedia que anarquistas e comunistas compreendessem que o futebol já fazia parte da cultura operária”.⁸⁵ A associação do futebol à nacionalidade, foi porém, uma construção conduzida pelo Estado, trabalhando sobre emoções e relações já existentes.

Em São Paulo, os primeiros campos de várzea surgiram por volta de 1902. Logo se formaram clubes nos bairros operários: Brás, Belém, Penha, Bom Retiro, Canindé, Santana, Ipiranga, responsáveis pelo fomento, não apenas do “esporte bretão”, mas também de bailes, piqueniques, excursões e pescarias, com a participação de toda a família. Segundo Antunes, na década de 1920, “todo bairro operário contava com seus times de várzea”.⁸⁶

Todos os depoimentos colhidos na presente pesquisa junto a lideranças de bairro confirmaram a importância do futebol como a principal prática do lazer operário e popular. Na Mooca foram fundados diversos clubes, como o Oliveira Futebol Clube, em 1937, funcionando até hoje, o Vasco da Gama, o Portuguesa da Mooca, o Lituânia, o Suábia, o Madri Futebol Clube, o Crespi F.C – rebatizado, na década como 1930 Clube Atlético Juventus.⁸⁷ Como já foi assinalado por vários autores, a organização dos clubes de várzea dava vazão à exigência popular de um associativismo autônomo, livre da

⁸⁴ 30-J-0 p. 406

⁸⁵ ANTUNES, F.M.R.F., Op. cit., p. 43 e 44.

⁸⁶ Ibid., p. 20 e 43.

⁸⁷ Ibid., p. 32 e Depoimento de Isidoro Del Vecchio.

tutela do Estado, e isto verificava-se não apenas na organização dos clubes e times, mas também das “ligas varzeanas”, como lembra Isidoro Del Vecho.

No Belenzinho também atuavam diversos clubes. Segundo Manuel Pitta, Presidente da Sociedade Amigos do Belém (SAB):

(...) Como a gente não tinha televisão naquele tempo, não tinha jogo transmitido, nós íamos assistir os jogos aqui no bairro, e lotavam os campos de várzea, era o divertimento dos domingos de manhã, ou de tarde (...) Tinha uns 10, 12, 15 campos de várzea naquele tempo.

É interessante notar que há evidências de que o futebol vinculava-se à afirmação de identidades particulares, de bairros, etnias, fábricas (e até seções de fábricas) e também a identidades mais gerais: de categoria profissional, classe ou nação.

Os clubes de futebol muitas vezes eram organizados por membros das comunidades étnicas: portugueses, italianos, espanhóis, eslavos. Duarte, por sua vez, assinala que, nos anos de 1930/40, o futebol de várzea “(...) não opunha apenas dois times. Ele opunha dois bairros, dois espaços, dois territórios, duas paixões”.⁸⁸

No caso do futebol de fábrica, as pesquisas de Antunes e Lopes demonstraram o empenho de indústrias de todo o país, e particularmente as têxteis, em organizar e manter clubes de futebol, sendo o caso da Cia. Progresso Indústria, mais conhecida como fábrica Bangu, o mais célebre.⁸⁹ Um dos efeitos buscados pelas empresas evidencia-se no depoimento de Miguel Terribas, funcionário da J. Aliperti por 42 anos e participante das partidas do campeonato interno promovido pela indústria: “Até enquanto eu estive, vamos dizer, era tudo uma família lá”. Fontes também se refere ao empenho da Direção da Nitro Química em fomentar um sentimento de integração à “família nitrina harmoniosa e feliz”, uma dimensão do modelo paternalista de organização das relações sociais de trabalho.⁹⁰ O futebol de fábrica organizado pela empresa – às vezes promovendo torneios internos, às vezes participando de torneios interfábricas - representava, portanto, uma das formas pelas quais os industriais empenhavam-se em controlar o lazer operário.

⁸⁸ DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 300.

⁸⁹ LOPES, J.S.L., “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”, In: BATALHA, C.H.M., Op. cit., p.131 e ANTUNES, FF.M.R.F., Op. cit., p. 29.

⁹⁰ FONTES, *Trabalhadores e cidadãos*, p. 48 e 63.

É interessante, porém, observar o que Antunes constatou no caso das Indústrias Reunidas Matarazzo. Havia uma Associação Atlética central, controlada pelo pessoal dos escritórios comerciais e industriais e as associações atléticas locais, das diversas unidades (Brás, Água Branca, Belenzinho, São Caetano e outras), com estatutos e diretoria própria. Embora houvesse esforços neste sentido, os operários não se interessavam em participar da programação organizada pela Atlética central, preferindo freqüentar o núcleo da fábrica. Numa final de um campeonato interfábricas, os empregados de várias unidades foram dispensados do trabalho para torcerem pela Associação Atlética central, mas acabaram apoiando o time adversário. Um ex-diretor da Atlética atribuiu esse comportamento ao fato de operários e funcionários de escritório terem “culturas diferentes”.⁹¹

Portanto, as ações visando fomentar um sentimento de pertencimento à “família” representada harmonicamente por todos os que trabalham em uma empresa (patrões, operários e funcionários de escritório) tinham eficácia, mas esbarravam em limites sócio- culturais às vezes intransponíveis.

Na maioria dos casos, porém, os clubes de fábrica eram criados por iniciativa dos próprios trabalhadores, que iam posteriormente procurar o apoio da direção da fábrica, a qual passava, então, a subsidiar as atividades do clube.⁹²

Cabe notar que o PCB acabou “descobrimo” o futebol e os esportes como meios para atuar na “frente de massas”. Em Porto Alegre chegou a organizar a Federação de Esportes Proletários do Rio Grande do Sul, atuante no final dos anos 1920.⁹³ Em São Paulo, o militante Eduardo Dias criou o Clube Esportivo Dínamo Paulista, para aproximar-se da classe por meio do esporte, já que politicamente estava difícil, nos anos 1940.⁹⁴ A capacidade dos clubes de futebol servirem como “caixa de ressonância” das reivindicações dos bairros foi constatada, também, pelo vereador janista Tarcílio Bernardo em São Miguel Paulista e, talvez, esta proximidade entre mobilização para o esporte e para a política seja uma das características intrínsecas à vida dos clubes de várzea.⁹⁵

⁹¹ ANTUNES, F.M.R.F., Op. cit., p. 128 e 144.

⁹² Ibid., p. 33 e 34.

⁹³ FORTES, A., Op. cit., p. 279.

⁹⁴ ANTUNES, F.M.R.F., p. 51.

⁹⁵ FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina...*p. 218.

No Sindicato dos Têxteis, que muito se orgulhava de possuir um estádio próprio, o Maria Zélia, e um time, o ESTIFT F.C., o futebol associava-se ao torneio interfábricas, realizado anualmente e a eventos e campanhas diversos.⁹⁶ O futebol podia, por exemplo, incentivar campanhas de sindicalização, como em 1954, quando se enfrentaram os times da Diretoria e funcionários do Sindicato e o da Tecelagem Sílvia – evento regado por cem litros de chope e abastecido com 200 sanduíches.⁹⁷ Ou podia marcar os festejos de 1º de Maio, como em 1955, quando realizou-se no estádio Maria Zélia um torneio entre times de vários sindicatos.⁹⁸

Era realizado, também, um torneio intersindical com a participação das equipes dos têxteis, metalúrgicos, bancários, entre outras.

Entre os metalúrgicos, o primeiro campeonato entre fábricas foi programado para janeiro de 1963. Ocorreria aos sábados e envolveria trabalhadores da capital, Osasco e Guarulhos. As equipes inscritas deveriam ter 30 atletas, dos quais 51% metalúrgicos. Revelando seu estilo próprio, o Sindicato estabeleceu que todos os participantes receberiam medalhas e as equipes, prêmios. Os classificados seriam agraciados com outros prêmios. No 1º de Maio seria realizado um desfile de encerramento do campeonato, do qual todos os atletas deveriam participar uniformizados e portando as bandeiras de suas agremiações.⁹⁹

Se o futebol representava o principal lazer masculino – embora muitas vezes as mulheres e famílias fossem integradas como torcedoras e partícipes das festas que eventualmente sucediam as partidas – os concursos de rainha figuravam como um dos mais apreciados divertimentos femininos. Desde a inscrição das candidatas, passando pela caça aos votos - em alguns casos com a mobilização de “cabos eleitorais” - até a coroação final, dava-se uma grande movimentação envolvendo mulheres e famílias, com fortes implicações emocionais. Além de lazer, tratava-se, é possível supor, de forma cultural de reelaboração da representação da figura feminina no contexto do pós segunda guerra mundial, quando as sociedades modernas foram obrigadas a lidar com uma nova presença das mulheres no mundo do trabalho, na política, na esfera pública. Há,

⁹⁶ Ata da Assembléia Geral do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 29 ago. 1954, p. 105 – verso.

⁹⁷ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 1 abr. 1954, p. 20.

⁹⁸ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 20 abr. 1955, p. 43 e “Notícias esportivas”, Nº 142, maio 1955, p. 5.

⁹⁹ “I campeonato metalúrgico inter-fábricas”, *O Metalúrgico* Nº 209, nov.-dez. 1962, p. 7.

reforçando esta hipótese, uma coincidência quase exata das datas do início dos concursos oficiais da “rainha dos trabalhadores” na Argentina e no Brasil: aqui, começaram a ser promovidos pelo SESI em 1949 e lá, em 1948, como parte das comemorações do 1º de Maio organizadas pelo governo peronista, prosseguindo anualmente até 1955.¹⁰⁰

Os concursos de rainha já foram analisados como prática destinada a reforçar as ideologias de gênero, sexistas.¹⁰¹ No caso do México, onde eram promovidas competições de “miss-empresa”, fariam parte “dos diversos meios de manipulação psicológica para moldar uma força de trabalho dócil e rentável”.¹⁰² Outros autores, porém, reconhecem que, nos diversos países da América Latina onde ocorria o torneio, o título de “Rainha dos Operários” tanto podia refletir consciência política como beleza física.¹⁰³ No caso da Argentina, Mirta Lobato observa que os concursos, oficializados pelo governo peronista e realizados durante os festejos de 1º de Maio “davam forma a uma experiência político-cultural na qual as mulheres ocuparam um papel preponderante, mas subordinado”.¹⁰⁴

De fato, verificam-se - assim como no 1º de Maio e no futebol - lutas pela atribuição de significado aos concursos, uma vez que, nos dois extremos do espectro ideológico, tanto o SESI como o PCB, promoviam competições, associando-as, portanto, a valores diferentes.

É provável que os concursos de rainha dos trabalhadores pretendessem imitar os de miss, praticados, com interrupções, no Brasil desde 1930, embora as raízes do evento possam alcançar tempos imemoriais, na interpretação de Mirta Lobato: a antigüidade grega, continuando na Europa medieval - nas festas da rainha de maio para representar a realeza ou nas inúmeras festas do trabalho camponês.¹⁰⁵ Segundo Santos, “não havia programa mais elegante no calendário social de junho de 1958 do que assistir ao

¹⁰⁰ LOBATO, M. Op. cit. p. 18.

¹⁰¹ WOLFEE, J., *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*, p.140.

¹⁰² DOARÉ, H., “Divisão sexual do trabalho e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México-Haiti), In: BULPORT, A.K. et. al., *O sexo do trabalho*, p. 54.

¹⁰³ WEINSTEIN, B., Op. cit., p. 412.

¹⁰⁴ LOBATO, M., Op. cit., p. 21 [Tradução do autor].

¹⁰⁵ Ibid. p. 20

concurso de misses no Maracanãzinho”.¹⁰⁶ Já se observou que os “bailes da primavera”, organizados anualmente pelo SESI, quando era coroada a vencedora do concurso de “Rainha dos Trabalhadores”, promovido por aquela entidade, constituíam uma “boa oportunidade para os *brotinhos* da classe operária imitarem as festas de debutantes da classe alta”.¹⁰⁷

Assim, uma primeira constatação é que, nas sociedades modernas, não constituindo as classes configurações fechadas em si mesmas – ainda que se verifique segregação espacial e social – não podemos encontrar uma cultura de classes autônoma. As “culturas de classe” são relativamente ambíguas, verificando-se – como já foi analisado para outros contextos – circularidades: assim como o Primeiro de Maio sofreu apropriação pelo Estado e empresariado, os concursos de miss encontraram sua versão proletária.¹⁰⁸

Uma segunda observação sobre os concursos de rainha vai no sentido de registrar que parecem demonstrar uma ambição de “respeitabilidade” e mesmo de “glória” e “grandeza”, mas associada à condição operária: afinal, o título de “rainha” vinha ligado à condição operária – “dos trabalhadores”, ou “dos metalúrgicos”, e assim por diante.

Um terceiro aspecto a registrar é que, em sua transformação em prática integrada a uma cultura operária e popular, os concursos sofreram adaptações e modificações significativas, que iam desde sua vinculação às campanhas de sindicalização¹⁰⁹ – sendo negado, portanto, seu caráter de torneio de beldades – até a criação de modalidades masculinas, tais como o concurso do “metalúrgico mais simpático”.

Seja como for, o fato é que os concursos de rainha se tornaram verdadeira febre popular nos anos de 1950 e não havia festa, piquenique, encontros de sindicato ou bairro que não escolhesse e coroasse a sua rainha.

¹⁰⁶ SANTOS, J.F., *FELIZ 1958, o ano que não devia terminar*, p. 64.

¹⁰⁷ WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 260.

¹⁰⁸ O consagrado modelo da “circularidade” da cultura foi adotado por vários autores. Cf., por exemplo: BURKE, P. *Cultura popular na idade moderna*. Segundo : “(...) uma dada idéia ou prática torna-se popular não por Ter nascido nos meios populares, mas por se tornar vetor das suas aspirações e, essa mesma idéia ou prática pode deixar de ser popular quando for apropriada por ‘outros’ interesses”. Cf. DUARTE, A L. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra*, p. 154.

¹⁰⁹ Foi o caso, por exemplo, do concurso lançado pelo Sindicato dos Metalúrgicos em setembro de 1956. Cf: “Eleita a rainha dos trabalhadores metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 160, jan 1957, p. 8 e “Coroação da Rainha dos Trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 161, fev. 1957, p. 8.

Uma das entidades a promover o concurso foi o jornal *A Voz do Bairro*, fundado em 1954 por José das Neves Eustáquio e sua esposa, Noêmia da Silva das Neves Eustáquio, com o nome de *O Amigo*. Menos discriminatório do que um concurso de beleza, tratava-se, de fato, da escolha da Rainha da Simpatia e durou três ou quatro anos, entre 1956 e 58. Os votos custavam um cruzeiro e eram depositados em urnas instaladas nos salões de cabeleireiro da Mooca. A renda destinava-se, em parte ao Hospital do Câncer e a apuração e coroação ocorriam após um baile realizado no teatro municipal do bairro, Arthur Azevedo, na rua Paes de Barros, com a presença de autoridades públicas, famílias e torcidas. A mobilização e emotividade suscitadas pelo concurso podem ser avaliadas pelos depoimentos do casal responsável pelo concurso.

Murilo: e a rainha, ficava importante, conhecida no bairro?

José Eustáquio: Claro que ficava. E ficava mesmo, viu? Dava uma importância tremenda para ela, porque saía fotografia nos jornais, dela coroadando, o pessoal via – “Olha!”. No bairro, com as crianças era um burburinho tremendo: - “Ela ganhou, olha, ela ganhou!”

O depoimento de Noêmia Eustáquio é interessante por destacar o caráter, digamos, mais “democrático” do concurso Rainha da Simpatia, bem como por oferecer pistas sobre a relação com o modelo original, dos concursos de miss e, ainda, revelar o intenso envolvimento das famílias do bairro com o evento:

(...) A jovem do bairro não tinha condições de...já existia concurso de miss na ocasião, então a juvenzinha do bairro que não era “aquela” beleza nem nada, no nosso concurso não visava beleza, claro que tinha que ser bonita, né?, mas não precisava ter aquelas medidas que têm as misses. Então, bastava que ela fosse apresentável, relativamente bonita e simpática, fosse agradável, uma pessoa que tivesse seu carisma. Então fazia esse concurso e tinha quatro colocadas, era a rainha e três princesas. Movimentava muito o bairro aqui, porque as famílias se empenhavam (...) Só que paramos porque, não é tanto... – tá certo que dá muito trabalho, mas o problema era agüentar as mães das misses, toda mãe acha que sua filha tem que ganhar e não é por aí, a gente sabe que eu posso achar a minha filha lindíssima, mas ela entrou para concorrer com outras. Aí vai depender, não é meu gosto que vai prevalecer.¹¹⁰

¹¹⁰ Depoimento José das Neves Eustáquio e Noêmia da Silva das Neves Eustáquio.

Nos bairros consta que os concursos eram também promovidos pelos clubes de futebol, pelo menos no caso de São Miguel Paulista¹¹¹ e pelas Sociedades Amigos de Bairro.

No terceiro aniversário da Sociedade Amigos de Vilas Unidas e Vila Marieta, comemorado no dia 22 de agosto de 1957, foi organizada uma grande festa que, segundo *Notícias de Hoje*, teria agradado “pelo entusiasmo e cordialidade”, contando com o comparecimento “de grande massa popular”. No final do evento, foi coroada a “Rainha da Festa”. Antes disto, realizou-se uma prova de pedestrianismo, patrocinada pelo Departamento de Atletismo do Grêmio Recreativo Olimpicus, “grandioso show” com Mauro Silva e seu regional, maestro Marcelino Palatiero e seus alunos, José Dias, da Rádio Difusora de Guarulhos, Dinho e Varginha, comicos da Rádio Difusora de Londrina, Cosquinha e Carlito, do Circo Bagdá, Berteli Pereira, da Rádio Hora Certa de Guarulhos, Osvaldo Quintana – “a voz do coração do Brasil” – e, como locutor, Aagal Viana de Carvalho. O baile foi até o amanhecer. Presentes o deputado estadual Araripe Serpa, o vereador Modesto Guglielme, vice-presidente da Câmara Municipal, uma representante do deputado Ulisses Guimarães, diretores e professores das escolas primárias e representantes de treze sociedade amigos de bairro. Vários oradores ressaltaram as atividades da Sociedade Amigos de Vilas Unidas “que, ao lado dos moradores, acaba de alcançar sugestivas vitórias”.¹¹²

A própria FESAB promoveu um concurso de “Rainha dos Bairros”, em 1959. A festa do coroação ocorreu em um Sábado, 4 de julho, no Ginásio de Pacaembu, simultaneamente ao encerramento do Festival Esportivo dos Bairros, patrocinado, também, pela FESAB. Além de um público estimado em 2 mil pessoas, algumas personalidades de destaque estavam presentes: Luiz Carlos Prestes, a vereadora Matilde de Carvalho e Gilberto Crockatt de Sá, representando o vice-presidente João Goulart, que coroou a rainha e as princesas. A primeira foi contemplada com uma viagem à Viena e as duas princesas, com viagens ao Rio de Janeiro, com estada de 8 dias.¹¹³

¹¹¹ FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina...* p.106.

¹¹² “Festivamente comemorado o terceiro aniversário da fundação da Sociedade Amigos de Vilas Unidas”, *Notícias de Hoje*, 20 ago. 1957. Dossiê DOPS 50-J-138 p. 152

¹¹³ Dossiê DOPS 50-J-138 p. 323.

A versão patronal do concurso cabia ao SESI organizar, o que vinha sendo feito desde 1949. As inscrições eram individuais, por empresas ou entidades de classe até o dia 24 de dezembro. A eleição se dava na “Festa de Confraternização Operária”, ocorrida no Pacaembu no primeiro dia do ano. Em 1955 registrou-se a presença de 12 mil pessoas – “(...) além dos trabalhadores e suas famílias, autoridades governamentais, líderes da indústria e dirigentes de sindicatos patronais e operários”. A conotação que se buscava conferir aos festejos fica patente no discurso do delegado da CNTI em São Paulo, Francisco José de Oliveira, segundo o qual tratava-se de “(...) um ato fraternal, um ato de harmonia entre empregadores e empregados, razão pela qual se sentia feliz vendo o grande número de trabalhadores industriais ali presentes”.¹¹⁴

O PCB, por sua vez, confirmando sua notável capacidade de criar “frentes de massa” e mergulhar na cultura operária e popular, promovia, pelo menos desde 1946, por meio de seu jornal *A Classe Operária*, o concurso de rainha dos trabalhadores – vencido naquele ano por Clara Sharf.¹¹⁵ Em 1953, por sua vez, a “Comissão lapeanos de ajuda à imprensa popular” resolveu contribuir para a “Campanha nacional de 15 milhões de ajuda à imprensa popular” promovendo o “Concurso Rainha da Lapa”.¹¹⁶ Vemos aqui, portanto, o concurso servindo a uma causa muito diferente da “harmonia de classes” apregoada pelo SESI.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), entidade intersindical controlada pelos comunistas, promoveu em 1954 e 1955 (quando foi fechada pelo Ministro Alencastro Guimarães) o seu “Concurso da Rainha dos Trabalhadores de São Paulo”.¹¹⁷ A magnitude do evento cresceu significativamente de um ano para outro: em 1954 registraram-se quinze candidatas – que ajudaram a animar a festa de 1º de Maio desfilando no Estádio Proletário.¹¹⁸ A vencedora foi a operária têxtil Marlene Garcia, para júbilo dos membros da Diretoria do Sindicato, que resolveu premiá-la com viagem ao Rio de Janeiro.¹¹⁹

¹¹⁴ “Coroadas no Pacaembu a rainha dos trabalhadores para 1955”, *Última Hora* Nº 853, 4 jan. 1955, 2º Caderno p. 3 e “Vai ser escolhida a rainha dos trabalhadores de 1955”, *Última Hora* Nº 1.132, 7 dez. 1955, 1º Caderno, p. 10.

¹¹⁵ IOKOI, Z.M.G. *Intolerância e resistência*, p. 210.

¹¹⁶ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 302.

¹¹⁷ “Concurso rainha dos trabalhadores promovido pela UGT”, *Notícias de Hoje* Nº 657, 27 mar. 1954.

¹¹⁸ “O 1º de Maio dos trabalhadores sindicalizados”, *O Metalúrgico* Nº 131, Maio 1954, p. 8.

¹¹⁹ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 9 set. 1954, p. 33.

No ano seguinte a participação saltou para 150 candidatas, apresentadas por 40 sindicatos. Podia concorrer toda trabalhadora sindicalizada. Cada voto custava um cruzeiro e a arrecadação seria destinada ao prêmio: viagem à Roma, de 15 dias, com acompanhante e hospedagem em “hotel de primeira classe” para a rainha e aparelho de TV e máquina de costura para as duas princesas. No dia 28 de agosto de 1955 promoveu-se, na chácara Rudge Ramos, uma “festa de confraternização da família operária”, consistido em “piquenique com canções e bailes”, como parte dos preparativos do concurso. Este concurso, promovido inicialmente pela UGT foi, aparentemente, encerrado pela Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo, após a proscrição daquela entidade e permite-nos vislumbrar, pela quantidade de votos recebidos pelas primeiras colocadas, o grau de mobilização que os eventos podiam alcançar. A vencedora, Conceição Alves Chequetto, obteve 61.536 votos e a segunda colocada, Maria da Penha de Dominicis, 59.250.¹²⁰ Vale lembrar que, segundo cálculos do *Última Hora*, um Deputado Federal por São Paulo precisava, em 1958, de 15 mil votos para eleger-se. Nas eleições de outubro daquele ano o ex-vereador e ex-deputado estadual Franco Montoro elegeu-se com 36.646 votos e o líder sindical Salvador Romano Losacco, com 10.920.¹²¹

Portanto, o concurso de rainha não era brincadeira. Na Argentina, como demonstrou Mirta Lobato, fora promovido inicialmente pelo jornal *El Laborista*, em 1947, aberto apenas a mulheres associadas a algum sindicato. A partir de 1948, foi integrado às comemorações de 1º de Maio promovidas pelo governo peronista e as vencedoras eram coroadas por Perón em pessoa, ou por Evita. Eram recebidas na Casa de Governo, acolhidas pelos sindicatos e pela Fundação Eva Perón. Visitavam os jornais que apoiavam o governo, assim como fábricas e percorriam a cidade.

Tratava-se, decerto, de prática assentada sobre relações sociais patriarcais pressionadas por mudanças. Essa prática, porém, não necessariamente “reforçava” as relações patriarcais, mas as “refratava”, criando fissuras e possibilidades de outros usos. A interpretação de Mirta Lobato para o caso argentino parece aplicar-se também ao

¹²⁰ “Concurso da rainha dos trabalhadores de 1955”, *O Metalúrgico* Nº 147, out.-nov.-dez. 1955, p. 8

¹²¹ “Votação final de todos os candidatos a postos eletivos em 3 de outubro”, *Última Hora* Nº 2.002, 20 out. 1958, 1º Caderno, p. 9 e “Voltarão à Assembléia somente 33 deputados”, *Última Hora* Nº 2.002, 20 out. 1958, ed. Matutina, 1º Caderno, p. 3.

brasileiro – com a diferença de que o governo de Perón interessou-se diretamente pelo certame, oficializando-o. Mas podemos concordar com a autora quando afirma que os concursos transformaram a representação tradicional da mulher, pois a imagem da rainha do lar foi substituída pela presença da mulher operária convertida em rainha. Ainda segundo a autora: “A figura da rainha do trabalho encarnava a combinação perfeita entre a qualidade da trabalhadora e a da mulher bela, que por décadas foram consideradas incompatíveis”.¹²²

Portanto, parece ser o campo da cultura operária e popular âmbito de afirmação de identidade, contatos com outras culturas ou “subculturas”, combinações e negociações. O fato é que o prestígio conquistado pela rainha poderia, por exemplo, conferir-lhe um lugar à mesa de uma assembléia têxtil, ao lado dos dirigentes sindicais, como sucedeu com Marlene Garcia em julho de 1954, ou, em uma situação diferente, poderia credenciá-la liderança em um motim urbano, como ocorreu com “Nana”, “rainha do carnaval” em Santiago del Estero - que liderou o “Santiagueñazo” em 16 de dezembro de 1993 – quando foram destruídos a casa de governo, a legislatura, os tribunais e as residências de 25 políticos locais.¹²³

Como esperamos já haver demonstrado, os bailes e festas eram outra forma de lazer muito apreciadas por operários e classes populares em geral. No Clube de Regatas Nitro Química, em São Miguel Paulista, os bailes eram semanais e “atraíam centenas de moradores”.¹²⁴ Os clubes de futebol ocupavam-se, muitas vezes, da organização de bailes, como informou Isidoro Del Vecchio, de forma saudosa:

Os clubes, por exemplo, no domingo à noite faziam reuniões dançantes, uma coisa muito séria, muito familiar, muito gostoso de se freqüentar, porque o ambiente era respeitoso, porque as moças compareciam, participavam, levando a mãe, a mãe ficava sentada, uma coisa bonita. Então os clubes de futebol também se desenvolviam nessa parte de uma noite de dança.¹²⁵

¹²² LOBATO, M., Op. cit., p. 18 e 19.

¹²³ AUYERO, J. *El juez, la reina y el policía: etnografía, narrativa y los sentidos de la protesta*, 27 out. 2003.

¹²⁴ FONTES, P., *Comunidade Operária e migração nordestina...* p. 102.

¹²⁵ Depoimento Isidoro Del Vecchio, p. 4. José das Neves Eustáquio e Noêmio Eustáquio também mencionaram os “bailinhos” promovidos pelos clubes de futebol.

Às vezes eram as SABs a promover bailes.¹²⁶ O PCB, aqui também, estava inserido na cultura popular, promovendo bailes, por exemplo, para arrecadar fundos para a “imprensa popular”. Um convite, apreendido pelo DOPS, informa sucintamente:

Convite
Baile dos operários da Mariangela de ajuda à Imprensa Popular
No salão da Comissão Tiradentes
Rua Caetano Pinto, 231
A Comissão Zélia Magalhães
Orquestra Invisível¹²⁷

Em meados dos anos de 1950, a operária têxtil Ignez Augusta, filiada ao PCB, resolveu, juntamente com o seu assistente político, o célebre João Saldanha, promover um baile em homenagem às colegas de trabalho que haviam participado com muito empenho da campanha de coleta de assinaturas pela paz. O local escolhido foi o Clube Montesanto, na Rua da Mooca, cujos donos eram simpatizantes do partido. João Saldanha, elegante com um chapéu vistoso, fez muito sucesso entre as operárias, tendo entregado prêmios a algumas.¹²⁸

As festas do Sindicato dos Têxteis parecem ter feito muito sucesso – possivelmente pela presença de um variado público feminino – a julgar pela decisão da Diretoria, em julho de 1954, de limitar a quantidade de convites distribuídos por associado, pois os mesmos vinham sendo posteriormente vendidos.¹²⁹ Uma boa idéia teve alguém no Club dos Motoristas, situado na vizinha rua Jairo Góis, encaminhando proposta ao Sindicato dos Têxteis de realização de bailes conjuntos. Mas o possível conagraçamento entre motoristas e tecelãs ficou pendente de um estudo do Diretor Nivaldo Fonseca.¹³⁰

Assim como outras práticas culturais, os bailes também podiam ser usados para fortalecer as lutas ou organização sindical, como ser verifica em janeiro de 1956, quando obteve-se a cessão do salão do Pacaembu para a realização de um baile comemorativo do encerramento da campanha de sindicalização.¹³¹

¹²⁶ Depoimento Durval Gomes.

¹²⁷ 50-Z-315 p. 302

¹²⁸ Depoimento José Molenídio e Ignez Augusta.

¹²⁹ Ata Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 12 jul. 1954, p. 28

¹³⁰ Ibid., 26 jun. 1956, p. 66

¹³¹ Ibid., 24 jan. 1956 p. 60

O jazz parece ter sido um ritmo musical bem recebido pelos operários têxteis e metalúrgicos, a julgar pela presença da banda “Jazz Cópia”, “abrilhantando” o baile realizado no “Grande Festival dos Metalúrgicos”, em 1951, realizado para a apresentação da nova Diretoria do Sindicato eleita. E a julgar, ainda, pelo pedido apresentado pela “Jazz Band” dos operários da fábrica têxtil Votorantim, de Sorocaba, de uso da sede do sindicato para ensaios.¹³² O Sindicato dos Têxteis de São Paulo também mantinha a sua orquestra, sendo este mais um elo de ligação com a cultura operária pré-30.¹³³

Em São Paulo o Sindicato dos Metalúrgicos também havia apoiado a organização de um conjunto musical, o “Conjunto de Ritmos dos Metalúrgicos”, responsável pela animação das várias festividades realizadas em 1959, conforme o relatório apresentado pelo Departamento Recreativo: 6 matinés, 2 soirés dançantes e 2 shows noturnos.¹³⁴

Entre as outras formas de lazer popular também devem ser lembrados o “footing”, os parques de diversão, os banhos de rio, os botequins, o cinema, e o teatro.

Nos depoimentos colhidos, o “footing” foi mencionado por elementos da classe média da Mooca e do Belenzinho, mas não por operários ou operárias. Os jovens do Belezinho freqüentavam mais o “footing” da Celso Garcia e, eventualmente, algo semelhante era improvisado no próprio Largo São José do Belém aos domingos, após a missa das dez.¹³⁵ O depoimento de um morador da Mooca menciona a rua Piratininga como local do footing freqüentado pelos jovens do bairro.¹³⁶

Os parques de diversão, que na década de 1940 estavam “espalhados pela cidade”¹³⁷ sobreviviam, ainda nos anos de 1950. Por sinal foi em um deles, o Parque Xangai, que o casal José das Neves Eustáquio e Noêmia se conheceu.¹³⁸

¹³² “Grande festival dos metalúrgicos – Apresentação da nova Diretoria”, *O Metalúrgico*, Nº 97, jun. 1951, p. 12 e Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de Sorocaba, 3 dez. 1961, p. 32.

¹³³ Hardman constatou que as bandas musicais formadas por trabalhadores eram muito freqüentes no início do século XX: “(...) reunindo trabalhadores por fábrica, bairro, setor de produção ou nacionalidade, sendo uma atividade, no mais das vezes, vinculada à própria vida das entidades sindicais”. HARDMAN, Op. cit., p. 62. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 13 mar. 1960, p.66.

¹³⁴ “Departamento Recreativo”, *O Metalúrgico* Nº 185, out. 1959, p. 7

¹³⁵ Depoimento Waldemar Motio.

¹³⁶ José das Neves Eustáquio..

¹³⁷ DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 286

¹³⁸ Depoimento José das Neves e Noêmia Eustáquio.

Os banhos de rio eram praticados em São Miguel Paulista,¹³⁹ pelas famílias da Vila Maria Zélia e de outras localidades do Belezinho no rio Tietê,¹⁴⁰ e por metalúrgicos.¹⁴¹

A frequência aos botequins também deve ser lembrada como importante lazer popular masculino, embora não tenha sido mencionada nos depoimentos ou documentação sindical por nós consultada, seja por seu caráter inteiramente informal – não requerendo nem possibilitando, para sua prática, qualquer tipo de “organização” –, seja, talvez, também, pelo perfil de atividade “transgressora”, de certa forma incompatível com o lazer familiar ou edificante. Entretanto, em São Miguel Paulista, por exemplo, segundo as observações de Fontes, “os bares eram o local por excelência da conversa, do bate-papo entre amigos e conhecidos, da troca de informações e formação de opiniões”.¹⁴² Muito provavelmente nos anos 1950 e 60 os botequins de bairro conservavam ainda muitas das funções encontradas pela pesquisa de Duarte para os anos 1930 e 40: funcionavam como pequenas mercearias, ponto de encontro para ouvir irradiação de futebol, para o jogo de dominó e baralho, para o papo no fim de semana: “O botequim vai alargando suas funções na constituição da sociabilidade operária”.¹⁴³

O cinema é lembrado, na pesquisa de Fontes, como a segunda fonte mais popular de recreação do paulistano na época.¹⁴⁴ Segundo Noêmia Eustáquio, na época “a diversão era bailes e cinema”.¹⁴⁵ O Sindicato dos Têxteis de Sorocaba exibia filmes na subsede de Votorantim, em 1952 e o dos metalúrgicos convidava os seus sócios para a exibição de dois filmes no dia 25 de agosto de 1951 – mas no intervalo o público teria que assistir palestras de médicos do Serviço Nacional contra a Tuberculose.¹⁴⁶ A SAB do Carandiru organizou o “Natal das Crianças Pobres” do bairro, em 1955, encerrando a festa com a exibição do filme “A bomba”, com o Gordo e o Magro.¹⁴⁷ O senhor Waldemar Motio, por sua vez, residente no Belenzinho, pôde aproveitar bem a

¹³⁹ FONTES, P., *Comunidade operária e migração nordestina*, Op. cit., p. 102

¹⁴⁰ Depoimento de Manuel Pitta.

¹⁴¹ Depoimento José Luís dos Santos

¹⁴² FONTES, P. *Comunidade operária e migração nordestina*, p. 112.

¹⁴³ DUARTE, A.L., *Cidadania e exclusão*, p. 271.

¹⁴⁴ FONTES, P., *Comunidade operária e migração nordestina*, p. 109.

¹⁴⁵ Depoimento Noêmia Eustáquio.

¹⁴⁶ Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de Sorocaba, 3 fev. 1952, p. 15. Sorocaba e “Convite aos metalúrgicos”, *O Metalúrgico* Nº 95, abr. 1951, p. 5.

existência do Cine São José (local onde também eram realizadas assembléias sindicais, peças de teatro e bailes de carnaval) para assistir filmes de cowboy, exibidos de forma seriada. O próprio espaço do cinema – hoje ocupado por uma agência do Bradesco – parece ter fascinado seus freqüentadores: “O cinema era grande, era Cine Teatro, era muito bonito, ele tinha uma parte em baixo, tinha umas frisas em volta, em cima tinha os camarotes e em cima tinha uma geral, só que essa geral foi fechada porque numa ocasião lá um garoto caiu e morreu”.¹⁴⁸

Finalmente, cabe lembrar o teatro operário e popular. Tanto o Sindicato dos Têxteis quanto o dos Metalúrgicos tiveram seus “corpos cênicos”. Nos têxteis, o associado Felício Demeghini solicitou, em reunião de Diretoria em abril de 1951, “que seja restabelecido o corpo cênico, que outrora grandes aplausos conquistou”, recebendo então, por decisão unânime da Diretoria, a incumbência de fazê-lo.¹⁴⁹ Nos metalúrgicos, o Departamento Feminino encarregou o artista Nhô Maneco, organizador do Grupo Dramático Terra Brasil, de ensaiar os associados que quisessem integrar o “grupo dramático”, em formação no início de 1956.¹⁵⁰

Os leitores de *O Metalúrgico* também eram convidados a freqüentar o Pequeno Teatro Popular, formado por amadores, no Teatro Leopoldo Fróes.¹⁵¹ Em 1958 “Eles não usam black-tie” foi encenada no sindicato¹⁵² e a, partir de 1960, a entidade aproximou-se do Teatro de Arena. O espetáculo “Fogo Frio”, de Benedito Rui Barbosa, foi recomendado com a explicação: “Metalúrgico (...) você precisa ver como o poder do Capital também existe na lavoura e também esmaga o camponês. Conheça como se desenvolve a luta dos camponeses e quais seus inimigos”.¹⁵³

Foi promovida, então, uma campanha de apoio financeiro e orientação pedagógica para que os metalúrgicos freqüentassem os espetáculos do Arena. O preço do ingresso era subsidiado pela própria companhia teatral e pelo sindicato, sendo reduzido de 150 para 30 cruzeiros.

¹⁴⁷ “Natal das crianças pobres no Carandiru”, *Notícias de Hoje*, 25 dez. 1955, Dossiê DOPS 50-J-138, p. 59.

¹⁴⁸ Depoimento de Waldemar Motio.

¹⁴⁹ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 3 abr. 1951 p. 134.

¹⁵⁰ “Ecos da comemoração do 23º aniversário”, *O Metalúrgico* Nº 149, fev. 1956, p. 5.

¹⁵¹ “Terceira grande temporada popular”, *O Metalúrgico* Nº 171, jul. 1958, p. 5.

¹⁵² PERCHON, A., “Eles não usam black-tie” *O Metalúrgico* Nº 175, nov., 1958, p.2.

¹⁵³ “Teatro de Arena”, *O Metalúrgico* Nº 191, abr.-maio 1960, p. 2

No começo dos anos 1960 o Teatro de Arena transferiu-se por um ano e meio para o Rio de Janeiro, para uma temporada. As notícias sobre teatro nos metalúrgicos são interrompidas no final de 1960 e só vão surgir novamente no final do ano seguinte em um artigo assinado por Luiz Caram, visando a reorganização do teatro do sindicato, mas numa perspectiva bastante diferente dos engajados Arena e CPC.

O artigo mencionado apresenta como urgente a criação de um...

(...) teatro ou teatrinho dos trabalhadores metalúrgicos, que poderá reunir grupos teatrais dramáticos, cômicos, satíricos e outras modalidades de palco, como sendo show musicado, bailados populares e clássicos e particularmente o folclore nacional, que poderá ser apresentado de todas as formas possíveis.

A idéia era criar uma “comissão de teatro e cultura” da qual poderiam participar representantes de cada fábrica com mais de 500 operários, desde que tivessem “uma regular compreensão do natural da arte”. Todos os trabalhadores que quisessem organizar seu próprio grupo teatral poderiam fazê-lo autonomamente, mas à comissão era reservado o direito de “rever, fiscalizar e aprovar os trabalhos dos grupos cênicos, melhorando o aspecto positivo e subtraindo o aspecto negativo, que atente contra a unidade e a moral dos trabalhadores”. Não se deixou de pensar no problema de ausência de mulheres para os papéis femininos, mas não cogitou-se em imitar a solução adotada pelo teatro grego, buscando-se um caminho melhor: as tecelãs do Sindicato dos Têxteis seriam convidadas a uma “participação conjunta, igualitária, no Teatro”.¹⁵⁴

Parece ser este um exemplo interessante de iniciativa própria de operários – provavelmente animados com a descoberta das possibilidades de um teatro popular, descortinadas pelo Teatro de Arena – no sentido de criar um teatro operário. A diferença em relação ao projeto do teatro engajado pode ser notada no ecletismo da proposta – que acolhia desde o drama até o show musicado –; no fato de se constituir em teatro “de operários para operários”, sem a mediação aparente de profissionais do área ou intelectuais; no fato de almejar a formação de tantos grupos quanto possível, sem maior preocupação em comprometê-los com algum conteúdo ou mensagem específica, desde que não atentassem contra a “unidade e a moral dos trabalhadores”.

¹⁵⁴ CARAN, L., “Teatro metalúrgico”, *O Metalúrgico* Nº 203, out.-nov. 1961, p. 6

De toda a forma, o projeto parece não ter prosperado e, no final de 1962, o “CPC do Sindicato dos Metalúrgicos” anunciava suas atividades. Todas as sextas-feiras, peças de teatro e “filmes instrutivos para os associados” seriam apresentados e, para o futuro, esperava-se preparar apresentações também nas fábricas. Os trabalhadores eram convidados a participar: “Não é necessário que você tenha dons artísticos e sim que você tenha boa vontade em aprender um pouco de teatro junto a nós”.¹⁵⁵

Não dispomos de informações mais completas para avaliar em profundidade as experiências do Teatro de Arena e do CPC no Sindicato dos Metalúrgicos. Mas parece claro que não semearam em terreno impróprio, considerando que havia, desde antes, interesse pelas artes cênicas – mais do que isto: parece ter havido uma tradição cujas raízes estavam no teatro anarquista do período pré-1930. É claro que esse teatro operário era, provavelmente, bem diferente daquele concebido pelo CPC e pelo Arena, com suas preocupações marxistas, mas não parece correto afirmar que a generosa proposta de ambos os grupos tenha resultado “num cara a cara” dos artistas consigo próprios, como propôs Pécaut. É mais correto compreender que a aproximação entre operário, estudantes e intelectuais constituía uma dimensão profunda do processo social dos anos 1950 e 60, que ia se processando em diversos campos, e não somente no da arte e da cultura: constituía uma das condições da “aproximação imaginativa da revolução social”, parafraseando Walnice Nogueira Galvão

Em bairros como a Mooca, também eram comuns as apresentações de teatro, em meados de 1946, às vezes no fundo dos quintais, mas em geral nas associações organizadas pelas colônias étnicas.¹⁵⁶

Assim, pode-se dizer que enquanto no “calendário operário” verificava-se uma “luta de representações” pelo poder de atribuir significado a determinadas datas, nas práticas de lazer verificava-se uma luta por seu controle e direção. O SESI, o empresariado e o Estado empenhavam-se em propiciar um lazer que afirmasse os valores próprios de um operário ordeiro, ligado à família, e os ideais de paz e harmonia entre empregados e empregadores. Os sindicatos, por sua vez, não deixavam de também

¹⁵⁵ “Cultura operária”, *O Metalúrgico* Nº 209, nov.-dez 1962, p. 6.

¹⁵⁶ DUARTE, A.L., *Cultura política e cultura popular no após-guerra*, p. 106.

normatizar o lazer operário, reforçando os laços de pertencimento à categoria, infundindo um sentimento de orgulho pela grandeza de sua entidade de classe, construindo a imagem de um operário e operária consciente, participativo, patriótico.

Os operários, operárias e outros setores populares, por sua vez, preservavam alguns espaços autônomos de associativismo - como os clubes de bairro, por exemplo, responsáveis pelo futebol e o baile – e outros espaços inteiramente informais de encontro e reunião, como os botequins. Não parece, porém, ser uma característica da cultura operária e popular o zelo por manter-se isolada. Ao contrário, a procura de reconhecimento, respeitabilidade, como vimos, é uma de suas características, mas também o ecletismo, a abertura a várias misturas e influências. O que parece ter sido fundamental, como vetor “organizador” da experiência cultural, foi a possibilidade objetiva de fazer a experiência de vida coletiva e elaborar os seus significados. Assim, o declínio dos clubes varzeanos, despejados de seus terrenos, foi denunciado mais de uma vez em jornais operários, já em 1954 e, de fato, representou um dos fatores de desestruturação das possibilidades objetivas de preservação e reinvenção da cultura operária e popular nos anos seguintes. Parece-nos ter conseqüências análogas a generalização de um lazer comercializado e a penetração da televisão no cotidiano do trabalhador – lembrada em alguns depoimentos como uma espécie de símbolo de um lazer oposto às formas anteriores, vividas coletivamente. A característica fundamental da “cultura de massas” veiculada pela televisão é que ela já vem pronta, o telespectador nunca é co-partícipe de sua construção. O império da cultura de massas se impôs de tal forma, colonizando outras práticas, que os artistas do rádio e às vezes da TV, que nos anos 1950 eram convidados para fazer uma apresentação em festejos de 1º de Maio amplamente preenchidos por atividades “de operários para operários”, hoje ocuparam todo o palco, restando aos trabalhadores apenas aplaudir. Assim, podemos dizer que as mudanças na configuração do espaço urbano, com a comercialização cada vez mais intensa do solo, determinaram o fechamento de muitos clubes de bairro, desestruturando parte das condições materiais para a elaboração de uma cultura operária e popular. Por sua vez, o avanço da indústria cultural, transformando o tempo de lazer em tempo de consumo de entretenimento ou mercadorias, solapou a outra parte. A derrota da classe

trabalhadora face à ascensão do projeto de “modernização conservadora”, foi, assim, no sentido mais profundo, também uma derrota cultural.

Capítulo 8

Representações políticas e formas de consciência

I saw a highway of diamonds with nobody on it
A hard rain's a-gonna fall
Bob Dylan

Para tentarmos compreender as relações entre a existência social da classe operária, a política e a ideologia no período em questão a apresentação prévia de algumas noções faz-se necessária.

A política é, aqui, pensada como uma dimensão da práxis social total e não como esfera autônoma de manifestação de vontades individuais ou coletivas, condicionadas “externamente” por coerções estruturais ou institucionais. A práxis social se torna política na medida em que postula interesses, idéias ou valores revestidos de vigência geral, “universal”. Marx afirmava, como se sabe, que poderia ser considerado movimento político da classe operária qualquer tentativa de enfrentar e coagir a classe dominante por meio de pressões externas. Exemplificava: a luta isolada para arrancar dos capitalistas uma limitação da jornada de trabalho é movimento puramente econômico. A luta geral para impor uma lei sobre as oito horas de trabalho é um movimento político, “ou seja, um movimento de classe para fazer valer seus interesses sob uma forma de vigência geral, socialmente obrigatória”.¹ Entretanto, não tendo desenvolvido conceito equivalente ao de hegemonia, não fez distinção entre o momento político em que interesses econômico-corporativos se apresentam como gerais, mas apenas em relação a classe social como um todo e no campo econômico, do momento político em que interesses econômico-corporativos superam o círculo da própria classe e, por meio de concessões e alianças, devem apresentar-se como vetores de direção moral, econômica, jurídica para todas as classes e grupos explorados e oprimidos.

Gramsci parece, a nosso ver, ter atualizado a elaboração de Marx quando afirmou que a fase mais estritamente política da afirmação da consciência coletiva de uma classe se manifesta quando esta adquire a convicção de que seus interesses próprios podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, obtendo, assim, o consentimento para o exercício da direção da sociedade – ou seja, para o exercício de sua hegemonia na

sociedade civil e na sociedade política. Gramsci, portanto, distinguiu a luta política de uma classe por obter leis, reformas e igualdade político-jurídica perante o Estado, da luta dessa mesma classe pela transformação de toda a ordem social, caracterizando a segunda como “fase mais estritamente política” de formação da consciência coletiva. Além disso, formulando uma noção própria de “sociedade civil”, apontou como esferas da luta política tanto a “sociedade política”, constituída pelos aparelhos de repressão e pela burocracia civil e militar, quanto a “sociedade civil”, constituída por órgãos como o sistema escolar, as igrejas, partidos, sindicatos, a mídia. À noção de hegemonia combina-se, na reflexão gramsciana, a de “bloco histórico”, à qual vimos recorrendo neste trabalho, significando, tanto uma totalidade social historicamente determinada como como uma aliança de classes sob a direção de uma classe fundamental, que assegura, por sua vez, a vida do “bloco histórico” na primeira acepção.²

Gramsci apontou, ainda, três fatores fundamentais a pesar em uma relação de forças políticas: o *grau de homogeneidade*, de *autoconsciência* e de *organização* alcançado pelos vários grupos sociais.³ Acreditamos ter analisado questões relativas à homogeneidade do operariado no Capítulo 1, e questões atinentes à organização sindical no Capítulo 3. Aqui trataremos do problema da organização política e das formas de consciência, pois, como sabemos, apresenta-se como importante dimensão da política as formas de consciência social elaboradas pelas classes ou grupos sociais: a concepção de mundo, o repertório de idéias pelo qual a sociedade e os acontecimentos são explicados.

Na realidade, a hegemonia é um processo dinâmico, complexo e, digamos, “imperfeito”. Por isso Raymond Williams prefere falar em “formas hegemônicas” ao invés de hegemonia, para sublinhar o fato de que a hegemonia é exercida sempre em oposição a pressões contra-hegemônicas, forças emergentes e resíduos não incorporados.⁴

As coisas se complicam um pouco se considerarmos essa problemática a partir de outro ângulo. Ocorre que o campo da política não pode ser ocupado diretamente pela presença das classes, mas o é por representações. Esta noção se faz necessária, pois permite

¹ MARX, K., “Carta a Fridrich Bolte”, In: MARX, K.; ENGELS, F., *La Internacional*, p. 617.

² GRAMSCI, A., *Cadernos do cárcere*, Vol 3, p. 26. Gramsci anota, por exemplo: “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários”. Ver também: COUTINHO, C.N., *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, p. 153.

³ GRAMSCI, A., Op. cit., p. 40.

⁴ WILLIAMS, R., *Marxismo e literatura*, p. 111-113.

pensar a luta política como luta “refratada” e não como embate direto entre classes sociais. A representação resulta da relação que se estabelece entre representante e representado. Somente por meio dela o “representado” – a classe social – pode, de maneira indireta, se apresentar. O representante, porém, tende, ao mesmo tempo, a tornar mais intensa a presença do representado e a substituí-lo. O problema da representação política, assim, sofre as vicissitudes de todos os processos sociais análogos: o representante torna presente o representado pela representação, mas tende a substituí-lo, a dispensá-lo, tornando aparentemente “falsa” a representação, abrindo-se, em decorrência, crises de representações. Porém, não se pode falar em representações falsas ou verdadeiras em si mesmas. Como argumenta Lefebvre, é vã a busca da representação “privilegiada”, pois vinculadas “às origens” ou “aos fins”. A representação é mais efetiva na medida em que resulta de uma relação viva e ativa entre representante e representado e em que, como propõe Lefebvre, não “tapam a vista e o horizonte”, mas “se abrem para a superação”.⁵ Por exemplo: o Partido Comunista não se torna a “verdadeira” representação da classe operária por autoproclamar-se ou ser reconhecido por uma vanguarda como tal, mas por estar efetivamente presente no meio e no movimento operário, elaborando, permanentemente, a mediação da representação política.

A partir dessas considerações, vamos analisar neste capítulo três tipos de manifestação política ligadas a metalúrgicos e têxteis:

- a) tentativas de participação político-eleitoral por meio do lançamento de candidaturas operárias ou populares avulsas ou articuladas em movimentos gerais e tentativas de formação de um partido independente de trabalhadores. Reações contrárias à representação política operária: tentativas de “incorporação” e repressão.
- b) manifestações de representantes políticos não saídos do movimento operário, mas por ele apoiados: as candidaturas Jânio Quadros/Porfírio da Paz
- c) ideologia: mudanças nas formas de consciência.

8.1. Candidaturas operárias e partido dos trabalhadores

⁵ LEFEBVRE, H., *La presencia y la ausencia*, p. 96. A representação, por sua vez, é superada pela “obra”, que constitui uma nova totalidade. Ver p. 222. Segundo Lefebvre a obra “tem uma presença que não se situa entre a presença e a ausência, mas as reúne, fazendo don de sua presença, preenchendo um vazio, ou seja,

Se não nos satisfizemos com o modelo mais tradicional de análise sobre o populismo e acolhermos como hipótese válida de pesquisa a proposição de Paul Singer, segundo a qual “o PT tem precedente no período de 1953/63”, momento em que também “cresciam a independência, a autonomia e o caráter de massa” do sindicalismo, de fato, a não formação de um partido político independente dos trabalhadores no período apresenta-se, então, como um problema de pesquisa da maior relevância para a compreensão da dinâmica e resolução das lutas políticas.⁶

Isto porque não faltaram lutas operárias e populares gerais com conteúdo político – como foram as greves gerais, as convenções contra a carestia e as marchas da fome –, como não faltou a articulação de frentes e movimentos político-eleitorais de nítido corte classista, e nem tampouco a proclamação clara, feita por importantes correntes do movimento operário, da necessidade e construção do poder operário com base na eleição de candidatos operários. Por que, então, a representação político-partidária dos trabalhadores permaneceu, digamos, vaga, vindo a ser disputada e ocupada por representantes de todos os naipes, e quais as conseqüências deste fato para o desfecho da crise com o golpe civil-militar de 1964? O exame de algumas tentativas de construção de uma representação política dos trabalhadores pode nos fornecer pistas.

Uma das experiências mais importantes deu-se com vistas às eleições de outubro de 1954. No dia 11 de abril, domingo, foi realizada no Salão das Classes Laboriosas, no centro de São Paulo, uma convenção de dirigentes sindicais com o objetivo de escolher candidatos a deputado federal e estadual. Em janeiro, já fora lançado um manifesto do *Movimento Eleitoral dos Trabalhadores*, plantando uma idéia que só daria frutos maduros muitos anos depois: “Trabalhador não vota em tubarão. Trabalhador vota em trabalhador”. As primeiras articulações para a organização de uma “frente operária” suprapartidária parecem ter-se iniciado em agosto de 1953, provavelmente ainda no impulso gerado pela greve geral de março/abril. A 15 de janeiro de 1954 realizou-se uma reunião de dirigentes sindicais no Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro com o objetivo, segundo o relatório do DOPS, de “fixar posição dos líderes sindicais independentes em relação à política partidária

uma virtualidade: uma ausência”. P. 28 O autor cita como exemplos: instituições, ideologias, objetos estéticos p. 172. A cidade, por sua vez, seria “a obra das obras”. (p. 237.)

⁶ SINGER, P. , “O significado do conflito distributivo no golpe de 1964”, In: TOLEDO, C.N. (Org.), 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, p. 15.

e às próximas eleições, tendo sido resolvido que os candidatos saídos do meio sindical, caso eleitos, deveriam defender problemas de exclusivo interesse dos trabalhadores, como sejam: salário mínimo, direito de greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, assiduidade integral, campanhas nacionalistas sobre energia elétrica e petróleo e outras que se apresentem de caráter popular”.⁷

Em 25 de fevereiro, o jornal *Última Hora* noticiou que havia “entendimento entre os líderes sindicais de São Paulo e Rio, no sentido de concentrarem os trabalhadores os votos nos candidatos saídos das fileiras operárias”. É mencionada, então, a criação da Frente dos Trabalhadores Brasileiros que propugnava, além dos princípios de “defesa das riquezas nacionais” e “emancipação econômica do Brasil”, a “independência completa dos movimentos”, a “escolha dos candidatos pelas convenções profissionais” e o “fortalecimento dos organismos de base”.⁸

Na Convenção de 11 de abril, mencionada anteriormente, segundo as observações de um agente do DOPS, havia no salão “numerosíssima assistência” e cada sindicato apresentava um ou mais nomes a serem referendados como candidatos a deputado estadual ou federal nas eleições de outubro. Geraldo Marchelli, por exemplo, falando pelos têxteis, indicou seu presidente, Nelson Rusticci, que já fora candidato a vice-prefeito nas eleições de março de 1953. Para reforçar esse nome, também foi lido um ofício de apoio dos moradores de Vila Prudente. Os vidreiros defenderam José Chediak, presidente do Sindicato, para deputado estadual. Os borracheiros, por sua vez, não tinham candidato próprio, mas se comprometeram a apoiar os indicados pelo plenário.⁹

A Convenção de abril parece ter referendado o programa já divulgado no manifesto de janeiro. Apresentava uma extensa lista de 23 pontos. Além dos já mencionados no estudo de Benevides, vale, ainda, ressaltar: a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, “de acordo com resoluções do I Congresso Brasileiro de Previdência Social”; estabilização do custo de vida, congelamento de preços; criação de bancos de empréstimos populares; reforma da Justiça do Trabalho; luta contra a assiduidade; reforma agrária; nacionalização das empresas de energia elétrica “e todas as empresas estrangeiras que afetem sobremaneira a economia

⁷ Dossiê DOPS 30-B-264-16

⁸ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 341

⁹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 369

nacional”; nacionalização do Petróleo; comércio do Brasil com todos os países; liberdade de imprensa, pensamento, palavra e organização; moralização da administração pública.¹⁰

Trata-se, certamente, de um programa de reformas socializantes, que revela alguns méritos, pouco reconhecidos pela bibliografia crítica ao populismo. Primeiramente, pelo fato de incorporar algumas demandas construídas nas múltiplas lutas sindicais populares de então. Neste ítem podemos incluir as bandeiras da “estabilização do custo de vida” e congelamento de preços, a luta contra a cláusula da assiduidade integral, a participação das entidades sindicais na fiscalização das leis trabalhistas. Em segundo lugar, o programa articula num todo demandas sócio-econômicas de trabalhadores da cidade e do campo, além de outros setores da população rural (extensão da legislação trabalhista, reforma agrária); propostas de defesa do patrimônio nacional e da soberania do Estado nacional (nacionalização do petróleo, de empresas de energia elétrica e outros setores que afetassem a economia nacional); propostas visando ao aprofundamento da democracia (liberdade de imprensa, pensamento, organização) e a reforma do Estado (moralização da administração pública, reforma do Judiciário). Em terceiro e último lugar, tratou-se de programa discutido em convenção sindical, supomos que com alguma representatividade e procedimentos relativamente abertos de convocação e não de proposta lançada por uma vanguarda ou candidato isolado. No final da convenção, segundo as anotações do agente do DOPS, “todos os candidatos apontados foram escolhidos e eleitos por aclamação. Os candidatos, perante o plenário, assumiram o compromisso de defender o programa mínimo supra-referido”.¹¹ Assim, as análises que caracterizam a “intervenção das camadas inferiores na política nacional” como fenômeno que tomou a forma de movimentos populares, policlassistas, frouxamente estruturados, “sem programas e ideologias claramente definidos” não captam o significado político de iniciativas como esta, de reunir lideranças de trabalhadores para intervir de forma articulada em períodos eleitorais em defesa de um mesmo programa de reformas sociais.¹²

A convenção resolveu lançar como candidatos a deputados federais: Pedro Francisco Iovine (bancários), Antonio Chamorro (têxteis), Joaquim Gomes Guerra Filho (hoteleiros), Ramiro Luchesi (ferroviários), José de Araújo Plácido (metalúrgicos),

¹⁰ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 370

¹¹ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 365

¹² RODRIGUES, L.M.R., *Industrialização e atitudes operárias*: estudo de um grupo de trabalhadores, p. 151.

Armando Mazzo (marceneiros de Santo André) e Freitas Nobre (jornalistas). Para deputados estaduais, foram indicados os nomes de Milton Marcondes (bancários), Nelson Rusticci (têxteis), José Chediak (vidreiros), Eloy Thirso (ferroviários), Remo Forli (metalúrgicos), e mais dois outros nomes não identificados na pesquisa.¹³ Entretanto, os sindicalistas não cogitaram em formar um partido de trabalhadores naquele momento e lançaram suas candidaturas por legendas diversas: Nelson Rusticci via possibilidades de se apresentar pelo PSP, Milton Marcondes sairia pela UDN. Em reunião com Jânio Quadros, Porfírio da Paz, Germinal Feijó e Plínio Branco, abriu-se a possibilidade de que os demais se apresentassem pelo PSB. Segundo Benevides, a cúpula do PTB, preocupada com “a ofensiva getulista, através de Wainer” – referindo-se ao apoio do *Última Hora* aos candidatos dos trabalhadores – e com a ameaça suprapartidária da Frente Trabalhista, pôs a legenda à disposição dos líderes operários “independentemente de compromissos partidários”, reservando seis lugares para candidatos indicados pela Frente.¹⁴ Os sindicalistas do PTB, entusiasticamente, caracterizaram o fato como uma “revolução em marcha”.

Os têxteis haviam preparado com dedicação sua participação na convenção, a julgar pelo relato do DOPS sobre reunião realizada no dia 3 de abril, sábado, às 20:30, no Sindicato. Nesse encontro foram eleitos e credenciados os delegados à convenção do dia 11, com a recomendação de votar no candidato escolhido, que também seria apresentado por representantes das vilas Celeste, Prudente, Zelina, Diva e Formosa. Entusiasmado, Rusticci comprometeu-se a “ir às fábricas, colher mais assinaturas dos trabalhadores”¹⁵, a serem, depois, juntadas à ata daquela reunião e apresentadas à convenção. Foi esclarecido, ainda, que o PTB, o PST e o PSP já haviam oferecido legenda e pagamento das despesas de campanha para os candidatos dos sindicatos, entretanto, os sindicalistas teriam estabelecido

¹³ 50-Z-315-370. Outra fonte, o jornal Diário Sindical, em notícia do dia 2/2/54 - portanto, anterior a realização da Convenção – apresenta informações diferentes: Remo Forli sairia pelo PDC; Nelson Rusticci pelo PSB; Celgio Valvassores (dos marceneiros) e Luiz Fiuza Cárdua (Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário) pelo PST; Geraldo Santana de Oliveira (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Borracha) pelo PSP.Cf.: Dossiê DOPS 30-B-264 p.18.

¹⁴ BENEVIDES, M.V., *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*, p. 132.

¹⁵ Dossiê DOPS 50-Z-315 p. 365

uma condição: que lhes fosse permitido “defender seu programa e não o do Partido”, o que teria sido aceito.¹⁶

Em entrevista ao jornal *Notícias de Hoje* do dia 16 de abril, Rusticci destacava a novidade daquela realização: “É a primeira vez que trabalhadores, em convenção, indicam colegas de trabalho para disputar eleições como candidatos a deputados federais e estaduais”, o que representaria uma “prova de amadurecimento da consciência dos trabalhadores”. Acrescentou, confirmando um sentimento que parece percorrer persistentemente o período 1953-1964: “A maior parte da população são pessoas que vivem do trabalho, no entanto a maior parte dos deputados são pessoas reacionárias”.¹⁷

A participação de dirigentes sindicais em política, entretanto, não era consensual entre as lideranças. Segundo notícia do *Diário Sindical* de 2 de fevereiro de 1954, muitos consideravam que as organizações sindicais deveriam permanecer longe da política e os dirigentes que pretendessem concorrer a cargos no Legislativo deveriam se afastar das entidades sindicais, pois a participação de dirigentes em campanha eleitoral concorreria para desmoralizar o sindicato e o sindicalismo, além de transgredir a CLT.¹⁸

O estágio atual das pesquisas deixa, ainda, lacunas sobre a interessante experiência da Frente Trabalhista Brasileira.¹⁹ Permanece obscura a relação entre a Frente Trabalhista surgida em fevereiro de 1952, no Rio de Janeiro, e aquela surgida entre o final de 1953 e início de 1954, reunindo sindicalistas do “eixo Rio-São Paulo”. A primeira aparece ligada a uma dissidência do PTB. Na V Convenção Nacional deste partido, realizada em fevereiro de 1952, o grupo liderado por Ivete Vargas conseguiu afastar Danton Coelho da presidência da entidade. Abriu-se, então, uma dissidência, surgindo a proposta de formação da Frente Trabalhista, também denominada Partido Trabalhista Independente.²⁰ Araújo esclarece que Danton deu apoio a uma convenção da União dos Ferroviários do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, visando à criação da Frente, que fora convidado a presidir. A convenção dos ferroviários denunciou os compromissos elitistas do governo, às custas de propostas

¹⁶ Ibid.

¹⁷ “Apelo de Nelson Rusticci: que todos votem nas próximas eleições”, *Notícias de Hoje* Nº 674, 16 abr. 1954, p. 2.

¹⁸ Dossiê DOPS 30-B-264-18

¹⁹ Ou Frente Trabalhista Nacional, Cf.: DELGADO, L.A.N., *PTB, do getulismo ao reformismo, 1945-1964*, p. 204, ou Frente dos Trabalhadores Brasileiros, Cf.: Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 341.

²⁰ D’ARAÚJO, M.C., *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*, p. 90

populares, e a descaracterização trabalhista do PTB.²¹ Seria esta Frente mero joguete nas mãos de uma facção do PTB, ou teria efetiva representatividade no meio sindical?

Em 1954 a documentação consultada já não menciona a atuação de Danton Coelho, entrando em cena uma outra figura: o então presidente do PTB, João Goulart. Relatório do DOPS de janeiro de 1954 informa que fora criada no Rio de Janeiro, sob a orientação de João Goulart, a Frente Trabalhista. Entrementes, em São Paulo, o PTB estaria desenvolvendo “grande atividade no sentido de levar para suas fileiras os representantes sindicais, prometendo-lhes cargos de administração pública, inclusive autarquias”. Teria se realizado, na redação do *Última Hora*, uma reunião do Presidente da Comissão do Salário Mínimo, Gentil Botelho, com sindicalistas, com esse objetivo.²² Tendo essas informações fundamento da realidade, isto significaria que a articulação promovida por Danton e sindicatos em 1952 visando combater o que seriam posições antipopulares do PTB e do governo, chegando à ameaça de cisão, teria sido incorporada em 1954 pelo próprio partido, por iniciativa do sucessor de Danton na presidência da agremiação, João Goulart.

Faltam-nos informações sobre os desdobramentos das ações da Frente Trabalhista Brasileira depois da convenção de abril de 1954. Aquele ano seria cortado ao meio pelo evento dramático do suicídio de Vargas em 24 de agosto, o que alteraria a dinâmica do sistema político no país. No campo ocupado pelas representações dos trabalhadores, ocorreria uma reviravolta decisiva. No PTB acabou prevalecendo a orientação de João Goulart e do Secretário da Executiva Nacional do partido, deputado Frota Moreira, favoráveis a uma aproximação com o PCB.²³ Os comunistas, por sua vez, que vinham mantendo uma política de oposição ao governo, empreendem brusca inflexão após o suicídio de Vargas, aproximando-se dos representantes do legado varguista.

Na primeira quinzena de agosto surgiu a Coligação Eleitoral Para o Progresso de São Paulo, que lançaria os candidatos apoiados pelo Movimento da Panela Vazia ao governo do estado e a vagas na Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O candidato a governador era o general nacionalista Leônidas Cardoso (pai do sociólogo-presidente) e, para deputado, reaparecem alguns nomes integrantes da lista votada na convenção de 11 de

²¹ D'ARAUJO, M.C.S., *O segundo governo vargas – 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, p. 107.

²² Dossiê DOPS 30-B-264-16.

²³ D'ARAUJO, M.C., *Sindicatos, carisma & poder*, p. 93 e 97.

abril. Fica a impressão de que a Coligação Eleitoral Para o Progresso de São Paulo deu, em parte, continuidade aos propósitos da Frente Trabalhista Brasileira, estabelecendo-se, porém, um maior controle do PCB sobre os objetivos políticos definidos e o programa estabelecido. A Coligação Eleitoral Para o Progresso de São Paulo, por exemplo, foi concebida como frente patriótica, nos seguintes termos: “O Partido Comunista do Brasil está convencido de que é possível organizar uma ampla coalizão de forças patrióticas e democráticas que incorpore os operários e camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional”.²⁴

Os programas da Frente Trabalhista e da Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo eram semelhantes, articulando pontos referentes a “defesa da economia do estado” (de São Paulo), “defesa das reivindicações populares” e das “liberdades democráticas”. Pode-se perceber, porém, na plataforma da Coligação Eleitoral uma ênfase mais acentuada no amparo à indústria nacional: “abolição dos impostos extorsivos que pesam sobre o comércio e a indústria e garantia de crédito fácil e imediato para os pequenos e médios industriais, comerciantes e pecuaristas”, “proteção ao parque industrial paulista” e “solução para a falta de matérias primas e de financiamento”, itens ausentes no Programa Mínimo da Frente Trabalhista. Também foi acrescentado ao programa dos candidatos da Panela Vazia um tópico intitulado “Defesa da Paz”, com dois itens: “Denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA e outros tratados lesivos à soberania e livre determinação dos povos” e “Defesa intransigente da Paz”. A campanha pela paz vinha sendo desenvolvida pelo Partido Comunista, que realizara o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz em 1951 e, de abril daquele ano a maio de 1952, promovera campanha de assinaturas em prol do Conselho Mundial da Paz, reunindo nada menos do que 3 milhões de subscrições, enviadas à Assembléia Geral da ONU.²⁵

Ainda assim, a campanha dos candidatos da Panela Vazia pode ser considerada uma forma importante de politização das lutas operárias e populares, pois foi levada às portas das fábricas e, por meio dela, reiterou-se a necessidade e a capacidade dos trabalhadores intervirem em política. No dia 5 de agosto de 1954, por exemplo, notou-se a “farta distribuição de impressos” dos chamados “candidatos populares” (da Panela Vazia), junto

²⁴ “Plataforma política para a união de todos ao patriotas”, *Notícias de Hoje* Nº 46, 12 set. 1954.

²⁵ ABREU, A.A. et. al., *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Vol IV, p. 3.962; CHILCOTE, R.H., *Partido comunista brasileiro: conflito e integração*, p. 208.

aos operários em greve da Fundação Brasil, convidando-os para um comício às 20 horas no Largo da Mooca, quando seriam lançados candidatos José de Araújo Plácido, Rosária Amado, José Floriano Dezen e Rio Branco Paranhos.²⁶

O bairro da Mooca parece ter sido um dos alvos preferidos, pois no dia 17 de agosto ocorria novo comício, na esquina da Av. Paes e Barros com a rua da Mooca. O candidato José de Araújo Plácido aproveitou para convocar a todos para a greve geral prevista para 2 de setembro e Floriano Francisco Dezen propôs a elaboração de uma “memorial monstro” a ser enviado ao TSE protestando contra a impugnação dos candidatos populares. O público, porém, era diminuto, cerca de 200 pessoas segundo o agente do DOPS, e, afinal, foi negado pelo TRE o registro a cinco candidatos, entre eles Jorge Amado e Antônio Chamorro e os sindicatos, partidos e movimentos populares não conseguiram reverter a medida.

A afirmação da classe trabalhadora como sujeito político pode ser notada na maneira como era conduzida a campanha de José de Araújo Plácido, apresentado pelo *Notícias de Hoje* como “o metalúrgico que desafiou o doutor”. As credenciais exibidas pelo candidato eram sua própria história de vida como operário: “trabalhou na Nitro Química, na Celosul, no Moinha Santista da Quarta Parada e na Metalúrgica Matarazzo”.²⁷

Outras campanhas parecem, também, ter-se empenhado em associar a imagem dos candidatos às lutas operárias. O jornalista José da Rocha Mendes, pleiteando cadeira de deputado estadual, era apresentado como “outro grande dirigente da greve de março-abril do ano passado”, referindo-se à Greve dos 300 Mil. Rosária Amado, por sua vez, teria se revelado “na grande greve de março-abril do ano passado uma defensora intransigente dos anseios de suas companheiras tecelãs”. Na campanha de Helena Guimarães, era destacada a sua condição de dona de casa e militante das lutas sociais. Dizia a propaganda eleitoral: “Dona-de-casa, cujas atividades não se limitam à cozinha. De há muito que sua preocupação suprema é a situação da mulher que trabalha, da mulher operária e camponesa”.²⁸

Outras manifestações do caráter “plebeu” da campanha eleitoral dos candidatos da Panela Vazia podem ser encontradas, por exemplo, no slogan adotado: “Painéis vazios contra painéis cheios”, ou na forma como eram arrecadados os fundos da campanha:

²⁶ Dossiê DOPS 43-Z-0 p. 1280

²⁷ “Candidatos em desfile: o metalúrgico que desafiou o doutor”, *Notícias de Hoje* Nº 789, 26 ago. 1954, p.8

²⁸ *Notícias de Hoje – Suplemento* – jan 1953.

“visitar todos os moradores de um bairro, de uma rua, de uma vila; pedir um dia, meio dia, uma hora do salário aos trabalhadores de todas as empresas. Ir às feiras e apelar às donas de casa e aos feirantes, correr lojas das ruas comerciais, visitar os industriais”.²⁹

Afinal, após o suicídio de Vargas, a candidatura de Leônidas Cardoso para governador foi abandonada e substituída pela de Vladimir de Toledo Piza, que acabou em último lugar, com 79.383 votos. Embora Piza encabeçasse a legenda do PTB, a agremiação estava dividida no apoio aos outros três candidatos: Jânio Quadros, eleito, Prestes Maia e Adhemar de Barros. Piza seria uma espécie de “anti-candidato” segundo Gildo Marçal Brandão, representando, para o PCB “uma forma mascarada de ficar à margem do processo eleitoral”, de maneira geral pouco valorizado, segundo o autor.³⁰ Nos cargos proporcionais o movimento obteve melhores resultados, elegendo Leônidas Cardoso e Abguar Bastos para a Câmara Federal pelo PTB e José da Rocha Mendes (PTN), Ralph Zumbano (PTB) e Ariel Tomasini (PRT) para a Assembléia Legislativa.³¹

O que parece importante ressaltar aqui é que a idéia da manifestação política dos trabalhadores já se fazia presente, de forma vigorosa, no contexto posterior à Greve dos 300 mil, embora faltasse a orientação forte desta vontade coletiva para a organização de um partido político independente dos trabalhadores. A experiência que parece mais ter se aproximado deste objetivo foi o *Movimento Eleitoral dos Trabalhadores*, depois denominado *Frente Trabalhista Brasileira*. Sua organização parece ter resultado de dois impulsos originados de pontos diferentes: por um lado, setores do PTB interessados em promover uma dissidência (Danton Coelho) ou em renovar os vínculos do partido com o movimento sindical e o eleitorado operário (João Goulart) apoiam um movimento eleitoral baseado na mobilização sindical, com organização, programa e vida política independente da máquina partidária; por outro lado, sindicalistas independentes e ligados ao PCB pressionam o sistema partidário visando a obtenção de um espaço para o lançamento de candidaturas próprias e para a defesa de determinadas idéias e projetos. Quatro obstáculos, porém, se levantam frustrando a possibilidade de formação de um partido independente dos trabalhadores: a) a concepção ainda corporativa da política própria aos sindicalistas; b) os

²⁹ “Campanha de 50 milhões para eleger os patriotas e derrotar os entreguistas”, *Notícias de Hoje* Nº 246, 12 set. 1954, Suplemento Dominical.

³⁰ BRANDÃO, G.M., *A esquerda positiva: as duas almas do Partido comunista – 1920-1964*, p.188.

³¹ ABREU, A.A., Op. cit., p. 3.962.

movimentos de “incorporação” do sistema político-partidário; a repressão e, finalmente, c) o poder de veto do PCB. Passaremos a analisar cada um desses aspectos a seguir.

a) A concepção corporativa da política - É bastante freqüente, no período em questão, a proposição da idéia de que os trabalhadores deveriam ter representantes próprios no Poder Legislativo e mesmo formar um partido próprio. Pode ser mencionada, neste sentido, a iniciativa, em 1952, de líderes sindicais da capital paulista visando a formação de um Partido Nacional Sindicalista, noticiada por *O Metalúrgico*. A idéia é apresentada como vanguardista: “Mais uma vez está São Paulo na dianteira com decisões, planos e programas no sentido de orientação sindical”. Os objetivos políticos do movimento, porém, se revelam bastante restritos, pois o partido pretendia cuidar “tão somente de pleitear aos trabalhadores a entrega dos institutos e ministérios que lhes são de direito”. Não sem uma ponta de ironia, ponderava o artigo que os sindicalistas estavam tão somente “abreviando a ação de nosso presidente Getúlio Vargas, que pretende o mais rápido possível entregar os institutos e ministérios às mãos dos trabalhadores, mas que até hoje não o tem feito satisfatoriamente”. Conclui o texto: “AVANTE, pois, sindicalistas patrícios, representantes dos nossos mais sublimes ideais, formemos o Partido Nacional Sindicalista, que ele servirá de catalisador para as idéias e ações trabalhistas dentro do nosso país”. A iniciativa, possivelmente, resultava de setores da burocracia sindical insatisfeitos com a perda de controle antes mantido sobre instâncias dirigentes do PTB.³² Apesar do acanhamento político e programático do projeto, parece significativo por revelar uma atmosfera, no movimento operário, em que se formava o que Gramsci qualificou como consciência política coletiva da solidariedade de interesses de todos os membros da classe social, apresentando-se, conseqüentemente, a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de leis, reformas e igualdade político-jurídica.³³

Este grau de consciência coletiva – intermediário entre o meramente corporativo e o potencialmente hegemônico – revela-se com mais nitidez, por exemplo, na forma como o jornal *O Metalúrgico* orientava seus leitores na votação de outubro de 1955. O artigo afirma que os candidatos dos trabalhadores só seriam legítimos quando convivessem com

³² Curiosamente, registra-se projeto de criação de um Partido Nacional Sindicalista em livros do jornalista mineiro Olbiano de Melo, em 1931, projeto abandonado com a adesão do autor à Ação Integralista Brasileira em outubro de 1932. Cf.: ABREU, A.A., Op. cit., Vol IV, p. 4.337.

³³ Cf: GRAMSCI, A., Op. cit., p. 41.

os próprios trabalhadores “na luta aberta contra a exploração desumana (...) Isto é muito importante. Saber se há entre aqueles que lutam nos sindicatos, um candidato dos trabalhadores. Este sim, é em quem devemos votar”.³⁴ O exemplo a ser seguido seria o dos “países mais adiantados da Europa”, onde os trabalhadores ocupavam as câmaras e posições no governo, “influindo pela sua força em benefício do operário, levando os seus anseios e necessidades diretamente de onde devem partir as leis que vão beneficiá-lo”. Mais uma vez é reiterada a idéia de que trabalhador vota em trabalhador; “quando o trabalhador for votar, não pode se enganar, ele sabe que ele deve votar em outro trabalhador, porque só assim serão compreendidos”.³⁵

Na medida em que o horizonte político da classe operária se limita aos objetivos de obtenção de leis mais favoráveis ou reformas parciais, o lançamento de candidaturas avulsas por qualquer legenda parece ser o caminho mais curto para a formação de uma força política comprometida com as causas dos trabalhadores.

Assim, não faltaram lançamentos de candidaturas operárias. Nas eleições de 1958 apresentaram suas candidaturas para deputado federal ou estadual: Remo Forli (PSB), José Chediak (PDC), Luis Tenório de Lima (PTB). Alberto Ferreira (do Sindicato dos Mestres e Contra-mestres em fiação e tecelagem-PDC), Geraldo Milani (têxteis Santo André-PSB), Salvador Losacco (PTB), Dante Pelacani (PTB), Vladimir Jorge Schnor (metalúrgico-PTB), Rafael Martinelli (ferroviário-PTB), Milton Marcondes (PTB- bancário), José da Rocha Mendes (PTB-jornalista) Guarino Fernandes (PTB- ferroviário), Aldo Lombardi (PST-metalúrgico), dentre outros.³⁶

Mais uma vez, o jornal dos metalúrgicos tratava de orientar seus leitores insistindo na tese de que, assim como os empresários elegiam os seus representantes, os trabalhadores deviam votar em candidato com as características de serem trabalhadores, nacionalistas, democráticos e progressistas e ter dado provas, antes de eleito, de defender os trabalhadores.³⁷

Afinal, dos nomes saídos diretamente dos sindicatos, em 1958 parecem terem sido eleitos apenas dois deputados federais (Salvador Losacco, com 10.920 votos pelo PTB e

³⁴ PERCHON, A., “Martelando...os trabalhadores devem compreender isto!”, *O Metalúrgico* Nº 145, ago. 1955, p. 1.

³⁵ Ibid.

³⁶ *Última Hora* Nº 1.908, p. 7.

Harry Normaton, ferroviário, com 26.259 votos, pelo PTN) e um estadual (José da Rocha Mendes, dos Gráficos, militante do PCB, pelo PTB).³⁷

A ordem política reagiu com dois movimentos contraditórios e complementares à ascensão operária no pós-guerra: incorporando e reprimindo.

b) Os movimentos de repressão e incorporação às candidaturas operárias - A noção de “incorporação”, empregada por Raymond Williams, parece-nos fundamental para compreendermos os processos pelos quais uma força ou coalizão hegemônica pode renovar sua condição dirigente, operando concessões visando a incorporação e neutralização de uma força emergente, contra-hegemônica. O conceito ajuda-nos a pensar, por exemplo, a rápida reação dos partidos em geral, acolhendo as candidaturas operárias, mesmo que estas defendessem programa próprio e a indicação dos candidatos não passasse pelas instâncias partidárias. O PTB pretendeu estar promovendo uma verdadeira revolução. A participação de sindicalistas na fundação do PTB, compondo maioria em sua primeira Comissão Executiva Nacional, bem como os reiterados apelos de Vargas à participação político-eleitoral dos operários tem, basicamente, o mesmo significado.

Um outro exemplo impressionante de incorporação podemos verificar no episódio da concessão ao Presidente do PUI, Salvador Romano Losacco, do título de “Homem do Ano de 1957”. Dois empresários de peso haviam sido escolhidos nas edições anteriores do concurso promovido pelo *Última Hora*: Francisco Matarazzo Sobrinho, em 1955, e José Ermírio de Moraes, em 1956. À homenagem a Losacco, realizada no Teatro Municipal, compareceram nada menos do que o Vice-Presidente da República, João Goulart, o Ministro da Fazenda, José Maria Alckmin, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães, o líder da maioria na Câmara, Deputado Vieira de Melo, o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, o Prefeito Adhemar de Barros, o Chefe da Casa Civil, Vítor Nunes Leal, o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Roberto da Silveira e cônsules da Colômbia, Chile, México, Polônia, Iugoslávia, França, Estados Unidos e Inglaterra.³⁸ Em seu discurso Goulart delineou as diretrizes do relacionamento entre

³⁷ DELLELIS, A. “Devemos fazer política ou não?”, *O Metalúrgico*, Nº 170, abr.-maio-jun. 1958, p. 3

³⁸ BRANDÃO, G.M., Op. cit., p 188 e “Voltarão à Assembléia somente 33 deputados”, *Última Hora* Nº 2.002, 20 out. 1958, 1º Caderno, p. 3.

³⁹ “Assumiu proporção nacional a homenagem ao ‘Homem do Ano’ de São Paulo”, *Última Hora* Nº 1.784, 4 fev. 1958, 1º Caderno, p. 6.

governo e classe trabalhadora, que, de fato, iria seguir poucos anos depois, como Presidente:

A visão do estadista em nossos dias se mede pela sua capacidade de compreender e pôr em prática uma verdade: a de que só uma estrutura nacional onde os trabalhadores, ao lado das demais classes, ocupem uma posição destacada, pode assegurar a emancipação econômica, o progresso social e o aperfeiçoamento das instituições políticas.⁴⁰

Tamanha deferência ao presidente de uma organização intersindical proibida pela CLT, cujo principal mérito no período de referência para sua escolha como “Homem do Ano”, 1957, foi ter paralisado São Paulo na maior greve geral de sua história, dificilmente pode ser compreendida senão como uma ampla ação visando à “incorporação”.

Williams ressalta que o processo de “incorporação” é um movimento “constantemente repetido e sempre renovável”, tornando-se às vezes mais difícil pelo próprio fato de que a “incorporação” “parece um reconhecimento, uma admissão, e, assim, uma forma de aceitação”.⁴¹ O autor nota que, nesse processo complexo, há uma constante confusão entre os aspectos “residuais” – que significam elementos opostos e alternativos às forças hegemônicas – e os aspectos emergentes que podem ser incorporados pela cultura dominante.

A oscilação entre os movimentos de incorporação e repressão às candidaturas operárias ilustra bem os processos efetivos pelos quais a hegemonia é exercida, ameaçada e renovada. Cabe notar que, embora a repressão, ou seja, o veto, a determinadas candidaturas partisse aparentemente do sistema policial e judiciário (DOPS, TRE), na verdade, muitas vezes estes órgãos eram acionados por forças integrantes do próprio sistema partidário, como ocorreu em 1954, quando elementos do PTB tentaram impugnar os candidatos da Panela Vazia, acusando-os de “comunistas”, o que gerou uma guerra de recursos no TRE.⁴²

Por que o sistema político-partidário mostrou-se incapaz de incorporar todos os representantes dos trabalhadores? Ora, os sujeitos que operavam o sistema não se sentiam seguros de que poderiam renovar e revigorar a defesa dos mesmos interesses mediante

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ WILLIAMS, R. Op. cit., p. 128

⁴² BENEVIDES, Op. cit., p. 133.

concessões secundárias: o sistema correria o risco de deixar de ser funcional para a defesa dos valores e interesses dominantes.

Por outro lado, o veto à participação dos representantes operários acabou gerando uma ameaça ao bloco hegemônico por outros motivos, como veremos.

Os vetos a candidatos dos trabalhadores foram muitos e ocorreram, por exemplo, nas eleições de outubro de 1958, nas de outubro de 1959 para vereador, em São Paulo, e em outubro de 1963, em Santos.⁴³ Nas eleições de 1962, porém, a persistência do veto a candidaturas de trabalhadores e sargentos, começou a produzir um efeito contrário ao esperado: ao invés de neutralizar a oposição, abalou a legitimidade do poder.

Naquelas eleições estavam em jogo 11 governos estaduais, todas as vagas na Câmara Federal e 2/3 do senado. Segundo Argelina Cheibub Figueiredo, os resultados indicavam que os partidos conservadores haviam perdido sua condição hegemônica. O PTB quase dobrou a representação na Câmara dos Deputados, tornando-se a segunda maior força no Parlamento: de 66 passou para 116 cadeiras, 28% do total. Os partidos menores, de esquerda ou trabalhistas, também aumentaram sua representação, conquistando 12% das cadeiras.⁴⁴ Primeira eleição após a renúncia de Jânio Quadros, tratou-se de um grande “teste” para as forças do que Dreyfus qualificou como nova “elite orgânica”, nucleadas em torno do pólo “multinacional e associado” da economia, que vinha se constituindo como o setor mais dinâmico e moderno do capitalismo desde o período “desenvolvimentista”. Segundo esse autor, nas eleições de 1962 cumpriu-se “a mais abrangente operação jamais empreendida pela elite orgânica no campo da ação eleitoral”. De acordo com o embaixador Lincoln Gordon, os EUA transferiram mais de 5 milhões de dólares a candidatos anti-João Goulart e o complexo IPES-IBAD repassou um montante estimado entre 12,5 e 20 milhões de dólares para 250 candidatos a Deputado Federal, 600 a Deputado Estadual, 8 candidatos governadores, além de senadores.⁴⁵

A operação da elite orgânica no campo político-eleitoral foi reforçada, mais uma vez, com outro movimento no campo jurídico-policial: a cassação dos mandatos de

⁴³ “DOPS impugnou: sustado registro da candidatura dos líderes sindicais!”, *Última Hora* Nº 1.959, 30 ago. 1958, 1º Caderno, p. 3 e “TRE vai julgar hoje recurso de candidatos acusados pelo DOPS!”, *Última Hora* Nº 2.291, 25 set. 1959, 1º Caderno, p. 4..

⁴⁴ Em novembro de ano seguinte, o PTB se tornaria o partido de maior bancada na Câmara, com a transferência para suas fileiras de 6 deputados do PSD. CASTELLO BRANCO, C. *Introdução à Revolução de 1964*, 2º Tomo, p. 129.

diversos deputados estaduais e federais, classificados como “comunistas”. Em setembro tiveram seus registros indeferidos pelo TRE: Luiz Tenório de Lima, Luiz Deleo (bancário), Lázaro Paulino Maia, Salvador Romano Losacco, Geraldo Rodrigues dos Santos, Luciano Lepera, Miguel Jorge Nicolau, Mário Schemberg, Osvaldo Lourenço, Irineu Prado, Rio Branco Paranhos (todos pelo PTB) e Weigand Rodrigues dos Santos, Manuel Ferreira da Silva, Rocha Mendes Filho, José Tavares Netto (pelo PSB).⁴⁶ Muitos candidatos, porém, obtiveram liminares junto ao TSE e concorreram, vindo, nove deles, a ser eleitos: Luiz Tenório de Lima, Osvaldo Lourenço, Rio Branco Paranhos, Miguel Jorge Nicolau, Luciano Lepera, Mario Schemberg, Geraldo Rodrigues dos Santos, Rocha Mendes, Herotildes Carvalho, representando cerca de 150 mil eleitores.⁴⁷ Desses, os sete primeiros pertenciam ao PCB, Rocha Mendes era presidente do Sindicato dos Jornalistas e Herotildes Carvalho de Araújo, subtenente reformado da Força Pública

Os protestos contra os vetos começaram ainda em setembro. O PUI, que, como vimos no Capítulo 6, havia se reconstituído em julho de 1962, emitiu uma nota de protesto afirmando que a decisão do Tribunal deveu-se “às atividades sindicais daqueles companheiros e baseada em informações do DOPS, polícia política do Estado, que se caracteriza pelo ódio que devota aos trabalhadores”. Em seguida os trabalhadores eram conclamados a protestar “por todas as formas” contra aquelas discriminações, “preparando-se para “tomar medidas enérgicas contra as ameaças às liberdades democráticas que vêm sendo consumadas em nosso país, inclusive pelo TRE”. Uma comissão de trabalhadores foi enviada ao jornal *Última Hora* e cogitou-se sobre a deflagração de uma greve.⁴⁸

Em dezembro formou-se uma Comissão Permanente em Defesa dos Candidatos Eleitos, que resolveu impetrar mandado de segurança junto ao STF para garantir sua posse e, no dia 19, promover a posse simbólica dos eleitos. Faziam parte da comissão representantes dos sindicatos de São Paulo, de Santos, da UEE, dos sargentos, do PTB, do

⁴⁵ DREYFUSS, R.A., 1964: *a conquista do Estado*, p. 330,331,336.

⁴⁶ “Pacto protesta contra impugnação do TRE: operários ameaçam greve!”, *Última Hora* Nº 3.202, 1 set. 1962, 1ª EDIÇÃO, p. 6 e “Novos candidatos do PTB e PSB vetados: TRE aprova modelo da cédula única”, *Última Hora* Nº 3.206, 6 nov. 1962, 1ª, edição, p. 2.

⁴⁷ “I Encontro Sindical dos Trabalhadores nas Indústrias”, *O Metalúrgico* Nº 210, jan.-fev. 1963, p. 1 e “Esbulho dos mandatos”, *O Metalúrgico* Nº 209, nov.-dez. 1962, p.1

⁴⁸ “Pacto protesta contra impugnação do TRE: operários ameaçam greve!”, *Última Hora* Nº 3.202, 1 set. 1962, 1ª edição, p. 7.

PSB, das sociedades amigos de bairro, dos intelectuais, da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa.⁴⁹

O sentimento de frustração e revolta que se espalhou entre os setores sociais diretamente atingidos pelo veto da Justiça Eleitoral pode ser avaliado pela atmosfera de uma reunião de militares da Força Pública, do Exército e da Aeronáutica no Centro Social dos Sargentos da Força Pública, no dia 16 de janeiro de 1963. O sargento Filomeno, da Força Pública, foi arrancado da tribuna e carregado nos braços de seus companheiros sob intenso aplauso depois de afirmar que “os sete sargentos e os demais candidatos democraticamente eleitos no último pleito vão tomar posse de qualquer jeito: democraticamente – com recursos ao TSE e ao STF – ou com guerra: greves e passeatas”.⁵⁰

As duas formas de luta foram, afinal, encaminhadas: mandado de segurança junto ao STF e mobilização de rua. De grande força simbólica parece ter sido a diplomação efetuada pelas mãos dos trabalhadores no I Encontro Sindical dos Trabalhadores na Indústria de São Paulo, convocado pela CNTI, e realizado de 15 a 17 de janeiro de 1963. Os documentos foram entregues por Dante Pelacani, vice-presidente da CNTI e levavam os dizeres:

DIPLOMA

Os trabalhadores, militares e o povo diplomam o deputado....cujo nome foi sufragado nas eleições de 7 de outubro. Este diploma representa a demonstração de repúdio à cassação dos mandatos, prometendo os trabalhadores, militares e o povo, lutas por todas as formas para que os eleitos ocupem os seus cargos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 1963

Os discursos pronunciados denotam, de certa forma, uma transferência da legitimidade que cabia às instituições do sistema político/jurídico para as entidades sindicais. Afirmou, por exemplo, Rio Branco Paranhos: “É uma glória e uma responsabilidade ser eleito e diplomado diretamente pelos trabalhadores de São Paulo. Aqui está a legítima liderança operária”. Luciano Lepera, por sua vez, frisou: “Faço aqui o juramento de defender a Constituição. Deputado eleito e reeleito, é com a maior honra que recebo esta diplomação”. Finalmente o subtenente Herotildes de Carvalho garantiu:

⁴⁹ “Mandato de segurança para garantir posse de deputados do PTB e do PSB”, *Última Hora* Nº 3.290, 13 dez. 1962, 1ª edição, p. 2.

“Recebemos este diploma *da autoridade máxima: os trabalhadores*. Os sargentos, junto com os trabalhadores unidos como nunca o estiveram, lutarão ombro a ombro com os operários”[Grifo do autor].⁵¹

A deslegitimação da ordem hegemônica, no período subsequente, se manifestou de várias formas. Poderíamos destacar três: a revolta dos sargentos; a formação de uma atmosfera de ceticismo em relação à forma democrático-liberal de organização da política, que o jornal *Última Hora* parece ter captado bem quando assinalou, após os vetos dos sindicalistas santistas em 1963: “Disseminada entre o operariado há uma idéia que reputamos errônea: a de que não adianta eleger dirigentes sindicais para o Parlamento. Essa idéia é muito difundida e há aqueles que inclusive procuram misturá-la com a afirmação de que os órgãos de classe não devem fazer política partidária”;⁵² e, finalmente, o crescimento do percentual das abstenções e votos brancos e nulos.

Sobre este último aspecto, em um artigo de 1960, Oliveiros S. Ferreira, avaliando os resultados das eleições de 1958, já analisara, de forma percuciente, o significado do crescimento dos votos nulos nas eleições de São Paulo. Naquele pleito, o percentual de nulos crescera de 0,9 para 2,5%, enquanto os de votos em branco decrescera de 2,0 para 1,7%. Segundo o autor o voto em branco seria “(...) o símbolo da consciência de que os meios oferecidos ao eleitor não servem mais aos fins colimados pela instituição democrática”, ao passo que o voto nulo significava que “(...) já não se distinguem fins e meios, colocando em xeque essas mesmas instituições”.

De fato, dois anos depois, um estudo produzido pelo Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP), e bastante valorizado pelas forças que compunham a nova “elite orgânica”, confirmaria esse diagnóstico.⁵³ Segundo Dreyfus, a avaliação específica do crescimento dos votos em branco, de 4,8% em 1954 para 15% em 1962 foi interpretada, naquele estudo, como evidência de uma tendência do eleitorado a afastar-se do espectro político. Embora esses números sejam bastante parciais e a interpretação polêmica, números mais abrangentes indicavam um forte crescimento da “alienação eleitoral”

⁵⁰ “Sargentos da Força Pública, exército e FAB exigem posse de seus candidatos”, *Última Hora* Nº-3.318, 17 jan 1963, 2ª edição, p. 4.

⁵¹ “Candidatos populares eleitos e vetados pelo TRE receberam diplomas simbólicos dos trabalhadores”, *Última Hora* Nº-3.345, 18 fev. 1962, 1ª edição p. 15.

⁵² “Candidatos vetados”, *Última Hora* Nº-3.497, 15 ago. 1963, 1ª, edição, p. 10.

⁵³ DREYFUSS, R.A., Op. cit., p. 138

(caracterizada pela abstenção, somadas aos votos brancos e nulos) de 1958 para 1962, seja nas eleições para governador, seja para a Câmara Federal. No caso das eleições para governador, a “alienação eleitoral” subiu de 19,4 para 27,7% e, no caso da Câmara Federal, passou de 17,1% para 38,1%, em termos nacionais.⁵⁴

O que nos interessa sugerir é que, no caso do município de São Paulo, o veto às candidaturas operárias e populares, bem como o bloqueio à organização independente dos trabalhadores, representado pela proscrição do Partido Comunista, contribuíram para frustrar a possibilidade da projeção da classe operária como direção política de um processo de reformas, aliada aos setores das classes médias radicalizados pela insatisfação com a precariedade das condições de vida urbana, com a carestia e com o controle oligárquico do Estado.

Como apontou Oliveiros no estudo mencionado, das eleições de 1953 e 1954 às de 1958 teria ocorrido uma alteração no sentido, mas não na direção, dada pelos eleitores a sua insatisfação com o *status quo*. Isto porque as candidaturas de Jânio Quadros para Prefeito em 1953 e do mesmo Jânio e de Prestes Maia para governador em 1954, conseguiram interpretar anseios de mudanças sociais e de reforma da máquina administrativa do Estado, projeto que não encontrou nenhum intérprete em 1958. Assim, aquele sentimento de desconformidade teria mudado de sentido, beneficiando Adhemar de Barros e fazendo com que crescesse a quantidade de votos nulos, embora se reduzisse a de votos em branco.⁵⁵

O conteúdo de protesto ativo de muitos votos nulos (que aliás, fica de certa forma oculto na expressão “alienação eleitoral”) pode ser verificado pelo noticiário do *Última Hora* cobrindo algumas eleições. Na disputa para a Prefeitura, em 1955, a abstenção chegou a 50% e os votos nulos foram para Marta Rocha, O Amigo da Onça, jogadores de futebol e artista de rádio e cinema. Além disso, “um mundo de recortes de jornais, passes da CMTC e até mesmo cartas de baralho foram encontradas nas urnas”. Também houve aqueles “que incluíram a carta-testamento do Presidente Vargas, numa atitude evidente de que não a leram ou não a compreenderam”, reclamava o jornal.⁵⁶

⁵⁴ SANTOS, W.G., *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*, p. 43 e 44.

⁵⁵ FERREIRA, O.S., “Comportamento eleitoral em São Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos* Nº 8, abr. 1960, p. 201.

⁵⁶ “Alegria e decepções num mar de cédulas do veredito do povo”, *Última Hora* Nº 969, 25 maio 1955, 1º Caderno, p. 7.

Nas eleições para a Câmara dos Vereadores de 3 de outubro de 1959, o grande vencedor foi o rinoceronte Cacareco que, estimava-se, teria recebido por volta de cem mil votos, embora, por não serem contabilizados, não se tenha um total preciso.⁵⁷ Para se ter uma dimensão do que isto significava, basta dizer que o vereador mais votado, Manuel Figueiredo Ferraz, do PSP, recebeu 10.214 votos.⁵⁸ A insatisfação popular se manifestou, também, de outras formas: foram impressas cédulas ou simplesmente inscritas nas cédulas oficiais legendas imaginárias como “Partido Passa-Fome”, “Partido dos Cachorros”, “Partido do Saco Cheio” e “Partido Repartido Sem Vergonha”. O candidato do “Partido Passa-Fome” foi o “Dr. Feijão Leite de Carne”. Um eleitor depositou na urna a sua conta da mercearia e outro, uma carta ao governador, com citações de Rui Barbosa.⁵⁹ Verificou-se uma abstenção de 20%, sendo maior nos bairros de classe média, como Perdizes, Vila Mariana, Aclimação e Bela Vista (entre 15 e 18%) e menor nos bairros operários como Penha, Vila Prudente, Mooca e Alto da Mooca (10%).⁶⁰ Este processo parecia preocupar os dirigentes sindicais, pois a votação em Cacareco foi interpretada pelo jornal dos metalúrgicos, como um protesto, mas também reveladora de “falta de lucidez e vontade cívica”.⁶¹

A abstenção maior nos bairros de classe média nas eleições de 1959 é um dado coerente com a natureza do fato político mais importante do ano seguinte: a retumbante vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais. Como lembra Vera Chaia, nessas eleições Jânio ainda era uma esperança dos “deserdados”, mas, sobretudo, deu um novo

⁵⁷ “480 urnas apuradas na capital: PSP está comandando a votação”, *Última Hora* Nº 2.300, 6 out. 1959, 1º Caderno, p. 4. Foram registrados 105.892 votos nulos, a maioria para o Rinoceronte. Na verdade tratava-se de uma Rinoceronte fêmea, filha dos rinocerontes cariocas Britador e Teresinha, de quatro anos de idade, que fora emprestada pelo Zôo do Rio de Janeiro para a inauguração de seu congênere paulista em 15 de fevereiro de 1959. Em setembro o Diretor do Zôo de São Paulo consegue a prorrogação do empréstimo do animal por dois meses, alegando ser uma “injustiça” ter o zôo do Rio de Janeiro quatro rinocerontes, “enquanto as crianças paulistas ficam sem nenhum”. O presidente da UMES carioca, José do Nascimento entrou na briga, declarando: O retorno do nosso querido rinoceronte representará uma homenagem às crianças cariocas”. A rivalidade Rio x São Paulo parece ter concorrido para um acirramento de ânimos e em outubro o nome de Cacareco foi lançado para vereador: “E logo começam a chover impressos de propaganda do Rinoceronte”. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco os estudantes apostavam na vitória de “seu” candidato por uma margem de mais de vinte mil votos, ficando muito aquém do sucesso do candidato.

⁵⁸ “TRE revela os vitoriosos no pleito do dia 4: Câmara praticamente renovada”, *Última Hora* Nº 2.306, 13 out. 1959, 1º Caderno, p. 4.

⁵⁹ “480 urnas apuradas na capital: PSP está comandando a votação”, *Última Hora* Nº 2.300, 6 out. 1959, 1º Caderno, p. 4.

⁶⁰ “Pleito tranqüilo em São Paulo: 20% de abstenção na capital!”, *Última Hora* Nº 2.299, 5 out. 1959, 1º Caderno, p. 4.

⁶¹ LOMBARDI, A., “Saiba que...”, *O Metalúrgico* Nº 186, nov. 1959, p. 2.

ânimo à classe média tradicional, atormentada pela inflação e temerosa das mudanças.⁶² Dando sustentação a esta hipótese, temos uma queda de quase 10% do índice de abstenções nas eleições presidenciais de 1960 em relação às municipais de outubro de 1959.⁶³

c) O papel do PCB na formação de um partido independente dos trabalhadores. Finalmente, cabe analisar o papel do Partido Comunista Brasileiro na construção da representação política independente dos trabalhadores. Um dos ângulos da questão foi visto em profundidade por Gildo Marçal Brandão: o veto à existência legal do PCB tornou mais lento e difícil o processo de formação de uma consciência política de classe, constituindo impedimento estratégico à formação de uma classe operária autônoma.⁶⁴

Cabe considerar, entretanto, que a afirmação da autonomia da classe operária no plano político constituía problema mais amplo do que a atuação legal do Partido Comunista, na medida em que não há porque supor que a classe operária se fizesse representar exclusivamente pelo PCB. Ao contrário, pode-se dizer que a proclamação, pelo Partido Comunista, do monopólio da representação autêntica da vontade política operária constituiu um bloqueio adicional à politização mais profunda das experiências que o operariado empreendeu no período em questão.

Por exemplo: quando nos debruçamos sobre experiências como a do *Movimento Eleitoral dos Trabalhadores*, de 1954, levando em conta a hipótese formulada a partir da reflexão de Paul Singer (qual seja: havia condições para a formação de um partido como o PT no período 53-64), temos a impressão de que, além dos outros bloqueios já analisados, a falta de interesse do PCB em formar uma representação política independente dos trabalhadores naquele momento (na esperança de que o curso da história viesse a confirmar a ele, PCB, como tal no futuro) impediu que uma vontade política coletiva se orientasse para aquele objetivo.

Cabe considerar que as estratégias políticas do PCB visavam defender os interesses dos trabalhadores, mas não propiciar sua afirmação como direção moral, política e social de um novo “bloco histórico” – sendo esta possibilidade sempre rejeitada como intempestiva. Naquela fase histórica, a classe operária deveria ser uma força política coadjuvante.

⁶² CHAIA, V. *A liderança política de Jânio Quadros*, p. 184.

⁶³ “Proclamado resultado final das apurações em São Paulo: somente 12% de abstenções”, *Última Hora* Nº 2.626, 12 out. 1960, 1º Caderno, p.5.

⁶⁴ BRANDÃO, G.M., Op. cit., p. 169, 171.

Na campanha para a Prefeitura em 1953, por exemplo, o PCB apoiou um “cabeça de chapa” considerado “progressista”, o empresário André Nunes Jr., tendo como vice um representante da classe trabalhadora, Nelson Rusticci. Em um manifesto dos bancários, Nunes Jr. é apresentado como “industrial progressista”, tendo “um operário como seu colaborador imediato”.⁶⁵ Em outros momentos, Rusticci era qualificado como “fiador” da palavra de André Nunes Jr. Em comícios em bairros como Lapa, Vila Carrão, Vila Maria, o candidato a Prefeito, sempre que se referia ao programa popular que se obrigara a cumprir, se eleito, “dizia que o fiador de sua palavra era o líder operário Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos Têxteis, operário honesto”.⁶⁶ Nas eleições de 1954 o candidato a governador era o general reformado Leônidas Cardoso, retirado, após o suicídio de Vargas, para possibilitar a aliança com o PTB, como vimos.

O mesmo ocorreu em 1955, quando, no mês de maio, foi lançado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, o Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), sob hegemonia do PCB, em defesa de uma candidatura própria à Presidência da República nas eleições de outubro, que seria indicada, mais uma vez, em uma convenção popular. Em São Paulo a Comissão Executiva do movimento era composta por sindicalistas: Nelson Rusticci, a quem coube a presidência,⁶⁷ Gabriel Grecco, Pedro Iovine, Santos Bobadilha, Timóteo Spínola, Geraldo Rodrigues dos Santos e Luís Tenório de Lima.⁶⁸

Em junho, reportagem do *Notícias de Hoje* traçava o perfil da candidatura que se buscava construir: “Um candidato independente e popular, um candidato que exprima seus anseios mais profundos, é o que desejam hoje as massas”. Adhemar de Barros, Juarez Távora, Juscelino Kubitschek e Etelvino Lins eram rejeitados por representarem “fundamentalmente os interesses das camadas que vêm governando o país há decênios”. Constituído por dirigentes sindicais, o movimento foi levado ao terreno que lhes era familiar: as portas das fábricas. Um comitê do MNPT teria sido organizado na Nitro Química e outro na metalúrgica Matarazzo. Em julho José de Araújo Plácido (metalúrgico),

⁶⁵ “Aos bancários de São Paulo”, *Última Hora* Nº 300, 10 mar. 1953, p. 7

⁶⁶ “Marcham com o povo para a vitória os candidatos do programa popular”, *Notícias de Hoje*, Nº 325, 8 mar. 1953, p. 6.

⁶⁷ ABREU, A.A., Op.cit., Vol IV, p. 398. Segundo o Dicionário a presidência coube a Ari Campista. Segundo o dossiê DOPS o presidente em São Paulo era Rusticci.

Luís Firmino de Lima (têxtil) e João Pedrosa (Sindicato dos Vendedores Ambulantes) percorriam as portas de fábricas como a Metalúrgica Matarazzo, a fábrica de Molas Gomes Martins e a São Paulo Alpargatas visando “unificar os trabalhadores, bem como as forças populares de todo o país em torno de um candidato popular e independente à presidência da república”.⁶⁹ O programa defendido pelo MNPT era praticamente o mesmo apresentado pela Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo.⁷⁰

O PTB estava dividido às vésperas das eleições presidenciais daquele ano. Uma ala minoritária, encabeçada por Frota Moreira, defendia o lançamento de uma candidatura própria, ao passo que outros preferiam a aliança com o PSP e a ala liderada por João Goulart continuava apostando na coligação com o PSD.⁷¹ Já o PCB, saíra de seu IV Congresso, realizado em São Paulo de 7 a 11 de novembro de 1954, com uma posição contrária ao apoio a qualquer candidatura à presidência e favorável ao voto nulo.⁷² Em outubro de 1955, porém, a direção do partido mudou de posição e resolveu apoiar a chapa PTB-PSD. Em setembro, a Convenção Nacional do MNPT, realizada em São Paulo, tomou a mesma decisão, desagradando de tal forma uma ala dos sindicalistas, que provocou a renúncia de seu presidente, Ari Campista, afirmando não estar disposto a fazer o papel de “inocente útil” dos líderes comunistas. Ocorre que Campista, aliado do arqui-pelego Diocleciano de Holanda Cavalcanti na CNTI, apoiava a candidatura de Ademar de Barros.⁷³ Quanto ao PCB, abandonava a perspectiva de consolidação de uma representação partidária independente dos trabalhadores em favor do apoio a uma candidatura apoiada pelo trabalhismo.

Assim, o drama político do Brasil no período 1950-64, de nosso ponto de vista, decorreu da ascensão social e política da classe trabalhadora, sem a resolução da tarefa da formação de um partido independente que tornasse possível a efetiva postulação da classe como direção de um novo “bloco histórico”. Meditando sobre diversas evidências, tendo Gramsci como referência, fica-nos a impressão de um processo inacabado de transição da “consciência política coletiva” de um grau classista, mas ainda preso ao solo das

⁶⁸ “Unem-se os trabalhadores para o pleito de outubro”, *Última Hora* Nº 1.008, 12 jul. 1955, 1º Caderno, p. 7.

⁶⁹ “Um candidato democrático: aspiração de todo o povo”, *Notícias de Hoje* Nº 1.039, 19 jun. 1955

⁷⁰ ABREU, A.A., Op. cit., Vol IV, p. 3982.

⁷¹ DELGADO, L.A.N. *PTB do getulismo ao reformismo*, p.168.

⁷² ABREU, A.A., Op. cit., Vol. IV, p. 4271.

reivindicações ligadas às “estruturas econômicas”, a um grau de consciência mais “estritamente político”, no qual a classe se postula como força hegemônica, entrando na “esfera das superestruturas complexas”.⁷⁴ Assim, podemos notar, em vários momentos, a defesa da importância da eleição de trabalhadores autênticos na esfera política e mesmo a postulação da formação de um “poder operário”, mas não a proposição da constituição de um partido independente dos trabalhadores.

Vale a pena citar um artigo veiculado em *O Metalúrgico* logo em seguida às eleições de outubro de 1958. O texto, de autoria de “Graça Caseiro”, ilustra bastante bem a forte consciência alcançada de que os trabalhadores deveriam fazer-se representar por trabalhadores, mas sem a clareza de que os trabalhadores poderiam dirigir uma renovação social profunda:

Deixemos de eleger doutores, que têm demonstrado sua incapacidade no sentido de resolver nossos problemas e aí estão: o Prefeito que é doutor, o Governador também doutor, o Presidente um grande doutor e aqui estamos nós lutando contra a fome e a miséria. Devemos, nas próximas eleições, exigir candidatos operários e trabalhadores e levar às câmaras legislativas homens que sintam nossos problemas na própria carne. Nós, os trabalhadores, os estudantes, os camponeses, as donas de casas, somos SUA MAJESTADE, o povo, que concede títulos de Excelência, de deputados, de senadores, de governadores, de presidentes, somos nós que damos forma e expressão política, que fazemos de um cidadão o presidente de nossa pátria, que fazemos governos e desfazemos governos. Que trabalhadores votem em trabalhadores, estudantes em estudantes, camponeses votem em camponeses e os vagabundos desonestos votem em si mesmos. Somente assim teremos no governo homens que realmente lutem e encontrem soluções para nossos problemas. Que seja o nosso lema: O PODER PARA OS QUE TRABALHAM!⁷⁵

Esta mesma idéia ressurgiu em 1962, “de cima para baixo”, digamos, a partir do “partido” varguista/janguista em São Paulo, o jornal *Última Hora*, que pretendia, então, levar ao Congresso “o maior número possível de representantes operários sindicalizados, que de fato possam lutar pelo progresso nacional, além da defesa permanente e intransigente das reivindicações obreiras”, nos dizeres do jornal. Foi, então, formado o

⁷³ Ibid. p. 3982 e D’ARAUJO, M.C., *Sindicatos, carisma & poder*, p. 110.

⁷⁴ A.GRAMSCI, Op. cit., p. 41

⁷⁵ CASEIRO, G., “O poder para os trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 176, dez. 1958, p. 3 A mesma idéia é reiterada na edição de abril de 1959: “Companheiros, enquanto não elegermos trabalhadores para os postos de governo, não teremos quem nos represente, estaremos desamparados, submetidos aos poderosos e aos desonestos. Para evitar isto devemos ter por lema: O PODER PARA OS QUE TRABALHAM”. Cf: CASEIRO, G. “O poder para os trabalhadores”, *O Metalúrgico* Nº 179, abr. 1959, p. 2.

“Pacto de Unidade e Ação Eleitoral”. O projeto, considerado pelo jornal “revolucionário e inédito” visava democratizar o parlamento, de forma a tornar possível a realização “de todas as grandes reformas exigidas pelo povo brasileiro”.⁷⁶ O *Última Hora*, em cadeia nacional, abriu suas páginas para a propaganda política dos trabalhadores – em coluna intitulada “Trabalhador no Congresso é garantia de progresso” - , com a única condição de que fossem “trabalhadores autênticos e sindicalizados, não importando sua filiação partidária e ideológica”.⁷⁷ Não dispomos, porém, de maiores informações sobre o “Pacto de Unidade e Ação Eleitoral”, ficando a impressão de tratar-se de iniciativa do próprio jornal.

Pode-se acrescentar que, se os esforços originados do meio sindical, na perspectiva de representar politicamente os trabalhadores, estacionaram no objetivo de eleger políticos comprometidos com suas causas e no apoio a “burgueses progressistas” para o Poder Executivo, por outro lado, os esforços empreendidos por lideranças surgidas do campo trabalhista e socialista, estacionaram no objetivo de formação de “alas de esquerda” nos partidos tradicionais – aí incluídos o PTB e o PSB.

Nas eleições de 1958 formou-se no PTB um núcleo ideológico conhecido como “Grupo Compacto”, que buscou alianças com o PSB e o PCB e entrou em atrito até mesmo com João Goulart.⁷⁸ O grupo defendia a adoção das “reformas de base”, idéia que já vinha circulando nas esferas políticas e sindicais desde 1953.⁷⁹ Seus componentes foram recrutados entre a ala jovem do PTB, tendo como expoentes Almino Affonso, Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira, Clidenor Freitas e Doutel de Andrade.⁸⁰ Dentre eles, nenhum nome de São Paulo, onde o PTB

⁷⁶ “Líderes sindicais reunidos em UH: Pacto de Unidade Eleitoral em Defesa do proletariado”, *Última Hora* Nº 3.128, 7 jun. 1962, p. 6

⁷⁷ “Um trabalhador no Congresso é uma garantia de progresso”, *Última Hora* Nº 3.101, 1ª edição, 8 maio 1962, p. 1.

⁷⁸ BENEVIDES, M.V.M., *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, p. 130.

⁷⁹ Em dezembro de 1953, Paul Singer publicava em *O Metalúrgico* artigo intitulado “Reforma de base, único remédio contra o peleguismo”, já comentado no Capítulo 6. Defendia eleições sindicais livres, extinção do Imposto Sindical, do Estatuto Padrão e do Atestado de Ideologia. Revogação do Decreto Lei 9070, direito de greve amplo e irrestrito, contra a intervenção ministerial nos sindicatos. Na documentação consultada, foi a primeira vez em que a expressão “reformas de base” foi encontrada. O segundo registro refere-se a um pronunciamento de Adhemar de Barros, em março de 1955, quando declarou que as “reformas de base” eram o ideal dos pessepistas, visando a conquista da independência econômico-financeira do Brasil. Portanto, a expressão reaparecia com significado bastante diferente daquele atribuído ao termo por Singer. Cf.: “Para Ademar de Barros: reforma de base na vida do país, o ideal dos Pessepistas”, *Última Hora* Nº 918, 24 mar 1955, 1º Caderno, p. 3.

⁸⁰ DELGADO, L.A.D., *O PTB, do getulismo ao reformismo...*p. 205.

permanecia dividido e fraco, constituindo, para uma analista, meramente uma “legenda de aluguel”.⁸¹

A inclinação do PTB para o reformismo já se fazia sentir desde a sua X Convenção Nacional, realizada em outubro de 1957, quando, segundo D’Araújo, “mesmo sem a discussão ou aprovação de um novo programa, o reformismo ganhou corpo e visibilidade”.⁸² A partir de 1958, “os novos militantes do PTB eram quase todos adeptos de um reformismo socializante”.⁸³

Outra iniciativa importante nas eleições de 1962 foi a formação da Aliança Trabalhista-Socialista, que, segundo Paul Singer, era uma das articulações, afinal malograda, visando a formação de um novo partido de esquerda.

Assim, voltamos proposição de Paul Singer. Ao ser solicitado, em entrevista, a esclarecê-la melhor, ele teceu considerações mostrando que o processo de redemocratização, iniciado em 1945, se desenvolveu de forma tensa e fragmentária, com a proscrição do PCB em 1947 e a intervenção em diversos sindicatos. A partir de 1951, com a mudança de governo, verificou-se uma forte distensão no movimento operário, com a conquista gradativa da liberação da vida sindical e a multiplicação das greves, algumas vitoriosas, e das conquistas. Ocorreu, então, uma radicalização do movimento sindical, que se somou à do movimento universitário e, no final da década de 1950, dos camponeses, que retomavam a construção de suas Ligas. Neste contexto, formou-se uma força de centro-esquerda não submetida ao Partido Comunista. Quanto ao surgimento de um partido dos trabalhadores, ponderou Singer: “Surgiram várias propostas, mas por várias razões acabaram, digamos, não se concretizando. Uma delas foi aproveitar a radicalização do Partido Trabalhista. O PTB, depois da morte do Getúlio, se voltou mais para a esquerda, e isto ficou visível na presidência do João Goulart (...)”. Singer referiu-se, então, a planos, liderados, entre outros, por Almino Afonso, que fora do PSB, de fundir a esquerda do PTB, o PSB e outras forças em um partido mais amplo. Proposta que orientou a tentativa da Aliança Trabalhista-Socialista em 1962.

Fazendo um exercício de “história contra-factual” podemos imaginar que um partido político independente dos trabalhadores, que reunisse parte da vanguarda sindical

⁸¹ D’ARAUJO, M.C., *Sindicatos, carisma & poder...*p.,79

⁸² Ibid, p. 113.

⁸³ DELGADO, L.A.N., *O PTB do getulismo...*p. 221.

mais combativa, lideranças dos movimentos de bairro, estudantes, intelectuais, setores da classe média e lideranças do emergente movimento camponês, comprometido fortemente com um programa de reformas e com a perspectiva do socialismo, poderia abrir os caminhos para o processo reformista que se desenvolveu a partir do Governo João Goulart. Poderia, talvez, superar o dilema de então, que parece projetar-se, ainda hoje, nas avaliações sobre o processo que levou ao golpe de 64: ou tentar promover as reformas pela via do Poder Executivo – ou seja, “apostando” na fórmula “Executivo forte e reformista” ou simplesmente “defender a democracia” e só promover as reformas possíveis de obter consensualmente conforme as regras do jogo. Apenas uma representação política dos trabalhadores comprometida com as reformas poderia conquistar legitimidade para uma mudança nas regras do jogo de forma a promover as reformas, preservando a democracia.

6.2. Jânio Quadros/Porfírio da Paz, os trabalhadores e a política

Cabe considerar que a experiência da classe operária e das classes populares no campo político não se limitou às candidaturas de dirigentes sindicais ou populares em campanhas e movimentos organizados pela esquerda. O espaço algo flutuante das representações políticas dos “de baixo”, foi, também, ocupado, em São Paulo, por outras lideranças.

Talvez seja correto afirmar que a representação mais profundamente ligada – embora não fosse a mais conseqüente do ponto de vista programático e político – às “estruturas de sentimento” formadas nas experiências sociais das classes populares e da classe operária paulistana no período de 1950 a 1960 tenha sido a dupla Jânio Quadros-Porfírio da Paz.⁸⁴

Se a hipótese formulada em capítulos anteriores, de que as lutas contra a carestia – ponto de encontro entre movimentos de bairro e sindicais – eram sustentadas por arraigados valores morais que condenavam os “lucros escorchantes” como criminosos e estabeleciam limites para os preços dos gêneros de primeira necessidade, Jânio Quadros talvez tenha sido o político que melhor interpretou e verbalizou este sentimento. Silvana Walmesley captou este viés do discurso janista, qualificando-o como embebido em uma “vaga noção do

⁸⁴ Adoto aqui, a noção formulada por Williams. O autor a esclarece como referente a experiências emergentes ou “pré-emergentes” do ser social ainda não formalizadas em instituições e ainda dificilmente classificáveis ou racionalizáveis, mas nem por isso menos palpáveis ou menos influentes na experiência e ações do ser social. Cf: WILLIAMS, R., Op. cit., p. 134-136.

catolicismo social”, na linha das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.⁸⁵

Segundo a autora, Jânio veiculava

(...) uma visão de economia moral, que condenava liminarmente os lucros excessivos e o enriquecimento rápido, que se fazia de forma irresponsável e egoísta. Essa condenação se desdobra na defesa da idéia do ‘preço justo’, que seria o modo natural de regulamentar as relações sociais; ao preço justo equivaleria um “salário justo”, instrumento para combater a miséria e a degradação social.⁸⁶

O problema da carestia de vida foi, por sinal, o alvo que o eleitor pobre quis atacar prioritariamente ao sufragar o candidato da vassoura em março de 1953. Pesquisa do IBOPE, realizada em novembro daquele ano, concluiu que 82% dos eleitores de “classe pobre” votaram em Jânio contra o aumento do custo de vida.⁸⁷

Jânio conseguiu fundir em sua prática política a luta contra a carestia com a luta contra as péssimas condições de moradia na periferia. Como vimos no Capítulo 4, campeava nos bairros populares um sentimento de abandono, descaso por parte dos poderes públicos, carência absoluta, segregação. Como lembra Duarte, Jânio iniciou sua carreira política transformando os temas da luz elétrica, transporte, moradia, escola, creche, saneamento básico, calçamento, em plataforma político-eleitoral.⁸⁸ Mais do que isto, já em 1948, apresentava as SABs como “poder público alternativo”, uma vez que, muitas vezes, adquiriam, por conta própria, caçambas, pedregulhos, tijolos, promovendo as melhorias imediatas que o Estado não providenciava. O líder populista abria, assim, “uma possibilidade de que setores das classes populares se sentissem, eles próprios, os agentes das soluções que lhes interessava”.⁸⁹ Uma vez na Prefeitura, Jânio Quadros aprovou a Lei 4371/53, legalizando todos os terrenos clandestinos do município e obteve empréstimo externo para executar o “Plano de Emergência”, que consistia na colocação de guias,

⁸⁵ Seria descabido lembrar que as prédicas de Antônio Conselheiro, consideradas por Euclides da Cunha “bárbaras” e “arrepadoras”, além de “desconexas e abstrusas”, apresentavam uma concepção segundo a qual “(...) a miséria material decorre do *não funcionamento*, por força de contingências humanas, de um sistema onde viessem a prevalecer o *justo preço* (e não o preço especulativo), o *justo salário* e, até mesmo, os *juros justos* (e não os juros usurários)”?

⁸⁶ Apud DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política no após guerra*, p. 175.

⁸⁷ Ibid., p. 183.

⁸⁸ Ibid., p. 176

⁸⁹ MOISÉS, J.A. *Classes populares e protesto urbanos*, p. 259.

sarjetas, calçadas, instalações elétricas, água encanada, serviço de correio, coleta de lixo, telefones públicos.⁹⁰

Com relação ao Estado, Jânio Quadros vinha se notabilizando, em sua atuação na Assembléia Legislativa, por atacar a “plutocracia danosa”, denunciando a corrupção, a violência da polícia, o péssimo atendimento nos serviços de saúde. A “revolução do tostão contra o milhão” – classificada por alguns como uma “revolução branca”⁹¹ – consistia, também, em uma proposta de renovação da máquina administrativa, conferindo-lhe “novas funções compatíveis com a estrutura urbana que se desenvolvera, retirando dela o sentido de máquina política colocada a serviço de interesses facilmente discerníveis e personalizáveis”.⁹²

Finalmente, cabe notar que Jânio também fundiu em seu discurso e prática os clamores da classe trabalhadora por melhores salários. Neste sentido, a atuação, pouco comentada pela literatura específica, de Porfírio da Paz, deve ser lembrada. Sua presença nos piquetes de greve em outubro de 1957, quando era vice-governador, além da contribuição financeira para o fundo de greve, foram gestos fortes, mas não se pode dizer que oportunistas, pois seu vínculo com o movimento sindical vinha de longe. Em novembro de 1951, sendo deputado estadual pelo PTB, enviou a Getúlio Vargas telegrama de enorme contundência contra os novos valores nominais do salário mínimo. O texto foi reproduzido em *O Metalúrgico*:

Para escárneo dos sofrimentos dos trabalhadores de São Paulo, ainda vem de ser indicado um salário mínimo que foi o maior insulto à dignidade e ao amor próprio das classes trabalhadoras. Salário mínimo mesquinho, miserável, mesmo porque calculado sem bases racionais, com desconhecimento da dura realidade em que vivem os trabalhadores. Salário mínimo cuja verdadeira denominação seria salário de fome e miséria (...)⁹³

⁹⁰ DUARTE, A.L., *Cultura popular e cultura política...*p. 182; BONDOUKI, N., *Origens da habitação social no Brasil*, p. 302; ROLNIK, R., *A cidade e a lei...*, p. 206

⁹¹ DAMANTE, H., “O movimento de 22 de março de 1953 em São Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 18, jan 1965, p. 105-112.

⁹² FERREIRA, O.S., *Op. cit.*, p. 183.

⁹³ “Salários Mínimos propostos para as diversas regiões do país”, *O Metalúrgico*, Nº 102, nov. 1951, p. 11.

O deputado não ficou só no protesto: participou, no mês seguinte, da passeata dos metalúrgicos para entrega de memorial aos empresários na Federação das Indústrias pedindo abertura de negociações com vistas ao acordo salarial.⁹⁴

O tom do discurso parece afinar-se com o de Jânio Quadros, então deputado estadual, na Assembléia Legislativa, denunciando a “volúpia dos ricos” e os “salários humilhantes dos trabalhadores” e defendendo o “sagrado direito de greve”.⁹⁵

Gestos como estes de Porfírio da Paz, ou do próprio Jânio Quadros, quando governador, certamente chegavam muito perto das “estruturas de sentimento” em elaboração na “solução” (no sentido químico, parafraseando Raymond Williams) da cultura popular, sempre ligada, no dizer de Hoggart, ao concreto, ao sensível.

Portanto, esta fusão entre os temas da luta contra a carestia, contra a “espoliação urbana”, contra a exploração e pela reforma do Estado, promovida no discurso e prática da dupla Jânio-Porfírio, representou melhor, pelo menos até 1960, um arco de alianças entre trabalhadores, setores populares e setores médios, do que o discurso centrado na suposta polarização entre “nacionalistas” e “entreguistas”, que orientava os esquemas eleitorais do PCB, e que o levava a apoiar sempre figuras supostamente progressistas, mas sem representatividade popular, como André Nunes Jr, Leônidas Cardoso ou Teixeira Lott.⁹⁶

Na campanha presidencial, Jânio recebeu apoio significativo de sindicalistas de São Paulo. Em maio, mais de trezentos líderes sindicais assinavam manifesto neste sentido, entre eles Dante Pelacani, Nelson Rusticci, José Chediak, Eulina de Oliveira, Argeu Egídio dos Santos e Domingos Alvarez.⁹⁷ Poucos dias após sua vitória, a 17 de outubro, Jânio compareceu a um almoço na casa de Garbiel Grecco, dirigente dos gráficos, e prometeu manter audiências mensais com os sindicalistas: “Vocês me prometeram vários estudos sobre os principais problemas do sindicalismo. Providenciem-nos. São de interesse do sindicalismo e, por isso, da produção brasileira”. Presentes se encontravam Dante Pelacani, Julio Devichiatti, Ari Campista, Olavo Previatti, Luís Menossi e Remo Forli, que reivindicou a regulamentação do direito de greve, remodelação do serviço de estatística do

⁹⁴ “Continua o movimento para o aumento de salários dos trabalhadores metalúrgicos”, Nº 103, dez. 1951, p. 1

⁹⁵ BENEVIDES, M.V., *O PTB e o trabalhismo*...p.58.

⁹⁶ Cf.: GAMA, R., “A classe operária e as eleições”, *O Metalúrgico*, Nº 193, jul.-ago. 1960, p. 3

⁹⁷ “Mais de trezentos líderes sindicais cerram fileiras em torno de Jânio”, *Última Hora* Nº 2.490, 18 maio 1960, 1º Caderno, p. 5.

Ministério do Trabalho e concluiu afirmando que a fiscalização trabalhista não funcionava, ao que o presidente eleito retorquiu, matreiro: “Remo, amigo, você já está falando como Ministro do Trabalho...”.⁹⁸

No estado de São Paulo, Jânio teve quase o dobro dos votos do segundo colocado, Adhemar de Barros: 1.588.593 contra 855.050. Lott ficou em terceiro com 411.755 votos. Na capital Jânio venceu com folga tanto em bairros operários quanto de classe média⁹⁹

O espectro do voto em Jânio parece confirmar a hipótese de que sua candidatura representou abrangente convergência entre classe média, operariado tanto de bairros tradicionais quanto da periferia mais recente e classes populares que se encontravam aliados em greves, na luta contra a carestia e nos movimentos de bairro. Como lembra Duarte, estudando o caso da Mooca, a projeção de Jânio e Ademar como lideranças de massa “foi consequência da eficácia e da abrangência da rede de contatos assentada nas organizações já existentes”, que ambos souberam utilizar. Ambos souberam mergulhar na cultura popular tecida por uma rede de associações de bairro, clubes de futebol, comissões de fábrica, festivais de calouros.

Portanto, seja porque a dupla Jânio-Portfírio representasse melhor a agregação de interesses e valores de setores da classe média com setores operários, seja porque se aproveitasse da não resolução da questão da representação política independente dos trabalhadores, seja porque a ascensão social de operários e o surgimento da “questão urbana” gerassem um campo de possibilidade eleitorais bastante promissor para quem se dispusesse a entrar no jogo, as candidaturas Jânio-Portfírio conquistaram sua força apresentando-se como representantes de uma vontade operária e popular por mudanças.

⁹⁸ “Remo, amigo, você fala como ministro”, *Última Hora* Nº 2.621, 18 out. 1960, 1º Caderno, p. 8.

⁹⁹ “Confirmado: TRE vai liberar hoje trabalhos de apuração”, *Última Hora* Nº 2.610, 5 out. 1960, 2ª edição, 1º Caderno, p. 2.. Nos dias 5 e 7 de outubro foram divulgados resultados parciais em *Última Hora*. No Brás, por exemplo, na urna 1.633 Jânio teve 168 votos, Adhemar 79 e Lott 49. Na urna 1.632 Jânio recebeu 177 votos, Adhemar 72, Lott 51. Se verificarmos as urnas do Belém, na de no. 2.039 Jânio obteve 183 votos contra 81 de Adhemar e 41 de Lott. Na urna 2.024 Jânio foi sufragado 169 vezes, Adhemar 74 e Lott 96. Em uma região da periferia operária mais recente, Vila Prudente, na urna 3.262 Jânio Teve 185 votos, Adhemar 56 e Lott 51, enquanto na urna 3.270, Jânio recebeu 184 votos, Adhemar 62 e Lott 38. Na Mooca Adhemar saiu-se um pouco melhor, pois tratava-se de reduto eleitoral seu. Na urna 1.802 Jânio recebeu 158 votos, Adhemar 129 e Lott 20, ao passo que na urna 1.820 Jânio foi votado 178 vezes, Ademar 96 e Lott 49. Em um bairro de classe média como Vila Mariana Jânio saiu-se ainda melhor: na urna 218 teve 188 votos, Adhemar apenas 5 e Lott 45, enquanto na urna 215, Jânio teve 200 votos, Adhemar 71 e Lott 64. Na Vila Madalena, na urna 3078 Jânio foi votado 161 vezes, Adhemar 86 e Lott 52 e, finalmente, na urna 3.068 Jânio recebeu 172 votos, contra 78 de Adhemar e 49 de Lott.

8.3. Formas de consciência

Tentaremos reconstruir as formas de consciência (representações) elaboradas por operários metalúrgicos e têxteis em suas experiências sociais. Trata-se de apreender um processo social ativo de produção de valores e significados no qual diversas “representações de mundo”, são enunciadas, se combinam ou contrapõem.

Fazendo parte do processo social material, e constituindo expressão cultural, a consciência de classe não coincide, obviamente, com uma explicação sistemática do mundo, nem pode ser elaborada ou preservada fora do campo de experiência social da própria classe. A consciência de classe se elabora com um repertório de representações mais ou menos adequado para falar da experiência social – diferenciando-se de formas de consciência propostas por outras classes, ou reelaborando-as. Isto ocorre na medida em que todas as instituições, experiências de luta e práticas culturais da classe podem se consolidar.¹⁰⁰

8.3.1. Repertório dos dominantes

A “virada” empreendida pelo movimento sindical brasileiro a partir de finais de 1951 e, mais claramente, após a Greve dos 300 Mil, foi mais profunda do que pode parecer a um primeiro exame. Não se tratou apenas do afastamento dos sindicalistas “ministerialistas”, da abolição do “atestado de ideologia”, da organização mais aberta de algumas lutas, mas sim da transformação de toda uma visão de mundo – da “reinvenção”, poderíamos dizer, dos significados da existência de uma classe social. Assim, a “reinvenção do trabalhismo” aparece como uma das dimensões desse processo mais amplo. Esta mudança pode ser melhor avaliada se reconstruirmos as formas de consciência hegemônicas no movimento sindical no período de predomínio dos “ministerialistas” e o processo posterior de modificação das mesmas.

“Livre-se do germe da gripe lavando as mãos freqüentemente, com água e sabão”; “Contribua para a felicidade de seus filhos, pondo em prática os ensinamento da higiene mental”; “Pastéis, empadas e outras guloseimas de confeitaria são de difícil digestão e custam dinheiro demais para o valor nutritivo que têm. Um copo de leite ou uma fruta são

¹⁰⁰ Estamos nos colocando, obviamente, aqui na perspectiva thompsoniana. Também são referências importantes as reflexões de Raymond Williams: WILLIAMS, R., Op. cit., p. 47, 64, 65, 75, 132 e 133 e Rick Fantasia, com seu conceito de “culturas de solidariedade”: *Cultures of solidarity: consciousness, action and contemporary american workers*, p. 6, 7, 11, 12, 14, 17 e 19.

muito mais úteis ao organismo e mais baratos”; “Livre-se da prisão de ventre, comendo legumes nas principais refeições”. Estes e muitos outros conselhos eram apresentados aos leitores de *O Metalúrgico* na coluna “Preceitos do dia”, mantida até meados de 1953.

Estamos diante, obviamente, de uma manifestação da ideologia “higienista” – o principal vetor dos projetos de reestruturação do espaço urbano no começo do século XX, bem como de “gerenciamento populacional” em uma sociedade agitada por transformações. Como demonstrou Matos, o saber médico associou-se às ações da Igreja e do Estado de forma a atingir o trabalhador e sua família – combatendo as três enfermidades populares degeneradoras – o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis – e fortalecendo os laços familiares.¹⁰¹ O SESI e o SENAI tornaram-se portadores, nos anos 1940, da mesma ideologia higienista, articulada a um amplo projeto de racionalização da produção, do lazer e do consumo. O ponto de partida era o diagnóstico de que o público atendido pelos dois órgãos, além de carente de educação formal, apresentava padrões morais deficientes, maus hábitos de trabalho, pouca cultura. Como analisa Weinstein, para aqueles órgãos o operário era antes de tudo um problema. Era preciso ensinar-lhe hábitos racionais de consumo, boa nutrição, melhor higiene e recreação sadia.¹⁰² Deveriam aprender a tomar banho regularmente, evitar acidentes no trabalho, substituir as bebidas alcoólicas por leite.¹⁰³ As parteiras deviam ser evitadas, as comadres substituídas por médicos.¹⁰⁴ Tratava-se, enfim, de toda uma ofensiva contra os costumes, valores e saberes da cultura operária e popular, com o projeto deliberado de promover, como bem notou Weinstein, a “construção de uma cultura alternativa não-proletária dentro e fora dos limites da fábrica”¹⁰⁵

Todos os valores e recomendações formuladas pelo SESI e SENAI podem ser encontrados nas páginas de *O Metalúrgico* no período 1950-1953, associados a mensagens anticomunistas e conformistas. A identificação da falta de cultura dos operários como alvo principal dos esforços de melhoria social a serem empreendidos pelo sindicato aparece claramente, por exemplo, no artigo “A Educação e o lar”, de Aurora Saraiva: “O analfabetismo é, sem contestação, o pior mal do Brasil (...) A falta de cultura motiva o descabro, a ruína e a desgraça de nossa gente”. A “comadre” e seus saberes médicos são

¹⁰¹ MATOS, M.I., *Meu lar é o botequim*, p. 57, 65 e 75.

¹⁰² WEINSTEIN, Op. cit., p. 254.

¹⁰³ Ibid., p. 256

¹⁰⁴ Ibid., p. 267.

execrados ao ser comentado o caso de uma mãe que tentou curar um corte no pé do filho com teia de aranha: “Esta ‘receita’ foi-lhe dada por uma comadre, dessas ‘sabichonas’ que com uma reza só, benzem e curam: quebranto, ‘bichas’, etc.”. O importante papel da mulher e da família nesta obra de “reconstrução social” também é destacado: “A educação começa no lar. À mulher, portanto, que é a mestra, a guia, a condutora vigilante do precioso tesouro que é a família, cumpre tornar-se apta a enfrentar as questões do lar (...)”.¹⁰⁶

Não deixa de ser surpreendente que o projeto de “reconstrução social” que conferia ao higienismo seu significado maior fosse apresentado no jornal dos metalúrgicos, já em 1950, como uma “revolução branca” – oposta a uma possível revolução popular geradora de “sangue, suor e lágrimas”. Os traços antecipatórios da ideologia do golpe-civil militar de 1964 são dignos de nota no artigo “Façamos a Revolução Branca”, de Antônio Borges. Em nenhum outro tempo da história humana a luta pelo progresso teria sido tão vertiginosa quanto na segunda metade do século XX, entretanto o lado moral teria permanecido defasado. Aqueles que se dedicavam a gozos supérfluos e passageiros, ao invés de se tornarem senhores do lar, “(...) estavam fazendo periclitar não só o seu futuro, mas o futuro da Pátria e com ela o da humanidade, pois na edificação do lar, alicerce sólido em que se apoia a sociedade, a mãe, principalmente, tem um papel preponderante.” A solução não estaria nos “homens providenciais” nem nos “ismos” mas “em nós mesmos”. O problema deveria ser atacado por sindicatos, associações de classe, SESI, SESC, meios religiosos, associações femininas. São citadas a Associação Cívica Feminina, a Liga das Senhoras Católicas, a Mocidade Espírita, o Departamento de Menores da Fraternidade Rosa Cruz. Todos juntos poderiam fazer a “Revolução branca” que, ao contrário da popular, representaria “uma poderosa força do bem”, trazendo “sorrisos, festas e homenagens”.¹⁰⁷

A imagem do operário que se buscava construir pode ser vislumbrada nos artigos de *O Metalúrgico* em que se prescrevia o comportamento social adequado – indo além dos conselhos atinentes à higiene e ao consumo. Tratava-se, de fato, como assinala Leite Lopes de uma “utopia burguesa” do que deveria ser uma “classe operária civilizada”.¹⁰⁸ O operário ideal não fazia greves:

¹⁰⁵ Ibid., p. 243.

¹⁰⁶ SARAIVA, A., “A educação e o lar”, *O metalúrgico* N° 85, fev. 1950, p. 4.

¹⁰⁷ BORGES, A., “Façamos a revolução branca”, *O Metalúrgico* N° 86, mar. 1950, p. 5

¹⁰⁸ LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 132.

A vida do operário é rude, compreende-mo-lo; tem-se, porém, lutado em seu favor! (...) é mister que ele se compenetre de que seu empregador tem também dificuldades, obrigações imensas a cumprir!...

Facilita-lhe, quanto possível, assistência, conforto, descanso a si e aos seus, esforça-se por remunerá-lo devidamente, todavia, às vezes são obrigatoriamente reduzidas estas concessões, não correspondendo à expectativa do operário, que recorre às greves, buscando melhorá-las e as quais, lamentavelmente, fazem regredir as possíveis benfeitorias que, dentro da ordem, paulatina mas infalivelmente, lhe adviriam do bem intencionado empregador!¹⁰⁹

O bom operário não deveria, sequer, manifestar hostilidade contra o patrão:

Operário amigo, daqui ou de onde sejas, vou conversar contigo: tu, que és filho de Deus como toda a humanidade, que frues também o ar, a luz, o perpassar da brisa, que vês romper o dia em meio à orquestração da passarada, podes tocar as flores, haurir-lhes o perfume, que tens direito à glória, ao amor, à felicidade, porque insistes em ser um revoltado, mantendo baixa a fronte, trazendo em riste a lança da agressividade?!

Os superiores deveriam ser cumprimentados com cordialidade:

Não mais o cumprimentes com a expressão cerrada, lançando-lhe um bom dia que soe como pedrada! Nem digo que desfaças-te em medidas rebaixantes; põe, sim, em tua voz cordial fraternidade, respeitosa por certo; que ordem exprime paz; ele há de bem prezar-te, pois estarás provando exata compreensão de teu valor moral!¹¹⁰

Além do “higienismo”, no período de predomínio dos “ministerialistas”, o anticomunismo constituía um valor fundamental. O comunismo e o socialismo eram atacados no plano ideológico e a oposição sindical – integrada por comunistas, socialistas e outros setores – hostilizado no plano prático. As idéias de repartição das riquezas, fosse por meio de impostos ou de expropriações, eram contestadas como inócuas.¹¹¹

Em um rebuscado artigo, o Dr. Antônio Cunha – médico do Sindicato dos Metalúrgicos e autoridade na formulação do discurso higienista, com aparição frequente nas páginas do jornal sindical no período – condenava tanto a “crisofilia”, “amor ao ouro”, uma “endemia amarela” que constituía o “supercapitalismo individual”, como também a “eritrofilia”, “endemia vermelha”, que constituía o “supercapitalismo de Estado”. Tratar-se-

¹⁰⁹ FORGADO, C.P., “Justiça”, *O Metalúrgico* Nº 88, jun 1950, p. 2

¹¹⁰ FORGADO, C.P., “Exame de consciência”, *O Metalúrgico*, Nº 92, dez. 1950, p. 9

¹¹¹ SANTOS, C.F., “Um fato em projeção”, *O Metalúrgico* Nº 85, fev. 1950, p. 2.

iam, ambas de doenças psíquicas, a serem combatidas pela medicina “em sua função profilática, preventiva e curativa...”¹¹²

Tanto o Sindicato dos Têxteis quanto o dos metalúrgicos, ou, pelo menos, alguns de seus membros, se vincularam a organizações anticomunistas internacionais. Em agosto de 1953, uma delegação de sindicalistas brasileiros seguiu com destino à Suíça, para participar de um Congresso do Movimento de Rearmamento Moral. Do Sindicato dos Têxteis foram dois antigos “ministerialistas”: João Ferri e Antilio Baron,¹¹³ enquanto dos metalúrgicos seguiram, pelo menos, um “ministerialista”, Altino Cavallaro e um socialista, Paul Singer.¹¹⁴

Em novembro de 1959 uma delegação de sindicalistas brasileiros – muitos deles futuros apoiadores do golpe de 1964 e articuladores do MSD - faria viagem aos EUA sob o patrocínio do Ponto IV, para visita a sindicatos, federações e fábricas, além da frequência, por uma semana, a um curso sobre relações entre empregados e empregadores, história do movimento sindical norte-americano, tecnologia e produtividade, na Universidade St. John’s College, em Annapolis, Maryland. Entre os membros da delegação encontramos os nomes de Luiz Menossi, Domingos Alvarez, Presidente da Federação dos Metalúrgicos, Lourival Portal da Silva, Presidente do Sindicatos dos Trabalhadores em Minérios e Combustíveis Minerais e Antônio Pereira Magaldi, apresentado Presidente do Sindicato dos Práticos em Farmácia.¹¹⁵

Os ataques aos comunistas visavam desqualificar suas críticas à atuação sindical dos “ministerialistas” e, se possível, impedir sua ação. Um bom exemplo é a aprovação da expulsão do quadro de sócios do Sindicato dos Metalúrgicos, em uma reunião de 29 de janeiro de 1952, dos associados Eugenio Chemp, Diogo Baeza, José Pedro Pinto, Anderson Ferreira de Freitas, José Bustos, Gheorge Miteri, João Szeil e Angelo Arroyo, sob a alegação de terem agredido o Secretário Geral, José Maia Neto, e provocado “tumulto” em uma reunião. A moção, aprovada por unanimidade pelo próprio Maia Ribeiro, José Biondi, Altino Cavallaro, Aldo Lombardi e Remo Forli – este último com a ressalva de que a culpabilidade ainda deveria ser provada -, é um manifesto do pensamento anticomunista,

¹¹² CUNHA. A. “Super-capitalismo econômico – endemia amarela- Endemia vermelha”, *O Metalúrgico* Nº 88, jun 1950, p. 9

¹¹³ Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 28 jul. 1953, p. 7 – verso.

¹¹⁴ Entrevista com Paul Singer.

sintomático do tipo de divisão “nós x eles” que buscava-se produzir como principal, substituindo a oposição de classes. A expulsão deveria consumir-se pelos seguintes motivos:

Para a moralidade desse sindicato; para que não mais haja subversão da ordem; para que o movimento de aumento de salários não mais seja desvirtuado; para que não mais seja distribuído na sede social do Sindicato propaganda Pró-Paz, ou outras de caráter idêntico; para que reine calma entre os trabalhadores, sindicalizados ou não; para que não mais haja atritos entre diretores e associados pela manutenção da ordem; para que não mais haja ataques de caráter agressivo contra as autoridades constituídas.¹¹⁶

Tudo indica, porém, que as expulsões não se consumaram ou foram revertidas, apesar da falta de informações diretas a respeito, uma vez que os nomes de Eugenio Chemp, José Bustos, Anderson Ferreira da Silva, José Pedro Pinto, continuam a aparecer vinculados às atividades do Sindicato no período posterior.

Em outubro de 1953 ocorreu um episódio semelhante na assembléia têxtil do dia 18. Em reunião posterior da Diretoria do Sindicato, o presidente Nelson Rusticci pediu a exclusão do quadro social de elementos “perturbadores e contrários ao estatuto”. Nomes não são citados na Ata, mas a pista de que seriam militantes do PCB é fornecida pela informação de que tratar-se-iam de “elementos estranhos à classe com interesses partidários” e pela aplicação da punição também ao advogado do Sindicato, ligado ao PCB, Rio Branco Paranhos.¹¹⁷

Não é preciso insistir na eficácia do anticomunismo como vetor de agregação e mobilização de forças para o golpe de 1964. Cabe destacar, porém, a importância permanente deste componente ideológico na formação de valores de uma visão de mundo onde as polaridades não eram as de classe e na definição de um modo de vida socialmente conservador, que associava sempre mudanças sociais à subversão e comunismo.

As pesquisas de Zilda Iokoi na documentação do Ministério das Relações Exteriores revelaram as dimensões internacionais do anticomunismo. Segundo a historiadora: “A análise dessa documentação nos indica uma ampla articulação entre os países ocidentais em defesa do capitalismo considerado um sistema de garantia da civilização contra o

¹¹⁵ “Delegação sindical viajará aos Estados Unidos”, *O Metalúrgico* Nº 195, nov. 1960, p. 3

¹¹⁶ Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 29 jan 1952, p. 23.

¹¹⁷ Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 19 out. 1953, p. 11

socialismo, entendido como barbárie”.¹¹⁸ Assim, podemos perceber que as operações ideológicas promovidas pelos grandes Estados no período da “guerra fria” produziram falsos alinhamentos e oposições – entre “ocidente” e “oriente”, entre “democracia” e “comunismo”, “religião” e “ateísmo” – que truncaram possibilidades de esclarecimento mais efetivo e profundo da consciência de classe dos trabalhadores, no sentido de identificar, avaliar e enfrentar as oposições de classe.

Outro importante vetor da ideologia hegemônica no período de predomínio dos “ministerialistas” articulava-se à idéia da “paz social” e ao paternalismo. Estes valores aparecem reinterpretados de várias maneiras em diversos artigos assinados por operários em *O Metalúrgico*, dando a impressão de representarem tentativas de renovar o ideal da “harmonia entre as classes” face a uma experiência prática que não o confirmava.

O metalúrgico Vitorio Viccioli trabalhava na Fábrica de Cofres e Arquivos de Aços Bernardini S.A , tendo participado, em 1957, da fundação da Sociedade de Empréstimos União e Amizade (SEUA), designada como “uma sociedade de empréstimos (...) com um objetivo de um dia criar seção recreativa e realizar ações que tragam benefícios aos associados”.¹¹⁹ Apresentou-se nas eleições sindicais de 1961 e 1963, na chapa de Hermeto Mendes Dantas – apoiada, como vimos no Capítulo 6, pela Federação dos Círculos Operários e pela Federação dos Metalúrgicos, como anteparo contra a “disseminação do comunismo”. Em 1954, Vitorio Viccioli ocupava espaço em *O Metalúrgico* com o seu artigo “Empregador e empregado”, no qual manifestava-se favoravelmente à “solidariedade entre empregadores e empregados”, mas contrário aos empregadores que não sabiam distinguir os bons dos maus empregados, aplicando a todos as mesmas medidas de vigilância. Também eram atacados os “sangue-sugas”, epíteto lançado contra “espiões que ganham salários apenas para perseguir este ou aquele...”.¹²⁰

Em um artigo publicado em junho de 1955, o associado Antonio Candido Barone sonhava com o dia em que o Sindicato apresentaria o operário às empresas “(...) e estas terão interesse em tomar um operário apresentado pelo Sindicato, porque, sendo ele um órgão de classe, tem idoneidade que, além de recomendar o trabalhador, assume perante a

¹¹⁸ IOKOI, Z.M.G. *Intolerância e resistência...*p. 101.

¹¹⁹ VICCIOLI, V. “ 1º aniversário da ‘Sociedade de Empréstimos União e Amizade (SEUA)’”. *O Metalúrgico* Nº 173, set. 1958, p. 2.

¹²⁰ VICCIOLI, V., “Empregado e empregador”, *O Metalúrgico* Nº 136, out. 1954, p. 6

Firma uma certa responsabilidade pelo apresentado”, mas para que isto ocorresse teria que haver mais compreensão “entre sindicatos, patrões e operários”.¹²¹

Em 1958, na coluna “O que se passa nas empresas”, foi publicada, a pedido dos operários das “Oficinas Graif Ltda” uma nota de agradecimento aos diretores da firma, por terem promovido uma festa de confraternização “em homenagem aos operários e a todos os que colaboram, com o seu trabalho, nas Oficinas Graif”. A gratidão foi externada e o jornal acrescentou, a título de conclusão: “Oxalá tivesse a firma ‘Oficinas Graif Ltda’ outras empresas que seguissem o seu exemplo dignificante e depois, sim, destas colunas poderíamos cantar bem alto e em bom som que a Paz Social seria uma realidade”.¹²²

Inconformado com as distâncias sociais, o metalúrgico Pedro Filizola escreveu um artigo, publicado em junho de 1958, apresentando uma proposta para reduzi-las: assim como existiam centros de reuniões dos ricos “devia existir também alguns clubes que pudessem unir as duas classes, em que o pobre pudesse conversar com o rico, tomar amizade, divertirem juntos, por certo seria muito melhor...”.¹²³

Outra evidência do esforço para explicar os conflitos de classe com o esquema da “harmonia social” encontramos em artigo assinado por Eldah Duarte, em fevereiro de 1960, em *O Metalúrgico*:

Temos repetido inúmeras vezes que o trabalhador não pode encarar o patrão como um inimigo – entretanto deve sempre encará-lo como um adversário. Adversário como aquele do campo esportivo, para o qual toda cautela é pouca (...) Visa sempre o trabalhador obter garantias de trabalho, melhoria salarial, salário justo e promoções naturais – o patrão, ao contrário, visa pagar o menor salário possível, dar ao empregado maior número de horas de trabalho, bloquear a CLT e deixar sempre o trabalhador sem garantias. Campos opostos que se chocam – eis aí, portanto, adversários esportivos em luta.¹²⁴

A representação da sociedade como um todo harmônico podia ser reforçada pela visão religiosa, embora também se adequasse, por exemplo, ao nacionalismo. Em um artigo publicado em setembro de 1955, o metalúrgico Rodrigo Adrião recomendava: “Pretenda ser bom e nunca maldoso”, ensinando: “Se algum dia fores ofendido por um seu semelhante e

¹²¹ BARONE, C., “A nossa marcha”, *O Metalúrgico* Nº 143, jun 1955, p. 6

¹²² “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico* Nº 171, jul. 1958, p.3.

¹²³ FILIZOLA, P. “A vida podia ser melhor”, *O Metalúrgico* Nº 170, abr.-maio.-jun 1958, p. 5.

¹²⁴ DUARTE, E., “Defesas do trabalhador”, *O Metalúrgico* Nº 189, fev. 1960, p. 5

puderes revidá-lo com um sorriso, esquecendo-te da ofensa, não se julgues um inferior, mas sim um preferido de Deus, pois ele te deu a liberdade espiritual (....)”.¹²⁵

A eficácia da ideologia da “paz social”, por sua vez, dependia de um funcionamento pelo menos razoável de algumas instituições do Estado, entre as quais deve-se destacar a Justiça. Esta área do Estado, bem como as formas de consciência a ela relacionadas, revelaram-se um terreno de embate de classes. As leis trabalhistas tanto foram apresentadas como uma dádiva concedida por Getúlio Vargas como, também, como direitos instituídos pelos próprios trabalhadores. Assim, temos uma “consciência jurídica” de classe deferente e uma outra, combativa.

Um exemplo de uma visão da legislação trabalhista como dádiva encontramos no artigo do metalúrgico José Maia Ribeiro. Em meados de 1950, este militante sindical escrevia sobre a legislação trabalhista brasileira reconhecendo-a como uma das mais avançadas do mundo: “entender as leis trabalhistas é galgar os degraus do magnânimo altar do edifício da benemérita legislação brasileira, é cooperar com o governo do nosso país no seu progresso inspirado nas leis sociais”.¹²⁶

Outro exemplo nos é oferecido pelo artigo de Cíndia Pedraz Forgado comemorativo do 1º de Maio de 1951, publicado, também, no jornal dos metalúrgicos. Afirmava a autora:

Outrora foste, é certo, incompreendido, espezinhado e mal remunerado, e arrostando cruéis dificuldades, avançaste cheio de coragem e confiante aguardaste a redenção. E ela veio após tua longa espera na forma tão oportuna de humanitárias leis, e por elas, a coletividade aprendeu a refletir, justamente pesando-te o valor! Prossegue, homem de bem, que honesto e fraternal sabes bem ser! E Deus que a tudo assiste, há de facilitar-te a marcha pela vida, preservando tua alma de egoística ambição!...¹²⁷

Portanto, nessa perspectiva, os operários simplesmente aguardaram e após “longa espera”, em meio ao sofrimento suportado sem protestos, como “homens de bem”, receberam as leis humanitárias, obra de Deus, por meio dos governantes.

Assim, acreditamos ser possível afirmar que o “higienismo”, o anticomunismo e a idéia da “paz social” representam formas de consciência, representações, ideologias produzidas pelos Estados, classes dominantes, burocracia sindical, constitutivas de uma

¹²⁵ ADRIÃO, R., “Pretenda ser bom e nunca maldoso”, *O Metalúrgico* Nº 146, set. 1955, p. 7.

¹²⁶ RIBEIRO, J.M., “Paz e concórdia”, *O Metalúrgico* Nº 89, jul.-ago. 1950, p. 14.

¹²⁷ FORGADO, C.P., “Dia das Mães”, *O Metalúrgico* Nº 96, maio 1951, p. 4.

visão de mundo conservadora do ponto de vista social, embora compatível com idéias de progresso econômico e modernização. Neste esquema, cabia ao operário respeitar, com “deferência”, seus superiores. Pode-se dizer que o “Estado Novo” “transmitiu” à ditadura civil-militar de 1964 este “legado” e que os sindicalistas “ministerialistas” foram um dos agentes sociais portadores.

8.3.2. Repertório dos dominados

A formação de uma “nova subjetividade” do proletariado implicava toda uma mudança coletiva, cultural e prática, e a formulação do que Caldeira designou, para outro contexto, como um “repertório alternativo para pensar a si mesmos”, sem o que os dominados “são obrigados a dar sentido ao mundo e à sua experiência usando a linguagem que os discrimina”.¹²⁸ Trata-se de um processo em que, muitas vezes, velhos esquemas explicativos são empregados para representar novas relações sociais, formas de pensar hegemônicas são distorcidas e readequadas para servir a outros fins. Processo, simultaneamente de reflexão, organização, luta e vivência prática.

Em meados de 1950 “o trabalho” parece conquistar um novo reconhecimento na consciência social. O médico do Sindicato dos Metalúrgicos, por exemplo, afirmava: “a atual ascensão do trabalho é justa” – apresentando como provas as leis trabalhistas, os programas dos partidos políticos e a eleição de operários para cargos legislativos ou sua nomeação para executivos.¹²⁹ Como sabemos, parte considerável do esforço ideológico do segundo Governo Vargas destinou-se a convocar, conquistar, pactuar, dialogar e ouvir os trabalhadores. A situação de virtual pleno emprego quase até o final da década de 1950, a expansão industrial e a participação eleitoral constituíram o substrato estrutural para essa reavaliação do papel social do proletariado.

Uma das manifestações de afirmação da identidade de classe se revela na rejeição dos valores implícitos na ideologia “higienista”, segundo os quais o operário seria um ser deficiente culturalmente, viciado por hábitos de consumo inadequados e incapaz de manter relações familiares saudáveis. Ao contrário, na visão de mundo proletária, o trabalhador manual era um herói.

¹²⁸ CALDEIRA, T.P.R., *Cidade de muros...* p. 85.

¹²⁹ CUNHA, A. “Operário, alma simples e boa”, *O Metalúrgico* Nº 87, abr.-maio 1950, p. 8

Desta forma era representado, em maio de 1955, pelo metalúrgico Atahyde Rezende: “Esses pobres seres, verdadeiros párias, são os operários de todo o Brasil que, firmes, resignados, heróicos, dotados de um espírito de abnegação sem igual, se mantêm nos seus postos dia e noite”.¹³⁰

O orgulho de ser metalúrgico e, mais do que isto, um sentimento quase demiúrgico, de quem detém a força criadora do mundo, revela-se no já citado poema de 1º de Maio de Maria Tereza Marques (“De tuas calejadas mãos saem as mais lindas/ Obras que um homem pôde criar um dia”), mas também no depoimento eloquente de Miguel Terribas:

Antes que eu me esqueça, a metalurgia, se não é a atividade principal do mundo é uma das principais. Tudo o que você vê, tudo o que você toca, tudo o que você veste, tudo o que você come, tudo o que você bebe, quando não tem metalúrgico diretamente, tem indireto. Somos nós que fazemos tudo, desde o início que eu te falei do aço que começa primeiro com o minério de ferro, com sucata, começa lá já, né, desde o porta-aviões, desde esses aviões enormes, desses navios enormes, a uma minúscula tachinha de sapateiro, tudo isso aí sai, começa em nós. Seus óculos, a estampa, tudo, tudo metalúrgico tem, nem que seja os aparelhos de fazer operação, raio-x, tudo somos nós que fabricamos. Então eu acho que é uma das atividades mais importantes, se não é a mais importante.¹³¹

Uma outra forma de afirmar a superioridade moral dos operários, surgida nos depoimentos de Miguel Terribas e João Miguel Alonso, era comparando a vida sofrida do trabalhador com a vida devassa dos patrões, que, em sua maioria, manteriam amantes.

A tomada de consciência do antagonismo social estrutural e a delimitação de interesses em relação às classes dominantes constitui um componente fundamental de qualquer forma de consciência de classe proletária. Pode-se dizer que, no decorrer dos anos de 1950, vão surgindo com frequência visões de mundo críticas, alternativas à idéia da “harmonia de classes”.

Os antagonismos sociais podiam ser representados com metáforas curiosas, como as formuladas por Nazareno Ciavatta em um artigo de julho de 1954, de *O Metalúrgico*. O autor apresenta, inicialmente, um truísmo: “O trabalhador é o mais sacrificado, assim diz o povo: e é verdade!”. Constatada esta verdade, havia que fazer algo: “(...) é preciso pensar e observar quem são aqueles que sacrificam os trabalhadores e, depois, é preciso que os

¹³⁰ REZENDE, A. “O Abandono da classe operária”, *O Metalúrgico* Nº 2142, maio, 1955, p. 5.

¹³¹ Depoimento de Miguel Terribas.

trabalhadores se organizem em seus Sindicatos e assim poderão derrotar seus exploradores”. Mas como identificar os exploradores? Segundo o autor haveria diferenças anatômicas entre exploradores e explorados:

“As cobras não são todas venenosas”, assim eu li num livro escrito por um funcionário do Butantã, e assim o livro mostra a figura das cobras venenosas e a figuras das cobras não venenosas. As cobras venenosas têm a cabeça ponteaguda e a cobra não venenosa tem a cabeça chata. Então passei a observar o homem que pratica os maus tratos ao próprio e vi que esses senhores têm a cabeça ponteaguda como as cobras venenosas, daí passei a observar o homem que luta em defesa do homem e vi que este tem a cabeça chata. Portanto, eu considero no mundo a luta dos cabeças chata contra os cabeças ponteaguda.¹³²

Outro artigo de 1954, apesar de uma conclusão conformista, não deixa de descrever as relações sociais como marcadas pelo antagonismo entre patrões e trabalhadores. Intitulado “Rabo de Peixe”, vinha assinado por Belmont V., o que mereceu uma nota da redação de *O Metalúrgico* solicitando que, da próxima vez, o nome viesse assinado por extenso, sugerindo, portanto, tratar-se de material enviado por algum associado:

Estamos vivendo uma vida bem apertada, que nem temos mais buraco na cinta para apertar, porque já não temos mais barriga...
A Justiça do Trabalho nunca vai a favor do trabalhador, está sempre a favor dos que têm Cadillac, e eu não tenho. Se eu fosse da Delegacia do Trabalho haveria de fazer os patrões pagar todos esses meses atrasados e ainda com juros, dando-me um aumento de 20%. Não seria bom? Eu acho que sim...
Mas quem sou eu primo...Não tenho Cadillac, nem rabo de peixe e amanhã me toca começar a segunda feira o ‘pau-de-arara’. Que bela vida, até quando Deus quiser.¹³³

O antagonismo social era pensado de forma concreta, quase alegórica, não porque, a nosso ver, a consciência de classe se diluísse na representação de uma sociedade dividida entre ricos e pobres,¹³⁴ mas porque os conceitos abstratos de “proletariado” e “burguesia” eram traduzidos por meio de várias imagens concretas, uma vez que, como demonstrou Hoggart, a essência da vida operária é densa é concreta, “seu sentido principal é estar no

¹³² CIAVATTA, N., “A luta do bem contra o mal”, *O Metalúrgico* Nº jul. 1954, p. 2. Talvez nosso articulista não soubesse, mas a primeira revolução social a era contemporânea foi liderada pelo grupo dos “Roundheads” (Cabeças Redondas), os seguidores de Oliver Cromwell, assim designados em alusão ao penteado adotado. Cf: HILL, C., *A revolução inglesa de 1640*, p. 12

¹³³ BELMONT, V. “Rabo de peixe - Meus companheiros”, *O Metalúrgico* Nº 134, p. 6 Nº 2

¹³⁴ Segundo Leônicio Martins Rodrigues, por exemplo, o descontentamento operário, no Brasil, voltava-se contra o “status quo” e “os ricos”, mas não contra o sistema capitalista. Cf.: *Industrialização e Atitudes operárias*, p. 151.

íntimo, no sensorial, no detalhe, no pessoal”.¹³⁵ Este parece ser o significado, por exemplo, do relato apresentado por Joaquim José na assembléia metalúrgica de 11 de setembro de 1955: denunciou que, em 1953, após a greve, “(...) na residência dos Prado, os mesmos que lançam centenas de trabalhadores ao desemprego, fizeram uma festa em homenagem a uma gata e colocaram no pescoço da gata um colar de 300 mil cruzeiros”.¹³⁶

Uma visão mais elaborada e politizada das diferenças de classe podemos verificar no artigo “Alerta companheiros!”, assinado por “Vidente”, em dezembro de 1962:

A luta é da classe operária contra a classe capitalista. Ou acabamos com eles ou então seremos por eles reduzidos a farrapos humanos. Ou o operariado se une para resistir ou eles, já organizados, nos farão escravos. Repito: a luta é de classe!
Quanto ao modo de proceder de um bom operário, é cumprir com as suas obrigações e depois reivindicar, esclarecendo sempre os companheiros de trabalho. Se você é um simples operário, ou um operário classificado (escriturário, chefe, etc.) é ao lado da classe operária que deve estar.¹³⁷

Pode-se dizer que esta consciência de pertencer a uma classe explorada, em luta contra a exploração, se reforçava com as experiências práticas de solidariedade vividas nos sindicatos, associações de bairro, clubes e futebol, mutirões de periferia. Também era comum nas assembléias metalúrgicas a arrecadação de fundos em solidariedade, por exemplo, aos marceneiros em greve no Rio de Janeiro,¹³⁸ aos aeroviários em greve, também no Rio,¹³⁹ à viúva de um metalúrgico “que estava passando necessidade”,¹⁴⁰ aos familiares de um chefe de família “preso por lutar pelas reivindicações da classe operária”.¹⁴¹ Enquanto nos têxteis, dentre outras campanhas de solidariedade, arrecadou-se donativos para as vítimas de uma “catástrofe que abalou a cidade de Santos”,¹⁴² listas foram passadas nas fábricas para arrecadar dinheiro para as vítimas da seca no nordeste,¹⁴³ arrecadou-se

¹³⁵ BOSI, E., *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias*, p. 127.

¹³⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 11 set. 1955, p. 18.

¹³⁷ VIDENTE, “Alerta companheiros!”, *O Metalúrgico* Nº 209, nov.-dez. 1962, p. 2.

¹³⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 14 maio 1954, p. 124 – verso.

¹³⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 25 mar. 1955, p. 168 – verso.

¹⁴⁰ Ibid., 5 set 1955, p. 16

¹⁴¹ Ibid., 20 nov. 1955, p. 37.

¹⁴² Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 8 abr. 1956, p. 159.

¹⁴³ Ibid., 31 out. 1958, p. 197.

fundos para ajudar a esposa de um padeiro “morto na luta salarial de sua categoria”.¹⁴⁴ Todas estas campanhas fortaleciam a solidariedade de classe e o sentimento de oposição ao patronato, ao invés da solidariedade interclassista proposta pelos Círculos Operários Católicos, pelo SESI, e pelos “ministerialistas”.

As experiências de solidariedade de classe e a elaboração de uma visão da estrutura social a partir de uma polarização “nós” contra “eles”, valorizavam de forma intensa a idéia de união. O mesmo José Maia Ribeiro que em 1951 pedia a expulsão dos comunistas, em abril de 1953, após a Greve dos 300 Mil, exaltava as virtudes da “união proletária” em um artigo intitulado, sugestivamente “Para a grande vitória reinar: a união proletária nacional”. O texto concluía afirmando: “Afim, uma pequena mostra da pujança e da união proletária foi tornada pública, resta agora que os poderes competentes compreendam que leis não enchem barriga e a realidade dos fatos obrigam a ação”.¹⁴⁵

A nova consciência de classe parecia jogar sobre o mundo uma outra luz, revelar nas coisas outros significados. Pode ser notada em propostas práticas, como a que foi aprovada na assembléia metalúrgica de 13 de outubro de 1957, de “enviar mensagem à Câmara dos Vereadores propondo a mudança da Rua do Carmo para Rua dos Metalúrgicos”.¹⁴⁶ Pode ser sentida na ousadia do metalúrgico Anderson Ferreira de Freitas, que pediu a palavra na assembléia de 30 de dezembro de 1951 para contestar o discurso do advogado do sindicato que afirmara: “(...) apesar de muito se dizer que o Decreto Lei 9070 era inconstitucional, nenhum Juiz o declarara”. Inteveio o metalúrgico: “Companheiros! Não quero tomar muito tempo dos senhores. Quanto ao que disse o sr. Advogado, sobre o Decreto Lei 9070 (...) eu, como metalúrgico trabalhador, brasileiro, o considero ilegal, porque reconheço em um único meio de se obter aumento de salários que é, em último recurso, a greve que é a grande arma”.¹⁴⁷

Parece certo afirmar que apenas para uma minoria militante a consciência de classe adquire a forma de uma visão de mundo coerente e diferenciada de outras representações – como se pode pensar que seja o caso dos operários ligados aos partidos socialistas,

¹⁴⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 14 out. 1962, p. 181.

¹⁴⁵ RIBEIRO, J.M., “Para a grande vitória reinar: a união proletária nacional”, *O Metalúrgico* Nº 119, abr. 1953, p. 18.

¹⁴⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 13 out. 1957, p. 120 – verso.

¹⁴⁷ Ibid, 30 dez 1951, 8 - verso

comunistas ou trotskistas. Para a maioria, os elementos de consciência proletária, construídos nas lutas, nas leituras, parecem alterar a perspectiva de outros conjuntos de idéias e valores.

Este parece ser o caso do nacionalismo, por exemplo. Nossa pesquisa revelou fortes indícios – já apresentados em outros capítulos – de que na consciência do operariado a defesa dos direitos dos trabalhadores deveria afirmar-se contra ameaças de reduzi-los à condição de escravos.¹⁴⁸ Ora, a superação da condição aviltada do trabalho manual parece não ter começado a ocorrer, para os trabalhadores, com a abolição da escravatura, mas sim – prática e simbolicamente - com a promulgação da legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Apenas na “era Vargas” o trabalhador começou a ser, de alguma forma, cidadão da Nação, portanto, portador de direitos.

Assim, a idéia de pertencimento à comunidade nacional associava-se à conquista de direitos, à idéia do acesso à justiça. É o que se depreende do artigo do metalúrgico Boanerges M. Oliveira, publicado em junho de 1955, em que Ruy Barbosa é evocado contra o Ministro do Trabalho, que impedira a posse da Diretoria eleita do Sindicato. Afirma o autor ter 58 anos e estar por ver “(...) tanto desrespeito às leis do país e à democracia”. Denuncia o operário que “em muito a Carta Magna da Constituição vem sendo rasgada na cara do povo, que em grande número são operários, mas não deixam de ser brasileiros e, no regime democrático, eles têm os mesmos direitos quanto têm os poderosos”. O “Águia de Haia” é, então, evocado: “O grande brasileiro Ruy Barbosa, em sua literatura profunda, disse: ‘A pátria não é ninguém, são todos, e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéias, à palavra, à associação’”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Leônicio Martins Rodrigues surpreendeu-se com as respostas apresentadas pelos operários à questão formulada em sua enquete sobre o que era ser operário. Muitos acentuaram a condição de subordinação, alguns comparando à situação dos escravos. Cf.: *Industrialização e atitudes operárias*, p. 164. No mesmo artigo comentado em linhas anteriores, do médico do Sindicato dos Metalúrgicos, Dr. Antônio Cunha, em que ele se refere à ascensão do trabalho, explica que, desde que “entre nós” cessou a época em que, como em Grécia e Roma, o trabalho do operário era prova de indignidade, uma nova mentalidade social vinha se formando. CUNHA, A. “Operário, alma simples e boa”, *O Metalúrgico* Nº 87, abr.-maio 1950, p. 8.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, B.M. “Os dias e hoje”, *O Metalúrgico* Nº 143, jun 1955, p. 7.. Depoimento com perspectiva semelhante foi obtido por José Sérgio Leite Lopes de um operário ajudante de estampanaria da Fábrica Aurora, em Pernambuco: “O operário, ninguém dá nada a ele. O operário, só quem pode dar alguma coisa a ele é a nação. Os direitos que a nação indicar. Porque se a nação não indicar os direitos, o patrão só queria que o operário trabalhasse a troco do comer, e do comer mal, comer uma vez só por dia e apanhando” LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 367. Como podemos notar, mais uma vez o espectro da escravidão.

Da mesma forma, o robustecimento da consciência de classe não implica ruptura com as explicações e valores do cristianismo, mas uma reorganização desses elementos. É o que se nota, por exemplo, no artigo “Destinos Diferentes”, assinado por L.S. em *O Metalúrgico* de setembro de 1955. Afirma o autor: “Milhões correm de mão em mão, mas dos tubarões. Eles têm qualquer direito, pois têm o dinheiro que os braços dos outros fizeram conseguir. Quem são estes outros? São os operários (...)”. O artigo prossegue, evocando, também ele, a condição de escravos experimentada pelos operários: “Não sou político, luto também ao lado dos meus colegas escravos, pode-se dizer, do mesmo patrão. Mas estou revoltado contra esse mundo errado que vejo na frente, esse mundo que é somente dos ricos”. Finalmente, conclui o autor: “Mas ainda não está tudo perdido, ainda nos resta uma esperança: a justiça divina, somente ela pode curar o nosso querido Brasil dessa terrível doença, o EGOISMO, sem nos abandonar na luta dentro do Sindicato, com a união de todos os trabalhadores sindicalizados”.¹⁵⁰

Finalmente, cabe analisar mais pormenorizadamente a “consciência jurídica” elaborada pelo operariado no período.

Às vésperas do Natal de 1956, 57 metalúrgicos tornavam-se melhor habilitados para fiscalizar, orientar, denunciar e propor ações capazes de fazer valer os direitos dos trabalhadores, pois haviam concluído um *Curso de Direito Trabalhista e Organização Sindical* iniciado no dia 25 de setembro.¹⁵¹ O curso fora dirigido especialmente aos delegados de empresa – embora franqueado a todos – e ministrado pelos advogados do Departamento Jurídico do Sindicato, com assistência de membros da Diretoria, constando de seu programa três temas: I – O Contrato de Trabalho, II – Justiça do Trabalho e Previdência Social e III – Direito Coletivo do Trabalho e Organização do Trabalho.¹⁵² Em fevereiro de 1958, o Sindicato dos Metalúrgicos continuava oferecendo a seus associados cursos de legislação trabalhista mas ampliara o leque, também proporcionando aulas de economia política, desenho mecânico, oratória e prática de redação.¹⁵³ Em maio de 1963, eram oferecidas lições de Legislação Trabalhista também na subsede do Ipiranga.¹⁵⁴ Por

¹⁵⁰ “Destinos diferentes”, *O Metalúrgico* Nº 146, set. 1955, p. 2

¹⁵¹ “Curso de direito trabalhista e organização sindical”, *O Metalúrgico* Nº jan. 1957, p. 4

¹⁵² “Curso de direito trabalhista e organização sindical promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo” Nº 156, set. 1956, p. 4

¹⁵³ “Metalúrgicos, atenção!”, *O Metalúrgico* Nº 169, fev. 1958, p. 4

¹⁵⁴ “Curso na subsede do Ipiranga”, *O Metalúrgico* Nº 211, mar.-abr.maio 1963, p. 7.

sua vez, no Sindicato dos Têxteis, em agosto de 1962, Nivaldo Fonseca, membro de Conselho Fiscal, comunicava à Diretoria que “em reunião dos delegados foi aprovado a realização de um curso de legislação trabalhista para a formação de delegados sindicais”.¹⁵⁵

O ano de 1956, que se encerrara, para os metalúrgicos, com um curso sobre Direito Trabalhista, tivera, em seu início, a 1ª Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro, no Ginásio do Pacaembu, com a participação de cerca de mil delegados, operários e camponeses. Os conferencistas se debruçaram sobre um temário que trazia pontos como: Previdência Social, aumento de salários, salário mínimo, assiduidade, multas, higiene e segurança nos locais de trabalho, Imposto Sindical, Fundo Social Sindical, direitos sindicais na Constituição e na CLT. Também seriam eleitos delegados para a Conferência Nacional, a realizar-se no Rio de Janeiro.¹⁵⁶

Em agosto de 1958, a Diretoria do Sindicato dos metalúrgicos examinou proposta de Afonso Delelis de comprar exemplares da CLT para os delegados de fábrica. Após discussões, a proposta foi alterada, ficando a doação para todos os que obtivessem 30 novas filiações na campanha de sindicalização que estava sendo promovida - os demais exemplares seriam vendidos aos associados.¹⁵⁷

Uma das formas, portanto, do movimento sindical lidar com a legislação trabalhista foi preparando seus militantes para incorporar aqueles conhecimentos, de forma a poder empregá-los nos embates com os patrões e seus agentes. Foi em seminários, cursos e encontros como os descritos acima, certamente, que se forjou a “consciência jurídica de classe” a que se refere Aziz Simão,¹⁵⁸ e que se manifesta internalizada na forma de pensar de lideranças como o metalúrgico Philadelpho Braz.¹⁵⁹ Pelo esforço dos sindicatos e dos próprios trabalhadores, na “República populista” o conhecimento jurídico deixou de ser monopólio dos bacharéis formados no Largo do São Francisco.

Mais do que um aprendizado literal dos artigos da CLT ou da jurisprudência, o acionamento da Justiça Trabalhista podia suscitar um conhecimento sobre os conflitos de

¹⁵⁵ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 4 ago. 1962, p. 145.

¹⁵⁶ “Intensificam-se os preparativos para a Conferência Estadual das Leis Sociais”, *O Metalúrgico* Nº 148, jan. 1956, p. 1.

¹⁵⁷ Ata da Reunião de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 29 ago. 1958, p. 17 – verso.

¹⁵⁸ FRENCH, J.D., *Afogados em leis...* p. 66

¹⁵⁹ *Ibid.*, p.64-64 e 123.

classe, as formas coletivas luta, o funcionamento das instituições, sua tendenciosidade, o comportamento dos representantes sindicais, do Estado, dos patrões. Entre a letra da lei e sua efetiva aplicação – os operários sabiam disso – havia a vida real. Assim, a “consciência jurídica de classe” também era carregada da experiência prática das lutas, muitas vezes de décadas, necessárias para que a lei saísse do mundo jurídico e entrasse no mundo da vida. Nesse percurso, aprendia-se sobre os usos que o patronato podia fazer da legislação e sobre as formas de funcionamento das instituições e as possibilidades de influenciar sobre suas decisões.¹⁶⁰

Como afirma Paoli, a legislação trabalhista desprivatizou o espaço fabril, permitindo que seus conflitos emergissem na esfera pública como problemas sociais e políticos. O estudo de Leite Lopes, por sua vez, joga luz sobre os efeitos desta publicidade nas relações de classe em uma fábrica na qual prevalecia um padrão de dominação paternalista. A “ousadia de botar questão” – como os operários da Companhia Têxtil Paulista se referiam ao acionamento da Justiça do Trabalho - contra o empresário constituía momento importante da interiorização da lógica dos direitos e da ilegitimidade da dominação exercida pela companhia e propiciava a ousadia para outras lutas.¹⁶¹

Acionar a Justiça Trabalhista, especialmente por meio do sindicato, era um gesto com vários significados. Por um lado implicava a aceitação da mediação do Estado – em detrimento da ação direta – como necessária para a defesa de direitos face ao apetite de lucro do empresário. Esta mediação tornava públicas diversas situações até então encerradas no âmbito das relações pessoais dentro do espaço da fábrica. Ao encontrar a denominação jurídica para determinado procedimento do empresário e ao conhecer a existência de sanções legais, o conflito aparentemente fortuito e privado transformava-se numa questão de direito e, nesse processo, a ilegitimidade daquele procedimento era interiorizada. O recurso à Justiça, por si só, não assegurava a aplicação da lei, mas colocava a luta num terreno público e político.

¹⁶⁰ José Sergio Leite Lopes demonstra que direitos assegurados em lei desde 1932 só entraram em vigor da CTP vinte anos depois, conquistado com paralisações do trabalho, ações diretas dentro da fábrica e ações judiciais. Cf.: LOPES, J.S.L., Op. cit., p. 389 Vera Lúcia Vieira, estudando o período 45-50 também ressalta que a aplicação das leis trabalhistas quase não se fazia nas firmas pequenas e nas grandes só com muita mobilização e luta. Cf.: VIEIRA, V.L., *Cooptação e resistência...*p.78.

¹⁶¹ LOPES, J.S.L., Op. cit., p.360, 367

Por outro lado, cabe dizer que, certamente uma Justiça lenta, precária e em grande medida ineficaz, além de uma legislação que, se protegia direitos trabalhistas, também abria brechas para a sua burla e permitia o controle sobre a máquina sindical e o cerceamento das lutas dos trabalhadores – como se verifica pelo fato de inexistir uma legislação democrática sobre o direito de greve, por exemplo – não poderia suscitar manifestações muito enfáticas e permanentes de satisfação por parte dos trabalhadores e de seus representantes.

Assim, o mesmo José Maia Ribeiro que em 1950 tanto exaltara a legislação trabalhista, em 1951 continuava enaltecendo-a, porém, assinalava com vigor a distância entre os postulados jurídicos e a vida real: “Possuímos uma Legislação Trabalhista que, sem dúvidas ou favores, é um monumento erguido em prol dos direitos adquiridos, sustentáculos da higiene e da segurança do trabalho”, reconhece o autor. Porém, a mesma vinha sofrendo de “uma espécie de reumatismo burocrático com inteiro sacrifício para os trabalhadores”. Conclusão:

A lei é do Estado Nacional, os fiscalizadores também o são, o dinheiro é pago como se sabe do povo para o Estado, o Estado paga para fazer a fiscalização, os fiscais percebem para o mesmo fim e, finalmente as Leis ficam desrespeitadas e os operários desiludidos e aqueles que vem dependendo da lei para viver ficam decepcionados.¹⁶²

Boa parte das críticas apresentadas pelos sindicatos dirige-se ao não cumprimento das leis, ou à morosidade em sua aplicação. Como sentenciava *O Metalúrgico*: “(...) Aprenderam os trabalhadores que entre o reconhecimento legal destes direitos e a sua materialização se antepõe o muro quase intransponível do poder das classes abastadas, que lutam incessantemente por conservar seus privilégios”.¹⁶³ A legislação trabalhista parece adquirir a feição de uma representação ideal, utópica, da relação entre patrões e empregados.

Outras críticas, ainda mais profundas, à Justiça do Trabalho também surgiam. Na assembléia têxtil de 18 de julho de 1954, tendo como pauta a “aprovação da tabela única a ser apresentada aos patrões” e “congelamento de preços” os oradores inscritos, segundo a Ata, “criticam a Justiça do Trabalho dado porque [sic] a mesma é contrária aos interesses

¹⁶² RIBEIRO, J.M., “Fazer menos leis e cumprir as que temos”, *O Metalúrgico* Nº102, nov. 1951, p. 8

¹⁶³ “Os problemas nacionais e a volta do Sr. Jânio Quadros”, *O Metalúrgico* Nº203, out.-nov. 1961, p. 8

dos trabalhadores, portanto patronal”.¹⁶⁴ Críticas assim explícitas à natureza de classe da Justiça Trabalhista não parecem ter sido muito frequentes, mas ocorriam eventualmente. Em assembléia geral metalúrgica, de outubro de 1961, José de Araújo Plácido sentenciava, sobre o TRT: “Não guardemos ilusões quanto a esse tribunal, já que essa justiça reacionária significa o matadouro das nossas reivindicações”.¹⁶⁵

Portanto, pode-se dizer que partir de meados de 1953, quando a corrente “ministerialista” vai sendo derrotada e substituída na direção dos sindicatos por frações mais combativas, a percepção das leis como uma doação que teria magicamente mudado a condição do trabalhador vai cedendo lugar a visões mais críticas. Estas se dirigiam tanto ao funcionamento da Justiça, quanto ao seu caráter de classe, mas também aos defeitos da própria lei, propondo, em contrapartida, reformas.

Dentre as propostas apresentadas pelos sindicatos de mudanças na legislação trabalhista, uma das principais foi a elaboração de um projeto de lei que assegurasse aos sindicatos a participação na fiscalização das indústrias, como já vimos. Na assembléia têxtil de junho de 1956, por exemplo, foi aprovado: “Que se organize uma comissão composta de diretores de nosso sindicato, de advogado e outros sindicatos e federações para elaborar o ante-projeto de lei pelo qual assistirá ao diretor do Sindicato o direito de fiscalizar as indústrias”.¹⁶⁶ Outra campanha foi desencadeada, em 1957, pela mudança do artigo 469 da CLT, de forma a proibir a transferência do empregado além de 2 quilômetros do local de contrato de trabalho, anotado em carteira profissional. Cartas foram enviadas a deputados, senadores, Ministro do Trabalho e Presidente da República apresentando a reivindicação, mas a campanha parece não ter prosperado.

Em maio de 1963 instalou-se na Guanabara o *Fórum de Debate Lindolfo Collor*, promovido pelo Ministério do Trabalho, liderado, então por Almino Afonso, com o objetivo de estudar mudanças na CLT, com base em anteprojeto elaborado por Evaristo de Moraes Filho. O evento parece indicar o amadurecimento de uma tendência no movimento sindical e trabalhista de promover uma reforma geral na CLT, mas podemos apenas cogitar

¹⁶⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 18 jul 1954, p. 102 – verso.

¹⁶⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 29 out. 1961, p. 33.

¹⁶⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 17 jun. 1956.

sobre seu teor, uma vez que os jornais sindicais silenciam sobre o evento e não conhecemos o anteprojeto de Evaristo de Moraes.¹⁶⁷

Ainda com relação à legislação trabalhista, pode-se dizer que o movimento sindical também defendeu sua democratização, ou seja, sua extensão àqueles setores da população excluídos da cidadania por não terem vínculo empregatício formal. Foi o caso da luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo, finalmente vitoriosa com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963 e com a defesa da extensão da legislação trabalhistas às empregadas domésticas, alcançada em 1972.¹⁶⁸

Portanto, pode-se concluir que o espaço fabril se constituía, antes da existência de uma legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho, em espaço privado no qual o poder patronal era exercido tão amplamente quanto possível. A idéia, expressa por Rowland, segundo a qual “A Justiça do Trabalho retirou dos sindicatos a iniciativa no que diz respeito às condições de trabalho e impediu a eclosão de conflitos ao único nível – o da empresa – favorável ao desenvolvimento de um forte movimento de base” parece, portanto, equivocada em toda a sua extensão.¹⁶⁹ De fato, a Justiça do Trabalho não retirou dos sindicatos a iniciativa no que diz respeito às condições de trabalho, ao contrário, quando o movimento operário conseguiu livrar-se dos representantes “ministerialistas”, procurou na legislação e na Justiça do Trabalho munção para a vigilância e a luta contra o despotismo patronal, as más condições de higiene e segurança no trabalho e a superexploração da força de trabalho. A eclosão de conflitos ao nível da empresa continuou ocorrendo e a introjeção da noção da ilegitimidade de uma série de medidas patronais reforçou-se e em muitos casos foi despertada pela existência de uma legislação trabalhista. A suposição de que as condições favoráveis para o desenvolvimento de um forte movimento de base brotam em cada empresa a partir do conflito direto entre patrões e empregados não leva em conta que é aí também que, muitas vezes, o despotismo é exercido da forma mais absoluta. Muitas vezes vêm de fora os sinais e alianças que dão sustentação ao enfrentamento com o

¹⁶⁷ “Autoridades debatem substituição da CLT”, *Última Hora* Nº 3.406, 1 maio 1963, p. 9 e ABREU, A.A., Op. cit., Vol I, p. 48.

¹⁶⁸ CARVALHO, J.M., *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, p. 172. HOCHMAN, G. “Previdência e assistência social nos Anuários Estatísticos do Brasil”, In: IBGE, *Estatísticas do século XX*, p. 173

¹⁶⁹ ROWLAND, R. “Classe operária e Estado de compromisso (Origens estruturais da legislação trabalhista e sindical”, *Estudos CEBAP* Nº 8, abr-maio-jun 1974, p.32. Para uma crítica: FRENCH, JD. *O ABC dos operários...*p. 291.

patronato no chão da fábrica. Uma Justiça do Trabalho relativamente imparcial ou favorável aos trabalhadores pode ser um grande alento à luta operária.

Cabe reconhecer que Rowland não está sozinho em sua proposição de que a luta direta entre trabalhadores e patrões no chão da fábrica confrontaria de maneira mais efetiva as forças antagônicas da sociedade, permitindo com isto encontrar uma solução mais favorável aos trabalhadores, já que não desviada para outras instâncias. É o mesmo ponto de vista que encontramos em Vera Lúcia Vieira quando analisa a “incorporação das necessidades e direitos dos trabalhadores ao universo legal”, concluindo: “O que se consegue é desviar a luta que emerge no seio do proletariado como força antagônica e inconciliável com o capital para o embate pelas vias legais, consolidando a ‘democracia burguesa’”.¹⁷⁰ Ora, está subjacente aqui a ilusão de ser possível o encaminhamento da luta de classes como um confronto direto, eliminando as mediações e representações, vistas como desvios. O que tentamos demonstrar no Capítulo 4 com o longo relato de várias lutas específicas é que, posto o confronto, apresentam-se os mediadores, sendo a Justiça um deles. A luta operária não pode passar do plano do confronto fabril ao da estruturação de uma nova hegemonia em um novo “bloco histórico”, sem uma ocupação e esgotamento de diversas mediações, sendo o campo jurídico um dos mais importantes.

Também nos parece unilateral a afirmação de Paranhos sobre a legislação trabalhista e sindical: “Tratava-se, no fundo, de conter os conflitos no setor urbano-industrial, algo essencial para a ‘normalidade’ do processo de acumulação capitalista”, pois desconsidera que na Justiça também se operava, num plano simbólico e mediado, a oposição de classes, representando um terreno de lutas.¹⁷¹

¹⁷⁰ VIEIRA, V.L. *Cooptação e resistência*, p. 218

¹⁷¹ PARANHOS, A., *O roubo da fala...*p. 26.

Conclusões

E aquela era a hora do mais tarde. O céu vem abaixando.
Narrei ao senhor.
No que narrei, o senhor talvez até ache mais do que eu, a minha verdade.
Fim que foi
Grande Sertão: Veredas
João Guimarães Rosa

Ao concluirmos a reconstrução das lutas e da participação social da classe trabalhadora de São Paulo no período 1950-64, fica-nos a sensação de termos narrado a história de um sujeito que se adapta mal tanto a representação do demiurgo revolucionário idealizado no Manifesto Comunista, segundo o qual “os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existente”,¹ quanto a representação de uma massa relativamente passiva manipulada por lideranças populistas, proposta pela “interpretação sociológica”.

Primeiramente porque as condições materiais da existência dessa classe trabalhadora estão em constante processo de mudança, afetando sua composição quanto ao gênero, faixas etárias, qualificação, desenvolvimento setorial, sua distribuição no espaço, densidade numérica. Assim, vimos, ao longo do tempo, a tradicional categoria têxtil ser afetada por um intenso processo de “automatização”, acelerando-se a partir de meados da década de 1950, resultando numa diminuição da força de trabalho no setor. Vimos a expansão dos metalúrgicos e a entrada das grandes montadoras de veículos, instalando-se em novas regiões e mudando drasticamente a distribuição da força de trabalho no espaço da cidade, esvaziando ou relativizando a importância do antigo território da cidadela operária: Brás, Mooca, Bom Retiro, Ipiranga. E pouco, efetivamente, puderam fazer os sindicatos e comissões de fábrica contra essas mudanças estruturais. Esses processos enfraqueceram o “eixo têxteis-metalúrgicos”, que dava sustentação às lutas sindicais nos anos 1950.

Vimos, ainda, a questão feminina, dos jovens, dos nordestinos, dos trabalhadores “sem carteira assinada” se manifestarem como diferenças a serem elaboradas pelas representações da classe trabalhadora, suas direções e suas organizações, sem que soluções afirmativas de uma identidade coletiva tenham sido sempre encontradas. Enfim, o que é a classe trabalhadora, senão uma coletividade condicionada por um denominador comum –

¹ MARX, K.; ENGELS, F.; “Manifesto Comunista” In: COGGIOLA, O. (Org.) *Manifesto Comunista*, , p. 50

viver do seu trabalho – mas entrecortada por diferenças, várias identidades, em processo constante de mudança, invenção de possibilidades e enfrentamento de impossibilidades?

Em segundo lugar, o *comportamento social, político, as manifestações culturais e as formas de consciência* manifestadas por essa classe trabalhadora parecem, também, desmentir a expectativa de encontrarmos o demiurgo revolucionário ou o passivo manipulável.

Socialmente, vimos uma classe migrando para a periferia da cidade e se empenhando com toda a energia em transformar espaços rurais em lugares habitáveis. Deste movimento surgiu e politizou-se a questão urbana e se articularam demandas, fizeram-se alianças, fundaram-se organizações, forjaram-se representações políticas que passavam ao largo dos sindicatos e da luta salarial. Este trabalhador construiu a casa própria como uma garantia e uma referência para a sua dignidade e cidadania. A família, longe de ser sentida como um “preconceito burguês”, constituiu um núcleo de sociabilidade fundamental a mediar a relação do trabalhador com o espaço urbano, com o trabalho, com o futuro, enfim.

Aspectos importantes da sociabilidade do trabalhador de São Paulo no período se resolviam por mecanismos “informais”. O aprendizado profissional, por exemplo, indispensável para nossa industrialização acelerada e abrangente, ocorreu, na maior parte dos casos, na prática, ao pé da máquina, sem aulas nem professores. Por outro lado, vimos que todas as lutas e greves importantes do período contaram com a decisiva participação das comissões de fábrica. Quando vamos procurar estas organizações nos documentos, pouco encontramos. Descobrimos que, antes de mais nada, eram articulações informais, intermitentes, quase invisíveis.

Na esfera política institucional, a representação mais efetiva da classe trabalhadora de São Paulo foi o janismo. Mas, reconstruindo os vínculos desse janismo com seus prováveis eleitores, “de baixo para cima”, sobressai uma imagem bastante distinta do tresloucado histriônico. Vemos um Jânio se projetando em 1953 por denunciar as péssimas condições de moradia na periferia, por reconhecer as sociedades amigos de bairro como efetivo “poder público” e, depois de eleito, por legalizar os novos loteamentos e tomar algumas providências efetivas para o seu saneamento. Vemos um Jânio manifestando abertamente o seu apoio a Greve dos 300 mil, já como prefeito eleito, e, nos primeiros

momentos da Greve dos 400 Mil, como governador, confiando o policiamento do movimento aos próprios trabalhadores. Um Jânio que aliou-se a uma ala do PTB representada por seu vice-prefeito e depois vice-governador, general Porfírio da Paz – piqueteiro na Greve dos 400 Mil e colaborador com o fundo de greve no mesmo movimento. Um Jânio vinculado às direções dos dois sindicatos mais importantes de São Paulo: Nelson Rusticci e Remo Forli. Assim, a dupla Jânio-Porfírio parece ter, por um período, encarnado melhor do que outras representações políticas, a aliança classe trabalhadora-classes populares em São Paulo em torno da luta por direitos trabalhistas e pelo direito à cidade.

Mas a pesquisa mostrou também que Jânio-Porfírio foram representação de uma relação de forças em um período e não depositários exclusivos ou incondicionais do apoio operário e popular. Outras forças mais à esquerda se projetaram – Rio Branco Paranhos foi eleito vereador, deputado federal, bem como líderes sindicais como Salvador Romano Losacco e Luiz Tenório de Lima e o PCB teve grande apoio eleitoral até sua proscrição em 1948.

Pode-se dizer que o amplo espectro das lutas do período decorria de três tipo de contradições sociais e conflitos de valores, como tentamos sistematizar no quadro abaixo:

Contradições e lutas	Formas de organização	Valores em jogo
Exploração econômica/Luta contra a exploração e o despotismo patronal	Sindicatos, comissões de fábrica, intersindicais	Dignidade do trabalhador (rejeição da escravidão), salários justos, códigos costumeiros
Espoliação urbana/ Luta pelo direito à cidade	Sociedade amigos de bairro, associações femininas, FEAB	Denúncia do abandono, direito à cidade.
Escassez e inflação/ Luta pelo direito ao consumo, contra a fome	PUI, sindicatos, associações de bairro	Economia moral, preços justos, prioridade do abastecimento, defesa da família.

Devemos admitir, assim, que emergiam do solo das contradições econômicas e sociais, das relações nas fábricas e nos bairros, um conjunto de problemas, e uma articulação de lutas que engendravam formas de organização e valores contrários à ordem liberal burguesa e à lógica econômica do capitalismo. A resolução desses conflitos pressupunha a organização de um novo “bloco histórico”. Entretanto, os bloqueios

encontrados pelos trabalhadores impossibilitaram sua afirmação como possível direção desta mudança. O golpe civil-militar de 1964, mais do que reação às estratégias de confronto de setores da esquerda e mais do que prevenção a um possível processo tipo revolução cubana, foi um golpe de classe contra todas as conquistas que já haviam sido obtidas pelos trabalhadores no campo material, político e simbólico desde o pós-guerra e contra a possibilidade de articulação desses três eixos das lutas.

Assim, o projeto das reformas, que emergira das lutas operárias e populares, conquistou parte da classe média, do estudantado, da intelectualidade, das forças armadas, mas esse “bloco histórico” não tinha direção eficaz. O que pressupunha a formação prévia de um sujeito político, que, no Capítulo 6, tentamos caracterizar como um partido tipo PT. Mas não o PT “da ordem” e da corrupção e sim o partido político independente dos trabalhadores em luta por reformas socializantes. Agora, esboçando essas considerações finais e, premidos pela agenda do tempo presente a englobar na análise os desdobramentos do processo hoje, podemos acrescentar algumas palavras ao que já foi dito.

O impulso político mais inovador promovido pela classe trabalhadora então foi o das reformas econômicas e sociais e do “redimensionamento da democracia” e “aprofundamento da cidadania” nos termos indicados em várias passagens deste trabalho. Sua melhor possibilidade e a melhor prática política seria aquela que permitisse o aprofundamento desse movimento, sua ampliação em escala nacional: a formação de muitas outras câmaras distritais como a de Pirituba, a persistência no lançamento de candidaturas operárias e populares, o avanço ainda maior no controle sobre áreas do Estado, a consolidação da aliança com classes populares, setores médios, estudantes, intelectuais, a consolidação do PUI como intersindical e se desdobrando como grande plenário operário-popular, a ampliação, enfim, das bases de um poder operário-popular.

A conquista do governo federal tem-se mostrado, especialmente no Brasil, uma meta misteriosamente enganosa para os trabalhadores. As reformas são bloqueadas, o “transformismo” parece inevitável. A política destinada a formar trabalhadores capazes de dirigir o Estado - mesmo com objetivos formalmente reformistas e progressistas - parece distanciar esses trabalhadores de seu território e sobrevém o medo, a solidão – ou a simples adaptação ao novo meio.

Nossa reflexão vai no sentido inverso – do Estado para a sociedade. Ou seja: não se trata de pensar sobre os caminhos e condições da transformação de uma força social em uma força política capaz de dirigir o Estado, mas de pensar os caminhos pelos quais as forças sociais que se transformaram em forças de Estado retornem à sociedade e a partir daí se possa reconstruir a política e o exercício do poder.

A experiência de 1950-1964 mostra, nas condições de então, os caminhos da construção do poder operário e popular. Este não deve ser pensado como forma de sustentação a governos ou projetos políticos das esquerdas, mas como um poder social e político que se manifesta e corporifica em toda e qualquer comissão de fábrica, na luta por leis favoráveis aos trabalhadores, no veto aos lucros escorchantes, nas greves setoriais ou gerais, nas candidaturas populares, nas práticas de solidariedade, nas passeatas, no lazer e no calendário operário, nos “planos gerais” de reformas urbanas, de abastecimento de preços, de produção orientada por interesses nacionais e populares. Que as novas gerações tirem proveito deste manancial de lutas e experiências.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Márcia Mendes de. *O sindicato dos têxteis em São Paulo: história (1933/1957)*. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1981. ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social en la Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires: 2004.

ANTUNES, Fátima. *Futebol de fábrica*. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho)

_____. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*; da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3^a ed. São Paulo: Cortez, Ensaio, 1990.

ARAÚJO, Braz José. *Operários em Luta*; metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros, 88).

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BARREIRO, Irllys Alencar F. *Autonomia da classe operária? A greve de 1953*. Brasília: UnB, 1986.

BATALHA, Cláudio H.M. et. al. (Orgs.) *Culturas de classe*. Campinas: editora da Unicamp, 2004.

BENEVIDES, Maria Vistoria. *O PTB e o trabalhismo*; partido e sindicato em São Paulo (1945/1964). São Paulo: Brasiliense, Cedec, 1989.

_____. *O governo Kubitschek*: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 2^a ed..Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENJAMIN, C. et. al. *A Opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BLAY, Eva. *O trabalho domesticado*; a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1987 (Coleção Ensaio, 35).

_____. *Eu não tenho onde morar*: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*; uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1991. (Coleção Estudos Brasileiros, 28).

BONDOUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*; leituras de operárias. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. “Problemas ligados à cultura das classes pobres”. In: *A cultura do povo*. 4^a ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1988.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *As duas almas do Partido Comunista –1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CABRAL, Manuel Villaverde. *O proletariado, o nome e a coisa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

_____. *A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. Brasiliense.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975 crescimento e pobreza*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, s/d.

CAMPOS Jr., Celso de. *Adoniram: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Coord.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed.. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. 2º Tomo. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

CAVALCANTI, Cláudio Antônio de Vasconcelos. *As lutas e os sonhos; um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1996.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora! Jovem, idealista, revolucionária, comunista, defensora da classe operária e, m Sorocaba*. Sorocaba: Lei de Incentivo à Cultura, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes do fazer*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência; aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COLISTETE, Renato. *Labour relations and industrial performance in Brasil: Greater São Paulo, 1945-1960*

CORNER, Paul. "Italian fascism: whatever happened to dictatorship?". *Journal of Modern History*, vol 74, p. 325-351, june, 2002.

COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória; comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileira (1960-64)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci : um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMANTE, Hélio. "O movimento de 22 de março de 1953 em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 18, jan. 1965.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *O segundo governo Vargas – 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880/1945)*. São Paulo: Difel, Edusp, 1971 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

DEBERT. Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

DECCA, Márcia A Guzzo. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB – do getulismo ao reformismo – 1945-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

_____. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1987.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____; FONTES, Paulo. *O populismo visto da periferia*. Adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953 (No Prelo)

_____. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca (1942-1973)*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2002.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FANTASIA, Rick. *Cltures of solidarity: consciensus, action and contemporary american workers*. University of California Press.

FARIA, Hamilton José Barreto de. *A experiência operária nos anos de resistência; a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário*. São Paulo: PUC, 1986.

FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1830-1945)*. São Paulo: História Social/USP; Hucitec.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular, 1930/45*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, Vol 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, O.S. “Comportamento eleitoral em São Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8, abril 1960.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas à crise política: 1961-1964*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por direitos; estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora port-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FONTES, Paulo. “ ‘Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo’ – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização do trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos; estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2002.

_____. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume; Sindicato dos Químicos, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil; estudo com um grupo de trabalhadores*, São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Ensaio).

_____. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979 (Coleção Ensaio e Memória, 24).

FRENCH, John. *O ABC dos operários*; conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal, 1995.

_____. *Afogados em Leis*; a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1984.

GOENDER, J., *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbana*: um estudo sobre as Associações de Moradores em São paulo. São Paulo: Editora Autores Associados/Cortez, 1982.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria nem Patrão!*; memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2002.

HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1985.

HOBBSBAWN, Eric J. *Mundos do Trabalho*; novos estudos sobre história operária. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História)

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência*: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo: Humanitas; Itajaí: Univali, 2004.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración*: el peronismo y la clase trabajadora argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

KARTCHEVSKY-BULPORT et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOVARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*; São Paulo: passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LOBATO, Mirta Zaida. “Manifestaciones y rituales bajo el peronismo/ las reinas del trabajo”. *La marcha – Los muchachos peronistas* 2. Buenos Aires, 2004.

LOPES, Carmen Lucio Evangelho. *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos da classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB, 1988.

LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

_____. *Sociedade industrial no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Difel, 1971.

LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*; aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo/Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PROED/Marco Zero, s/d.

LORNER, Beatriz Ana. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*: um estudo. Dissertação de Mestrado. História. Unicamp, 1985.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB*; estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980.

MANN, Michael. "Sources of variation in working-class movements in twentieth-century Europe". *New Left Review*, Londres, n. 212, p. 15-54, jul-ago. 1995.

MARANHÃO, Ricardo *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2^a ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

MARTINS, Heloisa Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Capital*. 2^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *La Internacional*: documentos, artículos, cartas. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

MATOS, Maria Izilda Santo de. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. 2^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

_____. (Coord.) *Trabalhadores em greve política em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Faperj; Bom Texto, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, *Manuel de história oral*, São Paulo: Loyola, 1996.

MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano*. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1978.

_____. *Greve de massa e crise política ; estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/54*. São Paulo: Polis, 1978 (Coleção Teoria e História, 3).

_____. et. al. (Org.) *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MUNHOZ, Fábio Antônio. "Sindicalismo e democracia populista. A greve de 1957". *Caderno Cedec*, n. 2, maio, 1977.

NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de Montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.

NUNES, Antonio Carlos Felix. *PC Linha Leste*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980 (História Presente 2).

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PAES, Maria Helena Simões. *O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno. para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno*. Bauru: Edusc, 2004.

PAOLI, Maria Celia. “Os trabalhadores na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero, s/d.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 199.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras; presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, José Carlos. *Formação industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

PEREIRA, Vera Maria Candido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operário têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

REVISTA BRASILEIRA de HISTÓRIA. *Brasil 1954-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1994. Vol 14, n° 27.

_____. Vol. 8 , N° 15, set. 1987.

_____. Vol. 24, N° 47, jan.-jun, 2004.

REVISTA TEMPOS HISTÓRICOS, Vol 5 e 6. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2004

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista – 1870/1930*. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 200°

ROCHA, Antônia Sarah Aziz. *O bairro e a sombra da chaminé*. São Paulo: PUC, 1992.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: Faze, 1990.

RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária; um estudo sobre tecelãs*. São Paulo: Hucitec, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979. (Coleção Ensaio e Memória, 22).

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

_____. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

_____. *Partidos & sindicatos*; escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Industrialização e atitudes operárias; estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação urbana, política e territorialidade na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: FAPESP; Nobel, 1997.

ROWLAND, Robert. “Classe operária e Estado de compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical), *Estudos CEBRAP* 8, abr.-maio-jun. 1974

RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1986.

RUDÉ, George. *A multidão na história*; estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848.

SADER, Eder,. *Quando novos personagens entram em cena*; experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores para*: greves e mudança social no Brasil (1945-1990) São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Guarino Fernandes dos. *Nos bastidores da luta sindical*. São Paulo: Ícone, 1987.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo*: partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987.

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa; os operários das Docas de Santos*; direitos e cultura de solidariedade. São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal, 1995.

SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1991.

SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Cebrap, 1980.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SKIDMORE, Thomas. “Una nueva era de Vargas, 1951-1954. In: MACKINNON, Maria Moira & PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en America Latina*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.

SOUNES, Howard. *Dylan: a biografia*. São Paulo: Conrad, 2002.

STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981 (Coleção A Questão Social no Brasil).

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997 (Coleção Momento).

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História).

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A miséria da teoria; ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3^a ed. Bracelona: Crítica, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Coleção Estudos Brasileiros, 12).

VIEIRA, Vera Lúcia. *Cooptação e resistência; trabalhadores de São Paulo de 1945 a 1950*. São Paulo: PUC, 1989.

_____. *O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950: representações sobre os trabalhadores urbanos no período de 30 a 50*. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC, 1998

WAINER, Samuel. *Autobiografia*. São Paulo: Planeta, 2005.

WEFORT, Francisco C. *Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)*. Estudos CEBRAP, São Paulo: Edições Cebrap, 1973, n° 4.

_____. *Classes populares e política; (Contribuição ao estudo do “populismo”)*. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1968.

_____. *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Sindicatos e Política*. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1972.

WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN- Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLFE, Joel. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Duke University, 1993.

ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Outras fontes consultadas:

- Coleção jornal *Última Hora* 1953-1964 – Arquivo do Estado de São Paulo
- Edições esparsas do jornal *Notícias de Hoje* – Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM
- Coleção do jornal *O Metalúrgico* 1950-1964 – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.
- Edições esparsas do jornal *O Trabalhador Têxtil* – Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM
- Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato do Têxteis – 1950-1964
- Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos – 1950-1964
- Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Têxteis – 1950-1964
- Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Metalúrgicos – 1950-1964
- Arquivos do DOPS – Arquivo do Estado
- Anais da Câmara Municipal de São Paulo
- Depoimentos

ANEXO I

Campanhas salariais

METALÚRGICOS

Data¹

- Julho/Agosto 1951

Reivindicação

- 50% de reajuste sobre salários de novembro de 1951. Posteriormente: reivindicação de 100% de reajuste

Métodos de luta

- Envio de memorial ao Ministro do Trabalho pedindo que recomendasse aos sindicatos patronais a concessão de aumento salarial aos operários.
- Formação de uma comissão de salários com dez membros.
- Assembléias sindicais: 14/9/1951, 30/12/51
- Entrega de memorial na FIESP reivindicando aumento salarial
- Realização de passeata para entrega do memorial
- Greves “espontâneas”
- Envio de circular a todas as firmas metalúrgicas pedindo aumento de salários

Negociações

- Empresas concedem aumentos “espontâneos” de 20% a 30%
- Audiência na FIESP que oferece 50% sobre salários de 1945
- Dissídio coletivo no TRT

Acordo

- 100% sobre salários de 1945 – Duração do acordo: 1/1/1952 a 31/12/1952

Data

Março 1953: Greve dos 300 Mil (Ver Capítulo 3)

Data²

- 16/4/54 : data do vencimento do acordo de 1953

Reivindicação:

- Inicialmente: 50% de reajuste
- Após a integração com a campanha do PUI: aumento de Cr\$ 1.100,00

Métodos de luta:

- Unificação das lutas no PUI
- Assembléias de várias categorias: 27/6/54: decide TABELA ÚNICA
- Fundo de Greve
- Greve Geral no dia 2/9/54 (Ver Capítulo 3)
- Negociações conjuntas por meio do PUI. Suspensão das negociações metalúrgicos/FIESP
- Ato público no Teatro Colombo: 1/7/54, contra a carestia.
- Assembléia geral 19/9/54: rejeita três propostas patronais apresentadas
- Assembléia geral 8/10/54. Proposta patronal aprovada por aclamação por maioria absoluta.
- Formada comissão de salários, que negocia na DRT, juntamente com a Diretoria do Sindicato.

Negociações

- Sindicato pede mediação DRT

¹ ATAS AGE 2,4, O META 30,33,35,37,39

² O META A 94,96,98,99,100,104,108 ATAS AGE 24,26

- Sindicato quer negociação direta com a FIESP que se recusa
- FIESP negocia nos dias 7/6/54 e 11/6/54. Oferece 13% e 10%, rejeitados. Nova negociação: 30/6/54 (Metalúrgicos não comparecem). Proposta FIESP: 17% com teto de Cr\$ 730,00

Acordo:

- Reajuste de 880,00 a partir de 1º de outubro, descontados todos as antecipações concedidas.
 - Duração: 1/10/54 a 4/1955
-

Data³

- Vencimento do acordo anterior: abril de 1955 ou outubro de 1955?

Reivindicação:

- 40% de reajuste sem teto, sem cláusula de insuficiência econômica e sem teto
- 25% de reajuste com teto de Cr\$ 1.100,00

Métodos de luta

- Concentração 15/7/55 em frente à Assembléia Legislativa pedindo compromisso de deputados “na luta pelo aumento de salário, pela liberdade sindical e pelo congelamento do custo de vida”.
- Assembléia geral 15/5/55: resolve realizar reuniões com representantes de fábricas a fim de saber as reais necessidades dos trabalhadores “para se poder pleitear aumento em proporções mais ou menos exatas”.
- Assembléia geral 27/5/55: Nesta assembléia:

Waldemar Ferreira da Silva, a pedido da Comissão de Aumento de Salários lê os lucros das grandes empresas da Capital do setor metalúrgico. Albertino Diniz da Silva lembra que lucros reais são ainda maiores pois havia sonegação. José de Araújo Plácido propõe mesa-redonda inter-sindical para organizar luta por: aumento de salários, liberdade sindical e congelamento de preços.

- Assembléia geral 12/6/55
- Assembléia geral 26/6/55 – Remo Forli ameaça repetir 1953
- Assembléia geral 14/8/55 – Nesta assembléia:

Antônio José Riverti lê ata da mesa-redonda realizada com sindicatos patronais na DRT. Aqueles permaneciam intransigentes, não aceitando negociar.

- Assembléia geral 5/9/55- Diogo Munhoz lê informe sobre os lucros das empresas. Rejeitadas propostas patronais.
- Assembléia geral 11/9/55 José Bustos lê informe sobre lucros das empresas e defende greve a partir de 1º de outubro.
- Assembléia geral 25/9/55
- Assembléia geral 7/10/55

16/10/55. Eugenio Chemp fala sobre proibição do filme *Rio 40 graus*. Raul Nogueira de Lima, representante da DRT exige que presidente em exercício, José Bustos, “casse” a palavra de Chemp. Aquele consulta o plenário a respeito. Representante da DRT retira-se afirmando que assembléia estava anulada e retorna com delegado do DOPS e quatro peruas de investigadores. Assembléia é encerrada e associados vão “tomar chopps [sic] que havia no terraço do Sindicato”. Marcada greve de advertência de 24 horas para o dia 18/10.

³ OSM 62.

- Assembléia geral 17/20/55. Votada e rejeitada proposta patronal de 20% com teto de 888,00 e abolição de cláusula de insuficiência econômica.

- Assembléia geral 18/10/55: Greve tem adesão de 75% das indústrias. Assembléia encerra greve de 24 horas.

Assembléia geral 30/10/55

Assembléia geral 13/11/55

Assembléia geral 20/11/55 – Vice-presidente José de Araújo Plácido e Hermeto Mendes Dantas, da Comissão de Salários defendem 25% sem teto.

Assembléia geral 27/11/55: decide concentração no dia 1/12 em frente ao TRT e assembléia no próprio dia.

Assembléia geral 1/12/55 – Assembléia aprova acordo: 20% com teto de Cr\$ 920,00, a partir de 1/12/55

- Comissão de salários inicia estudos sobre índice de reajuste

Negociações:

- Ofício à FIESP 25/4/55 pede reunião a 7/6/55. FIESP responde que irá consultar sindicatos filiados
- Dia 29/8 – Proposta da FIESP divide a indústria em duas categorias: a) 15% com teto de 800,00 e b) Teto de Cr\$ 600,00
- Sindicatos Patronais não querem negociar pois alegam que acordo de 1/10/54 estava vigente.
- Mesas redondas na DRT: sindicatos patronais propõem 15% de reajuste com teto de Cr\$ 600,00, com cláusula de “incapacidade econômica”.

- 29/8/55 - Negociação

- 13/9/55 (FIESP falta)

- 9/9/55- Negociação

- 17/10/55- - DRT oferece 20% com teto de Cr\$ 900,00 para 6 categorias e com teto de Cr\$ 700,00 para as demais com as cláusulas de insuficiência econômica e assiduidade.

RECUSADA.

- 18/10/55 - Negociação

- 11/11/55 – Negociação na DRT. Sindicato dos Metalúrgicos resolve recorrer ao TRT. Audiência é marcada para 24/11/55. À saída da audiência Diretores do Sindicato e o advogado são presos pelo DOPS. Alguns soltos logo em seguida e três continuam presos.

- 24/11/55- Não houve audiência no TRT por ausência das entidades patronais.

- Nova audiência TRT: 1/12/55. Acordo é assinado no dia 2/12.

Acordo:

- 20% de reajuste com teto de Cr\$ 920,00.
-

Data⁴

9/9/56

Reivindicação

- Cr\$ 1.400,00 para todos

Método

- Assembléias nos dias 9/9/56 e 30/9/56
- Formação de Comissão de Aumento de Salários

Negociações

- Mesa redonda com presidentes dos sindicatos do Grupo 14 da FIESP: 19/9/56. São apresentadas duas propostas: a) aumento uniforme de 3,70 a hora; b) aumento diferenciado: para salários de 14,10 a 16,00: 3,70 a hora - acima de 16,10: aumento de 4,00 a hora. A partir de 1/12/55

⁴ ATAS AGE 47.

Acordo

- salários de Cr\$ 12,36 a Cr\$ 14,00 a hora: Cr\$ 3,50
- salários de Cr\$ 14,10 a Cr\$ 16,00 a hora: 3,70
- salários acima de 16,10: Cr\$ 4,00.

1957 – Greve dos 400 Mil (Ver Capítulo 3)

Data⁵

- Acordo vencia a 1/10/1958

Reivindicação

- 35% de reajuste

Método de Luta

- Assembléia geral 12/9/58: eleita comissão central de salários “para funcionar junto à Diretoria e às comissões de fábrica com 5 titulares e 5 suplentes
- Assembléia geral 28/9/58: define-se lutar pelo reajuste de 35%
- Assembléia geral 19/10/58: pede-se que os operários tragam suas “cadernetas de empório” para que a comissão de salários possa nelas se basear para calcular o aumento do custo de vida. São formados piquetes de greve. Riverti propõe realização de reuniões em todas as fábricas.
- Assembléia geral 31/10/58 : aprovação proposta com votação: 373 a favor e 269 contrários ao acordo.
- Comissões:a) Para estudar o aumento 2) Para manter contato com comissões de empresa.
- Reunião em Ribeirão Preto a 5 e 6 de setembro de 1958 de todos os sindicatos metalúrgicos de São Paulo, comandada pela Federação.
- Indicativo de greve para 13/11

Negociações

- Envio de ofício a FIESP pedindo mesa redonda na DRT a 15/9/58
- Mesa Redonda na DRT:
- 15/9/58 – Patrões não comparecem
- 25/9/58 – Patrões não comparecem
- 16/10/58
- 24/10/58 – doze horas de reunião
- 27/10/58
- Federação e 18 sindicatos do estado pedem mesa redonda a 18/10

Acordo:

Assinado em 5/11/1958: 22% com teto de Cr\$ 2.000,00

Data⁶

- 30 de outubro de 1959: fim do último acordo

⁵ ATAS AGE 57

⁶ DOC 38, 15

Reivindicação

- Dieese defende: aumento conforme Índice do Custo de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo. Dieese apresenta dois índices: 11/58 a 8/58: 41,6% e 01/58 a 08/58: 32%.
- Sindicato defende: para quem ganha mais do que Cr\$ 5.900,00 em 11/58: 41,6% e para quem ganha menos do que Cr\$ 5.900,00 em 11/58: 32%
- Posteriormente Sindicato pleiteia: reposição baseada no Índice do Custo de Vida de 11/58 a 09/59: 43,9%
- Dieese defende restabelecimento das hierarquias salariais entre qualificados, semi-qualificados e não-qualificados.
- Dieese defende a transformação dos acordos salariais em contratos coletivos de trabalho com estabelecimento de: índices de reajuste, normas de aplicação, abono de natal, valorização do profissional especializado, questões relativas a automação.

Métodos de luta

- Assembléia dia 21/8/59: forma comissão para, juntamente com DIEESE, estudar índice de reajuste. Realiza reuniões 29/8 e 1/9/59. Convoca reunião de todos os delegados de empresa.
- Reunião de todos os delegados de empresa: 10/10/59
- Reunião da Comissão Central de Salários com a Diretoria
- Remo Forli propõe organização de comissões de fábrica e realização de assembléia simultâneas de todas as categorias envolvidas em campanhas salariais na construção da “unidade de ação”.
- Assembléia geral: 20/9/59 com presença da “massa de trabalhadores metalúrgicos” e delegados de empresa. Comissão de salários é confirmada com 9 membros. Assembléia se declara em regime de assembléia permanente
- Assembléia geral 18/10/59 com 1.500 presentes: Forli propõe manter reivindicação de 43,9% e dar prazo a patronal até 29 de outubro. Aponta greve geral a partir de 4/11/59. Champ convoca classe a formar comissões de greve nas fábricas e promete fechar a Ford, a Vemag e a Arno “à força”, pois eram as mais difíceis de paralisar.
- Assembléia geral: 30/10/59: 10 mil presentes (“a mais numerosa da história do Sindicato”, segundo *O Metalúrgico*. Agente do DOPS avalia em 1.500 os presentes): manutenção das reivindicações, rejeição proposta de reajuste de 28%. nova assembléia dia 03/11/59 com deflagração de greve dia 04/11/59.

Negociações

- Mesa redonda na FIESP: 5 e 16 de outubro. Nesta última sindicatos patronais qualificam proposta dos metalúrgicos como “aérea” e recusam-se a discuti-la.
- Mesa redonda na DRT: 27/10. Participa representante do Ministro do Trabalho. Proposta patronal: 28% com teto de Cr\$ 3.000,00. Roberto Gusmão DRT Contra-propõe: 35% com teto de Cr\$ 4.000,00, ambas rejeitadas em assembléias metalúrgicas.
- Mesa redonda na DRT 3/11/59. Chega-se ao acordo. Todos rumam – representantes dos patrões, dos operários, Delegado do Trabalho e representante do Ministro – para o Palácio dos Campos Elíseos

Acordo

- 35% de reajuste sobre os salários de 1/11/58, descontando aumentos da partir da data-base desde que não resultassem de promoção, transferência ou aquisição de maioridade. Teto de Cr\$ 5.000,00
-

Data⁷

- Acordo vence a 31/10/60

Reivindicações

- Abono de natal
- Abolição do teto “por ser uma cláusula inconveniente e prejudicial aos trabalhadores qualificados e que desestimula a formação profissional”.
- Reajuste de 50%
- Adicional a título de salário-família a partir de 1/11/60
- Credenciamento de delegados de empresa.
- Vigência do acordo de 1/11/60 a 30/10/61. Caso inflação subisse acima de 10% se poderia reivindicar revisão.

Métodos de Luta

- Assembléias gerais: 19/8/60
- Assembléia geral 25/9/60 – Associado Carleto Favelli defende aplicação do salário família no próximo acordo salarial e salário para menores, além da extinção da cláusula que estabelece período de vigência do acordo. Associado Francisco Sílvio Chagas acusa comissão de salários de ser tirada do “bolso do colete dos Diretores do Sindicato”. Raimundo de Souza Matos afirma que fora escolhida na última assembléia.
- Formação de comissão de salários com 7 membros
- Assembléia geral 14/10/60. Presente, advogado dos sindicatos patronais faz contra-proposta: 29,4% com teto de Cr\$ 4.200,00. Recusada. Indicativo de greve para 31/10/60
- Preparativos de greve: formado Comitê de Greve com delegados de empresa e voluntários, além de suplentes da Diretoria, “com a finalidade de auxiliar a diretoria a dirigir o movimento”.
- Reunião delegados de empresa 25/10/60
- Decretação de estado de assembléia permanente
- Assembléia geral: 30/10/60. Decide pela greve. Formação de piquetes. Objetivo: parar as 5.000 metalúrgicas de São Paulo, Osasco e Guarulhos
- Dia 31/10/60: 50% das 2.500 empresas estavam paradas. A outra metade parou com a ação dos piquetes. Início da greve.
- Passeata metalúrgica até a DRT no dia 31/10/60, onde são informados de que não houvera acordo.
- Dia 2/11/60: Sessão da assembléia permanente com 700 presentes. Presença de deputados Farabulini Jr. E Luciano Lepera, General Porfírio da Paz, representantes da UEE, dos sindicatos dos Carris Urbanos e da Construção Civil. Forli avalia que 90% das indústrias estavam paradas. Porfírio da Paz “Teceu severas críticas aos patronais e afirmou que, no dia de hoje, estaria à disposição dos trabalhadores para fazer parte integrante de piquetes e comandar a prometida passeata dos grevistas”.
- “Passeata-monstro”: 3/11/60. Faixas, cartazes, 5 carros-de-som. Da sede do Sindicato – Rua do Carmo – Até a Assembléia Legislativa. Realização de comício. Solidariedade deputados Farabulini Jr., Rocha Mendes, Luciano Lepera e Cid Franco. Prossegue até Câmara Municipal onde se fez protesto contra aumento da CMTC. Prossegue até a FIESP, vaiada. Sindicalistas e parlamentares sobem para negociar na FIESP. Retorno à sede do Sindicato com nova assembléia.
- Assembléia geral 4/11/60: Greve continua. Repudiadas propostas dos patrões (29,4%) e suposta proposta do TRT de 35% com teto de Cr\$ 6.000,00. Assembléia resolve seguir em passeata até o TRT

⁷ OSM 89. Atas AGE 68 DOC 38, 12, 13.

- Assembléia geral: 6/11/60: avaliação de 100% de adesão à greve. Presença de Miguel Guinle, representando os trabalhadores do ABC, Jurandir Alécio, vereador de Santo André. Comissões de têxteis, bancários, trabalhadores em laticínios.
- Assembléia de 7/11/60 é aberta com a execução do hino dos metalúrgicos, que todos ouvem de pé. Decisão de voltar ao trabalho aceitando proposta do TRT. Permanência em regime de assembléia permanente até 25/11/60 quando expirava prazo para recursos patronais. Ameaça de retomada da greve caso houvesse recursos
- O metalúrgico Benjamin José da Silva, 22 anos, empregado da Metalúrgica Monetti, é atropelado por Carmo Moretti, filho de um dos proprietários, quando organizava piquete e morre.

Negociações

- Envio de ofício aos sindicatos patronais reivindicando mesa-redonda, marcada para 11/10/60, na qual patronal pede outra proposta.
- Mesa-redonda na FIESP: 28/10/60. Comparecem Diretoria e Comissão de Salários. Patrões oferecem 29,4%.
- Mesa redonda na DRT dia 31/10/60 com presença de representante do Ministério do Trabalho. Negociações fracassam.
- Audiência de conciliação no TRT: 4/11/60. Juiz-Presidente propõe: 45% com teto de Cr\$ 6.000,00, rejeitada pelos metalúrgicos
- Mesa redonda na FIESP 5/11/60: sem acordo
- 7/11/60: Julgamento Dissídio no TRT. Resultado aceito por ambas as partes, recuo da greve: 40% em cima do acordo de 1959 com teto de Cr\$ 10.000,00.

Acordo

- 40% a partir de 4/11/60. Teto de Cr\$ 10.000,00.
 - Vigência de um ano a partir de 4/11/60
-

Data⁸

Abril de 1961: reivindicação de REVISÃO do acordo de novembro de 1960. Sem sucesso, encadeia-se com luta por NOVO REAJUSTE SALARIAL a partir de setembro de 1961

Reivindicação

- Reajuste de acordo com o Índice do Custo de Vida: 60%.
- Abono de Natal
- Férias de 30 dias
- Contenção de preços
- Reivindicar das autoridades reajuste do salário mínimo.

Métodos de Luta

- Assembléias metalúrgicas em Guarulhos 21/4/61 e São Paulo 23/4/61 e mais duas sem data mencionada
- Participação na passeata a 9/6/61
- Assembléia geral 16/6/61, 16/7/61
- Assembléia geral: 8/9/61. Formada Comissão Central de Salários com 17 membros. Realiza reuniões semanais com trabalhadores de empresas
- Assembléia geral: 1/10/61, na Rua do Carmo. 1.200 metalúrgicos presentes, segundo agente DOPS. Remo Forli apresenta proposta patronal: 24,9%, tento de Cr\$ 5.000,00 e exclusão do operário que tiver de um dia a três meses de trabalho na firma.
- Assembléia geral em 15/10/61, no Cine Oberdã com 2.000 metalúrgicos, segundo agente DOPS. Indicativo de greve para 4/11/61. Formação de piquetes de greve. Afonso Delelis afirma: “Não somos sindicato pelego e não podemos falar fino. Os valorosos metalúrgicos vão discutir com os patrões, mas já com greve marcada”.

⁸ ATAS age 71 DOC 38, 9

- Passeata monstro: 27/10/61 às 18 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos com 10 outras categorias em campanha salarial. Passeata segue até a Federação das Indústrias para entregar memorial. Depois vão à Praça da Sé.
- Assembléia geral: 29/10/61 transfere greve para 6/11/61. Delegados de fábrica são convocados para reunião no dia 3/11/61 às 19 horas “para ultimar os trabalhos da preparação da greve, bem como a formação dos piquetes e suas respectivas tarefas”. Estavam presentes representantes de têxteis, mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem, trabalhadores nas indústrias de plásticos, padeiros, trabalhadores em frios e derivados e em papel e papelão. Vice governador Porfírio da Paz e Deputado Estadual Farabulini Jr vão prestar solidariedade. Segundo registro do agente do DOPS: “Em breves palavras o Gal. Porfírio da Paz fez uma saudação aos presentes e disse do seu integral apoio ao movimento dos metalúrgicos. Que, como das outras vezes, se os metalúrgicos forem à greve, ele comandará o ‘piquetão’(...)”
- “Pacto de ação comum” articula lutas de: metalúrgicos, gráficos, têxteis, vidreiros, papel e papelão, carnes e derivados, laticínios, marceneiros. Proposta de greve geral.
- Assembléia geral a 5/11/61 no Cine Paramount. Votação secreta da proposta do Ministro do Trabalho: a favor: 1.477. Contra: 1.322.

Negociações:

- Enviado ofício a sindicatos patronais pedindo mesa-redonda
- Realização de 4 mesas-redondas na FIESP (uma delas a 16/10, as outras sem informação de data). Proposta patronal: 24,91% baseados em dados do SEPT.
- Mesa redonda: 30/10/61: patrões oferecem 39%. Proposta recusada.
- Mesas redondas na DRT presididas pelo Ministro do Trabalho, Franco Montoro. Após treze horas de reunião sai proposta de 45% com teto de Cr\$ 15.750,00 sobre salários de 4/11/60, com vigência de um ano.– Aceita.

Acordo:

- Uma minoria de empresas concedeu reajuste de 10% a 20% em junho/1961
- 45% com teto de Cr\$ 15.750,00

Data⁹

Outubro 1962

Reivindicação

- Aumento geral de 70% sobre salários de janeiro de 1962.
- Aumento do salário mínimo para Cr\$ 17.000,00
- Reajustes semestrais

Métodos de Luta

- Assembléia 30/9/62 decide encaminhamento conjunto com o PUI
- Assembléia geral de 14/10/62 autoriza Sindicato a entrar em contato com patronal. Índice de reajuste de 70%. Com novo reajuste após seis meses.
- Em 28/10/62 - Assembléia geral com presença de 4 mil metalúrgicos: greve a partir das 5 horas do dia 30/10.
- Assembléia 29/10/62 – domingo – com 8 mil metalúrgicos rejeita proposta obtida na DRT: 60% de reajuste com teto de Cr\$ 31.000,00 e mantém decisão de greve, por unanimidade.
- Dia 30/10/62: 220 mil metalúrgicos entram em greve. 80% das fábricas paralisaram até o meio dia: “Operários foram espancados, líderes sindicais presos, numa tentativa infrutífera da polícia em desarticular a greve que tinha sua organização no interior das fábricas”. Comissão de 50 operários visita redação do *Última Hora* levando denúncias. Às 16:30 metalúrgicos dirigem-se em passeata da sede do Sindicato até a DRT, aguardando a chegada do Ministro do Trabalho A greve durou 48 horas.

⁹ O Meta C 34, OSM 111 e CGT 58. UH D 10,11, CM2 33,34

- Dia 31/10/62: aprovada proposta do TRT. José de Araújo Plácido faz histórico da greve e afirma que “os conselhos de empresa tiveram um papel preponderante na luta”. João Pinheiro Netto, Ministro do Trabalho presente na assembléia e de pronuncia “agradecendo o carinho com que foi recebido pelos metalúrgicos e prestando contas de sua vinda a São Paulo, exclusivamente no interesse do trabalhador paulista”. Delellis cobra empenho na soltura de presos durante a greve.
- Ministro compromete-se a demitir o Delegado da DRT, Mario Romeu de Lucca, qualificado como “prejudicial à classe” pelos metalúrgicos.
- Dia 1/11/62 Vereador Milton Marcondes pronuncia discurso a favor da greve: “A greve é justa. Eu falo de cátedra, porque já fui presidente do Sindicato dos Bancários três vezes (...) Se os metalúrgicos se declararam em greve (...) a culpa não é deles (...) É, em primeiro lugar, dos patrões, dos empregadores, cuja única preocupação é o lucro fácil, a prosperidade cada vez maior às custas dos seus operários. E a culpa é também das autoridades, dos poderes públicos, Municipal, Estadual e principalmente Federal, que não tomam as medidas necessárias para a contenção da elevação do custo de vida (...) O leite aumenta do dia para a noite. Com a carne acontece o mesmo. O feijão e o açúcar também têm seus preços elevados. No entanto, nada acontece com os ‘tubarões’ (...) Eles também aumentam os seus preços e a polícia sempre está pronta a intervir, só que com uma diferença. Quando se trata de reivindicações dos trabalhadores, a polícia age contra eles. Mas quando se trata de defesa do poder econômico, a polícia sempre age em sua defesa. E depois dizem que isto é democracia”. O vereador Rio Branco Paranhos também pronuncia discurso em defesa da greve dos metalúrgicos: “(...) Uma greve de metalúrgicos tem conseqüências seríssimas. Hoje é a categoria modelo e líder (...) a quem presto desta tribuna as homenagens mais justas, pois são aqueles de quem legitimamente nos orgulhamos”

Negociações

- Mesas redondas sem resultado (não menciona datas)
- Ministro do Trabalho, Pinheiro Netto, chega a São Paulo e reúne-se na DRT com Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, comissão de salários, advogados, Delegado da DRT, representantes patronais. Mesa redonda fracassa.
- Dia 31/10/62: Presidente do TRT faz proposta de conciliação no dissídio instalado, sem acordo. Marcada audiência de julgamento do dissídio coletivo. Sindicato exige liberação de presos, o que ocorreu. Chega-se a acordo.
- O CGT participa das negociações

Acordo

- 60% de reajuste sobre salários de novembro de 1961. Teto de Cr\$ 31.000,00. Reajuste semestral de 17% com teto de Cr\$ 10.000,00. Entrando em vigor a partir de 4/11/62 com um ano de vigência.

1963: Greve dos 700 Mil (Ver Capítulo 3)

TÊXTEIS

Data¹⁰

5/6/51 é enviado ofício ao Sindicato patronal.

Reivindicação

- 50% de reajuste

Formas de Luta

¹⁰ DOC 8 , 6 DOC 23, 34

- Realização assembléia 4/11/51 considerada “grandiosa” pelo Presidente do Sindicato, Joaquim Teixeira. Forma-se comissão de salários com 10 representantes, depois ampliada para 15.
- Greves registradas no setor têxtil em 24/12/51 por agente DOPS: Fábrica de Tecidos Santa Cecília, Fábrica SAAD, Jafet, Fábrica Nacional de Meias, Fiação e Tecelagem Lutfala. Aparentemente greves sem participação do Sindicato. Panfleto apócrifo colhido pelo DOPS: “Tudo pela conquista dos 50% - Firms na greve até a vitória final – Não iremos para a Coréia – Abaixo a assiduidade”.
- Envio telegrama ao Sindicato Patronal informando sobre a formação de uma comissão que se iria se entender com comissão patronal em mesa redonda sobre aumento salarial. Envio telegrama ao Ministro do Trabalho pedindo envio de representante para fazer parte das negociações.

Negociações

- Enviado ofício ao Sindicato Patronal. Resposta é qualificada como “evasiva” e “capciosa” em reunião de Diretoria do Sindicato dos Têxteis de 5/6/51.
- **Acordo** 22/1/52: Presidente do TRT envia telegrama ao Sindicato dos Têxteis informando sobre homologação de acordo intersindical

Data¹¹

- Agosto 1954 começa a luta.

Reivindicação

- Aumento de salário conforme deliberação do PUI: Cr\$ 1.100,00 para todos

Formas de luta

- No dia 17/3/54 houve paralisações a partir das 11 horas e manifestação às 14:00 no Largo do Arouche “contra a fome e a miséria”. Têxteis distribuem 50 mil panfletos e confeccionam 10 faixas e 20 cartazes. Vice-Prefeito Porfírio da Paz cede carro de som para percorrer fábricas. São usados fogos de artifício na passeata e candidatas à Rainha da UGT (União Geral dos Trabalhadores) formam comissão de frente da passeata. Aderem cerca de 10 mil segundo o jornal *Notícias de Hoje*. Indústrias têxteis paralisadas: Lanifício Varan, Tecelagem Raymundo Scaff, Tapetes Atlântica, Fiação Jafetinho, têxtil Alva, Tecelagem Branca de Neve.
- Reunião de Diretoria de 4/8/54 envia Nelson Rusticci e Luiz Firmino de Lima para interior para “convidar os respectivos sindicatos têxteis para estarem presentes em nossas assembléias engrossando assim a luta por aumento salarial”.
- Reunião de Diretoria de 26/10/54 resolve confeccionar 50 mil boletins convocando têxteis para assembléia geral para discutir aumento de salários no dia 31/10/54.
- Assembléia Geral 1/8/54. Rusticci informa que patrões oferecem 25% podendo chegar a 30% com cláusula de assiduidade integral. Vários oradores rejeitam índice e assiduidade. Exigem aplicação imediata do salário mínimo de Cr\$ 2.300,00. Plenário decide entrar em regime de assembléia permanente. Assembléia resolve desligar três operários da produção com salários pagos pelo Sindicato por 30 dias (4 de agosto a 4 de setembro de 1954) para ajudar a Diretoria na luta por aumento de salário. São escolhidos Antônio Chamorro, Ângelo Natale e Manoel Siqueira. É dado último prazo aos patrões até 2/9/54. Caso não houvesse acordo, seria feita greve de protesto de 24 horas no dia 2. Seriam impressos 50 mil boletins divulgando esta resolução.
- Assembléia geral 19/9/54. Rusticci avalia como positiva greve de 2/9/54. Contra proposta patronal é apresentada: 25% de reajuste sem assiduidade com teto de Cr\$ 700,00. Falam contra a proposta patronal: José Salinas Fernandes, Pedro José da Silva, Luis Rocha Faria,

¹¹ DOC 13, 30 DOC 24, 21, DOC 25, 10 e DOC 20, 19

Ananias da Silva Cardoso, Laurinda Bertolha, Eudálio Fernandes, Nivaldo Fonseca, Antônio Chamorro, Hermógenes Gomes, Rodolfo Montagnolli, Luís Fernandes, Luís Firmino de Lima. Chamorro teria afirmado que no dia 22 de outubro “será eclodida no Brasil, de Norte a Sul, a nossa greve nacional”, segundo agente DOPS

- Assembléia geral 31/10/54. Nelson Rusticci lê proposta de conciliação apresentada pela DRT: 25% de reajuste com teto de Cr\$ 800,00 e “integração do acordo de 1953 aos salários”. Proposta: escolher, dentre os membros da comissão de salários uma “subcomissão para negociar, juntamente com a Diretoria, com os patrões e a DRT.
- Assembléia geral 28/11/54. Nelson Rusticci informa sobre a proposta patronal: 25% depois de serem acrescidos os 32% resultantes do acordo intersindical de 1953. Cláusula de assiduidade seria mantida, mas mulheres teriam direito a duas faltas consecutivas e os homens a uma falta. Aprovada.
- Assembléia geral 25/1/55: Rusticci denuncia que alguns empregadores vinham descumprindo acordo de reajuste de 25%.São denunciados artifícios usados: suspensão de empregados, alteração do sistema de trabalho. Nivaldo dos Santos informa que trabalhadores no setor de “especialidades têxteis” não tiveram seu acordo homologado. Propõe reunião com os trabalhadores daquele setor e retomada da comissão central pró aumento de salários formada no dia 15/11/54

Acordo

- Aplicação do reajuste de 32% do acordo intersindical de 1953 nas empresas que ainda não haviam feito. 25% de reajuste com assiduidade integral com direito a duas faltas para mulheres e uma para homens.

Data¹²

Outubro 1955

Reivindicação

- 40% de aumento.
- Redução para 35% na assembléia de 30/10/55, sem teto ou assiduidade.

Formas de luta

- Assembléia geral de 31/7/55. Ordem do dia: “Leitura das cartas e respostas dos Sindicatos Patronais referentes ao pedido de aumento de salário pretendido pela categoria”. Oradores “conclamam os trabalhadores a cerrarem fileiras e se organizarem dentro das empresas a fim de exigirem o aumento de salários de 40%”. Defendem congelamento de preços.
- Assembléia geral 16/10/55. É lido ofício do Sindicato patronal informando que pedido de aumento seria examinado em assembléia do dia 20/10/55. Formada comissão com 5 trabalhadores para estudar aumento salarial e abono de natal.
- Assembléia geral 30/10/55. Com presença de comissões de gráficos, marceneiros, têxteis de Sorocaba, Presidente da Federação dos Trabalhadores Têxteis. Decisões: reajuste de 35% sem teto ou assiduidade. É feito um chamado para que os trabalhadores se organizem em comissões nas fábricas e fossem retirar boletins de propaganda na sede do Sindicato.
- Assembléia geral 20/11/55 dá prazo até dia 26/11/ para patrões se pronunciarem sobre proposta do Sindicato.
- Assembléia geral 27/11/55, Nelson Rusticci informa que empregadores não haviam feito “proposta concreta por escrito, mas apenas promessas de um possível aumento”. Chamorro propõe realização de nova assembléia no dia 4/12/55 e deflagração de greve caso proposta concreta de reajuste não fosse apresentada. Proposta aprovada. Resolve-se formar comissão para amparar material e moralmente os componentes da categoria e seus familiares “quando, em função do Sindicato, forem os mesmos presos”.
- Assembléia geral 4/12/55. Oradores avaliam que a proposta patronal de 20% de reajuste com teto de Cr\$ 1.000,00 e sem a cláusula da assiduidade não é o que se poderia desejar

¹² DOC 13, 51 – DOC 15: 1,6,9,11,12,16

mas “dadas as circunstâncias por que atravessa a indústria têxtil” (concorrência de outros países, falta de mercados externos) a proposta patronal podia ser aceita. Elogiado o Delegado Regional do Trabalho, Paulo Marzagão, presente à assembléia “(...) participando da luta dos trabalhadores(...) tem demonstrado interesse em resolver as pendências entre empregados e empregadores”. Paul Marzagão fala manifestando “justo orgulho” por estar presente à assembléia. Afirma que não iria exercer a função de Delegado dentro das quatro paredes da Delegacia mas “caminhando ombro a ombro” com os trabalhadores na defesa de seus direitos. Manifesta disposição de “dar ao Sindicato absoluta liberdade e autonomia não interferindo em suas decisões e acatando as suas deliberações, dentro da lei e dos estatutos”. Promete gestão “totalmente imparcial” e afirma não ignorar problemas da DTR, especialmente no setor de fiscalização. Promete punir os funcionários do Ministério que, ao invés de fiscalizar o cumprimento da lei, vinham fiscalizando os sindicatos. É resolvido oficiar o Delegado Regional do Trabalho solicitando a exoneração de todos os funcionários que tenham seus nomes relacionados na folha de pagamento do DOPS. Aprovada proposta de 20%

Negociação

- Reunião de Diretoria de 5/10/55 resolve enviar cartas para os 4 sindicatos patronais pedindo mesa redonda para discussão de novo acordo salarial.
- Em julho sindicatos patronais recusam-se a negociar pois acordo de 1954 estava ainda vigente.
- Mesa redonda no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem.

Acordo

- 20% de reajuste com teto de Cr\$ 1.000,00 e sem a cláusula da assiduidade.

Data

- Outubro 1956

Reivindicação

- Sem informação

Formas de Luta

- Assembléia 4/7/56. Aprovada por unanimidade proposta de greve de 24 horas a partir de zero hora do dia 20 em protesto contra o não atendimento do pedido de salário mínimo de Cr\$ 4.000,00 para São Paulo, contra o reajuste do IAPI para 7% e pelo congelamento de arroz, feijão, pão, açúcar, carne, leite e gorduras. Formação de comissão de greve, que atuará na organização de piquetes bem como comissão de propaganda “para garantia do movimento do dia 20”. Marcada reunião por empresa no Sindicato para formação das comissões de empresa. Convocada comissão de salários para reunião no Sindicato no dia 16 de julho de 1956. A greve, convocada pelo PUI, acabou adiada e depois suspensa.
- Assembléia 19/7/56: Rusticci informa sobre visita do Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso [CONFIRMAR], que se comprometera a tender reivindicações em 20 dias e congelar por 90 dias preços de arroz, feijão, leite, carne, pão, açúcar, óleo, gorduras e derivados. Como muitos operários haviam paralisado no dia 20 resolve-se “que se mande uma circular aos empregadores para justificar as faltas havidas no dia 20”.
- Assembléia geral de 26/8/56 outorga plenos poderes a Diretoria e Comissão de Salários para acertarem com o Sindicato Patronal o aumento salarial.

Data¹³

Outubro 1958

Reivindicação

Reajuste de 30%.

Formas de Luta

¹³ DOC 15, 70...DOC 10, 9

- Assembléia Geral 12/10/58. Chamorro informa que esteve reunido com vários trabalhadores de várias fábricas e que o problema dos mesmos era o aumento do número de máquinas e a redução dos salários. Pede que trabalhadores se organizem dentro das indústrias e que se formasse uma comissão de salários com cinco membros.

Assembléia Geral 31/10/58 – Rio Branco Paranhos informa sobre negociações. Patrões propunham: 18% com teto de Cr\$ 1.600,00 para têxteis, de Cr\$ 2.200,00 para contra-mestres e de Cr\$ 2.500,00 para mestres. Setor de “especialidades têxteis” já havia aceito reajuste de 18% com teto de Cr\$ 1.500,00. Setores de “malharias e meias” e de “cordoalha e estopa” ainda não haviam respondido o ofício do Sindicato. É dado prazo até 12/11/58 para resposta dos empregadores.

Assembléia geral 11/11/58. 300 trabalhadores e trabalhadoras presentes. Rio Branco Paranhos esclarece proposta patronal: 20% com tetos mencionados na assembléia anterior. Manoel Lourenço avalia que a categoria não estava em condições de fazer greve nem de recorrer à Justiça. Proposta é aprovada por unanimidade.

Negociações

Sem informação

Acordo

20% com teto de Cr\$ 1.600,00 para têxteis, de Cr\$ 2.200,00 para contra-mestres e de Cr\$ 2.500,00 para mestres.

Data¹⁴

Outubro 1959

Reivindicação

- 50% de reajuste. Revisão automática em caso de reajuste do salário mínimo. Posteriormente redução da reivindicação para 35% com teto superior a Cr\$ 2.800,00.
- Reconhecimento dos delegados sindicais nos locais de trabalho.
- Contra teto
- Por abono de natal.

Formas de Luta

- Assembléia geral 20/9/59. Forma-se comissão de salários com Elpídio Orsatti, Harri Carvalhaes, Benedito Carnevale, Heitor Ddetim, Manoel F. Bezerra, Elzio Roseto, João Bezerra.. Convoca com volantes e carros de som concentração no dia 24/9/59. Define pauta de reivindicações.
- Assembléia Geral no Cine São José do Belém a 25/10/59 com sindicatos do interior (Taubaté, Araçatuba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul), Federação dos Têxteis, Sindicato dos Mestres e Contra-mestres. Presentes cerca de 1.500 pessoas, segundo agente DOPS. Rio Branco Paranhos apresenta proposta patronal: 30% de reajuste com teto de Cr\$ 2.000,00 sobre salários de 1958. Inscrevem-se 13 oradores rejeitando unanimemente a proposta patronal. Resoluções: apoio irrestrito ao DIEESE e luta pelo índice apontado por esta entidade: 49,9%. Prosseguimento das negociações da Diretoria e Comissão de Salários.
- Assembléia geral (s/ informação sobre data) autoriza Diretoria e Comissão de Salários para negociar reajuste de 35% com teto superior a Cr\$ 2.800,00
- 15/11/59: assembléia aceita acordo salarial.
- Começam assembléias específicas por setor: 22/11/59 – “especialidades têxteis” e “malharias e meias”. Dá plenos poderes para comissão de salários negociar e marca nova assembléia para 28/11/59.
- 28/11/59 – assembléias “especialidades têxteis” e “malharias e meias”. Proposto que as comissões de empresa do setor pressionem empregadores a comparecerem à assembléia patronal aprovando elevação do teto, conforme proposta do Ministro do Trabalho.

¹⁴ DOC 15, 86, 92, 93, 97, 98, 99, 101 – DOC 21, 16 – DOC 10, 1

- 9/12/59: assembléia “malharias e meias”. Rejeita proposta patronal de 35% com tetos de Cr\$ 3.500,00 para tecelões, Cr\$ 4.000,00 para contra-mestres e 4.500,00 para mestres. Greve para 14/12/59 no setor.
- 13/12/59- Assembléia específica do setor de “malharias e meias”. Adiar ratificação da greve para terça-feira quando ocorreria no TRT audiência de conciliação.
- 20/12/59 – Assembléia específica do setor de “cordoalha e estopa” ratifica acordo salarial

Negociações

Acordo

35% sobre salários de 11/11/58 com tetos diferenciados.

Data¹⁵

Outubro 1960

Reivindicações

- 50% de reajuste sem teto.
- Revisão do acordo salarial toda a vez que o custo de vida se elevar acima de 10%.

Formas de Luta

- Reunião na Federação dos Têxteis no dia 12/10/60 para organizar a campanha salarial
- Assembléia geral 25/9/60: formada Comissão de Salários com 6 integrantes: Antonio Torquato Leite, Carlos Domingos de Oliveira, Nivaldo Fonseca, Beatriz Hernandez Nieto, Romildo Reis, Eunice Longo e Germiniano Reinaldi.
- Assembléia geral 16/10/60: Luiz Firmino de Lima, Presidente do Sindicato dos Têxteis, informa sobre reunião com empresários no Sindicato patronal, estando presente, além da Diretoria do Sindicato, a Comissão de Salários, Diretores dos Sindicatos dos Mestres e Contra-mestres, Diretores da Federação do Têxteis, Sindicatos do Interior. Proposta que “os patrões pagassem uma taxa do lucro das firmas em benefício dos trabalhadores”.
- Assembléia geral 30/10/60. Com 500 presentes, segundo agente DOPS. Em nome da Comissão de Salários Carlos Domingos de Oliveira informa sobre reunião com representantes patronais que não aceitam negociar pauta apresentada. Proposta patronal: 30% com teto de Cr\$ 4.000,00. Estavam presentes comissões de metalúrgicos, mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem, sapateiros, gráficos, padeiros, delegados da Frente Única de Libertação do Paraguai. Rejeitada proposta patronal. Indicativo de greve para 6/11/60. Luiz Firmino de Lima convoca a formação de comissões de greve nos locais de trabalho e a aprovação do desligamento da produção dos membros da comissão de salários.
- Assembléia geral 10/11/60 (“completamente lotada” segundo anotação agente DOPS) aprecia nova proposta patronal: 35% de reajuste com tetos de Cr\$ 5.000,00 para tecelões, Cr\$ 6.000,00 para contra-mestres e Cr\$ 7.000,00 para mestres. Rio Branco Paranhos informa sobre acordo dos metalúrgicos: 40% com teto de Cr\$ 6.000,00. Rejeitada proposta patronal. Dado prazo até o dia 14/11/60 para nova proposta. Nova assembléia dia 15/11/60.
- Assembléia geral 15/11/60. Apresentada proposta patronal para os setores de “Fiação e Tecelagem” e “Malharias e meias”: 37% sobre salários de 12/11/59 com tetos diferenciados para tecelões, mestres e contra-mestres. Propostas aprovadas.
- Assembléia específica do setor de “especialidades têxteis” no dia 19/11/60. Proposta patronal é apresentada: 38% com tetos diferenciados. Vicente Natale, da comissão de salários esclarece o plenário sobre reunião na DRT. Aprovada por unanimidade.

Negociações

- Reunião no dia 23/20/60 com empresários para tratar do reajuste salarial.
- Reuniões na DRT

Acordo

¹⁵ DOC 13, 102 DOC 15, 116, 117, 120 DOC 16, 1, 4, 6, DOC 21, 15

- 37% sobre salários de 12/11/59 com tetos diferenciados para tecelões, mestres e contra-mestres.

Data:

Novembro 1961

Reivindicação

- 60% de reajuste

Formas de luta

- Na reunião da Diretoria dos Têxteis de 4/11/61 Luiz Firmino de Lima informa que empregadores oferecem reajuste de 40% considerado “abaixo do aceitável”. Ministro do trabalho propôs 45% com tetos diferenciados. N. Camarote, do setor de “malharias e meias” informa que foi pedido 60%. Luiz Firmino avalia que negociações dos têxteis iriam depender dos entendimentos no setor gráfico, bancários, metalúrgico e de papel e papelão.
- Assembléia geral 11/6/61. Chamorro informa sobre reuniões com empresários para negociar antecipação de salários. Algumas empresas já vinham oferecendo entre 10 e 15%. Aprovada convocação de empresários para negociações na FIESP. Em cada local de trabalho operários e operárias deveriam dirigir-se, juntamente com Diretores do Sindicato ou mesmo sem eles, à direção da firma pedindo antecipação salarial. Eleição de comissão de 10 membros para participar de reunião intersindical no dia 19/6/61 no Sindicato dos Metalúrgicos para discutir medidas contra carestia e reajuste salarial.
- Assembléia geral 1/10/61. Elege comissão de salários com 5 nomes. Elaborar índice de reajuste com DIEESE e metalúrgicos.
- Realização de passeata inter-sindical no dia 27/10/61
- Assembléia geral 29/10/61: Chamorro informa sobre negociações com empresários. Proposta: 40% a partir de 1/11/61. Empresários alegam que abono de natal depende de aprovação de projeto na Câmara Federal e são contrários a salário móvel. Presença de comissões de metalúrgicos, bancários, plásticos, padeiros, mestres e contra-mestres, associação dos têxteis de Guarulhos, general Profírio da Paz, vice-governador.
- Assembléia geral 5/11/61. Comissão de Salários faz parte da mesa. Chamorro informa sobre oferta dos patrões: 42%. Diretores e comissão de salários exigiam 45%. Diante do impasse é convocada reunião na DRT, com participação do Ministro do Trabalho. Este apresenta proposta de 45% com tetos diferenciados. Falam 13 oradores, todos contra a proposta patronal.
- Assembléia geral de 10/11/61. Comissão de salários faz parte da mesa. Chamorro, como Secretário da Federação dos Têxteis apresenta proposta patronal: 45% para setores de fiação e tecelagem, especialidades têxteis, malharias e meias. Setor de Cordoalha e estopa tem acordo cuja vigência expirava apenas em dezembro. Aprovado.

Negociações

-Reuniões na FIESP e na DRT

Acordo

- 45%

Data¹⁶

Outubro 1962

Reivindicação

- Reajuste de 70% dos salários e de 100% do salário mínimo.

Formas de Luta

- Assembléia Geral de 14/10/62. Aproximadamente 1.000 presentes, segundo agente DOPS. Examina plano conjunto articulado pela Diretoria do Sindicato dos Têxteis, de algumas federações, sindicatos e CNTI. A) Aumento geral de 70%; b) Novo aumento depois de 6 meses; c) aumento mínimo de Cr\$ 17.000,00; d) Que todos os que sejam admitidos depois

¹⁶ DOC 17, 17,23,26,30,32 DOC 21,10,11,12,13

do aumento o sejam com o salário de seu colega de função, profissão ou cargo; e) Conceder poderes a Diretoria do Sindicato da Federação e CNTI para negociações; f) Debater e deliberar sobre greve com outras categorias caso reivindicações não sejam atendidas. Luiz Firmino de Lima informa sobre entendimentos entre 14 sindicatos, federações e confederações que estão em campanha por aumento salarial. Reunião intersindical convoca FIESP para negociar. Seus diretores alegam não terem poderes: negociações deveriam ocorrer de sindicato a sindicato de cada setor industrial. Formada comissão de salários do setor de fiação e tecelagem, com 5 membros e do setor de especialidades têxteis, com três membros. Os outros dois setores ficaram de formar suas comissões em reuniões específicas.

- Assembléia geral de 28/10/62: comissão de salários é convidada a fazer parte da mesa. Mais ou menos 1.000 presentes, segundo DOPS. Eugenio Chemp, representando comissão de metalúrgicos, informa que categoria iria entrar em greve a partir de 30/10.
- Dirigentes das categorias em campanha salarial reuniram-se no dia 28/10/62 no Sindicato dos Gráficos, deliberando formar aliança sindical pró-aumento salarial. Unificação da luta seria em torno de reajuste de 70%, 100% para o salário mínimo e atualização salarial depois de 6 meses. A luta se desenvolveria em duas etapas: 1ª. Greve dos Metalúrgicos a partir de 5 horas do dia 30 de outubro e greve das demais categorias a partir de 5 de novembro.
- Assembléia 4/11/62. Cerca de 250 presentes, segundo DOPS. Comissão de salários é convidada a fazer parte da mesa. Chamorro informa sobre proposta patronal: 55% de reajuste apenas para o setor de fiação e tecelagem. Falam 9 oradores, todos rejeitando a proposta patronal. Indicativo de greve a partir de 12/11/62
- Assembléia geral 11/11/62. 1.500 presentes, segundo agente DOPS. Comissão de salários e representantes de outras categorias fazem parte da mesa. Chamorro apresenta contra-proposta patronal; 60% para setor de fiação e tecelagem com tetos diferenciados. Vigência a partir de 11/11/62 com 1 ano de duração. Antecipação de 17% a partir do 1º. dia do sétimo mês de vigência do acordo. Setor de malharia e meias: o mesmo percentual com outros tetos. Propostas aprovadas por unanimidade.
- **Negociação**
- Contatos com a FIESP que se recusa a negociação com inter-sindical.
- Reuniões com Sindicato Patronal.

Acordo

- 60% para setor de fiação e tecelagem com tetos diferenciados. Vigência a partir de 11/11/62 com 1 ano de duração. Antecipação de 17% a partir do 1º. dia do sétimo mês de vigência do acordo. Setor de malharia e meias e especialidades têxteis: o mesmo percentual com outros tetos. Setor de cordoalha e estopa: acordo expira em 1/12. Propostas aprovadas.

Luta pelo salário mínimo

Data¹⁷

Janeiro 1951. Na Comissão do Salário Mínimo bancada dos industriais e dos trabalhadores divergem: industriais defendem manutenção, para São Paulo, do zoneamento definido em 1939 por critério de zonas econômicas definidas a partir das ferrovias. Bancada dos trabalhadores pede definição por “zonas geográficas”: São Paulo e cidades industriais “inclusive Santos, São Vicente e Guarujá”: Grupo 1, Campinas: Grupo 2, Sorocaba e outras localidades: Grupo 3, Demais localidade: grupo 4.

Julho-agosto 1951: José Maia Ribeiro dirige-se à Comissão de Salário Mínimo afirmando que o valor não poderia ser de Cr\$ 1.200,00 mas de Cr\$ 1.800,00. Em outubro é encaminhado recurso ao Ministério

¹⁷ O META A 19 DOC 15, 24,32,35,67,114 DOC 30, 2

do Trabalho, pedindo mínimo de Cr\$ 1.800,00. Em janeiro de 1952 o mínimo é reajustado para Cr\$ 1.200,00.¹⁸

- Fevereiro de 1954 – Dia 12: concentração no Salão das Classes Laboriosas por decretação imediata do novo salário mínimo e congelamento de preços. Dia 13/02/54: novas manifestações na Lapa e Ipiranga. Manifestação prevista para 15/2/54 no Teatro Colombo por conquista imediata do salário mínimo, congelamento de preços e reajuste geral de salários.

- Maio de 1954: novo salário mínimo em São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos: Cr\$ 2.300,00. Recurso patronal perde no STF que decide pela constitucionalidade devendo entrar em vigor a partir de 5/7/54.

-
- Em julho de 1955 a Comissão do Salário Mínimo de São Paulo instalou-se à Rua Martins Fontes, 104. Líderes sindicais resolvem pedir audiência com Presidente da Comissão do Salário Mínimo, da qual participariam sindicalistas e lideranças por locais de trabalho para estudar reajuste tabela do salário mínimo.
 - Em assembléia metalúrgica de 18/5/56 Aldo Lombardi defende unificação nacional do salário Mínimo. Assembléia defende salário mínimo de Cr\$ 4.608,00 para São Paulo.
 - Dia 30/5/56: realiza-se “comício monstro” pelo aumento do salário mínimo e congelamento de preços.
 - Salário mínimo decretado em 14/7/56 é considerado “de fome” por metalúrgicos. Seu valor nominal é de Cr\$ 3.800,00.
 - Assembléia metalúrgica de 15/7/56 reivindica salário mínimo de Cr\$ 4.000,00
 - Em julho de 1958 Valdimir Jorge Schnor, Presidente da Federação dos Metalúrgicos, envia documento assinado por dezenas de representantes sindicais a presidente e membros da comissão do salário mínimo pedindo reajuste imediato e rezoneamento para São Paulo.
 - Todos os Sindicatos Metalúrgicos, comandados pela Federação, reúnem-se nos dias 5 e 6 de setembro de 1958 em Ribeirão Preto e resolvem enviar ofício a Comissão do Salário Mínimo pedindo decretação urgente de um salário mínimo de emergência, conforme parágrafo 2 do artigo 116 da CLT. Ameaçam com “revolta surda que poderá eclodir num movimento de envergadura, com as conseqüências imprevisíveis facilmente adivinhadas”.
 - Mínimo é reajustado em caráter excepcional, indo para Cr\$ 5.900,00 em São Paulo em janeiro de 1959.
 - Em junho de 1960 trabalhadores reivindicavam no Encontro Interestadual Sindical reajuste de Cr\$ 5.900,00 para Cr\$ 10.304,20
 - Em novembro de 1960 o mínimo em São Paulo vai para Cr\$ 9.440,00, não sendo bem recebida a notícia.
 - Em setembro CGT reivindica reajuste de 100% no salário mínimo. Em novembro de 1962 o mínimo vai para Cr\$ 21.00,00.
-

¹⁸ IDEB 122

ANEXO II

TABELA 1

Quantidade de operários em São Paulo (capital) em relação à população total do município

Ano	metalúrgicos	% da população.	têxteis	% da população	Operários na indústria	% da população
1945	55.277		81.442		335.461	
1950	77.579	3,52%	93.472	4,25%	389.207	17,7%
1960	160.950	4,20%	98.138	2,56%	562.213	14,69%

Fontes: COLISTETE, R., *Labour relations and industrial performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-1960*

TABELA 2

% de trabalhadores e da produção industrial em São Paulo (estado) em relação ao Brasil

Ano	Têxtil		Metal.		Mecan		Mat. Elétric		Mat. Trans		Indus-Tria-geral	
	Traba Lhad.	Prod. Indus.	Traba Lhad.	Prod. Indus.	Traba Lhad.	Prod. Indus.	Traba Lhad.	Prod. Indus.	Traba Lhad.	Prod. Indus.	Traba Lhad.	Prod. Indus.
1940	43,5%	60,6%	37,1%	41,4%	72%	73%	68,3%	67,5%	37,9%	87,1%	38%	45,3%
1950	46,1%	68,6%	49,2%	51,8%	62,6%	69,5%	75,5%	78,2%	46,9%	74,1%	41%	47,8%
1960	49,3%	58,9%	48,4%	48,3%	73,9%	79,3%	78,7%	82,8%	72,5%	88%	46,6%	55,7%

Fontes: COLISTETE, R., Op. cit., ; LOPES, C.L.E., *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*.

TABELA 3

Crescimento da população no Estado e no município de São Paulo

	São Paulo - Estado	São Paulo – Município
1940	7.180.316	1.326.261 (18,47% do Estado)
1950	9.134.423	2.198.096 (24,06% do Estado)
1960	12.947.699	3.825.351 (29,48% do Estado)

Fontes: *Anuários Estatístico do IBGE 1962 e 1964*

TABELA 4

Crescimento do número de trabalhadores urbanos e rurais no Brasil e em São Paulo (Estado)

	População urbana		População rural	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
1940	12.888.182	3.168.111	28.356.133	4.012.205
1950	18.782.891	4.804.211	33.161.506	4.330.212
1960	31.990.938	8.149.979	38.976.247	4.824.720

Fonte: *Anuário estatístico IBGE 1962*

TABELA 5

Crescimento percentual da população urbana e rural do Brasil e de São Paulo (Estado) entre 1940 e 1960

Período	Urbana		Rural	
	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo
1940-1950	45,8%	51,6%	16,9%	7,92%
1950-1960	70,3%	69,6%	17,5%	11,4%

Fonte: *Anuário Estatístico IBGE 1962*

TABELA 6

Variação do número de operários nos setores metalúrgico e têxtil em São Paulo (município)

Ano	Operários em indústrias metalúrgicas	Operários em indústrias têxteis
1950	77.579	93.472
1960	160.950	98.138
% de variação	+107,5%	+4,99%

Fonte: COLISTETE, R. Op. cit.

TABELA 7

Variação do número de operários nos setores metalúrgico e têxtil em São Paulo (município)

Ano	Operários em indústrias metalúrgicas	Operários em indústrias têxteis
1950	58.337	100.325
1960	150.898	66.432
% de variação	+158%	-33,78%

Fonte: ALMEIDA, M.M. *O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: história (1933-1957)*; LOPES, C.L.E., *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*.

TABELA 8

Percentual de crescimento da força de trabalho em São Paulo (município) entre 1950 e 1960

Ano	Têxtil	Metalúrgica	Indústria em geral
1950	+ 6,3	+ 12,6	+ 10,1
1951	+ 4,2	+ 13,2	+ 7,3
1952	- 0,1	+ 7,7	+ 4,6
1953	+ 1,8	+ 4,8	+ 3,3
1954	+ 1,2	+ 9,5	+ 5,5
1955	+ 4,6	+ 1,8	+ 1,6
1956	- 2,8	+ 7,9	+ 3,1
1957	+ 2,7	+ 4,1	+ 2,3
1958	- 3,7	+ 8,3	+ 1,4
1959	- 2,1	+ 12,5	+ 4,2
1960	0,6	+ 7,5	+ 4,4

Fonte: COLISTETE, R. Op. cit.,

TABELA 9

Migrantes nacionais registrados na Hospedaria dos Imigrantes entre 1950-1959

Procedência	Porcentagem
Bahia	31,8%
Minas Gerais	21,4%
Pernambuco	15,4%
Alagoas	12,9%
Ceará	7,7%
Sergipe	4,7%
Paraíba	2,2%
Piauí	1,1%
Rio Grande do Norte	0,6%
Outros	1,8%

Fonte: *Revista DIEESE*, N^o6, fev. 1962,

TABELA 10

Progressão do salário mínimo e dos salários médios no setor têxtil e metalúrgico, em termos nominais no município de São Paulo.

Ano	Salário mínimo	Metalúrgicas	Mecânicas	Material elétrico	Material de transporte	Têxtil
1955	Cr\$ 2.300	Cr\$ 2.821	Cr\$ 3.526	Cr\$ 2.991	Cr\$ 4.506	Cr\$ 2.498
1956	Cr\$ 2.300	Cr\$ 3.284	Cr\$ 4.109	Cr\$ 3.578	Cr\$ 3.506	Cr\$ 3.475
1957	Cr\$ 3.700	Cr\$ 4.233	Cr\$ 4.600	Cr\$ 4.103	Cr\$ 4.700	Cr\$ 3.945

Fonte: *Anuário Estatístico IBGE 1962*

Obs: 1) Tomou-se como referência o mês de abril de cada ano; 2) considerou-se a média salarial incluindo os trabalhadores menores de idade.

Anexo III

Colaboradores entrevistados

José Molenídio

Entrevista realizada a 31 de julho de 2002

O sr. José Molenídio nasceu em 1928, é tecelão. Foi Bibliotecário da Diretoria do Sindicato dos Têxteis na gestão de Nelson Rusticci, de 1955 a 1957. Reelegeu-se para outros cargos em 1957, em 1959, em 1961. Nas eleições de outubro de 1963 candidatou-se a Presidente, tendo sido eleito e cassado com o golpe de 1964. Também era responsável pela subseção do Ipiranga e militou no PCB.

Ignez Augusta

Entrevista realizada a 31 de julho de 2002

A sra. Ignez Augusta foi tecelã até 1955, quando casou-se, afastando-se das atividades na indústria têxtil. Participou ativamente da Greve dos 300 mil e mantinha atividades de bairro, organizadas pelo PCB. Também participou como suplente na Diretoria do Sindicato de 1952 a 1954

Osmar Gottardi

Entrevista realizada em 20 de agosto de 2005

O sr. Osmar é metalúrgico e trabalhou como Inspetor de Qualidade durante vinte e quatro anos na indústria Villares. Estudou desenho mecânico e metrologia. Nasceu em Neves Paulista, tendo sido criado em Nova Aliança. Veio residir em São Paulo em 1959. Tinha 70 anos quando gravou a entrevista.

Maria Sallas

Entrevista realizada em 14 de novembro de 2005

A sra. Maria Sallas nasceu em Presidente Prudente, de uma família de espanhóis. O pai era militante do PCB. Mudaram-se para São Paulo em 1943. Deu início a sua militância nos Comitês Democráticos Populares e no Sindicato dos Têxteis. Também trabalhou em indústrias metalúrgicas. Sua militância a levou a residir por uma temporada na União Soviética, durante a ditadura militar no Brasil.

José Luís dos Santos

Entrevista realizada em 15 de julho de 2005.

O sr. José Luís dos Santos nasceu em São Miguel dos Campos, Alagoas. Veio para São Paulo em 1957, trabalhou na construção civil e posteriormente aprendeu o ofício de fresador. Sindicalizou-se e aprendeu a recorrer à Justiça do Trabalho, como relatou, para defender-se dos abusos.

Waldemar Mothio

Entrevista realizada em 29 de abril de 2003. Nascido em 1926, é formado em contabilidade e foi comerciante. De família residente no bairro de Belém, era Tesoureiro da SAB (Sociedade dos Amigos do Belém) quando concedeu-nos a entrevista.

José das Neves Eustáquio e Noêmia da Silva das Neves Eustáquio

O casal foi entrevistado no dia 15 de janeiro de 2004. Foram fundadores de um dos mais tradicionais jornais de bairro de São Paulo, *Voz do Bairro*, que surgiu como jornal do núcleo residencial do IAPETEC da Mooca, com o nome de *O Amigo*, em 1954. O sr. José é jornalista, locutor de rádio, além de poeta.

João Trogílio

Entrevista realizada a 3 de dezembro de 2005.

O sr. João é de uma família de espanhóis que dirigiu-se para o interior de São Paulo, indo residir na Fazenda Restinga, na Alta Mogiana, onde se produzia café. Mudaram-se para a capital nos anos 1940, quando Trogílio tinha doze anos. Trabalhou de 1946 a 1973 na Metalúrgica Paulista.

Ivan Rosa

O sr. Ivan Rosa foi entrevistado a 15 de julho de 2005, quando tinha 65 anos. Nascido no Cambuci, trabalhou como polidor na Garrafa Térmica Real e em outras empresas como Arno, Krok, Metalúrgica Central, Fracalanza e metalúrgica paulista. Aposentou-se em 1986.

Tiaqi Uemo

Funcionário do Sindicato dos Têxteis desde 1952, tendo testemunhado muitos episódios importantes, como, por exemplo, a atuação profissional do advogado Rio Branco Paranhos.

João Bonifácio

Entrevista realizada em julho de 2001. O sr. João é tecelão e Presidente da Associação dos Aposentados Têxteis

Manuel Pitta

Entrevista realizada a 8 de março de 2003. O sr. Pitta é comerciante do ramo de calçados. Tinha 72 anos quando concedeu a entrevista. Era, então, Presidente da Sociedade Amigos do Belém, função que vinha exercendo desde 1971, embora já fizesse parte da SAB desde 1960. O pai também residia no Belém e tinha uma indústria de calçados.

Durval Gomes

Entrevista concedida em 2005. O sr. Durval nasceu em 1935, no bairro da saúde. Estudou na Escola Técnica Getúlio Vargas, onde fez o curso de ajustador mecânico. Trabalhou na Elevadores Villares por 40 anos, de 1954 a 1993.

Isidoro del Vecchio,

Entrevista concedida em 2003. O sr. Isidoro tinha, então, 77 anos, e ainda exercia a profissão de advogado. De família da Mooca, foi, também, empresário e teve importante atividade política no bairro, primeiramente no PSP ademarista e posteriormente junto ao movimento político de Jânio Quadros, quando ocupou cargos na administração. É presidente da Sociedade Amigos da Mooca.

João Miguel Alonso. Entrevista realizada em 15 de julho de 2005.

Sindicalizado no Sindicato dos Metalúrgicos desde 1949, estudou na Escola Técnica Getúlio Vargas e qualificou-se com “caldeireiro de primeira”. Trabalhou em firmas como a Vulcanex, a Simetal, a Ciclope. Foi delegado sindical. De família de espanhóis, nascido na região da Catanduva e Santa Adélia, veio para São Paulo nos anos 1940.

Miguel Terribas Rodriguez.

Entrevista realizada em 19 de julho de 2005.

O sr. Miguel é associado ao Sindicato dos Metalúrgicos desde outubro de 1945. De família de espanhóis, nasceu na Mooca, mudou-se para a Água Funda. Estudou na Escola Técnica Getúlio Vargas onde aprendeu o ofício de torneiro mecânico. Trabalhou na Siderúrgica Aliperti por 42 anos, tendo suportado fornos a temperaturas de 1.200 graus. Orgulha-se de que sua família trabalha há três gerações na empresa. (ele, o pai e uma filha agora).

Paul Singer

Entrevista realizada por telefone no dia 15 de maio de 2006.

Austriaco de nascimento, Paul Singer trabalhou como tecnólogo na Elevadores de 1952 a 1954 e em uma empresa ligada à Philips até 1956. Participou da Greve dos 300 mil e foi eleito para uma comissão de fábrica organizada pelos donos da empresa. Foi militante sindical ligado ao Partido Socialista e um dos organizadores do MOS, Movimento de Orientação Sindical, uma corrente de esquerda independente do PCB e dos trabalhistas.